ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 100

Brasília - DF, sexta-feira, 25 de maio de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 4
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 9
Ministério da Educação 11
Ministério da Fazenda 18
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 32
Ministério da Integração Nacional 33
Ministério da Justiça 33
Ministério da Saúde 33
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 46
Ministério de Minas e Energia 49
Ministério do Desenvolvimento Social 59
Ministério do Esporte 60
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 60
Ministério do Trabalho 67
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 83
Ministério Extraordinário da Segurança Pública 85
Ministério Público da União 86
Tribunal de Contas da União 86
Defensoria Pública da União 126
Poder Legislativo 128
Poder Judiciário 128
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 134

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 203 (1)

ORIGEM : ADPF - 203 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG/BR
ADV.(A/S) : VINÍCIUS MARCELO BORGES (11722/SC)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO E REMOÇÃO NAS ATIVIDADES NOTARIAIS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Plenário, sessão virtual de 30.3 a 6.4.2018.

Ementa: CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO À ADPF AJUIZADA CONTRA DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NULIDADE DE ATOS DE EFETIVAÇÃO DE PESSOAS NO SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO, SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. TUTELA DE SITUAÇÕES JURÍDICAS INDIVIDUAIS E CONCRETAS. PROCESSO DE NATUREZA OBJETIVA. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO DA SUBSIDIARIEDADE. DESCABIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. O cabimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental será viável desde que haja a observância do princípio da subsidiariedade, que exige o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceitos fundamentais, ou a verificação, *ab initio*, de sua inutilidade para a preservação do preceito. Precedentes desta CORTE.
2. Os processos objetivos do controle abstrato de constitucionalidade, tal qual a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, não constituem meio idôneo para tutelar situações jurídicas individuais e concretas. Precedentes desta CORTE.
3. Agravo Regimental a que se nega provimento.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.000576/2018-86
Interessado: AR AMORIM CONTABIL

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR AMORIM CONTABIL, vinculada à AC SOLUTI MULTIPLA, com sede no endereço na AVENIDA COMERCIAL Nº: 737, QDA 20 LOTE 01, CENTRO - PONTALINA / GO.

Processo nº 00100.000581/2018-99
Interessado: AR GARANTIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR GARANTIA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na RUA JOAO VAZ Nº 02, SALA 01 - CENTRO - FORMIGA /MG.

Processo nº 00100.000579/2018-10
Interessado: AR REAL SOLUÇÕES DIGITAIS

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR REAL SOLUÇÕES DIGITAIS, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na Rua Silviano Brandão, nº 181, letra A, Sala 01, Centro, Formiga/MG.

Processo nº 00100.000577/2018-21
Interessado: AR SC FORTE

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SC FORTE CERTIFICADO DIGITAL, vinculada à AC VALID RFB, com sede no endereço na RUA JOSÉ MARIA CARDOSO DA VEIGA Nº 235 - SALA 02, BELA VISTA - RIO NEGRINHO / SC.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR
COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 24 DE MAIO DE 2018

Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de suas 137ª, 152ª, 153ª, 154ª e 155ª reuniões, realizadas, respectivamente, em 23 de março de 2016, 05 de dezembro de 2017, 21 de fevereiro, 22 de março e 19 de abril de 2018, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, e inciso II do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e o disposto nas Diretrizes da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM nºs 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, de 10 de maio de 2018, e na Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do Mercosul - GMC, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento, resolve, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Ficam alteradas para 2% (dois por cento), por um período de 12 (doze) meses, conforme quotas discriminadas, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos seguintes códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM:

NCM	Descrição	Quota
2915.40.10	Ácido monocloroacético	4.500 toneladas
2929.10.10	Diisocianato de difenilmetano	23.000 toneladas
3302.90.90	Outras	
	Ex 001 - Misturas à base de substâncias odoríferas, apresentadas sob a forma de microcápsulas, dos tipos utilizados como matérias-primas nas indústrias de produtos para cuidados pessoais e de limpeza	1.250 toneladas
3904.90.00	- Outros	
	Ex 001 - Poli(cloreto de vinila) clorado, em pó	3.794 toneladas
3909.31.00	-- Poli(isocianato de fenil metileno) (MDI bruto, MDI polimérico)	
	Ex 001 - MDI polimérico, apresentado na forma líquida, sem carga	105.000 toneladas
3919.90.90	Outras	
	Ex 001 - Laminados de politereftalato de etileno, auto-adesivos, em rolos de largura superior ou igual a 920 mm, mas inferior ou igual a 1.820 mm, com tratamento de superfície para proporcionar controle térmico, controle de luminosidade e filtragem de raios UVA e UVB, concebidos para revestimento de vidros dos tipos utilizados em veículos automóveis ou na construção civil	200 toneladas
3920.20.19	Outras	
	Ex 001 - Filme de polipropileno com largura superior a 50 cm e máxima de 100 cm, com espessura inferior ou igual a 15 micrômetros (microns), com uma ou ambas as faces rugosas de rugosidade relativa (relação entre a espessura média e a máxima) superior ou igual a 6%, de rigidez dielétrica superior ou igual a 500 V/micrômetro (Norma ASTM D 3755-97), em rolos.	600 toneladas

Art. 2º Ficam alteradas para 2% (dois por cento), a partir de 14 de agosto de 2018, por um período de 12 (doze) meses, conforme quotas discriminadas, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação das mercadorias classificadas nos seguintes códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NCM	Descrição	Quota
2921.19.23	Monoisopropilamina e seus sais	26.282 toneladas
5503.30.00	- Acrílicas ou modacrílicas	9.000 toneladas

Art. 3º As alíquotas correspondentes aos códigos 2915.40.10, 2921.19.23, 2929.10.10, 3302.90.90, 3904.90.00, 3909.31.00, 3919.90.90, 3920.20.19 e 5503.30.00 e da Nomenclatura Comum do Mercosul, constantes do Anexo I da Resolução CAMEX nº 125, de 2016, passam a ser assinaladas com o sinal gráfico "**", enquanto vigorar a referida redução tarifária.

Art. 4º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC editará norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação das quotas mencionadas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES
Presidente do Comitê Executivo de Gestão
Substituta

SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA

PORTARIA Nº 18, DE 22 DE MAIO DE 2018

Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento espinhel horizontal de fundo (piramutaba, dourada e gurijuba), litoral norte, código: 1.03.004 e conceder conversão e Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento para espinhel vertical/covos (pargo) e rede de emalhe de superfície (peixe pelágicos), litoral norte/nordeste, código:1.09.003, à embarcação "DARLAN IV"

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA, DA SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15 do Decreto n.º 9.067, de 31 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no inciso IX, do art. 12, da Lei n.º 13.502, de 1º de novembro de 2017, nos incisos I e X, do art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 3, de 12 de maio de 2004, na Portaria Ibama n.º 95, de 22 de agosto de 1997 e na Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA n.º 10, de 10 de junho de 2011, CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 52814.100697/2018-84, resolve:

Art. 1º Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento espinhel horizontal de fundo (piramutaba, dourada e gurijuba), litoral norte, código: 1.03.004 para a embarcação pesqueira denominada "DARLAN IV", de propriedade de Raimundo Rodrigues da Rocha, inscrita no SisRGP sob o n. º PA-0017475-0 e na Autoridade Marítima sob o n. º 021-100184-8.

Art. 2º Concede conversão e Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento espinhel vertical/covos (pargo) e rede de emalhe de superfície (peixe pelágicos), litoral norte/nordeste, código: 1.09.003, à embarcação "DARLAN IV"de propriedade de Raimundo Rodrigues da Rocha, inscrita no SisRGP sob o n. º PA-0017475-0 e na Autoridade Marítima sob o n. º 021-100184-8.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

PORTARIA Nº 19, DE 22 DE MAIO DE 2018

Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento espinhel horizontal de fundo (piramutaba, dourada e gurijuba), litoral norte, código: 1.03.004 e conceder conversão e Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento para espinhel vertical/covos (pargo) e espinhel horizontal de superfície (peixe pelágicos), litoral norte/nordeste, código:1.09.002, à embarcação "PROSPERIDADE I"

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA, DA SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15 do Decreto n.º 9.067, de 31 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no inciso IX, do art. 12, da Lei n.º 13.502, de 1º de novembro de 2017, nos incisos I e X, do art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 3, de 12 de maio de 2004, na Portaria Ibama n.º 95, de 22 de agosto de 1997 e na Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA n.º 10, de 10 de junho de 2011, CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 52814.100654/2018-07, resolve:

Art. 1º Cancelar, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento espinhel horizontal de fundo (piramutaba, dourada e gurijuba), litoral norte, código: 1.03.004 para a embarcação pesqueira denominada "PROSPERIDADE I", de propriedade de José Valdemir Beserra da Costa, inscrita no SisRGP sob o n. º PA-0020812-8 e na Autoridade Marítima sob o n. º 021-100533-9.

Art. 2º Concede conversão e Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento espinhel vertical/covos (pargo) e espinhel horizontal de superfície (peixe pelágicos), litoral norte/nordeste, código:1.09.002, à embarcação "PROSPERIDADE I", de propriedade de José Valdemir Beserra da Costa, inscrita no SisRGP sob o n. º PA-0020812-8 e na Autoridade Marítima sob o n. º 021-100533-9.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 790, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe foi delegada no art. 4º, parágrafo único, da Portaria GM/MAPA nº 276, de 2 de fevereiro de 2017, da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 12 de maio de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.013414/2018-14, resolve:

Art. 1° Fica constituído o Subcomitê de Gestão Estratégica - SGE, instância integrante do Comitê de Governança, Riscos e Controle - CGRC/MAPA, instituído através da Portaria Mapa n° 276, de 2 de fevereiro de 2017, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Cabe ao SGE assessorar o Comitê de Governança, Riscos e Controle - CGRC/MAPA, nas questões inerentes à gestão estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, atuando como facilitador na integração dos agentes responsáveis pela execução.

Art. 3º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

EUMAR ROBERTO NOVACKI

ANEXO

Art. 1º Ao Subcomitê de Gestão Estratégica - SGE, compete:

I - assessorar o CGRC no desenvolvimento, na implantação e no acompanhamento de projetos e ações estratégicas do Mapa;

II - formular e implementar estratégias e mecanismos de integração, desenvolvimento e fortalecimento institucional;

III - coordenar, em articulação com a Coordenação-Geral de Planejamento - CGPLAN/DA, a elaboração de relatórios de atividades, inclusive os que servem de base para o relatório anual de gestão;

IV - disponibilizar informações gerenciais, a fim de oferecer suporte ao processo decisório e à supervisão ministerial;

V - proceder a articulação institucional para formulação e coordenação de estratégias sobre assuntos específicos;

VI - organizar e coordenar as atividades relativas ao gerenciamento de projetos, processos e riscos estratégicos institucionais, em articulação com as demais unidades do MAPA;

VII - encaminhar ao CGRC/MAPA sugestões de diretrizes, indicadores, metas, processos, ações, projetos e iniciativas, bem como de suas respectivas revisões, substituições ou supressões, visando a melhoria contínua do MAPA, em consonância com o Planejamento Estratégico do MAPA;

VIII - avaliar, quando necessário, solicitação de mudança nos projetos estratégicos nas situações previstas na Metodologia de Gerenciamento de Projetos, encaminhando a sua avaliação ao CGRC/MAPA para apreciação;

IX - apreciar eventuais propostas de atualização das Metodologias de Gestão Integrada da Estratégia, de Gerenciamento de Processos, de Gerenciamento de Portfólio e de Gerenciamento de Projetos do MAPA;

X - auxiliar o Secretário-Executivo na promoção da gestão estratégica do MAPA;

XI - propor à CGRC/ MAPA priorização de ações, projetos, iniciativas e alocações de recursos orçamentários, materiais ou humanos no MAPA;

XII - formular propostas de aperfeiçoamento das políticas de gestão estratégica do MAPA;

XIII - emitir e monitorar as recomendações e orientações para o aprimoramento da gestão estratégica no âmbito do MAPA e Unidades a ele vinculadas;

XIV - assegurar que as informações adequadas sobre a gestão estratégica estejam disponíveis em todos os níveis;

XV - realizar avaliações periódicas da implementação do plano estratégico do MAPA;

XVI - promover a disseminação das boas práticas de gestão estratégica no MAPA

XVII - avaliar os resultados das ações realizadas na implementação da estratégia institucional;

XVIII - avaliar o portfólio de projetos, de modo a assegurar o alinhamento estratégico;

XIX - solicitar mudanças de escopo e cronograma nos projetos estratégicos, mediante justificativa a ser aprovada pela autoridade competente;

XX - solicitar encerramento, suspensão ou cancelamento de um projeto específico mediante justificativa a ser aprovada pela autoridade competente;

XXI - proporcionar condições adequadas à capacitação dos agentes públicos no exercício do cargo em gestão estratégica; e

XXII - apreciar matérias diversas de relevância estratégica.

Seção I

Da Composição

Art. 2º O SGE será composto pelo titular ou representante dos órgãos, unidades administrativas e entidades vinculadas a seguir:

I - Secretaria Executiva - SE, que o coordenará;

II - Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA;

III - Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo - SMC;

IV - Secretaria de Política Agrícola - SPA;

V - Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI;

VI - Instituto Nacional de Meteorologia - Inmet;

VII - Companhia Nacional de Abastecimento - Conab;

VIII - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

IX - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac;

X - Coordenação Geral de Desenvolvimento Institucional - CGDI/DA;

XI - Coordenação Geral de Planejamento - CGPLAN/DA; e

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XII - Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF/SE;

Parágrafo único. A CGPLAN/DA atuará como Secretária Executiva do Comitê e será responsável pela preparação da pauta e da documentação a ser enviada aos integrantes do SGE, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias; sendo assessorada pelos titulares das unidades responsáveis pelo acompanhamento da estratégia ou por servidores com conhecimento em área afeta ao tema.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 3º O SGE reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador do Subcomitê, de ofício ou mediante requerimento de qualquer de seus integrantes.

Art. 4º Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pelo SGE.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 60, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições contidas no Art. 44 do Anexo I do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14/06/2010 e, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, no Art. 4º da Lei 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no processo nº 21018.001779/2018-07, resolve:

Art. 1º Excluir do credenciamento sob nº BR ES 0382 da empresa Fenix Imunização e Agricultura Ltda, CNPJ nº 09.524.409/0001-81, localizada a Rua Apóstolo Bartolomeu, 34/36, Bairro Rui Pinto Bandeira, Cachoeiro de Itapemirim, os seguintes tipos de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários: a) Fumigação em Contêineres com brometo de Metila - FEC MB; b) Fumigação em Câmaras de Lona com brometo de metila - FCL MB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIMMY HERLLEN SILVEIRA GOMES BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 109, DE 23 DE MAIO DE 2018

O Superintendente Federal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.676, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2016 e art. 262, da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018 e o que consta no Processo SEI nº 21036.001308/2018-72, resolve:

Art. 1º - HABILITAR o Médico Veterinário ALMIR DA SILVA ROCHA, CRMV Nº 4673, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA para o trânsito intraestadual e interestadual de aves, ovos férteis com finalidade de produção de carne, ovos e material genético para os municípios de Pesqueira, Bezerros, Pombos, Amaraji e Riacho das Almas no Estado de Pernambuco, observando normas e dispositivos em vigor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO RIBEIRO RAMALHO JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 234, DE 22 DE MAIO DE 2018

A Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 292, da Portaria Ministerial nº 561, de 11/04/2018, publicado no D.O.U. de 13/04/2018, páginas 7 a 39 e o Memorando Circular nº 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 - Processo SEI nº 21000.015362/2018-11, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo SEI nº 21052.006148/2017-79, resolve:

Art. 1° Renovar o credenciamento, sob o número BR-SP637, da empresa Cezan Embalagens Ltda., CNPJ 47.331.640/0001-48, localizada na Rodovia SP-316, km160, s/nº, Bairro Cascalho, em Cordeirópolis-SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar a seguinte modalidade de tratamento: Tratamento Térmico.

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉA FIGUEIREDO PROCÓPIO DE MOURA

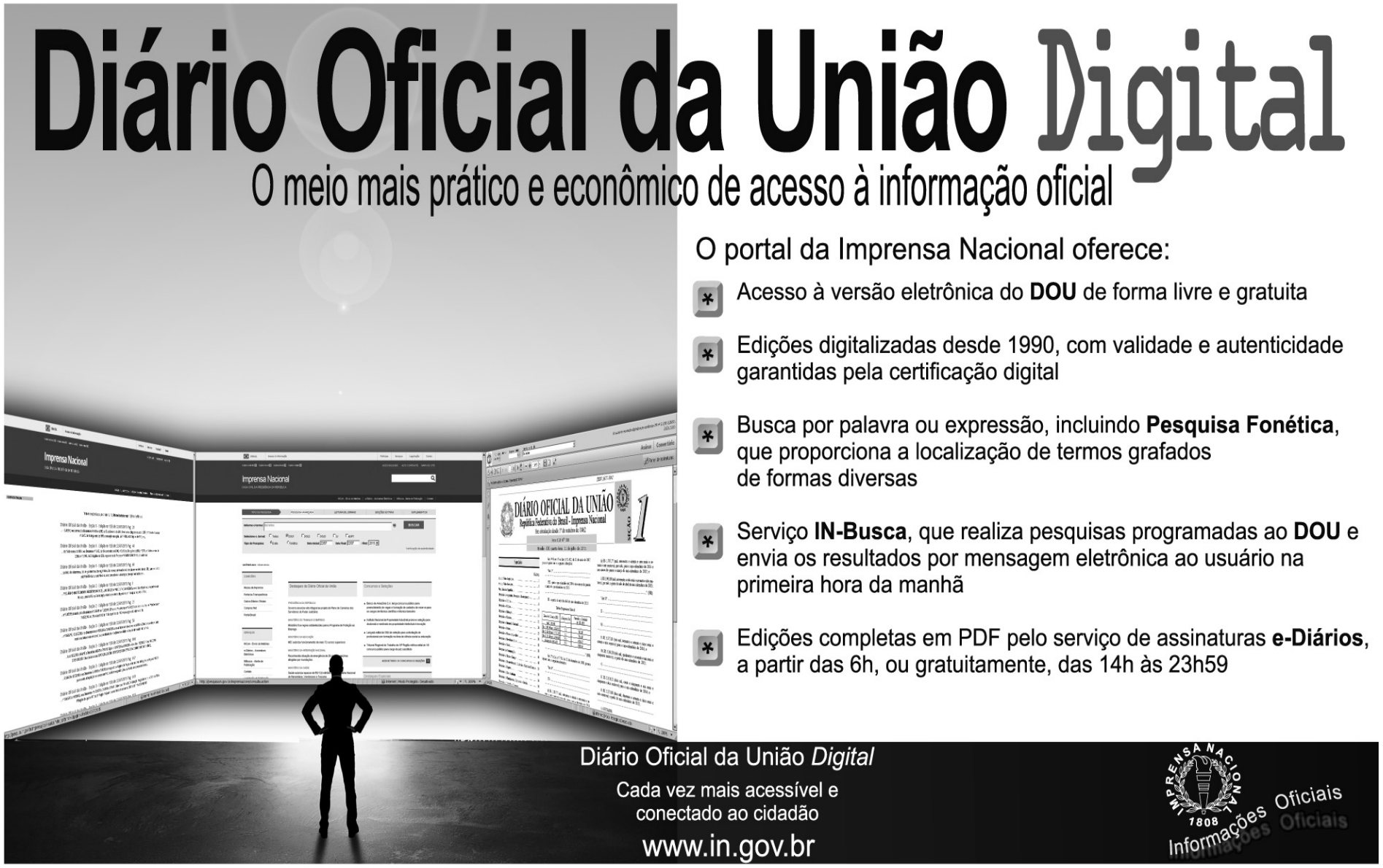
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DECISÃO Nº 36, DE 24 DE MAIO DE 2018

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no art. 46, caput, da Lei nº 9.456/1997 c/c §7° do art. 15, do Decreto nº 2.366/1997 DECIDE pela IMPROCEDÊNCIA do pedido de impugnação apresentado pela D&PL do Brasil Ltda. e pelo DEFERIMENTO da proteção da cultivar de algodão (Gossypium hirsutum L.), denominada DBB404 B2RF, protocolo nº 21806.000226/2016-81

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta, conforme disposto no §7° do art. 18, da Lei nº 9.456/1997.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.841/SEI, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar CANAL ON PRODUÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SÃO SEBASTIÃO, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 44 (quarenta e quatro), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.004084/2018-17 e da Nota Técnica nº 6036/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.225, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 31, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 53000.025552/2003-48, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 7.361/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 421/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art.1º Declarar extintas, por exaurimento de seus efeitos e a pedido da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, as outorgas das concessões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora em ondas curtas, no município de São Paulo, estado de São Paulo, originalmente deferidas à Rádio Cultura " A Voz do Espaço" e Rádio Cultura S.A., conforme os atos a seguir listados:

I - Portaria nº 102, de 23 de fevereiro de 1940 (com concessão transferida à Fundação Padre Anchieta por meio Decreto nº 64.685, de 12 de junho de 1969, publicado no Diário Oficial da União de 13 de junho de 1969 e renovada pelo período de 10 (dez) anos, a partir de 1 de novembro de 1993, por intermédio do Decreto s/nº de 13 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2000, chancelado pelo Congresso Nacional nos termos do Decreto Legislativo nº 112, de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2005);

II - Decreto nº 31.199, de 28 de julho de 1952, publicado no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 1952 (com concessão transferida à Fundação Padre Anchieta por meio do Decreto nº 64.686, de 12 de junho de 1969, publicado no Diário Oficial da União de 13 de junho de 1969, e renovada pelo período de 10 (dez) anos, a partir de 1 de novembro de 1993, por intermédio do Decreto s/nº de 13 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2000, chancelado pelo Congresso Nacional nos termos do Decreto Legislativo nº 112, de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 07 de abri de 2005);

III - Decreto nº 32.156, de 23 de janeiro de 1953, publicado no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 1953 (com concessão transferida à Fundação Padre Anchieta através do Decreto n.º 64.687, de 12 de junho de 1969, publicado no Diário Oficial da União de 13 de junho de 1969, e renovada por intermédio do Decreto s/n.º de 13 de outubro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2000, referendado pelo Congresso Nacional nos termos do Decreto Legislativo n.º 112 de 2005, publicado no Diário Oficial da União de 07 de abril de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.290/SEI, DE 25 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar EXTREMO DO NORTE COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ALTO PARAÍSO, estado de Rondônia, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando a retransmissão dos sinais gerados pela Sistema Tropical Rondoniense de Comunicações Ltda., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 40 (quarenta), no município de Pimenta Bueno, estado de Rondônia, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.048373/2016-50 e da Nota Técnica nº 8746/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.386/SEI, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV PLANÍCIE LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA, estado do RIO DE JANEIRO, por meio do canal 30 (trinta), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.018056/2018-79 e da Nota Técnica nº 8218/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.439/SEI, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO CIDADE LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de IBAITI, estado do PARANÁ, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.024250/2017-11 e da Nota Técnica nº 8676/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.442/SEI, DE 4 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO TIBAGI LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ALVORADA DO SUL, estado do PARANÁ, por meio do canal 39 (trinta e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.027616/2017-03 e da Nota Técnica nº 8940/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.485/SEI, DE 8 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar PORTAL DO XINGU COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CANARANA, estado do MATO GROSSO, por meio do canal 20 (vinte), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TV ÔMEGA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 29 (vinte e nove), no município de SÃO PAULO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003136/2016-68 e da Nota Técnica nº 9522/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.486/SEI, DE 8 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar VALE DO JAMARI COMUNICAÇÃO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CUJUBIM, estado de RONDÔNIA, por meio do canal 18 (dezoito), visando a retransmissão dos sinais gerados pela SISTEMA TROPICAL RONDONIENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 40 (quarenta), no município de PIMENTO BUENO, estado de RONDÔNIA, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.059633/2017-00 e da Nota Técnica nº 9867/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.558/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PALESTINA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 14 (quatorze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.014504/2018-65 e da Nota Técnica nº 10201/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.559/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO TIBAGI LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ALTÔNIA, estado do PARANÁ, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.024256/2017-80 e da Nota Técnica nº 10149/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.560/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de VOTUPORANGA,

estado de SÃO PAULO, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.016557/2018-11 e da Nota Técnica nº 10192/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.598/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV CATARATAS LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MISSAL, estado do PARANÁ, por meio do canal 43 (quarenta e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.015759/2018-45 e da Nota Técnica nº 9229/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.607/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO NAIPI LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de NOVA AURORA, estado do PARANÁ, por meio do canal 17 (dezessete), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.043542/2017-44 e da Nota Técnica nº 9069/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.608/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de FARTURA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.019941/2018-75 e da Nota Técnica nº 10128/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.616/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observadoo disposto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017 e, considerando o que consta do Processo nº 01250.021897/2018-63, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV ÔMEGA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Arês, estado do Rio Grande do Norte, por meio do canal 40 (quarenta), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.626/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV CATARATAS LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, estado do PARANÁ, por meio do canal 42 (quarenta e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.016981/2018-65 e da Nota Técnica nº 10520/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.627/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO TV EDUCATIVA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Cananéia, estado de São Paulo, por meio do canal 41 (quarenta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.053189/2017-19 e da Nota Técnica nº 10728/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.628/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV STÚDIOS DE JAÚ S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PANORAMA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 33 (trinta e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.013048/2018-36 e da Nota Técnica nº 10287/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.630/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BLUMENAU, estado de SANTA CATARINA, por meio do canal 18 (dezoito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.054528/2016-97 e da Nota Técnica nº 10625/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.653/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.078410/2017-33, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV BAURU LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Itatinga, estado de São Paulo, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.662/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO TV EDUCATIVA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de JUQUIÁ, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 43 (quarenta e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.053224/2017-91 e da Nota Técnica nº 11145/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.680/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CUIABÁ-MT, estado de MATO GROSSO, por meio do canal 33 (trinta e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.023263/2018-45 e da Nota Técnica nº 11194/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.707/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.078413/2017-77, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005,à TV BAURU LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Itapuí, estado de São Paulo, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.708/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.078417/2017-55, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV BAURU LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Dois Córregos, estado de São Paulo, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.734/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte, por meio do canal 18 (dezoito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.007699/2017-14 e da Nota Técnica nº 11528/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.752/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CABO FRIO, estado do RIO DE JANEIRO, por meio do canal 16 (dezesseis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.021391/2018-54 e da Nota Técnica nº 11108/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.753/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar CENTRAL DE EVENTOS, PROMOÇÕES E MARKETING LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BLUMENAU, estado de SANTA CATARINA, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos sinais gerados pelo SISTEMA NATIVA DE COMUNICAÇÕES LTDA., concessionário do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 19 (dezenove), no município de PELOTAS, estado de RIO GRANDE DO SUL, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.017206/2018-27 e da Nota Técnica nº 11331/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.754/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGÁ a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BELÉM, estado do PARÁ, por meio do canal 50 (cinquenta), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.023742/2018-61 e da Nota Técnica nº 11459/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.755/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RADIODIFUSÃO CARAJÁS LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Santana do Araguaia, estado do Pará, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TV ÔMEGA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 29 (vinte e nove), no município de São Paulo, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003210/2018-16 e da Nota Técnica nº 11402/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.756/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar REDE PRONTO DE COMUNICAÇÃO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CASCAVEL, estado do PARANÁ, por meio do canal 31 (trinta e um), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 11 (onze), no município de CACHOEIRA DO SUL, estado do RIO GRANDE DO SUL, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.001517/2018-74 e da Nota Técnica nº 11564/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.770/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.024946/2018-10, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de SÃO PAULO, estado do SÃO PAULO, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de SÃO MANUEL, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 27 (vinte e sete), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.774/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.060416/2017-54, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Macatuba, estado de São Paulo, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.775/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.060193/2017-25, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Itapetininga/SP, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Fartura/SP, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.776/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES],observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.025109/2018-16, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV BAURU LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Macatuba, estado de São Paulo, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.777/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.024259/2018-02, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV BAURU LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Iacanga, estado de São Paulo, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.778/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.024172/2018-27, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV Bauru Ltda., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Borborema, estado de São Paulo, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.783/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.077594/2017-14, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, ao CANAL E TRANSMISSÕES INTERTV LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Carmo, estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 33 (trinta e três), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 3.902, DE 24 DE MAIO DE 2018

Processo n° 53516.001650/2018-66

Expede à FUNDAÇÃO JOÃO XXIII, CNPJ nº 85.131.829/0001-86, autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência associada à autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 3.486, DE 9 DE MAIO DE 2018

Tornar sem efeito a cassação da autorização do serviço Limitado Privado-cód. 019, aplicada através do Ato 14.335, de 29/11/2017, publicado no D.O.U. Nº 232 de 05/02/2017, seção 01, páginas 9 e 10 à(ao):

ANNIBAL ANTONIO BIANCHINI, CPF 012.014.768-87, FISTEL 02030029033; CONDOMÍNIO NOVA SÃO PAULO, CNPJ 5144.2838.0001-76, FISTEL 02021599574

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 3.838, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53560.001014/2018-07.

Expede autorização à AVLIS SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 21316445000155, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 3.721, DE 15 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53569.000841/2018-95.

Expede autorização à M. V. M. PINTO COMERCIO E SERVICOS - ME, CNPJ nº 11993337000163, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 3.792, DE 18 DE MAIO DE 2018

Expede autorização à BENEDITO DIAS DE CARVALHO, CPF nº 089.192.322-53 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 26/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.054185/2017-40 (554)

CNPJ: 19.176.461/0002-29 - FILIAL

Razão Social: INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA ALBERTO SANTOS DUMONT

Nome da Instituição: CENTRO DE PESQUISA DO IIN-ELS DE MACAIBA

Endereço da Instituição: Estrada Vicinal, 1560, Distrito de Jundiaí, CEP 59.280-000, Macaíba/RN

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0520.2018
O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 26/2017/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

EXTRATO DE PARECER Nº 27/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:
Processo nº.: 01250.008070/2018-64 (567)
CNPJ: 01.936.248/0001-21 MATRIZ
Razão Social: EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO S/A - MULTIVIX
Nome da Instituição: UNIVIX
Endereço da Instituição: Rua José Alves, 135, Goiabeiras, CEP: 29.075-080, Vitória/ES.
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0521.2018
O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 27/2017/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

EXTRATO DE PARECER Nº 28/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:
Processo nº.: 01250.009405/2018-61 (573)
CNPJ: 03.466.623/0001-42 MATRIZ
Razão Social: LAEL VARELLA EDUCACAO E CULTURA LTDA
Nome da Instituição: UNIFAMINAS - CENTRO UNIVERSITARIO
Endereço da Instituição: Av. Cristiano Varella, 655, Bairro Universitário, CEP: 36.880-000, Muriaé/MG
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0522.2018
O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 28/2017/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

EXTRATO DE PARECER Nº 29/2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:
Processo nº.: 01250.026143/2018-08 (585)
CNPJ: 05.126.777/0001-10- MATRIZ
Razão Social: SESP SOCIEDADE EDUCACIONAL SUPERIOR DE PONTE NOVA LTDA
Nome da Instituição: FACULDADE DINÂMICA ESCOLA TECNICA DINÂMICA
Endereço da Instituição: Rua Doutor Mário Rodrigues Seabra, 205, Bairro Paraíso, CEP: 35.430-302, Ponte Nova /MG
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0523.2018
O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 29/2017/CONCEA/MCTIC.
A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015.
O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO Nº 810/SEI, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 76, inciso XVII, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta processo nº 01250.003741/2018-09, resolve:
Aprovar o disposto na Nota Técnica nº 10108/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão para Conhecer e Negar provimento ao pedido de Reexame formulado pela FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DESPACHO Nº 790/SEI, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 76, inciso XVII, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta processo nº 01250.059738/2015-91, resolve:
Aprovar o disposto na Nota Técnica nº 9905/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão para Conhecer e Negar provimento ao pedido de Reexame formulado pela FUNDAÇÃO CULTURAL ANHANGUERA.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 2.327/SEI, DE 27 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.063576/2012-96, resolve:
Art. 1º Consignar à SISTEMA ASSOCIADO DE COMUNICAÇÃO S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Petrolina/PE, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.663/SEI, DE 17 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.025659/2018-27, resolve:
Art. 1º Consignar à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Cantá/RR, o canal 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.
Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.
Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 2.788/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, observado o disposto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017 e, considerando o que consta do Processo nº 01250.022088/2018-79, resolve:
Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Curitiba, estado do Paraná, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Manaus, estado do Amazonas, por meio do canal 21 (vinte e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais.
Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 395/SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.035151/2017-56, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 5709/2018/SEI-MCTIC, resolve:
Homologar a devolução à União, a partir de 14 de junho de 2017, da frequência 1290 KHz, outorgada à Rádio Educadora de Arcos Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Arcos, estado de Minas Gerais.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 516/SEI, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.074923/2017-75, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 125/2018/2017/SEI-MCTIC, resolve:
Homologar a devolução à União, a partir de 04 de dezembro de 2017, da frequência 1490 KHz, outorgada à Sistema Plug de Comunicações Ltda, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Vila Rica, estado do Mato Grosso.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 724/SEI, DE 3 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.008094/2018-13, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 9030/2018/SEI-MCTIC, resolve:
Homologar a devolução à União, a partir de 16 de fevereiro de 2018, da frequência 1130 KHz, outorgada à Rádio Tupã Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Tupã, no estado de São Paulo.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 728/SEI, DE 3 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.008121/2018-58, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 9060/2018/SEI-MCTIC, resolve:
Homologar a devolução à União, a partir de 16 de fevereiro de 2018, da frequência 990 KHz, outorgada à Rádio Sananduva Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Sananduva, no estado do Rio Grande do Sul.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 734/SEI, DE 30 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.014676/2018-39, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da REDE FAMÍLIA DE COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de JUNDIAÍ, estado de SÃO PAULO, com possibilidade de utilização do canal digital nº 44 (quarenta e quatro) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 9130/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 783/SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.024252/2018-82, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de GRAVATÁ/PE, utilizando o canal n.º 262 (duzentos e sessenta e dois), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 9794/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 888/SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.015091/2018-36, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO GUARACIABA LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de GUARACIABA DO NORTE-CE, utilizando o canal n.º 216 (duzentos e dezesseis), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 11257/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 896/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.070123/2017-85, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 11480/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela RÁDIO DIFUSORA DE AQUIDAUANA LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de AQUIDAUANA, estado de MATO GROSSO DO SUL, mediante utilização do canal n.º 219 (duzentos e dezenove), classe A4.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 911/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.058628/2017-71, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 11597/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela CONTINENTAL COMUNICACOES LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de CAMPO VERDE, estado do MATO GROSSO, mediante utilização do canal n.º 242 (duzentos e quarenta e dois), classe C.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 913/SEI-MCTIC, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.057075/2017-30, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 11557/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela EMPRESA FORMOSENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de FORMOSA, estado de Goias, mediante utilização do canal 227 (duzentos e vinte e sete), classe C.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 920/SEI, DE 22 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.042315/2017-00, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CABUGI LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Natal-RN, utilizando o canal n.º 228 (duzentos e vinte e oito), classe A2, nos termos da Nota Técnica n.º 11694/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 937/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.076742/2017-83, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 11905/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela RÁDIO E TELEVISÃO DI ROMA LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Caldas Novas, estado de Goiás, mediante utilização do canal 251 (duzentos e cinquenta e um), classe B1.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.019/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.073613/2017-33, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SUPREMA COMÉRCIO & EMPREENDIMENTOS LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de CACOAL/RO, utilizando o canal n.º 257 (duzentos e cinquenta e sete), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 27929/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 348, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177570 - Parada de Natal Pátio Batel
C C DOS SANTOS SLUD LPIS DE COR ECONOMIA CRIATIVA ME
CNPJ/CPF: 01.914.535/0001-30
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 446.107,39
Valor total atual: R$ 4.348.530,71

PORTARIA Nº 349, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
16 4536 - Ação Comunitária FUNDARTE: a arte como propulsora
do desenvolvimento humanizante do indivíduo
Associação Amigos da FUNDARTE
CNPJ/CPF: 91.693.630/0001-44
RS - Montenegro
Período de captação: 24/05/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 350, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 172263 - 32º Ponche Verda da Canção Nativa, 16ª Mostra do Canto Campeiro e o 3 º Pnche Verde Mirim, publicado na portaria nº 0551/17 de 12/09/2017, no D.O.U. de 13/09/2017, para 32º Ponche Verde da Canção Gaúcha, 16ª Mostra do Canto Campeiro e o 3 º Ponche Verde Mirim.

PRONAC: 177251 - Exposição Carnauba de Jaguaruana e do Ceará (NOME PROVISÓRIO), publicado na portaria nº 0719/17 de 29/11/2017, no D.O.U. de 30/11/2017, para Exposição "A CASA AMA Carnaúba".

PRONAC: 177480 - Basquiat (nome provisório) - Itinerância, publicado na portaria nº 0706/17 de 23/11/2017, no D.O.U. de 24/11/2017, para Jean-Michel Basquiat - Obras da Coleção Mugrabi (itinerância).

PRONAC: 179703 - Exposição História das Copas, publicado na portaria nº 0792/17 de 28/12/2017, no D.O.U. de 29/12/2017, para Paixão Nacional.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 79, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º - Autorizar a substituição de proponente do projeto audiovisual "Cinema em Movimento", processo nº: 01400.032870/2017-54, Pronac nº: 17-8063, de NATHALIA GUIMARAES RIBEIRO, CNPJ/CPF nº: 395.719.698-18, para NG RIBEIRO PRODUÇÕES CULTURAIS - ME, CNPJ/CPF nº: 30.068.648/0001-60.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 31/GM-MD, DE 24 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a padronização do requerimento e dos procedimentos a serem adotados pelos Comandos das Forças Armadas para análise e pagamento aos militares inativos, aos ex-militares e aos seus sucessores, de conversão em pecúnia, na forma de indenização, de licenças especiais não gozadas nem computadas em dobro para efeito de inatividade.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto, de 26 de fevereiro de 2018, os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal de 1988, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Medida

Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e o que consta do Parecer nº 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 5 de março de 2018, aprovado pelo Despacho Decisório nº 2/GM-MD, de 12 de abril de 2018 e Processo nº 64536.026088/2015-19, resolve:

Objeto

Art. 1º Esta Portaria Normativa estabelece a padronização do requerimento e dos procedimentos a serem adotados pelos Comandos das Forças Armadas para análise e pagamento aos militares que passarem à inatividade, aos militares inativos, aos ex-militares e aos seus sucessores de conversão em pecúnia, na forma de indenização, dos períodos de licença especial, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, não gozados nem computados em dobro para efeitos de inatividade.

Requerimento e sua análise

Art. 2º Compete aos órgãos designados por cada Comando de Força receber e analisar os requerimentos que versem sobre o pagamento de conversão em pecúnia, nos termos do Parecer nº 125/2018/CONJURMD/CGU/AGU, de 5 de março de 2018, e na forma de indenização, de licenças especiais, adquiridas até 29 de dezembro de 2000, não gozadas pelos militares ou ex-militares e nem computadas em dobro para fins de inatividade.

Parágrafo único. A análise dos requerimentos será realizada de acordo com os parâmetros e condições contidos no Parecer nº 00125/2018/CONJUR-MD/CGU/AGU, de 5 de março de 2018, aprovado pelo Despacho Decisório nº 2/GM-MD, de 12 de abril de 2018.

Art. 3º O militar que passar para inatividade, o militar inativo, o ex-militar ou, quando falecido, seus pensionistas ou sucessores interessados na conversão em pecúnia, na forma de indenização, dos períodos de licença especial, adquiridos até 29 de dezembro de 2000, deverão apresentar ao órgão designado pela respectiva Força:

I - requerimento, conforme modelo previsto no Anexo I desta Portaria Normativa; e

II - Termo de Concordância, com declaração de que concorda com o valor da indenização apresentada e de que renuncia aos direitos gerados pelo tempo fictício, conforme modelo previsto no Anexo II desta Portaria Normativa.

Art. 4º O requerimento e o Termo de Concordância de que tratam o art. 3º deverão ser protocolados e analisados pelo órgão designado pelo Comando de Força.

Art. 5º O requerimento de que trata o inciso I do art. 3º, que dá início ao procedimento, deverá ser autuado em processo específico e ser instruído pelos órgãos designados pelas respectivas Forças com os seguintes documentos:

I - cópia da identidade e do Cadastro de Pessoa Física - CPF dos requerentes;

II - cópia do ato de transferência do militar para a reserva ou termo de desligamento da Força, conforme o caso; e

III - cópia do termo de opção firmado pelos militares, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos das Portarias nº 156/MB, 348/EB ou 572/GC6, conforme o caso.

§ 1º Quando se tratar de militar ou ex-militar falecido, os pensionistas ou sucessores deverão apresentar juntamente com o requerimento, os seguintes documentos:

I - cópia da certidão de óbito do militar ou ex-militar; e

II - cópia da escritura ou do formal de partilha do inventário do militar ou ex-militar falecido.

§ 2º No caso de falecimento do militar ou daqueles que romperam o vínculo com a administração militar, a indenização é devida aos seus sucessores, conforme a partilha em inventário.

§ 3º No caso de militar ou ex-militar falecido, o requerimento deverá conter a qualificação e ser assinado por todos os pensionistas habilitados e peloinventariante.

§ 4º No caso de falecimento daqueles que romperam o vínculo com a administração militar, o requerimento deverá ser assinado pelo inventariante.

Art. 6º O requerimento de que trata o inciso I do art. 3º será automaticamente indeferido quando constatada a ocorrência da prescrição quinquenal, tornando prejudicada a continuidade do procedimento, sendo o interessado notificado da decisão.

Art. 7º Da decisão que indeferir o requerimento, caberá recurso dirigido à autoridade superior definida pelo respectivo Comando de Força, no prazo de dez dias, contados da data da comunicação ao interessado do indeferimento.

Parágrafo único. O titular do órgão designado pela respectiva Força terá o prazo de cinco dias para reconsiderar a sua decisão e, caso esta seja mantida, o recurso será encaminhado à autoridade superior para apreciação e decisão.

Art. 8º O órgão designado pela respectiva Força, constatada a não ocorrência de prescrição quinquenal e finalizada a instrução do processo, efetuará o cálculo da indenização a ser paga e notificará o requerente do valor apurado.

§ 1º Havendo concordância com o valor da indenização, o requerente confirmará sua escolha pela indenização, mediante assinatura do Termo de Concordância, conforme modelo previsto no Anexo II desta Portaria Normativa, anexando os seguintes documentos:

I - declaração de inexistência de ação judicial em andamento com objeto idêntico ao requerimento; ou

II - cópia da sentença homologatória de pedido de desistência da ação judicial proferida pelo Juiz competente.

§ 2º Havendo discordância com o valor da indenização, o requerente poderá apresentar memória de cálculos próprios, com o objetivo de demonstrar falhas existentes no cálculo anterior, com pedido de revisão, no prazo de quinze dias, para nova avaliação do órgão designado pela respectiva Força.

§ 3º Havendo nova discordância com o valor da indenização ou ultrapassado o prazo de noventa dias sem que o Termo de Concordância seja assinado, o processo será arquivado.

§ 4º No caso de o requerente que possui ação judicial não conseguir obter a sentença homologatória do pedido de desistência neste prazo de noventa dias, poderá solicitar prorrogação do prazo por mais noventa dias, tantas vezes quanto necessárias, mediante apresentação de cópia da petição ao juízo.

Art. 9º Após a concordância do interessado com o valor da indenização e renúncia de direitos gerados pelo tempo fictício, o processo administrativo será submetido à decisão do responsável pelo órgão designado pelo respectivo Comando de Força.

Valor da indenização

Art. 10. A indenização será calculada com base no valor de uma remuneração por mês de licença especial não gozada, nem computada em dobro para a inatividade.

§ 1º Para fins do cálculo de que trata o caput, será considerada a remuneração a que o militar fazia jus no momento de sua transferência para a inatividade, de seu desligamento do serviço ativo da respectiva Força ou de seu falecimento na atividade.

§ 2º O valor apurado na forma do § 1º deste artigo será corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro que vier a substituí-lo.

Art. 11. Do montante apurado na forma do art. 10 serão deduzidos os valores recebidos pelo militar ou seu pensionista a título de:

I - adicional de tempo de serviço auferidos desde 2001 pela contagem em dobro da licença especial não usufruída; e

II - antecipação ou concessão de adicional de permanência auferido pela contagem em dobro da licença especial não usufruída.

Parágrafo único. Os valores de que trata este artigo também serão atualizados na forma do art. 10, § 2º.

Art. 12. A opção do militar ou ex-militar pela conversão em pecúnia, na forma de indenização, das licenças especiais não gozadas nem computadas em dobro implicará também a adequação e redução dos proventos, correspondente ao grau hierárquico superior alcançado, em decorrência da contagem de tempo em dobro das referidas licenças especiais a serem indenizadas, e a consequente restituição dos valores recebidos a maior desde a sua transferência para a inatividade.

Art. 13. O efetivo pagamento da indenização calculada na forma dos arts. 10, 11 e 12 desta Portaria Normativa dependerá da existência de disponibilidade orçamentária e financeira, declarada pela autoridade competente no âmbito de cada Comando de Força.

Prescrição

Art. 14. Considera-se prescrito, nos termos do art. 1º do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, o direito à indenização, de que trata esta Portaria Normativa, se o requerimento for feito mais de cinco anos após a data:

I - de transferência do militar para a inatividade;

II - do desligamento do militar da Força Singular; ou

III - do falecimento do militar ou ex-militar, quando o pedido for feito por seus sucessores, hipótese em que o óbito não poderá ter ocorrido mais de cinco anos após a transferência do militar para a inatividade ou seu desligamento da Força Singular.

§ 1º A designação de militar inativo, por recolocá-lo na condição de militar da ativa, suspende o prazo de prescrição, que permanece contado nos termos do inciso I deste artigo, e impede o pagamento da indenização durante o período de designação, voltando a sua contagem e possibilidade de pagamento quando de seu retorno à inatividade, pelo tempo restante.

§ 2º Para aqueles que já tenham protocolado requerimento administrativo, ou ingressado em juízo, dentro do prazo prescricional previsto neste artigo, resta mantido, e intacto, o direito ao requerimento à indenização previsto nesta Portaria Normativa.

Disposições finais

Art. 15. O deferimento do pedido de indenização acarretará, quando for o caso, a automática extinção das majorações do adicional de tempo de serviço e do adicional de permanência, e da percepção dos proventos em grau hierárquico superior, ocorridas em função do cômputo em dobro da licença especial não usufruída.

Art. 16. Ficam os Comandantes de Força autorizados a baixar atos complementares necessários à execução desta Portaria Normativa no âmbito dos respectivos Comandos.

Art. 17. A análise e o pagamento dos pedidos de indenização deverão observar a ordem cronológica da assinatura do Termo de Concordância.

Parágrafo único. Terão prioridade de tramitação e pagamento os requerimentos em que figure como interessado:

I - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo;

II - pessoa com deficiência, física ou mental; ou

III - pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, conferindo-se prioridade especial aos maiores de oitenta anos.

Art. 18. Constatada a falsidade documental ou de declaração constante no requerimento de que trata o art. 3º desta Portaria Normativa, a decisão que deferiu o pagamento da indenização será considerada nula, e, já tendo esta sido paga, deverão ser adotadas as providências visando à restituição ao erário.

Parágrafo único. A autoridade competente também deverá informar o Ministério Público sobre a declaração falsa apresentada, para fins de apuração de eventual infração penal.

Art. 19. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa.

Art. 20. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO

Ao Exmo. Sr. _____(autoridade a quem se dirigir, definida pela respectiva Força)

Eu,_____(nome completo),_____(nacionalidade),_____(estado civil), _____(profissão), portador da carteira de identidade ____(número de registro) expedida pelo_____(órgão expedidor) e do CPF _____(número do CPF), residente à _____(endereço completo, com CEP), com endereço eletrônico_____(e-mail), requeiro a indenização referente a _____meses (quantidade de meses) de Licença Especial(LE/LESP/LESM) não usufruídos por mim / pelo instituidor de pensão / pelo falecido (no caso de pensionistas ou sucessores informar o nome do militar falecido).

Declaro que conheço e preencho os requisitos para perceber esta indenização e estou ciente de que o efetivo pagamento da indenização está condicionado à disponibilidade orçamentária e depende de minha concordância formal com o valor líquido a ser percebido, que me será apresentado após a realização dos cálculos pela Força.

Estou ciente de que, em nenhuma hipótese, admitir-se-á o pagamento decorrente do presente requerimento com o pagamento cumulativo, decorrente do cumprimento de decisão judicial, embasado no mesmo fundamento.

Para instruir a análise do presente requerimento, anexo os seguintes documentos (os documentos necessários estão especificados na Portaria Normativa, podendo ser incluídos outros definidos no âmbito de cada Força):

Termos em que pede deferimento,

_____(local), _____(data)

_____(assinatura igual à da identidade)

OBS:

1) o presente modelo poderá ser adaptado às especificidades de cada Força.

ANEXO II

MODELO

TERMO DE CONCORDÂNCIA COM O VALOR DA INDENIZAÇÃO E RENÚNCIA DE DIREITOS

Eu,_____(nome completo),_____(nacionalidade),_____(estado civil), _____(profissão), portador da carteira de identidade _____(número de registro) expedida pelo _____(órgão expedidor) e do CPF _____(número do CPF), residente à _____ (endereço completo, com CEP), com endereço eletrônico_____(e-mail), declaro que concordo com o valor da indenização a ser percebida, conforme abaixo apresentado, e que estou ciente de que serão abatidos todos os valores anteriormente recebidos em consequência da não fruição dos períodos de Licença Especial citada em meu requerimento. Da mesma forma, concordo e autorizo que todos os direitos gerados pela não fruição dos citados períodos de Licença Especial sejam retirados/excluídos dos meus proventos (ou pensão militar) no momento da assinatura deste Termo de Concordância.

Declaro, ainda, que não propus ação judicial requerendo o pagamento em pecúnia de LE/LESP/LESM não usufruída (no caso de ter sido proposta ação judicial deverá ser declarado que desiste do processo judicial e o presente Termo deverá estar acompanhado da decisão judicial que homologa a desistência) e renuncio expressamente ao direito de ação e a qualquer outro direito referente à indenização das licenças especiais de que trata o presente Termo, bem como referente à utilização de seu tempo fictício, e declaro ciente de que o ingresso em juízo para reclamar ou impugnar o valor a ser percebido após a assinatura do presente Termo de Concordância constitui em litigância de má-fé contra a União.

Estou ciente que o valor bruto de indenização, assim como a compensação dos valores já percebidos, abaixo discriminados, sofrerão variação em função de devolução de valores e correção monetária que venham ocorrer entre a data da assinatura do presente Termo e a data da efetivação do pagamento, a qual servirá como referência para os ajustes finais.

1) valor bruto da indenização:

2) compensação dos valores já percebidos:

3) valor líquido a ser percebido:

4) direitos remuneratórios a serem suprimidos de meus proventos ou pensão (no que for aplicável):

- ___% (_____) de adicional de tempo de serviço,

- ___% (_____) de adicional de permanência,

- percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior, se for o caso.

_____(local), _____(data)

_____

(assinatura pelas mesmas pessoas que assinaram o requerimento)

PORTARIA N° 2.013/GM-MD, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de 26 de fevereiro de 2018, na qualidade de Chanceler da Ordem do Mérito da Defesa e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 4.263, de 10 de junho de 2002, alterado pelo Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, resolve:

PROMOVER,

no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito da Defesa:

ao grau de Comendador:

ALINE ALVES SALES ANDRADE, Chefe do Gabinete Adjunto de Agenda do Presidente da República;

ANDRÉ DE SENA PAIVA, Secretário de Controle Interno do Ministério da Defesa;

RUY FLAKS SCHNEIDER.

JOAQUIM SILVA E LUNA

PORTARIA N° 2.014/GM-MD, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de 26 de fevereiro de 2018, na qualidade de Chanceler da Ordem do Mérito da Defesa e tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 4.263, de 10 de junho de 2002, alterado pelo Decreto nº 7.822, de 5 de outubro de 2012, resolve:

ADMITIR, no Quadro Suplementar da Ordem do Mérito da Defesa:

I - no grau de Comendador:

ARIOSTO ANTUNES CULAU, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda;

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

MARIANGELA FIALEK, Subchefe de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República;

PEDRO LUIZ DALCERO, Ministro de Segunda Classe;

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA, Ministro de Segunda Classe;

LUIS FERNANDO DE CARVALHO, Ministro de Segunda Classe;

SIMIÃO ESTELITA SÁ DE OLIVEIRA, Chefe de Gabinete do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

ADRIANO PEREIRA DE PAULA, Subsecretário de Gestão Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional;

PAULO MAURICIO TEIXEIRA DA COSTA, Subchefe Adjunto da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República;

FERNANDO ROBERTO CAMPOS DE SÁ, Assessor Especial do Gabinete Adjunto de Informações da Presidência da República;

BRUNO PIO DE ABREU TRAVASSOS, Assessor Especial do Ministro da Fazenda;

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS, Assessor Especial do Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

DIEGO RUBSTEM TINOCO, Assessor Especial da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo Presidência da República;

VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, Assessor Especial da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República

UBIRATAN DE ALBUQUERQUE MELO E LEITE, Assessor Especial da Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República;

MARTHA ELIZABETH GRAY HERB, Diretora do Colégio Interamericano de Defesa.

II - no grau de Oficial:

ANDRÉ DUNHAM MACIEL SIAINES DE CASTRO, Conselheiro;

ROY REIS FRIEDE, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

LINDBERG AZIZ CURY JÚNIOR;

ROBERTO JUNQUEIRA AMORIM;

WILSON DE CASTRO JUNIOR;

MAURÍCIO GONZÁLEZ NARDELLI;

CLEÔMENES VIANA BATISTA;

GIOVANNA DE CAMPOS BELO;

IVANILDO BELARMINO DE SOUZA;

ROSANGELA GUANABARA BRITO;

MARIANNA SOARES NUNES;

JULES MARCELO ROSA SOTO.

III - no grau de Cavaleiro:

GUILLERMO ESNARRIAGA ARANTES BARBOSA, Primeiro-Secretário;

ALEXANDRE JORGE DE LIMA; Primeiro-Secretário;

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES, Promotor;

CLESIONE ALVES GOMES;

ANTONIO DA SILVA MENDES;

EDISOM ROGERIO AIDAS HOTT;

SÉRGIO CARDOSO MELO;

SONIA REGINA MENDES;

MATUSAEL JORGE DE ALMEIDA;

PAULO ROBERTO GALINDO LIMA;

ANA MARIA CHAGAS TONIOLO;

SELMA FOLIGNE CRESPIO DE PINHO;

CAMILLA NEVES MOREIRA, Terceira-Secretária;

CARLOS FREDERICO LESSA PRIMO;

ANA PAULA DE PINA AZEVEDO;

TEREZINHA DE JESUS ALVES NUNES;

JOYCE ANNE CARVALHO DA SILVA;

ANTÔNIO GAETANI DE SOUSA SANTOS;

INA MADALENA FERREIRA DE OLIVEIRA;

MARTA GOMES SILVA;

FRANCISCO RODRIGUES DE ARAÚJO;

EDIMILSON SILVA CASTRO;

SERGIO LARANJEIRA DA CUNHA LAGE;

JOAQUIM SILVA E LUNA

COMANDO DA MARINHA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 156/MB, DE 24 DE MAIO DE 2018

Declara o caráter militar das atividades desenvolvidas no âmbito da Delegacia da Capitania dos Portos em Uruguaiana (DelUruguaiana), previstas para o preparo e o emprego da Marinha do Brasil (MB).

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Normativa nº 15, de 23 de fevereiro de 2016, do Ministério da Defesa, resolve:

Art. 1º Declarar, para o fim previsto na alínea f do inciso XIV do art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, o caráter militar das atividades desenvolvidas no âmbito da MB, por meio da DelUruguaiana, destinadas ao preparo e ao emprego da Força, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, conforme o disposto nos incisos I e III do art. 4º da Portaria Normativa nº 15, de 23 de fevereiro de 2016, do Ministério da Defesa.

Art. 2º Declarar que a DelUruguaiana é responsável por contribuir para a orientação, coordenação e controle das atividades relativas à Marinha Mercante e organizações correlatas, no que se refere à defesa nacional, à salvaguarda da vida humana, à segurança da navegação nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição hídrica por parte de embarcações ou suas instalações de apoio na sua área de jurisdição. Cabe, ainda, à DelUruguaiana, em situação de mobilização, conflito, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal e em regimes especiais, as tarefas que lhe são atribuídas pelas Normas e Diretrizes referentes à Mobilização Marítima e as emanadas pelo Comando do 5º Distrito Naval.

Art. 3º A isenção do processo de licenciamento ambiental não exime a DelUruguaiana de cumprir a legislação ambiental vigente, de acordo com o art. 5º da referida Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHO Nº 21/EMA, DE 24 DE MAIO DE 2018

Processo nº: 61074.003541/2018-58
Interessado: Embaixada dos EUA no Brasil.
Objetivo: Visita do United States Naval Ship "HERSHEL W. WILLIAMS", pertencente à Marinha dos Estados Unidos da América, ao porto do Rio de Janeiro-RJ, no período de 13 a 17 de junho de 2018.
Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 281/2017, deste Estado-Maior.

Vice-Almirante MARCOS SILVA RODRIGUES

DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL
DIRETORIA INDUSTRIAL DA MARINHA
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 58/AMRJ, DE 24 DE MAIO DE 2017

Aplicação de sanção administrativa.

O DIRETOR DO ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo subitem 12.3.1.b, das Normas Sobre Licitações, Acordos e Atos Administrativos da Marinha do Brasil-SGM-102 (Rev. 4) e pela Portaria nº 585/DGMM, de 10 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Aplicar penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, sendo descredenciado do Sicaf, pelo prazo de 04 (quatro) meses, à firma CONNY COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E METAIS EIRELI, CNPJ 04.368.025/0001-01, situada na Rua Agílio Leão de Macedo, 166 - Cidade Industrial - Curitiba - PR - CEP 81.350-050, nos termos do Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, em virtude de não assinar a Ata de Registro de Preço nº 02/2018, quando convocada, dentro do prazo de validade de sua proposta.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da publicação no Diário Oficial da União.

Contra-Almirante (EN) LIBERAL ENIO ZANELATTO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 24 DE MAIO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 115/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando os efeitos da Portaria SERES nº 553/2017, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, para autorizar o aumento de cinquenta vagas totais anuais do curso de Medicina, bacharelado, a ser oferecido pela Universidade de Araraquara - UNIARA, com sede na rua Voluntários da Pátria, nº 1.309, centro, no município de Araraquara, no estado de São Paulo, mantida pela Associação São Bento de Ensino, com sede no mesmo município e estado, passando a ofertar cento e cinquenta vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 23000.007609/2017-61.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA N° 1.058, DE 8 DE MAIO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

I - HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 094/2017, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
ICB	Anatomia Humana	Assistente, nível 1, 40h.	Victor da Silva Aquino	1º
			Valdir Pavanelo Junior	2º

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 1.151, DE 18 DE MAIO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

RETIFICAR os termos da Portaria GR nº 1036, de 07/05/2018, publicada no DOU em 10/05/2018, que trata da homologação do resultado final da Faculdade de Letras, na área de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, do edital 017/2018, de 02/03/2018, publicado no DOU em 07/03/2018, conforme segue:

Onde se lê:

I - HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 017/2018, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
FLET	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Auxiliar, Nível I, 40h	Daniel Parreira Nunes	1º
			Eliana da Rocha Nunes	2º
			Sara Vitor Magalhães	3º

Leia-se corretamente:

I - HOMOLOGAR o resultado do processo seletivo, objeto do Edital de Seleção nº 017/2018, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
FLET	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Auxiliar, Nível I, 40h	Sara Vitor Magalhães	1º
			Eliana da Rocha Nunes	2º
			Daniel Parreira Nunes	3º

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

PORTARIA N° 1.172, DE 21 DE MAIO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

I - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 047, de 29/06/2017, publicado no DOU em 03/07/2017, retificado no DOU em 06/07/2017, 02/08/2017 e 23/08/2017, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Cargo/Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
ISB - Coari	Imagem e Diagnóstico	Auxiliar, com especialização, Nível I	20h	Roque Martins Chaves Neto	1º

II - ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 7.458, DE 22 DE MAIO DE 2018

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua reunião extraordinária, realizada em 22 de maio de 2018, no uso de suas atribuições legais, Considerando a aprovação do relatório final da Comissão de Avaliação do Concurso Público pelo Conselho Departamental da Escola de Farmácia, em 18 de maio de 2017, e sua divulgação na página da UFOP no dia 26 de maio do mesmo ano;Considerando a documentação constante do Processo UFOP nº 23109.004652/2016-86, resolve:

- Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos realizado para o cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, Nível 1, para a área de Farmácia / Farmacologia Clínica, Farmácia Clínica e Semiologia Farmacêutica do Departamento de Farmácia (DEFAR) da Escola de Farmácia, de que trata o Edital PROAD nº 75/2016 (23), de 30 de agosto de 2016, publicado no DOU em 31 de agosto de 2016, com suas retificações e editais complementares, no qual foram aprovados(as) os(as) seguintes candidatos(as):

AMPLA CONCORRÊNCIA		
Nome	Classificação	Nota final
Nancy Scardua Binda	1ª	18,19
Mariana Martins Gonzaga do Nascimento (sob liminar)	2ª	15,98
Vanessa de Almeida Belo Sichieri	3ª	15,47
Paulo Marcelo de Andrade Lima	4º	15,20
Priscila Gomes dos Reis	5ª	14,34
Wander de Jesus Jeremias	6º	14,20
Amanda de Carvalho Pereira Moraes	7ª	13,77
CANDIDATOS(AS) QUE SE AUTO DECLARARAM NEGROS(AS)		
Nome	Classificação	Nota final
Mariana Martins Gonzaga do Nascimento (sob liminar)	1ª	15,98
Wander de Jesus Jeremias	2º	14,20

Art. 2º O prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos de que trata esta Resolução será de um ano, prorrogável por igual período, contado a partir da data da publicação da homologação do concurso no DOU, conforme disposto no item 11.3 do Edital PROAD nº 75/2016.

HERMÍNIO ARIAS NALINI JÚNIOR
Presidente do Conselho
Em exercício

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 4 DE MAIO DE 2018

Aprova a alteração na Estrutura Administrativa e no Regimento Geral do IFAL.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Alagoas - IFAL, órgão de caráter consultivo e deliberativo da Administração Superior, no uso de suas atribuições conferidas pelo § 3º do Art.10 da Lei nº 11.892, de 29.12.2008, publicada no DOU de 30/12/2008, nomeado pelo Decreto Presidencial de 22/4/2015, publicado no DOU nº 76, Seção 02, de 23/4/2015, em conformidade com o Estatuto da Instituição e considerando o processo nº 23041.018086/2018-83, de 4/5/2018.

Considerando as recomendações da CGU e disponibilidade no IFAL de dois novos códigos de cargos de CD-04 e CD-03 e que tais cargos já foram disponibilizados pelo Ministério da Educação para o IFAL, bem como, a necessidade de harmonização dos cargos no âmbito dos novos Campi do IFAL. Resolve:

Art. 1º - APROVAR, ad referendum do Conselho Superior, a alteração na Estrutura Administrativa e no Regimento Geral do IFAL, conforme abaixo:

Criação do Departamento de Administração do Campus Benedito Bentes, com Cargo CD-04, excluindo a Coordenação de Administração com cargo FG-01;

Conversão do Cargo de CD-04 da Assessoria Executiva da Reitoria em cargo de CD-03;

Criação da Corregedoria do IFAL, com Cargo CD-04, vinculada a Reitoria.

Art. 2º - Acrescentar ao Regimento Geral do IFAL as atribuições da Corregedoria, conforme abaixo, seguindo as recomendações da CGU:

Art. 34. A Corregedoria é o órgão auxiliar da Reitoria com a finalidade de prevenção e apuração de irregularidades praticadas por agentes públicos na esfera administrativa, assegurando a correição dos procedimentos e condutas no âmbito do Instituto.

Parágrafo Único: Nos termos do art. 8º do Decreto nº 5.480/2005, atualizado pelo Decreto nº 7.128/2010, o cargo do titular da unidade de correição é privativo de servidor público efetivo, que possua nível de escolaridade superior e seja preferencialmente: I - graduado em Direito; ou II - integrantes da carreira de Finanças e Controle, desde que atenda aos seguintes requisitos recomendados pela Controladoria Geral da União:

a) larga experiência no trato de matérias disciplinares;

b) relação de independência com a Administração Superior;

c) sensibilidade e paciência;

d) capacidade de escuta;

e) equilíbrio emocional;

f) capacidade de trabalhar sob situações de pressão;

g) proatividade e discrição;

h) análise crítica;

i) independência e imparcialidade;

j) adaptabilidade e flexibilidade;

k) maturidade na prevenção, apuração e solução de conflitos.

Art. 35. Compete a Corregedoria:

I. Atuar na prevenção e apuração de irregularidades praticadas por agentes públicos na esfera administrativa, bem como agir de ofício, inclusive a partir de notícias divulgadas na imprensa, em que haja indícios de autoria ou materialidade da prática de ilícitos administrativos, ou a partir do recebimento de denúncias, inclusive anônimas, e representações que lhes são encaminhadas por cidadãos, agentes públicos ou autoridades em geral;

II. Centralizar as informações disciplinares, facilitando o assessoramento à direção em matéria correcional e a comunicação com os órgãos de controle;

III. Realizar o juízo de admissibilidade, evitando-se que sejam instaurados processos disciplinares indevidamente, bem como, acompanhar os trabalhos das comissões de processos administrativos disciplinares e de sindicância no âmbito do IFAL;

IV. Apurar, instruir e orientar a decisão do Reitor acerca das representações concernentes à conduta funcional de servidores do IFAL;

V. Propor ao Reitor a aplicação de penalidades a servidores que descumprirem provimentos, atos, decisões, recomendações, bem como prazos legais, regimentais e regulamentares, observando o devido processo legal;

VI. Aprimorar os procedimentos relativos aos processos administrativos disciplinares e sindicâncias;

VII. Propor medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público;

VIII. Orientar e prestar apoio às comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar, designadas pelas instâncias competentes do IFAL;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IX. Manter arquivo das sindicâncias e processos administrativos disciplinares concluídos nos últimos 5 (cinco) anos;

X. Expedir convocações e realizar diligências com a finalidade de instruir processos administrativos e pedidos de investigação;

XI. Submeter à apreciação da Procuradoria Federal junto ao IFAL os relatórios das comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar, antes do julgamento da autoridade competente;

XII. Exercer as demais atribuições inerentes ao cargo e conferidas pelo Reitor.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da presente data.

SÉRGIO TEIXEIRA COSTA

ANEXO

Estrutura Administrativa do IFAL
1. REITORIA - CD-01
1.1. Gabinete - CD-04
1.1.1. Secretaria de Gabinete - FG-01
1.2. Assessoria Executiva - CD-03 (Alterada pela Resolução nº 10/CS/2018, de 4/5/2018-Ad referendum)
1.3. Procuradoria Federal - CD-04
1.4. Corregedoria - CD-04 (Alterado pela Resolução nº 10/CS/2018, de 4/5/2018-Ad referendum)
1.5. Ouvidoria - FG-02
1.6. Secretaria dos Colegiados - FG-01 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
1.7. Coordenação de Relações Internacionais - FG-02
1.8. Procuradoria Educacional Institucional - CD-04 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
1.9. Departamento de Comunicação e Eventos - CD-04
1.9.1. Coordenação de Comunicação Social e Marketing - FG-02
1.10. Diretoria de Gestão de Pessoas - CD-03
1.10.1. Assessoria da Diretoria de Gestão de Pessoas - FG-02
1.10.2. Coordenação de Saúde do Servidor - FG-02
1.10.3. Coordenação de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal - FG-02
1.10.4. Coordenação de Contrato e Admissão de Pessoal - FG-02
1.10.4.1. Coordenadoria de Estágios - FG-04
1.10.5. Departamento de Administração e Pagamento de Pessoal - CD-04
1.10.5.1. Coordenação de Cadastro e Lotação de Pessoal - FG-01
1.10.5.2. Coordenação de Aposentadoria e Pensão - FG-02
2. AUDITORIA INTERNA - CD-04
3. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO - CD-02
3.1. Departamento de Pesquisa e Inovação - CD-04
3.1.1. Coordenação do Núcleo de Inovação Tecnológica - FG-01
3.2. Coordenação de Pós-Graduação - FG-01
3.2.1. Coordenação de Planejamento de Pós-Graduação - FG-02
3.2.2. Coordenação de Qualificação Acadêmica - FG-02
4. PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - CD-02
4.1. Diretoria de Infraestrutura e Expansão - CD-03
4.1.1. Coordenação de Projetos - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 18/CS/2016, de 4/5/2016)
4.1.1.1. Coordenadoria de Apoio a Projetos - FG-04
4.1.2. Coordenação de Obras - FG-01 (Alterada pela Resolução nº 18/CS/2016, de 4/5/2016)
4.1.3. Coordenação de Orçamento de Obras e Apoio à Licitação - FG-02
4.2. Diretoria de Tecnologia da Informação - CD-03
4.2.1. Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas de Informação - FG-01
4.2.2. Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas Acadêmicos - FG-02
4.2.3. Coordenação de Operações de Rede - FG-02
4.2.4. Coordenação de Suporte ao Usuário - FG-02
4.3. Diretoria de Planejamento Institucional - CD-03
4.3.1. Coordenadoria de Articulação Institucional - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
5. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CD-02
5.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
5.1.1. Coordenação de Transporte - FG-02
5.1.2. Coordenação de Protocolo - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
5.1.3. Coordenadoria de Arquivo - FG-04 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
5.2. Diretoria de Orçamento e Finanças - CD-03
5.2.1. Coordenação de Gestão do Orçamento - FG-01
5.2.2. Departamento de Contabilidade e Finanças - CD-04
5.2.2.1. Coordenação de Finanças - FG-02
5.3. Diretoria de Suprimentos - CD-03
5.3.1. Coordenação de Contratos - FG-01
5.3.2. Coordenação de Almoxarifado - FG-01
5.3.3. Coordenação de Patrimônio - FG-02
5.3.4. Departamento de Compras - CD-04
5.3.4.1. Coordenação de Licitações - FG-02
6. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - CD-02
6.1. Assessoria da Pró-Reitoria de Extensão - FG-02
6.2. Coordenação de Projetos - FG-02
6.3. Coordenação de Cursos e Eventos - FG-02
6.4. Coordenação de Relações Institucionais - FG-02
6.5. Coordenação de Ações Comunitárias - FG-02
7. PRÓ-REITORIA DE ENSINO - CD-02
7.1. Diretoria de Políticas Estudantis - CD-03
7.1.1. Coordenação de Assistência Estudantil - FG-01
7.1.1.1. Coordenadoria de Alimentação e Nutrição Escolar - FG-04
7.1.2. Coordenação de Ações Inclusivas - FG-02
7.1.3. Coordenação de Projetos de Políticas Estudantis - FG-02 (Alterado pela Resolução nº 16/CS/2015, de 3/6/2015)
7.2. Diretoria de Educação a Distância - CD-03
7.3. Departamento de Educação Básica - CD-04
7.3.1. Coordenação de Educação de Jovens e Adultos - FG-02
7.4. Departamento de Articulação Pedagógica - CD-04
7.5. Departamento de Graduação - CD-04
7.5.1. Coordenação de Avaliação e Regulação de Ensino de Graduação - FG-02 (Alterado pela Resolução nº 16/CS/2015, de 3/6/2015)
7.6. Coordenação de Registro de Diplomas - FG-01
7.7. Departamento de Seleção de Ingressos - CD-04
7.7.1. Coordenação de Seleção de Ingressos - FG-01
8. DIRECÃO-GERAL DO CAMPUS MACEIÓ - CD-2
8.1. Assessoria executiva - FG-04
8.2. Gabinete - FG-01
8.2.1. Secretaria do Gabinete - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
8.3. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-01
8.4. Coordenação de Planejamento e Controle Institucional - FG-01
8.4.1. Coordenação de Pesquisa Institucional - FG-01 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
8.5. Diretoria de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - CD-03
8.5.1. Coordenação de Extensão - FG-01
8.5.2. Coordenação de Integração Escola-Empresa - FG-01
8.5.3. Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação - FG-01
8.6. Diretoria de Ensino - CD-03
8.6.1. Coordenação Pedagógica - FG-01
8.6.2. Departamento Acadêmico de Formação Geral - CD-04
8.6.2.1 Coordenação de Educação Física e Esportes - FG-02
8.6.2.2 Coordenação de Física - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 10/CS/IFAL, de 23/8/2017-Ad referendum)
8.6.2.3 Coordenação de Matemática - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 10/CS/IFAL, de 23/8/2017-Ad referendum)
8.6.2.4 Coordenação de Biologia - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 10/CS/IFAL, de 23/8/2017-Ad referendum)
8.6.2.3 Coordenação de Linguagens e Códigos - FG-02
8.6.2.4 Coordenação de Ciências Humanas - FG-02
8.6.3. Departamento de Ensino Técnico - CD-04
8.6.3.1. Coordenação do Curso Técnico em Artesanato (PROEJA) - FUC-001
8.6.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Edificações - FUC-001
8.6.3.2.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Construção Civil - FG-04
8.6.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Eletrônica - FUC-001
8.6.3.3.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Eletrônica - FG-04
8.6.3.4. Coordenação do Curso Técnico em Eletrotécnica - FUC-001
8.6.3.4.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Eletrotécnica - FG-04
8.6.3.5. Coordenação do Curso Técnico em Estradas - FUC-001
8.6.3.6. Coordenação do Curso Técnico em Mecânica - FUC-001
8.6.3.6.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Mecânica - FG-04
8.6.3.7. Coordenação do Curso Técnico em Informática - FUC-001
8.6.3.7.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Informática - FG-04
8.6.3.8. Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho - FUC-001
8.6.3.9. Coordenação do Curso Técnico em Química - FUC-001
8.6.3.9.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Química - FG-04
8.6.4. Departamento de Ensino Superior - CD-04
8.6.4.1. Coordenação das Licenciaturas - FG-01
8.6.4.1.1. Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática - FUC-001
8.6.4.1.2. Coordenação do Curso de Licenciatura em Química - FUC-001
8.6.4.1.3. Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras - FUC-001
8.6.4.1.4. Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - FUC-001
8.6.4.1.4.1. Coordenadoria dos Laboratórios de Biologia - FG-04
8.6.4.1.5. Coordenação do Curso de Licenciatura em Física - FUC-001(Alterada pela Resolução nº 19/CS/2017, de 28/12/2017, ad referendum)
8.6.4.2. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos - FUC-001
8.6.4.3. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Construção de Edifícios - FUC-001
8.6.4.4. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores - FUC-001
8.6.4.5. Coordenação do Curso Superior de Bacharelado em Sistema de Informações - FUC-001
8.6.4.6. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria - FUC-001
8.6.4.7. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo - FUC-001
8.6.4.8. Coordenação do Curso Superior em Engenharia Civil - FUC-001 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
8.7. Diretoria de Administração - CD-03
8.7.1. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-01
8.7.1.1. Coordenadoria de Finanças - FG-04
8.7.2. Coordenação de Orçamento - FG-01
8.7.3. Coordenação de Protocolo e Arquivo - FG-02
8.7.4. Coordenação de Tecnologia da Informação - FG-01
8.7.5. Departamento de Suprimentos - CD-04
8.7.5.1. Coordenação de Licitação - FG 02
8.7.5.2. Coordenação de Almoxarifado - FG-02
8.7.5.3. Coordenação de Gestão de Contratos - FG-02
8.7.5.4. Coordenação de Patrimônio - FG-01
8.7.6. Departamento de Administração e Manutenção - CD-04
8.7.6.1. Coordenação de Manutenção - FG-02
8.7.6.1.1. Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos - FG-04
8.7.6.2. Coordenação de Transporte - FG-02
8.7.6.3. Coordenação de Segurança - FG-04
8.7.6.4. Coordenação de Projetos e Obras - FG-02
8.8. Diretoria de Apoio Acadêmico - CD-03
8.8.1. Coordenação de Registro Acadêmico - FG-01
8.8.2. Coordenação do Turno Matutino - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
8.8.3. Coordenação do Turno Vespertino - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
8.8.4. Coordenação do Turno Noturno - FG-02
8.8.5. Coordenação de Biblioteca - FG-04 (Alterada pela Resolução nº 10/CS/IFAL, de 23/8/2017-Ad referendum)
8.8.6. Coordenação de Serviços Gráficos - FG-02
8.8.7. Departamento de Assistência Estudantil - CD-04 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
09. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS PALMEIRA DOS ÍNDIOS - CD-2
9.1. Gabinete - FG-02
9.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-01
9.2.1. Coordenadoria de Cadastro e Lotação - FG-04
9.3. Diretoria de Administração - CD-03
9.3.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
9.3.1.1 Coordenadoria de Transportes - FG-04
9.3.1.2. Coordenadoria de Protocolo e Arquivo - FG-04
9.3.2.1. Coordenadoria de Projetos e Obras - FG-04
9.3.3. Coordenadoria de Tecnologia da Informação - FG-04
9.3.4. Departamento de Orçamento e Finanças - CD-4 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
9.3.4.1. Coordenadoria de Finanças - FG-04(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
9.3.4.2. Coordenadoria de Orçamento - FG-04 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
9.3.5. Coordenação de Suprimentos - FG-01
9.3.5.1. Coordenadoria de Licitação - FG-04 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
9.3.5.2. Coordenadoria de Contratos - FG-04 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
9.3.5.3. Coordenadoria de Patrimônio - FG-04
9.3.5.4. Coordenação de Almoxarifado - FG-02
9.4. Diretoria de Ensino - CD-3
9.4.1. Coordenação Pedagógica - FG-01
9.4.2. Coordenação de Formação Geral - FG-02
9.4.2.1. Coordenadoria de Ciências Humanas, Linguagens e Códigos - FG-04
9.4.2.2. Coordenadoria de Ciências da Natureza e Matemática - FG-04
9.4.3. Coordenação de Registro Acadêmico - FG-01
9.4.4. Coordenação de Extensão - FG-02
9.4.4.1. Coordenadoria de Relações Empresariais e Egressos - FG-04 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
9.4.5. Coordenação de Pesquisa e Inovação - FG-02
9.4.6. Coordenação de Apoio ao Ensino - FG-02
9.4.7. Coordenadoria de Biblioteca - FG-04
9.4.8. Coordenação de Assistência Estudantil - FG-01 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
9.4.9. Departamento de Ensino Técnico - CD-04
9.4.9.1. Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho - FUC-001
9.4.9.2. Coordenadoria de PROEJA - FG-04
9.4.9.3. Coordenação do Curso Técnico em Informática - FUC-001
9.4.9.4. Coordenação do Curso Técnico em Eletrotécnica - FUC-001
9.4.9.5. Coordenação do Curso Técnico em Edificações - FUC-001
9.4.9.6. Coordenação do Curso Técnico em Redes de Computadores - FUC-001
9.4.10. Departamento de Ensino Superior - CD-04
9.4.10.1. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos - FUC-001
9.4.10.2. Coordenadoria dos Laboratórios de Processos Industriais - FG - 04
9.4.10.3 Coordenação do Curso Superior em Engenharia Elétrica - FUC-001(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
9.4.10.4 Coordenação do Curso Superior em Engenharia Civil - FUC-001
9.4.10.5 Coordenadoria dos Laboratórios de Construção Civil - FG-04
10. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS MARECHAL DEODORO - CD-2
10.1. Gabinete - FG-1
10.1.1. Secretaria do Gabinete - FG-04
10.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-01
10.3. Coordenadoria de Comunicação e Eventos - FG-04
10.4. Coordenadoria de Pesquisa Institucional - FG-04(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
10.5. Diretoria de Ensino - CD-3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10.5.1. Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Tecnologias Ambientais - FUC-001 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
10.5.2. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gastronomia - FUC-001(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
10.5.3. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental - FUC-001
10.5.3.1. Coordenadoria de Laboratório de Meio Ambiente - FG-04
10.5.4. Coordenação do Curso Técnico em Meio Ambiente - FUC-001
10.5.5. Coordenação do Curso Técnico em Guia de Turismo - FUC-001
10.5.6. Coordenação do Curso Técnico em Hospedagem (PROEJA) - FUC-001
10.5.7. Coordenação do Curso Técnico em Cozinha (PROEJA) - FUC-001
10.5.8. Coordenação Pedagógica - FG-01
10.5.9. Coordenadoria de Apoio ao Ensino - FG-04
10.5.10. Departamento de Pesquisa e Extensão - CD-04
10.5.10.1. Coordenação de Extensão - FG-02
10.5.10.2. Coordenação de Pesquisa e Inovação - FG-02
10.6. Diretoria de Administração - CD-03
10.6.1. Coordenação de Suprimentos - FG-01
10.6.1.1. Coordenação de Patrimônio - FG-02
10.6.1.2. Coordenação de Almoxarifado - FG-02
10.6.1.3. Coordenadoria de Gestão de Contratos - FG-04
10.6.1.4 Coordenadoria de Licitações - FG-4
10.6.2. Departamento de Orçamento e Finanças - CD-4 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
10.6.2.1. Coordenação de Orçamento - FG-02(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
10.6.2.2. Coordenadoria de Finanças - FG-04
10.6.3. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
10.6.3.1. Coordenadoria de Projetos e Obras - FG-04
10.5.4. Coordenadoria de Tecnologia da Informação - FG-04
10.5.5. Coordenadoria de Transporte - FG-4
10.5.6. Coordenadoria de Protocolo- FG-4 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
10.6. Departamento de Apoio Acadêmico - CD-04
10.6.1. Coordenação de Registro Acadêmico - FG-01
10.6.2. Coordenadoria de Multimeios - FG-04
10.6.3. Coordenadoria de Biblioteca - FG-04
10.6.4. Coordenadoria de Assistência Estudantil - FG-04
11. DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS SATUBA - CD 02
11.1. Assessoria da Direção Geral - FG-05
11.2. Gabinete - FG-04
11.3. Coordenação de Comunicação e Eventos - FG-01
11.4. Coordenadoria de Pesquisa Institucional - FG-05
11.5. Departamento de Gestão de Pessoas - CD-04
11.5.1. Coordenadoria de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal - FG-04
11.5.2. Coordenadoria de Qualidade de Vida do Servidor - FG-05
11.5.3. Coordenadoria de Gestão de Pessoal - FG-04
11.6. Diretoria de Ensino - CD 03
11.6.1. Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Laticínios - FUC-001
11.6.2. Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária - FUC-001
11.6.3. Coordenação do Curso Técnico em Agroindústria - FUC-001
11.6.4. Coordenadoria de Extensão - FG-03
11.6.4.1. Coordenação de Estágios e Egressos - FG-02
11.6.5. Coordenadoria de Pesquisa - FG-04
11.6.6. Coordenadoria de Pós-Graduação - FG-04
11.6.7. Coordenadoria do PROEJA - FG-04
11.6.8. Coordenação Pedagógica - FG-05
11.6.6. Departamento de Gestão Agropecuária - CD-04
11.6.6.1. Assessoria do Departamento de Gestão Agropecuária - FG-05
11.6.6.2. Coordenação dos Laboratórios de Agroindústria - FG-01
11.6.6.3. Coordenação dos Laboratórios de Agropecuária - FG-01
11.6.6.4. Coordenação de Máquinas e Implementos Agropecuários - FG-03
11.6.6.5. Coordenadoria de Projetos Alternativos - FG-05
11.6.6.6. Coordenadoria de Empreendedorismo - FG-05
11.6.7. Departamento de Apoio Acadêmico - CD-04
11.6.7.1. Coordenação de Registro Acadêmico - FG-02
11.6.7.2. Coordenadoria de Apoio Acadêmico - FG-03
11.6.7.3. Coordenadoria de Recursos Audiovisuais - FG-04
11.6.7.3. Coordenadoria de Biblioteca - FG-05
11.6.8. Departamento de Assistência Estudantil - CD-04
11.6.8.1. Coordenação de Residência Estudantil - FG-02
11.6.8.2. Coordenadoria de Inclusão e Diversidade - FG-05
11.6.8.3. Coordenadoria de Esporte e Lazer - FG-02
11.6.8.4. Coordenadoria de Alimentação e Nutrição - FG-05
11.7. Diretoria de Administração - CD-03
11.7.1. Coordenação de Suprimentos - FG-01
11.7.1.1. Coordenação de Patrimônio - FG-02
11.7.1.2. Coordenação de Almoxarifado - FG-01
11.7.2.3. Coordenadoria de Licitações - FG-5
11.7.2. Coordenação de Tecnologia da Informação - FG-02
11.7.3. Coordenação de Orçamento - FG-02
11.7.4. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02
11.7.5. Coordenadoria de Gestão de Contratos - FG-05
11.7.6. Departamento de Administração e Manutenção - CD-04
11.7.6.1. Coordenação de Manutenção e Conservação - FG-02
11.7.6.2. Coordenadoria de Projetos e Obras - FG-03
11.7.6.3. Coordenadoria de Transporte - FG-04
12. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS ARAPIRACA - CD-02
12.1. Gabinete - FG-04
12.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-01
12.3. Departamento Acadêmico - CD-04
12.3.1. Coordenação Pedagógica - FG-01
12.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Eletroeletrônica - FUC-001
12.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Informática - FUC-001
12.3.4. Coordenação de Formação Geral - FG-02
12.3.5. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01
12.3.5.1. Coordenação de Registro Acadêmico - FG-02
12.3.6. Coordenação de Pesquisa - FG-02
12.3.7. Coordenação de Extensão - FG-02
12.4. Departamento de Administração - CD-04
12.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
12.4.2. Coordenação de Suprimentos - FG-02
12.4.2.1. Coordenadoria de Materiais - FG-04
12.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02
13. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS PENEDO - CD-02
13.1. Gabinete - FG-04
13.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-01
13.3. Departamento Acadêmico - CD-04
13.3.1. Coordenação Pedagógica - FG-01
13.3.2. Coordenação do Curso Superior em Engenharia Ambiental - FUC 001(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
13.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Açúcar e Álcool - FUC-001
13.3.4. Coordenação do Curso Técnico em Meio Ambiente - FUC-001
13.3.5. Coordenação do Curso Técnico em Química - FUC-001(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
13.3.6. Coordenação de Formação Geral - FG-02
13.3.7. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01
13.3.7.1. Coordenação de Registro Acadêmico - FG-02
13.3.8. Coordenação de Pesquisa - FG-02
13.3.9. Coordenação de Extensão - FG-02
13.4. Departamento de Administração - CD-04
13.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
13.4.2. Coordenação de Suprimentos - FG-02
13.4.2.1. Coordenadoria de Materiais - FG-04
13.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02
14. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS MARAGOGI - CD-02
14.1. Gabinete - FG-04
14.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-01
14.3. Departamento Acadêmico - CD-04
14.3.1. Coordenação Pedagógica - FG-01
14.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Agroecologia - FUC-001
14.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Hospedagem - FUC-001
14.3.4. Coordenação do Curso Técnico em Restaurante e Bar - FUC-001(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
14.3.5. Coordenação de Formação Geral - FG-02
14.3.6. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01
14.3.6.1. Coordenação de Registro Acadêmico - FG-02
14.3.7. Coordenação de Pesquisa - FG-02
14.3.8. Coordenação de Extensão - FG-02
14.4. Departamento de Administração - CD-04
14.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
14.4.2. Coordenação de Suprimentos - FG-02
14.4.2.1. Coordenadoria de Materiais - FG-04
14.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02
15. DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS PIRANHAS - CD-02
15.1. Gabinete - FG-04
15.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-01
15.3. Departamento Acadêmico - CD-04
15.3.1. Coordenação Pedagógica - FG-01
15.3.2. Coordenação do Curso Superior em Engenharia de Alimentos - FUC-001 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
15.3.3. Coordenação do Curso Superior em Engenharia Agronômica - FUC-001(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
15.3.4. Coordenação do Curso Técnico em Alimentos - FUC-001(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
15.3.5. Coordenação do Curso Técnico em Agroecologia - FUC-001
15.3.6. Coordenação do Curso Técnico em Agroindústria - FUC-001
15.3.7. Coordenação de Formação Geral - FG-02
15.3.8. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01
15.3.8.1. Coordenação de Registro Acadêmico - FG-02
15.3.9. Coordenação de Pesquisa - FG-02
15.3.10. Coordenação de Extensão - FG-02
15.4. Departamento de Administração - CD-04
15.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
15.4.2. Coordenação de Suprimentos - FG-02
15.4.2.1. Coordenadoria de Materiais - FG-04
15.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02
16. DIREÇÃO DO CAMPUS MURICI - CD-02
16.1. Gabinete - FG-04
16.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-01
16.3. Departamento Acadêmico - CD-04
16.3.1. Coordenação Pedagógica - FG-01
16.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Agroecologia - FUC-001
16.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Agroindústria - FUC-001
16.3.4. Coordenação de Formação Geral - FG-02
16.3.5. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01
16.3.5.1. Coordenação de Registro Acadêmico - FG-02
16.3.6. Coordenação de Pesquisa - FG-02
16.3.7. Coordenação de Extensão - FG-02
16.4. Departamento de Administração - CD-04
16.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
16.4.2. Coordenação de Suprimentos - FG-02
16.4.2.1. Coordenadoria de Materiais - FG-04
16.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02
17. DIREÇÃO DO CAMPUS SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - CD-02
17.1. Gabinete - FG-04
17.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-01
17.3. Departamento Acadêmico - CD-04
17.3.1. Coordenação Pedagógica - FG-01
17.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Segurança do Trabalho - FUC-001
17.3.3. Coordenação de Formação Geral - FG-02
17.3.4. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01
17.3.4.1. Coordenação de Registro Acadêmico - FG-02
17.3.5. Coordenação de Pesquisa - FG-02
17.3.6. Coordenação de Extensão - FG-02
17.4. Departamento de Administração - CD-04
17.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
17.4.2. Coordenação de Suprimentos - FG-02
17.4.2.1. Coordenadoria de Materiais - FG-04
17.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02
18. DIREÇÃO DO CAMPUS SANTANA DE IPANEMA - CD-02
18.1. Gabinete - FG-04
18.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-01
18.3. Departamento Acadêmico - CD-04
18.3.1. Coordenação Pedagógica - FG-01
18.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária - FUC-001
18.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Administração - FUC-001 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
18.3.4. Coordenação de Formação Geral - FG-02
18.3.5. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01
18.3.5.1 Coordenação de Registro Acadêmico - FG-02
18.3.6. Coordenação de Pesquisa - FG-02
18.3.7. Coordenação de Extensão - FG-02
18.4. Departamento de Administração - CD-04
18.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
18.4.2. Coordenação de Suprimentos - FG-02
18.4.2.1. Coordenadoria de Materiais - FG-04
18.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02
18.4.4. Coordenação de Gestão Agropecuária - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
19. DIREÇÃO DO CAMPUS BATALHA - CD-02
19.1. Gabinete - FG-02
19.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-02
19.3. Departamento Acadêmico - CD-04
19.3.1. Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária - FUC-001
19.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Agroindústria - FUC-001
19.3.3. Coordenação de Formação Geral - FG-02
19.3.4. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01
19.3.5. Coordenação de Pesquisa e Extensão - FG-02
19.4. Departamento de Administração - CD-04
19.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
19.4.2. Coordenação de Suprimentos e Materiais - FG-02
19.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
20. DIREÇÃO DO CAMPUS CORURIPE - CD-02
20.1. Gabinete - FG-02
20.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-02
20.3. Departamento Acadêmico - CD-04
20.3.1. Coordenação do Curso Técnico em Edificações - FUC-001
20.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Soldagem - FUC-001
20.3.3. Coordenação do Curso Técnico em Manutenção de Máquinas Industriais - FUC-001 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
20.3.4. Coordenação de Formação Geral - FG-02
20.3.5. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01
20.3.6. Coordenação de Pesquisa e Extensão - FG-02
20.4. Departamento de Administração - CD-04
20.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
20.4.2. Coordenação de Suprimentos e Materiais - FG-02
20.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
21. DIREÇÃO DO CAMPUS RIO LARGO - CD-02
21.1. Gabinete - FG-02
21.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-02
21.3. Departamento Acadêmico - CD-04
21.3.1. Coordenação do Curso Técnico em Informática - FUC-001
21.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Sistemas de Energias Renováveis - FUC-001(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
21.3.3. Coordenação de Formação Geral - FG-02

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21.3.4. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01
21.3.5. Coordenação de Pesquisa e Extensão - FG-02
21.4. Departamento de Administração - CD-04
21.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01
21.4.2. Coordenação de Suprimentos e Materiais - FG-02
21.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
22. DIREÇÃO DO CAMPUS VIÇOSA - CD-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
22.1. Gabinete - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
22.2. Coordenação de Gestão de Pessoas - FG-02
22.3. Departamento Acadêmico - CD-04
22.3.1. Coordenação do Curso Técnico em Administração - FUC-001
22.3.2. Coordenação do Curso Técnico em Informática - FUC-001
22.3.3. Coordenação de Formação Geral - FG-2 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
22.3.4. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01
22.3.5. Coordenação de Pesquisa e Extensão - FG-2 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
22.4. Departamento de Administração - CD-04
22.4.1. Coordenação de Administração e Manutenção - FG-01(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
22.4.2. Coordenação de Suprimentos e Materiais - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
22.4.3. Coordenação de Contabilidade e Finanças - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
23. DIREÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO MACEIÓ BENEDITO BENTES - CD-3 (alterado pela Resolução nº 27/CS de 10/6/2016)
23.1. Gabinete - FG-4 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
23.2. Departamento Acadêmico - CD-04 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
23.2.1. Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Rede em Educação Profissional e Tecnológica - FUC-001. (Alterada pela Resolução nº 20/CS/2017, de 28/12/2017, ad referendum)
23.2.2. Coordenação de Apoio Acadêmico - FG-01(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
23.2.3. Coordenação de Curso Técnico em Logística - FUC-001(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
23.2.4. Coordenação do Curso Técnico em Enfermagem - FUC-001(Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)
23.3. Departamento de Administração - CD-04 (Alterada pela Resolução nº 10/CS/2018, de 4/5/2018-Ad referendum)
23.3.1. Coordenadoria de Administração e Manutenção - FG-02 (Alterada pela Resolução nº 37/CS/2016, de 15/8/2016)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS IBATIBA

PORTARIA Nº 186, DE 24 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS IBATIBA, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO, no uso de suas atribuicoes legais, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado a Contratacao de Professor Substituto de que trata o Edital n° 01/2018, conforme relação anexa.

ANEXO

Área de Estudo/Disciplina: Matemática

N. de Inscrição	Nome do Candidato	Ponto	Classificação
MAT-07	Alessandro Rosa Silva	65,78	1º

Área de Estudo/Disciplina: Engenharia Florestal

N. de Inscrição	Nome do Candidato	Ponto	Classificação
AMB-01	Saulo Biasutti	65,60	1º
AMB-13	Rafael Rezende Novais	63,79	2º
AMB-10	Selena Lopes Carvalho	57,20	3º

EGLON RHUAN SALAZAR GUIMARÃES

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 405, DE 18 DE MAIO DE 2018

Inclusão de novos avaliadores no BASis.

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no § 5º, do Art. 34, da Portaria Normativa nº 19 de 13 de dezembro de 2017, bem como considerando as recentes deliberações da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I a esta Portaria, a relação nominal dos avaliadores selecionados e capacitados para avaliação Institucional Externa do SINAES, para o ato autorizativo de credenciamento, homologados pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, na 128ª Reunião Ordinária, no dia 09 de maio do corrente, que passam a integrar o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIÂNGELA ABRÃO

ANEXO I

CPF	Nome
038.123.354.50	Ankilma do Nascimento Andrade
381.332.374-91	Antonio Cicero de Araujo
289.919.288-46	Antonio Gandini Junior
210.131.522-04	Argemiro Midones Bastos
158.464.778-79	Beatriz Leme Passos Carvalho
530.512.896-04	Braz Antônio Pereira Cosenza
210.591.016-53	Elizabeth Maria Lopes Toledo
797.150.795-04	Francis Karol Gonçalves de Almeida
051.564.206-13	Gisele Fernandes Loures
719.496.824-04	Marcos Alexandre de Melo Barros
246.689.298-75	Odair Franca de Carvalho
252.242.203-00	Zilmar Timoteo Soares
286.685.278-86	Alexandre la Luna
095.559.747-13	Bianca Magnelli Mangiavacchi

PORTARIA Nº 411, DE 22 DE MAIO DE 2018

Inclusão de novos avaliadores no BASis.

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no § 5º, do Art. 34, da Portaria Normativa nº 19 de 13 de dezembro de 2017, bem como considerando as recentes deliberações da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I a esta Portaria, a relação nominal dos avaliadores selecionados e capacitados no Instrumento de Avaliação Institucional Externa do SINAES, para o ato autorizativo de credenciamento, homologados pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA - em sua 127ª Reunião Ordinária, que passam a integrar o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIÂNGELA ABRÃO

ANEXO I

Nome	CPF
Abiderman Lima de Moura	365.167.675-72
Abigail Deolinda Lunelli Pinto	627.395.309-00
Adelino Candido Pimenta	117.527.691-04
Adilson Anacleto	585.949.229-49
Adriana Aparecida Cossentini Campos	164.608.338-50
Adriana Giovanela	004.704.029-70
Adriana Porto	558.301.100-91
Adriana Regina De Jesus Santos	852.880.989-72
Adriana Rodrigues Da Silva	864.151.071-00
Adriana Melo Santos	966.606.195-34
Adriano de Sales Coelho	138.425.688-19
Adriano Luis Fonseca	121.505.478-56
Adriano Rodrigues	949.021.356-04
Adriano Tacca	545.005.400-91
Agilson Poquiviqui	778.135.531-87
Alessandra Fracaroli Perez	215.815.538-89
Alessandra Vanessa Ferreira dos Santos	995.665.839-15
Alvaro Adolfo Vilas Boas Castilho	274.252.098-88
Ana Conceicao Alves Santiago	963.798.555-72
Ana Cristina Rodrigues de Vasconcellos	935.655.007-78
Ana Lúcia Carvalho de Souza	201.624.562-04
Ana Paula Guimarães	027.545.739-76
Anderson Belgamo	282.071.568-05
Andre Alves Portella	929.886.875-87
Andrewes Pozeczek Koltermann	990.332.830-34
Antonio Alexandre Iorio Ferreira	375.470.114-20
Antonio Carlos da Silva Costa de Souza	104.545.178-90
Antonio Djalma de Sousa Vasconcelos	043.991.452-34
Antonio Sérgio Torres Penedo	277.146.718-66
Beatriz Souza Pedreira De Freitas	799.985.005-59
Bruno Borges do Carmo	055.042.087-85
Carla da Silva Machado	108.643.528-16
Christianne Torres de Paiva	428.206.184-72
Cleber Pimentel Barbosa	931.552.396-20
Cleberton Carvalho Soares	782.609.065-20
Clenio Rene Kurz Bohmer	455.344.030-04
Danielle Da Motta Ferreira Fialho	033.169.189-22
Danillo Xavier Saes	027.560.089-07
Denirio Itamar Lopes Marques	928.949.680-00
Denise Maria dos Santos Paulinelli Raposo	651.163.561-91
Dornelles Vissotto Junior	025.172.009-80
Eduardo Meireles	310.962.008-13
Erbs Cintra de Souza Gomes	957.731.505-49
Everton Drohomeretski	004.147.189-09
Fábio Antonio Silva	845.464.171-87
Fátima Regina Zan	283.817.500-91
Felipe Martins Muller	442.925.380-34
Flaviano Costa	026.052.309-70
Francisco José Sampaio	244.702.363-49
Gabriela Bastos Soares	712.078.994-53
Gilvan Viana dos Santos	124.842.488-30
Henrique Rocha	636.686.617-15
Hilda Alberton De Carvalho	704.408.249-15
Humberto Ferreira de Oliveira Quites	033.255.936-07
Ibsen B. Santana Pinto	028.831.694-03
Ilka Baia de Araujo	358.275.562-20
Iolanda Claudia Sanches Catarino	783.293.709-25
Jane Correa Alves Mendonça	030.928.487-21
João Augusto Cardoso	035.727.108-47
João Ricardo Araújo dos Santos	109.390.518-26
Jorge Renato Johann	130.546.860-00
José Adriano Junqueira	079.527.498-03
Juciane Aparecida Furlan Inchauspe	000.491.770-79
Karin Ritter Jelinek	769.140.970-20
Laís Karla da Silva Barreto	010.126.604-94
Larissa Siqueira Camargo	041.399.949-16
Leandro César Diniz da Silva	826.650.016-91
Leide Albergoni Do Nascimento	030.669.559-66
Leila Massaroni	674.747.217-91
Lincoln Villas Boas Macena	249.154.658-29
Lindinei Rocha Silva	019.519.857-37
Luci Fernandes De Lima	043.033.888-07
Lucia Lovato Leiria	408.975.750-91
Luis Antonio Monteiro Campos	001.382.197-02
Luiz Carlos Pereira Silva	279.665.558-01
Manuel Santos Borges Alvarez	523.659.217-87
Márcia Batista da Fonsêca	884.363.494-15
Márcia Cristiane Canguçu Rodrigues de Souza	040.267.679-30
Marcio Miranda Santos	035.468.866-90
Marcizo Veimar Cordeiro Viana Filho	667.374.783-87
Marco Aurelio Claudiano da Silva	705.740.309-72
Maria de Lara Moutta Calado de Oliveira	666.460.654-20
Maria Imaculada Chao Cabanas	329.377.257-91
Maria Verônica Andrade da Silveira Edmundson	345.223.794-04
Murilo Angeli Dias dos Santos	250.752.758-77
Nacim Miguel Francisco Junior	755.376.569-49
Nilton Manoel Lacerda Adão	909.882.139-15
Ocimar Antonio de Castro	091.943.708-77
Paulo Brasil Dill Soares	272.497.190-68
Paulo Cesar Marques de Andrade Santos	367.584.265-72
Paulo Rafael Monteiro Nascimento	725.385.207-97
Paulo Renato Lessa Pinto	218.929.110-00
Pedro Arruda Júnior	083.110.376-04
Pedro Henrique Menezes Ferreira	075.952.406-89
Pedro Luiz Stieler	808.049.000-78
Renato Pereira Aurélio	052.673.176-16
Rita de Cássia Rodrigues Del Bianco	333.068.001-63
Rogerio Tiyo	958.656.919-53
Rosany Correa	566.517.593-53
Roseneide Maria Batista Cirino	784.122.009-00
Rui Brito	266.586.798-27
Samaris Ramiro Pereira	107.585.038-06
Sarah Medeiros Souto Gomes	527.042.624-20
Sérgio Antonio Ribeiro Campos	066.604.356-62
Silvio Silvestre Barczsz	020.905.929-07
Simone Aguiar Costa Lima Maranhão	598.077.097-68
Soraia Castellano	048.715.018-09
Thales Reis	693.154.506-04
Vilma Aguiar	362.015.881-91
Viviane Barreto Motta Nogueira	694.143.354-04
Waldomiro Bezerra	846.542.954-53
Wanderklayson Aparecido Medeiros De Oliveira	044.821.816-09

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 355, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, da Escola de Ensino Superior Fabra, com sede à Rua Pouso Alegre, Nº 49, Bairro Barcelona, Município de Serra, Estado do Espírito Santo, mantida pelo Centro de Ensino Superior Fabra (CNPJ: 03.580.192/0001-40).

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos neste ato autorizados são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO (Autorização de Cursos)

ORDEM	PROCESSO	CURSO (GRAU)	VAGAS
1	201610525	MARKETING (TECNOLÓGICO)	120 (CENTO E VINTE)
2	201610526	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	120 (CENTO E VINTE)
3	201610527	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	150 (CENTO E CINQUENTA)
4	201610528	TEOLOGIA (BACHARELADO)	120 (CENTO E VINTE)

PORTARIA Nº 356, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, da Faculdade Figueiredo Costa - FIC, com sede à Rua Barão de Jaraguá, Nº 398, Bairro Jaraguá, Município de Maceió, Estado de Alagoas, mantida pela União de Faculdades de Alagoas Ltda - Epp (CNPJ: 02.751.616/0001-20).

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos neste ato autorizados são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento dos cursos, neste ato autorizados, nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO (Autorização de Cursos)

ORDEM	PROCESSO	CURSO (GRAU)	VAGAS
1	201507879	ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	300 (TREZENTAS)
2	201508111	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (BACHARELADO)	300 (TREZENTAS)

PORTARIA Nº 357, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos neste ato autorizados são, exclusivamente, aqueles constantes do PDI e PPC, nos termos do Art. 4º do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017 e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO (Reconhecimento EaD)

ORDEM	PROCESSO	IES (SIGLA)	MANTENEDORA	CURSO (GRAU)	VAGAS
1	200900866	UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE (UNINCOR)	FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA TRICORDIANA DE EDUCAÇÃO (CNPJ: 25.872.854/0001-99)	ADMINISTRAÇÃO (BACHARELADO)	250 (DUZENTAS E CINQUENTA)
2	201008480	UNIVERSIDADE PAULISTA (UNIP)	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO (CNPJ: 06.099.229/0001-01)	SERVIÇO SOCIAL (BACHARELADO)	47.880 (QUARENTA E SETE MIL, OITOCENTAS E OITENTA)
3	201405681	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO (UNICID),	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ: 43.395.177/0001-47)	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (TECNOLÓGICO)	350 (TREZENTAS E CINQUENTA)
4	201413062	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (CNPJ: 95.591.764/0001-05	PROGRAMA ESPECIAL DE GRADUAÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (LICENCIATURA)	125 (CENTO E VINTE E CINCO)
5	201415855	CENTRO UNIVERSITÁRIO DINÂMICA DAS CATARATAS (UDC)	UNIÃO DINÂMICA DE FACULDADES CATARATAS UDC LTDA (CNPJ: 01.208.350/0001-00)	GESTÃO FINANCEIRA (TECNOLÓGICO)	2.000 (DUAS MIL)
6	201501088	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (CNPJ: 28.523.215/0001-06)	SEGURANÇA PÚBLICA (TECNOLÓGICO)	500 (QUINHENTAS)
7	201501795	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO(CNPJ: 33.004.540/0001-00)	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (LICENCIATURA)	210 (DUZENTAS E DEZ)
8	201501819	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA (CNPJ: 84.684.182/0001-57)	LOGÍSTICA (TECNOLÓGICO)	1.000 (MIL)
9	201507270	UNIVERSIDADE ANHANGUERA (UNIDERP)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04.310.392/0001-46)	HISTÓRIA (LICENCIATURA)	1.000 (MIL)
10	201602395	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (UNINOVE)	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO (CNPJ: 43.374.768/0001-38)	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (BACHARELADO)	210 (DUZENTAS E DEZ)
11	201602471	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (UNINOVE)	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO (CNPJ: 43.374.768/0001-38)	QUÍMICA (LICENCIATURA)	2.000 (DUAS MIL)
12	201602473	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (UNINOVE)	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO (CNPJ: 43.374.768/0001-38)	GESTÃO AMBIENTAL (TECNOLÓGICO)	600 (SEISCENTAS)
13	201605151	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL (UNINTER)	UNINTER EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 02.261.854/0001-57)	HISTÓRIA (LICENCIATURA)	4.000 (QUATRO MIL)
14	201607619	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (CNPJ: 15.461.510/0001-33)	GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	40 (QUARENTA)
15	201607623	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (CNPJ: 24.098.477/0001-10)	LETRAS - ESPANHOL (LICENCIATURA)	600 (SEISCENTAS)
16	201607728	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (CNPJ: 05.149.726/0001-04)	MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	330 (TREZENTAS E TRINTA)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17	201608210	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM - BOSCO	DOM BOSCO ENSINO SUPERIOR LTDA. (CNPJ: 02.797.469/0001-29)	GESTÃO FINANCEIRA (TECNOLÓGICO)	1.900 (MIL E NOVECENTOS)
18	201609626	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO (UNICID)	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ: 43.395.177/0001-47)	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA)	250 (DUZENTAS E CINQUENTA)
19	201609753	FACULDADE UNYLEYA	UNYEAD EDUCACIONAL S.A. (CNPJ: 24.531.339/0001-82)	LOGÍSTICA (TECNOLÓGICO)	240 (DUZENTAS E QUARENTA)
20	201610226	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	FILOSOFIA (LICENCIATURA)	360 (TREZENTAS E SESSENTA)

PORTARIA Nº 358, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201609798, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido, em caráter experimental, o curso superior de tecnologia em Gestão de Seguros, na modalidade a distância, ofertado pela Mantida: Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com sede à Rua do Sacramento, Nº 230, Bairro Rudge Ramos, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (CNPJ: 44.351.146/0001-57).

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais do curso são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 359, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC n°s 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201415042, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido, em caráter experimental, o Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes - Geografia, Licenciatura, na modalidade a distância, ofertado pela UNIVERSIDADE DE FRANCA (UNIFRAN), com sede à Avenida Doutor Armando Sales Oliveira, Nº 201, Bairro Parque Universitário, Município de Franca, Estado de São Paulo, mantida pela ACEF S/A. (CNPJ: 46.722.831/0001-78).

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais do curso são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 360, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBÉRIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201405762	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ALFA DE CAPELINHA	INSTITUTO EDUCACIONAL ALMENARA LTDA - EPP	RUA DAS FLORES, 955 E 965, CENTRO, CAPELINHA/MG
2.	201709187	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE MIGUEL PEREIRA	FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA	RUA AVARENGA PEIXOTO, 111, VILA SELMA, MIGUEL PEREIRA/RJ
3.	201601893	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DOS PALMARES	REDE FLORENCE DE ENSINO LTDA - ME	AVENIDA CORONEL PEDRO PARANHOS, 290, CENTRO, PALMARES/PE
4.	201607584	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE ÁGUAS LINDAS	INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA AGUAS LINDAS S/C LTDA - ME	QUADRA QUADRA 71, LOTES 26/31, AV. TIRADENTES BAIRRO JARDIM PÉROLA II, JARDIM PÉROLA DA BARRAGEM II, ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS/GO
5.	201701746	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE CAMPINA GRANDE	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA MARQUÊS DO HERVAL, 39, CENTRO, CAMPINA GRANDE/PB
6.	201609351	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PALMAS	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA	QUADRA 1102 SUL AVENIDA JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, S/N, CONJUNTO 1, LOTES 01 E 02, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS/TO
7.	201701745	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE CAMPINA GRANDE	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA MARQUÊS DO HERVAL, 39, CENTRO, CAMPINA GRANDE/PB
8.	201609355	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PALMAS	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA	QUADRA 1102 SUL AVENIDA JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, S/N, CONJUNTO 1, LOTES 01 E 02, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS/TO
9.	201608345	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ÁGUAS LINDAS	INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA AGUAS LINDAS S/C LTDA - ME	QUADRA QUADRA 71, LOTES 26/31, AV. TIRADENTES BAIRRO JARDIM PÉROLA II, JARDIM PÉROLA DA BARRAGEM II, ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS/GO
10.	201602282	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ATUALIZA	ATUALIZA ASSESSORIA TREINAMENTO E SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA JURACY MAGALHÃES JÚNIOR, 1388, (SENT LARGO DA MARIQUITA-ITAIGARA), RIO VERMELHO, SALVADOR/BA
11.	201508631	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE CAMPO GRANDE	PL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA	RUA EUCLIDES DA CUNHA, 1216, - DE 229/230 A 1289/1290, JARDIM DOS ESTADOS, CAMPO GRANDE/MS
12.	201609354	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PALMAS	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA	QUADRA 1102 SUL AVENIDA JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, S/N, CONJUNTO 1, LOTES 01 E 02, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS/TO
13.	201609352	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PALMAS	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA	QUADRA 1102 SUL AVENIDA JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, S/N, CONJUNTO 1, LOTES 01 E 02, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS/TO
14.	201702927	DIREITO (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADES INTEGRADAS DE MIGUEL PEREIRA	FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA	RUA AVARENGA PEIXOTO, 111, VILA SELMA, MIGUEL PEREIRA/RJ
15.	201507414	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CEDIN	CEDIN EDUCACIONAL LTDA - ME	ALAMEDA EZEQUIEL DIAS, 275, CENTRO, BELO HORIZONTE/MG
16.	201609350	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PALMAS	INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA	QUADRA 1102 SUL AVENIDA JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, S/N, CONJUNTO 1, LOTES 01 E 02, PLANO DIRETOR SUL, PALMAS/TO
17.	201506030	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE HOSPITAL SÃO PAULO DE MURIAÉ	CASA DE CARIDADE DE MURIAE - HOSPITAL SAO PAULO	RUA CEL. IZALINO, 187, CENTRO, MURIAÉ/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18.	201405094	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ALFA DE CAPELINHA	INSTITUTO EDUCACIONAL ALMENARA LTDA - EPP	RUA DAS FLORES, 955 E 965, CENTRO, CAPELINHA/MG
19.	201508630	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE CAMPO GRANDE	PL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA	RUA EUCLIDES DA CUNHA, 1216, - DE 229/230 A 1289/1290, JARDIM DOS ESTADOS, CAMPO GRANDE/MS
20.	201507415	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE CEDIN	CEDIN EDUCACIONAL LTDA - ME	ALAMEDA EZEQUIEL DIAS, 275, CENTRO, BELO HORIZONTE/MG
21.	201609623	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	FBE BRASIL EDUCACAO LTDA - ME	RUA ADHEMAR PINHEIRO LEMOS, 1617, IMBUÍ, SALVADOR/BA

DESPACHOS DE 24 DE MAIO DE 2018

Decide pelo arquivamento do Processo MEC nº 23000.000383/2013-44.

Nº 38 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais expressos na legislação da educação superior e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1º, 3º e 10 da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e 54 a 56, 68 e 69 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 42/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina em relação à FACULDADE DE CARIACICA (cód. 1727), mantida pela Educacional Centro-Leste S/C Ltda (cód. 1143), inscrita no CNPJ sob o nº 03.757.974/0001-02, sediada no Município de Cariacica - ES:

(i)Seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23000.000383/2013-44.

(ii)Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Decide pelo arquivamento do Processo MEC nº 23000.000533/2013-10.

Nº 39 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais expressos na legislação da educação superior e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1º, 3º e 10 da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e 54 a 56, 68 e 69 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 43/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina em relação à FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE FORTALEZA (cód. 837), mantida pela Associação de Ensino Superior de Fortaleza (cód. 580) - CNPJ 11.744.984/0001-31, localizada no Município de Fortaleza - CE:

(i)Seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23000.000533/2013-10.

(ii)Ficam revogadas as medidas cautelares incidentais aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 197, de 2012.

(iii) Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Decide pelo arquivamento do Processo MEC nº 23709.000030/2016-10.

Nº 40 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais expressos na legislação da educação superior e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1º, 3º e 10 da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e 54 a 56, 68 e 69 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 42/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina em relação à FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE LEOPOLDINA (cód. 15468), mantida pela Fundação Presidente Antônio Carlos (cód. 221), inscrito no CNPJ sob o nº 17.080.078/0001-66, sediada no Município de Leopoldina -MG:

(i)Seja arquivado o Processo de Supervisão nº 23709.000030/2016-10.

(ii)Seja notificada do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SERES/MEC nº 344, de 21 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2018, Seção 1, página 25, onde se lê: "Seja aplicada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 201101841 de seu recredenciamento", leia-se: "Seja aplicada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 201364757 de seu recredenciamento".

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União nº 94, de 17 de maio de 2018, Seção 1, página 25, no título Retificações, onde se lê: "Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.020, Prudentópolis/PR", leia-se: "Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.012, Prudentópolis/PR", conforme Nota Técnica nº 55/2018/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 18/05/2018. (Registro e-MEC nº 201610599 e Processo SEI nº 23000.015986/2018-55).

No Diário Oficial da União nº 94, de 17 de maio de 2018, Seção 1, página 25, no título Retificações, onde se lê: "Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.020, Prudentópolis/PR", leia-se: "Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.012, Prudentópolis/PR", conforme Nota Técnica nº 55/2018/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 18/05/2018. (Registro e-MEC nº 201610338 e Processo SEI nº 23000.015986/2018-55).

No Diário Oficial da União nº 94, de 17 de maio de 2018, Seção 1, página 25, no título Retificações, onde se lê: "Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.020, Prudentópolis/PR", leia-se: "Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.012, Prudentópolis/PR", conforme Nota Técnica nº 55/2018/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 18/05/2018. (Registro e-MEC nº 201610612 e Processo SEI nº 23000.015986/2018-55).

Na Portaria SERES nº 120, de 8 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 68, de 11 de abril de 2016, Seção 1, páginas 33 e 34, onde se lê: "Fica autorizado o curso de Formação de Docentes para a Educação Básica, Licenciatura, na modalidade a distância", leia-se: " Fica autorizado o curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio, Licenciatura, na modalidade a distância". (Processo e-MEC nº 201356279)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 380, DE 24 DE MAIO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.024106/2018-99 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado de Profissionais Técnicos Especializados em Língua de Sinais do Campus Araranguá - ARA, instituído pelo Edital nº 036/DDP/PRODEGESP/2018, de 13 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 72, Seção 3, de 16/04/2018.

Área/Subárea de conhecimento:

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 02 (duas)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Jheniffer Alana Datsch Ormond	70,6

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ATO Nº 7, DE 24 DE MAIO DE 2018

Processo 23086.002697/2018-93.

O Ordenador de Despesas, no uso de suas atribuições, conferidas pela portaria nº 2468 de 31 de agosto de 2017, resolve: expedir autorização de pagamento de Taxa de Anuidade, exercício 2018, em favor da FOPROP - Fórum Nacional de Pró-reitores de Pesquisa e Pós Graduação, no valor de R$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

JOSÉ GERALDO DAS GRAÇAS

Ministério da Fazenda

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 22 DE MAIO DE 2018

INTIMAÇÃO Nº 210/2018-CVM/SPS/CCP
PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/8904 - 19957.009223/2016-37

Acusados	Advogados
Ledger - Auditores Independentes	Não constituiu advogado

Assunto: Rito Simplificado - abertura de prazo para vista e manifestação dos acusados

Conforme determinado pelo Diretor-Relator Pablo Renteria, tendo em vista que as infrações imputadas aos acusados são consideradas de menor complexidade, o processo em referência foi enquadrado para tramitação via Rito Simplificado. Sendo assim, nos termos do art. 38-B, §1º da Deliberação CVM nº 538/08, INTIMO o acusado no processo em referência a tomar ciência e, querendo, apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial da União, acerca do Relatório nº 5/2018-CVM/SNC, elaborado em conformidade com o art. 38-B, também da Deliberação CVM nº 538/08.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

DESPACHO DE 22 DE MAIO DE 2018

INTIMAÇÃO Nº 211/2018-CVM/SPS/CCP
PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/8335 - 19957.008192/2016-05

Acusados	Advogados
Washington Ferreira Braga	Não constituiu advogado

Assunto: Rito Simplificado - Abertura de Prazo para Vista e Manifestação dos Acusados

Conforme determinado pelo Diretor-Relator Pablo Renteria, tendo em vista que as infrações imputadas aos acusados são consideradas de menor complexidade, o processo em referência foi enquadrado para tramitação via Rito Simplificado. Sendo assim, nos termos do art. 38-B, §1º da Deliberação CVM nº 538/08, INTIMO o acusado no processo em referência a tomar ciência e, querendo, apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial da União, acerca do Relatório nº 4/2018-CVM/SNC, elaborado em conformidade com o art. 38-B, também da Deliberação CVM nº 538/08.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

DECISÃO DE 24 DE ABRIL DE 2017

PARTICIPANTES
MARCELO BARBOSA - PRESIDENTE
GUSTAVO RABELO TAVARES BORBA - DIRETOR
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA - DIRETOR
GUSTAVO GONZALEZ - DIRETOR
RECURSO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVAS - JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA - PAS 02/2013

Acusados	Advogados
Eugêncio Pacelli Marques de Almeida Holanda	José Carlos Torres Neves Osorio - OAB/RJ nº 11.316 Antoio Carlos Pereira de Lemos Basto - OAB/RJ nº 129.215
Eduardo Jorge Chame Saad	José Carlos Torres Neves Osorio - OAB/RJ nº 11.316 Antoio Carlos Pereira de Lemos Basto - OAB/RJ nº 129.215
Carlos Henrique Farias	Melhim Namem Chalhub - OAB/RJ nº 3.141 Daniella Araújo Rosa - OAB/RJ nº 104.304
Alexej Predtchensky	Luiz Otavio P. Villela - OAB/RJ nº 95.478 Aline do Amaral Pereira - OAB/RJ nº 104.449
Adilson Florêncio da Costa	Luiz Otavio P. Villela - OAB/RJ nº 95.478 Aline do Amaral Pereira - OAB/RJ nº 104.449
BNY Mellon Administração de Ativos Ltda.	Nelson Eizirk - OAB/RJ nº 38.730 Marcus de Freitas Enriques - OAB/RJ nº 95.317
BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.	Nelson Eizirk - OAB/RJ nº 38.730 Marcus de Freitas Enriques - OAB/RJ nº 95.317
José Carlos Lopes Xavier de Oliveira	João Manoel de Lima Júnior - OAB/RJ nº 155.653 Luis Hermano Caldeira Spalding - OAB/RJ nº 34.185

Reg. nº 0227/16
Relator: DGG

O Diretor Pablo Renteria declarou-se impedido, tendo deixado a sala durante o exame do caso.

Trata-se de recurso apresentado por José Carlos Lopes Xavier de Oliveira ("Recorrente" ou "Acusado") contra decisão do Diretor Relator Gustavo Gonzalez, publicada em 07.03.2018, que indeferiu seu pedido de produção de provas no âmbito do Processo Administrativo Sancionador n° 02/2013 ("Processo"), no qual o Recorrente figura como acusado por ter concorrido decisivamente para a prática de operação fraudulenta no mercado de valores mobiliários, em infração ao item I c/c item II, "c", da Instrução CVM 8/1979.

O Processo foi instaurado para apurar eventuais irregularidades relacionadas à utilização de créditos contra o Fundo de Compensação de Variações Salariais ("FCVS") na estruturação de Cédulas de Crédito Imobiliário ("CCI's") e na constituição de fundos de investimento.

Em sua defesa, o Acusado requereu "a produção de prova testemunhal necessária para comprovar se houve, de fato, fraude na determinação do preço dos contratos contra o FCVS, com a oitiva por esta D. CVM dos profissionais da LF Rating e da KPMG responsáveis, respectivamente, pelo relatório de rating que classificou os contratos que lastrearam a emissão das CCIs pela MTTG como'AA+' e pelo relatório que atestou sua regularidade formal".

A solicitação foi indeferida pelo Relator, que justificou que "a produção de prova testemunhal requerida é desnecessária, pois, nos termos do requerimento, ela apenas confirmaria fatos que a acusação assumiu como verdadeiros.".

O Recorrente, por sua vez, interpôs recurso argumentando que "a decisão merece ser reformada dada a importância da colheita oral para a devida análise das condições em que se deram as operações questionadas neste processo administrativo, operações estas lastreadas em papéis cuja classificação de crédito atestava grau elevado de qualidade (AA+), nos termos relatados por agências especializadas".

Em seu voto, o Relator Gustavo Gonzalez asseverou que "já se encontra nos autos documentação referente aos serviços realizados por KPMG e LF Rating. Da leitura dos referidos documentos verifica-se que os serviços foram feitos com suporte em documentação fornecida pela Tetto S.A., na qual consta extrato emitido pela Caixa [Caixa Econômica Federal] no período da pane do SICVS (Sistema de Administração do FCVS)."

A esse respeito, o Relator destacou que, segundo a narrativa acusatória, "as manifestações das referidas instituições [KPMG e LF Rating] teriam, portanto, atestado a regularidade e a qualidade de crédito com base em documentos que não refletiam a real situação dos contratos". No entanto, o Diretor ressaltou que "A Acusação não considera (...) que as referidas avaliações são fraudulentas, embora argumente que essas contribuíram para a suposta fraude engendrada em momento posterior, quando da realização de operações envolvendo fundos de investimento que resultaram, direta ou indiretamente, na transferência onerosa das CCIs."

Dessa forma, Gustavo Gonzalez concluiu que não havia sentido em determinar a oitiva de profissionais da KPMG e LF Rating para, segundo o pedido do Recorrente, "comprovar se houve, de fato, fraude na determinação do preço dos contratos contra o FCVS". Afinal, para o Relator, "não se questiona a metodologia utilizada pelas instituições, mas a qualidade de documentos que essas receberam e cuja validade assumiram como premissa de seu trabalho".

Pelo exposto, o Relator votou pelo indeferimento do recurso, concluindo que eventual oitiva dos profissionais que participaram das mencionadas avaliações não contribuiria para elucidar os fatos objeto do Processo.

O Colegiado, acompanhando o voto do Relator, deliberou, por unanimidade, pelo não provimento do recurso apresentado.

JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que serão realizadas as seguintes Sessões de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores nas datas, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos os autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de suas defesas.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº RJ2014/2426 - PETTENATI S.A. Indústria Têxtil
Data: 12.07.2018 - quinta-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Henrique Balduino Machado Moreira
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: apurar a eventual responsabilidade dos membros do conselho de administração, do conselho fiscal e do acionista controlador d Pettenati S.A. Indústria Têxtil pelo descumprimento dos artigos 116, parágrafo único, c/c os artigos 196 e 163, incisos III e IV, da Lei nº 6.404/76.

Acusados	Advogados
Ottavio Pettenati	João Carlos Franzoi Basso - OAB/RS nº 30.694 Eli Loria - OAB/SP nº 316.727
Otávio Ricardo Pettenati	João Carlos Franzoi Basso - OAB/RS nº 30.694 Eli Loria - OAB/SP nº 316.727
Franceschina Libonati Pettenati	João Carlos Franzoi Basso - OAB/RS nº 30.694 Eli Loria - OAB/SP nº 316.727
João Verner Juenemann	João Carlos Franzoi Basso - OAB/RS nº 30.694 Eli Loria - OAB/SP nº 316.727
Theodoro Firmbach	João Carlos Franzoi Basso - OAB/RS nº 30.694 Eli Loria - OAB/SP nº 316.727
Zulmar Neves	João Carlos Franzoi Basso - OAB/RS nº 30.694 Eli Loria - OAB/SP nº 316.727.
Sérgio Eduardo Ferreira Rodarte	Nelson Eizirik - OAB/RJ nº 38.730

PAS CVM nº RJ2016/7808 - Metalúrgica Duque S.A. - Em recuperação judicial.
SEI nº 19957.006903/2016-07
Data: 12.07.2018 - quinta-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Henrique Balduino Machado Moreira
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: apurar a eventual responsabilidade de administradores da Metalúrgica Duque S.A. pela não elaboração e não apresentação de informações periódicas e pela não convocação de assembleia gral ordinária, em infração aos artigos 132, 142, 176 e 177 da Lei nº 6.404/76 e artigos 25 e 29 da Instrução CVM nº 480/09.

Acusados	Advogado
Mário Hagemann	André Luís Bergamaschi OAB/SP nº 319.123
Maria Tereza Van Biene Hagemann	André Luís Bergamaschi OAB/SP nº 319.123

PAS CVM nº RJ2013/8609 - Fábio Feital de Carvalho
SEI nº 19957.006128/2017-62
Data: 12.07.2018 - quinta-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Henrique Balduino Machado Moreira
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: apurar a eventual utilização indevida de informação privilegiada, em infração ao art. 155, §4º, da Lei nº 6.404/76, c/c o disposto no §1º do art. 13 da Instrução CVM nº 358/02.

Acusado	Advogado
Fábio Feital de Carvalho	Nelson Eizirik - OAB/RJ nº 38.730

PAS CVM nº 26/2010 - AGRA Empreendimentos Imobiliários S.A. [continuação da sessão de julgamento iniciada em 21.11.2017.
Data: 07.08.2018 - terça-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Gustavo Borba
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: apurar a eventual utilização de informações privilegiadas em negócios realizados com ações da Agra Empreendimentos Imobiliários S.A. antes da divulgação dos fatos relevantes de 22.06.2008 e de 05.10.2008.

Acusados	Advogados
Antonio Grisi Neto	Glória Maria Soares Porchat OAB/SP nº 88.325
Astério Vaz Safatle	Raphael Nehin Corrêa OAB/SP nº 122.585
Didier Soares de Arruda	Raphael Nehin Corrêa OAB/SP nº 122.585
Carlos Augusto Curiati Bueno	Jean Marcel Arakawa OAB/SP nº 156.869
Marcelo Macedo Távora de Castro	Jean Marcel Arakawa OAB/SP nº 156.869
Diego Soares de Arruda	Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto OAB/SP nº 154.169

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PAS CVM nº SP2018/40 - AR Capital Securities
SEI nº 19957.000682/2018-17
Data: 07.08.2018 - terça-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Henrique Balduino Machado Moreira
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: apurar a responsabilidade de administradores da AR Capital Securities - Companhia Securitizadora pela não elaboração e não apresentação de informações periódicas, em infração ao art. 176 da Lei n] 6.404/76 e artigos 21 e 29 da Instrução CVM nº 480/09; e de acionista, pelo exercício do direito de voto em infração ao art. 115, caput, c/c os artigos.138, §2º, e 139, todos da Lei nº 6.404/76.

Acusados	Advogados
Fábia Fernanda Tizzo	Não constituiu advogado
Ronaldo Adriano Tizzo	Não constituiu advogado

PAS CVM nº RJ2016/8347 - SETIN Incorporadora [continuação da Sessão de Julgamento iniciada em 10.04.2018.]
SEI nº 19957.008081/2016-91
Data: 07.08.2018 - terça-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Gustavo Borba
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: apurar a eventual responsabilidade das incorporadoras e a da operadora hoteleira pela realização de oferta pública de contratos de investimento coletivo referentes a empreendimentos hoteleiros sem a obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/2003 e sem a dispensa prevista no inciso I, do §5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/2003.

Acusados	Advogado
SEI Jundiaí Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Paulo Cézar Aragão OAB/SP nº 102.836
SEI Novo Negócio 1 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Paulo Cézar Aragão OAB/SP nº 102.836
SEI Olga Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Paulo Cézar Aragão OAB/SP nº 102.836
SEI Osasco Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Paulo Cézar Aragão OAB/SP nº 102.836
SEI São Bernardo do Campo Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Paulo Cézar Aragão OAB/SP nº 102.836
SEI Sorocaba Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Paulo Cézar Aragão OAB/SP nº 102.836
HESA 84 Investimentos Imobiliários Ltda.	Paulo Cézar Aragão OAB/SP nº 102.836

PAS CVM nº RJ2017/1239 - Antônio Setin [continuação da sessão de julgamento iniciada em 10.04.2018.]
SEI nº 19957.003266/2017-90
Data: 07.08.2018 - terça-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Gustavo Borba
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.
Objeto do processo: apurar a eventual responsabilidade do senhor Antonio Setin pela realização de ofertas de valores mobiliários referentes a empreendimentos hoteleiros sem a obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/03 e sem a dispensa prevista no inciso I do §5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/2003.

Acusados	Advogados
Antonio Setin	Paulo Cézar Aragão OAB/SP nº 102.836

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2018.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: Despesas médicas

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

1 - Processo nº: 13882.000484/2004-92 - Recorrente: ROGERIO MONTEIRO BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

2 - Processo nº: 10140.720035/2016-93 - Recorrente: ALICE FETTER TORRACA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13605.000388/2007-66 - Recorrente: ANTONIO CARLOS RIBEIRO MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10680.003876/2007-34 - Embargante: CARLOS EDUARDO MAZONI ANDRADE

5 - Processo nº: 12448.722136/2016-70 - Recorrente: CARLOS HENRIQUE MORENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10840.002719/2006-41 - Recorrente: FRANCISCO JOSE RESENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 11610.723695/2014-43 - Recorrente: GUIDO AMILCAR OROZCO DURAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

8 - Processo nº: 18239.000573/2011-76 - Recorrente: MAURO FERREIRA CALDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

9 - Processo nº: 12448.728932/2015-35 - Recorrente: KADIA DE MOURA GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10380.011704/2007-19 - Recorrente: MARIA CARMELIA FERNANDES MONTEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10660.722837/2012-35 - Recorrente: MARIANNA DOS REIS TEIXEIRA TIBURCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 13839.723414/2015-94 - Recorrente: MARLI DA SILVA FARCIC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 13706.000349/2009-92 - Recorrente: MERCEDES CORREA DA SILVA AMARAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10140.720817/2013-80 - Recorrente: OROZINA FERREIRA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 13771.720279/2013-95 - Recorrente: REYNALDO LUIZ FASSARELLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13706.006678/2008-66 - Recorrente: SEBASTIANA BANDEIRA ARANTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 13637.720372/2015-14 - Recorrente: SEBASTIAO SILVANO DA SILVA FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 11065.724088/2015-13 - Recorrente: VENANCIO AGUIAR CEZAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19- Processo nº: 13749.720115/2013-45 - Recorrente: WALTER SARMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 12448.732243/2014-44 - Recorrente: MARILENA DA SILVA MARTINS FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

21 - Processo: 10730.005255/2001-67 - Embargante: Presidente da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e LUIZ CARLOS MENEZES JUNIOR)

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: IR Fonte

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

22 - Processo nº: 10872.720069/2015-32 - Recorrente: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 11060.004172/2008-20 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FUNDACAO DE APOIO A TECNOLOGIA E CIENCIA

24 - Processo nº: 10830.015361/2009-88 - Embargante: OSMAR VILELA JUNIOR

TEMA 3: Salário indireto

Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON

25 - Processo nº: 12268.000629/2008-63 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL CURITIBA-PR e Embargada: 2ª TO-4ªCAMARA-2ªSEÇÃO-CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC)

26 - Processo nº: 19740.000110/2008-00 - Embargante: DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES NO RIO DE JANEIRO - DEMAC/RJO e Embargada: 2ª TO-4ªCAMARA-2ªSEÇÃO-CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e FUNDACAO DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA SOCIAL DO BNDES - FAPES)

Relator(a): WALTIR DE CARVALHO

27 - Processo nº: 11330.001319/2007-11 - Recorrente: SEBRAE / RJ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 11330.001323/2007-80 - Recorrente: SERVICO DE APOIO `AS MICRO E PEQ EMP NO ESTADO DO RJ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 11330.001324/2007-24 - Recorrente: SERVICO DE APOIO `AS MICRO E PEQ EMP NO ESTADO DO RJ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 11330.001328/2007-11 - Recorrente: SERVICO DE APOIO `AS MICRO E PEQ EMP NO ESTADO DO RJ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 11330.001320/2007-46 - Recorrente: SERVICO DE APOIO `AS MICRO E PEQ EMP NO ESTADO DO RJ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

32 - Processo nº: 12267.000344/2008-32 - Embargante: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

33 - Processo nº: 10380.724693/2010-36 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10380.724690-2010-01 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10380.724687/2010-89 - Recorrente: TERMACO TERMINAIS MAR DE CONTAINERS E SERV ACES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO

36 - Processo nº: 12448.720381/2010-57 - Recorrente: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 12448.720379/2010-88 - Recorrente: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 12448.720380/2010-11 - Recorrente: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 12448.720382/2010-00 - Recorrente: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

40 - Processo nº: 11052.000578/2010-57 - Embargante: SERES SERVICOS DE RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAL LTDA.

Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO

41 - Processo nº: 12448.720383/2010-46 - Recorrente: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

42 - Processo nº: 19515.008243/2008-80 - Recorrente: BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 19515.008244/2008-24 - Recorrente: BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 19515.008245/2008-79 - Recorrente: BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 19515.008247/2008-68 - Recorrente: BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 35564.006098/2006-10 - Recorrente: BAHIANA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 4: Vistas/Retornos
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
47 - Processo nº: 11080.729059/2015-41 - Recorrente: CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
48 - Processo nº: 10940.720326/2011-51 - Recorrente: CARLOS ALBERTO BUCH PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO
49 - Processo nº: 10950.004608/2007-11 - Recorrente: CARLOS DE OLIVEIRA BELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 15586.002317/2008-80 - Recorrente: BELINE JOSE SALLES RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: PAF
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
51 - Processo nº: 19515.002963/2009-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TAM LINHAS AEREAS S/A.
Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO
52 - Processo nº: 10380.014208/2007-17 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA/CE e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento (Interessados: FAZENDA NACIONAL e ASSOCIACAO CEARENSE DO MINISTERIO PUBLICO)
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
53 - Processo: 13971.720402/2011-50 - Embargante: Presidente da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e RUI ALTENBURG)
54 - Processo: 10840.002715/2004-09 - Embargante: 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e MAURO TODESCHINI)
Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO
55 - Processo nº: 16024.000184/2008-35 - Recorrente: FIORELLA PRODUTOS TEXTEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
56 - Processo nº: 18088.000356/2008-51 - Recorrente: EDUARDO DE MORAES URQUIZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
57 - Processo nº: 11543.720370/2014-50 - Recorrente: CARLOS FERREIRA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
58 - Processo nº: 10830.001556/2005-17 - Recorrente: ALFREDO DE ALCANTARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: Ganho de capital
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
59 - Processo nº: 11080.732846/2011-47 - Recorrente: FERNANDO FABRICIO DE FARIA CORREA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10920.003702/2010-05 - Recorrente: RENATO BREIS PATRUNI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 19515.000142/2011-66 - Recorrentes: LUIZ AMANDO MANN PRADO e FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 15889.000209/2010-82 - Recorrente: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
63 - Processo nº: 11060.000247/2011-07 - Recorrente: ALFREDO WILLIAM LOSCO SOUTHALL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 11080.006349/2005-41 - Recorrente: ANGELO GARBARSKI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: Caracterização segurado
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
65 - Processo nº: 10140.720479/2010-33 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SERVANGIO SERVICOS MEDICOS S/S - EPP
Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO
66 - Processo nº: 10820.004586/2008-47 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10820.004588/2008-36 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10820.004585/2008-01 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10820.004583/2008-11 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10820.004584/2008-58 - Recorrente: CHADE E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 15758.000500/2010-46 - Recorrente: SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 15758.000501/2010-91 - Recorrente: SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 15758.000499/2010-50 - Recorrente: SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 15758.000498/2010-13 - Recorrente: SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 15758.000497/2010-61 - Recorrente: SAMPACOOPER COOPERATIVA DE TRANSPORTES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 16832.000718/2009-90 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 16832.000716/2009-09 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 16832.000713/2009-67 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 16832.000712/2009-12 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 16832.000715/2009-56 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 16832.000714/2009-10 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
82 - Processo nº: 10932.000181/2009-53 - Recorrente: EMPARSANCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10932.000183/2009-42- Recorrente: EMPARSANCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: Deduções IRPF
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
84 - Processo nº: 12448.726572/2013-75 - Recorrente: RONALDO CAVALIERI VARGES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
85 - Processo nº: 17613.720604/2015-55 - Recorrente: PAULO WEIMAR PERDIGAO MAGALHAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10855.722347/2015-02 - Recorrente: OSWALDO FERREIRA DE ALENCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 15463.722800/2015-08 - Recorrente: HELIO JOAO SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 19985.720633/2015-14 - Recorrente: CLAUDIO GOBETTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 17335.720068/2016-03 - Recorrente: VICENTE DIAS SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 17335.720069/2016-40 - Recorrente: VICENTE DIAS SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 17335.720070/2016-74 - Recorrente: VICENTE DIAS SANTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 12448.721320/2013-50 - Recorrente: RUY CARLOS BIZARRO WANDERLEY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10580.726983/2014-91 - Recorrente: ROBERTO ALEXANDRE SCHLAEPFER FADUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13305.720033/2015-81 - Recorrente: OSVALDINO ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10980.724547/2015-56 - Recorrente: NEWTON ALVES DE REZENDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 12448.725761/2013-21 - Recorrente: JOSE ROBERTO ZIMMERMAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10283.721709/2015-61 - Recorrente: JORGE TENORIO LUCCHESI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 16696.720721/2014-01 - Recorrente: JOAO LUIZ DOS SANTOS FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10380.722693/2016-97 - Recorrente: ANTONIO CARLOS LIMA DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: Omissão rendimentos
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
100 - Processo nº: 10930.005828/2008-72 - Recorrente: SANTINO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10930.001606/2007-08 - Recorrente: SANTINO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
102 - Processo nº: 19707.000259/2007-14 - Recorrente: ANTONIO LINCOLN CARVALHO DE SIQUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 13003.001857/2008-24 - Recorrente: MARIA LUIZA PASTRO PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO
104 - Processo nº: 10950.003634/2010-19 - Recorrente: JOSE MANOEL MARTIN HERNANDES FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
105 - Processo nº: 11080.729284/2015-88 - Recorrente: FAKHRI MUSA BAKRI QADAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10730.722156/2015-49 - Recorrente: ESMERALDA THEREZINHA DE JESUS ANDERSON DE PENNA CARDOSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: Contribuições terceiros
Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO
107 - Processo nº: 14474.000298/2007-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ETHICOMPANY SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
108 - Processo nº: 19515.720073/2013-72 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 19515.720072/2013-28 - Recorrente: JBS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RONNIE SOARES ANDERSON
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 2ª Câmara da 2ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.
OBSERVAÇÕES:
1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.
2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 08 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA1: Contribuições previdenciárias
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
1 - Processo nº: 10930.720306/2011-08 - Recorrente: V O DA GUIA COM RCIO DE CAL ADOS - EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WALTIR DE CARVALHO
2 - Processo nº: 19515.006494/2008-20 - Recorrente: SANTOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 19515.006495/2008-74 - Recorrente: SANTOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 19515.006496/2008-19 - Recorrente: SANTOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 19515.006493/2008-85 - Recorrente: SANTOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 19515.006492/2008-31 - Recorrente: SANTOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO
7 - Processo nº: 11330.001032/2007-91 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 11330.001036/2007-70 - Recorrente: RADIO GLOBO ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 11060.722745/2016-19 - Recorrente: PIRAHY ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 11060.722746/2016-55 - Recorrentes: PIRAHY ALIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
11 - Processo nº: 10825.722491/2014-15 - Recorrentes: PASCHOALOTTO SERVICOS FINANCEIROS S/A e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 - Processo nº: 10825.722553/2014-81 - Recorrente: PASCHOALOTTO SERVICOS FINANCEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10825.722534/2015-35 - Recorrente: PASCHOALOTTO SERVICOS FINANCEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 15586.720519/2016-17 - Recorrente: ORGAO DE GESTAO DE MAO-DE-OBRA DO TRAB.PORTUARIO AVULSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO

15 - Processo nº: 16682.721842/2015-00 - Recorrente: OI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

16 - Processo nº: 17546.000174/2007-92 - Recorrente: MUNICIPIO DE JUNDIAI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10825.720948/2015-20 - Recorrente: MULTICOBRA COBRANCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WALTIR DE CARVALHO

18 - Processo nº: 15956.000443/2007-63 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 15956.000447/2007-41 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 15956.000446/2007-05 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 15956.000444/2007-16 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON

22 - Processo nº: 10166.727336/2014-98 - Recorrente: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10166.724559/2014-01 - Recorrentes: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10166.724549/2014-68 - Recorrentes: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10166.724553/2014-26 - Recorrente: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10166.724552/2014-81 - Recorrentes: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10166.724547/2014-79 - Recorrente: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10166.724548/2014-13 - Recorrentes: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10166.724546/2014-24 - Recorrentes: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10166.724550/2014-92 - Recorrentes: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10166.724556/2014-60 - Recorrentes: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10166.724554/2014-71 - Recorrente: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10166.724545/2014-80 - Recorrentes: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10166.724555/2014-15 - Recorrentes: LPS BRASILIA- CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

35 - Processo nº: 18108.002166/2007-11 - Recorrente: ITIBRA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO

36 - Processo nº: 17460.000331/2007-18 - Recorrente: GUARANI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 17460.000330/2007-65 - Recorrente: GUARANI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 17460.000251/2007-54 - Recorrente: GUARANI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 17460.000332/2007-54 - Recorrente: GUARANI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

40 - Processo nº: 12269.000158/2007-01 - Recorrentes: FUNDACAO GERDAU e FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 16004.720232/2016-53 - Recorrentes: FABIO APARECIDO BARRIENTO MIGUEL E OUTROS e FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 37094.000744/2007-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COTRIJUI COOP AGROPECUARIA & INDUSTRIAL

43 - Processo nº: 37094.000742/2007-28 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COTRIJUI - COOPERATIVA AGROPECUARIA & INDUSTRIAL

44 - Processo nº: 19515.722024/2011-11 - Recorrente: CITROVITA AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 19515.722023/2011-68 - Recorrente: CITROVITA AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 13603.721886/2014-95 - Recorrente: CEVA LOGISTICS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10680.726246/2011-18 - Embargante: CEMIG DISTRIBUICAO S.A

Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO

48 - Processo nº: 35415.000153/2007-44 - Recorrentes: C&A MODAS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

49 - Processo nº: 16327.001893/2008-23 - Recorrente: BANCO SANTANDER S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 16327.001468/2009-15 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 16327.001465/2009-81 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 16327.001469/2009-60 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 16327.001466/2009-26 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 16327.001463/2009-92 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 16327.720471/2010-75 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 16327.001460/2009-59 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 16327.001909/2008-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON

58 - Processo nº: 16327.720237/2015-52 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BANCO ABC BRASIL S.A.

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

59 - Processo nº: 13161.720999/2015-09 - Recorrente: AGRICOM COMERCIO ATACADISTA DE CEREAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO SERGIO MIRANDA GABRIEL FILHO

60 - Processo nº: 17460.000333/2007-07 - Recorrente: ACUCAR GUARANI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

61 - Processo nº: 10120.728379/2013-36 - Recorrente: MUNICIPIO DE MINEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

62 - Processo nº: 10980.723776/2010-49 - Recorrente: PARANA CLINICAS - PLANOS DE SAUDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10980.723777/2010-93 - Recorrente: PARANA CLINICAS - PLANOS DE SAUDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10980.723773/2010-13 - Recorrente: PARANA CLINICAS - PLANOS DE SAUDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10980.723775/2010-02 - Recorrente: PARANA CLINICAS - PLANOS DE SAUDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10980.723774/2010-50 - Recorrente: PARANA CLINICAS - PLANOS DE SAUDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WALTIR DE CARVALHO

67 - Processo nº: 18186.000072/2007-76 - Recorrente: RUHTRA LOCACOES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 14485.000707/2007-18 - Recorrente: RUHTRA LOCACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 14485.000709/2007-07 - Recorrente: RUHTRA LOCACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 14485.001407/2007-48 - Recorrente: RUHTRA LOCACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10830.004547/2007-40 - Recorrente: HEWLETT PAKARD COMPUTADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10830.004555/2007-96 - Recorrente: HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10830.004551/2007-16 - Recorrente: HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 10830.004553/2007-05 - Recorrente: HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10830.004546/2007-03 - Recorrente: HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 15956.000442/2007-19 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

77 - Processo nº: 16327.001376/2010-79 - Embargante: BANCO J. P. MORGAN S.A.

78 - Processo nº: 16327.001377/2010-13 - Embargante: BANCO J. P. MORGAN S.A.

79 - Processo nº: 16327.001378/2010-68 - Embargante: BANCO J. P. MORGAN S.A.

80 - Processo nº: 10283.720246/2015-11 - Embargante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - SUSAM

81 - Processo nº: 18470.728403/2014-50 - Recorrente: RPT DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10935.000707/2011-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MASCARELLO - CARROCERIAS E ONIBUS LTDA

83 - Processo nº: 11634.001025/2009-37 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CENTRO INTEGRADO DE APOIO PROFISSIONAL

84 - Processo nº: 16707.006591/2009-58 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 16707.006585/2009-09 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 16707.006586/2009-45 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 16707.005901/2008-36 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 16707.002129/2009-81 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 16707.006597/2009-25 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 16707.005903/2008-25 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 16707.006589/2009-89 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 16707.006590/2009-11 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 16707.005905/2008-14 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 16707.005907/2008-11 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 16707.002130/2009-14 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 16707.002132/2009-03 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 16707.002135/2009-39 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 16707.006588/2009-34 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 16707.005909/2008-01 - Recorrente: CONSTRUTORA A GASPAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

100 - Processo nº: 13855.002666/2007-78 - Recorrente: ACEF S/A SUCES DE ACEF CULT EDUC FCA LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 13855.002591/2007-25 - Recorrente: ACEF S/A SUC DE ACEF CULT EDUC DE FCA LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 13855.002706/2007-81 - Recorrente: ACEF S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 13855.002709/2007-15 - Recorrente: ACEF S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 13855.002721/2007-20 - Recorrente: ACEF S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 13855.002704/2007-92 - Recorrente: ACEF S/A SUC DE ACEF CULT E EDUC FCA LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 13855.002697/2007-29 - Recorrente: ACEF S/A SUC DE ACEF CULT E EDUC FCA LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 13855.002661/2007-45 - Recorrente: ACEF S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 13855.002707/2007-26 - Recorrente: ACEF S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

109 - Processo nº: 18088.720062/2012-26 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PAMIRO COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA

110 - Processo nº: 18088.720063/2012-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PAMIRO COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA

111 - Processo nº: 10183.721822/2009-27 - Recorrente: JOSE WILIAM GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 10183.721768/2009-10 - Recorrente: JOSE WILIAM GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 10183.721797/2009-81 - Recorrente: JOSE WILIAM GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 11516.722854/2013-80 - Recorrente: A. ANGELONI & CIA. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

115- Processo nº: 13840.000427/2007-42 - Recorrente: CONSTRUTORA SIMOSO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

116 - Processo nº: 10580.723145/2012-02 - Recorrente: PROMEDICA PATRIMONIAL S A PROPAT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

117 - Processo nº: 10830.004550/2007-63 - Recorrente: HEWLETT PACKARD COMPUTADORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 19839.002868/2009-66 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CEMAPE TRANSPORTES S A

TEMA 2: ITR

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

119 - Processo nº: 10980.725977/2010-81 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 10980.725971/2010-11 - Recorrente: QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

121 - Processo nº: 10073.721569/2013-35 - Recorrente: JOAO GENTIL JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 10073.721570/2013-60 - Recorrente: JOAO GENTIL JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

123 - Processo nº: 10280.721107/2015-34 - Recorrente: AURELINO JOSE PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 11080.720203/2007-74 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ANTONIO JOSE VELHO MARTINS

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

125 - Processo nº: 10215.720852/2011-16 - Recorrente: ANTONIO CABRAL ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10215.720854/2011-13 - Recorrente: ANTONIO CABRAL ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo nº: 10215.720849/2011-01 - Recorrente: ANTONIO CABRAL ABREU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: Parcelas folha pagamento

128 - Processo nº: 11330.000723/2007-78 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL PROFESSOR JOSE DE S HERDY LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

129 - Processo nº: 10580.730880/2010-01 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 10580.730882/2010-91 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 10580.730883/2010-36 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10580.730873/2010-09 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 10580.730874/2010-45 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 10580.730877/2010-89 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 10580.730879/2010-78 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 10580.730878/2010-23 - Recorrente: HOSPITAL DA BAHIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: IRPF

137 - Processo nº: 10283.721050/2011-10 - Recorrente: LUIZ OTAVIO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

138 - Processo nº: 15586.720367/2014-91 - Recorrente: YMPACTUS COMERCIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 16327.720053/2015-92 - Recorrente: BANCO BRADESCO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

140 - Processo nº: 19515.002512/2006-32 - Recorrente: SERGIO ROBERTO GONCALVES BARBATO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 15868.001150/2009-54 - Recorrente: ROSILENE RAHAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

142 - Processo nº: 10245.000786/2007-21 - Recorrente: REMIDIO MONAI MONTESSI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

143 - Processo nº: 15868.720175/2012-56 - Recorrente: PEDRO DENARDI JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo nº: 11516.720185/2014-92 - Recorrente: PAULO HENRIQUE MATTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo nº: 12963.000006/2010-68 - Recorrente: OLYNTHO PAULINO DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo nº: 15889.000282/2008-30 - Recorrente: NELSON PASCHOALOTTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

147 - Processo nº: 15504.724221/2011-34 - Recorrente: MARIA OLGA DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

148 - Processo nº: 10675.002952/2007-63 - Recorrente: MARCOS DE MELO GONTIJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo nº: 11040.720574/2011-17 - Recorrente: LUIS ROBERTO SILVA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo nº: 10830.008386/2009-25 - Recorrente: JULIANA PECINI VALVERDE RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

151 - Processo nº: 15504.724180/2011-86 - Recorrente: JOSE MARIA DE CASTRO TOLEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

152 - Processo nº: 12448.725823/2016-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JORGE NEVAL MOLL FILHO

153 - Processo nº: 12448.727473/2016-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JORGE NEVAL MOLL FILHO

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

154 - Processo nº: 10830.722253/2012-61 - Recorrente: HIGINO DE VASCONCELLOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo nº: 15956.720124/2013-16 - Recorrente: GERALDO ALBERTO BORGES DE OLIVEIRA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo nº: 13855.000651/2011-51 - Recorrente: FRANCISCO BERNARDINO BARBOSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

157 - Processo nº: 11060.003242/2007-41 - Recorrente: ELZA MARIA VIDAL MARCON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

158 - Processo nº: 10830.008387/2009-70 - Recorrente: EDUARDO PECINI VALVERDE RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

159 - Processo nº: 11080.721630/2010-75 - Recorrente: DORIS REVERBEL DA SILVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

160 - Processo nº: 18471.004107/2008-10 - Recorrente: CLARK SETTON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

161 - Processo nº: 11080.003381/2005-75 - Recorrente: CERILO PILAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo nº: 15868.720177/2012-45 - Recorrente: CARLOS ALBERTO DENARDI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo nº: 13005.722221/2013-67 - Embargante: AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN

164 - Processo nº: 13839.002357/2004-53 - Recorrente: ANTONIO ROBERTO BEVILACQUA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 13603.723511/2011-17 - Recorrente: ANGELA SEMAAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

166 - Processo nº: 10380.015536/2010-36 - Recorrente: ALEXANDRE GONTIJO GUERRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

167 - Processo nº: 14751.720063/2011-69 - Recorrente: AFONSO NUNES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

168 - Processo nº: 11020.000288/2010-81 - Recorrente: VITORIO BASSO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

169 - Processo nº: 10435.001439/2008-69 - Recorrente: VALDOMIRO COLATINO PESSOA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 10073.722369/2014-81 - Recorrente: THEREZINHA PEREIRA LOPES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo nº: 11020.002935/2009-55 - Recorrente: TADEU ANTONIO BOZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo nº: 10315.000894/2010-28 - Recorrente: SEVERINA ROGERIA DE LIMA LEITE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

173 - Processo nº: 15868.720101/2015-62 - Recorrente: RICARDO ULPIANO DOS SANTOS VIOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

174 - Processo nº: 13899.000235/2007-61 - Recorrente: MARIA MADALENA ANTUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

175 - Processo nº: 13899.001358/2006-38 - Recorrente: MARIA MADALENA ANTUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

176 - Processo nº: 10320.003869/2006-41 - Recorrente: MANOEL MARIANO DE SOUSA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

177 - Processo nº: 10680.014514/2007-79 - Recorrente: LUIZ OTAVIO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

178 - Processo nº: 11020.720001/2014-66 - Recorrente: LUCAS DE OLIVEIRA SARAIVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

179 - Processo nº: 10980.723379/2014-09 - Recorrente: LENICE FUMAGALLI BRUGNERA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

180 - Processo nº: 10980.015601/2007-69 - Recorrente: JULIANO GONCALVES RUAS LUCAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

181 - Processo nº: 19515.001012/2009-26 - Recorrente: JORGE APARECIDO DUTRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

182 - Processo nº: 19647.021016/2008-44 - Recorrente: JOAO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

183 - Processo nº: 10480.722374/2009-24 - Recorrente: JOAO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

184 - Processo nº: 10315.001024/2010-76 - Recorrente: JEOVA DA SILVA PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

185 - Processo nº: 10315.001272/2009-83 - Recorrente: JEOVA DA SILVA PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo nº: 10315.721136/2011-28 - Recorrente: JEOVA DA SILVA PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

187 - Processo nº: 10320.003830/2010-18 - Recorrente: FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

188 - Processo nº: 19515.002561/2005-94 - Recorrente: FABIO GROSSMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo nº: 19515.002612/2004-05 - Recorrente: FABIO GROSSMANN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

190 - Processo nº: 10845.725702/2012-63 - Recorrente: FABIO CAMPOS FATALLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

191 - Processo nº: 10803.000089/2010-01 - Recorrente: FABIO CAMPOS FATALLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

192 - Processo nº: 10803.720097/2011-40 - Recorrente: FABIO CAMPOS FATALLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo nº: 10580.725811/2009-33 - Recorrentes: DARKE MAGALHAES DE ABREU e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS

194 - Processo nº: 11020.721463/2013-10 - Recorrente: CRISTIAN PONTEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO

195 - Processo nº: 12898.000341/2010-97 - Recorrente: ARMANDO FERNANDES AREIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DILSON JATAHY FONSECA NETO

196 - Processo nº: 10469.720409/2007-87 - Embargante: ARIMAR FRANCA FILHO

Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO

197 - Processo nº: 10508.720556/2013-91 - Recorrente: ARILDO SILVA DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

198- Processo nº: 10865.002529/2006-45 - Recorrente: ANTONIO JORGE PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

199 - Processo nº: 10865.001535/2007-66 - Recorrente: ANTONIO JORGE PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
200 - Processo nº: 10945.002423/2008-13 - Recorrente: ANGELA SOLEDADE SACHINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JUNIA ROBERTA GOUVEIA SAMPAIO
201 - Processo nº: 10120.009557/2009-40 - Recorrente: ANDRE LUIZ BAPTISTA LINS ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10855.003354/2004-41 - Recorrente: AMERICO LEVATTI NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
203 - Processo nº: 15563.000310/2008-91 - Recorrente: ALMERINDA FILGUEIRAS DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 15563.000166/2010-16 - Recorrente: ALMERINDA FILGUEIRAS DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
205 - Processo nº: 10865.001229/2005-68 - Recorrente: ADEMIR DURAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROSY ADRIANE DA SILVA DIAS
206 - Processo nº: 10410.001583/2004-50 - Recorrente: MARIO CESAR VIEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 13629.720397/2011-85 - Recorrente: MARCIO MORAES DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10166.008757/2010-92 - Recorrente: BENEDITO FERNANDES PINTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RONNIE SOARES ANDERSON
209 - Processo nº: 10680.011721/2008-52 - Recorrente: MILTON DE SOUZA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10410.720922/2011-20 - Recorrente: ALBERTO NONO DE CARVALHO LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
211 - Processo nº: 13893.000698/2003-59 - Recorrente: MIGUEL GOMES DOS PASSOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10835.000809/2003-23 - Recorrente: JOSE JORGE ROMAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

RONNIE SOARES ANDERSON
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 2ª Câmara da 2ª Seção

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião;

3) O julgamento do Processo nº 12267.000363/2008-69 (item 55) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 56 a 59. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 56 a 59, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 08:30 HORAS

Tema 1: GANHO DE CAPITAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
1 - Processo nº: 10140.721760/2013-36 - Recorrente: MAURA BARBOSA DODERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
2 - Processo nº: 10746.001037/2005-16 - Recorrente: CELSO MOURAO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 2: DEDUÇÃO: DESPESAS MÉDICAS
3 - Processo nº: 15504.725986/2014-34 - Recorrente: VILMA BARBOSA COTTA GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10120.010994/2007-44 - Recorrente: ANTONIO CARLOS RODRIGUES SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10580.002282/2007-34 - Recorrente: DANIEL BAUER LONDERO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10425.000976/2007-20 - Recorrente: GILVANDO CARNEIRO LEAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10640.002979/2007-53 - Recorrente: ILZA DAS GRACAS SIMOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10384.000131/2010-63 - Recorrente: JOAO CARLOS DE CAMPOS NETTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 3: AJUSTE/OMISSÃO DE RENDIMENTOS
9 - Processo nº: 10950.726256/2012-15 - Recorrente: ELOISA GUERRA NOGAROLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 11041.000361/2004-28 - Recorrente: UIRASSU TRINDADE DE BEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
11 - Processo nº: 11080.722128/2015-96 - Recorrente: LINO PAULO ZARDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO
12 - Processo nº: 11080.727048/2014-46 - Recorrente: VERA CONCEICAO PACHECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 11080.727047/2014-00 - Recorrente: VERA CONCEICAO PACHECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 11080.727046/2014-57 - Recorrente: VERA CONCEICAO PACHECO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10830.724231/2013-16 - Recorrente: THEREZINHA DIAS GARCIA CAPPARELLI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 15504.729560/2013-79 - Recorrente: CARLOS EDUARDO BERNARDES DE FARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
17 - Processo nº: 10660.003098/2008-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ALBERTO MORETTI

DIA 05 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 4: AJUSTE/OMISSÃO DE RENDIMENTOS
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
18 - Processo nº: 10630.720367/2007-65 - Recorrente: EDYR CORDEIRO DE PAULA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR
19 - Processo nº: 13227.720559/2014-51 - Recorrentes: VANDERLEI FRANCO VIEIRA e FAZENDA NACIONAL
Tema 5: IRRF
Relator(a): WESLEY ROCHA
20 - Processo nº: 10240.001605/2006-42 - Recorrente: INSTITUTO DE ONCOLOGIA E RADIOTERAPIA SAO PELLEGRINO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 15374.900061/2008-63 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 15374.917074/2009-52 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 15374.917082/2009-07 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 15374.917089/2009-11 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 15374.917097/2009-67 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 15374.900060/2008-19 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 15374.917073/2009-16 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 15374.917081/2009-54 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 15374.917088/2009-76 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 15374.917096/2009-12 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 15374.917104/2009-21 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 19740.900283/2009-01 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 15374.917072/2009-63 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 15374.917079/2009-85 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 15374.917087/2009-21 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 15374.917095/2009-78 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 15374.917102/2009-31 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 15374.900058/2008-40 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 15374.917071/2009-19 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 15374.917078/2009-31 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Tema 6: IRPF/OUTROS
Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO
41 - Processo nº: 13602.720288/2016-71 - Recorrente: ANA TERESA VIANNA PAMPLONA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13602.720287/2016-26 - Recorrente: ANA TERESA VIANNA PAMPLONA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
43 - Processo nº: 11516.007435/2008-57 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BESC CLUBE - COMPROM SOC COM OS CATARIN
Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO
44 - Processo nº: 13634.720535/2016-61 - Recorrente: EDMEA CARVALHO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 7: CS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS _PRIORITÁRIOS POR ANTIGUIDADE
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
45 - Processo nº: 15504.726790/2011-14 - Recorrentes: GERDAU ACOMINAS S/A e FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10680.726917/2011-41 - Recorrente: GERDAU ACOMINAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
47 - Processo nº: 11330.000255/2007-31 - Recorrente: ATL ALGAR TELECOM LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 11330.000275/2007-11 - Recorrente: ATL ALGAR TELECOM LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
49 - Processo nº: 11516.722769/2013-11 - Embargante: MUTUA PRESTADORA DE SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA - ME
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
50 - Processo nº: 13888.720244/2014-20 - Recorrente: RONDON AGRO-PASTORIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
51 - Processo nº: 10950.720136/2013-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COOPERVAL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VALE DO IVAI LTDA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
52 - Processo nº: 15586.720703/2012-33 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MUNICIPIO DE VILA VELHA
53 - Processo nº: 15586.720653/2012-94 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MUNICIPIO DE DOMINGOS MARTINS
54 - Processo: 10860.720908/2014-71 - Embargante: Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e MUNICÍPIO DE LORENA)
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
55 - Processo nº: 12267.000363/2008-69 - Recorrente: INEPAR SA INDUSTRIA E CONSTR E OUTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR
56 - Processo nº: 12267.000396/2008-17 - Recorrente: INEPAR SA IND E CONSTRUCOES E OUTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 19726.000418/2009-14 - Recorrente: INEPAR S/A IND E CONSTRUCOES E OUTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 19726.000430/2009-11 - Recorrente: INEPAR S A INDUSTRIA E CONSTRUCOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 19726.001338/2009-78 - Recorrente: INEPAR S/A IND E CONSTRUCOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 06 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 8: SALÁRIO INDIRETO
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
60 - Processo nº: 16327.001462/2009-48 - Embargante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Relator(a): WESLEY ROCHA
61 - Processo: 16682.721100/2012-23 - Embargantes: FAZENDA NACIONAL e LOJAS AMERICANAS S.A. e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

62 - Processo nº: 10680.721277/2010-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA DE GAS DE MINAS GERAIS GASMIG

Relator(a): WESLEY ROCHA

63 - Processo: 10580.722908/2010-28 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e DESENBAHIA-AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A)

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

64 - Processo nº: 15586.001022/2007-13 - Recorrente: LORENGE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 11020.002175/2010-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SUSPENSYS SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA

Tema 9: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA E PARCELAS EM FOLHA DE PAGAMENTO

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

66 - Processo nº: 10480.720660/2010-99 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10480.720658/2010-10 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10480.720666/2010-66 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10480.720661/2010-33 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10480.720662/2010-88 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10480.720664/2010-77 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10480.720663/2010-22 - Recorrente: DATAMETRICA - CONSULTORIA, PESQUISA E TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Tema 10: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - GRUPO ECONÔMICO

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

73 - Processo nº: 13896.001144/2007-72 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 13896.001145/2007-17 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 13896.001171/2007-45 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 13896.001180/2007-36 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 13896.001181/2007-81 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 13896.001182/2007-25 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 13896.001183/2007-70 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 13896.001184/2007-14 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 13896.001272/2007-16 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 13896.001274/2007-13 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 13896.001275/2007-50 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 13896.001276/2007-02 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 13896.001277/2007-49 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 13896.001279/2007-38 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 13896.001283/2007-04 - Recorrente: QUATRO MARCOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Tema 11: CS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PRIORITÁRIOS POR VALOR E ANTIGUIDADE

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

88 - Processo nº: 16682.721492/2013-10 - Recorrente: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

89 - Processo nº: 13855.723139/2016-91 - Recorrente: MINERVA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 35377.000643/2007-44 - Recorrente: MINERVA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

91 - Processo nº: 10425.720750/2017-11 - Recorrente: MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

92 - Processo nº: 15586.720477/2012-91 - Embargante: FORTE BOI - INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA

Tema 12: OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA

93 - Processo nº: 13896.001256/2010-29 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 13896.001254/2010-30 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 13896.001255/2010-84 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 13896.001251/2010-04 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 13896.001252/2010-41 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 13896.001253/2010-95 - Recorrente: MOVIMENTA - MOVIMENTACAO DE CARGAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

99 - Processo nº: 10530.001590/2007-38 - Recorrente: SANTANA & SOLEDADE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 07 DE JUNHO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Tema 13: CS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

100 - Processo nº: 13227.720236/2015-48 - Recorrente: IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 13227.720238/2015-37 - Recorrente: IRMAOS GONCALVES COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR

102 - Processo nº: 10950.720647/2010-56 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: HOSPITAL SANTA CASA

103 - Processo nº: 10950.720635/2010-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: HOSPITAL SANTA CASA

104 - Processo nº: 13603.722741/2012-40 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: INSTITUTO ELIZABETH KALIL LTDA - EPP

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

105 - Processo nº: 14474.000011/2007-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SUTRON IND COMERCIO DE PECAS LTDA

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

106 - Processo: 10670.001648/2010-44 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG e Embargada: 3ª Turma Especial da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO DE BRASILIA DE MINAS)

Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR

107 - Processo nº: 11065.003028/2009-15 - Embargante: MOSMANN ALIMENTOS LTDA

Relator(a): WESLEY ROCHA

108 - Processo nº: 11516.721828/2011-72 - Embargante: MAESTRO DO BRASIL INDUSTRIA METALURGICA LTDA

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

109 - Processo nº: 10830.011279/2008-01 - Recorrente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

110 - Processo nº: 19515.722716/2012-31 - Embargante: JBS CONFINAMENTO LTDA

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

111 - Processo nº: 14120.000025/2010-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BURITI COMERCIO DE CARNES LTDA

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 3ª Câmara da 2ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado;

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 08 DE JUNHO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

1 - Processo nº: 15889.000252/2008-23 - Recorrentes: ACUCAREIRA QUATA S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

2 - Processo nº: 35570.001367/2007-45 - Recorrente: ADECI TELES DOS SANTOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 37324.005754/2006-15 - Recorrente: ANTONIO FERREIRA SEBASTIAO E CIA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

4 - Processo nº: 19647.014043/2008-61 - Embargante: ASSOCIACAO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO - ITEP

Relator(a): WESLEY ROCHA

5 - Processo: 19515.721154/2011-28 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO/SP e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e BASSO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA.)

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

6 - Processo nº: 13864.720092/2016-03 - Recorrente: BENEDITO BENTO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 13864.720049/2016-30 - Recorrente: BENEDITO BENTO FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

8 - Processo nº: 16095.720297/2012-01 - Embargante: BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO

9 - Processo nº: 16095.720296/2012-59 - Embargante: BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO

10 - Processo nº: 16095.720298/2012-48 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BINOTTO S/A LOGISTICA TRANSPORTE E DISTRIBUICAO

11 - Processo nº: 16327.001606/2010-08 - Recorrente: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 16327.001605/2010-55 - Recorrente: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 16327.001607/2010-44 - Recorrente: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

14 - Processo nº: 18050.000064/2007-65 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

15 - Processo: 13896.001589/2007-52 - Embargante: Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e BUDAI INDUSTRIA METALURGICA LTDA)

Relator(a): WESLEY ROCHA

16 - Processo nº: 15374.917086/2009-87 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 15374.917094/2009-23 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 15374.917101/2009-97 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 15374.900057/2008-03 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 15374.917070/2009-74 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 15374.917077/2009-96 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 15374.917085/2009-32 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 15374.917093/2009-89 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 15374.917100/2009-42 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 19740.900285/2009-91 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 15374.917069/2009-40 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 15374.917076/2009-41 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 15374.917084/2009-98 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 15374.917091/2009-90 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 15374.917099/2009-56 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

31 - Processo nº: 15374.900054/2008-61 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 15374.917068/2009-03 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 15374.917075/2009-05 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 15374.917083/2009-43 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 15374.917090/2009-45 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 15374.917098/2009-10 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 19740.900366/2010-25 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 16682.901509/2010-60 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 16682.901328/2010-33 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 19740.900287/2009-81 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 15374.900056/2008-51 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 15374.900059/2008-94 - Recorrente: CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

43 - Processo nº: 19515.721926/2012-11 - Recorrente: CARLOS DA CAMARA PESTANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

44 - Processo nº: 12448.727764/2011-37 - Recorrente: CARLOS IVAN FERREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

45 - Processo nº: 12448.726882/2013-90 - Recorrente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

46 - Processo nº: 15586.000258/2008-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COLINA VERDE CAFE LTDA.

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

47 - Processo nº: 37027.001322/2006-81 - Recorrente: COMPANHIA CIMENTO PORTLAND ITAU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

48 - Processo nº: 11516.721686/2013-13 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA SUL CATARINENSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

49 - Processo nº: 36624.000446/2007-29 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: DAMOVO DO BRASIL S.A.

Relator(a): WESLEY ROCHA

50 - Processo: 14485.002968/2007-64 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO

SÃO PAULO/SP e Embargada: 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e DAUTEC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA)

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

51 - Processo nº: 17546.000176/2007-81 - Recorrente: EATON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

52 - Processo nº: 10320.722963/2012-41 - Recorrente: ELETROMECANICA DO MARANHAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo: 14479.000234/2007-20 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO/SP e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA)

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

54 - Processo nº: 16024.000116/2007-95 - Embargante: EUCATEX S A INDUSTRIA E COMERCIO

Relator(a): WESLEY ROCHA

55 - Processo nº: 11516.722422/2013-79 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: EZATA COMERCIO DE CONFECCOES EIRELI - EPP

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

56 - Processo nº: 14098.720130/2016-19 - Recorrente: FRIGORIFICO REDENTOR S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

57 - Processo nº: 11516.004487/2007-91 - Recorrente: FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSAO UNIVERSITARIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

58 - Processo nº: 10680.009809/2007-23 - Recorrente: FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO, CIENCIA, E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - FUNDACAO RENATO AZEREDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

59 - Processo nº: 13656.720148/2011-62 - Recorrente: G M COSTA PRESTADORA DE SERVICOS DE TRANSPORTES EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

60 - Processo: 18108.000942/2007-30 - Embargante: Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e GELRE TRABALHO TEMPORARIO S/A)

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

61 - Processo nº: 11052.000987/2010-53 - Recorrente: GERALDO LUIZ GOMES DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 18471.001795/2006-96 - Recorrente: GERALDO LUIZ GOMES DA COSTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 18108.002195/2007-74 - Recorrente: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

64 - Processo nº: 10830.727674/2015-21 - Recorrentes: GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SAO PAULO LTDA. e FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10880.726844/2016-45 - Recorrente: GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SAO PAULO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

66 - Processo nº: 36590.001207/2007-21 - Recorrente: GVA INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

67 - Processo nº: 10932.720105/2016-97 - Recorrente: HISAYUKI MAURO UENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10932.720060/2017-31 - Recorrente: HISAYUKI MAURO UENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR

69 - Processo nº: 16682.720590/2011-60 - Recorrente: ICATU CAPITALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WESLEY ROCHA

70 - Processo nº: 11080.722944/2013-38 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: INSELETRO MONTAGENS ELETRICAS LTDA

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

71 - Processo nº: 19515.721410/2012-68 - Recorrente: INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

72 - Processo nº: 11516.000914/2010-67 - Recorrente: INSTITUTO TECNOLOGICO E CIENTIFICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

73 - Processo nº: 10380.014034/2007-92 - Recorrente: IZABEL CRISTINA AZEVEDO LEITE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 10380.100750/2008-72 - Recorrente: IZABEL CRISTINA AZEVEDO LEITE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 19515.008096/2008-48 - Recorrente: JOSE LUIS IGLESIAS OUTUMURO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 19515.003689/2007-37 - Recorrente: JOSE LUIS IGLESIAS OUTUMURO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

77 - Processo nº: 18365.720604/2015-97 - Recorrente: JOSE VALLIM PIRES DE ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 11610.721632/2012-91 - Recorrente: KARL HEINZ THEUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

79 - Processo nº: 15889.000072/2008-41 - Recorrente: KEPLER WEBER INOX LTDA E OUTROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

80 - Processo nº: 35601.004434/2006-98 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MABE CAMPINAS ELETRODOMESTICOS S/A

81 - Processo nº: 17546.000108/2007-12 - Recorrente: MABE CAMPINAS ELETRODOMESTICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

82 - Processo nº: 10380.730190/2013-42 - Recorrentes: MABE CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE PROJETOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 36958.004566/2006-42 - Recorrente: MARTINS COMERCIO E SERVICOS DE DISTRIBUICAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 12259.000998/2008-65 - Recorrente: MILLS DO BRASIL ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 16707.003002/2008-07 - Recorrente: PARAISOS DO BRASIL CARAUBAS IMOB LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

86 - Processo nº: 35464.004721/2006-10 - Recorrente: PEPSICO DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo: 35464.004554/2006-15 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO-SP e Embargada: 3ª Turma Especial da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PEPSICO DO BRASIL LTDA)

88 - Processo nº: 35464.004723/2006-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PEPSICO DO BRASIL LTDA

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

89 - Processo nº: 15540.720219/2011-50 - Recorrente: PIRAMBU COMERCIO DE CARNES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

90 - Processo: 10166.722862/2010-38 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA-DF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PIRES E LESSA LTDA ME

Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR

91 - Processo nº: 10480.722448/2014-90 - Recorrente: PROVIDER SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

92 - Processo nº: 37280.002220/2006-82 - Recorrente: PROVINCIA BRASILEIRA DA CONGREGACAO DA MISSAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

93 - Processo nº: 15922.000038/2008-13 - Recorrente: REPRESENTACOES BIC DE APARELHOS MEDICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

94 - Processo nº: 13433.000250/2006-03 - Recorrente: ROSINEIDE ROCHA SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES

95 - Processo nº: 11516.006161/2007-06 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SANTA CATARINA TURISMO SA

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

96 - Processo nº: 11610.729191/2013-56 - Recorrente: SEBASTIAO MAIA NUNES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10830.017239/2009-46 - Recorrente: SIBRA INFORMATICA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10830.017241/2009-15 - Recorrente: SIBRA INFORMATICA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10830.017242/2009-60 - Recorrente: SIBRA INFORMATICA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA

100 - Processo nº: 14098.720046/2015-14 - Recorrente: SINAGRO PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO

101 - Processo nº: 10830.010513/2007-94 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO

102 - Processo nº: 10120.006427/2009-55 - Recorrente: SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL

103 - Processo nº: 10935.004178/2010-12 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 10935.004177/2010-78 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 10935.004176/2010-23 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 10935.004184/2010-70 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 10935.004181/2010-36 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 10935.004189/2010-01 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 10935.004190/2010-27 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10935.004180/2010-91 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 10935.004179/2010-67 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 10935.004186/2010-69 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

113 - Processo nº: 10935.004185/2010-14 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10935.004188/2010-58 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10935.004187/2010-11 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
116 - Processo nº: 10803.720084/2012-51 - Recorrente: SUPERMERCADOS IRMAOS LOPES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JULIANA MARTELI FAIS FERIATO
117 - Processo nº: 13838.000255/2007-56 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 13838.000254/2007-10 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 13838.000253/2007-67 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 17546.000775/2007-03 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 13838.000252/2007-12 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANTONIO SAVIO NASTURELES
122 - Processo nº: 37311.002125/2007-55 - Recorrente: UNILEVER BRASIL HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO BELLINI JUNIOR
123 - Processo nº: 15504.724800/2011-87 - Recorrente: UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
124 - Processo nº: 17460.000375/2007-30 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 16004.000952/2007-16 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 16004.000965/2007-87 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 17460.000378/2007-73 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 17460.000379/2007-18 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 17460.000374/2007-95 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 16004.000954/2007-05 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A E OU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 16004.000963/2007-98 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A E OU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 16004.000956/2007-96 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A E OU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 16004.000955/2007-41 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A E OU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
134 - Processo nº: 11065.721415/2011-43 - Recorrente: VERCELLI INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO FREITAS DE SOUZA COSTA
135 - Processo nº: 11330.001307/2007-97 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JOAO BELLINI JUNIOR
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 3ª Câmara da 2ª Seção

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 24 DE MAIO DE 2018

Autoriza unidade federada a publicar relação de atos normativos conforme o disposto no parágrafo único da cláusula terceira do Convênio ICMS 190/17.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLITICA FAZENDARIA-CONFAZ, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o §1º do art. 4º e do art. 41 do Regimento do CONFAZ, aprovado pelo Convênio ICMS 133/97 de 12 de dezembro de 1997, resolve:

Art 1º Autorizar o Estado do Maranhão, nos termos do parágrafo único da cláusula terceira do Convênio ICMS 190/17, de 15 de dezembro de 2017, a publicação no Diário Oficial do Estado, até 28 de dezembro de 2018, de relação com a identificação de ato normativo relativo aos benefícios fiscais, instituído por legislação estadual ou distrital publicada até 8 de agosto de 2017, em desacordo com o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, conforme deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 303ª reunião extraordinária, realizada no dia 24 de maio de 2018, em Brasília, DF, na forma do anexo único desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

ANEXO ÚNICO

I - MARANHÃO

APÊNDICE I						
ATOS (3)	NÚMERO (4)	EMENTA OU ASSUNTO (5)	DISPOSITIVO ESPECÍFICO (6)	DATA DA PUBLICAÇÃO NO DOE (7)	TERMO INICIAL (8)	OBSERVAÇÕES (9)
DECRETO	30.724/15	Altera o Anexo 4.11 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714, de 10 de julho de 2003.	RICMS, art. 21-A, do Anexo 4.11 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 19.714/03	16/04/15	16/04/15	Diferimento do imposto operações com AEAC

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 70, DE 24 DE MAIO DE 2018

Publica Convênio ICMS aprovado na 303ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 24.05.2018.

O SecretárioExecutivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 39 e 40 desse mesmo diploma, torna público que na 303ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 24 de maio de 2018, foi celebrado o seguinte ato normativo:

CONVÊNIO ICMS 47/18, DE 24 DE MAIO DE 2018

Autoriza o Estado da Paraíba a conceder isenção do ICMS devido nas prestações internas de serviço de transporte rodoviário de água potável por meio de "carro pipa".

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 303ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília, DF, no dia 24 de maio de 2018, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica o Estado da Paraíba autorizado a conceder isenção do ICMS devido nas prestações internas de serviço de transporte rodoviário de água potável por meio de "carro pipa".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, Ana Paula Vitali Janes Vescovi, em exercício; Acre - Joaquim Manoel Mansour Macêdo, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia, Distrito Federal - Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - Manoel Xavier Ferreira Filho, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Rogério Luiz Gallo, Mato Grosso do Sul - Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Pará - Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, Paraíba - Marconi Marques Frazão, Paraná - José Luiz Bovo, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luiz Antônio Bins, Rondônia - Franco Maegaki Ono, Roraima - Kleber Coutinho Josuá, Santa Catarina - Paulo Eli, São Paulo - Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, Sergipe - Ademario Alves de Jesus, Tocantins - Sandro Henrique Armando.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

CNPJ 04.527.335/0001-13 - NIRE 533.0000.651-2

ATA DA 2ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2018

Em trinta de abril de dois mil e dezoito, às 10h30, na sede da Empresa Gestora de Ativos S.A. - EMGEA, no Edifício São Marcus, Setor Bancário Sul, 1ª Subloja, em Brasília (DF), realizou-se a 2ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa, anunciada mediante Edital de Convocação de 18 de abril de 2018, encaminhado à Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN nessa mesma data, com as presenças do Sr. Milton Bandeira Neto, Procurador da Fazenda Nacional, representante da União, conforme delegação de competência constante da Portaria PGFN nº 128, de 12 de março de 2018, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, publicada no DOU de 14 de março de 2018, Edição 50, página 35, seção 2, conforme registro e assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas nº 001, fls. 005; do Sr. Roberto Meira de Almeida Barreto, Diretor-Presidente da EMGEA; do Sr. Helder Calado de Araújo, Presidente do Conselho Fiscal; do Sr. Guilherme Batista Afonso Ferreira, auditor da empresa KPMG Auditores Independentes; e da Sra. Elâine Cristina Macedo Grisóstomo, Assessora-Sênior. O representante da União convidou o Sr. Roberto Meira de Almeida Barreto, Diretor-Presidente, a presidir os trabalhos da Assembleia e a Sra. Elâine Cristina Macedo Grisóstomo, a secretariá-los. Composta a mesa e verificado o quórum legal para a instalação em primeira convocação e para as deliberações, o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, esclarecendo que a publicação de anúncios havia sido dispensada, nos termos dos Arts. 124, § 4º, e 133, § 4º, da Lei nº 6.404/1976. Em seguida, informou aos presentes os assuntos componentes da ordem do dia, conforme o instrumento convocatório citado: (I) tomar conhecimento do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes e examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2017; (II) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2017; e (III) deliberar sobre o pagamento de dividendos referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2015 e 31.12.2016. Prosseguindo, o Presidente esclareceu que os documentos e informações relativos aos assuntos constantes da ordem do dia encontravam-se sobre a mesa e que haviam sido disponibilizados ao representante da acionista na sede da EMGEA desde a expedição do instrumento de convocação. Informou também que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e a manifestação do Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2017, foram publicados no Diário Oficial da União - DOU, edição nº 77, de 23 de abril de 2018, seção 1, páginas 49 a 63, e no Jornal de Brasília, edição nº 15.188, de 23 de abril de 2018, páginas 7 a 19. A acionista única, por meio de seu representante, dispensou a leitura dos documentos, por já serem esses do conhecimento de todos, tendo deliberado por (I) aprovar o relatório de administração e as demonstrações financeiras da EMGEA relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2017, condicionando seus efeitos ao resultado que poderá surgir da decisão final do Tribunal de Contas da União - TCU na Representação TC nº 23.999/2015-2. O representante da acionista única ressalvou que na orientação do voto da PGFN, Processo nº 10951.100409/2018-77, constou "demonstrações contábeis", a despeito de na manifestação da STN haver constado "demonstrações financeiras"; (II) aprovar a destinação do lucro líquido (R$ 190.216.450,00) relativo ao exercício de 2017 para a constituição de Reserva Legal (R$ 9.510.822,50), a constituição de Reserva de Aquisição de Ativos Operacionais (R$ 135.529.220,63) e a distribuição de dividendos, na forma de Juros sobre o Capital Próprio (R$ 45.176.406,87, posição em 31.12.2017), condicionada esta última à decisão final do TCU na Representação TC nº 23.999/2015-2, que se encontra pendente de julgamento; (III) retirar de pauta a decisão sobre o pagamento de dividendos referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2015 e 31.12.2016, uma vez que, segundo o entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em seu Parecer SEI 20/GESEF/COPAR/SUPEF/STN/MF-DF, de 23 de abril de 2018, não há motivo para modificação da condicionante aprovada na AGO de 19 de abril de 2017, pois, daquela data até o momento, não foi proferida decisão final pelo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TCU na Representação TC nº 23.999/2015-2, sendo necessário ainda exame detalhado acerca dos possíveis impactos contábeis decorrentes dos eventuais ajustes nas contas de exercícios anteriores (2012 a 2014); (IV) conforme orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, constante do Ofício nº 27.238/2018-MP, de 24 de abril de 2018, e tendo em vista o Art. 41, inciso VI, alínea "i" do Anexo I do Decreto nº 9.035/2017: (a) fixar em até R$ 7.333.061,58 a remuneração global a ser paga aos administradores da EMGEA, no período compreendido entre abril de 2018 a março de 2019; (b) recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela constante da Nota Técnica nº 5760/2018-MP, de 24 de abril de 2018, anexa ao mencionado Ofício nº 27.238/2018-MP, atendo-se ao limite global definido na alínea "a"; (c) delegar ao Conselho de Administração a competência para autorizar o pagamento efetivo mensal da remuneração, observados os limites global e individual previstos nas alíneas "a" e "b", respectivamente; (d) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; (e) vedar expressamente o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base; (f) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta Assembleia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos da Lei nº 6.404/1976, Art. 152; (g) determinar que, caso haja algum Diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), seja observado o Decreto nº 9.144/2017 e a remuneração máxima a ser reembolsada e o limite individual aprovado para cada Diretor; (h) determinar que, caso algum Diretor seja empregado da empresa, seu contrato de trabalho seja suspenso, na forma da Súmula nº 269 do Tribunal Superior do Trabalho - TST; (i) condicionar o pagamento da "quarentena" à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente; (j) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; e (k) fixar os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria em R$ 5.000,00; e (V) A Assembleia deliberou, outrossim, conforme orientação da SEST, constante do parágrafo 39 de seu Parecer, quanto aos valores referentes ao pagamento de RVA de anos anteriores (2012, 2013, 2014, 2015 e 2016), inclusive com as parcelas diferidas correspondentes aos respectivos anos, sobrestados devido à Representação TC 23.999/2015-2, em análise no TCU, e das decisões da Assembleia Geral a respeito deste assunto, não obstante aprovação da referida Secretaria sobre a inclusão da previsão das parcelas de RVA no montante a ser autorizado pela AGO de 2018, condiciona o seu pagamento à manifestação definitiva do TCU sobre a matéria apreciada na referida Representação. Esgotada a ordem do dia e nada mais havendo a tratar, a Ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada, na forma do Art. 130 da Lei nº 6.404/1976, pelo representante da única acionista e pelos integrantes da mesa. Brasília, 30 de abril de 2018. Assinam: Roberto Meira de Almeida Barreto, Presidente da mesa da Assembleia; Milton Bandeira Neto, Representante da União; Elâine Cristina Macedo Grisóstomo, Secretária. Registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 1068026 em 17 de maio de 2018.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1.807, DE 23 DE MAIO DE 2018

Altera a Instrução Normativa Conjunta RFB/Incra nº 1.581, de 17 de agosto de 2015, que estabelece prazos e procedimentos para atualização cadastral no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL e o PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhes conferem o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, o inciso VII do art. 21 da Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, e o inciso IX do art. 121 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Incra/P/nº 49, de 31 de janeiro de 2017, e tendo em vista o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 1º e no art. 2º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, e no § 2º do art. 6º e no § 3º do art. 16 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, resolvem:

Art. 1º A Instrução Normativa Conjunta RFB/Incra nº 1.581, de 17 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 7º A vinculação de um imóvel no Cafir a mais de um imóvel cadastrado no SNCR será admitida quando ficar comprovado que a perda de destinação rural, nos termos do Capítulo VI da Instrução Normativa Incra nº 82, de 27 de março de 2015, de alguma parcela componente do imóvel rural cadastrado no Cafir tenha provocado sua descontinuidade, resultando em mais de um imóvel cadastrado no SNCR." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos I e II do caput do art. 7º da Instrução Normativa Conjunta RFB/Incra nº 1.581, de 17 de agosto de 2015.

Art. 3º Esta Instrução Normativa Conjunta entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID
Secretário da Receita Federal do Brasil

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 9 DE MAIO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720329/2018-24, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Honda, modelo Odyssey EX, ano 2010, cor prata, chassi 5FNRL5H47BB032886, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 13/1595969-2, de 15/08/2013, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, de propriedade do Sr. David Farrell Williams, CPF nº 704.611.941-47.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS
Delegado Adjunto

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720346/2018-61, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Jeep, modelo Wrangler, ano 2014, cor cinza, chassi 1C4AJWAG9EL306619, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 14/1988476-1, de 15/10/2014, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, de propriedade Sr. Peter Ryan McDonald, CPF nº 757.766.181-34.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720365/2018-98, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Ford, modelo Focus ZTS, ano 2002, cor prata, chassi 1FAFP38302W309480, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 12/0276826-3, de 13/02/2014, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, de propriedade Sr. Mark Edward Putnam, CPF nº 702.254.811-03.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 18 DE MAIO DE 2018

Declara NULA a inscrição CNPJ sob nº 22.002.598/0001-90

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ-PA, no uso das atribuições previstas nos artigos 270, 340, inciso III, da Portaria MF nº430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 35 e 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando tudo que consta do processo administrativo nº 10580.721772/2016-24, declara:

Art.1°- É NULA a inscrição CNPJ nº 22.002.598/0001-90 de ALFREDO DE JESUS AMORIM, por vício em ato cadastral.

Art. 2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral anulado, ou seja, a abertura da empresa em 08/03/2015.

ARTHUR VINÍCIUS DA COSTA FERREIRA PINTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

PORTARIA Nº 35, DE 24 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o atendimento às exportações na Alfândega da Receita Federal do Brasil de Fortaleza e Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Pecém.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FORTALEZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 270 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1° - O atendimento às exportações na Alfândega da Receita Federal do Brasil de Fortaleza - ALF/FOR e Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Pecém - IRF/PCE será realizado exclusivamente nos dias e horários do expediente administrativo dessas unidades, na forma como segue.

Art. 2° - As declarações de exportação deverão ser apresentadas até 24 (vinte e quatro) horas antes do deadline da embarcação, sob pena de não serem desembaraçadas, considerando os trâmites necessários à execução do controle aduaneiro.

Parágrafo Único - Os despachos de exportação com previsão de deadline da embarcação no sábado, no domingo e na segunda-feira, ou em feriados (nacional, estadual e municipal), deverão ser apresentados até as 19 (dezenove) horas do segundo dia útil anterior.

Art. 3° - Para produtos perecíveis, na situação prevista no parágrafo único do artigo 2º, o despacho de exportação será realizado mediante solicitação:

I - do embarque antecipado de mercadoria objeto de DE Web, conforme disposto no inciso IX, do §1°, e no §2° do artigo 52 da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994; ou

II - do embarque antecipado de mercadoria objeto da Declaração Única de Exportação - DU-E, conforme disposto nos inciso VIII do artigo 96 e artigo 98 da Instrução Normativa RFB nº 1.702, de 21 de março de 2017.

§1° - As solicitações de que trata o caput deverão ser entregues para autorização ao Serviço de Despacho Aduaneiro da Alfândega de Fortaleza - ALF/FOR/SEDAD ou à Seção de Administração Aduaneira da Inspetoria do Pecém - IRF/PCE/SAANA no primeiro dia útil anterior ao embarque, até as:

10 (dez) horas, para mercadoria objeto de DE Web; ou

14 (quatorze) horas, para mercadoria objeto de DU-E.

§2° - Na solicitação de que trata o caput, o importador deverá informar o nome da embarcação e apresentar declaração do operador portuário, com a confirmação do deadline da embarcação.

§3º - Existindo relatórios e termos de verificação lavrados por outras autoridades na fase de autorização administrativa da exportação, a verificação física direta só deverá ser realizada pela fiscalização aduaneira se as informações disponíveis forem insuficientes para a identificação e quantificação da carga.

Art. 4º - Fica revogada a Portaria ALF/FOR nº 16, de 7 de março de 2018.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO EMMANOEL SALES VASCONCELLOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 24 DE MAIO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CARUARU-PE, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 270-§ 1º-III do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, tendo em vista o disposto na Portaria RFB nº 1.098/2013, no art. 51-I da Instrução Normativa RFB nº 1.432/2013 e considerando tudo o que consta do Dossiê nº 10010.018813/0518-34, resolve:

Art. 1º - Autorizar o fornecimento à empresa JAGUAR TRADING COMPANY IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., CNPJ nº 08.836.136/0001-48, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/0066, na categoria Importador, conforme ADE nº 146, de 24/10/2011, de 5.780 (cinco mil setecentos e oitenta) selos de controle, tipo Bebidas Alcoólicas, cor vermelha, para selagem no exterior, de acordo com os elementos abaixo discriminados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO	QTD DE UNIDADES
Purple Licor Vodka 70 cl ORIGINAL 20% Alc	100 caixas com seis Garrafas de 700 ml cada	600
Purple Vodka 70 cl White 40% Alc	50 caixas com seis Garrafas de 700 ml cada	300
Purple GIN Elegant 70 cl 38% DRY	45 caixas com seis Garrafas de 700 ml cada	270
Purple Vodka Morango Silvestre 20% Alc	43 caixas com seis Garrafas de 700 ml cada	258
Purple Vodka 70 cl MAÇA VERDE 20% Alc	45 caixas com seis Garrafas de 700 ml cada	270
Purple Vodka 70 cl LIMORANGE 20%Alc	43 caixas com seis Garrafas de 700 ml cada	258
GIN ETHIC 50 cl 48% Alc	25 caixas com duas Garrafas de 500 ml cada	50
Purple SWEET LEMON 70 cl 30% Alc	43 caixas com seis Garrafas de 700 ml cada	258
GIN 70 cl 38% Alc MENTA	43 caixas com seis Garrafas de 500 ml cada	258
GIN 70cl 38% PERPERTUA ROXA	43 caixas com seis Garrafas de 500 ml cada	258
PROVODKA LITRO 40	500 caixas com seis Garrafas de 700 ml cada	3.000

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

LUIZ GONZAGA VENTURA LEITE JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 24 DE MAIO DE 2018

Autoriza o fornecimento dos selos que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 13 de outubro de 2017, considerando o disposto no artigo 57, §2º da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, combinado com o disposto no art. 1º, Anexo III, da Instrução Normativa RFB nº 1583, de 31 de agosto de 2015, e tendo em vista requerimento nº 002/2018, de 24 de maio de 2018, da empresa importadora, declara:

Artigo Único. Fica autorizado o fornecimento de 8.640 selos de controle do tipo UÍSQUE AMARELO ao estabelecimento importador LD Licínio Dias Importações Ltda., inscrito no CNPJ sob nº 04.401.145/0001-55, para selagem pelo fabricante no exterior, de 8.640 garrafas, abaixo identificados:

Requerimento	Capacidade	Quantidade	Marca Comercial
002/2018	1000ml	8.640	GRAND MACNISH 8 ANOS
	TOTAL	8.640	

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 23 DE MAIO DE 2018

Cancela inscrição no Registro Especial para estabelecimento que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no artigo 7º, incisos II, III e IV, da IN RFB nº 976 de 7 de dezembro de 2009 e suas alterações e ainda considerando o que consta do processo administrativo respectivo, declara:

Art. 1º - Cancelada a Inscrição no Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945 de 4 de junho de 2009, para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, do estabelecimento abaixo identificado, sob o número e na atividade que especifica:

Nome empresarial	JOGRAF INFORMÁTICA SERVIÇOS LTDA - ME
Endereço	AVENIDA BARROS REIS, 164 - TÉRREO, BARROS REIS, SALVADOR-BA. CEP 40310-010
CNPJ	01.912.524/0001-11
Processo administrativo	10580.721757/2010-91
Nº Registro Especial	GP-05101/00175

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO VICENTE VELLOSO SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 23 DE MAIO DE 2018

Cancela inscrição no Registro Especial para estabelecimento que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR/BA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no artigo 7º, incisos II, III e IV, da IN RFB nº 976 de 7 de dezembro de 2009 e suas alterações e ainda considerando o que consta do processo administrativo respectivo, declara:

Art. 1º - Cancelada a Inscrição no Registro Especial, instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945 de 4 de junho de 2009, para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, do estabelecimento abaixo identificado, sob o número e na atividade que especifica:

Nome empresarial	USN PRINT - COMÉRCIO DE PRODUTOS GRÁFICOS LTDA - EPP
Endereço	AVENIDA EDGAR SANTOS, 500 - LOJA - SABOEIRA, SALVADOR-BA, CEP 41180-790
CNPJ	08.538.501/0001-38
Processo administrativo	10580.721597/2010-80
Nº Registro Especial	IP-05101/00187 e DP-05101/00188

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO VICENTE VELLOSO SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 22 DE MAIO DE 2018

Declara a inscrição de pessoa jurídica no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS, no uso da competência delegada pelo inciso III do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e pelo artigo 3º da Instrução Normativa RFB n.º 1.432 de 26 de dezembro de 2013, considerando ainda as informações constantes do Processo MF n.º 13609.720938/2018-80, declara:

Art. 1º Inscrito sob o n.º 06113/140 no REGISTRO ESPECIAL, a empresa DESTILARIA VELHA MARQUESA EIRELI - ME, CNPJ 12.063.955/0001-77, estabelecida na Fazenda Resplendor, Rodovia MG 259 SN, Zona Rural, Datas/MG, na atividade de ENGARRAFADOR de bebida alcoólica, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações da Instrução Normativa RFB n.º 1.432/2013, sob pena de cancelamento do registro especial, conforme disposto no art. 8º da referida Instrução Normativa, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRED SENA IMBRIANI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 22 DE MAIO DE 2018

Declara a inscrição de pessoa jurídica no Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS, no uso da competência delegada pelo inciso III do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e pelo artigo 3º da Instrução Normativa RFB n.º 1.432 de 26 de dezembro de 2013, considerando ainda as informações constantes do Processo MF n.º 13609.720938/2018-80, declara:

Art. 1º Inscrito sob o n.º 06113/139 no REGISTRO ESPECIAL, a empresa DESTILARIA VELHA MARQUESA EIRELI - ME, CNPJ 12.063.955/0001-77, estabelecida na Fazenda Resplendor, Rodovia MG 259 SN, Zona Rural, Datas/MG, na atividade de PRODUTOR de bebida alcoólica, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações da Instrução Normativa RFB n.º 1.432/2013, sob pena de cancelamento do registro especial, conforme disposto no art. 8º da referida Instrução Normativa, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRED SENA IMBRIANI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 18 DE MAIO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Cancelar no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão de incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

Nº REGISTRO	NOME	CPF	PROCESSO
7A/04.104	BRUNO MARQUES	055.642.237-64	12466.720124/2018-54
7A/02.454	FABIOLA CAMPAGNOLI MUSSO	017.301.247-71	12466.720123/2018-18

Art. 2º Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros as seguintes inscrições:

NOME	CPF	PROCESSO
BRUNO MARQUES	055.642.237-64	12466.720124/2018-54
FABIOLA CAMPAGNOLI MUSSO	017.301.247-71	12466.720123/2018-18

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABRÍCIO BETTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 23 DE MAIO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo Art. 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Art. 11 da Instrução Normativa nº 758 de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 12448.721161/2018-06, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDE) nº 01 de 05 de janeiro de 2018, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 15 de janeiro de 2018.

EMPRESA: EKTT 15-A SERVIÇOS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA SPE S/A.

CNPJ nº 27.853.556/0001-87

CEI nº 51.241.94560/77

NOME DO PROJETO: Projeto de Transmissão de Energia Elétrica correspondente ao Lote 27 do Leilão nº 05/2016.

ATO AUTORIZATIVO: Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 44/2017 - ANEEL.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Geração e Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: 08/2017 a 01/2021.

Art. 2º - O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 23 DE MAIO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo Art. 340, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Art. 11 da Instrução Normativa nº 758 de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720403/2018-75, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDEMME) nº 78 de 16 de março de 2018, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 19 de março de 2018 .

EMPRESA: PARANAIBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.

CNPJ nº 17.553.029/0001-01

CEI nº não possui (art.19, II, "c" e art 26, I - ambos da IN RFB 971/2009)

NOME DO PROJETO: Reforço na Subestação de Barreiras II.

ATO AUTORIZATIVO: Portaria foi a Resolução ANEEL nº 6.846, de 30 de janeiro de 2018, alcançado pelo Art. 4º, inciso III, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Transmissão de Energia.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: fevereiro de 2018 a junho de 2019.

Art. 2º - O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 23 DE MAIO DE 2018

Cancela a habilitação, referente aos projetos abaixo indicados, para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 11, da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta dos respectivos processos/dossiês, resolve:

Art. 1º - Cancelar, conforme solicitado, a habilitação concedida à empresa CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL, inscrita no CNPJ sob o nº 09.652.820/0001-32, para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, para os projetos abaixo identificados.

Processo/Dossiê	Projeto/Objeto	Ato Concessório
10010001493/1214-15	Construção Cinépolis Complexo Shopping Rio Poty	ADE/DRF/RJ1/472/2014
10010001495/1214-12	Construção Cinépolis Complexo Parque Shopping Maia	ADE/DRF/RJ1/473/2014
10010006671/0414-76	Ampliação Cinépolis Shopping Manaíra	ADE/DRF/RJ1/45/2014
10010007857/0615-59	Modernização Cinépolis 26 Complexos	ADE/DRF/RJ1/279/2015
10010010700/1115-41	Construção Cinépolis Riomar Presidente Kennedy e Carapicuiba	ADE/DRF/RJ1/43/2016
10010011720/0414-92	Construção Cinépolis Mangabeira Shopping	ADE/DRF/RJ1/67/2014
10010011727/0414-12	Construção Cinépolis Riomar Shopping Fortaleza	ADE/DRF/RJ1/66/2014
10010035284/0515-91	Construção Cinépolis Shopping Cerrado	ADE/DRF/RJ1/281/2015
10010037752/0816-31	Construção Complexo Cinépolis Santa Maria	ADE/DRF/RJ1/765/2016
18186730041/2013-91	Construção Cinépolis Iguatemi S. J. Rio Preto	ADE/DERAT/SPO/236/2013

Art. 2º - Após a publicação do presente ADE a pessoa jurídica supra não poderá, em relação ao projeto acima indicado, efetuar aquisições e importações de bens ao amparo do RECINE.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE MAIORES CONTRIBUINTES NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 24 DE MAIO DE 2018

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O Delegado da Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes - Demac/RJO, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos II e III do artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando o que consta no processo administrativo nº 16682.720303/2018-98 e com fundamento nos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no art. 4º e § 2 do art. 7º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, bem como no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores, declara:

Art. 1º Fica habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, a pessoa jurídica TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., CNPJ nº 07.859.971/0001-30.

Art. 2º O presente ato aplica-se exclusivamente ao Projeto de Reforços em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL n° 6.603, de 5 de setembro de 2017) e compreende a Subestação Rio das Éguas, conforme Portaria nº 52/SPE, de 16 de fevereiro de 2018, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 19 de fevereiro de 2018, Seção 1, pág. 66, identificado pelo processo MME nº 48500.005202/2017-90.

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE HILDEBRANDT PISCITELLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 22 DE MAIO DE 2018

Declara habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada no regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão do dossiê digital de atendimento nº 10010.013417/0118-60, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso I, 5º e 6º, caput, §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica DOMMO ENERGIA S.A., CNPJ (matriz) nº 08.926.302/0001-05, para atuar como operadora, extensivo, também, para todas as filiais, mencionadas em fl. 425 e 746, do referido dossiê, até o termo final, consignado no Anexo, que não pode ser superior ao prazo disposto no artigo 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime, aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ANEXO

Processo Digital nº 10010.013417/0118-60			
CAMPO	ÁREA DE CONCESSÃO / BLOCO (ANP)	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
Bacia Sedimentar de Campos	Bloco C-M-466, denominado BM-C-39	48610.001367/2008-54	12/03/2040
Bacia Sedimentar de Campos	Bloco C-M-592, denominado BM-C-41	48610.001369/2008-43	12/03/2040

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 53, DE 23 DE MAIO DE 2018

Libera restrição de veículo importado que especifica.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso das atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 11707.720328/2018-42, declara, com fundamento no artigo 124, parágrafo único, inciso II, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, publicado no DOU de 06/02/2009 que devido à dispensa de tributos por efeito de depreciação, após a publicação do presente Ato Declaratório no Diário Oficial da União, encontra-se liberado, com a finalidade de transferência de propriedade para Carolina Fernandes Siqueira Cravo, CPF 128.885.847-78, o veículo Tipo MIS/CAMIONETA, Marca-modelo I/BMW X5 3.5I, Ano-Fabricação: 2010 Anos-Modelo: 2011 Cor: Marrom Chassi nº WBAZV4101BLO454576, Placa: RJ LRJ5289, Renavam nº 329147161, em nome de Consulado Geral da Federação da Rússia no Rio de Janeiro, CNPJ nº 04.761.890/0001-05, importado por meio da DI nº 11/0406015-0, desembaraçada em 15/03/2011, Pela Alfândega do Porto de Santos.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia as sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

PORTARIA Nº 48, DE 24 DE MAIO DE 2018

Exclusão de Pessoa Jurídica do REFIS.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica CERAMICA SANTA ANGELA DE JABOTICABAL LTDA, CNPJ 00.169.347/0001-62,, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 9.964/2000 (inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000), conforme processo administrativo de nº 15952.720065/2018-21, com efeitos a partir de 1º de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO VICENTE MEDEIROS BORGES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 14, DE 24 DE MAIO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, em razão do pedido do contribuinte INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0007, localizado na Rua Cacique Tibiriçá, n° 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.721.593/2018-14, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 7.800 (sete mil e oitocentos) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
WHISKY BLENDED SCOTCH GRANTS FAMILY RESERVE	Caixa com 12 garrafas de 1000 ml	650	7.800

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 15, DE 24 DE MAIO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, em razão do pedido do contribuinte INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0007, localizado na Rua Cacique Tibiriçá, n° 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.721.594/2018-51, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 27.000 (vinte e sete mil) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
WHISKY BLENDED SCOTCH GRANTS FAMILY RESERVE	Caixa com 12 garrafas de 1000 ml	1.600	19.200
WHISKY BLENDED SCOTCH GRANTS FAMILY RESERVE	Caixa com 12 garrafas de 750 ml	350	4.200
WHISKY GLENFIDDICH SINGLE MALTE 12 ANOS	Caixa com 12 garrafas de 750 ml	300	3.600

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 16, DE 24 DE MAIO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de IPI - Bebidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no artigo 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, com alterações posteriores, em razão do pedido do contribuinte INTERFOOD IMPORTAÇÃO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 36.357.994/0001-45, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de n° 08119/0007, localizado na Rua Cacique Tibiriçá, n° 320 - Paulicéia - São Bernardo do Campo - SP, formulado nos autos do processo 13819.721.595/2018-03, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 48.000 (quarenta e oito mil) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9829-14, Tipo UÍSQUE, Cor AMARELO, para os produtos e quantidades a seguir especificados:

MARCA COMERCIAL	CARACTERÍSTICA DO PRODUTO	QUANT. CAIXAS	QUANT. UNIDADES
WHISKY BLENDED SCOTCH GRANTS FAMILY RESERVE	Caixa com 12 garrafas de 1000 ml	4.000	48.000

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIN BARTOS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 23 DE MAIO DE 2018

Declara a Baixa e considera inidôneos os documentos emitidos em favor de terceiros da empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Néviton Oliveira Silva (matrícula 23862), lotado e em exercício na Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior (DELEX) em São Paulo, no exercício da competência delegada pelo art.15-A, inciso III da Portaria DELEX nº 05/2014 de 03/02/2014, publicada no DOU de 03/02/2014, alterada pela Portaria nº123/2016, de 05/07/2016, publicada no DOU de 11/07/2016, tendo em vista o disposto no inciso III do art.302 da Portaria do Ministério da Fazenda nº 203 de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e atendendo ao que consta no e-processo nº 10314.720204/2018-18, resolve:

I)-Declarar BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no artigo 80, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.430/96 (redação dada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009) c/c o art.29, inciso II, alínea "b", da IN RFB nº 1.634/2016 (e alterações posteriores), em razão da não localização da empresa, nem de seu representante legal ou de não indicação do novo domicílio tributário;

II)-Considerar INIDÔNEOS, os documentos da pessoa jurídica abaixo identificada, ou seja, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, pelos motivos acima expostos, a partir de 26/04/2018, conforme termo de constatação anexo ao presente processo, nos termos do artigo 47, § 3º, inciso IV da IN RFB nº 1.634/2016, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação, em razão da empresa ter seu CNPJ Baixado, e tudo o mais que consta no processo administrativo acima mencionado.

Empresa: NON WOVEN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE TECIDOS LTDA
CNPJ 05.075.115/0001-69

NÉVITON OLIVEIRA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM MARINGÁ

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8,
DE 23 DE MAIO DE 2018**

Concede à empresa que especifica habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS de que trata a Lei nº 11.484/2007

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, tendo em vista o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, instituído pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.233/2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 852/2008; e também o que consta do dossiê administrativo nº 10100.005150/0518-89, resolve:

Art. 1º Declarar habilitada a empresa BALFAR SOLAR INDÚSTRIA FOTOELÉTRICA S/A, CNPJ 78.186.228/0001-05, com endereço na Rodovia BR 376, s/n, km 109, Distrito Industrial (Sumaré), em Paranavaí/PR, no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.

Art. 2º Os critérios, prazos, condições e benefícios deverão obedecer ao disposto na legislação de regência e na Portaria Interministerial MCTI/MDIC Nº 510, de 16 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no DOU.

OSMAR FABRE

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA
DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 913, DE 24 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep n. 15414.611451/2018-10, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de KIRTON VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 05.607.427/0001-76, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 29 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 914, DE 24 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007 e o que consta do processo Susep 15414.611077/2018-52, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de MARKEL RESSEGURADORA DO BRASIL S.A., CNPJ n. 13.641.418/0001-20, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 29 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 915, DE 24 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.611659/2018-39, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de PATER SEGUROS S.A., CNPJ n. 06.068.410/0001-50, com sede na cidade de Fortaleza - CE, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 30 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 911-SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

Retificação de Portaria de aplicação de penalidade

A MINISTRA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTA, tendo em vista a delegação de competência de que trata o Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, e o art. 141, IV da Lei nº 8.112/90, em conformidade com as razões expostas no PARECER nº 1/2017-SEI-GAB-CORREG/CORREGEDORIA, no PARECER JURÍDICO nº 00791/2017/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, na Nota Técnica nº 6/2018-SEI-CORREGEDORIA e no PARECER JURÍDICO nº 00255/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, considerando a apreciação das provas pela Comissão de Processo Disciplinar, a análise de todos os documentos constantes nos autos do Processo Administrativo nº 52003.000640/2014-05, o Recurso Disciplinar e a análise de todos os documentos constantes nos autos do Processo Administrativo nº 52000.101263/2018-76, decide:

Art. 1º Retificar o art. 1º da Portaria GM/MDIC nº 159-SEI, de 24 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2018, para, onde se lê "... observada a incidência da incompatibilidade para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de 5 (cinco) anos, prevista no art. 137, caput, dessa Lei...", leia-se "... observada a incidência da incompatibilidade para nova investidura em cargo público federal prevista no art. 137, parágrafo único, desta Lei...".

Art. 2º Determinar o registro e demais providências administrativas decorrentes da sanção aplicada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ SOBRAL ALVES

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

RETIFICAÇÃO

Na RESOLUÇÃO/INPI/PR Nº 219, DE 10 DE MAIO DE 2018, publicada no DOU de 18/05/2018, Seção 1, página 55,

Onde se lê: "...estabelece normas e procedimentos para emissão, registro e expedição de Diploma dos Cursos de Pós-Graduação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, disponível eletronicamente na Seção 1, da Revista Eletrônica da Propriedade Industrial nº 2472, de 22/05/2018,..."

Leia-se: "...estabelece normas e procedimentos para emissão, registro e expedição de Diploma dos Cursos de Pós-Graduação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, disponível eletronicamente na Seção 1, da Revista Eletrônica da Propriedade Industrial nº 2473, de 29/05/2018,..."

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 82, DE 23 DE MAIO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacionalde Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetronº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016 do Conmetro.

De acordo com os Regulamentos Técnicos Metrológicospara medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovados pelas Portarias Inmetro nº 586/2012 e nº 587/2012;

E considerando o constante do Processo Inmetro (SEI) nº 0052600.100495/2017-67 e do sistema Orquestra nº 1059714, resolve:

Aprovar o modelo LUMEN 3 MD de medidor de energia elétrica, classe de exatidão B, marca NANSEN, fabricado por Nansen S.A. Instrumentos de Precisão, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 83, DE 23 DE MAIO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacionalde Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetronº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para bombas medidoras para combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 23/1985 e pela Portaria Inmetro nº 52/2004;

E considerando a Portaria Inmetro/Dimel nº 108, de 25 de maio de 2010 e a Portaria Inmetro/Dimel nº 027, de 01 de fevereiro de2016 (1º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 108/2010);

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.010607/2018-70, resolve:

Autorizar, exclusiva e excepcionalmente, a comercialização do lote de mangueiras aprovadas pela Portaria Inmetro/Dimel nº 108/2010, cujos códigos de rastreabilidade iniciam- se

pelo número 2127 até o número 1358, lote este grafado com a inscrição da Portaria Inmetro/Dimel nº 027/2016 (1º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 108/2010) e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 84, DE 23 DE MAIO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacionalde Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetronº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com os Regulamentos Técnicos Metrológicospara medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovados pelas Portarias Inmetro nº 586/2012 e nº 587/2012;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 0052600.00020457/2017-20 e do sistema Orquestra nº 1059715, resolve:

Aprovar o modelo LUMEN 3 MD3F, de medidor de energia elétrica, classe de exatidão B, marca NANSEN, fabricado por Nansen S.A.Instrumentos de Precisão, e condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SECEX nº 25, de 22 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2018, Seção 1, página 27, onde se lê: "Encerrar a revisão do procedimento especial de verificação de origem não preferencial (...)", leia-se: "Encerrar o procedimento especial de verificação de origem não preferencial (...)".

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 298, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso III do Art. 12, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 073/2018 - CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa RUBBERON INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI. (CNPJ: 09.641.540/0005-52), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 073/2018 - CGPRI/SPR, para produção de RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS) (Código SUFRAMA nº 1306), para o gozo dos incentivos previstos no Art 7º do Decreto Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8387, de 30 de dezembro de 1991, e no artigo 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975.

Art. 2º ESTABELECER que o incentivo fiscal previsto no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para o produto constante no Art. 1º desta Resolução, somente deva ser concedido quando elaborado com matérias-primas agrícola e/ou extrativa vegetal, de produção regional (Amazônia Ocidental), nas quantidades requeridas nas formulações químicas do tipo/modelo de referência.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo Único: As formulações químicas das matérias-primas, em estado natural e/ou elaboradas, referidas no caput deste artigo, deverão ser equivalentes aos do projeto aprovado no Art. 1º desta Resolução, devendo ser comprovadas por ocasião da obtenção dos respectivos Laudos de Produção, nos termos da Resolução nº 203-CAS, de 10 de dezembro de 2012.

Art. 3º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos constantes no Art. 1º desta Resolução, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei N.º 288/67, com redação dada pela Lei N.º 8.387/91.

Art. 4º FIXAR para o produto constante do Art. 1° desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS)	47,581,627	66,614,278	95,163,255

Art. 5º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I- o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1° desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial nº 245 - MDIC/MCT, de 20 de dezembro de 2006;

II- o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III- a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV- o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 144, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000503/2013-65, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 601, de 16 de dezembro de 2013, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Confresa - MT, para ações de Defesa Civil, para até 29/11/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 146, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000343/2014-35, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 5º da Portaria n. 316, de 04 de dezembro de 2014, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Ecoporanga - ES, para ações de Defesa Civil, para até 23/07/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 648, DE 24 DE MAIO DE 2018

Processo nº 08700.008897/2015-29.

No Despacho SG 613 (0478443), publicado no DOU de 22/05/2018, Seção 1, páginas 61 e 62: onde se lê: "ilson Sons Comércio, Indústria e Agência de Navegação Ltda", leia-se: "Wilson Sons Comércio, Indústria e Agência de Navegação Ltda".

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

DESPACHO Nº 133, DE 23 DE MAIO DE 2018

Apresento ao Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade a versão preliminar do Guia de Remédios Antitruste, para que, no uso de suas atribuições, aprove e publicize o documento, a fim de colher contribuições da sociedade a respeito de seu conteúdo, pelo período de 30 (trinta) dias, até 22 de junho de 2018.

As contribuições devem ser enviadas, por escrito, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com referência expressa 'Guia de Remédios Antitruste', pelo endereço eletrônico 'consulta012018@cade.gov.br'.

É o despacho.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 23 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018: RESOLVE:

Nº 93 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JOSE MARCELO MEJIA ZAPATA - W026691-J, natural do Equador, nascido em 25 de setembro de 1947, filho de Jorge Neptali Mejia e de Aida Rebeca, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.003041/2017-14);

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 94 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JOÃO PAULO ELIZEU - V151250-K, natural da Angola, nascido em 02 de agosto de 1966, filho de Paulo Afonso e de Sukama Sofia, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.002594/2017-32).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante à Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 95 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

MANCHOURA KOURA - G 434475 I, natural do Tongo, nascida em 29 de março de 2015, filha de Ahmed Koura e de Awa Sidi, residente no Distrito Federal (Processo n° 08280.007964/2018-29) e

ROUZ ALALWANI - G 295858 C, natural das Arábias, nascida em 25 de agosto de 2011, filha de Motaz Al Alwani e Moumena Zuhour Adi, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08000.054788/2017-32).

LUIZ PONTEL DE SOUZA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 983, DE 23 DE ABRIL DE 2018 (*)

Suspende a transferência de recursos financeiros de custeio do CAPS I de São Domingos (SE).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.025/GM/MS, de 18 de abril de 2018, e na forma do disposto no Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, resolve:

Considerando a Portaria nº 2.475/SAS/MS, de 28 de dezembro de 2016, que habilita o CAPS I Enéias dos Santos, CNES 7562179 do Município de São Domingos -SE;

Considerando a Portaria nº 18/GM/MS, de 3 de janeiro de 2017, que estabelece recurso do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Sergipe e Município de São Domingos;

Considerando as diretrizes e orientações contidas no Anexo V, Título I, Capitulo I da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as redes do Sistema Único de Saúde e define a Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando as orientações contidas na Seção III do capitulo III, títulos III e VIII, da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e, respectivamente, define sobre a habilitação de CAPS;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos transferidos para Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando parecer da Secretaria Estadual de Saúde de Sergipe que informa sobre a total inatividade do serviço CAPS I Enéas dos Santos do município de São Domingos-SE, desde janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência dos recursos do Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado e Município, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º A suspensão ora formalizada perdurará até a adequação e retomada do funcionamento do referido serviço por parte do município de São Domingos - SE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	GESTÃO	SERVIÇO	PORTARIA DE INCORPORAÇÃO	RECURSO ANUAL (R$)
SE	280680	São Domingos	MUNICIPAL	CAPS I CNES 7562179	Portaria n° 18/GM/MS, de 03 de janeiro de 2017.	R$ 339.660,00
TOTAL						R$ 339.660,00

Republicada por ter saído no DOU nº 78, de 24-4-2018, Seção 1, página 52, com incorreções no original.

DESPACHO Nº 90, DE 22 DE MAIO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: nº 25000.074880/2010-61
INTERESSADOS: Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de São João Nepomuceno -ASFECER
ASSUNTOS: Recurso administrativo interposto em face de decisão que concluiu pelo indeferimento de pedido de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 002/CGCER/DCEBAS/SAS/MS bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00459/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de São João Nepomuceno - ASFECER, CNPJ nº 19.776.731/0001-51, mantendo a decisão proferida mediante a Portaria SAS/MS nº 336, de 15 de abril de 2015.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE
Ministro
Substituto

DESPACHO Nº 91, DE 22 DE MAIO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: nº 25000.096700/2015-15
INTERESSADOS: Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba
ASSUNTOS: RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO QUE CONCLUIU PELO INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 218/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00452/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba, CNPJ nº 20.054.326/0001-09, mantendo a decisão proferida mediante a Portaria nº 336/SAS/MS, de 9 de fevereiro de 2017.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE
Ministro
Substituto

DESPACHO Nº 92, DE 22 DE MAIO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: nº 25000.155675/2015-19
INTERESSADOS: Sociedade Beneficente Anália Franco
ASSUNTOS: Recurso administrativo interposto em face de decisão que concluiu pelo indeferimento de pedido de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 277/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER nº 00455/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela Sociedade Beneficente Anália Franco, CNPJ nº 20.352.704/0001-30, mantendo a decisão proferida mediante a Portaria SAS/MS nº 2.029, de 15 de dezembro de 2016.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE
Ministro
Substituto

DESPACHO Nº 93, DE 22 DE MAIO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: n.º 25000.114993/2010-15 (Recurso Administrativo nº 25000.183855/2016-63).
INTERESSADOS: Centro de Saúde Pediátrico Pe. Luiz Monza
ASSUNTOS: Recurso administrativo interposto em face de decisão que concluiu pelo indeferimento de pedido de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 239/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER n. 00453/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pelo Centro de Saúde Pediátrico Pe. Luiz Monza, CNPJ nº 84.424.498/0001-00, mantendo a decisão proferida mediante a Portaria nº 485/SAS/MS, de 5 de maio de 2016.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE
Ministro
Substituto

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 1.444/GM/MS, de 23 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 99, de 24 de maio de 2018, Seção 1, páginas 69 e 70, onde se lê "a partir da competência abril de 2018", leia-se "a partir da competência maio de 2018".

Na Portaria nº 1.446/GM/MS, de 23 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 99, de 24 de maio de 2018, Seção 1, página 70, onde se lê "a partir da competência abril de 2018", leia-se "a partir da competência maio de 2018".

Na Portaria nº 1.447/GM/MS, de 22 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 99, de 24 de maio de 2018, Seção 1, páginas 70 e 71, onde se lê "a partir da competência abril de 2018", leia-se "a partir da competência maio de 2018".

Na Portaria nº 1.448/GM/MS, de 22 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 99, de 24 de maio de 2018, Seção 1, página 71, onde se lê "a partir da competência abril de 2018", leia-se "a partir da competência maio de 2018".

Na Portaria nº 1.449/GM/MS, de 22 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 99, de 24 de maio de 2018, Seção 1, página 73, onde se lê "a partir da competência abril de 2018", leia-se "a partir da competência maio de 2018".

Na Portaria nº 1.451/GM/MS, de 23 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 99, de 24 de maio de 2018, Seção 1, páginas 71 e 72, onde se lê "a partir da competência abril de 2018", leia-se "a partir da competência maio de 2018".

Na Portaria nº 1.452/GM/MS, de 23 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 99, de 24 de maio de 2018, Seção 1, página 72, onde se lê "a partir da competência abril de 2018", leia-se "a partir da competência maio de 2018".

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 516, DE 23 DE MAIO DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5 GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Crucilândia

CNPJ: 02.038.204/0001-47

Nome do Projeto: Cuidar - Atenção e Assistência à Pessoa com Deficiência

SIPAR: 25000.202470/2016-11

Prazo de execução: 24 meses

Valor readequado: R$ 703.774,61 (setecentos e três mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

Resumo do projeto: Ampliar os atendimentos assistenciais com a implantação de serviços multidisciplinares e a prestação dos serviços auxiliares, promovendo melhoria na qualidade de vida da pessoa com deficiência de Crucilândia.

Art. 2º Revogar o inciso XVII, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.241, de 30/11/2017

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 517, DE 23 DE MAIO DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:

Instituição: Fundação Universidade de Caxias do Sul

CNPJ: 88.648.761/0018-43

Nome do Projeto: Implantação do Centro de Diagnóstico e Tratamento Cirúrgico Oncológico do Hospital Geral de Caxias do Sul

NUP: 25000.187356/2016-45

Prazo de execução: 24 meses

Valor readequado: R$ 4.459.563,24 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos).

Resumo do projeto: Aquisição de equipamentos biomédicos e materiais de uso permanente para estruturação da unidade de diagnóstico, internação e tratamento Cirúrgico Oncológico do Hospital Geral de Caxias do Sul.

Art. 2º Revogar o inciso XXIV, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.184, de 09 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 24 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 473ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 28 de março de 2018, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25782.006891/2015-73	Unimed de Tubarão Cooperativa de Trabalho Médico da Região da Amurel	Art. 61-A RN 124/2006	54.000.00 (cinquenta e quatro mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

RETIFICAÇÃO

Na Decisão de 21 de maio de 2018, publicada no DOU nº 97, em 22 de maio de 2018, Seção 1, página 70: onde se lê: "33902.292037/2013-12", leia-se: "33902.292037/2013-72".

Na Decisão de 21 de maio de 2018, publicada no DOU nº 97, em 22 de maio de 2018, Seção 1, página 71: onde se lê: "33902.163370/2015-23", leia-se: "33902.163370/2015-23".

Na Decisão de 21 de maio de 2018, publicada no DOU nº 97, em 22 de maio de 2018, Seção 1, página 71: onde se lê: "33902.025471/2016-92", leia-se: "33902.025471/2016-91".

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 16, DE 24 DE MAIO DE 2018

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Mucopolissacaridose do tipo II.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS, no uso das suas atribuições,

Considerando a necessidade de se estabelecerem parâmetros sobre a mucopolissacaridose do tipo II no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando a Portaria nº 298/GM/MS, de 09 de fevereiro de 2018, que inclui no Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes e compatibiliza na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS a indicação de transplante mieloablativo alogênico aparentado e não aparentado de células-tronco hematopoéticas para tratamento da mucopolissacaridose dos tipos I e II e amplia a faixa etária para indicação de transplante mieloablativo alogênico aparentado para tratamento da doença falciforme;

Considerando os registros de deliberação nº 293/2017, nº 311/2017 e nº 324/2018 e os relatórios de recomendação nº 311 - Dezembro de 2017, nº 300 - Janeiro de 2018 e nº 342 - Fevereiro de 2018 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAS/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Mucopolissacaridose do tipo II.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da mucopolissacaridose do tipo II, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio http://portalms.saude.gov.br/protocolos-e-diretrizes, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da mucopolissacaridose do tipo II.

Art. 3º Os gestores Estaduais, Distrital e Municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO
Secretário de Atenção à Saúde

MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO FIREMAN
Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos

PORTARIA Nº 494, DE 2 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação de Amparo à Maternidade e à Infância, com sede em Campo Grande (MS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando a Nota Técnica nº 145/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.019979/2017-77, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Amparo à Maternidade e à Infância, CNPJ nº 03.272.689/0001-00, com sede em Campo Grande (MS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 806/SAS/MS, 25 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 79, de 26 de abril de 2017, seção 1, página 41.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 576, DE 10 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Beneficente Amigos do Hospital, com sede em Prata (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 159/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.022930/2017-00, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Amigos do Hospital, CNPJ nº 07.810.422/0001-71, com sede em Prata (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 5 de setembro de 2017 a 4 de setembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 804/SAS/MS, 25 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 79, de 26 de abril de 2017, seção 1, página 40.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 628, DE 16 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Beneficente Casa de Misericórdia de Cambará, com sede em Cambará (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 170/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.123147/2012-40, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Casa de Misericórdia de Cambará, CNPJ nº 78.297.090/0001-11, com sede em Cambará (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 2.059/SAS/MS, de 15 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 241, de 16 de dezembro de 2016, Seção 1, página 218.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 632, DE 16 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Mais Vida Centro de Apoio ao Portador de Câncer, com sede em Itu (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 150/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.235077/2013-52, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela atuação exclusiva na promoção da saúde sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101, de 2009, do Mais Vida Centro de Apoio ao Portador de Câncer, CNPJ nº 07.383.523/0001-03, com sede em Itu (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 2.047/SAS/MS, 15 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 241, de 16 de dezembro de 2016, Seção 1, página 217.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 646, DE 17 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Pró Criança Cardíaca, com sede no Rio de Janeiro (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 171/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.208296/2015-21, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela aplicação do percentual mínimo de 20%(vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, em conformidade com inciso I, do art. 8º, da Lei nº 12.101, de 2009, do Pró Criança Cardíaca, CNPJ nº10.489.487/0001-71, com sede no Rio de Janeiro (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 28 de janeiro de 2016 à 27 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 952/SAS/MS, de 26 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 101, de 29 de maio de 2017, seção 1, página 72.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 647, DE 17 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Hospital Beneficente Vale do Sol - HBVS, com sede em Vale do Sol (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 162/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.234769/2014-64, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Beneficente Vale do Sol - HBVS, CNPJ nº 95.427.522/0001-80, com sede em Vale do Sol (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2015 à 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 1.853/SAS/MS, de 06 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 234, de 07 de dezembro de 2016, Seção 1, página 68.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 649, DE 17 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Santo Antônio dos Pobres de Itaperuna, com sede em Itaperuna (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 172/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.133182/2012-77, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Santo Antônio dos Pobres de Itaperuna, CNPJ nº 29.644.705/0001-23, com sede em Itaperuna (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.099/SAS/MS, de 12 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 112, de 13 de junho de 2017, Seção 1, página 30.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 651, DE 17 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Caixa dos Pobres de Natividade, com sede em Natividade (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 173/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.063226/2015-37, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Caixa dos Pobres de Natividade, CNPJ nº 29.885.506/0001-07, com sede em Natividade (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 5 de maio de 2015 à 4 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 2.112/SAS/MS, de 19 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 20 de dezembro de 2016, Seção 1, página 45.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 652, DE 17 DE MAIO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Beneficente Hospitalar de Cedro, com sede em São José do Cedro (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 379/2018/CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.496581/2017-51, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Hospitalar de Cedro, CNPJ nº 86.204.799/0001-53, com sede em São José do Cedro (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 653, DE 18 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação de Acolhimento para Dependentes Químicos Caminho da Paz, com sede em Jardinópolis (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 175/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.192179/2016-19, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS de Atendimento e Acolhimento a Pessoas com Transtornos Decorrentes do Uso, Abuso ou Dependência de Substância Psicoativa, em conformidade com art. 7º-A da Lei 12.101, de 2009, da Associação de Acolhimento para Dependentes Químicos Caminho da Paz, CNPJ nº 18.466.505/0001-01, com sede em Jardinópolis(SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.459/SAS/MS, de 5 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 179, de 18 de setembro de 2017, seção 1, página 64.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 656, DE 18 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Sociedade Beneficente São Francisco de Assis de Tupã, com sede em Tupã (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 283/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.496708/2017-31, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Sociedade Beneficente São Francisco de Assis de Tupã, CNPJ nº 54.722.822/0001-05, com sede em Tupã (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 657, DE 18 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Beneficente Nossa Senhora Medianeira, com sede em Planalto (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 161/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.016674/2015-41, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Nossa Senhora Medianeira, CNPJ nº 90.841.719/0001-48, com sede em Planalto (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 07 de maio de 2015 à 06 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 1.957/SAS/MS, de 15 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 241, de 16 de dezembro de 2016, Seção 1, página 205.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 658, DE 18 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação de Saúde Dr. Jacob Blész, com sede em Vera Cruz (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 178/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.107257/2016-98, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação de Saúde Dr. Jacob Blész, CNPJ nº 01.740.921/0001-53, com sede em Vera Cruz (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 18 de julho de 2016 à 17 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 442/SAS/MS, de 23 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 40, de 24 de fevereiro de 2017, seção 1, página 77.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 660, DE 18 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Médica Social e Hospitalar, com sede em Belém (PA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 282/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.052902/2017-17, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Médica Social e Hospitalar, CNPJ nº 26.238.429/0001-05, com sede em Belém (PA).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 661, DE 18 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Hospital Bom Pastor Ijuí, com sede em Ijuí (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 181/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.175230/2014-66, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospital Bom Pastor Ijuí, CNPJ nº 92.004.225/0001-34, com sede em Ijuí (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 20 de março de 2015 à 19 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 1.894/SAS/MS, de 7 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 235, de 8 de dezembro de 2016, Seção 1, página 69.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 663, DE 18 DE MAIO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Assistência Social o Bom Samaritano, com sede em Americana (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 364/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.460228/2017-32, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o Art. 7-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Assistência Social o Bom Samaritano, CNPJ nº 62.475.660/0001-86, com sede em Americana (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 664, DE 18 DE MAIO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Santa Casa de Misericórdia e Maternidade D. Julieta Lyra, com sede Itápolis (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 370/2018/CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.418122/2017-36, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Santa Casa de Misericórdia e Maternidade D. Julieta Lyra, CNPJ nº 49.979.230/0001-33, com sede em Itápolis (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 665, DE 18 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação de Ribeirão Preto Apoiando a Recuperação de Vidas - RAREV, com sede em Ribeirão Preto (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 183/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.137175/2015-97, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o Art. 7-A da Lei nº 12.101, de 2009, da Fundação Ribeirão Preto Apoiando a Recuperação de Vidas - RAREV, CNPJ nº 02.992.104/0001-55, com sede em Ribeirão Preto (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 1.067/SAS/MS, 2 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 5 de setembro de 2016, Seção 1, página 62.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 666, DE 18 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Centro de Formação e Renovação de Vida, com sede em Uberaba (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 280/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.478393/2017-41, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Centro de Formação e Renovação de Vida, CNPJ nº 11.423.964/0001-69, com sede em Uberaba (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 668, DE 18 DE MAIO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação de Saúde Itaiguapy, com sede em Foz do Iguaçu (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 371/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.408278/2017-17, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação de Saúde Itaiguapy, CNPJ nº 00.304.148/0001-10, com sede em Foz do Iguaçu (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 29 de julho de 2017 à 28 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 669, DE 18 DE MAIO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do IDF - Instituto Doutor Feitosa, com sede em Telêmaco Borba (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os Pareceres Técnicos nº 285/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS e 373/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constantes do Processo nº 25000.199267/2016-41, que concluíram pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do IDF - Instituto Doutor Feitosa , CNPJ nº 08.853.496/0001-58, com sede em Telêmaco Borba (PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 671, DE 21 DE MAIO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Antônio Jorge Dino, com sede em São Luis (MA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 372/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.432834/2017-68, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Antônio Jorge Dino, CNPJ nº 05.292.982/0001-56, com sede em São Luis (MA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 2 de março de 2018 à 1º de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 672, DE 21 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Hospital São Vicente de Paulo, com sede em Campina Verde (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 185/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.130518/2012-40, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital São Vicente de Paulo, CNPJ nº 18.145.870/0001-14, com sede em Campina Verde (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 1.783/SAS/MS, de 30 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 231, de 2 de dezembro de 2016, Seção 1, página 69.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 673, DE 21 DE MAIO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Hospitalar Beneficente Santa Teresinha, com sede em Ciríaco (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 375/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.459900/2017-47, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Beneficente Santa Teresinha, CNPJ nº 08.473.435/0001-65, com sede em Ciríaco (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 18 de novembro de 2017 à 17 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 674, DE 21 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Ciranda da Vida, com sede em Porto Seguro (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 298/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.406804/2017-04, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Ciranda da Vida, CNPJ nº 18.266.078/0001-18, com sede em Porto Seguro (BA).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 676, DE 21 DE MAIO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Bonito, com sede em Ribeirão Bonito (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 377/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.448672/2017-80, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Ribeirão Bonito, CNPJ nº 55.939.920/0001-61, com sede em Ribeirão Bonito (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 679, DE 21 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação dos Diabéticos de Ourinhos, com sede em Ourinhos (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 302/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.428844/2017-07, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação dos Diabéticos de Ourinhos, CNPJ nº 57.264.855/0001-47, com sede em Ourinhos (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 681, DE 21 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Voluntários em Luta, com sede em Álvares Machado (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 300/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.427831/2017-11, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Voluntários em Luta, CNPJ nº 14.857.146/0001-62, com sede em Álvares Machado (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 683, DE 21 DE MAIO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Manoel da Silva Almeida, com sede em Recife (PE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 366/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.428738/2017-15, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Manoel da Silva Almeida, CNPJ nº 09.767.633/0001-02, com sede em Recife (PE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 685, DE 21 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira, com sede em Salvador (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 176/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.239602/2014-90, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira, CNPJ nº 15.200.967/0001-94, com sede em Salvador (BA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2015 à 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 2.099/SAS/MS, de 19 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 20 de dezembro de 2016, Seção 1, página 43.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 686, DE 21 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Ação Social de Joinville, com sede em Joinville (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 243/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.224520/2012-89, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Ação Social de Joinville, CNPJ nº 84.717.925/0001-48, com sede em Joinville (SC).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 687, DE 21 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - IDESNE, com sede em Palmares (PE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 260/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.092752/2017-76, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - IDESNE, CNPJ nº 05.066.423/0001-28, com sede em Palmares (PE).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 688, DE 21 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Hospital Santa Terezinha, com sede em Mateus Leme (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 194/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.110233/2012-92, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospital Santa Terezinha, CNPJ nº 22.420.830/0001-00, com sede em Mateus Leme (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 1.781/SAS/MS, de 30 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 231, de 02 de dezembro de 2016, Seção 1, página 69.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 690, DE 21 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Filhas de São Camilo, com sede em São Paulo (SP)

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 154/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.102234/2012-63, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Filhas de São Camilo, CNPJ nº 61.986.402/0001-00, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 670/SAS/MS, de 30 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 63, de 31 de março de 2017, seção 1, página 102.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 691, DE 21 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Hospital Olyntho Almada, com sede em Astolfo Dutra (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 304/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.412418/2017-43, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Hospital Olyntho Almada, CNPJ nº 20.342.408/0001-59, com sede em Astolfo Dutra (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 692, DE 21 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Casa de Amparo Amor e Vida à Pessoas com Câncer - CAVIPEC, com sede em Campinas (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 308/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.490120/2017-74, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Casa de Amparo Amor e Vida à Pessoas com Câncer - CAVIPEC, CNPJ nº 08.773.801/0001-00, com sede em Campinas (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 693, DE 21 DE MAIO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Centro de Referência em Saúde, Ensino e Pesquisa - CRESEP, com sede em Araraquara (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 376/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.046984/2018-33, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Centro de Referência em Saúde, Ensino e Pesquisa - CRESEP, CNPJ nº 56.358.781/0001-45, com sede em Araraquara (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 694, DE 21 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão, com sede em Araranguá (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 311/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.019581/2018-11, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão, CNPJ nº 28.700.530/0001-61, com sede em Araranguá (SC).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 695, DE 21 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Beneficente dos Militares Estaduais de Santa Catarina-ABEPOM, com sede em Florianópolis (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 312/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.490274/2017-66, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Beneficente dos Militares Estaduais de Santa Catarina-ABEPOM, CNPJ nº 73.360.539/0001-25, com sede em Florianópolis (SC).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 696, DE 21 DE MAIO DE 2018

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Rede de Combate ao Câncer de Rancharia, com sede em Rancharia (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 295/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.067439/2016-19, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Rede de Combate ao Câncer de Rancharia, CNPJ nº 51.395.820/0001-60, com sede em Rancharia (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 700, DE 22 DE MAIO DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08

PARANÁ

I - Nº do SNT 2 01 02 PR 04
II - denominação: Hospital e Maternidade Santa Rita - Associacao Beneficente Bom Samaritano
III - CNPJ: 04.792.670/0001-49
IV - CNES: 2743469
V - endereço: Rio Branco, nº 101, Terreo, Bairro: Zona 04, Maringa/PR, CEP: 87014-140.

Art. 2° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 01 02 PR 05
II - responsável técnico: Adaelson Alves Silva, nefrologista, CRM 5562;
III - membro: Luiz Eduardo Bersani Amado, nefrologista, CRM 24556;
IV - membro: Carlos José Martins Pena, nefrologista, CRM 14360;
V - membro: Paulo Henrique Goulart Fernandes Dias, urologista, CRM 22757;
VI - membro: Thomas Vallezi Battaglia, urologista, CRM 26812;
VII - membro: Fernando Goulart Fernandes Dias, urologista, CRM 29100;
VIII - membro: Eduardo Quirino dos Santos, urologista, CRM 26813;
IX - membro: Itamar Guidi de Lima, cirurgião vascular, CRM 9748.

Art. 3° As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de um ano a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 701, DE 22 DE MAIO DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 99 PR 21

II - denominação: Instituto da Visão - Instituto da Visão Dr Luiz Antônio Kuss Ltda

III - CNPJ: 02.551.236/0001-41

IV - CNES: 2738384

V - endereço: Rua Castro Alves, nº 1556, Bairro: Centro, Cascavel/PR, CEP: 85801-150.

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 03 PR 04

II - DENOMINAÇÃO: Clínica de Olhos Parana - Clínica Hospital de Olhos Noroeste do Parana LTDA EPP

III - CNPJ: 02.773.167/0001-10

IV - CNES: 2732114

V - endereço: Rua Guararapes, nº 313, Bairro: Centro, Cianorte/PR, CEP: 87200-147.

Art. 2° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARANÁ

I - Nº do SNT: 1 11 99 PR 21

II - responsável técnico: Norisvaldo César Bressanim, oftalmologista, CRM 12295;

III - membro: Rafael Himauari, oftalmologista, CRM 26089.

I - Nº do SNT: 1 11 03 PR 05

II - responsável técnico: Masayassu Itikawa, oftalmologista, CRM 12936;

III - membro: Paulo Yoshio Takeuti, oftalmologista, CRM 15274;

IV - membro: Simone Tiemi Yabiku, oftalmologista, CRM 21721;

V - membro: Keiti Fernando Shirasu, oftalmologista, CRM 22464;

VI - membro: Ana Paula Calil Guermandi, oftalmologista, CRM 27844;

VII - membro: Alessander Tieo Tsuneto, oftalmologista, CRM 33494.

Art. 3° As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 702, DE 22 DE MAIO DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 01 99 RS 07
II - denominação: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
III - CNPJ: 87.020.517/0001-20
IV - CNES: 2237601
V - endereço: Rua Ramiro Barcelos, n° 2350, Bairro: Santana, Porto Alegre/RS, CEP: 90.035-903.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FÍGADO: 24.09

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 02 03 SP 03
II - denominação: Hospital Nove de Julho
III - CNPJ: 60.884.855/0003-16
IV - CNES: 2079089
V - endereço: Rua Peixoto Gomide, nº 625, Bairro: Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.409-902.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

BAHIA

I - Nº do SNT: 2 11 99 BA 04
II - denominação: Hospital São Rafael - Monte Tabor Centro Italo Brasileiro de Promoção Sanitário
III - CNPJ: 13.926.639/0001-44
IV - CNES: 0003808
V - endereço: Av São Rafael, nº 2152, Bairro: São Marcos, Salvador/BA, CEP: 41253-190.

I - Nº do SNT: 2 11 16 BA 01

II - denominação: Alclin Itaigara - Alclin Hospital de Olhos Andre Lavgne Ltda

III - CNPJ: 33.921.495/0004-93

IV - CNES: 3542998

V - endereço: Rua Altino Seberto Barros Sl 603 A 605 902 A 905 1005, nº 241, Bairro: Memorial Itaigara, Salvador/BA, CEP: 40150-460.

GOIÁS

I - Nº do SNT: 2 11 12 GO 03
II - denominação: Hospital de Olhos Vila Nova Ltda
III - CNPJ: 10.703.748/0001-04
IV - CNES: 6491014
V - endereço: Avenida A, nº 160, Qd 707, Lt 13, Bairro: Loteamento Manso Per, Goiânia/GO, CEP: 74655-390.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pele ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

PELE: 24.24

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 13 08 SP 07
II - denominação: Hospital das Clínicas FAEPA Ribeirão Preto
III - CNPJ: 57.722.118/0001-40
IV - CNES: 2082187
V - endereço: Campus Universitário, s/n°, Bairro: Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.048-900

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 31 08 SP 01
II - denominação: Hospital das Clínicas FAEPA Ribeirão Preto
III - CNPJ: 57.722.118/0001-40
IV - CNES: 2082187
V - endereço: Campus Universitário, s/n°, Bairro: Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.048-900.

Art. 6° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

GOIÁS

I - Nº do SNT: 1 11 12 GO 05
II - responsável técnico: Rejane Carvalho Aires Batista, oftalmologista, CRM 10393;
III - membro: Pedro Paulo Caiado Canedo, oftalmologista, CRM 10273.

PARAÍBA

I - Nº do SNT: 1 11 18 PB 01
II - responsável técnico: Ana Elisabeth Figueiredo Alencar de Melo, oftalmologista, CRM 8989.

I - Nº do SNT: 1 11 18 PB 02
II - responsável técnico: Ana Elisabeth Figueiredo Alencar de Melo, oftalmologista, CRM 8989.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 11 18 RJ 17
II - responsável técnico: Paulo Andre Polisuk, oftalmologista, CRM 52496367.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 18 SP 16
II - responsável técnico: André Jerez Rezala, oftalmologista, CRM 146632.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

BAHIA

I - Nº do SNT 1 11 16 BA 01
II - responsável técnico: Rodolfo José Correia Nunes, oftalmologista, CRM 17978.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 13 SP 44
II - responsável técnico: Mauro Silveira de Queiroz Campos, oftalmologista, CRM 50875.

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 43
II - responsável técnico: Walton Nosé, oftalmologista, CRM 30319;
III - membro: Adriana dos Santos Forseto, oftalmologista, CRM 75264;
IV - membro: Claudia Francesconi, oftalmologista, CRM 77247;
V - membro: Junia Cabral Marques, oftalmologista, CRM 109963;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - membro: Lucila Ferreira Pinto, oftalmologista, CRM 76405;
VII - membro: Ricardo Menon Nose, oftalmologista, CRM 145706;
VIII - membro: Rodolpho Sueiro Felippe, oftalmologista, CRM 147549.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 14 SP 20
II - responsável técnico: Myrna Serapião dos Santos, oftalmologista, CRM 85055.

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 81
II - responsável técnico: Rosangela Aparecida Simoceli, oftalmologista, CRM 45500;
III - membro: Marivaldo Castro de Oliveira, oftalmologista, CRM 22323.

Art. 8° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:
TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 03 SP 15
II - responsável técnico: Rudelli Sergio Andrea Aristide, ortopedista, CRM 12813;
III - membro: Sergio Paulo Viriato, ortopedista, CRM 27308..

I - Nº do SNT 1 12 16 SP 18
II - responsável técnico: Marcos Paulo Fonseca Pires, ortopedista, CRM 97878;
III - membro: Djalma de Siqueira Júnior, ortopedista, CRM 84135.

Art. 9° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pele à equipe de saúde a seguir identificada:
PELE: 24.24
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 13 02 SP 145
II - responsável técnico: Ary Assumpção Junior, cirurgião plástico, CRM 54836;
III - membro: Renato Morato Zanatto, oncologista cirúrgico, CRM 125679;
IV - membro: Romeu Frisina Filho, cirurgião plástico, CRM 43083.

Art. 10 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado à equipe de saúde a seguir identificada:
RIM/PÂNCREAS: 24.05
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 31 08 SP 09
II - responsável técnico: Rafael Kemp, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 100412;
III - membro: José Sebastião dos Santos, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 52367;
IV - membro: Ajith Kumar Sakarankutty, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 71737;
V - membro: Silvio Tucci Júnior, urologista, CRM 29720;
VI - membro: Tânia Marisa Pisi Garcia, nefrologista, CRM 60399;
VII - membro: Patrícia Moreira Gomes, nefrologista, CRM 127455;
VIII - membro: Alberto Facury Gaspar, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 120816;
IX - membro: Miguel Moisés Neto, nefrologista, CRM 21349;
X - membro: Luis Vicente Garcia, anestesiologista, CRM 54687;
XI - membro: Jorge Resende Lopes Junior, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 147925.

Art. 11 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 703, DE 22 DE MAIO DE 2018

Concede renovação de autorização a Banco de Tecido Ocular Humano.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC/ANVISA nº 55, de 11 de dezembro de 2015, bem como a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado de Saúde bem como análise técnica da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização ao Banco de Tecido Ocular Humano do estabelecimento de saúde a seguir identificado:
BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13
PARANÁ

I - Nº do SNT 3 51 07 PR 03
II - Denominação: Hospital de Olhos de Maringá - HOFTALMAR
III - CNPJ: 80.899.834/0001-10
IV - CNES: 6030750
V - Endereço: Avenida Dr. Luiz Teixeira Mendes, n° 2310, Bairro: Zona 5, Maringá/PR, CEP: 87.015-001.

Art. 2º A renovação de autorização concedida por meio desta Portaria terá validade de 2 (dois) anos a contar desta publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 704, DE 22 DE MAIO DE 2018

Concede renovação de autorização a Banco de Tecido Ocular Humano.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC/ANVISA nº 55, de 11 de dezembro de 2015, bem como a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado de Saúde bem como análise técnica da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização ao Banco de Tecido Ocular Humano do estabelecimento de saúde a seguir identificado:
BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 3 51 01 SP 04
II - Denominação: Hospital São Paulo - Hospital de Ensino da UNIFESP
III - CNPJ: 61.699.567/0001-92
IV - CNES: 2077485
V - Endereço: Rua Napoleão de Barros, n°715, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.024-002

Art. 2º A renovação de autorização concedida por meio desta Portaria terá validade de 4 (quatro) anos a contar desta publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 705, DE 22 DE MAIO DE 2018

Concede classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimento de saúde.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, seção IX, que trata do incremento financeiro para a realização de procedimentos de transplante e o processo de doação de órgãos(IFTDO) e estabelece estratégia de qualificação e ampliação do acesso aos transplantes de órgãos sólidos e de medula óssea, por meio da criação de novos procedimentos e de custeio diferenciado para a realização de procedimentos de transplantes e processo de doação de órgãos; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida classificação de acordo com a complexidade tecnológica ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
NÍVEL D: 24.29
MINAS GERAIS

I - denominação: Hospital das Clínicas Samuel Libânio Pouso Alegre
II - CNPJ: 23.951.916/0004-75
III - CNES: 2127989
IV - endereço: Rua Comendador José Garcia, n° 777, Bairro: Centro, Pouso Alegre/MG, CEP: 37.553-079.

Art. 2º A classificação concedida para estabelecimento de saúde por meio desta Portaria, em conformidade com o art. 228 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, terão validade pelo período de 2 (dois) anos a contar desta publicação, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 229 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 706, DE 22 DE MAIO DE 2018

Inclui membro em equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 978/SAS/MS, de 15 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 157, de 16 de agosto de 2016, Seção 1, página 29, os membros a seguir:
RIM: 24.08
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 01 02 MG 52
II - membro: Sérgio Figueiredo Campos Christo, cirurgia cardiovascular, CRM 18672;
III - membro: Carlos Alberto Campos, anestesiologista, CRM 25352;
IV - membro: Flávio William Barbosa Moreira, anestesiologista, CRM 35539.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 1.038/SAS/MS, de 5 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 107, de 6 de junho de 2017, Seção 1, página 53, o membro a seguir:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 12 09 PR 03 II - membro: Tomás Seibel, ortopedista, CRM 36495.

Art. 3º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 563/SAS/MS, de 9 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 92, de 15 de maio de 2018, Seção 1, página 43, o membro a seguir:
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 21 08 SP 28 II - membro: Roberto Buessio, hematologista, CRM 51734.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 708, DE 22 DE MAIO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da VSAP - Voluntárias Sociais de Além Paraíba, com sede em Além Paraíba (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 369/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.026468/2018-92, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da VSAP - Voluntárias Sociais de Além Paraíba, CNPJ nº 03.719.084/0001-06, com sede em Além Paraíba (MG).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 709, DE 22 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação de Cultura, Recuperação e Integração Social de Pedreira Carisma, com sede em Pedreira (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 306/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.497030/2017-12, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação de Cultura, Recuperação e Integração Social de Pedreira Carisma, CNPJ nº 07.317.567/0001-35 , com sede em Pedreira (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 710, DE 22 DE MAIO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Fundação Hospitalar Santa Otília, com sede em Orleans (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 374/2018/CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.434429/2017-84, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospitalar Santa Otília, CNPJ nº 85.285.930/0001-91, com sede em Orleans(SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 23 de março de 2018 à 22 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 711, DE 22 DE MAIO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do ISAS - Instituto de Saúde e Ação Social (Associação Santana de Ação Social, Habitação, Educação, Cultura e Radiodifusão Comunitária), com sede em Feira de Santana (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o PARECER TÉCNICO Nº 66/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.406211/2017-30, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do ISAS - Instituto de Saúde e Ação Social (Associação Santana de Ação Social, Habitação, Educação, Cultura e Radiodifusão Comunitária), CNPJ nº 16.438.624/0001-25, com sede em Feira de Santana (BA).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 714, DE 23 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Santa Casa de Misericórdia da Campanha, com sede em Campanha (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 195/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.169781/2012-29, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia da Campanha, CNPJ nº 19.082.452/0001-98, com sede em Campanha (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 857/SAS/MS, de 8 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 131, de 11 de julho de 2016, seção 1, página 116.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 715, DE 23 DE MAIO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Irmandade Nossa Senhora das Graças de Dom Joaquim, com sede em Dom Joaquim (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 198/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.002652/2016-85, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade Nossa Senhora das Graças de Dom Joaquim, CNPJ nº 22.056.741/0001-27, com sede em Dom Joaquim (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 10 de julho de 2016 à 9 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 168/SAS/MS, de 20 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 23 de janeiro de 2017, Seção 1, página 42.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 718, DE 23 DE MAIO DE 2018

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Hospital Beneficente São Roque, com sede em Carlos Barbosa (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 356/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.496434/2017-81, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Associação Hospital Beneficente São Roque, CNPJ nº 90.054.206/0001-97, com sede em Carlos Barbosa (RS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

RETIFICAÇÃO

No Art. 11 da Portaria nº 512/SAS/MS, de 3 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 92 de 15 de maio de 2018, Seção 1, página 39.

Onde se lê:

Art. 11 .....

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 04 MG 02 II - responsável técnico: Ormeu Lopes de Faria Filho Filho, oftalmologista, CRM 2017.

Leia-se:

Art. 11 .....

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 18 MG 06 II - responsável técnico: Ormeu Lopes de Faria Filho Filho, oftalmologista, CRM 2017.

No Art. 12 da Portaria nº 512/SAS/MS, de 3 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 92 de 15 de maio de 2018, Seção 1, página 39.

Onde se lê:

Art. 12 .....

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 12 08 SP 01 II - responsável técnico: Suely Akiko Nakagawa, ortopedista e traumatologista, CRM 82918; III - membro: Fábio Fernando Eloi Pinto, ortopedista e traumatologista, CRM 107790; IV - membro: Juliane Comunello, ortopedista e traumatologista, CRM 172636; V - membro: Wu Tu Chung, ortopedista e traumatologista, CRM 53732.

Leia-se:

Art. 12 .....

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 12 08 SP 01 II - responsável técnico: Suely Akiko Nakagawa, ortopedista e traumatologista, CRM 82918; III - membro: Fábio Fernando Eloi Pinto, ortopedista e traumatologista, CRM 107790; IV - membro: Juliane Comunello, ortopedista e traumatologista, CRM 172636; V - membro: Wu Tu Chung, ortopedista e traumatologista, CRM 53732.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 24, DE 23 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) relativa à proposta de exclusão da pastilha de nicotina 2mg para cessação do tabagismo, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS nos autos do processo NUP 25000.006698/2018-35. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 26, DE 23 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) relativa à proposta de incorporação do adalimumabe, etanercepte, infliximabe, secuquinumabe e ustequinumabe para o tratamento da psoríase moderada a grave, apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologias e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS nos autos do processo NUP 25000.466861/2017-34. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 27, DE 23 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) relativa à proposta de incorporação do eltrombopague olamina no tratamento da púrpura trombocitopênica idiopática (PTI), apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologias e Insumos Estratégicos - SCTIE/M nos autos do processo NUP 25000.454286/2017-72. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 28, DE 23 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) relativa à proposta de incorporação do alteplase para tratamento da embolia pulmonar aguda, apresentada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Hospital Risoleta Tolentino Neves nos autos do processo NUP 25000.068611/2017-32. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 29, DE 23 DE MAIO DE 2018

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS - SUBSTITUTA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) relativa à proposta de incorporação do ácido fólico 400mcg em associação a vitamina E 10mg para prevenção de distúrbios do tubo neural relacionados à deficiência de ácido fólico em mulheres que estejam em idade fértil, apresentada pela Biolab Sanus Farmacêutica Ltda. nos autos do processo NUP 25000.438017/2017-13. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

PORTARIA Nº 20, DE 14 DE MAIO DE 2018

Institui e regulamenta o funcionamento e os procedimentos das Comissões Assessoras relacionadas às IST, ao HIV/Aids e às Hepatites Virais.

O SECRETÁRIO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41 do Anexo I ao Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir e regulamentar o funcionamento e os procedimentos das Comissões Assessoras relacionadas às IST, ao HIV/Aids e às Hepatites Virais.

Parágrafo único. As Comissões Assessoras possuem caráter consultivo e tem por objetivo assessorar o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais, da Secretaria de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde (DIAHV/SVS/MS) na formulação das políticas públicas para infecções sexualmente transmissíveis (IST), para o HIV/aids e para as hepatites virais (HV).

Art. 2º Fica instituída as seguintes Comissões Assessoras:

I - Comissão Assessora para o Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos (CAA);

II - Comissão Assessora para o Manejo da Infecção pelo HIV em Crianças e Adolescentes (CACAD);

III - Comissão Assessora para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais (CATV);

IV - Comissão Assessora para Atenção às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (CAIST);

V - Comissão Assessora de Laboratório para Controle de Qualidade, Diagnóstico e Monitoramento Clínico dos Testes Laboratoriais para o HIV, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (CALAB);

VI - Comissão Assessora para a Vigilância do HIV/Aids, Sífilis e Hepatites Virais (CAV); e

VII - Comissão Assessora para as Hepatites Virais (CAHV).

Art. 3º As Comissões Assessoras terão as seguintes atribuições:

I - assistir o DIAHV/SVS/MS no estabelecimento de diretrizes nas áreas relacionadas ao objeto de atuação de cada Comissão, baseado em pesquisas e evidências científicas sobre o tema;

II - sugerir critérios para definição de padrões e parâmetros, nas áreas relacionadas ao objeto de atuação de cada Comissão;

III - propor ações de incentivo e fomento à produção de conhecimentos em assuntos relacionados ao objeto de atuação de cada Comissão, como componente do processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica em saúde;

IV - contribuir na elaboração e/ou na revisão das normas técnicas relativas às áreas relacionadas ao objeto de atuação de cada Comissão.

V - assessorar o DIAHV/SVS/MS na produção teórico-científica nas áreas relacionadas ao objeto de atuação de cada Comissão, identificando necessidades, sugerindo e intervindo ativamente na mesma; e

VI - estimular a interlocução com os demais setores governamentais e outros segmentos afins, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), nas áreas relacionadas ao objeto de atuação de cada Comissão.

Art. 4º As Comissões Assessoras serão compostas por representantes do DIAHV/SVS/MS, de órgãos governamentais, de sociedades científicas, da sociedade civil e por expertos com notório conhecimento do tema específico de cada Comissão.

Parágrafo único. Os representantes serão indicados pelos dirigentes máximos de seus respectivos órgãos ao DIAHV/SVS/MS.

Art. 5º O Diretor do DIAHV/SVS/MS, ou seu substituto, coordenará as Comissões Assessoras, a quem competirá:

I - convocar, organizar a pauta e ordenar as reuniões;

II - indicar, quando necessário, um representante para desenvolver as funções necessárias ao funcionamento da Comissão Assessora;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - constituir grupos de trabalho ou subcomissões para temas ou projetos específicos, com a participação dos membros das Comissões Assessoras e/ou de convidados;

IV - solicitar, quando necessário, subsídios para a elaboração de nota técnica ou de parecer sobre temas afetos;

V - observar as diretrizes e projetos prioritários definidos pelas políticas relacionadas às ações de IST, HIV/Aids e HV; e

VI - indagar sobre a existência de conflito de interesses dos membros com algum dos pontos da pauta proposta para a reunião.

Art. 6º Poderão ser convidados, a critério do DIAHV/SVS/MS, especialistas ad hoc nos assuntos relacionados ao objeto da Comissão para participarem de discussões técnicas, elaboração de documentos e orientações sobre temas afins.

Art. 7º Os membros da Comissão Assessora terão as seguintes competências:

I - participar das reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - identificar, analisar, elaborar e apresentar materiais técnicos e científicos acerca das matérias debatidas nas reuniões;

III - acompanhar a situação de saúde no país, o desempenho das propostas implantadas, a produção das evidências científicas e assessorar o DIAHV/SVS/MS, recomendando medidas considerando as especificidades regionais e locais;

IV - identificar, analisar e apresentar propostas para discussão e articulação institucional no processo de aperfeiçoamento da política nacional de vigilância em saúde;

V - observar os princípios e diretrizes do SUS como norteadores das discussões empreendidas;

VI - manter a confidencialidade das discussões até a divulgação da deliberação final sobre a recomendação; e

VII- declarar a existência de conflito de interesses em caráter permanente, temporário ou casual, que o impeça de participar de discussões e encaminhamentos de assuntos específicos.

Art. 8º Os membros das Comissões e os convidados de que trata o art. 6º encaminharão as seguintes declarações, quando de seu ingresso na Comissão Assessora:

I - declaração de conflito de interesse, conforme modelo constante do Anexo I a esta Portaria; e

II - declaração de confidencialidade, conforme modelo constante do Anexo II a esta Portaria.

Art. 9º A Comissão Assessora reunir-se-á, a qualquer tempo, por convocação do DIAHV/SVS/MS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§1º Os temas a serem abordados na pauta serão propostos pelo DIAHV/SVS/MS e/ou pelos membros da Comissão Assessora.

§2º As reuniões poderão ser presenciais ou à distância, com o apoio do recurso tecnológico apropriado e que permitam o tráfego de informações de forma segura.

§3º A ausência do membro, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas determina a sua exclusão, cabendo ao DIAHV/SVS/MS providenciar nova representação.

Art. 10. O mandato dos membros das Comissões Assessoras será revisto a cada 3 (três) anos, devendo o DIAHV/SVS/MS promover os trâmites necessários para indicação nominal do próximo mandato.

Art. 11. As atividades desenvolvidas no âmbito das Comissões Assessoras não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as seguintes Portarias:

I - Portaria SVS/MS nº 29, de 16 de junho de 2004;

II - Portaria SVS/MS nº 51, de 09 de setembro de 2004;

III - Portaria SVS/MS nº 88, de 02 de outubro de 2008;

IV - Portaria SVS/MS nº 96, de 23 de outubro de 2008;

V - Portaria SVS/MS nº 142, de 25 de agosto de 2009;

VI - Portaria SVS/MS nº 144, de 01 de setembro de 2009

VII - Portaria SVS/MS nº 145, de 01 de setembro de 2009; e

VIII - Portaria SVS/MS nº 04, de 06 de fevereiro de 2014.

OSNEI OKUMOTO

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.335, DE 21 DE MAIO DE 2018

Regulamenta os procedimentos relativos ao acesso e ao tratamento de documentos e informações no âmbito do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU.

O MINISTRO DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no art. 26, § 3º, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1º Os procedimentos relativos ao acesso e ao tratamento de informações e documentos, no âmbito do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, obedecerão às disposições desta Portaria.

Art. 2º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

I - contaminação documental ou processual: efeito decorrente do acondicionamento de informação restrita em documentos ou processos irrestritos;

II - custódia: responsabilidade jurídica de guarda e proteção de informações sem vínculo de propriedade;

III - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

IV - fundos documentais: o conjunto de documentos produzidos e acumulados em decorrência do exercício das atribuições do órgão, qualquer que seja o suporte de informação ou a natureza dos documentos;

V - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

VI - informação classificada em grau de sigilo: informação sigilosa em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, a qual é classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada;

VII - informação de acesso irrestrito: informação sobre a qual não recaia qualquer hipótese de limitação de acesso, ou que seja de amplo conhecimento público em razão de ato de seu titular ou de terceiros;

VIII - informação pessoal: informação sobre pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IX - informação pessoal sensível: informação pessoal relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem cuja divulgação possa ensejar discriminação de seu titular, tais como convicções políticas, religiosas, orientação sexual, identidade de gênero e informações médicas;

X - linguagem cidadã: propriedade da comunicação, verbal ou escrita, que é clara, objetiva, simples e concisa;

XI - necessidade de conhecer: condição segundo a qual o conhecimento da informação com restrição de acesso é indispensável para o adequado exercício de cargo, função, emprego ou atividade;

XII - papéis de trabalho: conjunto de registros e documentos produzidos ou coletados por servidor em atividade de controle, que constitui evidência do trabalho executado e o fundamento da opinião e conclusões desse profissional, notadamente nos termos do § 3º do art. 26 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001;

XIII - salvaguardas de acesso: medidas de restrição ao acesso às informações;

XIV - salvaguardas de gestão: medidas de proteção da informação adotadas a fim de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dessa informação; e

XV - titular da informação: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a que se refira a informação.

Art. 3º A transferência de documento ou informação de outro órgão ou entidade da Administração Pública à CGU implicará a transferência do dever de restrição de acesso.

Art. 4º Compete à CGU a gestão de seus fundos documentais, que contará com as salvaguardas de que trata esta Portaria sempre que neles houver registradas informações de acesso restrito.

CAPÍTULO I

DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I

Do acesso irrestrito

Art. 5º O exercício pleno do direito fundamental de acesso à informação irrestrita será a todos assegurado, independentemente de motivação, nos termos da Constituição Federal, das Leis nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e nº 12.527, de 2011; e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Art. 6º Não serão considerados aptos a serem respondidos os pedidos que não apresentem:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

§ 1º Considera-se específico o pedido de acesso que indique elementos que permitam a identificação precisa dos documentos ou informações solicitados, independentemente do volume de documentos envolvidos.

§ 2º Não sendo o pedido considerado apto, o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC instruirá o demandante a apresentar novo pedido.

Art. 7º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Art. 8º Poderão ser considerados desproporcionais os pedidos de acesso que impliquem em gastos ou atividades excessivos, a exemplo de:

I - manuseio ou reprodução de grande quantidade de documentos pela unidade; e

II - elevado tempo para triagem que tenha por objetivo proteger informações de acesso restrito.

Parágrafo único. Não serão considerados desproporcionais aqueles gastos que puderem ser suportados pelo próprio requerente.

Art. 9º Quando, para o pleno atendimento do pedido, for necessário trabalho adicional de interpretação, consolidação ou tratamento de dados e informações, a unidade disponibilizará, sempre que possível, os dados e informações no modo e suporte em que se encontrarem, a fim de que o próprio solicitante possa realizar sua interpretação, consolidação ou tratamento.

Art. 10. Quando a solicitação da informação recair sobre documento em que coexistam informações de acesso restrito, caberá à unidade que haja produzido a informação ou que a custodie, quando possível, a produção de versão com a obliteração da parte restrita, ou a elaboração de extrato ou de certidão que preserve a compreensão da informação remanescente.

Art. 11. O acesso à informação registrada em documentos custodiados pela CGU poderá ser condicionado à prévia manifestação do órgão ou entidade que os produziu, a fim de averiguar a necessidade de manutenção de cadeia de custódia e eventual restrição de acesso.

Parágrafo único. Caberá à CGU analisar o fundamento e as razões apontadas pelo órgão produtor do documento custodiado, sempre que a manifestação for pela restrição de acesso, a fim de acatá-los ou rejeitá-los.

Art. 12. Será assegurado ao solicitante o conhecimento de informações de acesso irrestrito que permitam a identificação dos documentos produzidos por outros órgãos e entidades que se encontrem acumulados na CGU sem a característica de custódia, a fim de que este possa solicitá-los diretamente ao órgão de origem.

Seção II

Do acesso externo condicionado

Art. 13. O acesso à informação pessoal, sensível ou não, será disponibilizado apenas ao seu titular ou ao seu procurador, mediante comprovação de identidade, nos termos do art. 55, II, c/c art. 60, parágrafo único, I, do Decreto nº 7.724, de 2012.

§ 1º A informação poderá ser disponibilizada presencialmente, por meio do envio de correspondência ou por correio eletrônico, a critério do titular.

§ 2º O envio de correspondência obedecerá aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

§ 3º Os agentes públicos terão acesso às informações pessoais quando necessário ao exercício de suas atribuições.

§ 4º Serão disponibilizadas as informações pessoais a terceiros em caso de consentimento expresso do titular da informação, de ordem judicial ou de disposição legal.

§ 5º Não sofrem restrição de acesso informações pessoais cujo próprio titular tenha disseminado.

§ 6º Os documentos que evidenciem a prática de irregularidades poderão ser encaminhados aos órgãos competentes por sua apuração, independentemente de suas salvaguardas.

§ 7º Considera-se informação pessoal aquela que possibilite a identificação de denunciante.

Art. 14. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, o acesso às informações pessoais será disponibilizado ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Art. 15. O acesso à informação pessoal observará o disposto nos arts. 55 a 62 do Decreto nº 7.724, de 2012 e, quando se tratar de acesso por terceiros, será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade [Anexo I], que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização e sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

Art. 16. São de acesso restrito as informações de invenção ou modelo de utilidade patenteado nos termos da Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, ou adquirido de terceiro mediante cláusula contratual de preservação de sigilo industrial, enquanto durarem os direitos de patente, bem como aquelas protegidas por direito autoral e propriedade intelectual.

Parágrafo único. A CGU poderá dispor, segundo critérios de conveniência e oportunidade, das informações em relação às quais tenha direito autoral ou propriedade intelectual.

CAPÍTULO II

DAS SALVAGUARDAS DA INFORMAÇÃO

Seção I

Das salvaguardas de acesso

Art. 17. Estão sujeitos às salvaguardas de acesso os processos ou documentos que contenham:

I - informações classificadas em grau de sigilo;

II - informações pessoais e pessoais sensíveis;

III - informações sigilosas, nos termos da lei; e

IV - outras informações com restrição de acesso.

Art. 18. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada em grau de sigilo ficarão restritos a pessoas com necessidade de conhecê-la e que sejam credenciadas na forma do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, da Política de Segurança da Informação e das Comunicações da CGU, e das normas pertinentes editadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e pelo Comitê Permanente de Segurança Corporativa da CGU - COPESEG.

Parágrafo único. O acesso à informação classificada em qualquer grau de sigilo a agente público não credenciado ou não autorizado por legislação será permitido mediante assinatura de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS [Anexo II] - pelo qual esse se obrigará a manter o sigilo da informação, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da lei.

Art. 19. A classificação da informação em qualquer grau de sigilo deverá ser feita por meio da elaboração de respectivo Termo de Classificação de Informação - TCI [Anexo III] -, nos termos do Decreto nº 7.724, de 2012, e com atenção aos efeitos que a atribuição de determinada classificação trará às atividades da CGU, aos demais órgãos de defesa do Estado e à sociedade em geral.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º A classificação da informação será feita sobre o documento que a contenha, identificado por meio de número de protocolo, e estenderá os seus efeitos ao processo em que esteja juntado somente para fins de salvaguarda de gestão.

§ 2º No ato de classificação da informação, deve-se buscar o grau de sigilo menos restritivo possível, considerando o interesse público e a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado que a sua divulgação irrestrita possa causar.

§ 3º A classificação da informação em qualquer grau de sigilo deve observar os fundamentos definidos nos arts. 23 e 24 da Lei nº 12.527, de 2011.

§ 4º A classificação deverá ser realizada pela autoridade competente, preferencialmente no momento em que a informação gerada lhe for apresentada, observada a data da produção da informação e os procedimentos estabelecidos nesta Portaria, em suas normas complementares e nas instruções normativas editadas pelo COPESEG.

§ 5º O TCI seguirá anexo ao documento classificado ou deverá ser juntado ao processo respectivo, devendo as razões da classificação terem o mesmo grau de sigilo.

Art. 20. A classificação do sigilo de informações no âmbito da CGU é de competência:

I - nos graus ultrassecreto e secreto: do Ministro da CGU; e

II - no grau reservado: do Ministro da CGU e dos servidores ocupantes de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de nível 101.5 ou superior.

§ 1º O Ministro da CGU poderá delegar competência para classificação em grau reservado a ocupantes de cargos em comissão de nível DAS 101.4, de Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, de nível 101.4, ou a Superintendentes das Controladorias Regionais da União nos Estados, vedada a subdelegação.

§ 2º A classificação de informação realizada por delegação pelos agentes públicos referidos no § 1º deverá ser informada ao Ministro da CGU, no prazo de noventa dias, devendo o documento comprobatório de sua ciência ser juntado ao respectivo TCI.

Art. 21. A classificação da informação será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos do Decreto nº 7.724, de 2012, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo.

§ 1º A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS avaliará periodicamente os documentos classificados em grau de sigilo no âmbito da CGU, nos termos de seu Regimento Interno, apresentando relatórios e orientações quanto às desclassificações, reavaliações de ofício ou novas classificações.

§ 2º O Gestor de Segurança e Credenciamento da CGU informará à Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI acerca da classificação da informação em grau secreto e ultrassecreto, nos termos do art. 32 do Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 22. A desclassificação de dado ou informação será automática após o transcurso dos prazos ou termos previstos no TCI.

Art. 23. Será analisado integralmente o processo objeto de pedido de acesso que contenha documento de acesso restrito, a fim de verificar a possibilidade de contaminação dos demais documentos que o componham.

Parágrafo único. Constatada a contaminação por documento classificado em grau de sigilo, será editado TCI para os documentos afetados, com o mesmo grau de sigilo atribuído ao documento contaminador.

Art. 24. Consideram-se informações e documentos preparatórios relativos a processos em curso no âmbito da CGU, cuja divulgação irrestrita pode trazer prejuízo a sua adequada conclusão:

I - documentos que evidenciem os procedimentos e as técnicas relativas a ações de controle e de inspeção correcional, gestão de riscos ou de qualquer espécie de ação investigativa; e

II - relatórios, pareceres e notas técnicas decorrentes de investigações, auditorias e fiscalizações, e outros documentos relativos às atividades de correição e de controle, bem como outras ações de competência da CGU, quando ainda não concluídos os respectivos procedimentos.

§ 1º A restrição de acesso às informações previstas no inciso I do caput deste artigo se extinguirá quando o método ou o procedimento adotado nas respectivas ações de controle, de inspeção correcional, de gestão de risco ou ação investigativa não for mais utilizado, salvo quando:

I - haja perspectiva de utilização; ou

II - seu conteúdo componha outros documentos de acesso restrito.

§ 2º A restrição de acesso às informações previstas no inciso II do caput deste artigo se extinguirá a partir da conclusão do procedimento, salvo subsistam outras restrições.

§ 3º Consideram-se concluídos, no âmbito da CGU, os procedimentos relativos a:

I - ação correcional:

a) procedimento correcional contraditório e eventual processo de acompanhamento: com a publicação da decisão definitiva do procedimento contraditório pela autoridade competente;

b) procedimento investigativo: com o arquivamento do processo ou a publicação do julgamento do procedimento disciplinar contraditório decorrente da investigação; e

c) procedimento de inspeção correcional: com a aprovação final do relatório pela autoridade competente;

II - ação de apuração de denúncias:

a) após o encerramento da ação de controle ou do procedimento que a denúncia instruir;

b) após seu expresso arquivamento; ou

c) após o transcurso de 5 anos sem a adoção de providências;

III - ação de controle, somente após cumpridos todos os requisitos abaixo:

a) manifestação da Unidade Examinada ou do gestor federal, conforme o caso, sobre fatos apurados na execução dos trabalhos, desde que não haja indicação de sigilo ou de segredo de justiça;

b) manifestação do gestor federal ou de entidade do Sistema S (Serviço Social Autônomo) sobre a existência de dados com restrição de acesso na versão final do relatório; e

c) encaminhamento do relatório ao gestor federal e aos demais destinatários próprios de cada linha de atuação da Secretaria Federal de Controle Interno.

§ 4º As informações oriundas ou resultantes de procedimentos correcionais, denúncias ou ações de controle, que possam resultar no prosseguimento de investigação em outros órgãos da Administração Pública, administrativa ou judicialmente, terão seu acesso condicionado à prévia consulta aos órgãos parceiros na investigação quanto à sua restrição de acesso.

§ 5º A restrição de acesso decorrente da natureza preparatória de documentos não será aplicada a interessados formalmente acusados em procedimentos de natureza contraditória, nem a seus representantes legais, quando necessários ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

§ 6º Não integram os fundos documentais da CGU nem constituem documentos preparatórios à tomada de decisão documentos que registrem simples anotações, esboços ou minutas descartados ao longo da atividade da CGU que não constituam achados ou dos quais não se haja derivado conclusão.

§ 7º O denunciante, por essa única condição, não terá acesso às informações e documentos preparatórios.

Art. 25. Os papeis de trabalho reunidos durante a realização de auditorias, fiscalizações e inspeções gozarão de salvaguardas de acesso no âmbito da CGU.

Parágrafo único. Caberá à unidade demandada por meio do processo administrativo de acesso à informação indicar os órgãos ou entidades dos quais tais documentos tenham sido coletados, a fim de que o solicitante possa requerê-los diretamente a tais órgãos ou entidades, nos termos do art. 12 desta Portaria.

Art. 26. Os leiautes de bases de dados e sistemas de informação da CGU constituem materiais de acesso restrito sempre que sirvam ao armazenamento de informações com salvaguardas de acesso, nos termos do art. 45 do Decreto nº 7.845, de 2012, sendo facultado à Administração deles dispor, nos termos e condições do art. 16 desta Portaria, após o seu desuso ou mediante contrato, termo ou convênio com cláusula de confidencialidade.

Art. 27. Os processos em curso na CGU que contenham informações de acesso restrito poderão ser acessados apenas pelos servidores aos quais são destinados ou por unidades que desempenhem as competências regimentais a eles relacionadas, conforme discriminação de nível de acesso constante em normativo específico, e por aqueles que apresentem necessidade de conhecer.

Art. 28. Caberá ao agente público que ocupe cargo de nível DAS 101.4, FCPE 101.4, Superintendentes das Controladorias Regionais da União nos Estados, seus equivalentes ou superiores, manifestar-se sobre a possibilidade de concessão de acesso a terceiros a processos de responsabilidade de sua unidade.

Parágrafo único. A competência prevista neste artigo não poderá ser exercida em prejuízo do contraditório e da ampla defesa, quando aplicáveis ao processo em questão.

Art. 29. As informações que instruam processos que corram em segredo de justiça, bem como as informações destes provenientes, terão o acesso restrito ao órgão ou entidade para a qual o juízo competente as tenha endereçado.

§ 1º As informações tratadas no caput que estejam custodiadas na CGU terão seu acesso garantido ao interessado formalmente acusado em processo contraditório da CGU e aos seus defensores legalmente constituídos quando utilizadas no respectivo processo como prova.

§ 2º O direito de que trata o § 1º inclui o direito de obtenção de cópia integral das informações nos termos do art. 12 da Lei nº 12.527, de 2011.

Seção II

Das salvaguardas de gestão

Subseção I

Recebimento e marcação

Art. 30. Os documentos a que se refere o art. 17 desta Portaria serão cadastrados com Número Único de Protocolo (NUP) de origem da CGU e serão categorizados conforme tipologia específica de Sistema Informatizado de Protocolo, de acordo com as seguintes diretrizes:

I - informação classificada, quando relativa à informação de que trata o inciso I do art. 17 desta Portaria;

II - informação pessoal ou informação pessoal sensível, quando relativa à informação de que trata o inciso II do art. 17 desta Portaria;

III - sigilo legal específico, quando relativa à informação de que trata o inciso III do art. 17 desta Portaria; e

IV - restrição de acesso específica, quando relativa à informação de que trata o inciso IV do art. 17 desta Portaria.

§ 1º Os processos físicos que contenham documentos ou informações a que se refere o caput trarão, em sua capa, as seguintes marcações:

I - indicação do grau de sigilo, no caso do inciso I do caput; ou

II - marcação de "ACESSO RESTRITO", nos casos dos incisos II e III do caput.

§ 2º Os processos físicos iniciados após a publicação desta portaria que contenham documentos ou informações a que se refere o caput deverão apresentar, no verso de sua capa, mapa [Anexo IV] que indique a espécie de restrição de acesso e a folha de sua ocorrência.

§ 3º No caso de documento a que se refere o inciso I do caput que estiver sob custódia da CGU, será obrigatória a lavratura de termo de custódia [Anexo V] após a autuação do processo, devendo o termo correspondente ser juntado aos autos pelo receptor.

§ 4º As salvaguardas de gestão assegurarão que o acesso dos documentos descritos no caput seja disponível:

I - no caso do inciso I do caput, apenas às autoridades com credencial de segurança ou credenciadas de ofício, nos termos da Política de Segurança da Informação e das Comunicações da CGU, e sua regulamentação, bem como àqueles que detenham permissão especial por meio de TCMS [Anexo II]; e

II - nos casos dos incisos II a IV do caput, na forma de discriminação de nível de acesso constante em normativo específico.

Subseção II

Acondicionamento

Art. 31. Os documentos em meio físico com informações a que se referem os incisos I e III do art. 17, bem como os documentos que contenham informação pessoal sensível deverão ser acondicionados em local de acesso controlado.

§ 1º Aos documentos classificados em grau de sigilo e aos processos que os contenham serão aplicados os protocolos de salvaguarda previstos na Política de Segurança da Informação e das Comunicações da CGU, bem como nas Instruções Normativas e Normas Complementares do COPESEG.

§ 2º Os processos físicos que contenham documento com as informações a que se refere o caput serão considerados contaminados para fins de adoção de salvaguardas de gestão.

Subseção III

Confecção de cópias e retirada de documentos sem natureza de expedição

Art. 32. A cópia integral ou parcial de qualquer documento de que tratam os incisos II a IV do art. 17 desta Portaria por agente público, no exercício de suas funções, somente poderá ser efetuada mediante anuência das autoridades responsáveis pelas unidades em que a informação esteja armazenada.

Art. 33. A retirada de documentos de que tratam os incisos II a IV do art. 17 desta Portaria das dependências da CGU, por agente público no exercício de suas funções, sempre que não caracterizado como situação de expedição ou trâmite, deverá ser feita preferencialmente em cópia, mantendo-se o original nos arquivos do órgão.

§ 1º Após o uso da cópia de que trata o caput, deverá o agente público eliminá-la.

§ 2º A retirada de documento original das dependências da CGU nas condições definidas pelo caput somente ocorrerá mediante assinatura de termo de custódia individual pelo agente custodiante, devendo este retornar o documento ao arquivo do órgão após o seu uso em ambiente externo.

Art. 34. A retirada de documentos ou processos com informação classificada em grau de sigilo das dependências da CGU se dará exclusivamente para fins de expedição para outros órgãos da Administração de quaisquer poderes ou entes federados ou para o trâmite entre unidades fisicamente apartadas da própria CGU.

Parágrafo único. Não será admitida modalidade de teletrabalho ou trabalho à distância que necessite, para o seu exercício, do uso ou manuseio de documentos classificados em grau de sigilo.

Subseção IV

Trâmite e expedição

Art. 35. Os processos com documentos ou informações de que trata o art. 31 desta Portaria que devam sofrer trâmite para unidades externas à CGU ou para concessão de vistas às partes interessadas serão acondicionados em envelopes duplos, obedecidas as seguintes disposições:

I - no envelope externo não constará indicação do grau de sigilo ou do teor do documento;

II - no envelope interno constarão o destinatário e o grau de sigilo do documento, de modo a serem identificados logo que removido o envelope externo; e

III - o envelope interno será fechado, lacrado e expedido mediante recibo [Anexo VI], que indicará remetente, destinatário e número ou outro indicativo que identifique o documento.

Art. 36. A expedição de documento com informação de que trata o art. 31 desta Portaria, exceto aquelas classificadas em grau de sigilo ultrassecreto, poderá ser feita pelos meios de comunicação disponíveis, com recursos de criptografia compatíveis, sem prejuízo da entrega pessoal.

Art. 37. A expedição, a condução e a entrega de documento com informação classificada em grau de sigilo ultrassecreto serão efetuadas pessoalmente, por agente público autorizado, ou transmitidas por meio eletrônico, desde que sejam usados recursos de criptografia compatíveis com o grau de classificação da informação, vedada sua postagem.

Art. 38. Caberá aos responsáveis pelo recebimento do documento com informação de que trata o art. 31 desta Portaria, independente do meio e formato:

I - registrar o recebimento do documento;

II - verificar a integridade do meio de recebimento e registrar indícios de violação ou de irregularidade, comunicando ao destinatário, que informará imediatamente ao remetente, e ao Gestor de Segurança da Informação e Comunicações; e

III - informar ao remetente o recebimento da informação, no prazo mais curto possível.

Parágrafo único. Os envelopes internos somente poderão ser abertos pelo seu destinatário, seu representante credenciado ou autoridade hierarquicamente superior.

Art. 39. Os despachos de trâmite ou arquivamento deverão certificar a integridade do documento, nas condições em que houver sido recebido, e registrar indícios de violação ou de irregularidade, comunicando ao remetente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Subseção V

Arquivamento

Art. 40. No ato de arquivamento, os processos ou documentos classificados deverão ser armazenados em envelope lacrado, conforme art. 35 desta Portaria, devendo ser mantidas cópias do TCI com obliteração do campo "razões de classificação" e do despacho de arquivamento externas ao envelope interno.

Parágrafo único. Após adequado tratamento, os processos e documentos classificados seguirão para o Posto de Controle, ou, enquanto este não estiver instalado, para área de acesso restrito do Arquivo Central da CGU ou do Arquivo das Unidades Regionais, a fim de aguardar a sua destinação, observado o disposto no § 2º, do art. 31, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Art. 41. O arquivamento dos processos ou documentos em meio físico com informações a que se refere o inciso III do art. 17, bem como os que contenham informação pessoal sensível, deve ser realizado em local de acesso controlado.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. No caso de documentos que registrem informações protegidas por mais de uma espécie de sigilo, deverão ser adotadas as medidas de salvaguarda de gestão e de acesso proporcionais ao grau de sigilo mais elevado.

Parágrafo único. Os processos que contiverem documentos com informações gravadas com diferentes espécies de sigilo deverão ter seu tratamento submetido às salvaguardas proporcionais ao grau de sigilo mais elevado.

Art. 43. A CGU privilegiará, na produção de documentos, o uso da linguagem cidadã e modelos que ofereçam adequada segregação entre parcelas sigilosas e pessoais sensíveis.

Art. 44. Compete ao COPESEG a edição de Instruções Normativas e Normas Complementares a esta Portaria.

Art. 45. Fica delegado ao Secretário-Executivo da CGU competência para alterações da presente Portaria, nos termos das competências previstas na Lei nº 13.502, de 2017, no Decreto nº 8.910, de 2016, e na Portaria CGU nº 677, de 2017.

Art. 46. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 47. Fica revogada a Portaria nº 1.613, de 26 de julho de 2012.

WAGNER DE CAMPOS ROSARIO

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA ACESSO A INFORMAÇÃO PESSOAL POR TERCEIROS

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e de sua regulamentação, declaro que tive acesso à informação aqui descrita, e que a utilizarei exclusivamente com finalidade declarada, responsabilizando-me civil, penal e administrativamente por qualquer uso diverso ou por qualquer prejuízo à intimidade, honra e vida privada de seus titulares e de seus herdeiros.

Dados da Informação:

Nome(s) completo(s) do(s) titular(es) da informação	
Descrição da Informação	
Finalidade do acesso	
Forma de acesso	[acesso local], [cópia]
Data do acesso	
Prazo de acesso (quando aplicável)	Entre [00:00] e [00:00]

Dados do requerente:

Nome completo	
Documento de Identificação	[CPF/RG]
Endereço residencial	
Telefone	

[local], [data]

[assinatura]

[juntar documento de identidade com foto]

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS

[Qualificação: nome completo, nacionalidade, CPF, identidade (nº, data e local de expedição), filiação e endereço], perante o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação sigilosa, bem como das limitações ao seu uso nos termos do § 3º do art. 26 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, comprometendo-me a:

a) adotar as medidas de salvaguarda de informações de natureza sigilosa previstas em Lei e nos normativos do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, a fim de garantir a necessária restrição de acesso ao seu suporte ou registro, preservando o seu sigilo;

b) preservar o conteúdo das informações de natureza sigilosa, sem divulgá-lo a terceiros;

c) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações de natureza sigilosa; e

d) não copiar ou reproduzir as informações de natureza sigilosa, por qualquer meio ou modo, salvo mediante autorização da autoridade competente.

Declaro que [recebi] [tive acesso] ao (à) [documento ou material entregue ou exibido ao signatário], que este encontra-se íntegro e autêntico, e por estar de acordo com o presente Termo, o assino na presença das testemunhas abaixo identificadas.

[local], [data]

[assinatura]

[assinatura de duas testemunhas identificadas]

[juntar documento de identidade do declarante, com foto]

ANEXO III

TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO - TCI

GRAU DE SIGILO:

(idêntico ao grau de sigilo do documento)

TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO		
ÓRGÃO/ENTIDADE: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União		
CÓDIGO DE INDEXAÇÃO:		
GRAU DE SIGILO:		
CATEGORIA:		
TIPO DE DOCUMENTO:		
DATA DE PRODUÇÃO:		
FUNDAMENTO LEGAL PARA CLASSIFICAÇÃO:		
RAZÕES PARA A CLASSIFICAÇÃO: (idêntico ao grau de sigilo do documento)		
PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO:		
DATA DE CLASSIFICAÇÃO:		
AUTORIDADE CLASSIFICADORA		Nome: Cargo:
AUTORIDADE RATIFICADORA(quando aplicável)		Nome: Cargo:
	DESCLASSIFICAÇÃO em ____/____/_____(quando aplicável)	Nome: Cargo:
	RECLASSIFICAÇÃO em ____/____/_____(quando aplicável)	Nome: Cargo:
	REDUÇÃO DE PRAZO em ____/____/_____(quando aplicável)	Nome: Cargo:
	PRORROGAÇÃO DE PRAZO em ___/ ____/_____(quando aplicável)	Nome: Cargo:
_____ ASSINATURA DA AUTORIDADE CLASIFICADORA		
_____ ASSINATURA DA AUTORIDADE RATIFICADORA (quando aplicável)		
ASSINATURA DA AUTORIDADE responsável por DESCLASSIFICAÇÃO (quando aplicável)		
ASSINATURA DA AUTORIDADE responsável por RECLASSIFICAÇÃO (quando aplicável)		
ASSINATURA DA AUTORIDADE responsável por REDUÇÃO DE PRAZO (quando aplicável)_____ ASSINATURA DA AUTORIDADE responsável por PRORROGAÇÃO DE PRAZO (quando aplicável)		

ANEXO IV

MAPA DE INFORMAÇÕES DO PROCESSO

MAPA DE INFORMAÇÕES COM RESTRIÇÃO DE ACESSO PROCESSO NUP: _____					
Tipo de documento	Número do documento	Assunto	Fundamento legal	Grau de sigilo (se classificado nos termos da LAI)	Folha Nº

ANEXO V

TERMO DE CUSTÓDIA DE DOCUMENTO CLASSIFICADO EM GRAU DE SIGILO

Por este ato, compromete-se o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, nos termos do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, a adotar as medidas de salvaguarda necessárias à conservação e à manutenção do sigilo das informações constantes no Documento aqui descrito e ora recebido para autuação de processo, sujeitando-se a responder perante a instituição de origem em caso de seu extravio, destruição ou divulgação não autorizada.

No ato de recebimento, atestou-se a integridade do lacre do envelope e a autenticidade do Documento/Processo nele contido.

Número do Documento	
Data do documento	
Órgão de Origem	
NUP do respectivo processo	
Fundamento legal da restrição de acesso	
Prazo de custódia (quando aplicável)	

[local],[data]

Autoridade responsável pelo recebimento

ANEXO VI

RECIBO DE DOCUMENTO COM ACESSO RESTRITO

Declaro haver recebido o Processo/Documento com acesso restrito registrado sob número [NUP], proveniente do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, em data e hora abaixo assinaladas.

No ato de recebimento, atestou-se a integridade do lacre do envelope interno, a ser aberto exclusivamente pelo seu destinatário ou representante, nos termos do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.

[local], [data], [hora]

[Assinatura]

Nome completo (em letra de forma):

CPF:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 182, DE 22 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003818/2017-26 e nº 48500.000418/2018-40, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.559.244/0001-90, com Sede na Praça Leoni Ramos, nº 1, 5º andar, bloco 2, São Domingos, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Ângela 15, no Município de Queimada Nova, Estado do Piauí, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PI.033019-1.01, com 30.000 kW de capacidade instalada e 16.000 kW médios de garantia física de energia, constituída por dez Unidades Geradoras de 3.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santa Ângela 15, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/500 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 500 kV, com cerca de quinze quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Queimada Nova II, de propriedade da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de fevereiro de 2022;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 2 de setembro de 2021;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 2 de setembro de 2021;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de março de 2022;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 15 de março de 2022;

f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de maio de 2022;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de agosto de 2022;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de abril de 2022;

i) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de outubro de 2022;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de novembro de 2022;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 3ª Unidade Geradora: até 17 de novembro de 2022;

l) início da Operação em Teste da 4ª à 6ª Unidade Geradora: até 2 de dezembro de 2022;

m) início da Operação em Teste da 7ª à 10ª Unidade Geradora: até 17 de dezembro de 2022; e

n) início da Operação Comercial da 1ª à 10ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2023;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.250.000,00 (oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da EOL Ventos de Santa Ângela 15;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e conforme o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santa Ângela 15, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Ventos de Santa Ângela 15, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 222, de 7 de junho de 2016.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2017, são de exclusiva responsabilidade da Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 222, de 2016, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Ventos de Santa Ângela 15, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Carlos Ewandro Naegele Moreira.	CPF: 391.142.017-04.
Representante legal: Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira.	CPF: 002.533.027-65.
Responsável técnico: Tiago Amaro Heerdt.	CPF: 001.362.080-02.
Contador: Elço Góes de Assis.	CPF: 028.058.327-36.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	137.610.000,00.
Serviços	23.925.000,00.
Outros	3.465.000,00.
Total (1)	165.000.000,00.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	127.014.000,00.
Serviços	23.829.000,00.
Outros	3.465.000,00.
Total (2)	154.308.000,00.
Período de execução do projeto: De 1º de março de 2022 a 1º de novembro de 2022.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	08.084.537/0001-99	99,9 %
Ventos de Santa Ângela Energias Renováveis S.A.	15.673.986/0001-38.	0,1 %

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santa Ângela 15		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	231253	9034989
2	231157	9034824
3	231057	9034658

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4	230960	9034493
5	230902	9034314
6	230847	9034131
7	230757	9033963
8	230664	9033794
9	230560	9033633
10	230454	9033475

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 183, DE 22 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003818/2017-26 e nº 48500.000416/2018-51, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 11 S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.552.535/0001-57, com Sede na Praça Leoni Ramos, nº 1, 5º andar, bloco 2, São Domingos, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Ângela 11, no Município de Lagoa do Barro do Piauí, Estado do Piauí, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PI.033015-9.01, com 30.000 kW de capacidade instalada e 15.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por dez Unidades Geradoras de 3.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santa Ângela 11, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/500 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 500 kV, com cerca de quinze quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Queimada Nova II, de propriedade da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de fevereiro de 2022;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 2 de setembro de 2021;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 2 de setembro de 2021;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de março de 2022;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 15 de março de 2022;

f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de maio de 2022;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de agosto de 2022;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de abril de 2022;

i) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de outubro de 2022;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de novembro de 2022;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 3ª Unidade Geradora: até 17 de novembro de 2022;

l) início da Operação em Teste da 4ª à 6ª Unidade Geradora: até 2 de dezembro de 2022;

m) início da Operação em Teste da 7ª à 10ª Unidade Geradora: até 17 de dezembro de 2022; e

n) início da Operação Comercial da 1ª à 10ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2023;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.250.000,00 (oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da EOL Ventos de Santa Ângela 11;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e conforme o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santa Ângela 11, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Ventos de Santa Ângela 11, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 222, de 7 de junho de 2016.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2017, são de exclusiva responsabilidade da Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 11 S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 11 S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 11 S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 222, de 2016, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Ventos de Santa Ângela 11, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 11 S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 11 S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Carlos Ewandro Naegele Moreira.	CPF: 391.142.017-04.
Representante legal: Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira.	CPF: 002.533.027-65.
Responsável técnico: Tiago Amaro Heerdt.	CPF: 001.362.080-02.
Contador: Elço Góes de Assis.	CPF: 028.058.327-36.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	137.610.000,00.
Serviços	23.925.000,00.
Outros	3.465.000,00.
Total (1)	165.000.000,00.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	127.014.000,00.
Serviços	23.829.000,00.
Outros	3.465.000,00.
Total (2)	154.308.000,00.
Período de execução do projeto: De 1º de março de 2022 a 1º de novembro de 2022.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	08.084.537/0001-99	99,9 %
Ventos de Santa Ângela Energias Renováveis S.A.	15.673.986/0001-38.	0,1 %

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santa Ângela 11		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	228964	9036135
2	228808	9035995
3	228521	9035792
4	228385	9035644
5	228260	9035493
6	228128	9035344
7	227990	9035197
8	227845	9035054
9	227714	9034905
10	227589	9034753

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 184, DE 22 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003818/2017-26 e nº 48500.000419/2018-94, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 17 S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.579.025/0001-73, com Sede na Praça Leoni Ramos, nº 1, 5º andar, bloco 2, São Domingos, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Ângela 17, no Município de Lagoa do Barro do Piauí, Estado do Piauí, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PI.033021-3.01, com 30.000 kW de capacidade instalada e 17.000 kW médios de garantia física de energia, constituída por dez Unidades Geradoras de 3.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santa Ângela 17, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/500 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 500 kV, com cerca de quinze quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Queimada Nova II, de propriedade da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de fevereiro de 2022;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 2 de setembro de 2021;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 2 de setembro de 2021;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de março de 2022;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 15 de março de 2022;

f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de maio de 2022;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de agosto de 2022;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de abril de 2022;

i) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de outubro de 2022;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de novembro de 2022;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 3ª Unidade Geradora: até 17 de novembro de 2022;

l) início da Operação em Teste da 4ª à 6ª Unidade Geradora: até 2 de dezembro de 2022;

m) início da Operação em Teste da 7ª à 10ª Unidade Geradora: até 17 de dezembro de 2022; e

n) início da Operação Comercial da 1ª à 10ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2023;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.250.000,00 (oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da EOL Ventos de Santa Ângela 17;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e conforme o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santa Ângela 17, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Ventos de Santa Ângela 17, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 222, de 7 de junho de 2016.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2017, são de exclusiva responsabilidade da Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 17 S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 17 S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 17 S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 222, de 2016, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Ventos de Santa Ângela 17, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 17 S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 17 S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Carlos Ewandro Naegele Moreira.	CPF: 391.142.017-04.
Representante legal: Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira.	CPF: 002.533.027-65.
Responsável técnico: Tiago Amaro Heerdt.	CPF: 001.362.080-02.
Contador: Elço Góes de Assis.	CPF: 028.058.327-36.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	137.610.000,00.
Serviços	23.925.000,00.
Outros	3.465.000,00.
Total (1)	165.000.000,00.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	127.014.000,00.
Serviços	23.829.000,00.
Outros	3.465.000,00.
Total (2)	154.308.000,00.
Período de execução do projeto: De 1º de março de 2022 a 1º de novembro de 2022.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	08.084.537/0001-99	99,9 %
Ventos de Santa Ângela Energias Renováveis S.A.	15.673.986/0001-38.	0,1 %

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santa Ângela 17		
Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	227338	9049539
2	227267	9049365
3	227202	9049186
4	227133	9049008
5	227048	9048840
6	226966	9048669
7	226851	9048433
8	226767	9048262
9	226677	9048082
10	226590	9047914

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 185, DE 22 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003818/2017-26 e nº 48500.000420/2018-19, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 19 S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.552.605/0001-77, com Sede na Praça Leoni Ramos, nº 1, 5º andar, bloco 2, São Domingos, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Ângela 19, no Município de Queimada Nova, Estado do Piauí, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PI.033023-0.01, com 30.000 kW de capacidade instalada e 16.900 kW médios de garantia física de energia, constituída por dez Unidades Geradoras de 3.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santa Ângela 19, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/500 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 500 kV, com cerca de quinze quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Queimada Nova II, de propriedade da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de fevereiro de 2022;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 2 de setembro de 2021;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 2 de setembro de 2021;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de março de 2022;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 15 de março de 2022;

f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de maio de 2022;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de agosto de 2022;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de abril de 2022;

i) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de outubro de 2022;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de novembro de 2022;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 3ª Unidade Geradora: até 17 de novembro de 2022;

l) início da Operação em Teste da 4ª à 6ª Unidade Geradora: até 2 de dezembro de 2022;

m) início da Operação em Teste da 7ª à 10ª Unidade Geradora: até 17 de dezembro de 2022; e

n) início da Operação Comercial da 1ª à 10ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2023;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.250.000,00 (oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da EOL Ventos de Santa Ângela 19;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e conforme o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santa Ângela 19, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Ventos de Santa Ângela 19, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 222, de 7 de junho de 2016.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2017, são de exclusiva responsabilidade da Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 19 S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 19 S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 19 S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 222, de 2016, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Ventos de Santa Ângela 19, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 19 S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 19 S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Carlos Ewandro Naegele Moreira.	CPF: 391.142.017-04.
Representante legal: Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira.	CPF: 002.533.027-65.
Responsável técnico: Tiago Amaro Heerdt.	CPF: 001.362.080-02.
Contador: Elço Góes de Assis.	CPF: 028.058.327-36.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	137.610.000,00.
Serviços	23.925.000,00.
Outros	3.465.000,00.
Total (1)	165.000.000,00.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	127.014.000,00.
Serviços	23.829.000,00.
Outros	3.465.000,00.
Total (2)	154.308.000,00.
Período de execução do projeto: De 1º de março de 2022 a 1º de novembro de 2022.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	08.084.537/0001-99.	99,9 %
Ventos de Santa Ângela Energias Renováveis S.A.	15.673.986/0001-38.	0,1 %

ANEXO III

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santa Ângela 19

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	225428	9045139
2	225317	9044982
3	225206	9044825
4	225106	9044662
5	225019	9044494
6	224938	9044323
7	224245	9043375
8	224135	9043216
9	224052	9043045
10	223983	9042868

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 1.160, DE 24 DE MAIO DE 2018

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 4.722, de 12 de setembro de 2017, considerando o que consta do Processo nº 48500.006122/2017-51, decide pela habilitação das seguintes proponentes vencedoras do Leilão nº 01/2018-ANEEL (A-4 de 2018), conforme anexo, sem prejuízo da análise dos documentos de habilitação das demais vencedoras do certame: (i) Hidroelétrica Buritizal Ltda.; (ii) Central Geradora Hidroelétrica Chalé Ltda.; (iii) Usina Cerradão Ltda.; (iv) Consórcio Folha Larga, composto pelas empresas EDF EN do Brasil Participações Ltda. - 99,99% e Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A. - 0,01%; (v) Consórcio Alex - Limoeiro do Norte, composto pelas empresas Steelcons Empreiteira Construção Civil Ltda. - 99,99% e Energia Renováveis do Apodi Ltda. - 0,01%; (vi) Celeo Redes Brasil S.A.; (vii) Consórcio Francisco Sá, composto pelas empresas Solatio Brasil Gestão de Projetos Solares Ltda. - 0,01% e Canadian Solar Inc. - 99,99%; (viii) Consórcio Jaíba, composto pelas empresas CEI Solar Empreendimentos Energéticos S.A. - 0,01% e Canadian Solar Inc. - 99,99%; (ix) Consórcio Lavras, composto pelas empresas Lavras Geração de Energia Elétrica Ltda. - 0,001% e Canadian Solar Inc. - 99,999%. A íntegra deste Despacho, e seu anexo, consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ LUIZ TIBURTINO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.113, DE 23 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.001452/2004-56. Interessado: Rio Sirinhaém Energia Ltda. Decisão: homologar os parâmetros correspondentes a vazões destinadas aos usos múltiplos a montante da PCH PCH Cortês III, com 1.900 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PE.030083-7.01, localizada no município de Cortês, estado de Pernambuco. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.132, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.000974/2018-16. Interessado: Mariara Investimentos Imobiliarios Ltda. Decisão: Enquadrar como cogeração qualificada o projeto da UTE Jardim das Perdizes, CEG UTE.GN.SP.040201-0.01, com 1.192 kW de Potência Instalada, localizada no município de São Paulo, no estado de São Paulo. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.151, DE 23 DE MAIO DE 2018

Processos nº 48500.001976/2018-22. Interessado: Skopos Geração de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Skopos Geração de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.340.729/0001-99, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.152, DE 23 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.007343/2009-37. Interessado: LIGHTCOM Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar o novo endereço da LIGHTCOM Comercializadora de Energia Ltda., autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica, por meio do Despacho nº 54, de 13 de janeiro de 2010. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.153, DE 23 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.001652/2013-80. Interessado: Beta Comercializadora de Energia S.A. Decisão: registrar o novo endereço da Beta Comercializadora de Energia S.A., autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica, por meio do Despacho nº 3.044, de 3 de setembro de 2013, c/c Despacho nº 4.667, de 3 de dezembro de 2014, e Despacho nº 2.889, de 11 de setembro de 2017. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na íntegra e no resumo do Despacho nº 1.138, de 22 de maio de 2018, constante do Processo n° 48500.002379/2018-15, publicado no DOU, de 23 de maio de 2018, Seção 1, página 41, v. 155, n. 98, onde se lê: "localizada no município de Pradópolis", leia-se: "localizada no município de Américo Brasiliense".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.157, DE 24 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.001667/2017-71. Interessado Central Geradora Hidroelétrica Santana do Deserto Ltda. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 25 de maio de 2018. Usina CGH Santana do Deserto I. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 800 kW cada, totalizando 1.600 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Santana do Deserto, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

DESPACHOS DE 24 DE MAIO DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 25 de maio de 2018.

Nº 1.158. Processo nº 48500.003758/2014-07. Interessados: Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. Usina: EOL Bons Ventos Cacimbas 7. Unidade Geradora: UG1, UG2, UG3, UG6 e UG8 de 2.100 kW de capacidade instalada cada, totalizando 10.500 kW. Localização: Município de de Ubajara, estado do Ceará.

Nº 1.159. Processo nº 48500.005234/2010-19. Interessados: Norte Energia S.A. Usina: UHE Belo Monte. Unidades Geradoras: UG9, de 611.111,11 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Vitória do Xingu, estado do Pará.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 1.092, DE 17 DE MAIO DE 2018

Processo nº: 48500.001312/2018-63. Interessados: Enel Distribuição Rio - Enel RJ Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 271.282,12 (duzentos e setenta e um mil, duzentos e oitenta e dois reais e doze centavos) referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0383-0090/2013; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.119, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo nº: 48500.001231/2018-63. Interessado: Cemig Distribuição S.A.-CEMIG-D. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 18.352.865,55 (dezoito milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-4950-0007/2009; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.134, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo nº: 48500.001462/2018-77. Interessado: Ampla Energia e Serviços S.A - AMPLA, atual Enel Distribuição Rio - ENEL RJ. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 622.605,46 (seiscentos e vinte e dois mil, seiscentos e cinco reais e quarenta e seis centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0383-0095/2014; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.154, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.004084/2016-11, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento parcial à solicitação da Termopernambuco S.A. para autorizar a utilização do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Termopernambuco (Código CEG: UTE.GN.PE.028031-3.01), no valor de R$ 114,59/MWh (cento e quatorze reais e cinquenta e nove centavos por megawatt-hora), a ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização do valor de CVU indicado no item "i" para fins de contabilização da geração verificada na UTE Termopernambuco a partir do mês de abril de 2018.

CHRISTIANO VIERA DA SILVA

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 381, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000509/2013-23, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da DESTILARIA TIROLLI LTDA., CNPJ nº 53.800.207/0001-07, com capacidade de produção de 350 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Fazenda São Joaquim, s/n, Água de Espanholada, Palmital - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 241, de 05/03/2013, publicada no DOU de 06/03/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

AUTORIZAÇÃO Nº 382, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014436/2012-76, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da IPIRANGA AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 07.280.328/0018-04, com capacidade de produção de 450 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Fazenda Boa Vista Grande, s/n, Caixa Postal 41, Zona Rural, Descalvado - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 435, de 03/05/2013, publicada no DOU de 06/05/2013, retificada no DOU de 03/12/2013, e o Despacho do Superintendente nº 402, de 13/04/2016, publicado no DOU de 14/04/2016.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 659, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, a SENDAS DISTRIBUIDORA S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 06.057.223/0142-02, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 0213286-96.2017.4.02.5101.

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 660, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL, E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30.11.2016, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao PORTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - EPP, CNPJ nº 19.225.511/0001-30.

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 661, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL, E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30.11.2016, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao ULTRARIO COMERCIO DE GAS LTDA., CNPJ nº 12.469.955/0001-71.

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 662, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL, E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30.11.2016, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao GASLAR COMERCIO DE GAS LTDA - ME, CNPJ nº 05.206.555/0001-08.

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 663, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao M. L. BASSETTO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 27.229.044/0001-44, endo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 1001863-61.2018.4.01.3400.

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 664, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº SP0017434 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao POSTO DE SERVIÇOS KARINAT LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 61.574.463/0001-51, pelas razões constantes no Processo Administrativo 48620.001169/2016-81.

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 665, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 1, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/ES0230796	ANNA PAULA FRANCA BOSCHETTI RIOS 08383360789	22.568.225/0001-81	48610.008504/2015-19
GLP/GO0183147	E L DE URZEDA E CIA LTDA ME	02.731.405/0001-25	48610.000967/2010-10
GLP/BA0178247	NELSON DE JESUS SOARES	00.669.076/0002-95	48610.007137/2009-80

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 666, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/DF0016975	ANA LUIZA VILLELA DA SILVA - ME.	06.977.651/0001-12	48610.010347/2007-93
GLP/PR0178055	BARROZO E FANTIN LTDA.	10.654.963/0001-62	48610.006355/2009-05
GLP/MG0185060	JANDERSON RUBENS TAMEIRÃO	04.026.671/0001-82	48610.004157/2010-32
GLP/SP0175261	MARQUES & MARQUES COMÉRCIO DE GÁS LTDA. - ME.	01.019.351/0003-79	48610.012941/2008-08
GLP/DF0220557	ROSSATT COMERCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA ME	03.102.141/0001-03	48610.004012/2013-84

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 667, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/SE0017124	AUTO POSTO AMIGAO LTDA	04.277.369/0001-05	48610.014375/2001-94
PR/TO0015997	AUTO POSTO ARAGUAÇU LTDA	00.077.461/0001-62	48610.017574/2001-54
PR/AL0170442	AUTO POSTO DE COMB. E LUBRIFICANTES MARIBONDO LTDA.	09.273.459/0001-33	48610.003385/2004-47
PR/PE0165765	AUTO POSTO DO SERTAO LTDA	05.952.010/0001-40	48610.011288/2003-47
PR/SE0182194	AUTO POSTO ESPERANÇA LTDA.	06.078.297/0001-94	48610.000214/2005-47
PR/AL0029281	AUTO POSTO GIRASSOL LTDA	05.246.081/0001-28	48610.013621/2002-71
PR/AL0001369	AUTO POSTO J. B. LTDA	03.382.635/0001-99	48610.007877/2000-88
PR/PE0188890	AUTO POSTO LEONARDO & MONTEIRO LTDA.	06.218.115/0001-33	48610.005704/2005-31
PR/AL0107202	AUTO POSTO LEVINOS LTDA - ME	14.055.688/0001-11	48610.000867/2012-55
PR/SE0163263	AUTO POSTO MALHADOR LTDA	05.112.381/0001-14	48610.008424/2003-11
PR/AL0063821	AUTO POSTO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS LTDA.	09.286.215/0001-95	48610.015130/2008-51
PR/MS0010381	AUTO POSTO PEDRA BONITA LTDA	15.935.380/0001-23	48610.008731/2001-31
PR/AL0075540	AUTO POSTO RENASCER LTDA	10.216.940/0001-76	48610.011348/2009-17
PR/AL0227327	AUTO POSTO UNIÃO LTDA - ME	08.951.785/0001-90	48610.004258/2008-99
PR/AL0074301	AUTO POSTO VERGETÃO LTDA.	09.201.707/0001-30	48610.009466/2009-65
PR/AL0106090	AUTO POSTO VERGETÃO LTDA.	09.201.707/0002-11	48610.016403/2011-80
PR/AL0085402	BOX REVENDEDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	11.908.129/0001-19	48610.010087/2010-51
PR/SE0029954	BRANDÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	01.319.978/0001-83	48610.000009/2003-11
PR/AL0082042	C C JATOBA COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	10.946.999/0001-10	48610.004534/2010-33
PR/PE0092362	CÍCERO DIEGO DANTAS DO NASCIMENTO	13.037.193/0001-05	48610.002424/2011-18
PR/PE0030742	CLENIA MARIA GUERRA BARBOSA	01.556.552/0001-43	48610.001448/2003-41
PR/AL0030047	COMBUSFLEX COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP.	01.877.903/0001-18	48610.000266/2003-51
PR/SE0218488	GILTON DA SILVA	08.929.315/0001-20	48610.012594/2007-24
PR/PE0062633	I J NACOR COMBUSTÍVEIS LTDA	09.569.119/0001-54	48610.012851/2008-17
PR/AL0007828	J C C LINS	12.827.093/0001-01	48610.005451/2001-71
PR/PE0060730	J F COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS LTDA.	05.786.539/0001-31	48610.009102/2008-02
PR/PE0150503	JC NACOR COMBUSTIVEIS LTDA- EPP	19.305.247/0001-44	48610.000562/2014-13
PR/PE0182750	JOSE PEREIRA LUNA	09.854.514/0001-89	48610.000899/2005-21
PR/PE0171959	JT COMBUSTIVEIS LTDA - ME	23.086.786/0001-07	48610.009056/2015-62
PR/AL0023539	LP SANTOS	40.914.533/0001-01	48610.002470/2002-26
PR/PE0128123	LUCIANO DOMINGOS DE LIRA - ME	13.017.161/0001-30	48610.014605/2012-78
PR/AL0016624	M. V. ANDRE DA SILVA - ME	04.393.103/0001-10	48610.013978/2001-79
PR/AL0005129	MAPEL-MACEIO VEICULOS E PECAS LTDA	12.180.469/0003-09	48610.003254/2001-17
PR/PE0159584	MARQUES ALVES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	05.158.562/0001-81	48610.004180/2003-14
PR/PE0205195	N & F COMERCIO DE PETROLEO LTDA	08.290.621/0001-69	48610.012339/2006-17
PR/PE0099586	OSORIO & GALVAO LTDA.	13.024.317/0002-90	48610.010176/2011-89
PR/PE0208423	PEREIRA & SILVA AUTO POSTO LTDA. - ME	08.488.743/0001-64	48610.003680/2007-46
PR/PE0147448	PIRES & LOPES COMBUSTÍVEIS LTDA	16.700.721/0001-44	48610.011734/2013-95
PR/PE0024056	POSTO AQUINO LUCENA LTDA	09.016.833/0002-04	48610.004667/2002-16
PR/PE0174549	POSTO BELA VISTA LTDA	23.819.052/0001-90	48610.001845/2016-36
PR/PE0011790	POSTO CARDEAL LTDA	11.610.524/0001-10	48610.014906/2001-49
PR/PE0159151	POSTO CARDEAL LTDA	11.610.524/0002-00	48610.003973/2003-16
PR/PE0229797	POSTO DE COMBUSTÍVEIS GOIANA LTDA.	09.332.223/0001-20	48610.005968/2008-36
PR/PE0096744	POSTO DO ÓLEO LTDA.	06.084.605/0002-75	48610.007674/2011-44
PR/AL0101704	POSTO MODELO E MECANIZAÇÕES LTDA.	13.569.896/0001-76	48610.012096/2011-68
PR/PE0223775	POSTO NITEROI LTDA.	09.244.917/0001-06	48610.001585/2008-99
PR/SE0025262	POSTO NOSSA SENHORA DAS DORES LTDA	01.401.625/0001-28	48610.006586/2002-34
PR/AL0030049	POSTO PALÁCIO LTDA	01.652.595/0001-22	48610.015132/2002-54
PR/PE0086998	POSTO PROMOÇÃO LTDA	05.203.462/0001-20	48610.013553/2010-51
PR/SE0159000	POSTO SANTA LUZIA LTDA.	04.177.533/0002-85	48610.003105/2003-11
PR/SE0183234	POSTO SANTA LUZIA LTDA.	04.177.533/0003-66	48610.000886/2005-52
PR/PE0191263	REJANE MARIA PEIXOTO XAVIER	07.433.280/0001-70	48610.009095/2005-98
PR/PE0013503	S & L MERCANTIL LTDA	04.069.689/0001-61	48610.010290/2001-37
PR/PE0187351	S. SILVA LIMA	41.021.932/0001-06	48610.004270/2005-51
PR/PE0080383	SANTOS & SIMÕES COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	11.410.536/0001-00	48610.001520/2010-68
PR/PE0025090	STHENIO DORNELAS SOARES - ME	01.591.087/0001-81	48610.016415/2001-32
PR/PE0192378	WS COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	07.029.924/0001-60	48610.010285/2005-58

MAURO MOTTA LAPORTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 668, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/SP0245518	ADRIANA DE FATIMA CARVALHO 25380957862	29.508.764/0001-74	48610.004817/2018-32
GLP/MS0245519	ADRIANO NUNES DA SILVA ME	28.900.929/0001-96	48610.004627/2018-15
GLP/AM0245520	ALDECI FERREIRA LIMA - ME	34.507.764/0001-90	48610.004619/2018-79
GLP/PR0245521	ALESSANDRO RODRIGUES DE SOUZA	17.093.978/0001-48	48610.004910/2018-47
GLP/MS0245522	ALEXANDRO DE SOUZA POMPEU 56301529120	20.702.705/0001-68	48610.004612/2018-57
GLP/SE0245523	ALTAMYRES DE SOUSA GOIS 04203883547	29.428.312/0001-82	48610.005251/2018-66
GLP/AP0245524	AMAZON COMERCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI	18.605.528/0001-50	48610.005081/2018-10
GLP/SP0245525	ANDREA SUZETE PEREIRA DA SILVA 25847357842	25.287.042/0001-86	48610.004629/2018-12
GLP/PR0245526	ARNALDO RAMOS DA CRUZ EPP	02.353.432/0001-01	48610.004831/2018-36
GLP/RS0245527	BOM GAS LTDA	29.015.983/0001-11	48610.004614/2018-46
GLP/MG0245528	BRENO EDUARDO DE AZEVEDO MELO 08764192601	28.592.815/0001-26	48610.004640/2018-74
GLP/BA0245529	BRUNO DOS SANTOS BOMFIM	29.017.122/0001-72	48610.004653/2018-43
GLP/MG0245530	BRUNO MANSO SANTOS 08310970609	30.274.679/0001-78	48610.004832/2018-81
GLP/AL0245531	CAIO CESAR SIMOES COELHO 10451199464	28.847.760/0001-58	48610.004630/2018-39
GLP/SC0245532	CRISTIANO DA SILVA MINIMERCADO	08.013.442/0001-84	48610.004633/2018-72
GLP/BA0245533	D L SILVA DE MARAU EIRELI ME	27.602.548/0001-68	48610.004822/2018-45
GLP/AM0245534	DANIEL REBELO SOARES EIRELI- ME	28.638.194/0001-74	48610.004634/2018-17
GLP/BA0245535	DDR COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	29.592.884/0001-00	48610.004574/2018-32
GLP/BA0245536	E SANTOS DA LAPA - ME	25.208.769/0001-20	48610.005206/2018-10
GLP/PR0245537	EDSON CARLO MENTA FILHO & CIA LTDA	03.924.499/0002-00	48610.003518/2018-81
GLP/MS0245538	EGBERTO MARQUES SOARES ME	13.410.364/0002-72	48610.004652/2018-07
GLP/SC0245539	ELISABETE TEREZINHA BERALDO DE ALMEIDA	22.493.976/0001-86	48610.004897/2018-26
GLP/MT0245540	EXTRA GAS - COMERCIO DE GAS E AGUA MINERAL LTDA - EPP	08.195.951/0001-75	48610.004437/2018-06
GLP/MT0245541	F R COMERCIO DE GAS LTDA	22.161.363/0003-03	48610.004624/2018-81
GLP/SP0245542	FABIANO DA SILVA PEREIRA 30311259839	29.923.697/0001-54	48610.004647/2018-96
GLP/PR0245543	FERREIRA E SANTOS TRANSPORTES E GAS LTDA - ME	12.024.826/0001-70	48610.004438/2018-42
GLP/PI0245544	GERALDO OLIVEIRA DOS SANTOS 29606756300	27.388.568/0001-88	48610.004639/2018-40
GLP/GO0245545	GILBERTO ANTONIO CARDOSO	29.875.046/0001-36	48610.004638/2018-03
GLP/MA0245546	GINALDO SANTOS DA CUNHA COM. ME	22.708.539/0004-85	48610.004815/2018-43
GLP/SP0245547	INGRID N F DA R JORGE - COMERCIO DE GAS	29.953.083/0001-15	48610.004625/2018-26
GLP/RS0245548	ISMAEL KERN AZEVEDO	28.921.746/0001-57	48610.004903/2018-45
GLP/RO0245549	J C DE OLIVEIRA GAS	27.754.107/0001-81	48610.004646/2018-41
GLP/SP0245550	J INACIO PEREIRA	73.143.091/0001-98	48610.004911/2018-91
GLP/PR0245551	JAIR DE MATOS COMERCIO DE GAS EIRELI - ME	28.354.446/0001-33	48610.000349/2018-27
GLP/MG0245552	JOSE ANTUNES DE SOUZA CARVALHO	29.566.065/0001-80	48610.004828/2018-12
GLP/CE0245553	JOSE FRANCISCO RAMOS	30.122.332/0001-00	48610.004908/2018-78
GLP/BA0245554	JOSE NILTON ANDRADE FIUZA - ME	12.039.666/0001-32	48610.000854/2018-71
GLP/BA0245555	JOSE ROGERIO FORTUNATO SILVEIRA - ME	28.837.313/0001-18	48610.001357/2018-91
GLP/PE0245556	JOSIANO RODRIGUES DA SILVA 03655608470	29.503.346/0001-94	48610.004813/2018-54
GLP/SC0245557	JOSIAS FARIAS DE JESUS 09211291909	30.071.912/0001-15	48610.004826/2018-23
GLP/AM0245558	JOYCE NOGUEIRA DE SOUSA - ME	29.170.850/0001-10	48610.005078/2018-04
GLP/PR0245559	JUVANCIR PEREIRA DO NASCIMENTO 03833099992	28.878.339/0001-04	48610.004899/2018-15
GLP/MT0245560	L. F. OLIVEIRA ROCHA COMÉRCIO DE GAS E AGUA - EPP	29.113.599/0001-51	48610.004613/2018-00
GLP/PR0245561	LIG-GAS COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	04.632.364/0007-30	48610.004906/2018-89
GLP/PR0245562	LOJA DE GÁS SÃO RAFAEL LTDA - ME	23.880.833/0002-70	48610.004810/2018-11
GLP/RO0245563	L.R.COMERCIO DE GAS LTDA	28.873.375/0001-85	48610.004900/2018-10
GLP/RO0245564	L.R.COMERCIO DE GAS LTDA	28.873.375/0002-66	48610.004894/2018-92
GLP/SP0245565	LUCIMEIRE BONAFE 36151159888	29.278.798/0001-10	48610.004907/2018-23
GLP/MS0245566	LUIZ HENRIQUE ALVES FERREIRA 02910710157	29.716.791/0001-32	48610.003385/2018-42
GLP/MT0245567	MANOEL NETO DE SOUZA 63035006172	28.843.952/0001-96	48610.004446/2018-99
GLP/PB0245568	MARANATA JG COMERCIO DE GAS EIRELI - ME	29.119.635/0001-94	48610.004631/2018-83
GLP/SP0245569	MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS DE SOUZA - ME	27.841.069/0001-02	48610.002091/2018-01
GLP/AM0245570	MARIA OLAGRINA COSTA DE OLIVEIRA ME	29.002.184/0001-00	48610.005082/2018-64
GLP/BA0245571	MARIVAN FONSECA DE OLIVEIRA	27.974.725/0001-37	48610.004814/2018-07
GLP/MA0245572	M.B. BRANDÃO - ME	15.270.684/0009-76	48610.004816/2018-98
GLP/PR0245573	MEDIGAS DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE GAS LTDA	81.238.388/0014-80	48610.004902/2018-09
GLP/RR0245574	MELO E LIMA OMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	26.174.530/0001-40	48610.004642/2018-63
GLP/RS0245575	MERCADO GODOIS LTDA	10.671.651/0001-67	48610.004824/2018-34
GLP/SP0245576	MORGAN ROBSON BENEVIDES 31927715857	28.622.883/0001-90	48610.004657/2018-21
GLP/AP0245577	NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA.	06.980.064/0165-00	48610.004859/2018-73
GLP/PA0245578	NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA.	06.980.064/0166-90	48610.004860/2018-06
GLP/PA0245579	NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA.	06.980.064/0169-33	48610.004862/2018-97
GLP/MT0245580	NELI TRINDADE FONSECA 03117407154	28.300.989/0001-78	48610.013966/2017-10
GLP/GO0245581	NILTON GOMES DE ALMEIDA MERCEARIA - ME	24.340.539/0001-58	48610.002740/2018-66
GLP/GO0245582	NIVALDO RIBEIRO RAMOS	14.337.608/0001-10	48610.004650/2018-18
GLP/PA0245583	ORSI GAS LTDA ME	26.690.653/0003-03	48610.004893/2018-48
GLP/GO0245584	PAULO ROGERIO DE JESUS VIEIRA DA SILVA EIRELI	29.445.620/0001-16	48610.004727/2018-41
GLP/MS0245585	PLEUTIM & SCARDIM LTDA - ME	18.569.531/0001-65	48610.004818/2018-87
GLP/MS0245586	P.M.F DA SILVA - GAS	29.866.496/0001-62	48610.004618/2018-24
GLP/PR0245587	R M SUPER GAS EIRELI	17.474.714/0001-34	48610.004768/2018-38
GLP/SP0245588	RAFAEL SAVIO MARTINS 38591818822	29.395.742/0001-45	48610.002767/2018-59
GLP/RN0245589	R.L. DE A. N. DE SOUZA	22.772.210/0001-30	48610.004729/2018-31
GLP/PB0245590	ROMERO ANTONIO BARROS SILVEIRA	28.712.074/0001-70	48610.004636/2018-14
GLP/MG0245591	RONALD DE SOUZA LOPES 08304219638	29.235.341/0001-28	48610.004656/2018-87
GLP/PR0245592	ROSELI SOARES DE MEDEIROS SANTOS 03352852952	28.236.467/0001-54	48610.002982/2018-50
GLP/SP0245593	ROSEMEIRE CRISTINA MAIA 22006299824	24.486.960/0001-71	48610.004806/2018-52
GLP/ES0245594	SEBASTIAO SILVA DE SOUZA 02271359708	30.027.176/0001-06	48610.004820/2018-56
GLP/MS0245595	SELSO AUGUSTO OFFMEITER	29.366.579/0001-92	48610.004805/2018-16
GLP/GO0245596	SIMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA 82451052104	12.002.877/0001-09	48610.004620/2018-01
GLP/PE0245597	SONIA FERREIRA CAMPOS 06611433414	19.485.260/0001-22	48610.004809/2018-96
GLP/PB0245598	SUPER COMÉRCIO DE ÁGUA E GÁS LTDA.	01.231.855/0007-81	48610.002262/2018-94
GLP/SP0245599	SUPERMERCADO JACOB 1 LTDA - EPP	08.486.187/0002-78	48610.010964/2017-61
GLP/PR0245600	THIAGO PASCOAL DE SOUZA 09670853907	29.862.535/0001-53	48610.004654/2018-98
GLP/SP0245601	TIAGO GONÇALVES BARBOSA 30265496810	17.283.529/0001-62	48610.004812/2018-18
GLP/SP0245602	TRES AMIGOS COMERIO DE GAS E AGUA LTDA - ME	29.030.600/0001-84	48610.004635/2018-61
GLP/PI0245603	TYSON & BRAULEO COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	29.919.595/0001-65	48610.004632/2018-28
GLP/SP0245604	ULTRA COMERCIO DE AGUA E GAS EIRELI	30.042.258/0001-11	48610.004909/2018-12
GLP/PR0245605	VALDOMIRO ALEXANDRE	29.054.904/0001-81	48610.004905/2018-34
GLP/TO0245606	WEBSTER OLIVEIRA NEVES - ME	27.383.491/0014-78	48610.004410/2018-13
GLP/SP0245607	W.S.LEITE EIRELI	28.019.169/0001-02	48610.004725/2018-52

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 669, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PA0187116	ALVES E SOARES COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	29.723.957/0001-48	48610.005372/2018-16
PR/GO0187103	AUTO POSTO CANDIDO LTDA	02.866.424/0001-69	48610.004349/2018-04
PR/SC0187078	AUTO POSTO DUMANINHO EIRELI	24.827.037/0001-56	48610.002812/2018-75
PR/BA0187110	AUTO POSTO E TRANSPORTE DE COMBUSTIVEIS ANDORINHAS LTDA	26.674.475/0002-38	48610.005072/2018-29
PR/SP0187119	AUTO POSTO GRAL LTDA	28.681.380/0001-96	48610.005396/2018-67
PR/PB0187121	AUTO POSTO JE COMBUSTIVEIS LTDA	25.476.998/0001-26	48610.005258/2018-88
PR/SP0187077	AUTO POSTO LARISSA OLEGARIO LTDA	27.351.629/0001-32	48610.015350/2017-75
PR/GO0187075	AUTO POSTO PORTAL DA CHAPADA LTDA	11.506.395/0001-15	48610.011058/2017-83
PR/RO0187101	AUTO POSTO PROGRESSO EIRELI	20.220.198/0002-07	48610.004298/2018-11
PR/SP0187097	AUTO POSTO SANTA LUZITA LTDA	12.426.856/0001-02	48610.005065/2018-27
PR/PR0187079	AUTO POSTO SILVEIRA E JOBIM LTDA	23.234.197/0001-29	48610.002933/2018-17
PR/RS0187115	CHEGUHEM & CHEGUHEM LTDA	28.427.885/0001-29	48610.005457/2018-96
PR/AL0187074	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS BOSQUE DAS ARAPIRACAS LTDA	21.909.741/0001-60	48610.003681/2017-62
PR/SC0187100	COOPERATIVA DE PRODUCAO E CONSUMO CONCORDIA	83.573.212/0114-72	48610.004295/2018-79
PR/PR0187118	COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA- COOPERCARGA	81.800.849/0071-54	48610.005397/2018-10
PR/PR0187080	ELIZEU GONGORA PADIAL	97.506.091/0001-73	48610.003008/2018-11
PR/BA0187108	ERIVALDO ARRUDA BONFIM	34.418.665/0001-31	48610.004968/2018-91
PR/PI0187106	FRANCISCO V DE SOUSA SOARES	27.650.999/0001-70	48610.004536/2018-80
PR/PR0187058	H .FERNANDES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	26.615.067/0001-24	48610.003339/2018-43
PR/RN0187112	J C BELO POSTO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	29.831.924/0001-11	48610.005110/2018-43
PR/PE0187102	JOSE LEANDRO DA SILVA JUNIOR COMBUSTIVEIS	26.971.296/0001-81	48610.004326/2018-91
PR/PA0187094	MARAJO PETRO EIRELI	29.037.277/0001-70	48610.002186/2018-17
PR/RS0187076	MENEGON COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	26.227.417/0001-85	48610.014459/2017-95
PR/BA0187111	MSC COMBUSTIVEIS COMERCIO E SERVICOS LTDA	10.982.433/0007-39	48610.005106/2018-85
PR/RN0187113	NASCIMENTO COMBUSTIVEIS EIRELI	29.856.682/0001-10	48610.005114/2018-21
PR/MT0187059	O. X. DE SOUZA COMERCIO DE COMBUSTIVEL	28.012.016/0001-33	48610.003731/2018-92
PR/MA0187098	PACHECO PETRO LTDA	19.969.349/0002-45	48610.004180/2018-84
PR/SP0187107	PACKER COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA	28.789.178/0001-82	48610.004926/2018-50
PR/PI0187109	PARENTE & ARAUJO COMBUSTIVEL LTDA	28.759.138/0001-98	48610.005069/2018-13
PR/MA0187095	POSTO BARROS LTDA	12.564.158/0002-54	48610.003120/2018-44
PR/MG0187062	POSTO CURINGA LTDA	29.549.285/0001-04	48610.003931/2018-45
PR/RS0187096	POSTO DE ABASTECIMENTO SAO PEDRO LTDA	26.375.566/0002-72	48610.003231/2018-51
PR/PE0187114	POSTO DE COMBUSTIVEIS AMERICANO LTDA	30.021.714/0001-47	48610.005375/2018-41
PR/BA0187061	POSTO DE COMBUSTIVEL BREJO LUIZA DE BRITO LTDA	28.884.801/0001-86	48610.003767/2018-76
PR/PA0187064	POSTO JOAO NETO EIRELI	27.838.829/0001-14	48610.004027/2018-57
PR/SE0187065	POSTO JV EIRELI	23.732.075/0001-62	48610.005296/2018-31
PR/MG0187055	POSTO MANGUEIRA COMBUSTIVEIS E SERVICOS LTDA	29.931.143/0001-07	48610.004755/2018-69
PR/SC0187117	POSTOS MERIGO LTDA	80.806.904/0001-48	48610.005256/2018-99
PR/MT0187063	QUEIROZ COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	26.368.770/0001-85	48610.003935/2018-23
PR/MG0187105	REDE DOM PEDRO DE POSTOS LTDA.	20.415.295/0044-04	48610.004772/2018-04
PR/CE0187104	REDE EXPRESS DE POSTOS LTDA	29.324.617/0002-25	48610.004750/2018-36
PR/RS0187060	SILVA & ZANATTA LTDA	22.203.136/0001-31	48610.003735/2018-71
PR/SP0187057	ZAMBIASI - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	27.957.445/0001-10	48610.014783/2017-11
PR/PB0187120	3 J COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADO DE PETROLEO LTDA	29.331.320/0001-06	48610.005399/2018-09

MAURO MOTTA LAPORTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 670, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/GO0018552	AMÉRICO JOSÉ DE LIMA	08.832.316/0001-51	48610.013870/2007-71
001/GLP/RS0010210	ANAURELINO ROGERIO SILVEIRA	04.243.627/0001-24	48610.012557/2006-35
001/GLP/GO0010616	ANTONIO CARLOS FERREIRA	03.074.801/0001-90	48610.000186/2007-21
001/GLP/GO0015855	ARANTES E MAIA LTDA - ME	37.599.602/0001-17	48610.008625/2007-42
001/GLP/GO0002549	AUTO POSTO CAMPINAÇU LTDA	02.714.388/0001-18	48610.008736/2004-14
GLP/GO0228300	CARMO MACHADO E RODRIGUES LTDA - ME	14.867.286/0001-11	48610.010255/2014-32
001/GLP/GO0000509	CERQUEIRA & CARVALHO LTDA	03.714.530/0001-90	48600.001829/2004-29
001/GLP/GO0004375	DEUSELI SILVA	03.341.760/0001-50	48610.004123/2005-81
001/GLP/GO0018741	DJALMA DE MORAIS TOME	08.943.655/0001-05	48610.014419/2007-71
001/GLP/RS0007655	ESTAÇAO GAS LTDA.	06.321.415/0001-43	48610.008996/2005-62
GLP/GO0209159	FL SUPERMERCADO LTDA	10.954.387/0001-79	48610.009557/2011-15
001/GLP/GO0006539	GERALDO RIBEIRO DA SILVA	01.841.089/0001-81	48610.001981/2006-54
GLP/GO0058213	GILSON BALDUINO DA SILVA - ME	03.382.751/0001-08	48610.008355/2008-51
001/GLP/GO0020803	IRAIDES SILVEIRA DE ALMEIDA PEREIRA	05.822.930/0001-44	48610.004751/2008-17
001/GLP/GO0015156	IZAQUE CAMILO DA SILVA ME.	02.505.873/0001-81	48610.007300/2007-42
001/GLP/GO0001760	JAIME REZENDE DE SOUZA	02.909.138/0001-33	48610.008186/2004-25
001/GLP/GO0008648	JB DE MIRANDA & CIA LTDA	07.875.711/0001-59	48610.003263/2006-12
001/GLP/GO0015967	JOSÉ AFONSO DA SILVA FILHO - ME	01.251.347/0001-70	48610.008568/2007-18
GLP/GO0188530	JOSÉ RAMALHO DA COSTA ME	60.407.723/0001-31	48610.011522/2010-65
GLP/GO0229726	JOSE WILSON CAVALCANTE DE SOUZA	07.830.448/0001-81	48610.004501/2015-06
GLP/ES0177019	LAURESI DE SOUZA FREITAS ME	07.791.982/0001-26	48610.002211/2009-71
GLP/GO0206717	LEONARDO SOUZA E SILVA	12.374.552/0001-49	48610.004330/2011-83
GLP/GO0214764	LILIANA COELHO DE MAGALHAES 38725533134	14.188.521/0001-29	48610.004837/2012-18
001/GLP/GO0017481	LUZIA RODRIGUES CARDOSO TAVARES	08.182.519/0001-40	48610.011489/2007-78
001/GLP/GO0021906	M. A. BESSA	02.342.778/0001-04	48610.006684/2008-67
001/GLP/GO0012253	MARIA APARECIDA GOBI DA SILVA	06.945.682/0001-91	48610.002428/2007-11
001/GLP/GO0015529	MARIA DIVA DA CRUZ	07.267.170/0001-86	48610.008021/2007-12
GLP/GO0215076	MICENA E ANDRADE LTDA	12.282.702/0001-94	48610.005483/2012-29
001/GLP/GO0015606	MSM DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA.	08.362.095/0001-03	48610.007846/2007-11
001/GLP/GO0014067	PEDRO M. BORGES	01.132.620/0001-47	48610.003284/2007-19
GLP/DF0212050	PIRES E COSTA COMERCIO DE GAS LTDA ME	10.901.243/0001-54	48610.014271/2011-51
001/GLP/GO0017064	PRUDENCIO DE PAULA ME.	33.602.632/0001-84	48610.010501/2007-27
001/GLP/GO0014070	SILVANDER MUNDIM PEDROSA & CIA LTDA.	02.503.941/0001-73	48610.003275/2007-28
001/GLP/GO0002342	SUPERMERCADO BOM PREÇO DE SIMOLÂNDIA LTDA	06.283.248/0001-93	48600.003482/2004-59
001/GLP/GO0016080	SUPERMERCADO MARQUES DE CERES LTDA. - ME.	08.093.451/0001-22	48610.008651/2007-71
001/GLP/GO0017682	SUPERMERCADO NOVA ACREUNA LTDA.	08.438.628/0001-85	48610.011370/2007-11
001/GLP/GO0013761	SUPERVI DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS LTDA.	07.503.617/0002-50	48610.004290/2007-93
GLP/GO0174904	SUPERVI DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS LTDA.	07.503.617/0003-30	48610.012101/2008-37
GLP/GO0174905	SUPERVI DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS LTDA.	07.503.617/0004-11	48610.012100/2008-92
GLP/GO0174906	SUPERVI DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS LTDA.	07.503.617/0005-00	48610.012106/2008-60
001/GLP/GO0017223	SUPERVI DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS LTDA.	07.503.617/0006-83	48610.007618/2006-42
GLP/GO0174876	SUPERVI DISTRIBUIDOR DE ALIMENTOS LTDA.	07.503.617/0008-45	48610.012136/2008-76
GLP/GO0172381	TELES E ABOBOREIRA LTDA - ME.	00.285.488/0001-40	48610.008922/2008-79
001/GLP/GO0020271	V. MAGALHÃES	06.372.435/0001-43	48610.003330/2008-61
001/GLP/GO0015481	VERDURÃO BONSUCESSO LTDA - ME	06.863.204/0002-13	48610.007544/2007-25

MAURO MOTTA LAPORTE

DESPACHO Nº 671, DE 24 DE MAIO DE 2018

A DIRETORIA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e pelo art. 45 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos I e XI da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.005546/2018-32, e na Resolução de Diretoria nº 302, de 24 de maio de 2018, suspende, cautelarmente, até ulterior decisão da Diretoria Colegiada da ANP, os seguintes dispositivos normativos:

I - o art. 18, §1º, alíneas "b" e "c" e art. 22 da Resolução ANP n° 51, de 30 de novembro de 2016;

II - o art. 25, §2º, inciso II e §4º da Resolução ANP 41, de 5 de novembro de 2013;

III - o art. 9º, incisos I e II e art. 10, inciso I, da Resolução ANP n° 18 de 26 de julho de 2006;

IV - o art. 1º e 4° da Resolução ANP n° 45, de 22 de novembro de 2013;

V - o art. 1º e 4º da Resolução ANP n° 5, de 19 de janeiro de 2015;

VI - o art. 1° e 4° da Resolução ANP n° 6, de 19 de janeiro de 2015;

VII - o art. 19 e o art. 21, da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014;

VIII - a obrigatoriedade de atendimento ao percentual obrigatório de que trata o art. 9º, caput, da Lei 8.723, de 28 de outubro de 1993;

IX - a obrigatoriedade de atendimento da Portaria MAPA nº 75, de 5 de março de 2015 e da Resolução CIMA nº 1, de 4 de março de 2015;

X - o art. 20, in fine, da Resolução ANP nº 8, de 2007; e

XI - o art. 26, incisos I e II da Resolução ANP n° 49, de 30 de novembro de 2016.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI
Diretor-Geral Substituto

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

BOA VISTA ENERGIA S/A

NIRE 14300000547

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, na sede da Boa Vista Energia S.A., situada na Avenida Capitão Ene Garcez, 691 - Centro, em Boa Vista - RR, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, o acionista único da sociedade - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, convocado pela CTA-CA-002/2018, datada de 15.03.2018, e a Boa Vista Energia S.A., inscrita no CNPJ nº 02.341.470/0001-44, e na Junta Comercial do Estado de Roraima - JUCERR, sob o NIRE 14300000547. Confirmada a ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia, de acordo com o Artigo 8º, Caput do Estatuto Social da Empresa, escolheu para compor a mesa que dirigirá os trabalhos, o Sr. JOAQUIM ROBERTO RODRIGUES MOREIRA, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 158.878 SSP/RR e do CPF nº. 447.414482-15, residente e domiciliado na Rua Madre Silvestre, nº 104, Bairro 13 de Setembro, CEP. 69.308-230 - Boa Vista - RR. Assumindo a Presidência da Assembleia Geral Ordinária, o Sr. JOAQUIM ROBERTO RODRIGUES MOREIRA convidou a mim, OBERICO FERREIRA BARBOSA, para secretariar os trabalhos. Em seguida, convidou para compor a mesa, o Sr. ÍTALO DIDEROT PESSOA REBOUÇAS, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/RR sob o nº 142-B, portador da carteira de identidade nº 1532820 SSP/PB, e do CPF nº 884.346.724-72, residente e domiciliado na Rua Caimbé, nº 523, Bairro Paraviana, CEP 69.307-130 - Boa Vista - RR, representante do acionista único - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS - mediante documento particular de substabelecimento datado de 19.04.2018, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2017; 2) Fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. O Presidente da Assembleia solicitou ao representante do acionista único, que assinasse o livro de presença de acionistas, o que foi feito. Em seguida, o representante do acionista único solicitou que fosse registrado em Ata, que nos termos do Art. 124, Parágrafo 4º da Lei 6.404/76, a Empresa está dispensada de convocar a Assembleia Geral Ordinária por anúncio publicado, bem como, que está dispensada a presença de administrador, membro do Conselho Fiscal ou do Auditor Independente, conforme o Art. 134, Parágrafo 2º da citada Lei, tendo em vista o Relatório da KPMG - Auditores Independentes, datado de 18 de abril de 2018, bem como, o Parecer do Conselho Fiscal, datado de 18 de abril de 2018. Prosseguindo, deliberou-se sobre o item 1) da Ordem do Dia, onde o representante do acionista único votou de acordo com a instrução de voto da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, estabelecido na Resolução de Diretoria RES-284/2018, de 23.04.2018, pela aprovação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras, bem como, do Relatório Anual de Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2017, onde o resultado apurado do exercício, no valor negativo de R$ 213.940,247,15 (duzentos e treze milhões, novecentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e sete reais e quinze centavos), seja absorvido pelos prejuízos anteriores registrados na rubrica contábil de prejuízos acumulados. Passando ao item 2) da Ordem do Dia, o representante do acionista único, com base na Resolução de Diretoria da ELETROBRAS nº RES-284/2018, de 23.04.2018, votou pela aprovação da remuneração da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal, conforme descrito a seguir: a) no tocante à remuneração da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Boa Vista Energia S.A., nos termos da Nota Técnica da SEST nº 7.817/2018-MP, propõe-se o valor de até R$ 673.904,12 (seiscentos e setenta e três mil, novecentos e quatro reais e doze centavos), para o pagamento do limite global dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Boa Vista Energia S.A., para o período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019, englobando no referido limite as seguintes rubricas: honorários fixos, gratificação natalina, gratificação de férias; auxílio alimentação; auxílio moradia, plano de saúde, seguro de vida, previdência complementar, quarentena, INSS e FGTS; b) recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses (abril de 2018 e março de 2019), por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela da SEST, atendo-se ao limite global definido na alínea "a"; c) delegar ao Conselho de Administração a competência para autorizar o pagamento efetivo mensal da remuneração, observado o limite global e individual previstos nas alíneas "a" e "b", respectivamente; d) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; e) vedar expressamente o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT na sua respectiva data-base; f) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta assembleia, para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 152; g) caso haja algum Diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), deverá ser observado o Decreto nº 9.144/2017, e a remuneração máxima a ser reembolsada é o limite individual aprovado para cada Diretor; h) caso algum Diretor seja empregado da empresa, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso, na forma da súmula nº 269 do TST; e i) condicionar o pagamento da "quarentena" à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente; j) fica estabelecido o valor de até R$ 21.454,41 (vinte e um mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e um centavos), para o honorário fixo mensal do Diretor-Presidente, observados as vedações de pagamentos adicionais nas alíneas "e" e "f", bem como o estabelecido nas alíneas "g" e "h" quanto a Diretor cedido ou Diretor empregado da empresa; l) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios. Não havendo mais nada a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo suficiente à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, depois de lida e achada conforme, vai a Ata assinada pelo Presidente da Assembleia Geral Ordinária, pelo representante do acionista único e por mim, Secretário, dela se extraindo as cópias necessárias para os fins legais. O Texto Integral desta Ata foi devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Roraima, com Protocolo n° 180034243 de 08/05/2018 e registro em 22/05/2018, sob o n° 497467. Documentos pertinentes aos itens relacionados acima encontram-se na sede da BOA VISTA ENERGIA S.A - situada à Avenida Capitão Ene Garcez, n.º 691, Centro, Boa Vista/Roraima.

Em 24 de maio de 2018
OBERICO FERREIRA BARBOSA
Secretário-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 13/2018/RR

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3616/2018-884.139/2014-CARLOS EUSTÊNIO FERNANDES QUEIROZ-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3617/2018-884.127/2015-CLAUMILDE FILGUEIRA DE VASCONCELOS-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 34/2018/RS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3468/2018-810.185/2003-GIOVANI TIBOLA-
3469/2018-810.992/2015-PEDRACCON MINERAÇÃO LTDA.-
3470/2018-811.082/2016-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-
3471/2018-810.365/2017-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-
3472/2018-810.369/2017-PAULUZZI PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-
3473/2018-810.522/2017-FANCY CLUB LOUNGE BAR LTDA ME-
3474/2018-810.562/2017-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-
3475/2018-810.111/2018-STANGHERLIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME.-
3476/2018-810.117/2018-PLASMA PAVIMENTADORA E CONSTRUTORA LTDA-
3477/2018-810.119/2018-MINERAÇÃO RS LTDA.-
3478/2018-810.120/2018-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-
3479/2018-810.130/2018-MARASCA COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.-
3480/2018-810.131/2018-BOLOGNESI ENGENHARIA LTDA-
3481/2018-810.132/2018-MARCIO DA SILVEIRA BARCELOS EIRELI-
3482/2018-810.133/2018-ANDERSON RIZZON MENEGUZZO EIRELLI-
3483/2018-810.163/2018-GARCIA CONSULTORIA AMBIENTAL E GEOLOGICA EIRELI ME-
3484/2018-810.169/2018-ÁGUAS NOVAS INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS LTDA-
3485/2018-810.172/2018-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-
3486/2018-810.173/2018-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP-
3487/2018-810.175/2018-ROBERTO REIS BASTOS-
3488/2018-810.176/2018-ROBERTO REIS BASTOS-
3489/2018-810.185/2018-A. C. MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA ME-
3490/2018-810.186/2018-A. C. MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA ME-
3491/2018-810.191/2018-INR INDUSTRIA NACIONAL DE ROCHAS EIRELI ME-
3492/2018-810.192/2018-ELIANA GARCIA DA CUNHA-
3493/2018-810.194/2018-TIAGO MELO DOS SANTOS-
3494/2018-810.202/2018-MARIA ANGELICA DO AMARAL ZENKNER-
3495/2018-810.203/2018-COMPANHIA BRASILEIRA DO COBRE-
3496/2018-810.206/2018-RL MINERADORA LTDA ME-
3497/2018-810.218/2018-AGROSIG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE EIRELE EPP-
3498/2018-810.227/2018-MINERAÇÃO CACHOEIRA LTDA.-
3499/2018-810.228/2018-MINERAÇÃO CACHOEIRA LTDA.-
3500/2018-810.239/2018-PLANALTO SERVICOS E EXPLOSIVOS LTDA. ME-
3501/2018-810.240/2018-MICHEL DEUTSCHMANN MACHADO-
3502/2018-810.241/2018-ANDRETTA & CIA LTDA-
3503/2018-810.244/2018-JF MINERAÇÃO, INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME-
3504/2018-810.245/2018-LUCIANO ECHER-
3505/2018-810.247/2018-RÉGIS PEREIRA & CIA LTDA.-
3506/2018-810.248/2018-BRITAGEM CASCALHEIRA EIRELI ME-
3507/2018-810.249/2018-BRITAGEM CASCALHEIRA EIRELI ME-
3508/2018-810.250/2018-BRITAGEM CASCALHEIRA EIRELI ME-
3509/2018-810.251/2018-MARCIO DA SILVEIRA BARCELOS EIRELI-
3510/2018-810.252/2018-MAGMA TRANSPOSTES RODOVIÁRIOS LTDA-
3511/2018-810.253/2018-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-
3512/2018-810.254/2018-SAMPAR COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES-
3513/2018-810.255/2018-JOSÉ LUIZ DE FRAGA ME-
3514/2018-810.256/2018-MINERAÇÃO VALE DO URUSSANGA LTDA ME-
3515/2018-810.259/2018-FORQUILHINHA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE CARVÃO LTDA.-
3516/2018-810.260/2018-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-
3517/2018-810.276/2018-BETONPAVI SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI ME-
3518/2018-810.277/2018-BETONPAVI SERVICOS DE ENGENHARIA EIRELI ME-
3519/2018-810.279/2018-ANDRÉ CASSIO AZEVEDO DA LUZ-
3520/2018-810.289/2018-MINERAÇÃO RIO VELHO LTDA.-
3521/2018-810.291/2018-MUNARETTO TERRAPLANAGEM LTDA ME-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 53/2018/CE

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
3582/2018-800.333/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
3583/2018-800.432/2017-CONSTRUTORA APLIC LTDA-
3584/2018-800.466/2017-FRANCISCO AUGUSTO SALVATO 17737710604 ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3585/2018-800.479/2014-LEPANTO MINERAÇÃO EIRELI-
3586/2018-800.300/2015-CMN CENTRAL MINERAL DO NORDESTE LTDA-
3587/2018-800.001/2016-RAIMUNDO PINHEIRO DE LIMA-
3588/2018-800.241/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-
3589/2018-800.257/2017-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-
3590/2018-800.453/2017-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-
3591/2018-800.454/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
3592/2018-800.455/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
3593/2018-800.456/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
3594/2018-800.457/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
3595/2018-800.473/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
3596/2018-800.474/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
3597/2018-800.475/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
3598/2018-800.476/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
3599/2018-800.478/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
3600/2018-800.479/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-
3601/2018-800.480/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 56/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
3602/2018-868.015/2018-JOELSON GALDINO VIEIRA JUNIOR - EPP-
3603/2018-868.051/2018-SERGIO MENIN-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3604/2018-868.172/2017-CEREJO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA ME-
3605/2018-868.174/2017-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME-
3606/2018-868.186/2017-MINERADORA RIO VERDE LTDA ME-
3607/2018-868.193/2017-ROBERTO DIAS-
3608/2018-868.007/2018-CONSTRUTORA SÃO JERÔNIMO OBRAS, TRANSPORTE E COMÉRCIO LTDA-
3609/2018-868.019/2018-BRÁS ANTÔNIO OVÍDIO-
3610/2018-868.020/2018-BRÁS ANTÔNIO OVÍDIO-
3611/2018-868.023/2018-AREIEIRO SAARA LTDA ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3612/2018-868.134/2017-MINERADORA RIO VERDE LTDA ME-
3613/2018-868.003/2018-NEOVIA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA LTDA-
3614/2018-868.018/2018-BRÁS ANTÔNIO OVÍDIO-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 59/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3615/2018-868.383/2016-TIAGO ALVES GARCIA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 190/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3522/2018-832.783/2015-SLOPE CONSULTORIA E PROJETOS LTDA ME-
3523/2018-830.361/2017-A G PIERROUT COMÉRCIO ATACADISTA DE MINERIOS ME-
3524/2018-830.546/2017-GENIVAL CAVALCANTI DE SOUSA-
3525/2018-830.601/2017-MINERAÇÃO CASTELO LTDA-
3526/2018-830.612/2017-MINERAÇÃO PLANALTO S A-
3527/2018-830.724/2017-LUCIANA DA CUNHA MEDEIROS-
3528/2018-830.906/2017-MINERAÇÃO PRANDO LTDA-
3529/2018-830.949/2017-BIBOM MINERAÇÃO LTDA ME-
3530/2018-830.951/2017-MARCELO MANHÃES-
3531/2018-830.973/2017-MINETE MINERAÇÃO LTDA EPP-
3532/2018-830.985/2017-HAS MINERAÇÃO & SERVIÇOS EIRELI-
3533/2018-831.026/2017-ARSIA MINERAÇÃO LTDA ME.-
3534/2018-831.111/2017-MARIA APARECIDA VIEIRA BARBOSA-
3535/2018-831.116/2017-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-
3536/2018-831.500/2017-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-
3537/2018-831.956/2017-BERTOLINO DA COSTA NETO-
3538/2018-831.957/2017-ALDO BORGES BRASIL-
3539/2018-831.971/2017-EXTRATORA DE AREIA PRIMO LTDA-
3540/2018-832.204/2017-MINERAÇÃO SANTOS E PARAISO LTDA -ME-
3541/2018-832.235/2017-EL DOURADO MINERAÇÃO LTDA.-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3542/2018-830.337/2013-CIDEF DO BRASIL SA-
3543/2018-832.612/2016-GRB GRAFITE DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-
3544/2018-830.344/2017-SAEXI SANTO EXPEDITO AGROPECUÁRIA LTDA.-
3545/2018-830.358/2017-LACT MINERAÇÃO LTDA. EPP-
3546/2018-830.633/2017-ROGERIO COSTA BRITO-
3547/2018-830.641/2017-L.M.A. MINERAÇÃO LTDA-
3548/2018-830.647/2017-RAFAEL TIMBÓ MOURÃO-
3549/2018-830.660/2017-MINERAÇÃO CALFENIX LTDA-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3550/2018-830.667/2017-ARC AREIAL RIO CASCA LTDA-
3551/2018-830.672/2017-V.M.I. MINERAÇÃO LTDA ME-
3552/2018-830.694/2017-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-
3553/2018-830.722/2017-NATÁLIA CAROLINE PEREIRA-
3554/2018-830.732/2017-MINERAÇÃO GRANDUVALE LTDA-
3555/2018-830.737/2017-LUIZ ANTÔNIO DA COSTA-
3556/2018-830.777/2017-ECO SEIXO MINERADORA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
3557/2018-830.843/2017-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-
3558/2018-830.844/2017-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-
3559/2018-830.845/2017-MAGNESITA MINERAÇÃO S.A.-
3560/2018-830.866/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3561/2018-830.868/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
3562/2018-830.881/2017-COMERCIAL DE AREIA PALMARES LTDA-
3563/2018-830.910/2017-JOSÉ GERALDO VIEIRA-
3564/2018-830.935/2017-GSM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-
3565/2018-830.946/2017-MAURICIO ANTONIO DE AVILA MACEDO-
3566/2018-830.948/2017-DRAGAGEM ALVES TEIXEIRA LTDA ME-
3567/2018-830.956/2017-MINERAÇÃO 040 LTDA EPP-
3568/2018-831.115/2017-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-
3569/2018-831.133/2017-LUIZ MAURO DE FREITAS-
3570/2018-831.134/2017-LUIZ MAURO DE FREITAS-
3571/2018-831.177/2017-KATIA DENISE VIDAL CORREA-
3572/2018-831.491/2017-MICAELA KATIUSSIA BARBOSA ANASTACIO-
3573/2018-831.507/2017-ROGÉRIO BUSTAMANTE ANTUNES-
3574/2018-831.509/2017-BRIDGE PARTICIPAÇÕES-
3575/2018-831.566/2017-MARCEL GUIMARÃES SIQUEIRA-
3576/2018-831.593/2017-GILBERTO BITTENCOURT-
3577/2018-831.872/2017-GEOBDR ENGENHARIA EIRELI-
3578/2018-831.915/2017-BERTOLINO DA COSTA NETO-
3579/2018-831.976/2017-MARCO ANTONIO FERREIRA-
3580/2018-832.125/2017-VALE S A-
3581/2018-832.203/2017-K2 MINERACAO E EXPORTACAO EIRELI EPP-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 74/2018/ES

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
896.235/2012-ROGRAN MARMORES E GRANITOS EIRELI ME
896.115/2016-TRANSKL COMÉRCIO DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA EPP
896.152/2017-REBRITAGEM MATTAR LTDA EPP
896.021/2018-GENIVALDO ALMEIDA DO NASCIMENTO
896.022/2018-HELP AMBIENTAL LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
896.050/2013-LUCIO ROBERTO DE SOUZA
896.180/2017-IGOR BECCALLI DE MARTIN
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.020/2018-CAYO CEZAR CASAGRANDE-OF. N°0906/2018-DNPM/ES
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
896.211/2016-MINERAÇÃO NOVAGRAN LTDA ME-Alvará n°12.010/2016 - Cessionario:896.049/2017, 896.054/2017, 896.056/2017 E 896.055/2017-J.M. CHAGAS ME, RÔMULO AZEVEDO DE MENDES ME e SEBASTIÃO ADRIANO CHAGAS- CPF ou CNPJ 27.123.164/0001-62, 17.495.798/0001-92 e 090.407.377-70
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
896.367/2012-AREPEDRA BORLINI LTDA.
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
896.503/2002-GRAMACRUZ EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA -AI N°0384/2015 até 0388/2015-DNPM/ES
Nega provimento a defesa apresentada(242)
896.503/2002-GRAMACRUZ EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA
896.387/2006-WALDIR LOPES MAGALHÃES
896.388/2006-WALDIR LOPES MAGALHÃES
896.389/2006-WALDIR LOPES MAGALHÃES
896.390/2006-WALDIR LOPES MAGALHÃES
896.576/2006-WALDIR LOPES MAGALHÃES
896.523/2007-WALDIR LOPES MAGALHÃES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
896.503/2002-GRAMACRUZ EXTRAÇÃO DE GRANITOS LTDA-OF. N°0923/2018-DNPM/ES
896.002/2010-PEMAGRAN MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°0910/2018-DNPM/ES
896.288/2015-GRANMEX GRANITOS E MÁRMORES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°0946/2018-DNPM/ES
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
896.387/2006-WALDIR LOPES MAGALHÃES-Alvará N°6.016/2007
896.388/2006-WALDIR LOPES MAGALHÃES-Alvará N°6.017/2007
896.389/2006-WALDIR LOPES MAGALHÃES-Alvará N°6.018/2007
896.390/2006-WALDIR LOPES MAGALHÃES-Alvará N°6.019/2007
896.576/2006-WALDIR LOPES MAGALHÃES-Alvará N°6.999/2007
896.523/2007-WALDIR LOPES MAGALHÃES-Alvará N°3.118/2009
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
896.005/1998-ARETEC EXTRAÇÃO DE AREIA EIRELI ME -Alvará N°6.100/2000
896.152/2001-TERRAZZO GRANITI DO BRASIL EIRELI ME -Alvará N°6.529/2001
896.386/2006-MARCOS RANGEL CONTI -Alvará N°4.305/2007
896.060/2012-AREIAL RIO PRETO LTDA ME -Alvará N°1358 (cessão parcial)/2009
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.794/2009-CERÂMICA ITAPEMIRIM LTDA EPP
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
896.404/2010-GILMAR HEMERLY - AI N°028/2018-DNPM/ES
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.832/1989-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-OF. N°0978 e 0979/2018-DNPM/ES
890.206/1994-GRANITOS MATATIAS LTDA.-OF. N°0934 e 0935/2018-DNPM/ES
896.489/1996-MAMERI MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°0940/2018-DNPM/ES
896.503/1998-PLEIADES MINERAÇÃO EIRELI EPP-OF. N°0945/2018-DNPM/ES
896.517/2008-SLOGRAN - GRANITOS LTDA ME-OF. N°0915/2018-DNPM/ES
896.122/2009-IVANILDA ALTOÉ - ME.-OF. N°0912/2018-DNPM/ES
896.123/2009-NACIONAL PEDRAS DO BRASIL-OF. N°0913/2018-DNPM/ES
896.124/2009-VALE VERDE MINERAÇÃO LTDA. - ME.-OF. N°0914/2018-DNPM/ES
896.099/2017-OLARIA PERIM EIRELI ME-OF. N°0969/2018-DNPM/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
896.959/2006-MINERCOL MINERAÇÃO COLLODETTI LTDA-ME-OF. N°0918/2018-DNPM/ES
Fase de Concessão de Lavra
Advertencia aplicada / Prazo para recurso30 dias.(457)
896.328/2006-MONTE D' OURO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°952/2018- AA04/2018-DNPM/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.652/1988-GRAMABEL GRANITOS E MÁRMORES BERGAMIN LTDA-OF. N°0975/2018-DNPM/ES
890.493/1990-MINERAÇÃO PALMEIRAS LTDA-OF. N°0911/2018-DNPM/ES
896.328/2006-MONTE D' OURO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°952/2018-DNPM/ES
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.462/2011-TRASCOL TRATORES, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-OF. N°0961/2018-DNPM/ES
896.027/2014-GILMAR JOSÉ DE CARVALHO ME-OF. N°0904 E 0905/2018-DNPM/ES
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
896.030/2015-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
896.031/2015-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
896.054/2014-AREPEDRA BORLINI LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
896.145/2017-QUINTILIANO GOBBI EIRELI ME-OF. N°0985/2018-DNPM/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
896.157/2017-CONSTRUTORA ATERPA SA-OF. N°0982/2018-DNPM/ES
896.173/2017-QUIUQUI MINERAÇÃO LTDA EPP..-OF. N°0980/2018-DNPM/ES
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
896.171/2017-EXTRAÇÃO DE ARGILA SÃO LUCAS LTDA ME
896.191/2017-A R K SAIBRO COMÉRCIO LTDA ME
896.001/2018-E. SESSA CAMPINHOS MAT CONSTRUÇÃO LTDA ME
896.002/2018-EXTRAÇÃO DE ARGILA SÃO LUCAS LTDA ME
896.011/2018-HELP AMBIENTAL LTDA

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA N° 122, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48000.002143/2012-24, resolve:

Art. 1º Definir em 4,86 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Doido, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: PCH.PH.TO.031244-4.01, com potência instalada de 6,00 MW, de titularidade da empresa São Sebastião Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF n° 07.450.504/0001-52, localizada no Rio Palmeiras, nos Municípios de Dianópolis e Novo Jardim, no Estado de Tocantins.

§ 1º O montante de garantia física de energia da PCH Doido refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Doido poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SPE/MME nº 119, de 13 de dezembro de 2013.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA N° 123, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, e o que consta no Processo nº 48000.004908/2017-34, resolve:

Art. 1º Definir em 0,50 MW médios o montante de garantia física de energia da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Bertoldo Jacobsen, registrada sob o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.SC.037406-7.01, com potência instalada de 1,00 MW, de titularidade da empresa Kraftwerk Geração Elétrica Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.435.549/0001-83, localizada no Rio Itajaí-Mirim, Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina.

§ 1º O montante de garantia física de energia da CGH Bertoldo Jacobsen refere-se ao Ponto de Conexão da Usina.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da CGH Bertoldo Jacobsen poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.763, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00230/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.052248/2015-99, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela Associação Abrigo Mão Amiga, de Ituporanga/SC, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 49, de 28 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2016, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovação de atendimento ao disposto no art. 18, caput e §3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 1.787, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00266/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.095840/2013-13, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Fundação 15 de Agosto", do Município de Juazeiro do Norte/CE, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 37, de 21 de fevereiro de 2017, artigo 2º, publicada no Diário Oficial da União de 03 de março de 2017, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovar, de forma tempestiva, o atendimento ao disposto no artigo 4º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, artigo 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, artigos 3º, 32 e seguintes do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 1.789, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, e com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00221/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.084726/2016-19, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela "Fundação Porto Real", do Município de Porto Real/RJ, para manter a decisão da Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 123, de 23 de junho de 2017, art. 1°, item 1, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 29 de junho de 2017, que indeferiu o seu pedido de concessão de certificação como entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto na Lei n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, arts. 18 e 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, caput do art. 38, art. 3°, II e 39, II, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 1.831, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00240/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.056956/2010-94, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária", de Campo Grande/MS, para manter a decisão exarada pela Secretaria Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 40, de 03 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 06 de junho de 2016, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto no art. 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, bem como nos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e na Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução CNAS n° 145/2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.181, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER Nº 00053/2018/CONJURMDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.084397/2016-06, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Asilo São Vicente de Paulo de Corinto/MG", para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 130, de 25 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovação de atendimento ao disposto no art. 18, caput e §3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.182, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 01015/2017/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.101793/2009-78, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade Associação de Diabetes Juvenil, São Paulo/SP, para manter a decisão da Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta, consubstanciada no art. 1º, item 1, da Portaria nº 61, de 30 de abril de 2014, que indeferiu o seu pedido de renovação de certificação como entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto nos arts. 2° e 3º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.183, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00781/2017/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.096167/2015-09, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria n° 40/2016, art. 1°, item 77, de 03 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 06 de junho de 2016, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovação dos requisitos previstos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.184, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00137/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.076222/2010-21, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela "Associação Obra do Cenáculo da Caridade a Serviço dos Pobres", do Município de Feira de Santana/BA, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 12/2017, art. 2º, item 1, de 19 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2017, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto na Lei nº 12.101, de 2009, e do Decreto nº 8.242, de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.185, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00215/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.066246/2016-68, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Abrigo a Velhice Desamparada - Auta Loureiro Machado - AVEDALMA", de Cariacica/ES, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 78, de 24 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2017, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovação de atendimento ao disposto no art. 18, caput e §3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.186, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 01154/2017/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.001591/2016-56, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade Associação Instituto Bola Preta, com sede na cidade de Elói Mendes/MG, para manter a decisão da Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 49, de 28 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2016, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, por descumprimento do disposto no art. 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.187, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 01185/2017/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.045158/2012-07, resolve:

Art. 1º Manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria n° 49/2016, art. 1°, item 13, de 28 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2016, e retificada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2017, que indeferiu o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social da Associação Caritativa da Sagrada Família, do Município de São Paulo/SP, CNPJ nº 61.633.806/0001- 01, por descumprimento ao disposto no art. 1º e art. 18 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 c/c art. 10, §§ 1º e 2º do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.188, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n.00048/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.002804/2016-67, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Asilo de Velhos Jesus Nazareno", de Aimorés/MG, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 49, de 28 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2016, que indeferiu o seu pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovação de atendimento ao disposto no art. 18, caput e §3º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

PORTARIA Nº 2.189, DE 24 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com base no § 1º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e considerando os fundamentos constantes do PARECER n. 00088/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, exarado nos autos do Processo nº 71000.070528/2015-89, resolve:

Art. 1º Indeferir o recurso interposto pela entidade "Associação Cultural Promoart", de Barueri/SP, para manter a decisão exarada pela Secretária Nacional de Assistência Social, consubstanciada na Portaria nº 89, de 29 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 01 de setembro de 2016, que indeferiu o seu pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, por não comprovação dos requisitos previstos na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Esporte

SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR

AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL

PORTARIA Nº 3, DE 24 DE MAIO DE 2018

Determina o modelo de Declaração que deverá ser utilizado pelas entidades esportivas em cumprimento ao previsto na Resolução APFUT nº 03 de 05 de março de 2018

O PRESIDENTE DA AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL - APFUT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 13.155 de 04 de agosto de 2015, pelo Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016, e em cumprimento do previsto no art. 12 da Resolução APFUT nº 03 de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º. Definir o modelo de Declaração anexa a esta Portaria, que deverá ser entregue pelas entidades esportivas que aderiram ao PROFUT para o cumprimento do previsto no art. 4º, VII da Lei nº 13.155/2015.

Art. 2º. A Declaração deverá ser elaborada em papel timbrado e assinada pelo presidente ou dirigente máximo da entidade esportiva, com firma reconhecida.

Art. 3º. A Declaração deverá ser acompanhada dos documentos solicitados e ser enviada nos prazos e termos determinados na Resolução APFUT nº 03/2018.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANDRÉ DE FIGUEIREDO MELLO

ANEXO

(PAPEL TIMBRADO)

DECLARAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, VII da Lei 13.155 de 04 de agosto de 2015 e Resolução APFUT 03 de 05 de março de 2018, eu, NOME DO DIRIGENTE MÁXIMO DA ENTIDADE ESPORTIVA, portador da carteira de identidade nº 000000000, expedida pelo ORGÃO/UF, CPF 0000000000-000, na condição de representante legal do(a) NOME COMPLETO DA ENTIDADE, CNPJ Nº XXXXXX, sob as penas da lei e no uso das atribuições que me foram delegadas conforme a Ata de Posse de DATA e art. XX do Estatuto Social do(a) NOME COMPLETO DA ENTIDADE, DECLARO junto à Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT que, ressalvados os débitos em discussão judicial, a presente entidade esportiva está ADIMPLENTE com as seguintes obrigações referentes ao mês de MÊS (JUNHO ou DEZEMBRO) de ANO:

- contratos e regular pagamento dos encargos relativos a todos os profissionais pessoas físicas contratados pela entidade esportiva, referentes a verbas atinentes a salários, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e contribuições previdenciárias;

- pagamento das obrigações contratuais e outras havidas com demais funcionários;

- pagamento de contratos referentes a direito de imagem, ainda que não guardem relação direta com o salário, mesmo que sejam pagas em favor de pessoa jurídica própria de profissionais ou de terceiros.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

LOCAL, XX de MÊS de ANO

_____

Nome do Dirigente Máximo da Entidade Esportiva

(CARGO)

FIRMA RECONHECIDA

DOCUMENTOS ANEXADOS (conforme art. 5º da Resolução APFUT 03/2017):

1 - Cópia da folha de pagamento contendo nome, cargo e salário de todos os funcionários;

2 - Listagem dos débitos em discussão judicial, com indicação do andamento e objeto do processo e a que profissional se referem;

3 - Listagem dos contratos de direito de imagem em vigor, indicando o nome do profissional ao qual se referem mesmo quando assinado com pessoa jurídica própria ou de terceiros; e

4 - Listagem dos contratos com profissionais pessoas físicas com indicação dos nomes, valores e atividades contratadas.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 5.472, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 13, inciso VII do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso II do § 3º do art. 2º da Portaria nº 17 de 7 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul a adquirir 2 (duas) caminhonetes cabine dupla.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

PORTARIA Nº 5.497, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 3º, inciso I, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2010, na Seção 2, página 75, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo nº 10380.003223/93-55, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que fez o município de Crato/Ce, através da Lei nº 1.487, de 10 de março de 1993, do imóvel urbano, localizado na Avenida Perimetral Dom Francisco, s/n Parque Santa Luzia, registrado sob o nº 828, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Crato.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria destinou-se à instalação da Junta de Conciliação e Julgamento do Crato do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER TADEU NOGUEIRA GODINHO

PORTARIA Nº 5.501, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO CEARÁ, nomeado pela Portaria nº 4.295, de 19 de abril de 2018, publicada em 20 de abril de 2018 no DOU, Seção 2, página 44, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 3º, inciso I, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU em 30 de junho de 2010, Seção 2, página 75, conforme os elementos que integram o processo nº 04988.005585/2013-71, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que fez o Município de Juazeiro do Norte, nos termos da Escritura Pública de Doação lavrada em 04 de julho de 2013, às fls. 163, do Livro 274 do Cartório Machado - 2º Ofício da Comarca de Juazeiro do Norte, referente ao terreno situado no Lote "02-A" da Quadra "1-P" do Loteamento Jardim Vila Real, Bairro São José, do município de Juazeiro do Norte, com características e confrontações constantes na Matrícula nº 35.338 do Cartório Machado - 2º Ofício da Comarca de Juazeiro do Norte.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria destinava-se à instalação, através do Tribunal Regional do Trabalho - TRT 7ª Região, do Fórum Trabalhista da Região Metropolitana do Cariri, conforme a Lei Municipal nº 3.748, de 30 de setembro de 2010 e o Protocolo de Intenções celebrado entre o TRT - 7ª Região e o Município de Juazeiro do Norte em 26 de julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER TADEU NOGUEIRA GODINHO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 5.509, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais relativa ao bimestre março/abril de 2018, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

Relatório de Execução Orçamentária referente ao 2º bimestre

1. O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para o exercício de 2018 foi aprovado pela Lei 13.587, de 02 de janeiro de 2018, Lei Orçamentária Anual, publicada no Diário Oficial da União de 03.01.2018, no valor global de R$ 68.809.297.837,00 (Sessenta e oito bilhões, oitocentos e nove milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais). Esse montante agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 240 projetos e 267 atividades, distribuídos em 86 empresas estatais federais.

2. O Orçamento de Investimento de 2018 teve sua dotação aumentada em decorrência da reabertura do saldo de créditos autorizados nos últimos quatro meses de 2017, no montante R$ 162.000.000,00 (Cento e Sessenta e dois milhões). Desse movimento resultou uma Dotação Autorizada no montante de R$ 68.971.297.837,00 (sessenta e oito bilhões, novecentos e setenta e um milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais). Este total englobou as programações de 86 empresas estatais federais, sendo 80 do setor produtivo e 6 do setor financeiro. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem aquelas que não programaram investimentos.

3. As 86 empresas computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- seis, no setor financeiro e de seguros;

- três, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;

- quarenta, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;

- dezesseis, no setor de petróleo, derivados e gás natural, em pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;

- sete, no setor de administração portuária;

- uma, no setor de serviços postais;

- uma, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;

- três, no setor industrial de transformação, em segmentos diversificados, como produção de moeda, projetos navais e hemoderivados;

- sete, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos;

- uma, no setor de pesquisa e desenvolvimento de energia; e

- uma, no setor de comunicações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4. Na Tabela 01 a seguir, está demonstrado o movimento que resultou na Dotação Autorizada de R$ 68.971.297.837,00 (sessenta e oito bilhões, novecentos e setenta e um milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais). Como consequência, o Orçamento de Investimento de 2018 passou a agregar dotações para a execução de obras e serviços em 241 projetos e 267 atividades.

TABELA 01 - Demonstrativo da evolução da dotação - até 2º bimestre

Valores em R$ 1,00

Especificação	Créditos Suplementação	Créditos Cancelamento	Movimento Líquido
Dotação Inicial (Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018)			R$ 68.809.297.837,00
Decreto 9352 de 23.04.2018 (Reabertura de Crédito Especial DEST)	162.000.000	0	162.000.000
Banco do Brasil S.A. - BB	162.000.000	0	162.000.000
Portaria DEST 3764 de 05.04.2018 (Alteração do Identificador de Resultado Primário, mantendo-se os demais atributos da programação)	1.546.341.000	1.546.341.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	1.546.341.000	1.546.341.000	0
Portaria/Ato/Resolução 77 de 10.04.2018 (Suplementação de subtítulos constantes da LOA-201 8 identificados com RP 3 ou 5 (PAC) por anulação de dotações ou geração adicional de recursos)	133.763.099	133.763.099	0
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	9.573.099	9.573.099	0
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	124.190.000	124.190.000	0
Resumo dos Créditos	1.842.104.099	1.680.104.099	162.000.000
Dotação Total Autorizada			R$ 68.971.297.837,00

5. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2018 (Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017), contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do Ativo Imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais, e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

6. Até o segundo bimestre de 2018, as empresas estatais realizaram investimentos no valor de R$ 19.977.220.408,00 (dezenove bilhões, novecentos e setenta e sete milhões, duzentos e vinte mil, quatrocentos e oito reais) equivalentes a 29,0% da dotação autorizada.

Despesa por Órgão

7. A Tabela 02 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por Órgão, informando a dotação autorizada de cada ministério setorial para o exercício de 2018 e os valores já realizados no período de janeiro a abril deste ano.

TABELA 02 - Execução OI - por Órgão

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% (c/a)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	59.042.773	75.768	3 2 8 .9 13	0,5
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1.048.651.050	88.202.945	123.659.917	11,8
Ministério da Fazenda	6.495.256.135	451.909.308	707.460.338	10,9
Ministério de Minas e Energia	59.907.974.324	12.992.667.622	19.011.168.980	31,7
Ministério da Saúde	329.590.154	1.920.786	4.111.029	1,2
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	1.012.392.144	75.965.178	123.838.794	12,2
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	111.709.615	1.718.879	5.713.560	5,1
Ministério da Defesa	6.681.642	459.285	1.005.093	15,0
Total	68.971.297.837	13.612. 919 . 771	19.977.2 86 . 624	29,0

Fontes de financiamento dos investimentos

8. A Tabela 03 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 03 - Fontes de Financiamento dos Investimentos - OI

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	% (b/tb)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% (c/tc)
Recursos Próprios	64.507.398.668	13.401.184.565	98,4	19.641.1 7 0. 9 7 7	98,3
Geração Própria	64.507.398.668	13.401.118.349	98,4	19.641.170.977	98,3
Recursos Para Aumento Do Patrimônio Líquido	1.444.685.362	139.852.231	1,0	213.900.123	1,1
Controladora	397.253.722	1.456.699	0,0	4.131.284	0,0
Tesouro	1.047.431.640	138.395.532	1,0	209.768.839	1,1
Direto	637.686.807	71.351.467	0,5	102.880.281	0,5
Saldos de Exercícios Anteriores	409.744.833	67.044.065	0,5	106.888.558	0,5
Operações De Crédito De Longo Prazo	2.536.383.092	63.042.802	0,5	95.357.250	0,5
Internas	2.536.383.092	63.042.802	0,5	95.357.250	0,5
Outros Recursos De Longo Prazo	482.830.715	8.840.173	0,1	26.858.274	0,1
Controladora	482.830.715	8.840.173	0,1	26.858.274	0,1
Total	68.971.297.837	13.612. 919 . 771	100,0	19.977.2 86 . 624	100,0

9. Dos gastos realizados com investimentos em 2018, parcela equivalente a 98,3% do total realizado foi financiada com recursos de Geração Própria. Em relação à dotação atual total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 93,5%.

Despesa por Funções e Subfunções

10. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A subfunção constitui parte da função em que se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções.

11. As tabelas 04 e 05 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no segundo bimestre de 2018 e no acumulado do exercício, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.

TABELA 04 - Execução OI - por Função

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% (c/a)
Agricultura	59.042.773	75.768	3 2 8 .9 13	0,4
Saúde	329.590.154	1.920.786	4.111.029	1,2
Indústria	76.635.172	4.231.120	6.430.742	8,4
Comércio e Serviços	6.416.763.628	411.117.035	661.342.656	10,3
Transporte	1.033.560.144	76.136.451	124.096.292	12,0
Comunicações	961.618.000	88.095.340	122.932.677	12,8
Defesa Nacional	6.681.642	459.285	1.005.093	15,0
Previdência Social	200.000.000	38.358.659	46.098.762	23,0
Energia	59.887.406.324	12.992.525.327	19.010.940.460	31,7
Total	68.971.297.837	13.612. 919 . 771	19.977.220.408	29,0

TABELA 05 - Execução OI - por SubFunção

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% (c/a)
Administração Geral	2.226.240.361	100.418.907	160. 837 . 304	7,2
Tecnologia da Informação	3.530.262.006	338.794.433	519.034.561	14,7
Suporte Profilático e Terapêutico	322.310.924	1.828.664	3.983.798	1,2
Produção Industrial	60.880.064	6.535.318	10.621.239	17,4
Comercialização	608.034.000	46.106.575	83.536.713	13,7
Serviços Financeiros	2.656.947.784	98.146.135	187.496.083	7,1
Comunicações Postais	300.000.000	19.603.971	25.749.130	8,6
Telecomunicações	149.000.000	64.158.500	88.517.964	59,4
Energia Elétrica	7.857.591.154	486.106.256	773.603.863	9,8
Combustíveis Minerais	46.495.810.000	12.159.828.638	17.607.088.289	37,9
Biocombustíveis	10.275.000	519.432	658.238	6,4
Transporte Aéreo	558.310.771	60.463.290	97.065.292	17,4
Transporte Hidroviário	1.468.382.773	89.047.532	150.969.949	10,3
Transportes Especiais	2.727.253.000	141.362.120	268.124.201	9,8
Total	68.971.297.837	13.612. 919 . 771	19.977.2 86 . 62 4	29,0

Despesa por Programa

12. Os programas constituem-se instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que o compõem.

TABELA 06 - Execução OI - por Programa

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% (c/a)
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	2.656.947.784	98.146.135	187.496.083	7,1
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	6.233.753.769	256.292.029	739.2 87 . 710	11,8
Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	322.310.924	1.828.664	3.983.798	1,2
Aviação Civil	558.310.771	60.463.290	97.065.292	17,4
Combustíveis	7.274.031.000	525.957.525	917.199.623	12,6
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	249.000.000	65.026.947	89.876.714	36,1
Energia Elétrica	7.708.159.635	477.780.986	759.761.659	9,9
Petróleo e Gás	43.482.735.000	11.883.128.830	17.152.434.333	39,4
Transporte Aquaviário	417.127.773	13.216.958	24.041.057	5,8
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	68.921.181	4.374.755	6.140.355	8,9
Total	68.971.297.837	13.612. 919 . 771	19.977.2 86 . 624	29,0

13. Alguns programas, principalmente no âmbito do setor de Petróleo e Gás, destacam-se em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados como, também, pelo empenho das empresas. São apresentados em seguida os programas com os 5 maiores valores realizados e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais nos 10 programas:

- Petróleo e Gás, 85,86%;
- Combustíveis, 4,59%;
- Energia Elétrica, 3,80%;
- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, 3,70%; e
- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais, 0,94%.

Despesa por Órgão/Unidade

14. A Tabela 07 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados para cada Órgão e Unidade, discriminado os valores da respectiva dotação autorizada para 2018, do realizado no 2º bimestre, e o acumulado no exercício, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 07 - Execução OI - por Órgão/Unidade

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	% (c/a)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	59.042.773	9.552	3 2 8 . 913	11,0
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	5.519.300	15.760	66.216	1,2
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	1.630.000	43.811	150.415	9,2
Ceagesp - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO	51.893.473	16.197	112.282	0,2
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	1.048.651.050	88.202.945	123.659.917	11,8
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	86.433.050	78.627	698.262	0,8
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	800.000.000	23.683.312	34.145.877	4,3
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	162.218.000	64.441.006	88.815.778	54,8
MINISTÉRIO DA FAZENDA	6.495.256.135	451.909.308	707.460.338	10,9
Banco da Amazônia S.A. - BASA	47.911.586	41.049	41.049	0,1
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	187.000.000	4.587.952	9.012.429	4,8
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	164.833.500	1.026.398	1.372.044	0,8
Casa da Moeda do Brasil - CMB	76.635.172	4.231.120	6.430.742	8,4
Caixa Econômica Federal - CAIXA	2.426.993.104	132.471.896	239.818.691	9,9
Cobra Tecnologia S.A.	43.475.233	2.094.795	4.583.750	10,5
Banco do Brasil S.A. - BB	3.337.157.704	269.080.996	399.851.700	12,0
Bbtur Viagens e Turismo Ltda	5.000.000	11.223	16.423	0,3
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	3.249.836	0	0	0,0
Ativos S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS	3.000.000	5.220	234.748	7,8
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	200.000.000	38.358.659	46.098.762	23,0
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	59.907.974.324	12.992.667.622	19.011.168.980	31,7
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	10.000.000	421.789	949.569	9,5
Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	1.771.320.563	53.010.918	80.486.156	4,5
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	41.236.176	1.557.334	4.881.814	11,8
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	630.515.006	24.927.389	38.213.460	6,1
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	144.394.321	11.045.057	18.691.942	12,9
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.559.005.808	174.248.308	265.370.012	17,0
Furnas - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	818.350.980	65.196.636	93.718.139	11,5
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	38.046.051.000	10.851.653.405	15.462.919.482	40,6
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	675.485.000	53.279.743	97.949.005	14,5
Petrobras Gás S.A. - GASPETRO	100.000	0	39.771	39,8
Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR	315.000	0	0	0,0
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	122.639.854	9.415.353	19.392.692	15,8
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	179.044.644	23.016.241	41.943.165	23,4
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	301.911.502	40.147.173	58.165.265	19,3
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	510.368.709	19.225.521	32.025.102	6,3
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-brasil S.A. - TBG	70.209.000	1.467.788	8.568.019	12,2
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	55.640.295	2.606.033	6.302.469	11,3
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AME	716.704.600	54.402.016	93.648.683	13,1
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	1.367.797.000	107.099.443	180.448.629	13,2
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	148.065.774	321.848	971.994	0,7
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	200.000	0	0	0,0
Petrobras Netherlands B.v. - PNBV	9.756.974.000	1.194.993.217	1.998.605.907	20,5
Petrobras International Braspetro B.v. - PIB BV	1.753.643.000	247.563.214	412.831.864	23,5
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	189.700.000	12.122.919	22.880.477	12,1
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	95.698.000	6.061.699	9.942.507	10,4
Stratura Asfaltos S.A.	3.997.000	227.639	312.654	7,8
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	12.275.000	706.164	899.436	7,3
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	9.533.000	1.183.453	1.739.147	18,2
Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE	8.343.000	1.947.247	5.408.762	64,8
Gas Brasiliano Distribuidora S.A.	58.187.000	2.050.520	3.852.913	6,6
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	675.070	0	0	0,0
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	100.000	38.852	43.741	43,7
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	30.681.588	0	6.020.166	19,6
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AMGT	135.281.497	6.623.858	8.164.331	6,0
Araucária Nitrogenados S.A.	110.000.000	13.477.096	14.673.514	13,3
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.	36.530.511	0	0	0,0
Transpetro International B.v.	76.368.000	6.105.498	8.508.992	11,1
Brasil Ventos Energia S/a	48.000	6.850	6.850	14,3
Transenergia Goiás S.A.	1.500.000	0	83.687	5,6
Geradora Eolica Ventos de Angelim S.A.	12.069	0	7.875	65,2
Geradora Eolica Ventos de Santa Rosa S.A.	12.069	0	9.533	79,0
Geradora Eolica Ventos de Uirapuru S.A.	12.069	0	0	0,0
Geradora Eolica Arara Azul S.A.	12.069	0	6.485	53,7
Geradora Eolica Bentevi S.A.	12.069	0	4.391	36,4
Geradora Eolica Ouro Verde I S.A.	12.069	0	10.430	86,4
Geradora Eolica Ouro Verde Ii S.A.	12.069	0	8.996	74,5
Geradora Eolica Ouro Verde Iii S.A.	12.069	0	5.562	46,1
Energia dos Ventos V S.A.	57.442.818	194.179	657.322	1,1
Energia dos Ventos Vi S.A.	86.311.597	273.149	563.697	0,7
Energia dos Ventos Vii S.A.	86.170.841	274.473	758.534	0,9
Energia dos Ventos Viii S.A.	57.674.081	187.741	455.660	0,8
Energia dos Ventos Ix S.A.	57.420.817	198.459	663.955	1,2
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	101.693.580	5.389.400	9.356.224	9,2
Eólica Hermenegildo I S.A.	3.141.372	0	0	0,0
Eólica Hermenegildo Ii S.A.	2.690.568	0	0	0,0
Eólica Hermenegildo Iii S.A.	5.019.000	0	0	0,0
Eólica Chuí Ix S.A.	1.423.200	0	0	0,0
MINISTÉRIO DA SAÚDE	329.590.154	1.920.786	4.111.029	1,2
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	329.590.154	1.920.786	4.111.029	1,2
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	1.012.392.144	75.965.178	123.838.794	12,2
Companhia Docas do Ceará - CDC	16.542.483	365.954	733.000	4,4
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	49.240.695	7.365.808	10.850.285	22,0
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	133.614.470	1.473.586	1.647.937	1,2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	164.246.615	3.018.753	9.298.321	5,7
Companhia Docas do Pará - CDP	20.455.831	135.880	135.880	0,7
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	47.412.667	1.684.827	1.740.800	3,7
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	19.272.612	392.380	1.273.391	6,6
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	561.606.771	61.527.990	98.159.180	17,5
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	111.709.615	1.718.879	5.713.560	5,1
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	109.958.315	1.712.779	5.489.460	5,0
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	1.751.300	6.100	224.100	12,8
MINISTÉRIO DA DEFESA	6.681.642	459.285	1.005.093	15,0
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	6.681.642	459.285	1.005.093	15,0
Total	68.971.297.837	13.612. 919 . 771	19.977.2 86 . 624	29,0

15. Das 86 empresas que tiveram a programação de dispêndios autorizada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2018, doze apresentaram, em termos percentuais de realização das respectivas dotações autorizadas, no segundo bimestre, desempenho superior à média geral de 29,0%. São elas: Ouro Verde I, 86,42%; Ventos de Santa Rosa, 78,99%; Ouro Verde II, 74,54%; Ventos Angelim, 65,25%; Petroquímicasuape, 64,83%; Telebras, 54,75%; Arara Azul, 53,73%; Ouro Verde III, 46,08%; TSBE, 43,74%; Petrobras, 40,64%; Gaspetro, 39,77%; Bentevi, 36,38%. As empresas Emgea; Ceasaminas; PPSA; Ventos de Uirapuru; Eólica Chuí IX; Eólica Hermenegildo I; Eólica Hermenegildo II; Eólica Hermenegildo III; Uirapuru; PB-LOG; e Eletropar não apresentaram realização no período.

Distribuição geográfica da despesa

16. A Tabela 08 apresenta quadro consolidado da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas dotações, os valores realizados no bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 76,6% do montante realizado. Os investimentos implementados no exterior participaram com 7,1%.

TABELA 08 - Execução OI - por Macrorregião

Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 2° Bimestre (b)	Realizado até 2° Bimestre (c)	Composição % de(a) a/Ta	Composição % de(c) c/Tc
Exterior	9.481.290.185	787.395.608	1.410.496.277	13,7	7,1
Nacional	35.683.407.913	11.051.565.336	15.311.421.956	51,7	76,6
Região Centro-Oeste	279.379.136	3.846.564	6.639.401	0,4	0,0
Região Nordeste	5.495.424.619	479.599.646	808.930.375	8,0	4,0
Região Norte	2.371.351.443	146.477.905	252.645.395	3,4	1,3
Região Sudeste	15.140.523.826	1.121.748.472	2.151. 102 . 969	22,0	10,8
Região Sul	519.920.715	22.286.240	36.050.251	0,8	0,2
Total	68.971.297.837	13.612. 919 . 771	19.977.2 86 . 62 4	100,0	100,0

17. Da relação percentual entre gasto efetivo e Dotação Autorizada de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 42,9%; Exterior, 14,9%; Região Norte, 10,7%; Região Nordeste, 14,7%; Região Sudeste, 14,2%; Região Sul, 6,9%; e Região Centro-Oeste, 2,4%.

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

18. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017 (LDO de 2018).

19. As tabelas de 9 a 13, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, até o 2º bimestre de 2018, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 115 da LDO de 2018, tendo presente que:

1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo BNDES.

ANEXO

TABELA 09 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Saldos em 31.12.2017	Saldos em 31.12.2017															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	124.289.209	124.289.209	21.970.515	10.847.277	7.815.186	18.114.912	34.363.977	14.540.931	16.636.411	64.462.656	35.637.912	24.188.642	59.859.540	7.355.921	6.535.339	932.413	49.605.996
Acre	5.721.312	5.721.312	1.041.292	357.885	668.704	255.056	1.581.307	584.434	1.232.634	3.251.009	1.674.140	796.163	3.654.834	594.558	332.869	13.027	1.126.024
Amapá	5.605.220	5.605.220	145.719	104.875	362.018	210.375	2.890.149	396.152	1.495.932	3.920.846	947.586	736.788	3.198.594	263.792	198.544	21.054	1.923.236
Amazonas	14.908.825	14.908.825	317.171	2.336.188	1.349.501	1.323.650	3.541.141	3.263.082	2.778.092	8.095.191	3.729.732	3.083.902	6.974.201	905.256	1.499.002	317.088	5.213.278
Pará	51.136.300	51.136.300	6.273.699	5.416.299	2.710.972	9.949.168	15.989.657	5.670.638	5.125.867	25.997.480	14.362.458	10.776.362	19.586.037	2.762.153	1.878.184	251.923	26.658.004
Rondônia	25.216.501	25.216.501	6.578.708	1.820.921	1.621.585	4.295.411	6.497.797	2.114.139	2.287.941	11.957.832	9.178.323	4.080.346	11.795.405	1.208.860	1.500.298	56.796	10.655.144
Roraima	3.887.102	3.887.102	482.574	64.454	266.829	166.376	1.468.965	561.765	876.139	2.533.187	392.012	961.903	2.960.495	213.937	262.608	1.827	448.234
Tocantins	17.813.949	17.813.949	7.131.352	746.655	835.578	1.914.876	2.394.961	1.950.721	2.839.806	8.707.110	5.353.662	3.753.177	11.689.975	1.407.365	863.834	270.699	3.582.076
Região Nordeste	324.660.539	324.660.539	36.638.621	54.246.820	18.826.155	16.375.337	71.222.224	71.640.850	55.710.532	172.590.460	70.399.788	81.670.291	173.720.772	20.156.795	21.246.368	2.504.521	107.032.083
Alagoas	15.040.281	15.040.281	1.412.418	2.051.308	952.003	461.955	1.509.549	5.283.493	3.369.555	7.904.926	2.601.049	4.534.306	11.125.232	750.699	770.773	55.940	2.337.638
Bahia	86.969.982	86.969.982	14.704.889	14.024.996	4.974.559	5.238.309	17.892.410	16.731.204	13.403.614	47.701.731	20.192.990	19.075.261	44.382.598	6.196.372	6.047.684	782.930	29.560.398
Ceará	48.733.436	48.733.436	3.353.157	10.066.664	3.556.063	2.582.840	11.081.377	9.512.369	8.580.965	24.891.857	11.071.725	12.769.854	23.552.397	3.086.574	3.684.761	366.659	18.043.045
Maranhão	36.532.562	36.532.562	6.139.851	4.354.154	2.012.580	1.459.315	10.801.736	5.640.309	6.124.617	21.069.419	7.909.799	7.553.344	17.700.097	2.611.224	1.985.809	166.673	14.068.758
Paraíba	20.980.636	20.980.636	1.176.118	2.264.476	1.218.514	744.036	2.814.884	7.863.221	4.899.387	10.583.169	3.264.660	7.132.807	15.255.968	1.120.872	1.189.471	82.569	3.331.756
Pernambuco	53.697.597	53.697.597	3.351.008	16.529.151	2.982.144	2.446.421	10.664.721	10.582.820	7.141.333	27.449.449	12.911.720	13.336.428	25.500.935	2.863.374	3.119.983	599.207	21.614.099
Piauí	22.857.783	22.857.783	3.410.900	1.610.679	1.440.557	1.818.654	6.270.653	3.530.505	4.775.833	12.228.509	5.186.884	5.442.390	11.246.233	1.388.209	1.518.781	365.195	8.339.363
Rio Grande do Norte	26.933.431	26.933.431	1.219.882	2.089.578	1.111.193	976.255	8.808.779	7.361.647	5.366.097	14.137.935	4.723.299	8.072.197	15.473.689	1.289.279	2.026.598	35.575	8.108.290
Sergipe	12.914.832	12.914.832	1.870.398	1.255.813	578.542	647.551	1.378.116	5.135.281	2.049.132	6.623.467	2.537.661	3.753.704	9.483.623	850.191	902.508	49.773	1.628.737
Região Sudeste	959.679.556	959.679.556	56.579.424	174.340.242	51.005.442	100.116.442	203.663.872	213.657.087	160.317.046	662.153.154	54.453.698	243.072.704	470.193.154	32.576.495	36.723.596	16.027.810	404.158.501
Espírito Santo	25.716.727	25.716.727	4.587.097	1.998.833	1.619.561	2.966.178	4.290.364	6.717.954	3.536.739	17.018.950	2.088.121	6.609.656	17.739.615	1.406.933	1.215.649	368.563	4.985.967
Minas Gerais	189.121.966	189.121.966	23.492.609	20.984.878	10.156.631	16.202.116	20.705.541	50.474.596	47.105.594	126.328.537	10.878.439	51.914.990	125.073.480	8.670.266	7.288.546	3.671.513	44.418.161
Rio de Janeiro	231.273.604	231.273.604	1.076.066	32.916.185	7.014.930	34.495.928	77.160.651	35.396.742	43.213.104	184.431.017	10.045.412	36.797.175	78.551.389	3.733.372	3.823.216	2.864.707	142.300.920
São Paulo	513.567.258	513.567.258	27.423.652	118.440.346	32.214.321	46.452.221	101.507.316	121.067.795	66.461.609	334.374.650	31.441.726	147.750.882	248.828.670	18.765.924	24.396.185	9.123.026	212.453.453
Região Sul	360.365.715	360.365.715	72.454.867	50.073.396	23.897.249	47.052.815	36.344.919	93.167.961	37.374.510	216.029.883	27.112.975	117.222.857	221.507.627	21.512.091	19.517.217	10.845.040	86.983.741
Paraná	142.010.520	142.010.520	33.232.226	18.365.670	10.853.093	17.381.989	12.057.266	36.677.281	13.442.992	83.674.406	10.291.633	48.044.481	88.465.334	7.825.752	6.856.361	4.398.010	34.465.063
Rio Grande do Sul	126.969.601	126.969.601	27.360.822	17.654.003	7.130.491	16.226.137	13.871.406	32.993.393	11.733.349	77.335.711	9.011.931	40.621.959	80.536.463	7.799.080	6.940.966	2.968.415	28.724.678
Santa Catarina	91.385.595	91.385.595	11.861.818	14.053.722	5.913.664	13.444.689	10.416.247	23.497.287	12.198.169	55.019.766	7.809.412	28.556.417	52.505.831	5.887.258	5.719.890	3.478.615	23.794.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Região Centro-Oeste	241.266.619	241.266.619	50.403.268	15.504.440	9.500.016	27.113.065	54.610.577	50.499.872	33.635.380	149.402.794	28.473.800	63.390.025	156.695.908	13.061.813	8.691.856	2.980.225	59.836.817
Distrito Federal	77.789.998	77.789.998	2.450.730	2.084.870	1.746.342	13.741.724	28.124.580	16.860.283	12.781.470	60.456.330	4.190.976	13.142.692	47.008.268	1.728.507	1.373.294	568.635	27.111.294
Goiás	74.042.530	74.042.530	19.050.142	4.882.710	3.290.887	4.713.247	12.037.809	19.649.098	10.418.637	39.210.011	9.757.458	25.075.061	56.023.744	4.301.928	2.823.553	1.041.608	9.851.697
Mato Grosso	51.238.557	51.238.557	18.743.232	1.992.680	2.554.864	5.766.035	9.448.173	7.090.931	5.642.643	27.728.888	7.750.717	15.758.952	30.762.361	4.807.904	3.079.781	933.432	11.655.080
Mato Grosso do Sul	38.195.533	38.195.533	10.159.163	6.544.180	1.907.923	2.892.059	5.000.016	6.899.561	4.792.630	22.007.565	6.774.648	9.413.320	22.901.535	2.223.474	1.415.228	436.550	11.218.747
TOTAL	2.010.261.639	2.010.261.639	238.046.695	305.012.175	111.044.047	208.772.571	400.205.570	443.506.702	303.673.880	1.264.638.948	216.078.173	529.544.518	1.081.977.002	94.663.114	92.714.375	33.290.009	707.617.139

TABELA 10 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - EFETIVAMENTE CONCEDIDOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 2º Bimestre / 2018															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	237.013.330	21.612.595	1.753	8.447	24.902	168	91.138	6.224	21.479.963	18.879.523	664	2.732.408	21.580.108	19.189	7.731	1.065	4.503
Acre	23.987.490	2.152.878	72	45	102	9	8.935	254	2.143.460	1.862.750	27	290.101	2.151.873	854	99	1	50
Amapá	15.902.242	2.806.706	4	1.514	9.349	9	13.476	150	2.782.204	2.694.115	24	112.566	2.796.527	4.626	5.512	3	37
Amazonas	32.545.351	2.832.855	41	1.894	1.929	37	10.696	1.283	2.816.975	2.718.331	57	114.467	2.826.383	2.124	676	74	3.597
Pará	72.736.663	6.366.797	521	4.785	12.880	62	27.201	3.002	6.318.346	6.066.632	180	299.984	6.355.518	8.754	1.049	985	491
Rondônia	42.850.676	2.970.124	461	106	337	18	14.641	524	2.954.038	2.355.787	231	614.106	2.968.376	1.386	145	0,398	217
Roraima	13.846.283	1.709.841	140	24	84	0,549	5.085	162	1.704.345	1.469.840	37	239.963	1.709.453	349	27	0,106	11
Tocantins	35.144.627	2.773.396	513	79	222	33	11.105	849	2.760.595	1.712.068	106	1.061.222	2.771.976	1.096	222	1	99
Região Nordeste	710.228.234	79.210.040	2.942	66.472	180.189	336	291.626	30.273	78.638.203	46.888.223	2.129	32.319.688	79.040.107	90.076	47.521	9.736	22.600
Alagoas	34.916.718	20.129.892	101	99	234	8	9.721	2.239	20.117.490	10.911.152	70	9.218.671	20.128.515	1.174	180	0	22
Bahia	187.505.583	18.688.939	1.088	51.761	147.314	120	106.749	6.788	18.375.119	13.325.181	509	5.363.248	18.573.575	58.617	36.438	3.036	17.274
Ceará	122.829.950	10.161.565	140	3.959	11.642	67	40.653	4.308	10.100.794	6.590.765	188	3.570.612	10.151.262	7.725	1.506	496	575
Maranhão	60.946.986	3.924.699	615	205	496	43	19.324	2.386	3.901.631	1.678.712	323	2.245.664	3.921.127	2.208	422	20	923
Paraíba	52.016.429	2.918.381	80	170	387	17	16.372	2.841	2.898.515	1.479.321	87	1.438.973	2.916.326	1.561	227	17	250
Pernambuco	104.703.715	9.235.213	457	5.293	13.150	59	47.327	4.509	9.164.418	4.797.033	277	4.437.903	9.212.477	10.515	3.624	6.161	2.436
Piauí	40.445.666	5.356.742	235	111	321	8	13.427	1.635	5.341.006	3.137.309	429	2.219.004	5.354.779	1.275	280	4	404
Rio Grande do Norte	75.741.875	4.153.477	79	4.704	6.457	12	29.082	3.383	4.109.759	2.380.020	125	1.773.332	4.142.020	6.101	4.667	3	687
Sergipe	31.121.312	4.641.132	145	170	188	3	8.971	2.185	4.629.470	2.588.730	121	2.052.281	4.640.026	901	177	0,337	28
Região Sudeste	2.394.929.875	136.151.105	9.368	374.346	207.370	6.722	893.508	65.346	134.594.445	99.060.714	393	37.089.998	135.356.644	105.067	24.473	17.523	647.398
Espírito Santo	67.595.868	5.344.611	356	609	1.577	129	23.635	1.999	5.316.306	4.943.450	47	401.114	5.340.652	2.886	445	128	501
Minas Gerais	845.713.968	41.502.396	3.841	16.533	35.411	857	146.397	14.112	41.285.245	30.583.326	156	10.918.915	41.454.233	23.887	8.139	3.936	12.201
Rio de Janeiro	462.385.432	25.242.558	442	16.194	72.090	3.521	301.025	16.628	24.832.658	18.684.417	14	6.558.127	25.043.842	33.097	4.669	7.249	153.702
São Paulo	1.019.234.607	64.061.539	4.729	341.009	98.292	2.215	422.450	32.607	63.160.236	44.849.520	177	19.211.842	63.517.917	45.198	11.221	6.210	480.994
Região Sul	1.376.353.216	66.203.777	8.769	39.647	54.299	1.790	267.835	24.516	65.806.920	43.758.905	286	22.444.586	66.116.444	51.036	14.885	5.992	15.419
Paraná	790.918.353	21.947.126	4.017	5.102	9.194	582	91.859	10.579	21.825.793	10.968.302	106	10.978.718	21.924.343	12.601	3.063	823	6.297
Rio Grande do Sul	381.840.324	26.361.942	3.304	11.311	13.505	735	100.301	8.269	26.224.518	19.064.373	83	7.297.486	26.334.920	15.880	3.581	1.272	6.288
Santa Catarina	203.594.539	17.894.709	1.449	23.234	31.600	473	75.676	5.668	17.756.609	13.726.230	98	4.168.382	17.857.182	22.556	8.241	3.897	2.834
Região Centro-Oeste	859.784.948	30.435.105	8.165	10.532	17.770	523	231.863	17.908	30.148.344	16.230.097	1.538	14.203.470	30.368.323	34.435	8.017	6.198	18.132
Distrito Federal	305.096.716	5.230.131	587	5.013	8.705	70	132.648	5.998	5.077.110	4.715.284	61	514.785	5.191.526	17.846	3.458	1.306	15.994
Goiás	135.529.824	13.378.880	3.336	4.487	8.054	135	42.462	7.343	13.313.062	7.055.639	751	6.322.490	13.360.527	10.132	3.060	4.687	474
Mato Grosso	342.752.850	6.987.988	2.685	195	567	213	32.266	2.270	6.949.792	3.164.346	379	3.823.263	6.982.515	4.082	921	110	360
Mato Grosso do Sul	76.405.558	4.838.106	1.557	836	445	105	24.487	2.297	4.808.379	1.294.828	347	3.542.931	4.833.754	2.374	579	95	1.304
TOTAL	5.578.309.603	333.612.623	30.997	499.444	484.532	9.539	1.775.970	144.266	330.667.875	224.817.463	5.011	108.790.150	332.461.625	299.804	102.628	40.515	708.051

Os dados do BASA do mês de abril foram copiados do mês anterior.

TABELA 11 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 2º Bimestre / 2018															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	240.364.502	21.615.618	1.023	8.998	25.304	1.530	92.934	6.288	21.479.540	18.880.230	1.429	2.733.959	21.579.968	19.401	7.897	1.100	7.252
Amortização	219.199.378	15.153.678	846	6.362	17.935	1.253	86.898	4.402	15.035.982	13.238.595	1.092	1.913.992	15.125.698	15.946	5.719	782	5.533
Encargos	21.165.124	6.461.940	177	2.636	7.369	277	6.036	1.886	6.443.558	5.641.634	337	819.968	6.454.270	3.455	2.178	317	1.719
Acre	23.850.995	2.152.982	37	67	141	22	8.997	263	2.143.454	1.862.773	60	290.148	2.151.871	882	105	2	122
Amortização	22.423.123	1.509.645	29	50	112	18	8.809	184	1.500.443	1.306.486	46	203.113	1.508.602	856	83	2	102
Encargos	1.427.872	643.337	8	18	28	4	188	79	643.011	556.287	15	87.035	643.269	26	21	0,565	20
Amapá	16.753.071	2.806.887	4	1.517	9.373	20	13.644	152	2.782.178	2.694.189	71	112.627	2.796.538	4.659	5.514	2	174
Amortização	15.415.076	1.966.442	2	1.058	6.573	17	11.145	106	1.947.541	1.887.546	49	78.847	1.959.019	3.414	3.870	2	137
Encargos	1.337.995	840.445	2	459	2.800	3	2.499	46	834.637	806.643	22	33.780	837.519	1.246	1.643	0,234	37
Amazonas	31.887.995	2.832.989	12	2.026	1.985	122	10.837	1.323	2.816.685	2.718.179	192	114.618	2.826.484	2.191	756	76	3.482
Amortização	28.779.206	1.985.928	10	1.427	1.407	103	10.340	926	1.971.716	1.905.532	141	80.255	1.980.879	1.938	572	56	2.483
Encargos	3.108.790	847.061	1	599	579	19	497	397	844.969	812.646	52	34.363	845.605	253	184	20	999

Pará	76.726.223	6.368.961	327	5.197	13.037	820	28.179	3.057	6.318.344	6.067.471	712	300.777	6.355.577	8.825	1.170	987	2.401
Amortização	68.511.752	4.464.924	260	3.675	9.230	665	26.000	2.140	4.422.953	4.253.748	540	210.635	4.454.422	7.014	881	695	1.913
Encargos	8.214.471	1.904.037	66	1.522	3.807	155	2.179	917	1.895.391	1.813.723	172	90.142	1.901.156	1.812	289	292	488
Rondônia	43.233.608	2.970.575	208	98	396	351	14.999	518	2.954.005	2.355.927	292	614.356	2.968.206	1.401	154	6	808
Amortização	39.912.708	2.083.717	176	80	311	283	14.649	363	2.067.855	1.653.396	233	430.088	2.081.580	1.331	130	5	671
Encargos	3.320.900	886.859	32	18	85	68	349	155	886.150	702.531	59	184.268	886.625	71	24	0,691	137
Roraima	13.747.220	1.709.826	106	28	101	14	5.110	148	1.704.319	1.469.804	22	240.000	1.709.404	354	38	0,205	31
Amortização	12.796.292	1.198.321	78	20	75	12	5.003	104	1.193.030	1.030.298	17	168.007	1.197.922	338	33	0,184	29
Encargos	950.928	511.505	28	8	26	2	107	45	511.289	439.506	5	71.994	511.482	16	5	0,02	2
Tocantins	34.165.390	2.773.398	329	66	271	182	11.168	826	2.760.555	1.711.886	80	1.061.432	2.771.888	1.088	161	26	234
Amortização	31.361.220	1.944.701	290	53	227	156	10.952	578	1.932.445	1.201.588	66	743.047	1.943.275	1.055	150	22	198
Encargos	2.804.170	828.697	39	13	44	26	216	248	828.111	510.298	14	318.386	828.614	33	11	4	36
Região Nordeste	703.088.213	79.212.937	2.264	68.997	181.531	1.506	291.277	29.487	78.637.876	46.887.147	3.563	32.322.227	79.039.449	91.125	48.030	9.847	24.485
Amortização	634.922.918	55.513.250	1.906	48.736	127.724	1.274	265.630	20.641	55.047.339	32.884.442	2.836	22.625.973	55.383.590	70.154	34.458	6.928	18.119
Encargos	68.165.294	23.699.687	358	20.261	53.807	231	25.647	8.846	23.590.536	14.002.705	727	9.696.254	23.655.859	20.970	13.572	2.919	6.366
Alagoas	35.021.851	20.130.040	86	191	292	43	9.784	2.196	20.117.446	10.911.135	113	9.218.793	20.128.487	1.222	174	5	153
Amortização	30.814.112	14.093.848	76	144	229	37	9.571	1.537	14.082.253	7.640.594	90	6.453.165	14.092.404	1.168	152	5	120
Encargos	4.207.740	6.036.192	11	47	63	6	213	659	6.035.193	3.270.541	23	2.765.628	6.036.082	54	22	0,768	33
Bahia	187.522.227	18.688.974	947	52.366	147.712	492	105.587	6.811	18.375.059	13.324.077	1.001	5.363.896	18.573.847	58.764	36.508	3.054	16.801
Amortização	169.832.915	13.099.448	796	36.767	103.588	420	90.328	4.767	12.862.781	9.343.791	806	3.754.852	13.016.610	42.918	25.720	2.151	12.050
Encargos	17.689.312	5.589.526	151	15.598	44.125	72	15.259	2.043	5.512.278	3.980.286	195	1.609.045	5.557.238	15.846	10.788	903	4.751
Ceará	115.799.978	10.162.554	109	4.580	11.938	233	40.914	4.228	10.100.550	6.591.446	355	3.570.753	10.151.197	7.985	1.649	505	1.217
Amortização	104.517.321	7.124.322	92	3.275	8.469	196	38.857	2.960	7.070.472	4.624.457	278	2.499.587	7.114.956	6.764	1.276	359	966
Encargos	11.282.657	3.038.232	17	1.305	3.470	37	2.057	1.268	3.030.078	1.966.989	77	1.071.166	3.036.241	1.221	373	147	251
Maranhão	61.342.210	3.924.817	492	355	634	136	19.367	2.288	3.901.545	1.678.421	412	2.245.985	3.920.838	2.305	393	31	1.250
Amortização	55.342.587	2.752.940	396	281	518	116	18.842	1.602	2.731.185	1.180.363	324	1.572.253	2.749.360	2.190	353	25	1.012
Encargos	5.999.622	1.171.878	96	74	116	20	524	686	1.170.360	498.058	88	673.732	1.171.478	115	40	6	238
Paraíba	51.964.866	2.918.513	76	241	458	68	16.417	2.660	2.898.594	1.479.128	157	1.439.228	2.916.251	1.642	272	21	327
Amortização	46.783.663	2.047.682	66	186	365	57	16.058	1.862	2.029.087	1.040.077	124	1.007.481	2.045.599	1.568	225	16	275
Encargos	5.181.203	870.832	10	55	92	11	358	798	869.507	439.050	34	431.747	870.652	75	48	5	52
Pernambuco	106.125.109	9.236.243	152	6.180	13.346	235	47.593	4.255	9.164.481	4.796.917	927	4.438.399	9.212.080	10.741	3.809	6.190	3.423
Amortização	95.748.691	6.475.010	128	4.481	9.447	202	42.512	2.979	6.415.260	3.367.330	733	3.106.947	6.456.617	8.502	2.927	4.340	2.623
Encargos	10.376.418	2.761.233	23	1.699	3.899	33	5.081	1.277	2.749.221	1.429.587	194	1.331.452	2.755.463	2.239	882	1.850	800
Piauí	40.697.789	5.356.892	139	150	396	151	13.508	1.597	5.340.951	3.137.381	208	2.219.302	5.354.644	1.326	304	31	587
Amortização	36.897.704	3.753.687	117	118	317	123	13.172	1.118	3.738.722	2.199.977	168	1.553.542	3.751.643	1.268	274	25	477
Encargos	3.800.085	1.603.204	22	32	79	28	336	479	1.602.229	937.404	40	665.761	1.603.001	58	30	6	110
Rio Grande do Norte	74.046.464	4.153.609	66	4.748	6.530	86	29.076	3.330	4.109.773	2.379.923	231	1.773.455	4.142.067	6.193	4.740	4	606
Amortização	67.964.628	2.914.815	59	3.340	4.617	72	27.478	2.331	2.876.918	1.673.185	183	1.241.447	2.906.045	4.895	3.380	3	492
Encargos	6.081.835	1.238.794	7	1.408	1.913	14	1.598	999	1.232.855	706.738	48	532.009	1.236.022	1.298	1.360	0,408	114
Sergipe	30.567.718	4.641.294	197	186	224	59	9.031	2.121	4.629.476	2.588.719	159	2.052.416	4.640.038	947	182	6	121
Amortização	27.021.297	3.251.499	177	142	174	50	8.810	1.485	3.240.660	1.814.667	130	1.436.701	3.250.355	883	152	5	104
Encargos	3.546.422	1.389.796	20	44	50	9	221	636	1.388.815	774.052	29	615.714	1.389.683	65	30	0,674	17
Região Sudeste	2.418.104.126	136.179.306	7.134	384.651	210.152	16.675	901.768	64.733	134.594.192	99.076.367	8.282	37.094.656	135.360.098	106.934	25.308	17.641	669.325
Amortização	2.086.675.075	95.499.786	6.204	272.363	148.594	15.112	793.978	45.313	94.218.222	69.524.119	7.434	25.968.233	94.897.890	90.257	19.741	12.550	479.348
Encargos	331.429.051	40.679.519	930	112.288	61.558	1.564	107.790	19.420	40.375.970	29.552.248	849	11.126.423	40.462.207	16.678	5.567	5.091	189.976
Espírito Santo	68.734.375	5.344.812	244	685	1.607	283	23.548	2.110	5.316.335	4.943.122	175	401.515	5.340.730	2.999	474	101	507
Amortização	63.079.781	3.747.973	225	513	1.159	242	22.860	1.477	3.721.498	3.466.703	148	281.122	3.744.282	2.753	426	77	435
Encargos	5.654.594	1.596.839	19	172	448	40	689	633	1.594.838	1.476.419	27	120.393	1.596.448	246	48	25	72
Minas Gerais	839.590.993	41.505.468	3.119	17.537	35.652	1.503	147.349	13.517	41.286.790	30.582.506	846	10.922.117	41.455.275	24.269	7.833	3.975	14.116
Amortização	669.817.568	29.090.723	2.615	12.558	25.252	1.278	138.251	9.462	28.901.308	21.444.191	695	7.645.837	29.051.097	20.220	5.878	2.827	10.701
Encargos	169.773.425	12.414.744	505	4.979	10.400	225	9.098	4.055	12.385.482	9.138.314	151	3.276.279	12.404.178	4.049	1.955	1.148	3.414
Rio de Janeiro	498.967.489	25.255.485	106	21.262	72.574	10.623	303.609	16.990	24.830.321	18.691.666	4.679	6.559.141	25.044.445	33.460	4.716	7.422	165.443
Amortização	437.224.642	17.715.152	93	16.039	51.006	9.983	244.477	11.893	17.381.662	13.119.096	4.467	4.591.589	17.561.042	26.165	3.491	5.225	119.230
Encargos	61.742.847	7.540.333	13	5.223	21.568	640	59.132	5.097	7.448.659	5.572.570	211	1.967.552	7.483.403	7.294	1.226	2.196	46.213
São Paulo	1.010.811.269	64.073.541	3.664	345.168	100.319	4.267	427.261	32.116	63.160.745	44.859.073	2.583	19.211.884	63.519.647	46.207	12.285	6.143	489.259
Amortização	916.553.084	44.945.938	3.272	243.254	71.177	3.609	388.390	22.481	44.213.754	31.494.129	2.124	13.449.685	44.541.469	41.118	9.946	4.421	348.983
Encargos	94.258.185	19.127.603	392	101.914	29.142	658	38.871	9.635	18.946.991	13.364.945	459	5.762.199	18.978.178	5.088	2.338	1.722	140.277
Região Sul	1.383.118.035	66.208.678	7.812	41.287	55.834	4.248	269.290	23.814	65.806.393	43.755.427	2.491	22.450.760	66.117.784	51.944	15.023	6.243	17.684
Amortização	1.131.489.575	46.419.367	7.050	29.543	39.665	3.576	257.639	16.670	46.065.224	30.700.720	2.106	15.716.541	46.345.059	43.120	11.699	4.496	14.992
Encargos	251.628.459	19.789.311	762	11.744	16.169	672	11.652	7.144	19.741.169	13.054.707	385	6.734.219	19.772.725	8.823	3.324	1.747	2.692
Paraná	795.679.918	21.948.890	3.815	5.460	10.024	1.592	92.168	10.092	21.825.737	10.966.844	825	10.981.221	21.924.691	12.818	3.180	991	7.210
Amortização	616.680.468	15.391.064	3.462	4.035	7.296	1.346	89.515	7.065	15.278.344	7.703.114	680	7.687.271	15.369.419	11.557	2.660	746	6.681
Encargos	178.999.450	6.557.826	353	1.425	2.728	246	2.653	3.027	6.547.393	3.263.731	145	3.293.950	6.555.272	1.262	520	245	528
Rio Grande do Sul	382.628.238	26.363.329	2.870	11.812	13.739	1.448	100.957	8.192	26.224.312	19.062.967	917	7.299.446	26.335.435	16.182	3.609	1.373	6.731
Amortização	327.209.392	18.480.846	2.567	8.464	9.755	1.215	95.798	5.734	18.357.313	13.370.111	790	5.109.945	18.458.196	13.499	2.959	994	5.199
Encargos	55.418.846	7.882.483	303	3.347	3.984	233	5.159	2.458	7.866.999	5.692.855	127	2.189.501	7.877.239	2.683	650	379	1.532
Santa Catarina	204.809.879	17.896.459	1.127	24.015	32.070	1.208	76.165	5.529	17.756.344	13.725.616	749	4.170.093	17.857.658	22.943	8.234	3.879	3.744
Amortização	187.599.715	12.547.457	1.021	17.043	22.614	1.015	72.326	3.871	12.429.567	9.627.495	636	2.919.325	12.517.444	18.065	6.080	2.756	3.112
Encargos	17.210.164	5.349.002	105	6.972	9.457	193	3.839	1.659	5.326.777	4.098.121	113	1.250.768	5.340.214	4.878	2.154	1.123	632
Região Centro-Oeste	868.540.671	30.438.313	5.790	10.640	18.235	4.510	233.842	17.545	30.147.751	16.230.206	1.576	14.206.531	30.368.563	35.023	7.737	6.267	20.722
Amortização	744.732.291	21.367.861	5.222	7.681	13.185	4.252	221.186	12.282	21.104.054	11.421.306	1.397	9.945.158	21.310.119	31.280	5.968	4.432	16.063
Encargos	123.808.380	9.070.452	567	2.959	5.050	258	12.656	5.263	9.043.697	4.808.900	179	4.261.372	9.058.444	3.743	1.770	1.835	4.659
Distrito Federal	314.503.365	5.234.032	120	4.985	8.730	3.259	133.869	6.299	5.076.770	4.718.031	331	515.670	5.193.339	18.049	3.443	1.348	17.853
Amortização	292.630.566	3.696.672	116	3.536	6.169	3.186	125.455	4.409	3.553.801	3.335.357	286	361.028	3.663.241	16.259	2.533	950	13.690
Encargos	21.872.800	1.537.360	5	1.450	2.560	73	8.414	1.890	1.522.970	1.382.674	45	154.642	1.530.099	1.790	910	398	4.164
Goiás	134.973.315	13.378.681	2.533	4.768	8.247	447	42.873	6.979	13.312.835	7.054.602	517	6.323.562	13.359.711	10.356	3.020	4.735	859
Amortização	119.732.838	9.376.017	2.289	3.420	5.928	382	39.913	4.886	9.319.200	4.948.867	469	4.426.680	9.361.117	8.613	2.243	3.328	717
Encargos	15.240.477	4.002.664	243	1.348	2.319	65	2.960	2.094	3.993.635	2.105.735	48	1.896.881	3.998.594	1.742	777	1.408	142
Mato Grosso	343.593.926	6.988.037	1.923	301	695	542	32.682	2.110	6.949.785	3.163.522	374	3.824.140	6.982.061	4.181	673	106	1.016
Amortização	262.852.448	4.901.450	1.673	251	612	462	31.915	1.477	4.865.060	2.223.963	330	2.677.157	4.895.857	4.048	613	93	839
Encargos	80.741.478	2.086.587	250	50	83	80	767	633	2.084.725	939.560	44	1.146.984	2.086.203	133	60	13	178
Mato Grosso do Sul	75.470.065	4.837.563	1.214	586	564	263	24.418	2.157	4.808.361	1.294.051	354	3.543.159	4.833.452	2.437	602	78	995
Amortização	69.516.440	3.393.723	1.145	474	476	222	23.903	1.510	3.365.994	913.119	311	2.480.293	3.389.904	2.360	580	61	818
Encargos	5.953.625	1.443.840	69	112	88	41	516	647	1.442.368	380.932	43	1.062.865	1.443.548	77	22	17	176
TOTAL	5.613.215.546	333.654.851	24.022	514.573	491.056	28.470	1.789.112	141.866	330.665.751	224.829.377	17.341	108.808.133	332.465.862	304.426	103.996	41.098	739.468
Amortização	4.817.019.237	233.953.943	21.228	364.685	347.104	25.467	1.625.330	99.307	231.470.821	157.769.182	14.864	76.169.897	233.062.357	250.757	77.585	29.188	534.056
Encargos	796.196.309	99.700.908	2.794	149.889	143.953	3.003	163.781	42.559	99.194.930	67.060.195	2.477	32.638.236	99.403.505	53.669	26.411	11.910	205.412

Os dados do BASA do mês de abril foram copiados do mês anterior.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TABELA 12 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018
(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018 Saldos	Saldos em 30.04.2018																
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador					
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande	
Região Norte	122.072.183	121.266.609	22.700.995	10.295.957	7.413.335	16.752.442	32.567.826	14.476.553	17.059.501	63.756.545	34.872.609	22.637.456	59.998.656	7.143.917	6.369.401	897.822	46.856.812	
Acre	5.616.513	5.617.273	1.076.075	335.001	630.350	242.807	1.518.391	575.530	1.239.118	3.227.633	1.640.704	748.936	3.656.978	566.514	327.161	11.948	1.054.672	
Amapá	5.188.915	5.423.564	146.274	102.023	338.134	199.501	2.722.103	393.679	1.521.849	3.846.895	900.774	675.895	3.187.776	230.636	196.427	21.822	1.786.903	
Amazonas	15.763.074	14.774.576	346.945	2.204.002	1.292.972	1.238.774	3.400.335	3.222.938	3.068.610	8.247.100	3.594.730	2.932.746	6.872.882	838.244	1.419.266	315.469	5.328.714	
Pará	47.325.193	48.972.301	6.468.367	5.004.745	2.554.063	9.190.881	15.010.844	5.615.221	5.128.179	25.158.741	13.830.573	9.982.987	19.526.788	2.690.625	1.757.908	249.680	24.747.302	
Rondônia	25.033.744	24.765.208	6.831.334	1.829.417	1.561.830	3.962.269	6.140.133	2.119.865	2.320.360	11.817.688	9.117.644	3.829.876	11.965.790	1.193.263	1.491.270	51.223	10.063.661	
Roraima	4.106.201	3.901.689	516.584	61.057	250.085	152.448	1.444.253	575.141	902.120	2.569.578	407.749	924.362	3.010.307	209.116	252.079	1.728	428.458	
Tocantins	19.038.542	17.811.999	7.315.417	759.710	785.900	1.765.761	2.331.766	1.974.179	2.879.266	8.888.911	5.380.434	3.542.654	11.778.136	1.415.518	925.291	245.952	3.447.102	
Região Nordeste	341.528.575	321.764.110	37.316.652	51.721.510	17.484.309	15.205.723	71.570.845	72.427.166	56.037.904	173.666.472	68.966.504	79.131.134	174.378.594	19.108.549	20.737.009	2.393.514	105.146.445	
Alagoas	15.498.660	14.892.096	1.427.248	1.958.712	893.858	426.099	1.446.239	5.326.285	3.413.654	7.921.325	2.558.201	4.412.570	11.153.953	703.533	777.273	50.641	2.206.696	
Bahia	88.831.405	86.934.607	14.845.811	13.420.087	4.576.782	4.866.319	19.053.843	16.708.178	13.463.586	48.806.131	19.701.693	18.426.783	44.109.923	6.049.198	5.977.681	764.080	30.033.724	
Ceará	57.292.141	47.744.816	3.384.455	9.445.447	3.259.798	2.416.572	10.820.544	9.592.601	8.825.397	24.210.928	10.905.023	12.628.865	23.617.727	2.826.679	3.542.132	357.150	17.401.128	
Maranhão	36.822.244	36.414.429	6.263.735	4.203.318	1.874.170	1.365.978	10.759.192	5.737.772	6.210.264	21.360.731	7.821.150	7.232.548	17.988.671	2.514.161	2.014.464	155.168	13.741.965	
Paraíba	22.239.115	20.848.944	1.179.654	2.194.076	1.147.966	692.705	2.770.110	8.044.237	4.820.194	10.776.108	3.194.609	6.878.227	15.331.451	1.039.349	1.144.459	78.586	3.255.098	
Pernambuco	54.267.313	52.667.099	3.656.265	15.642.684	2.785.634	2.270.116	10.398.082	10.836.003	7.078.314	27.565.262	12.262.171	12.839.666	25.898.143	2.637.555	2.934.587	570.037	20.626.777	
Piauí	23.420.560	22.707.757	3.507.293	1.571.481	1.365.456	1.675.371	6.189.708	3.567.594	4.830.854	12.156.529	5.407.166	5.144.062	11.381.038	1.336.632	1.495.118	338.754	8.156.215	
Rio Grande do Norte	29.584.821	26.801.374	1.232.932	2.045.941	1.038.412	901.520	8.815.099	7.415.288	5.352.182	14.235.416	4.616.912	7.949.046	15.426.395	1.197.401	1.953.678	34.667	8.189.233	
Sergipe	13.572.319	12.752.990	1.819.257	1.239.764	542.233	591.042	1.318.027	5.199.208	2.043.460	6.634.043	2.499.580	3.619.367	9.471.293	804.041	897.616	44.430	1.535.610	
Região Sudeste	961.362.495	931.478.761	58.813.093	164.034.333	48.223.630	90.163.295	195.403.803	214.269.869	160.570.739	646.499.841	46.564.283	238.414.636	466.739.227	30.709.566	35.888.637	15.909.960	382.231.370	
Espírito Santo	24.420.999	25.516.434	4.698.639	1.923.293	1.589.737	2.812.915	4.377.229	6.606.825	3.507.796	17.347.323	1.960.035	6.209.076	17.661.053	1.293.252	1.187.162	395.565	4.979.402	
Minas Gerais	193.213.383	186.050.516	24.213.813	19.981.571	9.915.042	15.556.289	19.753.612	51.069.656	45.560.532	127.149.006	10.188.452	48.713.058	124.031.877	8.288.380	7.594.162	3.632.746	42.503.351	
Rio de Janeiro	232.592.824	218.346.651	1.411.877	27.848.122	6.531.600	27.394.058	74.576.817	35.034.477	45.549.700	177.181.977	5.380.679	35.783.995	77.947.789	3.371.018	3.775.347	2.691.741	130.560.756	
São Paulo	511.135.290	501.565.159	28.488.763	114.281.347	30.187.250	44.400.033	96.696.145	121.558.911	65.952.711	324.821.535	29.035.117	147.708.507	247.098.508	17.756.916	23.331.967	9.189.908	204.187.861	
Região Sul	370.085.728	355.465.249	73.411.918	48.434.201	22.362.678	44.594.469	34.889.610	93.870.809	37.901.564	219.507.742	24.908.852	111.048.655	220.167.881	20.604.981	19.379.499	10.594.032	84.718.857	
Paraná	145.600.220	140.246.349	33.433.523	18.007.754	10.023.081	16.371.475	11.747.481	37.164.182	13.498.853	85.132.501	9.572.283	45.541.565	88.117.113	7.608.189	6.738.823	4.230.069	33.552.154	
Rio Grande do Sul	129.562.515	125.582.694	27.794.312	17.153.565	6.895.752	15.513.191	13.215.380	33.070.595	11.939.898	78.742.327	8.177.864	38.662.503	80.021.609	7.497.262	6.913.663	2.867.863	28.282.295	
Santa Catarina	94.922.993	89.636.207	12.184.083	13.272.882	5.443.845	12.709.804	9.926.749	23.636.031	12.462.813	55.632.914	7.158.706	26.844.587	52.029.159	5.499.530	5.727.013	3.496.099	22.884.408	
Região Centro-Oeste	242.912.026	238.059.160	52.779.024	15.396.492	9.035.462	23.125.826	52.632.176	50.862.619	34.227.561	149.294.196	28.435.797	60.329.166	156.455.904	12.473.918	8.971.770	2.911.235	57.246.332	
Distrito Federal	74.954.571	73.888.870	2.917.452	2.112.613	1.721.261	10.552.496	26.904.332	16.558.983	13.121.734	57.709.573	3.921.281	12.258.016	45.195.197	1.525.797	1.388.359	526.977	25.252.540	
Goiás	76.514.066	74.241.429	19.853.848	4.602.368	3.098.436	4.402.038	11.626.237	20.012.752	10.645.751	40.246.597	9.991.181	24.003.651	56.839.584	4.078.358	2.863.667	993.207	9.466.613	
Mato Grosso	51.495.014	51.190.009	19.505.270	1.887.208	2.426.353	5.437.688	9.032.360	7.251.015	5.650.115	28.553.032	7.755.331	14.881.646	31.217.103	4.709.096	3.327.045	937.487	10.999.278	
Mato Grosso do Sul	39.948.376	38.738.853	10.502.454	6.794.304	1.789.412	2.733.605	5.069.248	7.039.869	4.809.961	22.784.995	6.768.004	9.185.854	23.204.020	2.160.668	1.392.699	453.564	11.527.901	
TOTAL	2.037.961.007	1.968.033.889	245.021.682	289.882.492	104.519.413	189.841.755	387.064.260	445.907.016	305.797.269	1.252.724.795	203.748.046	511.561.047	1.077.740.262	90.040.930	91.346.317	32.706.563	676.199.817	

Os dados do BASA do mês de abril foram copiados do mês anterior.

TABELA 13 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018
(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - §3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - A FUNDO PERDIDO

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 2º Bimestre / 2018																
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador					
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande	
Região Norte	137.965	30.821	0	0	0	0	30.821	0	0	30.821	0	0	7.419	0	6.677	0	16.725	
Acre	23.426	649	0	0	0	0	649	0	0	649	0	0	0	0	649	0	0	
Amapá	512	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Amazonas	56.622	16.061	0	0	0	0	16.061	0	0	16.061	0	0	2.085	0	1.661	0	12.315	
Pará	21.255	4.367	0	0	0	0	4.367	0	0	4.367	0	0	0	0	4.367	0	0	
Rondônia	1.806	9.743	0	0	0	0	9.743	0	0	9.743	0	0	5.334	0	0	0	4.410	
Roraima	28.749	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Tocantins	5.595	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Região Nordeste	33.450	57.068	662	329	0	0	56.077	0	0	57.068	0	0	0	54.707	2.123	0	237	
Bahia	4.510	50.421	662	329	0	0	49.431	0	0	50.421	0	0	0	50.161	260	0	0	
Maranhão	0	1.863	0	0	0	0	1.863	0	0	1.863	0	0	0	0	1.863	0	0	
Pernambuco	19.904	237	0	0	0	0	237	0	0	237	0	0	0	0	0	0	237	
Piauí	9.036	4.546	0	0	0	0	4.546	0	0	4.546	0	0	0	4.546	0	0	0	
Região Sudeste	123.966	31.922	0	18.486	0	0	13.436	0	0	31.922	0	0	5.855	19.207	5.646	0	1.214	
Minas Gerais	15.269	3.959	0	1.800	0	0	2.159	0	0	3.959	0	0	2.754	0	1.205	0	0	
Rio de Janeiro	11.055	2.322	0	1.686	0	0	635	0	0	2.322	0	0	2.007	0	315	0	0	
São Paulo	97.642	25.642	0	15.000	0	0	10.642	0	0	25.642	0	0	1.095	19.207	4.127	0	1.214	
Região Sul	26.977	10.257	0	5.894	0	0	4.363	0	0	10.257	0	0	4.243	400	0	3.013	2.601	
Paraná	16.024	5.395	0	3.313	0	0	2.082	0	0	5.395	0	0	2.382	0	0	3.013	0	
Rio Grande do Sul	2.222	1.200	0	1.200	0	0	0	0	0	1.200	0	0	0	0	0	0	1.200	
Santa Catarina	8.731	3.662	0	1.381	0	0	2.281	0	0	3.662	0	0	1.861	400	0	0	1.401	
Região Centro-Oeste	15.761	9.056	1.948	0	0	0	7.108	0	0	9.056	0	0	1.429	1.948	0	0	5.678	
Goiás	12.070	4.644	0	0	0	0	4.644	0	0	4.644	0	0	648	0	0	0	3.995	
Mato Grosso do Sul	3.691	4.412	1.948	0	0	0	2.464	0	0	4.412	0	0	781	1.948	0	0	1.683	
TOTAL	338.119	139.124	2.610	24.709	0	0	111.805	0	0	139.124	0	0	18.947	76.262	14.447	3.013	26.456	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 23 DE MAIO DE 2018

Conforme todo exposto na Nota Técnica CGAT/AESAM nº 89/2018, de lavra da Assessoria Técnica/GM, bem como diante da decisão exarada nos autos do Mandado de Segurança n.° MS 24.214/DF, impetrado pela PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A., DETERMINO a suspensão da aplicação da Portaria 1.287/2017 a impetrante, de forma a impossibilitar a aplicação de sanções em decorrência do descumprimento do referido ato normativo, especificamente no tocante à execução do contrato firmado com a Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A., assinado em 1º/6/2017, com vigência até 1º/6/2020 .

HELTON YOMURA
Ministro

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 887, DE 15 DE MAIO DE 2018

Autoriza a contratação de operações de crédito, no âmbito dos programas Pró-Moradia, Saneamento para Todos e Pró-Transporte, para conclusão de empreendimentos, objeto de financiamento com recursos do FGTS, contratados até 30 de junho de 2017.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, resolve:

Art. 1º autorizar a contratação de operações de crédito, no âmbito dos programas Pró-Moradia, Saneamento para Todos e Pró-Transporte, para conclusão de empreendimentos objeto de financiamento com recursos do FGTS, contratados até 30 de junho de 2017.

Art. 2º São pré-requisitos para enquadramento da solicitação de financiamento, pelo agente financeiro, com recursos do FGTS nos termos do art. 1º:

I - empreendimentos com contrato de financiamento ou termo de compromisso firmado até 30 de junho de 2017;

II - empreendimentos previstos originalmente na carta-consulta habilitada pelo Ministério das Cidades e contratados pelos agentes financeiros ou mandatária da União;

III - a operação de crédito poderá ser para mais de um contrato de financiamento original ou termo de compromisso, observada a participação mínima do proponente prevista no programa, calculada sobre a soma dos montantes dos contratos de financiamento originais ou termos de compromissos e do contrato de suplementação;

IV - os itens de investimento obedecem às normas definidas pelo programa vinculado ao contrato de financiamento original ou ao termo de compromisso;

V - os recursos provenientes da operação de crédito suplementar devem ser utilizados integralmente na conclusão das obras do empreendimento, vedado seu repasse ao tomador a título de reembolso de contrapartida aportada anteriormente, mesmo que esta esteja em patamar superior ao mínimo exigido nos contratos originais;

VI - a operação de crédito suplementar deve ater-se à conclusão de etapas da obra que garantam sua funcionalidade, vedando-se o recurso suplementar às demais etapas do instrumento contratual original;

VII - não é admitida a contratação para financiamento suplementar a ser aportada em contrato de financiamento firmado com outro agente financeiro;

VIII - não é admitida a contratação de financiamento suplementar para contrato de financiamento ou termo de compromisso que tenham como objeto exclusivamente estudos e projetos;

IX - as obras do contrato original já devem estar licitadas e aptas à retomada imediata, com as licenças ambientais emitidas e válidas, além dos demais requisitos necessários;

X - os agentes financeiros e a mandatária da União deverão manifestar intenção de financiamento suplementar, indicando o valor e emitir laudo final de engenharia;

XI - a operação de crédito suplementar não poderá ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato original;

XII - a operação de crédito suplementar de que trata esta Resolução está sujeita à capacidade de pagamento e endividamento do tomador, mantida a responsabilidade do agente financeiro pelo risco de crédito de todas as operações; e

XII - as garantias constantes do contrato de operação de crédito original devem ser complementadas, se necessário, no novo contrato de crédito, de modo a cobrir todo o montante financiado.

Art. 3º São passíveis de acesso a essas operações de crédito os estados, os municípios, o Distrito Federal e as concessionárias de saneamento públicas e privadas.

Art. 4º Os recursos destinados às operações de crédito a serem contratadas com base nesta Resolução são os provenientes dos programas das áreas de habitação popular, Programa Pró-Moradia, saneamento e infraestrutura urbana constantes do orçamento vigente, respeitada a proporção entre as áreas de aplicação.

Art. 5º Para o acesso a essas operações de crédito, não será admitida ampliação de projeto nem tampouco a utilização do saldo residual.

Art. 6º Os prazos para os beneficiários dessas operações são:

I - o primeiro desembolso terá prazo de até 6 (seis) meses, contados da data de assinatura do contrato, sendo admitida prorrogação por mais 3 (três) meses;

II - a carência terá prazo de até 4 (quatro) meses após a finalização da obra, limitada a 24 (vinte e quatro) meses contados da contratação; e

III - a amortização terá prazo de até 180 (cento e oitenta) meses, contados do término do prazo de carência.

Art. 7º A taxa nominal de juros dessas operações de crédito será de 6,0% (seis por cento) ao ano e as demais taxas, como as de administração e de risco de crédito, serão as mesmas previstas nos programas em que a operação for enquadrada.

Art. 8º O Gestor da Aplicação apresentará ao Conselho Curador do FGTS, juntamente com o relatório previsto pela Resolução nº 515, de 29 de agosto de 2006, relatório consolidado sobre o acompanhamento das operações contratadas no âmbito desta Resolução.

Art. 9º O Gestor da Aplicação, no âmbito de sua competência, no prazo de 30 (trinta) dias, deverá regulamentar as condições necessárias para implantação das normas desta Resolução.

Art. 10. O Agente Operador, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação de instrução normativa pelo Gestor da Aplicação, deverá, no âmbito de sua competência, regulamentar as condições operacionais para implantação das normas desta Resolução.

Art. 11. Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ARANTES
Presidente do Conselho
Em exercício

DESPACHO DE 24 DE MAIO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes do(s) oficio(s) ao MRE nº 0211/2018 de 21/05/2018, 0212/2018 de 21/05/2018, 0214/2018 de 22/05/2018, 0215/2018 de 22/05/2018, 0219/2018 de 23/05/2018 e 0220/2018 de 23/05/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039004097201893 Empresa: FAIVELEY TRANSPORT DO BRASIL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: Regis Jose Gregorio Bravo Bacco Data Nascimento: 14/06/1987 Passaporte: 066976240 País: VENEZUELA Mãe: MARFFA BACCO REYES Pai: JOSE GREGORIO BRAVO FERNANDES; Processo: 47039005610201863 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JEFFREY ALAN KIN Data Nascimento: 08/12/1973 Passaporte: 529527787 País: EUA Mãe: Mary Kin Pai: Steven Michael Kin; Processo: 47039005823201895 Empresa: SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CRISTIANO GIACCHE Data Nascimento: 28/05/1982 Passaporte: YA9740146 País: ITÁLIA Mãe: GIUSEPPINA ZENNARO Pai: LINO GIACCHE; Processo: 47039005892201807 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JIESONG CAI Data Nascimento: 17/08/1992 Passaporte: E12300713 País: CHINA Mãe: JIANMEI CHEN Pai: JIANFEI CAI; Processo: 47039005365201894 Empresa: BANCO DA CHINA BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: XIN WANG Data Nascimento: 14/01/1983 Passaporte: PE0414442 País: CHINA Mãe: QIANG ZHOU Pai: ZAIYONG WANG; Processo: 47039006058201821 Empresa: TIBERINA AUTOMOTIVE MG - COMPONENTES METALICOS PARA INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARCOS GONZALO JARA MACANCHI Data Nascimento: 27/08/1978 Passaporte: 0914772504 País: EQUADOR Mãe: NELLY CAROLA MACANCHI PARDO Pai: GONZALO ENRIQUE JARA SAMANIEGO; Processo: 47039006278201854 Empresa: STRONG DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GONGCAI YU Data Nascimento: 27/10/1989 Passaporte: E05223678 País: CHINA Mãe: XINYING XIE Pai: XIEQIAN YU; Processo: 47039006379201825 Empresa: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: KEITA YOSHIHARA Data Nascimento: 15/05/1991 Passaporte: TK5024530 País: JAPÃO Mãe: KAZUKO YOSHIHARA Pai: TAKASHI YOSHIHARA; Processo: 47039006381201802 Empresa: LINKEDIN REPRESENTACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HUGO JIMENEZ LUJAN Data Nascimento: 27/04/1992 Passaporte: E14934432 País: MÉXICO Mãe: ROSA LUJAN JUAREZ Pai: HUGO ARTURO JIMENEZ ARAGON; Processo: 47039006402201881 Empresa: JOHN DEERE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BRADLEY ALLAN WACKERLE Data Nascimento: 25/08/1984 Passaporte: 549939926 País: EUA Mãe: PAMELA SUE KOEHLER Pai: ALLAN BRAD WACKERLE; Processo: 47039006408201859 Empresa: G-KT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HIROYUKI NISSATO Data Nascimento: 03/06/1975 Passaporte: TR9403811 País: JAPÃO Mãe: TOSHIKO NISSATO Pai: KAZUO NISSATO; Processo: 47039006410201828 Empresa: G-KT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AKIRA SUDA Data Nascimento: 10/05/1984 Passaporte: TK5681287 País: JAPÃO Mãe: SACHIKO SUDA Pai: TOSHIO SUDA; Processo: 47039006432201898 Empresa: BANCO KEB HANA DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SANG BEOM HAN Data Nascimento: 06/12/1973 Passaporte: M34541073 País: CORÉIA DO SUL Mãe: HYANG SOOK KIM Pai: GEON YEONG HAN; Processo: 47039006433201832 Empresa: YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MIKKO VILJAMI KERÄNEN Data Nascimento: 12/05/1980 Passaporte: FP1947656 País: FINLÂNDIA Mãe: Aune Irene Keränen Pai: Martti Viljami Keränen; Processo: 47039006448201809 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DINORAH MARIA RECHANI Data Nascimento: 18/09/1963 Passaporte: 5760039681 País: EUA Mãe: DINORAH ROSA Pai: CARLOS RECHANI; Processo: 47039006472201830 Empresa: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LARRY M DETWILER Data Nascimento: 11/06/1958 Passaporte: 452115569 País: EUA Mãe: Audrey Dawn Wedegis Pai: George Lawrence Detwiler; Processo: 47039006478201815 Empresa: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARGARET ANN DETWILER Data Nascimento: 07/06/1958 Passaporte: 488926948 País: EUA Mãe: Rosemary Ann Findlay Pai: Edward Joseph Findlay; Processo: 47039006502201816 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KRISTINA MECELICAITE Data Nascimento: 05/09/1974 Passaporte: 542973337 País: EUA Mãe: VIDA MECELICIENE Pai: NORBERTAS MECELICA; Processo: 47039006503201852 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BRIAN LEO SULLIVAN Data Nascimento: 07/03/1963 Passaporte: 568880035 País: EUA Mãe: JOAN BERNADETTE AURELIUS Pai: PHILIP LEO SULLIAN; Processo: 47039006505201841 Empresa: ESCOLA PAN AMERICANA DA BAHIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RHONDA JANE ROSENBAUM Data Nascimento: 29/11/1967 Passaporte: 559986917 País: EUA Mãe: LINDA JANE JINKINS Pai: PAUL LEE SMITH; Processo: 47039006506201896 Empresa: ESCOLA PAN AMERICANA DA BAHIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHARLES DAVID ROSENBAUM Data Nascimento: 01/08/1970 Passaporte: 559986916 País: EUA Mãe: LeDeena Lester Pai: Charles David Rosenbaum; Processo: 47039006511201807 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RECIFE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LINDSEY ELAINE POCKL Data Nascimento: 30/08/1990 Passaporte: 500708456 País: EUA Mãe: DEBRA MAY VAN EPEREN Pai: ROBERT LEONARD POCKL JR.; Processo: 47039006513201898 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RECIFE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: QUINN MICHAEL HEGARTY Data Nascimento: 08/09/1993 Passaporte: 5276555096 País: EUA Mãe: CHRISTINE FRAWLEY HEGARTY Pai: MARTIN JOSEPH HEGARTY; Processo: 47039006514201832 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RECIFE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ELIZABETH O'CONNELL BUCHSTEINER Data Nascimento: 13/01/1984 Passaporte: 548495792 País: EUA Mãe: MAUREEN ELIZABETH O'CONNELL Pai: RICKEY EDWARD BUCHSTEINER; Processo: 47039006526201867 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: ENRIQUE FERNÁNDEZ CARA Data Nascimento: 05/01/1957 Passaporte: PAC563603 País: ESPANHA Mãe: MARÍA LUISA CARA ESTEBAN Pai: ANTONIO FERNÁNDEZ REGIFE; Processo: 47039006527201810 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: JORGE ALBERTO MORALES Data Nascimento: 04/07/1963 Passaporte: AAD104991 País: ARGENTINA Mãe: MARTHA BEATRIZ LUCIA SAMPERIO DE MORALES Pai: JORGE ALBERTO MORALES; Processo: 47039006559201815 Empresa: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MELISSA ISABEL HERNANDEZ AMBROSIO Data Nascimento: 26/05/1989 Passaporte: G25703986 País: MÉXICO Mãe: GLORIA AMBROSIO REYES Pai: DIONICIO HERNÁNDEZ MENDOZA; Processo: 47039006560201831 Empresa: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PABLO ANTONIO MARTINEZ ARTIME Data Nascimento: 11/04/1959 Passaporte: XDA942871 País: ESPANHA Mãe: MANUELA MARIA ARTIME Pai: ANTONIO MARTINEZ; Processo: 47039006564201810 Empresa: BYD ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YUANYUAN LIU Data Nascimento: 21/11/1991 Passaporte: G59539507 País: CHINA Mãe: MINGYU ZHOU Pai: TONGXIN LIU; Processo: 47039006588201879 Empresa: FONTEBRAS COMERCIO DE PRESENTES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ZENG QINGHUI Data Nascimento: 03/06/1985 Passaporte: G36745128 País: CHINA Mãe: YANG HOUXIA Pai: ZENG JUN; Processo: 47039006597201860 Empresa: ASSOCIACAO INTERNACIONAL DE EDUCACAO DE BELO HORIZONTE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DIANA MERCEDES MARTINEZ Data Nascimento: 02/04/1985 Passaporte: HP964605 País: CANADÁ Mãe: María Enriqueta Valle Pai: Joaquin Andres Martinez; Processo: 47039006606201812 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SAMANTHA PAIGE ACKER Data Nascimento: 11/09/1990 Passaporte: HD057351 País: CANADÁ Mãe: Wendy Anne Hayward Pai: Stephen Michael Acker; Processo:

47039006609201856 Empresa: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JANET L DAUM Data Nascimento: 20/05/1983 Passaporte: 531209610 País: EUA Mãe: MARGARET COLE Pai: DAVID DAUM; Processo: 47039006612201870 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOHN EDWIN THORNTON Data Nascimento: 23/10/1984 Passaporte: 480055989 País: EUA Mãe: LINDA LEE THORNTON Pai: DAVID LEWIS THORNTON; Processo: 47039006622201813 Empresa: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AKINORI YAMANO Data Nascimento: 16/08/1990 Passaporte: TR2890964 País: JAPÃO Mãe: AKIRA IWATA Pai: MASAYO YAMANO; Processo: 47039006645201810 Empresa: ITAU UNIBANCO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SAMUEL HENRY DULIK Data Nascimento: 25/10/1990 Passaporte: 464825223 País: EUA Mãe: MICHELE ELAINE GRACHEFF Pai: GREGG NEAL DULIK; Processo: 47039006661201811 Empresa: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RACHAEL JOY DE-BOURNE Data Nascimento: 05/02/1983 Passaporte: 521688735 País: GRÃ BRETANHA Mãe: JOY ELIZABETH DE-BOURNE Pai: ROBERT SEFRON DE-BOURNE; Processo: 47039006662201857 Empresa: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DAMIEN JOHN KIELTY Data Nascimento: 09/03/1984 Passaporte: PT5224467 País: IRLANDA Mãe: Elaine Kielty Pai: John Kielty; Processo: 47039006821201813 Empresa: SOLTEC BRASIL INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DUSTIN CESPEDES LOAIZA Data Nascimento: 21/04/1984 Passaporte: 116532931 País: PERU Mãe: RAQUEL LOAIZA CASTELO Pai: DANTE RODOLFO CESPEDES VALLARCEL; Processo: 47039006675201826 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: STEVEN PATRICK NAUGHTON Data Nascimento: 02/09/1972 Passaporte: 548459623 País: GRÃ BRETANHA Mãe: BRENDA NAUGHTON Pai: PATRICK JOSEPH NAUGHTON; Processo: 47039006676201871 Empresa: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BARBARA RODRIGUEZ MONTERO Data Nascimento: 27/04/1972 Passaporte: PAF032678 País: GRÃ BRETANHA Mãe: BENEDICTA MONTERO ALONSO Pai: SANTIAGO RODRIGUEZ FERNANDEZ.

Residência Prévia - RN 21 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039003890201875 Empresa: ASSOCIACAO ATLETICA ITARARE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHOTA FUJISHIRO Data Nascimento: 01/05/1998 Passaporte: MU 5405711 País: JAPÃO Mãe: YOKO FUJISHIRO Pai: NOBUYO FUJISHIRO.

Residência Prévia - RN 24 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039007855201825 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ADOLFO CERETTI Data Nascimento: 02/11/1955 Passaporte: AA5344626 País: ITÁLIA; Processo: 47039007926201890 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Roman Pasechnik Data Nascimento: 16/08/1983 Passaporte: 530511296 País: RÚSSIA; Processo: 47039007935201881 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Lourdes Martínez-Echazábal Data Nascimento: 05/03/1952 Passaporte: 532317720 País: EUA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039004298201891 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FABIO MASSACCESI Data Nascimento: 02/09/1981 Passaporte: YB1862124 País: ITÁLIA; Processo: 47039005426201813 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BAO WANG Data Nascimento: 07/07/1987 Passaporte: E68976415 País: CHINA; Processo: 47039005447201839 Empresa: NAGRA MEDIA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GURU PRASAD MANI SRINIVASAN Data Nascimento: 26/09/1984 Passaporte: N6733796 País: ÍNDIA; Processo: 47039005865201826 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KARL-HEINZ ZOBEL Data Nascimento: 21/07/1969 Passaporte: CF34M37C8 País: ALEMANHA; Processo: 47039005867201815 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BROCK JAMES HORSFALL Data Nascimento: 29/01/1983 Passaporte: 510633713 País: EUA; Processo: 47041001777201814 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DANIEL KOWSKY Data Nascimento: 28/04/1971 Passaporte: CFRGXVJX3 País: ALEMANHA; Processo: 47039005888201831 Empresa: ACURATE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JACOB MICHAEL WIEDERIN Data Nascimento: 17/05/1984 Passaporte: 583280259 País: EUA; Processo: 47039005890201818 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Joseph Densingh Yesumariyan Data Nascimento: 21/05/1981 Passaporte: Z2133578 País: ÍNDIA; Processo: 47039005399201889 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Shivaji Ashok Gudaghe Data Nascimento: 15/12/1980 Passaporte: Z3204274 País: ÍNDIA; Processo: 47039005899201811 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Baskar Thanumalai Perumal Data Nascimento: 16/07/1973 Passaporte: Z3721273 País: ÍNDIA; Processo: 47039005900201815 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Karthik Baskaran Data Nascimento: 20/04/1987 Passaporte: Z2918374 País: ÍNDIA; Processo: 47039005901201851 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Koottala Arjunan Jinesh Data Nascimento: 30/05/1969 Passaporte: Z3797750 País: ÍNDIA; Processo: 47039005956201861 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Vivek Sood Data Nascimento: 19/03/1991 Passaporte: Z4331953 País: ÍNDIA; Processo: 47039005969201831 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: Hanson Lee Broussard Data Nascimento: 15/10/1985 Passaporte: 535443329 País: EUA; Processo: 47039005973201807 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Kirk Matthew Rogers Data Nascimento: 16/09/1972 Passaporte: 505752188 País: EUA; Processo: 47039006127201804 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RICHARD WARD BLANSCET Data Nascimento: 31/10/1957 Passaporte: 566787168 País: EUA; Processo: 47039006198201807 Empresa: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCO BERTAGNOLO Data Nascimento: 20/10/1972 Passaporte: YA5285019 País: ITÁLIA; Processo: 47039006238201811 Empresa: BBRG - MACAE CABOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAWID JOSEF ERBST Data Nascimento: 17/03/1986 Passaporte: EA4147932 País: POLÔNIA; Processo: 47039005407201897 Empresa: STATOIL BRASIL OLEO E GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BOERGE KVINGEDAL Data Nascimento: 22/02/1975 Passaporte: 30279597 País: NORUEGA; Processo: 47039005374201885 Empresa: AUSENCO DO BRASIL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARK DUDLEY BISHOP Data Nascimento: 07/07/1955 Passaporte: AG922729 País: CANADÁ; Processo: 47039006303201808 Empresa: AUSENCO DO BRASIL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID RONALD CAMERON Data Nascimento: 28/01/1968 Passaporte: PA3296310 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039006310201800 Empresa: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MORENO DALL AGLIO Data Nascimento: 19/11/1966 Passaporte: YA4864625 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039004652201887 Empresa: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CLAUDIO GALUPPO Data Nascimento: 02/10/1990 Passaporte: YB1835066 País: ITÁLIA; Processo: 47039004655201811 Empresa: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVIDE LUCCHESE Data Nascimento: 04/09/1981 Passaporte: YA4584840 País: ITÁLIA; Processo: 47039004657201818 Empresa: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: IVANO ANGUISSOLA Data Nascimento: 26/01/1972 Passaporte: YB0259463 País: ITÁLIA; Processo: 47039004659201807 Empresa: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASSIMILIANO MAGNINO Data Nascimento: 04/06/1974 Passaporte: YA5940052 País: ITÁLIA; Processo: 47039005960201820 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALBERTO GARCIA GARCIA Data Nascimento: 25/12/1978 Passaporte: AAH319240 País: ESPANHA; Processo: 47039005962201819 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FERNANDO CESAR VIDAL VIDAL Data Nascimento: 19/05/1970 Passaporte: AAH029796 País: ESPANHA;

Processo: 47039005963201863 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANCISCO QUINONES RUIZ Data Nascimento: 29/09/1970 Passaporte: AAH310736 País: ESPANHA; Processo: 47039006005201818 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Hyunggeun Lee Data Nascimento: 25/11/1979 Passaporte: M46107421 País: COREIA; Processo: 47039006041201873 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Jae Won Jeon Data Nascimento: 25/02/1979 Passaporte: M76246847 País: COREIA; Processo: 47039006200201830 Empresa: HUISMAN LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Michiel Matthijs Valster Data Nascimento: 15/01/1972 Passaporte: BFPJ30J28 País: HOLANDA; Processo: 47039006242201871 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: LACINA TRAORE Data Nascimento: 25/06/1979 Passaporte: 14AF85808 País: COSTA DO MARFIM; Processo: 47039006241201826 Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: AYAN MUKHERJEE Data Nascimento: 07/07/1986 Passaporte: Z3811690 País: ÍNDIA; Processo: 47039006245201812 Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MANIKANDAN POUNRAJ Data Nascimento: 13/03/1986 Passaporte: PO907650 País: ÍNDIA; Processo: 47039006247201801 Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PRANJAL TAMULI Data Nascimento: 18/02/1979 Passaporte: J3189548 País: ÍNDIA; Processo: 47039006250201817 Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PRODIP KUMAR PAUL Data Nascimento: 09/01/1991 Passaporte: L7842622 País: ÍNDIA; Processo: 47039006254201803 Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RAJIV CHAUHAN Data Nascimento: 03/01/1970 Passaporte: R6618928 País: ÍNDIA; Processo: 47039006260201852 Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SUBIR SAHA Data Nascimento: 28/12/1976 Passaporte: J0998795 País: ÍNDIA; Processo: 47039006262201841 Empresa: MEDTRONIC COMERCIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: VIRAL NAVINCHANDRA BHINDE Data Nascimento: 10/11/1976 Passaporte: R5577526 País: ÍNDIA; Processo: 47039005350201826 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Roger John Narlock Sr Data Nascimento: 29/12/1964 Passaporte: 556858466 País: EUA; Processo: 47039006484201864 Empresa: GL&V BRASIL EQUIPAMENTOS, COMERCIO E SERVICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EVA JOHANNA KAROLINA BRANNSTRON Data Nascimento: 21/03/1984 Passaporte: 88007877 País: SUÉCIA; Processo: 47039006654201819 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Jesse Daniel Carreau Data Nascimento: 02/06/1994 Passaporte: GI230762 País: CANADÁ; Processo: 47039007011201884 Empresa: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jerre Latruwe Data Nascimento: 02/09/1994 Passaporte: EN419627 País: BÉLGICA; Processo: 47039007207201879 Empresa: RICARDO JANZEN Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BENJAMIN ZOCHER Data Nascimento: 17/02/1985 Passaporte: C2XJZT8JN País: ALEMANHA; Processo: 47039007302201872 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: JAEKEUN LEE Data Nascimento: 10/04/1985 Passaporte: M70918572 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039007308201840 Empresa: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: YUNJE JEONG Data Nascimento: 07/08/1981 Passaporte: M97808137 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039007574201872 Empresa: CSM TUBE DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SIMONE PICCOLI Data Nascimento: 30/01/1985 Passaporte: AA6121951 País: ITÁLIA; Processo: 47039007576201861 Empresa: CSM TUBE DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mauro Bellan Data Nascimento: 12/10/1978 Passaporte: YA6119919 País: ITÁLIA; Processo: 47039007599201876 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KEITH TAYLOR Data Nascimento: 09/08/1963 Passaporte: 761334197 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039007632201868 Empresa: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Dagoberto Almanza Santana Data Nascimento: 17/09/1980 Passaporte: G27425387 País: MÉXICO; Processo: 46094000521201801 Empresa: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARIO MARSONO Data Nascimento: 22/07/1664 Passaporte: YA74255932 País: ITÁLIA; Processo: 47039007655201872 Empresa: CHEMTRADE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTEN RAY MOSER Data Nascimento: 28/05/1957 Passaporte: GC870112 País: CANADÁ; Processo: 47039007660201885 Empresa: WILLIS CORRETORA DE RESSEGUROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Oliver Jones Data Nascimento: 02/04/1982 Passaporte: 099167497 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039007704201877 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TETSUYA NAGASAKI Data Nascimento: 15/04/1971 Passaporte: TR3389195 País: JAPÃO; Processo: 47039007705201811 Empresa: BAYER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ZSOLT CSONKA Data Nascimento: 24/10/1986 Passaporte: BH4265098 País: HUNGRIA; Processo: 47039007708201855 Empresa: COSMA DO BRASIL PRODUTOS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JORGE LUIS TORRES MEXICANO Data Nascimento: 10/03/1971 Passaporte: G18914686 País: MÉXICO; Processo: 47039007706201866 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: KOTARO SAKURAI Data Nascimento: 11/07/1989 Passaporte: TK1354350 País: JAPÃO; Processo: 47039007707201819 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: DAISUKE YAMAUCHI Data Nascimento: 30/09/1986 Passaporte: TK9345043 País: JAPÃO; Processo: 47039007713201868 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ASHISH MISHRA Data Nascimento: 01/07/1987 Passaporte: J5731341 País: ÍNDIA; Processo: 47039007715201857 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: KAITO OSUGI Data Nascimento: 14/02/1989 Passaporte: TK9134805 País: JAPÃO; Processo: 47039007718201891 Empresa: COSMA DO BRASIL PRODUTOS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANIEL ANTONIO CARRARA Data Nascimento: 13/05/1963 Passaporte: 16408906 País: ARGENTINA; Processo: 47039007714201811 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: RYOJIN NORISHIMA Data Nascimento: 25/12/1997 Passaporte: TR9911942 País: JAPÃO; Processo: 47039007719201835 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHINSUKE KAKUHANA Data Nascimento: 05/08/1979 Passaporte: TR8095232 País: JAPÃO; Processo: 47039007712201813 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CRISTIAN GOVONI Data Nascimento: 06/12/1982 Passaporte: YA5103238 País: ITÁLIA; Processo: 47039007716201800 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CRISTIANO BOTTONI Data Nascimento: 29/01/1970 Passaporte: YA0506945 País: ITÁLIA; Processo: 47039007727201881 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: SHINYA SUGIMOTO Data Nascimento: 19/06/1987 Passaporte: TK9345044 País: JAPÃO; Processo: 47039007720201860 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANCESCO TOMESANI Data Nascimento: 25/11/1983 Passaporte: YA9587213 País: ITÁLIA; Processo: 47039007722201859 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: YUKI MATSUNAGA Data Nascimento: 11/01/1993 Passaporte: TK8880401 País: JAPÃO; Processo: 47039007721201812 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GIANLUCA MALAGODI Data Nascimento: 14/03/1982 Passaporte: YA8327807 País: ITÁLIA; Processo: 47039007731201840 Empresa: FIVES DO

BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MATHIS PASCAL JOSEPH MILCENT Data Nascimento: 04/09/1996 Passaporte: 18CK17741 País: FRANÇA; Processo: 47039007723201801 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUIGI LAUTIERI Data Nascimento: 23/07/1975 Passaporte: YA5281774 País: ITÁLIA; Processo: 47039007724201848 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAURO ZUDDAS Data Nascimento: 15/08/1984 Passaporte: YA7546527 País: ITÁLIA; Processo: 47039007733201839 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MANABU HATANO Data Nascimento: 11/06/1973 Passaporte: TR9930547 País: JAPÃO; Processo: 47039007729201871 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: STEFANO BRUNELLI Data Nascimento: 08/07/1966 Passaporte: YA4377927 País: ITÁLIA; Processo: 47039007734201883 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: UWE KAHLE Data Nascimento: 24/07/1960 Passaporte: C24T4GR12 País: ALEMANHA; Processo: 47039007730201803 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: STEFANO CAVICCHI Data Nascimento: 07/10/1970 Passaporte: YA2865072 País: ITÁLIA; Processo: 47039007737201817 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TADASHI KATO Data Nascimento: 03/09/1974 Passaporte: TK2211901 País: JAPÃO; Processo: 47039007736201872 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BENOIT PHILIPPE MASSE Data Nascimento: 26/05/1992 Passaporte: 14AY49356 País: FRANÇA; Processo: 47039007743201874 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YOSHITAKA FUNOKI Data Nascimento: 30/10/1981 Passaporte: TL0020583 País: JAPÃO; Processo: 47039007749201841 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHOICHI ISHIGAKI Data Nascimento: 12/06/1986 Passaporte: TK4510100 País: JAPÃO; Processo: 47039007751201811 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THOMAS ANTHONY DOMAGALSKI Data Nascimento: 20/10/1958 Passaporte: 488364034 País: EUA; Processo: 47039007757201898 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HIROSHI MIYAZAKI Data Nascimento: 25/06/1971 Passaporte: TK4504352 País: JAPÃO; Processo: 47039007765201834 Empresa: GE OIL & GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAOLO CAVALLARI Data Nascimento: 16/01/1972 Passaporte: YA5474423 País: ITÁLIA; Processo: 47039007769201812 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SHINYA KUROKI Data Nascimento: 18/10/1986 Passaporte: TL0205999 País: JAPÃO; Processo: 47039007773201881 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GIUSEPPE D'ALESSIO Data Nascimento: 18/07/1980 Passaporte: YA3054671 País: ITÁLIA; Processo: 47039007774201825 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUIGI ROMANO Data Nascimento: 18/01/1980 Passaporte: AA5127641 País: ITÁLIA; Processo: 47039007776201814 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARIO FACCHINI Data Nascimento: 18/04/1961 Passaporte: YA2821379 País: ITÁLIA; Processo: 47039007783201816 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: AKIRA HAMAJIMA Data Nascimento: 29/07/1987 Passaporte: TS0487875 País: JAPÃO; Processo: 46094000420201822 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MIKE JOHN FORD Data Nascimento: 09/10/1965 Passaporte: 575034753 País: EUA; Processo: 46094000515201846 Empresa: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANÇOIS CHARLES EMILE GOSSET Data Nascimento: 16/05/1971 Passaporte: 11CY19466 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039006509201820 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: MAKOTO FUJISAWA Data Nascimento: 12/01/1957 Passaporte: TR3366299 País: JAPÃO; Processo: 47039006515201887 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YOSUKE IZUMI Data Nascimento: 14/02/1969 Passaporte: TK8920268 País: JAPÃO; Processo: 47039006520201890 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KENICHI SHIBATA Data Nascimento: 10/01/1977 Passaporte: TR1530228 País: JAPÃO; Processo: 47039006522201889 Empresa: KORETECH EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Huang Chin Chin Data Nascimento: 19/02/1969 Passaporte: 303388948 País: TAIWAN; Processo: 47039006525201812 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TOMOTAKA MORISAKI Data Nascimento: 16/06/1972 Passaporte: TR7281268 País: JAPÃO; Processo: 47039006524201878 Empresa: KORETECH EMBALAGENS DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Cheng Ching Hsun Data Nascimento: 27/10/1987 Passaporte: 311276135 País: TAIWAN; Processo: 47039007711201879 Empresa: TABATEX COMERCIO E REPRESENTACOES TEXTEIS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: ANAND SUBRAMANIAN Data Nascimento: 04/12/1969 Passaporte: Z1942133 País: ÍNDIA; Processo: 47039007828201852 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL ONETO Data Nascimento: 09/05/1994 Passaporte: YA9762102 País: ITÁLIA; Processo: 47039007898201819 Empresa: MAZAK SULAMERICANA LTDA Prazo: 60 Dia(s) Imigrante: EIJI IWATA Data Nascimento: 01/06/1970 Passaporte: TR4568515 País: JAPÃO; Processo: 47039007943201827 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Imigrante: LAMARCUS TYRONE MOORER Data Nascimento: 30/04/1982 Passaporte: 533457350 País: EUA; Processo: 47039007962201853 Empresa: AREA IMPIANTI ENGENHARIA E SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MILO STOCCO Data Nascimento: 11/09/1984 Passaporte: YB2797453 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 07 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041002782201836 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Leila KHIROUNI ép. Masson Data Nascimento: 12/09/1978 Passaporte: 18AK28418 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039006059201875 Empresa: HBL CONSULTORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MELQUISEDEC HUERTAS PAREJA Data Nascimento: 06/05/1985 Passaporte: AQ103667 País: COLÔMBIA; Processo: 47039006216201842 Empresa: AFZ CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JESUS ALBERTO SAN ROMAN RAMOS Data Nascimento: 23/08/1963 Passaporte: PAD686638 País: ESPANHA; Processo: 47039006235201879 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: até 13/06/2019 Imigrante: TITI TACEA Data Nascimento: 19/12/1975 Passaporte: 054185471 País: ROMÊNIA; Processo: 47039006239201857 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MENG ZHANG Data Nascimento: 24/02/1982 Passaporte: E87079486 País: CHINA; Processo: 47039006243201815 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PENG LI Data Nascimento: 20/07/1978 Passaporte: G52091921 País: CHINA; Processo: 47039006252201814 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YILIN GUO Data Nascimento: 24/01/1995 Passaporte: E72955316 País: CHINA; Processo: 47039006256201894 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PAT WAYNE BOWMAN Data Nascimento: 12/12/1970 Passaporte: 548201605 País: EUA.

Residência Prévia - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041001733201886 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 20/09/2019 Imigrante: Yonatan Satya Kurniawan Data Nascimento: 23/06/1988 Passaporte: A9574577 País: INDONÉSIA; Processo: 47041002069201892 Empresa: GOLAR SERVICOS DE OPERACAO DE EMBARCACOES LTDA Prazo: até 20/09/2019 Imigrante: Jaime Acebedo Salar Data Nascimento: 17/05/1965 Passaporte: P3737825A País: FILIPINAS; Processo: 47041002080201852 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA Prazo: até 05/11/2018 Imigrante: RONITO CUEVAS BOQUILON Data Nascimento: 12/06/1960 Passaporte: P3555722A País: FILIPINAS; Processo: 47041002174201821 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Imigrante: Marvin June Salvador Hitalia Data Nascimento: 02/06/1992 Passaporte: EC4691481 País: FILIPINAS Imigrante: Norman Charles de Vera Sacay Data Nascimento: 26/06/1982 Passaporte: EC5493567 País: FILIPINAS Imigrante: Raven Atienza Capili Data Nascimento: 14/11/1992 Passaporte: EC2294993 País: FILIPINAS Imigrante: Ricardo Meneses Manalili Data Nascimento: 12/10/1968 Passaporte: EC8196313 País: FILIPINAS Imigrante: Rogelio Jr. Corrales Gastador Data Nascimento: 17/01/1993 Passaporte: P1210080A País: FILIPINAS; Processo: 47041001765201881 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Antonios Liovaris Data Nascimento: 22/11/1976 Passaporte: AM0461466 País: GRÉCIA Imigrante: Chrysostomos Agrogiannis Data Nascimento: 04/02/1977 Passaporte: AN1549556 País: GRÉCIA Imigrante: Evangelos Posnaidis Data Nascimento: 16/10/1974 Passaporte: AN1804418 País: GRÉCIA Imigrante: Georgios Malis Data Nascimento: 21/05/1983 Passaporte: AM0392994 País: GRÉCIA Imigrante: Panagiotis Anatsitos Data Nascimento: 13/01/1978 Passaporte: AN4804388 País: GRÉCIA; Processo: 47041002259201818 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 13/01/2019 Imigrante: CARMELO MESSINA Data Nascimento: 25/12/1979 Passaporte: YA2261655 País: ITÁLIA Imigrante: DANIEL-FLORENTIN SARPE Data Nascimento: 11/04/1982 Passaporte: 052756900 País: ROMÊNIA Imigrante: DARIO BENATI Data Nascimento: 04/01/1985 Passaporte: AA5025666 País: ITÁLIA Imigrante: ENVER RUZZIER Data Nascimento: 03/09/1956 Passaporte: YA1108650 País: ITÁLIA Imigrante: FRANCESCO DE ROSA Data Nascimento: 23/12/1996 Passaporte: YA8372528 País: ITÁLIA Imigrante: FRANCESCO PENNA Data Nascimento: 28/10/1953 Passaporte: YA9202977 País: ITÁLIA Imigrante: GIANLUCA BIONDI Data Nascimento: 05/07/1967 Passaporte: YA0984146 País: ITÁLIA Imigrante: NICOLAE DUMITRU Data Nascimento: 25/08/1958 Passaporte: 054333908 País: ROMÊNIA Imigrante: SALVATORE SASSO Data Nascimento: 09/01/1979 Passaporte: YA9255264 País: ITÁLIA Imigrante: TOMMASO CIAMPOLI Data Nascimento: 26/07/1976 Passaporte: YA3717432 País: ITÁLIA; Processo: 47041002266201810 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andrej Seklejev Data Nascimento: 24/01/1984 Passaporte: 24328677 País: LITUÂNIA; Processo: 47041002300201848 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: até 25/12/2019 Imigrante: Arkadiusz Janusz Dziduch Data Nascimento: 21/11/1975 Passaporte: EA4223889 País: POLÔNIA; Processo: 47041002304201826 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 13/01/2019 Imigrante: FRANCO DE SIMONE Data Nascimento: 04/04/1976 Passaporte: YB0337491 País: ITÁLIA Imigrante: GIUSEPPE ABBRUZZESE Data Nascimento: 29/05/1973 Passaporte: YB2551677 País: ITÁLIA Imigrante: PASQUALE ESPOSITO Data Nascimento: 28/10/1968 Passaporte: AA3331478 País: ITÁLIA Imigrante: ROBERTINO VIGO Data Nascimento: 07/05/1972 Passaporte: YA0495155 País: ITÁLIA Imigrante: VINCENZO LOMBARDO Data Nascimento: 03/01/1984 Passaporte: YB1657412 País: ITÁLIA; Processo: 47041002307201860 Empresa: INTERNACIONAL MARITIMA LTDA Prazo: até 25/12/2019 Imigrante: Tomasz Edward Troszczynski Data Nascimento: 15/08/1960 Passaporte: EJ5329781 País: POLÔNIA; Processo: 47041002348201856 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Tomasz Grzegorz Alberski Data Nascimento: 13/02/1970 Passaporte: EG5132557 País: POLÔNIA; Processo: 47041002350201825 Empresa: RESERVOIR GROUP DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RONALD WILSON Data Nascimento: 03/12/1975 Passaporte: 720115610 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041002351201870 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Reydel Cereño Dedicatoria Data Nascimento: 25/06/1994 Passaporte: EC1634220 País: FILIPINAS Imigrante: Roy Obdamen Baleña Data Nascimento: 29/01/1977 Passaporte: EC5682646 País: FILIPINAS; Processo: 47041002352201814 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Brett John Ritchie Sharp Data Nascimento: 21/11/0988 Passaporte: 551805796 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041002357201847 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Apostolos Delimpois Data Nascimento: 10/09/1961 Passaporte: AM0503784 País: GRÉCIA Imigrante: Arnold Rosete Alegado Data Nascimento: 18/11/1970 Passaporte: P1583971A País: FILIPINAS Imigrante: Gennadiy Cherdakoglo Data Nascimento: 28/05/1989 Passaporte: FH204899 País: UCRÂNIA Imigrante: Georgios Karakostantakis Data Nascimento: 09/07/1993 Passaporte: AN3019598 País: GRÉCIA Imigrante: ILias Giannoulis Data Nascimento: 16/05/1961 Passaporte: AM1630962 País: GRÉCIA Imigrante: Mark Kelvin Bumina-Ang Camhit Data Nascimento: 16/09/1991 Passaporte: P1567316A País: FILIPINAS Imigrante: Pelagio Jr. Sonio Arbonida Data Nascimento: 21/02/1974 Passaporte: EC2111000 País: FILIPINAS Imigrante: Reynaldo Branzuela Ortaleza Data Nascimento: 13/10/1960 Passaporte: EC2051025 País: FILIPINAS; Processo: 47041002358201891 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/05/2020

Imigrante: Alexander Poliakov Data Nascimento: 02/07/1963 Passaporte: 750410809 País: RÚSSIA Imigrante: Dmitry Kudryashov Data Nascimento: 04/03/1963 Passaporte: 722479129 País: RÚSSIA Imigrante: Egor Loginovskiy Data Nascimento: 26/01/1984 Passaporte: 750141347 País: RÚSSIA Imigrante: Jessie Pacis Guya Data Nascimento: 25/12/1979 Passaporte: EC7584087 País: FILIPINAS Imigrante: Mark Acelan Martin Barba Data Nascimento: 16/09/1986 Passaporte: EC3959539 País: FILIPINAS Imigrante: Martin Gordon Villanueva Gagelonia Data Nascimento: 10/02/1969 Passaporte: P3769376A País: FILIPINAS; Processo: 47041002360201861 Empresa: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: até 13/01/2019 Imigrante: FABIO FATUZZO Data Nascimento: 16/05/1978 Passaporte: AA2702382 País: ITÁLIA Imigrante: NUNZIO FORMISANO Data Nascimento: 13/11/1957 Passaporte: YA0533071 País: ITÁLIA; Processo: 47041002362201850 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Imigrante: Glenn James Haylor Data Nascimento: 18/03/1958 Passaporte: 538507038 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041002366201838 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alexander Bogomolov Data Nascimento: 23/12/1980 Passaporte: 721309570 País: RÚSSIA Imigrante: Tomasz Torbicki Data Nascimento: 14/05/1975 Passaporte: EG1000142 País: POLÔNIA; Processo: 47041002367201882 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Imigrante: Ashley Steven Brockfield Data Nascimento: 06/03/1973 Passaporte: N4592965 País: AUSTRÁLIA Imigrante: Roland Makkink Data Nascimento: 16/08/1963 Passaporte: BFHKD9L20 País: HOLANDA; Processo: 47041002369201871 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/02/2019 Imigrante: Prince Loyd Viajedor Domingo Data Nascimento: 19/08/1993 Passaporte: P5437903A País: FILIPINAS Imigrante: Vergil Aventura Manglicmot Data Nascimento: 19/10/1978 Passaporte: P5825418A País: FILIPINAS; Processo: 47041002371201841 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 27/11/2019 Imigrante: Xinghua Ai Data Nascimento: 25/12/1987 Passaporte: G51824104 País: CHINA; Processo: 47041002374201884 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Imigrante: DAVID MARIO T. ANTEUNIS Data Nascimento: 09/06/1980 Passaporte: EM090519 País: BÉLGICA Imigrante: PHILIPPE MAURICE E. DE BACKER Data Nascimento: 03/07/1963 Passaporte: EK264315 País: BÉLGICA Imigrante: WOUT ELISABETH S. MANNAERTS Data Nascimento: 19/12/1991 Passaporte: EN306547 País: BÉLGICA; Processo: 47041002376201873 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/02/2019 Imigrante: Anand Vardhan Kaushik Data Nascimento: 22/02/1985 Passaporte: M5627355 País: ÍNDIA Imigrante: Mayur Hirji Devaliya Data Nascimento: 08/07/1989 Passaporte: Z4124258 País: ÍNDIA Imigrante: Menino Michael Rodrigues Data Nascimento: 24/09/1978 Passaporte: R5110796 País: ÍNDIA Imigrante: Naveen Chukka Data Nascimento: 31/03/1994

Passaporte: P7899268 País: ÍNDIA Imigrante: Newton Braganca Data Nascimento: 01/07/1980 Passaporte: R5113358 País: ÍNDIA; Processo: 47041002373201830 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Imigrante: GREGG JUERGENS Data Nascimento: 16/12/1962 Passaporte: 447761926 País: EUA Imigrante: ROEL LORENZO BAYBADO Data Nascimento: 20/12/1986 Passaporte: EC5598559 País: FILIPINAS; Processo: 47041002375201829 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Myke Lawrence Agustin Balaga Data Nascimento: 23/05/1989 Passaporte: P2247513A País: FILIPINAS; Processo: 47041002383201875 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Sudarson Abraham Data Nascimento: 02/06/1979 Passaporte: M0942926 País: ÍNDIA; Processo: 47041002384201810 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 31/10/2018 Imigrante: Alistair Sutherland Data Nascimento: 01/04/1961 Passaporte: 511491298 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041002387201853 Empresa: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Nathan James Luke Wickham Data Nascimento: 05/02/1987 Passaporte: 511276959 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041002388201806 Empresa: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mark William Tough Data Nascimento: 03/03/1990 Passaporte: 510857135 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041002390201877 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andrei Calud Data Nascimento: 04/08/1966 Passaporte: 052233084 País: ROMÊNIA; Processo: 47041002393201819 Empresa: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jakobus Broxham Data Nascimento: 15/01/1967 Passaporte: M00078192 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041002395201808 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Karl Heinz Fismer Data Nascimento: 06/06/1984 Passaporte: M00104358 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041002398201833 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Imigrante: Hendrik Verbruggen Data Nascimento: 19/01/1963 Passaporte: BG741LR32 País: HOLANDA; Processo: 47041002400201874 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Imigrante: Gary Dequito Jumaquio Data Nascimento: 15/06/1981 Passaporte: EC3189777 País: FILIPINAS; Processo: 47041002426201812 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Imigrante: Jacobus van Pagee Data Nascimento: 09/01/1993 Passaporte: NTDPRH0C0 País: HOLANDA; Processo: 47041002427201867 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alexios Zannes Data Nascimento: 27/03/1987 Passaporte: AN0625364 País: GRÉCIA; Processo: 47041002428201810 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Allan Loid Andal Napa Data Nascimento: 19/09/1989 Passaporte: P6569978A País: FILIPINAS; Processo: 47041002429201856 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/03/2019 Imigrante: Muralidhar Mitin Data Nascimento: 30/08/1990 Passaporte: K3196413 País: ÍNDIA; Processo: 47041002430201881 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/03/2019 Imigrante: Edward Rex Barrientos Nantes Data Nascimento: 02/06/1991 Passaporte: EC4054910 País: FILIPINAS; Processo: 47041002431201825 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Imigrante: Prabhat Kumar Goyal Data Nascimento: 28/06/1961 Passaporte: Z2307570 País: ÍNDIA; Processo: 47041002432201870 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Emil Cretu Data Nascimento: 14/08/1967 Passaporte: 052730263 País: ROMÊNIA; Processo: 47041002433201814 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/10/2018 Imigrante: Ahmet Muhiddinoglu Data Nascimento: 10/05/1977 Passaporte: U01264101 País: TURQUIA; Processo: 47041002434201869 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Teodor Dionisie Radulescu Data Nascimento: 21/08/1977 Passaporte: 055137129 País: ROMÊNIA; Processo: 47041002435201811 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Imigrante: Danny Bernaards Data Nascimento: 09/02/1981 Passaporte: BU4LL6FR3 País: HOLANDA; Processo: 47041002436201858 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Fenghai Liang Data Nascimento: 20/02/1980 Passaporte: ED0559286 País: CHINA Imigrante: Haiguang Bu Data Nascimento: 14/02/1988 Passaporte: E61914840 País: CHINA Imigrante: Jiayang Li Data Nascimento: 07/05/1989 Passaporte: EC6541597 País: CHINA Imigrante: Xiangsong Zheng Data Nascimento: 19/02/1982 Passaporte: E14477304 País: CHINA Imigrante: Xiangxiao Ge Data Nascimento: 06/01/1994 Passaporte: E67887402 País: CHINA Imigrante: Xing Xiong Data Nascimento: 18/02/1990 Passaporte: E20651118 País: CHINA Imigrante: Yawei Li Data Nascimento: 17/02/1991 Passaporte: E13372311 País: CHINA Imigrante: Yong Huang Data Nascimento: 01/03/1993 Passaporte: EB8406501 País: CHINA; Processo: 47041002437201801 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: até 31/10/2018 Imigrante: Glen Mark Hole Data Nascimento: 12/09/1958 Passaporte: PA7592874 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47041002439201891 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Krzysztof Stanislaw Karnat Data Nascimento: 10/04/1966 Passaporte: EA8743459 País: POLÔNIA; Processo: 47041002440201816 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Imigrante: Ananias Catalan Ytac Data Nascimento: 16/12/1962 Passaporte: P0155206A País: FILIPINAS; Processo: 47041002441201861 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Imigrante: TIM FRANS L. DE GROOT Data Nascimento: 27/12/1976 Passaporte: EN075642 País: BÉLGICA; Processo: 47041002442201813 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Imigrante: Artur Gunchenko Data Nascimento: 20/06/1991 Passaporte: EK604282 País: UCRÂNIA Imigrante: Sergo Mantidze Data Nascimento: 21/07/1992 Passaporte: 11BA49223 País: GEÓRGIA; Processo: 47041002443201850 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Denys Sydorenko Data Nascimento: 19/03/1991 Passaporte: FH666874 País: UCRÂNIA; Processo: 47041002444201802 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dawid Lech Cieslak Data Nascimento: 10/11/1982 Passaporte: AV9262895 País: POLÔNIA Imigrante: Lukasz Mateusz Skarupa Data Nascimento: 14/02/1987 Passaporte: EK4763291 País: POLÔNIA Imigrante: Pawel Kaczor Data Nascimento: 05/12/1988 Passaporte: AU5488395 País: POLÔNIA Imigrante: Piotr Milczek Data Nascimento: 18/04/1974 Passaporte: EK5879805 País: POLÔNIA; Processo: 47041002446201893 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dong Ren Data Nascimento: 15/09/1978 Passaporte: EB6990412 País: CHINA Imigrante: Dongxiang Wang Data Nascimento: 05/11/1991 Passaporte: E57686518 País: CHINA Imigrante: Feng Yuan Data Nascimento: 15/03/1979 Passaporte: EC7919988 País: CHINA Imigrante: Fuze Li Data Nascimento: 17/10/1988 Passaporte: E06341763 País: CHINA Imigrante: Zengou Wang Data Nascimento: 26/02/1965 Passaporte: EC9662088 País: CHINA Imigrante: Zheng Wang Data Nascimento: 08/08/1991 Passaporte: EI5882630 País: CHINA Imigrante: Zhiwei Shen Data Nascimento: 29/01/1990 Passaporte: EA7939673 País: CHINA; Processo: 47041002445201849 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/01/2020 Imigrante: Gemuel Andrew Banaag Licong Data Nascimento: 19/04/1997 Passaporte: EC7370729 País: FILIPINAS Imigrante: Mac Dave Joseph Monterroyo Ylanan Data Nascimento: 11/03/1973 Passaporte: EC7688761 País: FILIPINAS; Processo: 47041002448201882 Empresa: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Per Olav Hauge Data Nascimento: 02/04/1971 Passaporte: 32901943 País: NORUEGA; Processo: 47041002450201851 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/10/2018 Imigrante: Foivos Dimitrios or Fivos Dimitrios Kousouris Data Nascimento: 05/01/1969 Passaporte: AN0936944 País: GRÉCIA Imigrante: Georgios Kouloulias Data Nascimento: 19/01/1968 Passaporte: AM1515573 País: GRÉCIA Imigrante: Georgios Stratis Data Nascimento: 13/10/1956 Passaporte: AN0917126 País: GRÉCIA Imigrante: Gerasimos Karavias Data Nascimento: 19/04/1964 Passaporte: AN1240064 País: GRÉCIA Imigrante: Nikolaos Kassiteropoulos Data Nascimento: 04/03/1978 Passaporte: AN1135106 País: GRÉCIA Imigrante: Stavros Kavouris Data Nascimento: 05/12/1960 Passaporte: AM0619794 País: GRÉCIA; Processo: 47041002449201827 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Imigrante: Vladyslav Kazakov Data Nascimento: 29/01/1995 Passaporte: FA807146 País: UCRÂNIA; Processo: 47041002452201841 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Imigrante: Hermenio Flores Fernandez Data Nascimento: 10/10/1971 Passaporte: EC0242337 País: FILIPINAS; Processo: 47041002454201830 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Joven Jawod Ardiente Data Nascimento: 21/07/1988 Passaporte: EC6056565 País: FILIPINAS; Processo: 47041002455201884 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arvin Acharon Quezada Data Nascimento: 28/02/1971 Passaporte: EC6811179 País: FILIPINAS Imigrante: Keus Pasuquin Pelaez Data Nascimento: 03/08/1985 Passaporte: EC4264782 País: FILIPINAS; Processo: 47041002457201873 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Imigrante: CORNELIS JACOBUS SCHIPPER Data Nascimento: 09/01/1969 Passaporte: NPL45DKB6 País: HOLANDA; Processo: 47041002458201818 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Imigrante: DANIEL SHANE DAVIS Data Nascimento: 22/08/1984 Passaporte: 588461102 País: EUA; Processo: 47041002461201831 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAIME MALERVA CLEMENTE Data Nascimento: 19/10/1972 Passaporte: G21607474 País: MÉXICO; Processo: 47041002462201886 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ALLAN GEORGE MURRAY Data Nascimento: 16/08/1960 Passaporte: 099281366 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041002467201817 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Kyriakos Zalis Data Nascimento: 16/03/1976 Passaporte: AN0707813 País: GRÉCIA; Processo: 47041002469201806 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Imigrante: Navin Kumar Pathak Data Nascimento: 10/01/1989 Passaporte: J2712874 País: ÍNDIA; Processo: 47041002470201822 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ievgen Aladiev Data Nascimento: 20/01/1981 Passaporte: FN485967 País: UCRÂNIA Imigrante: Sergio Jr Ibo Azul Data Nascimento: 03/03/1966 Passaporte: EC0887816 País: FILIPINAS; Processo: 47041002472201811 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 11/05/2020 Imigrante: Istiyak Lalau Khan Data Nascimento: 17/07/1974 Passaporte: N5702620 País: ÍNDIA Imigrante: Sanket Suresh Tendulkar Data Nascimento: 14/05/1982 Passaporte: Z3347506 País: ÍNDIA; Processo: 47041002473201866 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/05/2020 Imigrante: Evgeny Permiakov Data Nascimento: 15/07/1978 Passaporte: 733678536 País: RÚSSIA; Processo: 47041002477201844 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Jojo Delariarte Falales Data Nascimento: 17/07/1970 Passaporte: EC7334404 País: FILIPINAS; Processo: 47041002476201808 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/05/2020 Imigrante: Apolo Regullano Biares Data Nascimento: 16/07/1969 Passaporte: P6573487A País: FILIPINAS Imigrante: Jayson Cabading Andaya Data Nascimento: 03/08/1993 Passaporte: EC0771648 País: FILIPINAS; Processo: 47041002479201833 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2018 Imigrante: Vicente Homento Alderete Data Nascimento: 01/04/1963 Passaporte: P5622452A País: FILIPINAS; Processo: 47041002481201811 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Georgios Giallouris Data Nascimento: 04/04/1980 Passaporte: AM1822923 País: GRÉCIA Imigrante: Henry Rey Secillano Data Nascimento: 12/08/1975 Passaporte: EC5262379 País: FILIPINAS Imigrante: Janzzen Panes Beatingo Data Nascimento: 24/10/1990 Passaporte: EC6561808 País: FILIPINAS Imigrante: Panagiotis Bechlivanis Or Mpechlivanis Data Nascimento: 01/11/1974 Passaporte: AN0224045 País: GRÉCIA Imigrante: Ramil De La Umbria Magno Data Nascimento: 17/02/1975 Passaporte: P2811719A País: FILIPINAS; Processo: 47041002482201857 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Imigrante: Raushan Shrivastava Data Nascimento: 08/09/1990 Passaporte: J7039219 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039002585201866 Empresa: KUMHO TIRE DO BRASIL COMERCIAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JONG JUN KIM Data Nascimento: 05/01/1979 Passaporte: M87521165 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039004686201871 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SUNGHOON CHEONG Data Nascimento: 25/08/1975 Passaporte: M93449652 País: COREIA DO SUL.

Residência Prévia - RN 13 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039004641201805 Empresa: GLOBAL JAIBER COMERCIO ATACADISTA DE SUCATA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JUAN ANTONIO HERNANDEZ GOMEZ Data Nascimento: 11/08/1966 Passaporte: AAH550836 País: ESPANHA; Processo: 47039005090201899 Empresa: ARANXA PATRIMONIAL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: XAVIER MARC BEAUMARTIN Data Nascimento: 02/02/1955 Passaporte: 16AF27758 País: FRANÇA; Processo: 47039005462201887 Empresa: CASTELNUOVO HOTEIS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PIETRO CASTELNUOVO Data Nascimento: 06/06/1963 Passaporte: YA5515587 País: ITÁLIA; Processo: 47039005526201840 Empresa: ALEROSA PARTICIPACOES E INTERMEDIACAO DE SERVICOS E NEGOCIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ALESSANDRO CASSINELLI Data Nascimento: 27/05/1977 Passaporte: YA2973729 País: ITÁLIA; Processo: 47039005848201899 Empresa: PEGASE HOTEL E RESTAURANTE LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: EDOUARD FERDINAND K MEEUS Data Nascimento: 27/03/1993 Passaporte: EM684663 País: BÉLGICA; Processo: 47039006619201891 Empresa: LUZ DA LUA COMPRA VENDA E ALUGUEL DE IMOVEIS E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: LUDOVIC MICHEL ALAIN CLEMENT Data Nascimento: 01/03/1964 Passaporte: 14AV93636 País: FRANÇA.

Residência - RN 02 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039005633201878 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: SILVIA MORTARINI Data Nascimento: 15/04/1981 Passaporte: YA4588487 País: ITÁLIA Mãe: MARIA GRAZIA FABBRI Pai: PAOLO MORTARINI; Processo: 47039005127201889 Empresa: PETROGAL BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JIANNING WANG Data Nascimento: 18/04/1983 Passaporte: PE1452374 País: CHINA Mãe: JINFENG YANG Pai: YONG WANG; Processo: 47039005392201867 Empresa: TUBEX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: MARTHA SCHNEIDER Data Nascimento: 04/08/1985 Passaporte: C3XZHM554 País: ALEMANHA Mãe: Petra Schneider Pai: Siegmar Schneider; Processo: 47039006438201865 Empresa: BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: FENG ZUO Data Nascimento: 31/05/1974 Passaporte: PE0936328 País: CHINA Mãe: YUQIN DONG Pai: CHONGXING ZUO; Processo: 47039006463201849 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: XIAOGENG LIU Data Nascimento: 13/08/1980 Passaporte: E77469313 País: CHINA Mãe: DONGYUN WANG Pai: JINDING LIU; Processo: 47039006471201895 Empresa: NIPPON CARBIDE INDUSTRIA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YUICHI NAKASHIMA Data Nascimento: 08/01/1987 Passaporte: TH 9.347.274 País: JAPÃO Mãe: SANAE NAKASHIMA Pai: KAZUKI NAKASHIMA; Processo: 47039006492201819 Empresa: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: THOMAS EPING Data Nascimento: 26/04/1983 Passaporte: C4FZH47WT País: ALEMANHA Mãe: CHRISTIANE MARIA EPING Pai: ALFONS BERNHARD EPING; Processo: 47039006496201899 Empresa: MOTO HONDA DA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MINORU KAMIKURA Data Nascimento: 20/02/1980 Passaporte: TK6554187 País: JAPÃO Mãe: Ayako Kamikura Pai: Isamu Kamikura; Processo: 47039006497201833 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ATSUYUKI SASAZAWA Data Nascimento: 30/10/1971 Passaporte: TR5522971 País: JAPÃO Mãe: Koki Sasazawa Pai: Shigeko Sasazawa; Processo: 47039006498201888 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HIROAKI SHIMIZU Data Nascimento: 15/10/1983 Passaporte: TK1586876 País: JAPÃO Mãe: TAKAKO SHIMIZU Pai: HIDEKI SHIMIZU; Processo: 47039006569201842 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JAI EUN YANG Data Nascimento: 13/04/1974 Passaporte: M44487955 País: CORÉIA DO SUL Mãe: YOUNG SOON AHN Pai: CHANG SU YANG; Processo: 47039006627201838 Empresa: ALENA ENGENHARIA GERENCIAMENTO E TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA. - EPP Prazo: Indeterminado Imigrante: PEDRO FRAGOSO MALATO Data Nascimento: 19/01/1960 Passaporte: P804708 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DE LOURDES BARRETO FRAGOSO MALATO Pai: JOÃO JOSÉ PINTO DA CRUZ MALATO.

Residência - RN 04 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039005624201887 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: até 22/04/2019 Imigrante: KILANDA JOSÉ RODRIGO Data Nascimento: 14/08/1982 Passaporte: N1745300 País: ANGOLA; Processo: 47039005743201830 Empresa: GUIDEWIRE SERVICOS DE SOFTWARE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTONIO MIGUEL CARNEIRINHO GUIOMAR Data Nascimento: 29/11/1988 Passaporte: N038383 País: PORTUGAL; Processo: 47039005752201821 Empresa: BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: até 12/07/2019 Imigrante: VASSILIOS CHRISTOPULOS Data Nascimento: 25/04/1986 Passaporte: YA4506335 País: ITÁLIA; Processo: 47039005981201845 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 25/06/2019 Imigrante: JIANCHENG DUAN Data Nascimento: 21/04/1988 Passaporte: E26029834 País: CHINA.

Residência - RN 06 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041001510201819 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Imigrante: Sorin Bratulescu Data Nascimento: 05/05/1969 Passaporte: 052933779 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001511201863 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Imigrante: Jeffrey De La Vega Abarientos Data Nascimento: 23/05/1996 Passaporte: EC3289581 País: FILIPINAS; Processo: 47041001514201805 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Imigrante: Pablo Bautista Julaton Data Nascimento: 15/01/1964 Passaporte: EC7271842 País: FILIPINAS; Processo: 47041001517201831 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Imigrante: Vicente Condez Escaner Data Nascimento: 13/05/1981 Passaporte: EC3101057 País: FILIPINAS; Processo: 47041002359201836 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2019 Imigrante: Nandakishor Ayirundathil Meethal Data Nascimento: 01/04/1978 Passaporte: Z3005957 País: ÍNDIA; Processo: 47041002363201802 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 22/06/2020 Imigrante: Donald Larkin Moore Data Nascimento: 22/10/1956 Passaporte: 565735131 País: EUA; Processo: 47041002365201893 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2019 Imigrante: Ravindra Raju Shetty Data Nascimento: 14/03/1965 Passaporte: Z3880189 País: ÍNDIA; Processo: 47041002368201827 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2019 Imigrante: Leo Langreo Pilatan Data Nascimento: 16/10/1981 Passaporte: EC7976104 País: FILIPINAS; Processo: 47041002372201895 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2019 Imigrante: Danilo Navarro Ladan Data Nascimento: 05/03/1956 Passaporte: P2689031A País: FILIPINAS; Processo: 47041002378201862 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2019 Imigrante: Jeffrey Plaza Pasok Data Nascimento: 25/06/1975 Passaporte: P1160051A País: FILIPINAS; Processo: 47041002377201818 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: até 26/07/2020 Imigrante: GRZEGORZ ZBIGNIEW DANIK Data Nascimento: 15/06/1970 Passaporte: EM1399019 País: POLÔNIA; Processo: 47041002379201815 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: até 18/06/2020 Imigrante: EWAN CAMERON ROWELL Data Nascimento: 18/12/1955 Passaporte: 536615554 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041002380201831 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2019 Imigrante: SHAILESH RAM MADKAIKAR Data Nascimento: 24/11/1965 Passaporte: Z2079925 País: ÍNDIA; Processo: 47041002389201842 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2019 Imigrante: Chieldon Praxides Navales Data Nascimento: 30/12/1972 Passaporte: P2162188A País: FILIPINAS; Processo: 47041002392201866 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2019 Imigrante: ROLDAN CAPISCIO ELIGADO Data Nascimento: 23/09/1970 Passaporte: EC3758449 País: FILIPINAS.

Residência - RN 11/2017 Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039005014201883 Empresa: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JONGSIN LIM Data Nascimento: 09/02/1964 Passaporte: M64687093 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039005909201818 Empresa: KINOSHITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: AKIO SHIMIZU Data Nascimento: 20/07/1961 Passaporte: TK4315195 País: JAPÃO; Processo: 47039005943201892 Empresa: IAV DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ADRIAAN ALBERTS Data Nascimento: 16/04/1955 Passaporte: BJK26PR39 País: HOLANDA; Processo: 47039006331201817 Empresa: BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: ZHONGJIAO CHANG Data Nascimento: 16/03/1963 Passaporte: PE0825833 País: CHINA; Processo: 47039006386201827 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ALESSANDRO NERVEGNA Data Nascimento: 19/08/1965 Passaporte: YA3896185 País: ITÁLIA.

Residência - RN 13 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039002589201844 Empresa: RODA F & C LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ROMEO FURIA Data Nascimento: 11/07/1073 Passaporte: YA8666096 País: ITÁLIA.

Residência - RN 14 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041002403201816 Instituição: ASSOCIACAO ARAUTOS DO EVANGELHO DO BRASIL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MÓNICA MARÍA GRANADINO HERNÁNDEZ Data Nascimento: 17/03/1992 Passaporte: B04587846 País: REPÚBLICA DE EL SALVADOR.

Residência - RN 15 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041002179201854 Empresa: ASSOCIACAO CRIANCAS DO BRASIL EM JABOATAO DOS GUARARAPES - PE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARY KATHRYN SAURMAN Data Nascimento: 03/11/1985 Passaporte: 511619859 País: EUA.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o Imigrante KENICHIRO HIBI exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da Empresa SONY PLASTICOS DA AMAZONIA LTDA. Processo: 47039.002213/2018-30 anteriormente autorizado através do Processo : 47039.002205/2018-93.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47041002391201811 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Reinerus Johannes Ehren Passaporte: NN811H7F9; Processo: 47041001815201821 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: ALEXANDER MARTIJN MARINUS ADRIAAN GRONDEL Passaporte: BRBKKB851; Processo: 47041001814201886 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: MILAN DELEVIC Passaporte: U36UL6755; Processo: 47041001826201819 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: DOMINIQUE MICHEL ERIC TACK Passaporte: EK199231; Processo: 47041001837201891 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: IGOR TIMINIUK Passaporte: 23661135; Processo: 47041001840201812 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: JOSE ISRAEL GONZALEZ PEREZ Passaporte: G12946453; Processo: 47041001851201894 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: ERNESTO RODRIGUEZ GARCIA Passaporte: G10609703; Processo: 47041001850201840 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: LUIS ALEJANDRO GALICIA PAREDES Passaporte: G14082218; Processo: 47041001857201861 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: OLEKSIY SHCHIPAKOV Passaporte: FJ266752; Processo: 47041001861201820 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: FERNANDO GILBERTO SOSOL FERNANDEZ Passaporte: G11580543; Processo: 47041001863201819 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: RADIY NOVIKOV Passaporte: ET649880; Processo: 47039005421201891 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/05/2019 Imigrante: RICHARD OTUTEYE Passaporte: G1413375; Processo: 47041001956201843 Requerente: SILVIA BEATRIZ PAREDES INOCENTE Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SILVIA BEATRIZ PAREDES INOCENTE Passaporte: 5045272; Processo: 47041001966201889 Requerente: FRATERNIDADE ARCA DE MARIA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Yenny Paola Robayo Avila Passaporte: AP877376; Processo: 47039004647201874 Requerente: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Noel Grover Zegarra Condori Passaporte: A974576; Processo: 47039007805201848 Requerente: ASSOCIACAO TORRE DE VIGIA DE BIBLIAS E TRATADOS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KARL DONDERER Passaporte: CGP9G4WRZ; Processo: 47039001733201825 Requerente: IMET IMPREGNACAO EM METAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GIORGIO CISOTTO Passaporte: AA2893447; Processo: 47039001776201819 Requerente: ANDRE FERREIRA ZOCCOLI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BAEJUN LEE Passaporte: M32087108; Processo: 47039001780201879 Requerente: ANDRE FERREIRA ZOCCOLI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HOKWON KO Passaporte: M77901456; Processo: 47039002599201880 Requerente: ELOYSA VILELA DINIZ 02673343113 Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OLIVIER GUILLERME Passaporte: 11CV06826; Processo: 47039007274201893 Requerente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO Prazo: Indeterminado Imigrante: JONATHAN PETER PHILIPS Passaporte: 548250384; Processo: 47041001297201845 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/08/2018 Imigrante: Nestor Lucino Anito Passaporte: EB9720739; Processo: 47041001300201821 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/08/2018 Imigrante: Rolly John Peñones Lozada Passaporte: P1176819A; Processo: 47041001524201832 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/03/2020 Imigrante: Al Gelbore Juaneza Passaporte: EC0887745; Processo: 47041001525201887 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/03/2020 Imigrante: Ceferino Caneda Quinanola Passaporte: P3393755A; Processo: 47039001783201811 Requerente: ALLURE OTICA COMERCIAL LTDA - ME Prazo: Indeterminado Imigrante: PEDRO CHUN Passaporte: M93310709.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 085 de 04/05/2018, Seção 1, p. 74, Processo: 47041.001563/2018-30, onde se lê: Prazo: 2 Ano(s), leia-se: Prazo: 1 Ano(s).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 047 de 09/03/2018, Seção 1, p. 178, Processo: 47039.003471/2018-33, onde se lê: Prazo: 180 Mês(es), leia-se: Prazo: 180 Dia(s).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 047 de 09/03/2018, Seção 1, p. 178, Processo: 47039.003482/2018-13, onde se lê: Prazo: 180 Mês(es), leia-se: Prazo: 180 Dia(s).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 094 de 17/05/2018, Seção 1, p. 63, Processo: 47039.006442/2018-23, onde se lê: Prazo: 180 Mês(es), leia-se: Prazo: 180 Dia(s).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 094 de 17/05/2018, Seção 1, p. 70, Processo: 47039.005698/2018-13, onde se lê: Mãe: Habiki Sato, leia-se: Mãe: Hibiki Sato.

RESOLUÇÃO Nº 888, DE 15 DE MAIO DE 2018

Aprova a reformulação dos orçamentos financeiro, operacional e econômico do FGTS, para o exercício de 2018, e o orçamento plurianual de aplicação, para o período 2019-2021.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990; e

Considerando as diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias do FGTS constantes da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a reformulação dos orçamentos financeiro, operacional e econômico do FGTS, para o exercício de 2018, e do orçamento plurianual de aplicação, para o período 2019-2021.

Art. 2º Os anexos da Resolução nº 865, de 24 de outubro de 2017, passam a vigorar na forma dos anexos desta resolução.

Art. 3º O art. 2º da Resolução nº 865, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Para o exercício de 2018, fica fixada em 6,40% a.a. (seis inteiros e quarenta centésimos por cento ao ano), a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para efeito do cumprimento do disposto no art. 29, inciso II, da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012. (NR)"

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ARANTES
Presidente do Conselho
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

ORÇAMENTO FINANCEIRO - EXERCÍCIO 2018

(valores em R$ mil)

Discriminação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
A. Saldo disponibilidades	112.145.950	113.602.209	111.158.985	108.864.658	106.573.495	104.288.205
A.1. Depósitos bancários	3.547.937	6.921.837	3.460.918	3.495.527	3.530.483	3.512.830
A.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.957.654	13.553.504	14.234.983	10.619.785	7.446.269	4.347.369
A.3. TVM	68.525.776	65.391.158	65.604.299	65.918.684	66.226.464	66.530.096
A.4. Fundo de liquidez	28.114.584	27.735.710	27.858.785	28.830.662	29.370.279	29.897.909
1. Arrecadação contribuições	12.069.974	10.422.836	10.422.836	10.422.836	10.422.836	10.422.836
2. Arrecadação de operações de crédito	3.693.348	2.896.893	2.931.052	2.971.518	2.999.257	3.039.817
2.1. Habitação	3.572.591	2.551.747	2.580.811	2.616.150	2.638.848	2.674.282
2.2. FAR	103.010	90.469	89.880	89.364	88.761	88.277
2.3. Infraestrutura	0	121.160	124.582	127.991	131.391	134.777
2.4. Desenvolvimento	17.747	133.517	135.780	138.013	140.257	142.482
3. Arrecadação Contribuição Social - LC 110	388.225	470.057	470.057	470.057	470.057	470.057
3.1. Multa rescisória 10%	383.294	463.866	463.688	463.784	463.580	463.491
3.2. Multa 0,5%	1.329	2.518	2.635	2.551	2.660	2.720
3.3. Outros	3.602	3.674	3.735	3.723	3.817	3.846
3.3.1. Multa	4.045	4.421	4.459	4.445	4.513	4.511
3.3.2. Devolução	-443	-747	-724	-723	-696	-665
4. Receita financeira	1.040.451	514.837	627.455	590.360	570.197	549.092
4.1. Operações compromissadas + depósitos interfinanceiros	136.351	103.677	100.447	68.013	52.274	37.513
4.2. Títulos de renda fixa	817.110	303.546	418.221	412.478	408.365	403.302
4.3. Outras rendas operacionais	86.989	107.614	108.787	109.869	109.559	108.277
5. Juros CVS	21.338	21.382	21.368	21.363	21.371	21.367
6. CRI	248.338	249.879	246.989	248.402	248.424	247.938
B. Total de entradas	17.461.675	14.575.885	14.719.757	14.724.537	14.732.142	14.751.108
1. Aplicações	5.476.520	5.841.297	5.841.297	5.841.297	5.841.297	5.841.297
1.1. Habitação popular	5.323.380	5.152.420	5.152.420	5.152.420	5.152.420	5.152.420
1.1.1. Desembolso	4.516.337	4.407.606	4.407.606	4.407.606	4.407.606	4.407.606
1.1.2. Descontos concedidos	807.043	744.814	744.814	744.814	744.814	744.814
1.2. Saneamento e infraestrutura	153.140	688.877	688.877	688.877	688.877	688.877
2. Saques	9.438.340	9.965.970	9.965.970	9.965.970	9.965.970	9.965.970
2.1. Demissão	5.684.060	6.580.805	6.580.805	6.580.805	6.580.805	6.580.805
2.2. Habitacional	1.541.144	1.180.100	1.180.100	1.180.100	1.180.100	1.180.100
2.3. Aposentadoria	1.484.693	1.383.378	1.383.378	1.383.378	1.383.378	1.383.378
2.4. Outros	728.443	821.687	821.687	821.687	821.687	821.687
3. Taxa de administração	416.800	423.448	418.424	420.040	421.772	423.511
4. Despesas administrativas	1.315	6.926	6.926	6.926	6.926	6.926
4.1. Emolumentos judiciais e cartorários	429	525	525	525	525	525
4.2. Honorários advocatícios	284	80	80	80	80	80
4.3. Remuneração da fiscalização (MTb)	0	2.727	2.727	2.727	2.727	2.727
4.4. PGFN e a Lei 9467/97	571	1.608	1.608	1.608	1.608	1.608
4.5. Publicidade institucional	0	1.818	1.818	1.818	1.818	1.818
4.6. Sucumbenciais e outras - Lei 9467/97	32	167	167	167	167	167
5. Demais operações	672.442	781.468	781.468	781.468	781.468	781.468
5.1. Pró-Cotista	426.070	415.812	415.812	415.812	415.812	415.812
5.2. Operações especiais	127.821	124.744	124.744	124.744	124.744	124.744
5.3. CRI	0	0	0	0	0	0
5.4. Carteira administrada	112.661	214.938	214.938	214.938	214.938	214.938
5.5. Operações urbanas consorciadas	5.890	25.975	25.975	25.975	25.975	25.975
C. Total de saídas	16.005.416	17.019.108	17.014.084	17.015.700	17.017.432	17.019.172
D. Saldo disponibilidades	113.602.209	111.158.985	108.864.658	106.573.495	104.288.205	102.020.141
D.1. Depósitos bancários	6.921.837	3.460.918	3.495.527	3.530.483	3.512.830	3.547.959
D.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.553.504	14.234.983	10.619.785	7.446.269	4.347.369	1.745.330
D.3. TVM	65.391.158	65.604.299	65.918.684	66.226.464	66.530.096	66.828.944
D.4. Fundo de liquidez	27.735.710	27.858.785	28.830.662	29.370.279	29.897.909	29.897.909

(valores em R$ mil)

Discriminação	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
A. Saldo disponibilidades	102.020.141	99.792.732	97.605.504	95.364.817	93.199.194	91.005.842	112.145.950
A.1. Depósitos bancários	3.547.959	3.530.219	3.565.521	3.547.693	3.529.955	3.512.305	3.547.937
A.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.745.330	1.721.139	1.680.505	1.703.855	1.772.575	1.848.782	11.957.654
A.3. TVM	66.828.944	64.643.466	62.461.569	60.215.359	57.998.755	55.746.845	68.525.776
A.4. Fundo de liquidez	29.897.909	29.897.909	29.897.909	29.897.909	29.897.909	29.897.909	28.114.584
1. Arrecadação contribuições	10.422.836	10.422.836	10.422.836	10.422.836	10.422.836	10.422.836	126.721.173
2. Arrecadação de operações de crédito	3.074.031	3.107.541	3.142.119	3.176.923	3.210.715	3.245.607	37.488.821
2.1. Habitação	2.703.393	2.731.807	2.761.282	2.790.982	2.819.676	2.849.464	33.291.031
2.2. FAR	87.768	87.267	86.790	86.329	85.876	85.447	1.069.238
2.3. Infraestrutura	138.153	141.517	144.870	148.212	151.542	154.861	1.519.056
2.4. Desenvolvimento	144.718	146.950	149.178	151.400	153.620	155.837	1.609.496
3. Arrecadação Contribuição Social - LC 110	470.057	470.057	470.057	470.057	470.057	470.057	5.558.858
3.1. Multa rescisória 10%	463.660	463.957	464.105	464.075	464.051	463.953	5.485.504

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.2. Multa 0,5%	2.599	2.354	2.333	2.343	2.373	2.436	28.850
3.3. Outros	3.798	3.747	3.620	3.640	3.634	3.669	44.503
3.3.1. Multa	4.508	4.457	4.324	4.341	4.331	4.367	52.723
3.3.2. Devolução	-710	-711	-705	-701	-698	-698	-8.219
4. Receita financeira	556.952	565.416	479.228	521.228	461.476	444.740	6.921.431
4.1. Operações compromissadas + depósitos interfinanceiros	25.747	27.023	26.130	24.116	26.134	24.685	652.110
4.2. Títulos de renda fixa	423.964	432.533	348.275	392.838	347.559	337.926	5.046.116
4.3. Outras rendas operacionais	107.241	105.861	104.823	104.274	87.783	82.128	1.223.205
5. Juros CVS	21.367	21.368	21.367	21.368	21.368	21.368	256.395
6. CRI	248.255	248.206	248.133	248.198	248.179	248.170	2.979.110
B. Total de entradas	14.793.498	14.835.425	14.783.741	14.860.610	14.834.631	14.852.778	179.925.787
1. Aplicações	5.841.297	5.841.297	5.841.297	5.841.297	5.841.297	5.841.297	69.730.785
1.1. Habitação popular	5.152.420	5.152.420	5.152.420	5.152.420	5.152.420	5.152.420	62.000.000
1.1.1. Desembolso	4.407.606	4.407.606	4.407.606	4.407.606	4.407.606	4.407.606	53.000.000
1.1.2. Descontos concedidos	744.814	744.814	744.814	744.814	744.814	744.814	9.000.000
1.2. Saneamento e infraestrutura	688.877	688.877	688.877	688.877	688.877	688.877	7.730.785
2. Saques	9.965.970	9.965.970	9.965.970	9.965.970	9.965.970	9.965.970	119.064.007
2.1. Demissão	6.580.805	6.580.805	6.580.805	6.580.805	6.580.805	6.580.805	78.072.915
2.2. Habitacional	1.180.100	1.180.100	1.180.100	1.180.100	1.180.100	1.180.100	14.522.246
2.3. Aposentadoria	1.383.378	1.383.378	1.383.378	1.383.378	1.383.378	1.383.378	16.701.851
2.4. Outros	821.687	821.687	821.687	821.687	821.687	821.687	9.766.995
3. Taxa de administração	425.247	426.993	428.768	430.572	432.323	434.067	5.101.964
4. Despesas administrativas	6.926	6.926	6.926	6.926	6.926	6.926	77.498
4.1. Emolumentos judiciais e cartorários	525	525	525	525	525	525	6.203
4.2. Honorários advocatícios	80	80	80	80	80	80	1.162
4.3. Remuneração da fiscalização (MTb)	2.727	2.727	2.727	2.727	2.727	2.727	30.000
4.4. PGFN e a Lei 9467/97	1.608	1.608	1.608	1.608	1.608	1.608	18.259
4.5. Publicidade institucional	1.818	1.818	1.818	1.818	1.818	1.818	20.000
4.6. Sucumbenciais e outras - Lei 9467/97	167	167	167	167	167	167	1.874
5. Demais operações	781.468	781.468	781.468	781.468	781.468	781.468	9.268.591
5.1. Pró-Cotista	415.812	415.812	415.812	415.812	415.812	415.812	5.000.000
5.2. Operações especiais	124.744	124.744	124.744	124.744	124.744	124.744	1.500.000
5.3. CRI	0	0	0	0	0	0	0
5.4. Carteira administrada	214.938	214.938	214.938	214.938	214.938	214.938	2.476.981
5.5. Operações urbanas consorciadas	25.975	25.975	25.975	25.975	25.975	25.975	291.610
C. Total de saídas	17.020.907	17.022.653	17.024.428	17.026.232	17.027.984	17.029.727	203.242.845
D. Saldo disponibilidades	99.792.732	97.605.504	95.364.817	93.199.194	91.005.842	88.828.893	88.828.893
D.1. Depósitos bancários	3.530.219	3.565.521	3.547.693	3.529.955	3.512.305	3.547.428	3.547.428
D.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.721.139	1.680.505	1.703.855	1.772.575	1.848.782	2.898.252	2.898.252
D.3. TVM	64.643.466	62.461.569	60.215.359	57.998.755	55.746.845	52.485.303	52.485.303
D.4. Fundo de liquidez	29.897.909	29.897.909	29.897.909	29.897.909	29.897.909	29.897.909	29.897.909

ANEXO II

ORÇAMENTO OPERACIONAL
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
EXERCÍCIO 2018

(valores em R$ mil)

UF / Região	Habitação popular	Saneamento básico	Total
RO	435.928	100.953	536.881
AC	188.786	29.937	218.723
AM	984.017	140.248	1.124.265
RR	187.168	7.659	194.827
PA	1.878.825	307.315	2.186.140
AP	379.426	52.400	431.826
TO	396.506	55.494	452.000
Norte	4.450.656	694.006	5.144.662
MA	1.450.572	203.077	1.653.649
PI	732.736	72.949	805.685
CE	1.826.811	287.056	2.113.867
RN	1.003.403	121.416	1.124.819
PB	1.186.472	97.812	1.284.284
PE	1.929.178	292.341	2.221.519
AL	638.086	150.011	788.097
SE	524.476	60.143	584.619
BA	3.120.640	355.056	3.475.696
Nordeste	12.412.374	1.639.861	14.052.235
MG	5.001.571	529.888	5.531.459

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	1.072.206	109.752	1.181.958
RJ	3.166.129	726.153	3.892.282
SP	13.427.887	932.771	14.360.658
Sudeste	22.667.793	2.298.564	24.966.357
PR	3.177.612	212.884	3.390.496
SC	2.044.610	224.604	2.269.214
RS	2.949.805	395.107	3.344.912
Sul	8.172.027	832.595	9.004.622
MS	856.828	123.889	980.717
MT	861.577	151.506	1.013.083
GO	2.444.578	223.380	2.667.958
DF	1.134.167	36.199	1.170.366
Centro-Oeste	5.297.150	534.974	5.832.124
Brasil	53.000.000	6.000.000	59.000.000

Infraestrutura urbana	7.000.000
Operações urbanas consorciadas	500.000
Demais operações habitacionais	6.500.000
Descontos	9.000.000
Total	82.000.000

Áreas orçamentárias	Metas físicas		Empregos gerados
	Unidade	Quantidade	
Habitação	Famílias beneficiadas	528.309	1.396.857
Saneamento básico	Habitantes beneficiados	8.130.528	151.074
Infraestrutura urbana		33.721.800	190.960
		Total	1.738.891

Observações:
1. As metas físicas e os empregos gerados são calculados utilizando-se parâmetros nacionais e sua distribuição por unidades da Federação guardam direta proporcionalidade com os recursos a elas alocados;
2. As metas físicas e os empregos gerados são calculados levando-se em consideração os programas destinados a pessoas física e jurídicas e ao setor público, exclusivamente.

ANEXO III

ORÇAMENTO FINANCEIRO
ESTIMATIVA DE DESEMBOLSOS - EXERCÍCIO 2018

(valores em R$ mil)

UF / Região	Desembolso por área			Total
	Habitação popular	Pró-Moradia	Saneamento básico	
RO	432.115	3.813	61.384	497.312
AC	187.005	1.781	18.203	206.989
AM	969.661	14.356	85.276	1.069.293
RR	185.403	1.765	4.657	191.825
PA	1.854.750	24.075	186.860	2.065.685
AP	375.847	3.579	31.861	411.287
TO	393.247	3.259	33.743	430.249
Norte	4.398.028	52.628	421.984	4.872.640
MA	1.435.929	14.643	123.479	1.574.051
PI	725.618	7.118	44.356	777.092
CE	1.809.843	16.968	174.542	2.001.353
RN	995.133	8.270	73.826	1.077.229
PB	1.176.250	10.222	59.474	1.245.946
PE	1.911.365	17.813	177.755	2.106.933
AL	631.979	6.107	91.213	729.299
SE	520.311	4.165	36.569	561.045
BA	3.086.963	33.677	215.888	3.336.528
Nordeste	12.293.391	118.983	997.102	13.409.476
MG	4.956.316	45.255	322.193	5.323.764
ES	1.062.318	9.888	66.734	1.138.940
RJ	3.133.422	32.707	441.530	3.607.659
SP	13.305.402	122.485	567.163	13.995.050
Sudeste	22.457.458	210.335	1.397.620	24.065.413
PR	3.149.354	28.258	129.442	3.307.054
SC	2.025.735	18.875	136.568	2.181.178
RS	2.923.196	26.609	240.241	3.190.046
Sul	8.098.285	73.742	506.252	8.678.279
MS	849.170	7.658	75.330	932.158
MT	854.092	7.485	92.122	953.699
GO	2.430.090	14.488	135.824	2.580.402
DF	1.119.486	14.681	22.010	1.156.177
Centro-Oeste	5.252.838	44.312	325.286	5.622.436
Brasil	52.500.000	500.000	3.648.243	56.648.243

Infraestrutura urbana	4.082.542
Operações urbanas consorciadas	291.610
Demais operações habitacionais	9.268.591
Descontos	9.000.000
Total	79.290.986

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

ORÇAMENTO OPERACIONAL
ORÇAMENTO PLURIANUAL DE CONTRATAÇÕES 2018-2021

(valores em R$ mil)

Discriminação	Valores para contratação			
	2018	2019	2020	2021
1. Habitação	69.470.000	68.000.000	68.000.000	67.500.000
1.1. Habitação popular	62.000.000	62.000.000	62.000.000	62.500.000
1.1.1. Pessoas físicas e jurídicas	52.500.000	52.500.000	52.500.000	53.000.000
1.1.2. Pró-Moradia	500.000	500.000	500.000	500.000
1.1.3. Descontos	9.000.000	9.000.000	9.000.000	9.000.000
1.2. Pró-Cotista	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
1.3. Operações especiais	1.500.000	1.000.000	1.000.000	0
1.4. Carteira administrada*	970.000	0	0	0
2. Saneamento básico	6.867.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
2.1. Saneamento para Todos	6.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
2.2. Carteira administrada*	867.000	0	0	0
3. Infraestrutura urbana	8.680.000	7.000.000	7.000.000	7.000.000
3.1. Pró-Transporte	7.000.000	7.000.000	7.000.000	7.000.000
3.2. Carteira administrada*	1.680.000	0	0	0
4. Operações urbanas consorciadas	500.000	500.000	500.000	500.000
Total	85.517.000	81.500.000	81.500.000	81.000.000

** Orçamento remanescente das carteiras administradas*

ANEXO V

ORÇAMENTO ECONÔMICO
BALANÇO PATRIMONIAL PROJETADO
EXERCÍCIO 2018

(valores em R$ mil)

Ativo	Valor	Passivo	Valor
DISPONIBILIDADES	88.828.893	DEPÓSITOS	409.480.390
Depósitos remunerados	3.547.428	Depósitos vinculados do FGTS	409.480.390
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.898.252		
TVM	52.485.303	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	4.200.509
Fundo de liquidez	29.897.909		
		OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.695.292
INVESTIMENTOS DO FGTS	55.118.943	Provisão para passivos contingentes	1.130.214
Certificados de recebíveis imobiliários	9.144.975	Credores diversos	1.565.079
CVS - Créditos securitizados	1.650.868		
Debêntures, FII-FGTS e FIDC	8.101.820	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100.213.251
Cotas de fundos de investimento - FI-FGTS	36.221.281		
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	8.401.683
CRÉDITOS VINCULADOS	8.345.892		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	367.508.602		
Habitação	321.164.206		
FAR	2.437.568		
Saneamento	24.135.740		
Infraestrutura	19.771.088		
OUTROS CRÉDITOS	5.188.795		
Rendas a receber	4.661.501		
Créditos específicos	527.294		
Total	524.991.125	Total	524.991.125

RESOLUÇÃO Nº 889, DE 15 DE MAIO DE 2018

Referendar a Resolução nº 886, de 5 de abril de 2018, editada ad referendum do Conselho Curador do FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, na forma da alínea "c" do inciso XIII do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 25 do Anexo da Resolução nº 553, de 20 de dezembro de 2007, e do disposto no parágrafo único do inciso VII do art. 4º do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 320, de 31 de agosto de 1999, e

Considerando a publicação no Diário Oficial da União nº 67, de 9 de abril de 2018, da Resolução nº 886, de 5 de abril de 2018, editada ad referendum deste Conselho, que alterou a composição do Comitê de Investimento do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), resolve:

Art. 1º Referendar a Resolução nº 886, de 5 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ARANTES
Presidente do Conselho
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 890, DE 15 DE MAIO DE 2018

Altera o Regimento Interno do Conselho Curador do FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, na forma do art. 5º, inciso VII, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, do art. 64, inciso XI do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990

Considerando as alterações sofridas pela legislação do FGTS, em especial a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;

Considerando a necessidade de atualizar o Regimento Interno do Conselho Curador do FGTS, aprovado pela Resolução nº 320, de 31 de agosto de 1999; resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Alterar o Anexo da Resolução nº 320, de 31 de agosto de 1999, que trata do Regimento Interno do Conselho Curador do FGTS, que passa a vigorar nos termos do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ARANTES
Presidente do Conselho
Em exercício

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO CURADOR DO FGTS

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS), criado pelo art. 3º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, atualmente, regulamentado pelo Decreto nº 9.116, de 4 de agosto de 2017.

§ 1º Os representantes dos órgãos governamentais, titulares e suplentes, após indicados pelos respectivos órgãos serão nomeados pelo Ministro do Trabalho.

§ 2º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, titulares e suplentes, serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e, nomeados pelo Ministro do Trabalho.

§ 3º Os mandatos dos representantes dos trabalhadores e dos empregadores serão de dois anos, permitida uma única recondução.

§ 4º No caso de substituição de conselheiro com mandato em curso, considera-se iniciado novo mandato para os fins do parágrafo anterior.

Art. 2º A Presidência do Conselho será exercida pelo Ministro de Estado do Trabalho e a Vice-Presidência, pelo Ministro de Estado das Cidades.

§ 1º Na ausência ou impedimento do Presidente, as reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente ou pelo representante do Ministro do Trabalho no Conselho Curador.

§ 2º As reuniões poderão ser presididas para matérias não deliberativas pelo representante do Ministro das Cidades no Conselho Curador ou, na ausência deste, pelo Secretário-Executivo do Conselho Curador do FGTS.

Art. 3º Compete ao Conselho:

I - estabelecer as diretrizes e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, segundo critérios definidos pela Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana estabelecidas pelo Governo Federal;

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas aprovados;

III - apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do FGTS;

IV - pronunciar-se sobre as contas do FGTS, antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle interno, para os fins legais;

V - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Gestor da Aplicação e do Agente Operador, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades, no que concerne aos recursos do FGTS;

VI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares relativas ao FGTS, nas matérias de sua competência;

VII - aprovar seu Regimento Interno e alterações posteriores;

VIII - fixar as normas e valores de remuneração do Agente Operador e dos Agentes Financeiros;

IX - fixar os critérios para parcelamento de contribuições e de prestações de operações de crédito em atraso;

X - fixar critério e valor de remuneração para o exercício da fiscalização;

XI - divulgar, no Diário Oficial da União, todas as decisões de natureza normativa proferidas pelo Conselho, bem como as contas do FGTS e os respectivos pareceres emitidos;

XII - aprovar o Plano de Contas do FGTS;

XIII - fixar taxa de juros para operações realizadas com recursos do FGTS, de acordo com a legislação vigente;

XIV - fixar critérios e condições para compensação entre créditos do empregador, decorrentes de depósitos relativos a trabalhadores não optantes, com contratos extintos e débitos resultantes de competências em atraso, inclusive aqueles que forem de composição de dívida com o FGTS;

XV - solicitar estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho, bem como constituir grupos técnicos para tratar de assuntos específicos, quando julgar oportuno;

XVI - definir o número máximo de parcelas e a taxa máxima mensal de juros a ser cobrada pelas instituições consignatárias nas operações de crédito consignado que o empregado oferecer em garantia;

XVII - autorizar a distribuição de parte do resultado positivo auferido pelo FGTS, mediante crédito nas contas vinculadas de titularidade dos trabalhadores;

XVIII - disciplinar o pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), visando beneficiar os trabalhadores de baixa renda e preservar o equilíbrio financeiro do FGTS, inclusive para os contratos de participação de grupo de consórcio para aquisição de imóvel residencial, cujo bem já tenha sido adquirido pelo consorciado;

XIX - estabelecer condições para a liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, inclusive para os contratos de participação de grupo de consórcio para aquisição de imóvel residencial, cujo bem já tenha sido adquirido pelo consorciado;

XX - definir os critérios para que o imóvel adquirido com a utilização do FGTS possa ser objeto de outra operação com recursos do Fundo;

XXI - determinar a criação de grupo de trabalho para avaliar indícios de infração às normas do Código de Padrões de Conduta, e deliberar sobre as conclusões do grupo;

XXII - em relação ao Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS):

a) aprovar a política de investimento do FI-FGTS por proposta do Comitê de Investimento;

b) decidir sobre o reinvestimento ou distribuição dos resultados positivos aos cotistas do FI-FGTS, em cada exercício;

c) definir a forma de deliberação, de funcionamento e a composição do Comitê de Investimento;

d) estabelecer o valor da remuneração da Caixa Econômica Federal pela administração e gestão do FI-FGTS, inclusive a taxa de risco;

e) definir a exposição máxima de risco dos investimentos do FI-FGTS;

f) estabelecer o limite máximo de participação dos recursos do FI-FGTS por setor, por empreendimento e por classe de ativo, observados os requisitos técnicos aplicáveis;

g) estabelecer o prazo mínimo de resgate das cotas e de retorno dos recursos ao FGTS;

h) aprovar o regulamento do FI-FGTS;

i) autorizar a integralização de cotas do FI-FGTS pelos trabalhadores, estabelecendo previamente os limites globais e individuais, parâmetros e condições de aplicação e resgate;

j) pronunciar-se sobre as contas do FI-FGTS, antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle, para os fins legais.

Art. 4° Compete ao Presidente do Conselho:

I - presidir as sessões plenárias, orientar os debates, tomar os votos e, votar;

II - emitir voto de qualidade nos casos de empate;

III - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV - requisitar as informações de que o Conselho necessitar;

V - solicitar estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do Conselho, bem como constituir grupos técnicos para tratar de assuntos específicos, quando julgar oportuno;

VI - conceder vista de matéria aos conselheiros, observadas as disposições do artigo 9º;

VII - decidir, "ad referendum" do Conselho Curador, utilizando-se de consulta prévia quando se tratar de matéria inadiável e não houver tempo hábil para a realização de reunião, devendo dar conhecimento imediato da decisão aos conselheiros.

Parágrafo Único - A decisão de que trata o inciso VII deste artigo, será submetida à deliberação do Conselho na primeira reunião subsequente ao ato, acompanhada de justificativa.

Art. 5° Compete aos conselheiros:

I - zelar pelo fiel cumprimento e observância da legislação pertinente ao FGTS;

II - participar das reuniões, apreciar e votar as matérias submetidas a exame;

III - encaminhar ao Conselho, por intermédio de sua Secretaria Executiva, quaisquer matérias que tenham interesse em submeter ao Colegiado;

IV - indicar representante, titular e suplente, para compor o Grupo de Apoio Permanente (GAP);

V - encaminhar à Secretaria-Executiva do Conselho Curador a documentação que comprove o cumprimento das disposições da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, que estabelece a obrigatoriedade de apresentação da declaração de bens e rendas;

VI - encaminhar, de acordo com o modelo disponibilizado pela Secretaria-Executiva, a declaração confidencial contendo informações sobre atividades pessoais com objetivo evitar situação em que possa ocorrer conflito de interesses pessoais com os interesses do FGTS.

Parágrafo Único - O conselheiro poderá indicar assessoramento técnico profissional de suas respectivas áreas, por sua exclusiva conta, para tratar de assuntos específicos do FGTS.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

Art. 6° O Conselho reunir-se-á:

I - ordinariamente, a cada bimestre, por convocação de seu Presidente por meio da Secretaria-Executiva com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

II - extraordinariamente, em caso de urgência e relevância, por convocação de seu Presidente ou por solicitação de qualquer conselheiro, observado o disposto no § 2º do presente artigo.

§ 1° Caso a Reunião Ordinária não seja convocada pelo Presidente do Conselho até o final do bimestre, qualquer conselheiro poderá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do encerramento do bimestre referido no inciso I.

§ 2° O ato de convocação da Reunião Extraordinária, quando solicitado pelo conselheiro, será formalizado pelo Presidente do Conselho por meio da Secretaria-Executiva, até 5 (cinco) dias, após o recebimento de requerimento e, a reunião será realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir do ato de convocação.

§ 3º Os participantes das reuniões do Conselho deverão observar o Código de Padrões de Conduta do FGTS, aprovado por meio da Resolução nº 696, de 24 de julho de 2012.

§ 4º Os convidados para participarem das reuniões do Conselho Curador deverão ser avaliados e autorizados pela Secretaria Executiva.

Art. 7º Os Conselheiros deverão receber da Secretaria-Executiva com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da reunião ordinária, a pauta da reunião e a versão definitiva das matérias dela constantes.

Art. 8º As reuniões do Conselho, serão realizadas com a presença de, no mínimo, 13 (treze) conselheiros.

§ 1º Será facultada aos suplentes dos conselheiros a participação nas reuniões, em conjunto com o titular, nesse caso sem direito a voto.

§ 2º O Presidente, por solicitação de qualquer conselheiro, poderá facultar a palavra a pessoas não integrantes do Colegiado, para se pronunciarem sobre matéria de interesse do FGTS.

Art. 9º Qualquer conselheiro poderá pedir vista de matéria submetida à deliberação do Conselho.

§ 1º O pedido de vista das matérias será submetido pelo Presidente à deliberação dos conselheiros presentes à reunião.

§ 2º O pedido de vista será aprovado com a concordância de, no mínimo, 8 (oito) conselheiros.

§ 3º A matéria cuja vista for concedida, será levada à votação na reunião ordinária seguinte àquela em que se deu o pedido, a não ser que o Conselho delibere de outra forma no ato da concessão.

Art. 10. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, tendo o Presidente voto de qualidade, observado o quórum previsto no artigo 8º.

Art. 11. As propostas para deliberação serão apresentadas pelos conselheiros através de voto, acompanhado de minuta de resolução.

§ 1° Os votos deverão conter enunciado sucinto de seu objeto, histórico e justificativa do pleito e, se for o caso, parecer técnico e informações adicionais, que comporão anexos.

§ 2° Os votos deverão ser encaminhados à Secretaria Executiva até 15 (quinze) dias antes das reuniões ordinárias.

§ 3° Excepcionalmente, o Conselho, por decisão da maioria dos presentes à reunião, poderá permitir a inclusão de voto extrapauta, atendendo à justificativa de urgência e relevância apresentada pelo conselheiro proponente.

Art. 12. As decisões de natureza normativa do Conselho terão a forma de Resolução, serão expedidas em ordem numérica crescente e serão publicadas no Diário Oficial da União.

Parágrafo Único - Os Órgãos integrantes do Conselho e participantes da administração do FGTS expedirão, sempre que necessário, normas próprias, regulamentando as resoluções aprovadas pelo Conselho.

Art. 13. As despesas necessárias para o comparecimento às reuniões do Conselho e reuniões técnicas constituirão ônus dos respectivos órgãos e entidades representadas.

Art. 14 O Conselho é assessorado, tecnicamente, pelo Grupo de Apoio Permanente (GAP).

§ 1º O GAP tem como atribuições:

I - desenvolver estudos técnicos sobre matérias que lhe forem encaminhadas pelo Conselho;

II - debater votos e minutas de resoluções que lhe forem encaminhadas pelo Conselho ou por conselheiro, contribuindo para a disseminação e o nivelamento das informações técnicas pelos participantes, visando transmitir aos membros do colegiado os subsídios e esclarecimentos necessários para a formulação de suas decisões;

III - outras, de natureza consultiva e de assessoramento, que lhe sejam atribuídas pelo Conselho.

§ 2º O GAP tem como membros titulares e suplentes, representantes técnicos indicados formalmente pelos conselheiros ou por suas respectivas entidades, e suas reuniões serão presididas pelo Secretário-Executivo do Conselho.

§ 3º As reuniões do GAP serão realizadas, semanalmente, por convocação do Secretário-Executivo com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 4º A pauta da reunião do GAP e seus respectivos materiais serão encaminhados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, para os membros do GAP e dos órgãos de controle.

§ 5º Os convidados para participarem das reuniões do GAP deverão ser avaliados e autorizados pela Secretaria Executiva.

CAPÍTULO III

DAS INFORMAÇÕES, DAS CONSULTAS E DAS DENÚNCIAS

Art. 15. O Conselho, ou qualquer de seus conselheiros ou membros do GAP, poderá requerer ao Gestor da Aplicação, ao Agente Operador, SIT e PGFN as informações necessárias ao conhecimento da realidade da gestão e aplicação dos recursos do FGTS, bem como requisitar a qualquer entidade representada no colegiado as informações que julgar necessárias ao desempenho de suas atribuições.

§ 1º Os pedidos de informações serão encaminhados, preferencialmente, por meio da Secretaria Executiva, que deverá enviar os requerimentos ao órgão destinatário em até 5 (cinco) dias, do seu recebimento.

§ 2º A resposta deverá ser remetida à Secretaria Executiva, pelo Órgão responsável pela matéria, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento, podendo haver prorrogação, desde que tempestivamente solicitada, contendo justificativa e novo prazo.

§ 3º As informações, bem como as eventuais justificativas de prorrogação de prazo, deverão ser remetidas ao solicitante, pela Secretaria Executiva, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após seu recebimento.

§ 4º No caso de urgência ou quando se referir a informações pertinentes a assuntos em pauta de reunião do Conselho, as solicitações deverão ser feitas, com a antecedência necessária, diretamente ao Órgão competente, que enviará as respostas ao solicitante, em tempo hábil para o exame da matéria.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 16. Os documentos referentes à administração do FGTS, que forem enviados para conhecimento do Conselho, deverão ser remetidos pela Secretaria Executiva, aos Conselheiros, em até 5 (cinco) dias, do seu recebimento.

Art. 17. As denúncias ou reclamações, devidamente formalizadas, que apresentem indícios consistentes de irregularidades relativas ao FGTS serão recebidas pela Secretaria-Executiva do Conselho, que adotará as providências cabíveis para apuração, e, se necessário, encaminhará para deliberação do Conselho.

Art. 18. O Conselho, atendendo ao disposto no inciso VI do art. 5º, da Lei n.º 8.036, de 1990, receberá, por intermédio de sua Secretaria Executiva, consultas ou pedidos de esclarecimentos que lhe forem dirigidos, a respeito da aplicação das normas regulamentares relativas ao Fundo, e tomará as providências necessárias à elaboração e encaminhamento das respostas.

Parágrafo único - Quando as consultas ou pedidos de esclarecimentos tiverem por objeto dissipar dúvidas quanto a procedimento adotado por qualquer entidade com atribuições de gestão, operação, fiscalização, inscrição em Dívida Ativa, representação judicial e extrajudicial e cobrança, a Secretaria Executiva ouvirá, previamente, a entidade responsável pelo ato, ou encarregada de sua realização.

CAPÍTULO IV

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 19. O Conselho disporá de uma Secretaria Executiva subordinada diretamente ao Presidente.

Art. 20. São atribuições da Secretaria Executiva:

I - manter articulações com órgãos e entidades integrantes do Conselho Curador do FGTS;

II - acompanhar a elaboração do relatório de apreciação das contas do FGTS, antes do seu encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo para os fins legais;

III - coordenar a elaboração das manifestações sobre o atendimento das recomendações ou determinações dos órgãos de controle interno e externo;

IV - oferecer subsídios ao Conselho para dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas relativas ao FGTS;

V - revisar as Resoluções do Conselho previamente à sua publicação, no que se refere à forma;

VI - providenciar a publicação no Diário Oficial da União das decisões de natureza normativa proferidas pelo Conselho;

VII - agendar e secretariar as reuniões do Conselho;

VIII - elaborar as atas das reuniões, distribuí-las aos conselheiros para apreciação, até 60 (sessenta) dias, após a realização de cada reunião;

IX - assessorar e subsidiar o Presidente do Conselho;

X - promover as articulações necessárias para a instalação do GAP, dos grupos técnicos e acompanhar suas atividades;

XI - atuar de forma integrada com a SIT e PGFN, oferecendo-lhes subsídios para sua atuação, nos assuntos relacionados ao FGTS;

XII - atuar de forma integrada com a Assessoria Parlamentar do Ministério do Trabalho no acompanhamento da tramitação dos projetos de lei referentes ao FGTS, em articulação com os demais órgãos governamentais envolvidos com o mesmo;

XIII - manter organizado acervo de assuntos de interesse do FGTS;

XIV - dar tratamento às denúncias encaminhadas ao Conselho, objetivando sua averiguação;

XV - promover o atendimento aos auditores e às suas demandas por ocasião das auditorias sobre o FGTS, providenciando as justificativas e esclarecimentos necessários, no que se refere ao Conselho e à Secretaria Executiva;

XVI - praticar os demais atos necessários para que sejam exercidas as competências do Conselho.

Art. 21 - Ao Secretário Executivo compete:

I - assistir ao Presidente do Conselho nos assuntos de sua competência;

II - dirigir a execução das atividades técnico-administrativas de apoio ao Conselho;

III - secretariar as reuniões do Conselho, e responsabilizar-se pela elaboração das atas;

IV - zelar pelo cumprimento das instruções emanadas pelo Conselho;

V - presidir as reuniões do GAP e dos grupos técnicos;

VI - expedir atos de convocação para reuniões do Conselho, por determinação de seu Presidente.

Art. 22 - Cabe ao Ministério do Trabalho proporcionar ao Conselho os meios necessários ao exercício de sua competência, inclusive no que se refere ao funcionamento da Secretaria Executiva.

Art. 23 - As deliberações do Conselho, com relação a alterações deste Regimento Interno, deverão contar com aprovação de, no mínimo, 16 (dezesseis) Conselheiros.

Art. 24 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas quanto à aplicação deste Regimento Interno serão dirimidas pelo Conselho.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 24 DE MAIO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.001599/2013-76	201437791	Acreaves Alimentos Ltda	AC
2	46200.001603/2013-04	201439280	Acreaves Alimentos Ltda	AC
3	46200.001613/2013-31	201414210	Acreaves Alimentos Ltda	AC
4	46200.001614/2013-86	201414244	Acreaves Alimentos Ltda	AC
5	46200.001615/2013-21	201414180	Acreaves Alimentos Ltda	AC
6	46202.002884/2016-37	208880135	Empacotadora Amazonas Ltda EPP	AM
7	46202.002886/2016-26	208880143	Empacotadora Amazonas Ltda EPP	AM
8	46202.002888/2016-15	208852425	Empacotadora Amazonas Ltda EPP	AM
9	46202.002889/2016-60	208851895	Empacotadora Amazonas Ltda EPP	AM
10	46202.002890/2016-94	208859756	Empacotadora Amazonas Ltda EPP	AM
11	46202.002891/2016-39	208851861	Empacotadora Amazonas Ltda EPP	AM
12	46202.002892/2016-83	208861700	Empacotadora Amazonas Ltda EPP	AM
13	46202.002586/2016-47	208873210	J.P.V. da Silva & Cia Ltda - EPP	AM
14	46202.002579/2016-45	208873180	J.P.V. da Silva & Cia Ltda - EPP	AM
15	46202.002580/2016-70	208873198	J.P.V. da Silva & Cia Ltda - EPP	AM
16	46202.002581/2016-14	208873171	J.P.V. da Silva & Cia Ltda - EPP	AM
17	46202.002582/2016-69	208873261	J.P.V. da Silva & Cia Ltda - EPP	AM
18	46202.002583/2016-11	208873236	J.P.V. da Silva & Cia Ltda - EPP	AM
19	46202.002584/2016-58	208873228	J.P.V. da Silva & Cia Ltda - EPP	AM
20	46202.002585/2016-01	208873201	J.P.V. da Silva & Cia Ltda - EPP	AM
21	47904.000646/2014-81	202694771	Acopla Industria de Maquinas e Equipamentos Ltda	BA
22	47904.019486/2013-62	202213170	Acopla Industria de Maquinas e Equipamentos Ltda	BA
23	47904.019487/2013-15	202212521	Acopla Industria de Maquinas e Equipamentos Ltda	BA
24	47904.019488/2013-51	202213161	Acopla Industria de Maquinas e Equipamentos Ltda	BA
25	47904.019491/2013-75	202212874	Acopla Industria de Maquinas e Equipamentos Ltda	BA
26	47904.019492/2013-10	202212556	Acopla Industria de Maquinas e Equipamentos Ltda	BA
27	47904.019493/2013-64	202212564	Acopla Industria de Maquinas e Equipamentos Ltda	BA
28	47904.021449/2013-14	202443108	Acopla Industria de Maquinas e Equipamentos Ltda	BA
29	47904.004093/2014-35	203036026	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
30	47904.004094/2014-80	203036034	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
31	47904.005726/2014-22	203450701	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
32	47904.005727/2014-77	203450892	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
33	47904.005728/2014-11	203451015	Amc Servicos e Transportes Ltda	BA
34	47904.005729/2014-66	203451091	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
35	47904.007406/2014-15	203658761	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
36	47904.019215/2013-15	202099202	Bauer Comercio Varejista, Distribuidora e Servicos Ltda - ME	BA
37	47904.019223/2013-53	202098656	Bauer Comercio Varejista, Distribuidora e Servicos Ltda - ME	BA
38	47904.019214/2013-62	202099229	Bauer Comercio Varejista, Distribuidora e Servicos Ltda - ME	BA
39	47904.019216/2013-51	202099199	Bauer Comercio Varejista, Distribuidora e Servicos Ltda - ME	BA
40	47904.019217/2013-04	202099181	Bauer Comercio Varejista, Distribuidora e Servicos Ltda - ME	BA
41	47904.019218/2013-41	202098753	Bauer Comercio Varejista, Distribuidora e Servicos Ltda - ME	BA
42	47904.019219/2013-95	202098745	Bauer Comercio Varejista, Distribuidora e Servicos Ltda - ME	BA
43	47904.019222/2013-17	202098681	Bauer Comercio Varejista, Distribuidora e Servicos Ltda - ME	BA
44	47904.019224/2013-06	202098630	Bauer Comercio Varejista, Distribuidora e Servicos Ltda - ME	BA
45	47904.007196/2013-76	17083591	Santa Casa de Misericordia da Bahia	BA
46	47904.007205/2013-29	17083605	Santa Casa de Misericordia da Bahia	BA
47	47904.009451/2013-15	200902610	Santa Casa de Misericordia da Bahia	BA
48	47904.009452/2013-60	200902628	Santa Casa de Misericordia da Bahia	BA
49	47904.009453/2013-12	200902636	Santa Casa de Misericordia da Bahia	BA
50	46206.139904/2014-22	205496792	MRV Prime Top Taguatinga II Incorporacoes Imobiliarias Ltda	DF
51	46207.009578/2012-58	20576463	Arcelormittal Tubarao Comercial S.A.	ES
52	46207.009579/2012-01	25144260	Arcelormittal Tubarao Comercial S.A.	ES
53	46207.009585/2012-50	25144278	Arcelormittal Tubarao Comercial S.A.	ES
54	46207.001829/2014-18	203031784	Santa Casa de Misericordia de Cachoeiro de Itapemirim	ES
55	46207.001830/2014-42	203031776	Santa Casa de Misericordia de Cachoeiro de Itapemirim	ES

RESOLUÇÃO Nº 891, DE 15 DE MAIO DE 2018

Altera a Resolução nº 702, de 2012, com objetivo de acrescentar os casos de vencimento antecipado da dívida nos motivos que ensejam restituição do desconto ao FGTS.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e no inciso I do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando a recomendação do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), exarada na avaliação das contas do FGTS do exercício de 2014, resolve:

Art. 1º O art. 31 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, que estabelece diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do FGTS, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. Nos casos de transferência ou liquidação antecipada da dívida, amortização extraordinária ou redução de prazo de amortização, ou vencimento antecipado da dívida, os valores dos descontos de que tratam os artigos 29 e 30 serão restituídos ao FGTS, na forma regulamentada pelo Gestor da Aplicação e pelo Agente Operador, no âmbito de suas respectivas competências. (NR)

§ 1º - Serão considerados para fins de restituição ao FGTS, pelos mutuários, nos primeiros cinco anos de financiamento, os casos de vencimento antecipado da dívida comprovados de transferência ou cessão a terceiros, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização do agente financeiro; de declaração/informação falsa prestada pelo devedor; de descumprimento das obrigações estipuladas em lei ou no contrato, devendo esses casos serem atestados por órgão competente. (AC)

§ 2º - Os valores do desconto nos casos de vencimento antecipado serão considerados dívida de que trata o inciso I do § 3º do artigo 27 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e será exigida do mutuário a restituição ao FGTS do valor que sobejar ao saldo devedor da dívida, assegurado o desconto equilíbrio ao agente financeiro até a comprovação do descumprimento, após a alienação do imóvel pelo fiduciário. (AC)"

Art. 2º O Gestor da Aplicação deverá regulamentar as disposições complementares a esta Resolução no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação.

Art. 3º O Agente Operador deverá regulamentar as disposições complementares a esta Resolução no prazo de até 30 (trinta) dias após a regulamentação pelo Gestor da Aplicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ARANTES
Presidente do Conselho

Em exercício

56	46207.001831/2014-97	203031741	Santa Casa de Misericordia de Cachoeiro de Itapemirim	ES
57	46208.017515/2014-27	205371515	Prudencia Vigilância e Segurança Ltda - EPP	GO
58	46208.014771/2014-62	204882320	Prudencia Vigilância e Segurança Ltda - EPP	GO
59	46208.017507/2014-81	205363199	Prudencia Vigilância e Segurança Ltda - EPP	GO
60	46208.017508/2014-25	205363172	Prudencia Vigilância e Segurança Ltda - EPP	GO
61	46208.017509/2014-70	205363148	Prudencia Vigilância e Segurança Ltda - EPP	GO
62	46208.017510/2014-02	205363121	Prudencia Vigilância e Segurança Ltda - EPP	GO
63	46208.017511/2014-49	205363300	Prudencia Vigilância e Segurança Ltda - EPP	GO
64	46208.017517/2014-16	205370497	Prudencia Vigilância e Segurança Ltda - EPP	GO
65	46208.016390/2014-18	205176798	Prudência Vigilância e Segurança Ltda - EPP	GO
66	46208.017513/2014-38	205363709	Prudencia Vigilância e Segurançaa Ltda - EPP	GO
67	47747.005190/2015-86	206691840	Adicao Distribuicao Express Ltda	MG
68	46240.002945/2015-29	208094334	Agro Pecuária Carmo Silva Ltda.	MG
69	46240.002946/2015-73	208094351	Agro Pecuária Carmo Silva Ltda.	MG
70	46240.002992/2015-72	208094342	Agropecuária Carmo Silva Ltda	MG
71	47747.005195/2012-66	24586846	Cemig Distribuição S.A	MG
72	46237.001135/2015-12	207518521	Comercio de Moveis Rocha & Teixeira Ltda - EPP	MG
73	46240.000435/2016-06	209257733	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda	MG
74	46240.000436/2016-42	209257741	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda	MG
75	46240.000437/2016-97	209257776	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda	MG
76	46240.000438/2016-31	209257784	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda	MG
77	46240.000453/2016-80	209289538	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda	MG
78	46240.000454/2016-24	209289554	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda	MG
79	46240.000455/2016-79	209289562	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda	MG
80	46240.000456/2016-13	209289821	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda	MG
81	46240.000457/2016-68	209291664	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda	MG
82	46240.000458/2016-11	209291672	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda	MG
83	46240.000459/2016-57	209291699	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda	MG
84	46237.000598/2015-59	206588160	DPC Distribuidor Atacadista S/A	MG
85	46243.000359/2016-09	208798412	Enge Ponte Service Ltda. - ME	MG
86	46243.002681/2014-01	204746256	Ferrosider Componentes Ltda.	MG
87	46243.002912/2014-78	204746086	Ferrosider Componentes Ltda.	MG
88	46236.001874/2015-14	207090661	Fundacao Geraldo Correa	MG
89	46236.001875/2015-51	207193355	Fundacao Geraldo Correa	MG
90	46236.001876/2015-03	207090718	Fundacao Geraldo Correa	MG
91	46236.001877/2015-40	207090807	Fundacao Geraldo Correa	MG
92	46240.002236/2015-43	207521441	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
93	46240.002237/2015-98	207521484	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
94	46240.002238/2015-32	207521549	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
95	46240.002239/2015-87	207521557	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
96	46240.002240/2015-10	207521590	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
97	46240.002249/2015-12	207521611	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
98	46240.002250/2015-47	207521638	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
99	46240.002251/2015-91	207521671	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
100	46240.002252/2015-36	207521778	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
101	46240.002310/2015-21	207519650	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
102	46240.002311/2015-76	207521263	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
103	46240.002322/2015-56	207518378	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
104	46240.002323/2015-09	207521450	Geraldo Eloizo da Silva Oliveira	MG
105	46234.002065/2015-31	207424497	Grao de Ouro Agronegocios Ltda	MG
106	46237.002452/2014-67	204622514	Hospital Nossa Senhora Auxiliadora	MG
107	46243.002592/2015-37	207187100	J.Plus Comercio e Distribuicao Ltda	MG
108	46241.001193/2014-98	203782551	Lav Bem Limpeza & Higienizacao Ltda - ME	MG
109	46241.001190/2014-54	203782313	Lav Bem Limpeza & Higienizacao Ltda - ME	MG
110	46241.001191/2014-07	203782399	Lav Bem Limpeza & Higienizacao Ltda - ME	MG
111	46241.001192/2014-43	203782461	Lav Bem Limpeza & Higienizacao Ltda - ME	MG
112	47747.004701/2015-42	206563515	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
113	47747.004704/2015-86	206583915	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
114	47747.006866/2015-59	206689926	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
115	47747.006867/2015-01	206689811	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
116	47747.006868/2015-48	206689802	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
117	47747.006869/2015-92	206815905	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
118	47747.006870/2015-17	206835281	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
119	47747.006871/2015-61	206835299	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
120	47747.006872/2015-14	206835337	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
121	47747.006873/2015-51	206835345	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
122	47747.006874/2015-03	206952422	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda	MG
123	46235.000312/2015-55	206855052	Santa Casa de Caridade de Diamantina	MG
124	47747.009257/2015-51	207606498	Satel Safar Terraplenagem Ltda	MG
125	46239.000622/2016-11	209129395	SCH Comercio e Industria de Uniformes Ltda ME	MG
126	46239.000623/2016-65	209129409	SCH Comercio e Industria de Uniformes Ltda ME	MG
127	46239.000624/2016-18	209129387	SCH Comercio e Industria de Uniformes Ltda ME	MG
128	46239.000625/2016-54	209129379	SCH Comercio e Industria de Uniformes Ltda ME	MG
129	46239.000639/2016-78	209143410	SCH Comercio e Industria de Uniformes Ltda ME	MG
130	46239.000640/2016-01	209143151	SCH Comercio e Industria de Uniformes Ltda ME	MG
131	46239.000641/2016-47	209143568	SCH Comercio e Industria de Uniformes Ltda ME	MG
132	46239.000642/2016-91	209143266	SCH Comercio e Industria de Uniformes Ltda ME	MG
133	46239.000643/2016-36	209143231	SCH Comercio e Industria de Uniformes Ltda ME	MG
134	47747.003339/2015-92	206452951	Stoque Solucoes Tecnologicas Ltda	MG
135	46235.000518/2013-13	24561487	Supermercado Santos Ltda	MG
136	46235.000519/2013-68	24561495	Supermercado Santos Ltda	MG
137	46245.003691/2014-35	204077532	Treviso JF Veiculos Ltda	MG
138	46245.003692/2014-80	204077541	Treviso JF Veiculos Ltda	MG
139	46245.003693/2014-24	204077559	Treviso JF Veiculos Ltda	MG
140	46245.003694/2014-79	204236223	Treviso JF Veiculos Ltda	MG
141	46245.003695/2014-13	204520240	Treviso JF Veiculos Ltda	MG
142	46245.003696/2014-68	204520258	Treviso JF Veiculos Ltda	MG
143	46235.000101/2015-12	205948413	V & M Florestal Ltda	MG
144	46312.000788/2014-45	202912361	Sertao Comercial de Equipamentos Ltda	MS
145	46300.002384/2015-14	206690339	Terras Alphaville Dourados Empreendimentos Imobiliarios	MS
146	46300.002385/2015-51	206690410	Terras Alphaville Dourados Empreendimentos Imobiliarios	MS
147	46300.002387/2015-40	206690479	Terras Alphaville Dourados Empreendimentos Imobiliarios	MS
148	46300.002389/2015-39	206690533	Terras Alphaville Dourados Empreendimentos Imobiliarios	MS
149	46300.002391/2015-16	206690576	Terras Alphaville Dourados Empreendimentos Imobiliarios	MS
150	46300.002393/2015-05	206690606	Terras Alphaville Dourados Empreendimentos Imobiliarios	MS
151	46300.002394/2015-41	206690631	Terras Alphaville Dourados Empreendimentos Imobiliarios	MS
152	46300.002395/2015-96	206690649	Terras Alphaville Dourados Empreendimentos Imobiliarios	MS
153	46300.002396/2015-31	206690657	Terras Alphaville Dourados Empreendimentos Imobiliarios	MS
154	46653.003269/2015-59	206726716	Banco Bradesco S/A	MT
155	46653.004192/2015-34	207039844	Bartira Agropecuária S.A.	MT
156	46653.004193/2015-89	207039305	Bartira Agropecuária S.A.	MT
157	46653.004194/2015-23	207039143	Bartira Agropecuária S.A.	MT
158	46653.000738/2015-88	205910416	Concremax Concreto Eng e Saneamento Ltda	MT
159	46653.000739/2015-22	205910424	Concremax Concreto Eng e Saneamento Ltda	MT
160	46653.000740/2015-57	205910432	Concremax Concreto Eng e Saneamento Ltda	MT
161	46653.000741/2015-00	205910441	Concremax Concreto Eng e Saneamento Ltda	MT
162	46653.000742/2015-46	205910467	Concremax Concreto Eng e Saneamento Ltda	MT
163	46653.000743/2015-91	205910483	Concremax Concreto Eng e Saneamento Ltda	MT
164	46653.000744/2015-35	205910505	Concremax Concreto Eng e Saneamento Ltda	MT
165	46653.000746/2015-24	205910530	Concremax Concreto Eng e Saneamento Ltda	MT
166	46653.000751/2015-37	205910602	Concremax Concreto Eng e Saneamento Ltda	MT
167	46653.000752/2015-81	205910611	Concremax Concreto Eng e Saneamento Ltda	MT
168	46653.007023/2015-56	208113312	DSS Serviços de Tecnologia da Informação Ltda	MT
169	46653.002850/2014-72	203953053	Hospital Beneficente Santa Helena	MT
170	46653.006875/2015-26	207762821	José Geraldo Rodrigues Neto	MT
171	46222.004133/2013-74	25218573	Consan Engenharia Ltda	PA
172	47533.010834/2015-63	206772076	Agro Industrial Parati Ltda	PR
173	46319.000495/2016-60	208994840	Arauco do Brasil S.A.	PR
174	46319.000496/2016-12	208994831	Arauco do Brasil S.A.	PR
175	46212.007965/2016-12	209272970	MVC Componentes Plasticos S.A.	PR
176	46293.002561/2016-71	209155868	PVC Brazil Industria de Tubos e Conexoes S/A	PR
177	46228.004540/2013-21	202017036	Flexibras Tubos Flexiveis Ltda	RJ
178	46228.000383/2014-66	202708225	Gecoplan Engenharia Ltda	RJ
179	46228.000384/2014-19	202708233	Gecoplan Engenharia Ltda	RJ
180	46228.000388/2014-99	202708276	Gecoplan Engenharia Ltda	RJ
181	46228.000389/2014-33	202708284	Gecoplan Engenharia Ltda	RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

182	46215.021870/2014-10	204230683	HBS Vigilancia e Seguranca Ltda	RJ
183	46871.001510/2014-50	204913985	Premag Sistema de Construcoes Ltda	RJ
184	46871.001511/2014-02	204913993	Premag Sistema de Construcoes Ltda	RJ
185	46871.001512/2014-49	204914001	Premag Sistema de Construcoes Ltda	RJ
186	46871.001513/2014-93	204914019	Premag Sistema de Construcoes Ltda	RJ
187	46871.001514/2014-38	204914027	Premag Sistema de Construcoes Ltda	RJ
188	46871.001515/2014-82	204914035	Premag Sistema de Construcoes Ltda	RJ
189	46871.001516/2014-27	204914043	Premag Sistema de Construcoes Ltda	RJ
190	46215.012944/2014-19	203741391	Pronep Lar Internacao Domiciliar Ltda	RJ
191	46215.012947/2014-52	203741439	Pronep Lar Internacao Domiciliar Ltda	RJ
192	46215.022150/2014-63	204831881	Rangeltec Solucoes Industriais e Comercio de Pecas Ltda	RJ
193	46230.004010/2014-15	203953860	Sara Azevedo Joias Ltda - ME	RJ
194	46062.000607/2014-70	203151836	Sepetiba Cargo Ltda. - EPP	RJ
195	46062.000609/2014-69	203152182	Sepetiba Cargo Ltda. - EPP	RJ
196	46062.000608/2014-14	203151941	Sepetiba Cargo Ltda. - EPP	RJ
197	46215.026399/2013-67	202254968	UP Offshore Apoio Maritimo Ltda	RJ
198	46217.005240/2015-51	207201081	MB Emprendimentos e Construções Ltda	RN
199	46217.005584/2015-60	206802501	Prosegur Brasil S/A - Transportadora de Val e Seguranca	RN
200	46271.003858/2015-21	208421521	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	RS
201	46271.004273/2015-29	208532447	Atena Incorporacoes Ltda	RS
202	47157.000217/2016-75	208827544	Carrefour Comercio e Industria Ltda	RS
203	46271.000619/2016-09	208983490	Dalaio Agropastoril Ltda	RS
204	46218.007366/2016-31	209318791	Hospital de Clinicas de Porto Alegre	RS
205	46218.007367/2016-85	209319071	Hospital de Clinicas de Porto Alegre	RS
206	46218.007368/2016-20	209318775	Hospital de Clinicas de Porto Alegre	RS
207	46218.007371/2016-43	209318830	Hospital de Clinicas de Porto Alegre	RS
208	46218.007372/2016-98	209318821	Hospital de Clinicas de Porto Alegre	RS
209	46218.007373/2016-32	209318970	Hospital de Clinicas de Porto Alegre	RS
210	46275.000034/2016-41	208639241	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
211	46275.000035/2016-95	208639187	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
212	46275.000036/2016-30	208639152	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
213	46275.000037/2016-84	208639233	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
214	46275.000038/2016-29	208639292	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
215	46275.000039/2016-73	208639284	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
216	46275.000040/2016-06	208639349	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
217	46275.000041/2016-42	208639373	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
218	46275.000042/2016-97	208639306	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
219	46275.000043/2016-31	208639446	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
220	46275.000044/2016-86	208639322	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
221	46275.000045/2016-21	208639268	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
222	46275.000046/2016-75	208639438	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
223	46275.000047/2016-10	208639420	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
224	46275.000048/2016-64	208639403	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
225	46275.000049/2016-17	208639365	Moveis Schuster Ltda EPP	RS
226	46218.014430/2015-59	207887691	Planalto Service Ltda	RS
227	46218.014431/2015-01	207887039	Planalto Service Ltda	RS
228	46218.007692/2016-48	209310952	Premier Saude Total Ltda - ME	RS
229	46218.005272/2016-27	208936831	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
230	46218.005274/2016-16	208936807	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
231	46218.005275/2016-61	208936793	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
232	46218.005276/2016-13	208936734	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
233	46218.005277/2016-50	208936726	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
234	46218.005278/2016-02	208936718	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
235	46218.005282/2016-62	208936637	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
236	46218.005283/2016-15	208936335	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
237	46218.005284/2016-51	208936297	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
238	46218.005288/2016-30	208935827	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
239	46218.005293/2016-42	208935720	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
240	46218.005294/2016-97	208935631	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
241	46218.005295/2016-31	208935614	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
242	46218.005296/2016-86	208935584	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
243	46218.005297/2016-21	208935525	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
244	46218.005298/2016-75	208935479	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
245	46218.005299/2016-10	208935452	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
246	46218.005300/2016-14	208935380	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
247	46218.005301/2016-51	208935347	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
248	46218.005302/2016-03	208935100	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
249	46218.005303/2016-40	208935053	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
250	46218.005304/2016-94	208934944	SIPAR Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
251	46218.005270/2016-38	208936858	Sipar - Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
252	46218.005271/2016-82	208936840	Sipar - Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
253	46218.005273/2016-71	208936815	Sipar - Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
254	46218.005279/2016-49	208936688	Sipar - Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
255	46218.005280/2016-73	208936661	Sipar - Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
256	46218.005281/2016-18	208936653	Sipar - Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
257	46218.005285/2016-04	208936289	Sipar - Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
258	46218.005286/2016-41	208936211	Sipar - Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
259	46218.005287/2016-95	208936157	Sipar - Sociedade de Incorporacoes e Participacoes S.A.	RS
260	46218.005034/2016-11	209047925	Turra Magni e Breda Advogados Associados S/C	RS
261	46271.000755/2016-91	209157186	Union Negocios Imobiliarios Ltda	RS
262	46271.000756/2016-35	209155485	Union Negocios Imobiliarios Ltda	RS
263	47620.005189/2014-05	205196519	Back, Servicos de Vigilancia e Seguranca Ltda	SC
264	46301.000094/2015-18	205698867	Bergamaschi & Cia Ltda	SC
265	46220.008286/2014-91	205424686	Casvig Catarinense de Seguranca e Vigilancia Ltda	SC
266	46220.008288/2014-81	205423604	Casvig Catarinense de Seguranca e Vigilancia Ltda	SC
267	46220.008289/2014-25	205423370	Casvig Catarinense de Seguranca e Vigilancia Ltda	SC
268	46220.008309/2014-68	205424678	Casvig Catarinense de Seguranca e Vigilancia Ltda	SC
269	46301.000916/2015-61	206593198	Cooperativa Regional Alfa	SC
270	46301.001479/2015-01	207366616	Cooperativa Regional Alfa	SC
271	46220.003602/2015-10	207134251	DC Logistics Brasil Ltda	SC
272	46220.004749/2015-27	207714452	Madri Quimica Industrial Ltda - ME	SC
273	46254.003096/2016-52	210034777	Antonio Levorato Neto	SP
274	46254.003097/2016-05	210051655	Antonio Levorato Neto	SP
275	46254.003100/2016-82	210042591	Antonio Levorato Neto	SP
276	46254.003101/2016-27	210042621	Antonio Levorato Neto	SP
277	46254.003102/2016-71	210042575	Antonio Levorato Neto	SP
278	46254.003103/2016-16	210042532	Antonio Levorato Neto	SP
279	46254.003104/2016-61	210042559	Antonio Levorato Neto	SP
280	46254.003105/2016-13	210042524	Antonio Levorato Neto	SP
281	46254.003106/2016-50	207807051	Antonio Levorato Neto	SP
282	46254.003107/2016-02	207807035	Antonio Levorato Neto	SP
283	46254.003108/2016-49	207807043	Antonio Levorato Neto	SP
284	46254.003328/2016-72	210158344	Antonio Levorato Neto	SP
285	46254.003640/2016-66	210293918	Antonio Levorato Neto	SP
286	46254.003641/2016-19	210293942	Antonio Levorato Neto	SP
287	46254.003642/2016-55	210293969	Antonio Levorato Neto	SP
288	46254.003768/2016-20	210388170	Antonio Levorato Neto	SP
289	46254.003769/2016-74	210388226	Antonio Levorato Neto	SP
290	46254.003771/2016-43	210388064	Antonio Levorato Neto	SP
291	46254.003772/2016-98	210388081	Antonio Levorato Neto	SP
292	47998.007683/2012-56	24712281	Brookfield Sao Paulo Empreendimentos Imobiliarios S.A.	SP
293	47998.007671/2012-21	24715531	Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S/A	SP
294	47998.007674/2012-65	24712442	Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S/A	SP
295	47998.007675/2012-18	24712469	Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S/A	SP
296	47998.007676/2012-54	24712451	Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S/A	SP
297	47998.007677/2012-07	24712477	Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S/A	SP
298	47998.007682/2012-10	24712302	Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S/A	SP
299	47998.007684/2012-09	24712299	Brookfield São Paulo Empreendimentos Imobiliários S/A	SP
300	46260.001877/2014-61	203291395	CCM Construções Metálicas Caldeiraria E Equipamentos Lt	SP
301	47998.007635/2012-68	24710512	Company S/A	SP
302	47998.007641/2012-15	24710547	Company S/A	SP
303	47998.007645/2012-01	24710563	Company S/A	SP
304	46262.000229/2014-78	202678334	ET Elastomeros Tecnicos Ltda - EPP	SP
305	46262.000230/2014-01	202678288	ET Elastomeros Tecnicos Ltda - EPP	SP
306	46262.000231/2014-47	202678318	ET Elastomeros Tecnicos Ltda - EPP	SP
307	46260.002564/2014-21	203527135	Fisioclinic S/S - EPP	SP
308	46219.004326/2016-27	209106417	Flora Produtos de Higiene E Limpeza S.A	SP
309	46262.004578/2014-69	205150586	Hospital e Maternidade Sao Luiz S.A.	SP
310	46427.000859/2014-12	203031296	Iashumaro Ioshida e Outro	SP
311	46427.000862/2014-36	203031181	Iashumaro Ioshida e Outro	SP
312	46427.000863/2014-81	203031130	Iashumaro Ioshida e Outro	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

313	46427.000864/2014-25	203031385	Iashumaro Ioshida e Outro	SP
314	46427.000865/2014-70	203031415	Iashumaro Ioshida e Outro	SP
315	46427.000866/2014-14	203031318	Iashumaro Ioshida e Outro	SP
316	46427.000867/2014-69	203030851	Iashumaro Ioshida e Outro	SP
317	46427.000868/2014-11	203030737	Iashumaro Ioshida e Outro	SP
318	46427.000869/2014-58	203030826	Iashumaro Ioshida e Outro	SP
319	46427.000870/2014-82	203030893	Iashumaro Ioshida e Outro	SP
320	46260.004433/2014-88	204465117	Industria de Produtos Alimenticios Cory Ltda	SP
321	46261.004139/2015-47	207617970	Libra Terminal 35 S/A	SP
322	46261.004140/2015-71	207617953	Libra Terminal 35 S/A	SP
323	46261.004142/2015-61	207617945	Libra Terminal 35 S/A	SP
324	46261.004143/2015-13	207617937	Libra Terminal 35 S/A	SP
325	46257.000025/2012-44	21869448	Maderart Industria e Comercio de Molduras Ltda	SP
326	46260.002340/2014-19	203519523	Marcos Antonio da Cruz	SP
327	46260.002342/2014-16	203519531	Marcos Antonio da Cruz	SP
328	46260.002343/2014-52	203519566	Marcos Antonio da Cruz	SP
329	46260.002344/2014-05	203519558	Marcos Antonio da Cruz	SP
330	46260.002345/2014-41	203519540	Marcos Antonio da Cruz	SP
331	46219.001759/2016-21	208853375	Menu Moderno Armazens Gerais Frigorificos Ltda	SP
332	46254.003727/2016-33	210358203	Municipio de Arealva	SP
333	46254.003728/2016-88	210358246	Municipio de Arealva	SP
334	46254.003729/2016-22	210358254	Municipio de Arealva	SP
335	46254.003730/2016-57	210358262	Municipio de Arealva	SP
336	46254.003731/2016-00	210358297	Municipio de Arealva	SP
337	46254.003732/2016-46	210358301	Municipio de Arealva	SP
338	46375.000093/2014-29	202763919	Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda.	SP
339	46260.006682/2013-27	201923874	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
340	46260.004505/2013-14	201455862	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
341	46260.004506/2013-51	201456036	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
342	46260.004507/2013-03	201456044	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
343	46260.004508/2013-40	201456095	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
344	46260.004509/2013-94	201455871	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
345	46260.004510/2013-19	201455960	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
346	46260.004511/2013-63	201456001	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
347	46260.004512/2013-16	201456311	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
348	46260.004513/2013-52	201456303	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
349	46260.004514/2013-05	201456281	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
350	46260.004515/2013-41	201456273	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
351	46260.004516/2013-96	201456265	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
352	46260.004517/2013-31	201456222	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
353	46260.004518/2013-85	201455846	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
354	46260.004519/2013-20	201456206	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
355	46260.004520/2013-54	201455854	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
356	46260.006685/2013-61	201923998	S. de A. Gonzalez Ribeirão Preto - ME	SP
357	46254.003988/2016-53	210519347	Salgadinhos da Feira Industria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. ME	SP
358	46254.003989/2016-06	210519363	Salgadinhos da Feira Industria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. ME	SP
359	46254.003990/2016-22	210519371	Salgadinhos da Feira Industria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. ME	SP
360	46254.003991/2016-77	210519398	Salgadinhos da Feira Industria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. ME	SP
361	47238.000091/2016-39	208879421	Santa Casa de Miser da Irsenhor dos Passos de Ubatuba	SP
362	47238.000092/2016-83	208879455	Santa Casa de Miser da Irsenhor dos Passos de Ubatuba	SP
363	47238.000093/2016-28	208879480	Santa Casa de Miser da Irsenhor dos Passos de Ubatuba	SP
364	47238.000094/2016-72	208899952	Santa Casa de Miser da Irsenhor dos Passos de Ubatuba	SP
365	46219.022999/2015-88	208528261	Sawary Confecçoes Ltda	SP
366	46260.005934/2013-09	202001695	SBF Comercio de Produtos Esportivos Ltda	SP
367	46260.005935/2013-45	202001610	SBF Comercio de Produtos Esportivos Ltda	SP
368	46260.005936/2013-90	202001679	SBF Comercio de Produtos Esportivos Ltda	SP
369	46260.005937/2013-34	202001644	SBF Comercio de Produtos Esportivos Ltda	SP
370	46375.000351/2014-77	204287499	Vandereli Fernandes Macedo EPP	SP
371	46375.000375/2014-26	204423368	Vanderlei Fernandes Macedo EPP	SP
372	46375.000376/2014-71	204423376	Vanderlei Fernandes Macedo EPP	SP
373	46260.005196/2014-72	204897297	Viralcool - Açúucar e Álcool Ltda.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46200.001616/2013-75	200.142.976	Acreaves Alimentos Ltda.	AC
2	46204.004938/2013-36	200.111.680	Santa Casa de Misericórdia	BA
3	46207.001828/2014-73	200.245.546 - TRet nº200.637.282	Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim	ES
4	46240.000757/2016-47	200.739.409	Distribuidora de Bebidas Farid Ltda.	MG
5	47747.008203/2015-79	200.539.761	Engeprol Piscinas e Lazer Eireli	MG
6	46237.002454/2014-56	200.352.288 - TRet nº 200.799.347	Hospital Nossa Senhora Auxiliadora	MG
7	47747.006865/2015-12	200.514.351	Rodopass Transporte Coletivo de Passageiros Ltda.	MG
8	46222.007415/2015-95	200.562.851	IBI Promotora de Vendas Ltda.	PA
9	46271.003859/2015-76	200.631.357 - TRet nº200.678.850	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	RS
10	46257.000026/2012-99	506.576.981	Maderart Ind., Comércio, Importação e Exportação	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.021446/2013-81	202443124	Acopla Industria de Maquinas e Equipamentos Ltda	BA
2	47904.021447/2013-25	202443167	Acopla Industria de Maquinas e Equipamentos Ltda	BA
3	47904.005730/2014-91	203451287	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
4	47904.007396/2014-18	203658841	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
5	47904.007401/2014-84	203658817	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
6	47904.007405/2014-62	203658787	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
7	47904.007408/2014-04	203658736	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
8	47904.007410/2014-75	203658647	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
9	47904.007411/2014-10	203658621	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
10	47904.007412/2014-64	203658591	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
11	47904.007413/2014-17	203651774	AMC Servicos e Transportes Ltda	BA
12	47904.020047/2013-01	202287203	ARM Consultoria em Seguranca Ltda	BA

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.017514/2014-82	205371221	Prudência Vigilância e Segurança Ltda. - EPP	GO
2	46208.017516/2014-71	205371663	Prudência Vigilância e Segurança Ltda. - EPP	GO
3	46271.003853/2015-07	208368281	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	RS
4	46271.003854/2015-43	208367993	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	RS
5	46271.003857/2015-87	208367951	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	RS
6	46260.006683/2013-71	201923882	S. de A. Gonzales Ribeirão Preto - ME	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46249.000732/2012-30	022268685	Município de João Monlevade (Prefeitura de)	MG

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46218.008915/2016-94	209547430	Agencia Loterica Tesouro de Ouro Ltda - ME	RS
2	46271.004289/2015-31	208574859	Associação Dr. Bartholomeu Tacchini	RS
3	46271.004182/2015-93	208654836	Atena Incorporacoes Ltda	RS
4	46218.010844/2016-90	209841931	Bar e Restaurante Espaco Gaucho Ltda - ME	RS
5	46218.009576/2016-63	209637552	Bicho Chic Ltda - ME	RS
6	46218.003541/2016-11	208952594	Cães e Gatos do Brasil Ltda - ME	RS
7	46218.015678/2015-37	208013997	Casa de Festas e Eventos Alegre Ltda - ME	RS
8	46218.008329/2016-40	209466537	CGE Central Gaucha de Estagios Ltda - ME	RS
9	46271.002327/2016-01	210067454	Circulo Operario Caxiense	RS
10	47191.000363/2016-84	209465484	Clinica Dentaria Gravatai RS Ltda - ME	RS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11	46218.020216/2015-31	208454471	Comercio de Confeccoes e Calcados Fairdous Ltda - ME	RS
12	46218.010524/2016-30	209780631	Costa Leite Pet Shop Ltda - ME	RS
13	46271.000821/2016-22	209149663	Dalaio Agropastoril Ltda	RS
14	47191.000639/2016-24	210376911	Dubrasil Comercio do Vestuario - Eireli - ME	RS
15	46271.002326/2016-58	210067471	Eme 4 Construcoes Ltda - ME	RS
16	46271.002144/2016-87	209909358	Engefoto Engenharia e Aerolevantamentos S.A	RS
17	46218.007377/2016-11	209288973	Giovanne Silva Bittencourt	RS
18	47187.000172/2016-81	209060158	HB Transportes e Logistica Ltda	RS
19	47157.001561/2016-81	210247487	Industria de Calcados Campa - Eireli - ME	RS
20	46218.017282/2015-24	208160841	J.A.L. Organizadora de Eventos Ltda	RS
21	46272.001784/2016-60	209453486	Jaf Sistemas de Seguranca Ltda - EPP	RS
22	47191.000607/2016-29	210304227	Julio Cesar da Cunha Luz	RS
23	46218.019626/2015-30	208381384	Lake Beer Chopperia e Petisqueira Ltda.	RS
24	46218.006282/2016-80	209185465	Luis Antonio Prestes Fonseca - ME	RS
25	46218.008656/2016-00	209519398	Mauro Garcia dos Santos - ME	RS
26	46218.011909/2016-14	209882158	MS Desenvolvimento de Sistemas Ltda - ME	RS
27	46218.010787/2016-49	209829745	Pratti Servicos Automotivos Ltda. ME	RS
28	46218.007241/2016-19	209336951	Premier Saude Total Ltda - ME	RS
29	46218.011561/2016-65	209943220	Radio e Televisao Bandeirantes S.A.	RS
30	46218.011562/2016-18	209882191	Radio e TV Portovisao Ltda	RS
31	46218.007065/2016-15	209309296	Reciclabras Comercio de Reciclaveis Eireli - EPP	RS
32	46218.010521/2016-04	209780428	Rita Beatriz Elmke Soutil	RS
33	46218.001043/2016-33	208759298	Rogerio da Cunha Torres - ME	RS
34	46218.013529/2015-33	207574391	Sat Antenas Ltda - ME	RS
35	46218.008658/2016-91	209519517	Sete Car Service Estacionamento Ltda - ME	RS
36	46218.005864/2016-49	209142481	Turra Magni e Breda Advogados Associados S/C	RS
37	46271.001174/2016-76	209286342	Union Negocios Imobiliarios Ltda	RS
38	46218.013815/2015-07	207711003	Vanderlei da Silva	RS
39	46218.006578/2016-09	209206683	Vanessa Xinendes Silva	RS
40	46301.002415/2015-19	208319611	Banco do Brasil S.A	SC

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46206.074397/2016-36	210029323	Academia Cecaf Ltda. - ME	DF
2	46218.012456/2016-43	210051795	Frota de Petroleiros do Sul Ltda.	RS
3	46218.012137/2016-38	210001232	VRG Linhas Aéreas S.A.	RS

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32 inciso "c" e "d", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processo de interdição no seguinte termo:
Negando provimento e efeito suspensivo, mantendo a decisão que decretou a interdição

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	47755.000036/2018-61	4.011.969-6	Indústria Santa Clara S.A.	MG

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 11 DE MAIO DE 2018

Tendo em vista a decisão proferida nos autos do processo judicial n.° 0000382-15.2015.5.07.0012 do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região; a Portaria Ministerial n.º 326/2013 e na Nota Técnica n.° 41/2018/CIP/GAB/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho- Substituto no uso de suas atribuições legais, resolve CANCELAR o registro sindical do SINDIFASTFOOD CE - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Refeições Rápidas (Fast Food) de Fortaleza - CE, CNPJ: 22.229.233/0001-01, Processo Administrativo n.° 46205.006117/2015-96.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA
Secretário
Substituto

DESPACHO DE 17 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 554/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o Processo de Registro Sindical nº 46205.006698/2012-13, de interesse do SINTRAF - CARIRÉ - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Cariré - CE, CNPJ 15.027.368/0001-10, nos termos do art. 27, inciso IV, da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA
Substituto

DESPACHO DE 17 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 553/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: REMETER para o procedimento de Mediação as seguintes entidades: 1) SINDICATO DOS CONDOMINIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E MISTOS EM PLANTAS HORIZONTAIS E VERTICAIS DO ESTADO DE GOIAS - SINDCONDOMINIO/GO, CNPJ n° 17.390.325/0001-20, processo 46208.000588/2013-07; 2) SECOVI-GO - Sindicato da Habit. e Condom. do Estado de Goiás, CNPJ 02.581.395/0001-99, processo 46000.005714/97, Impugnação n° 46000.007611/2016-55, nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 552/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: a) ARQUIVAR a impugnação n.º 46000.007828/2015-84 nos termos do art. 18, inciso I da Portaria n.º 326/2013; b) REMETER para procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades: SINDPROEMA - Sindicato dos Profissionais em Educação Municipal de Mauá (impugnado), processo de pedido de registro sindical n.º 46262.001583/2012-58 (SC13102), CNPJ n.º 15.017.104/0001-86; SINDSERV - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mauá (impugnante), processo de registro sindical n.º 24000.002866/90-80, CNPJ n.º 45.562.816/0001-47; ANDES - SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (impugnante), processo de registro sindical n.º 24000.001266/90-77, CNPJ n.º 00.676.296/0001-65, com fundamento no art. 20 da Portaria n.º 326/2013 (alterado pela Portaria n.º 1.043, de 04 de setembro de 2017).

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 550/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: REMETER para o procedimento de Mediação as seguintes entidades: SINDIPEL - Sindicato do Comércio Varejista de Material de Escritório, Papelaria e Livraria do Distrito Federal, CNPJ 26.994.103/0001-08, processo 24000.003634/91-11; SINDIRVE/DF - Sindicato das Indústrias Mecânicas Reparadoras de Automóveis, Caminhões, Tratores, Motos e Autopeças do Distrito Federal, CNPJ 08.949.911/0001-71, processo 46206.008215/2007-48; SINCOFARMA - Sindicato do Comerc. Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal, CNPJ 00.113.647/0001-20, processo L057 P052 A1966; Sindióptica - Sindicato do Com. Varejista de Material Óptico Fotográfico do Distrito Federal, CNPJ 00.505.273/0001-98, processo 46000.007505/94-78; SINDMAC - Sindicato do Comércio Varejista de Materiais Construção do Distrito Federal, CNPJ 00.530.956/0001-03, processo L078 P093 A1976; e Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal - SINDIVAREJISTA - DF, CNPJ 00.697.631/0001-01 , nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 17 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	47620.002040/2013-85
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social (Exceto Professores) de Lages - SINTECRAS.
CNPJ	17.755.365/0001-29
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Santa Catarina*: Lages.
Categoria Profissional	Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social. Ficam excluídos da representatividade os empregados em empresas de orientação e formação profissional, inclusive os professores.
Fundamento	NT 584/2018/CGRS/SRT/MTb

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 18 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46223.001342/2014-37
Entidade	SINTE/CN - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado de Coelho Neto/MA
CNPJ	09.205.306/0001-59
Fundamento	NT 543/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 544/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de Alteração Estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Ponta Porã - MS, CNPJ n° 01.989.367/0001-42, Processo n° 46312.007200/2014-84, com fundamento no art. 27, inciso IV, da Portaria n° 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 18 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 545/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o pedido de Registro Sindical do SINDSERV-MONTEZUMA - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MONTEZUMA-MG, CNPJ n° 19.499.222/0001-29, Processo n° 46211.001809/2014-88, com fundamento no art. 27, inciso I, da Portaria n° 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

Substituto

DESPACHO DE 18 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 549/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo n.º 46224.002571/2014-69 (SC16044), de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PULBLICOS DOS MUNICIPIOS DE AGUIAR E IGARACY, CNPJ: 11.389.015/0001-00, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 548/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical n.º 46222.003056/2014-16 de interesse do SINSPUR - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Uruará/PA, CNPJ 01.026.612/0001-16, com respaldo no art. 25, do parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário Substituto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 547/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical n.º 46214.007917/2014-34 (SC16498), CNPJ n.º 19.427.025/0001-02, de interesse do SINDSERM - Joca Marques-PI - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joca Marques, nos termos do art. 25, parágrafo único da Portaria n.º 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

Substituto

DESPACHO DE 21 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 551/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical n.º 46311.001818/2014-41 de interesse do Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal de Imperatriz - SINSERCI, CNPJ 69.440.683/0001-02, com respaldo no art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 21 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trablalho-Substituto, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 500/2018/CGRS/SRT/MTb resolve; ARQUIVAR as impugnações N° 46000.001200/2017-37; N°46000.001218/2017-39, com base no art.18, III da Portaria 326/2013, REMETER para procedimento de Mediação as seguintes entidades; (Impugnado) Sindicato dos Trabalhadores no Setor de Transportes Rodoviários das Usinas e Agropecuárias ligadas de Araras, Leme e Conchal-SP CNPJ: 00.456.823/0001-26 e Pedido de Alteração Estatutaria nº. 47998.007621/2014-14 ; (Impugnante) Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Rio Claro- CNPJ: 46.958.609/0001-79, Proc n°. 46000.007880/97-70, Impugnação n°46000.001125/2017-12, com fulcro no art. 20 (Alterado pela Portaria n° 1.043/2017) e 22 da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 21 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho - Substituto, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46203.001256/2014-62
Entidade	Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Município de Santana
CNPJ	11.937.127/0001-58
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Amapá*: Santana.
Categoria Profissional	Trabalhadores considerados agentes comunitários e saúde (Lei 10507 de 10/07/02) e agentes de combate a endemias
Fundamento	NT 512/2018/CGRS/SRT/MTb

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 21 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46205.014773/2014-81
Entidade	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE RUSSAS-CE
CNPJ	09.409.442/0001-60
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Ceará: Russas.
Categoria Profissional	Categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles/as que ativos e aposentados, proprietários/as ou não exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou me regime de economia família,nos termos do decreto lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 2 (dois) módulos rurais.
Fundamento	NT 511/2018/CGRS/SRT/MTb

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 21 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 513/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o Processo de Registro Sindical 46210.002097/2014-24, de interesse do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasnorte - MT, CNPJ: 01.395.751/0001-17, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DE 21 DE MAIO DE 2018

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo n.º 0001664-13.2010.5.10.0002, procedente do TRT da 10ª Região - Brasília/DF; o Secretário Substituto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 560/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: a) RESTABELECER o REGISTRO SINDICAL do SINTRAF REGIONAL BAIXO ACARAÚ - Sindicato Regional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Baixo Acaraú, processo n.º 46205.012460/2009-21 (SC06180), CNPJ n.º 11.054.523/0001-37, b) ALTERAR SUA CATEGORIA PARA: todos os trabalhadores da agricultura familiar nos termos da legislação vigente, respeitado os parâmetros do Decreto Lei Nº 1.166/71, com a redação dada pela Lei Nº 9.701/98, limitado a 2 (dois) módulos rurais. Parágrafo único - Para efeito de entendimento e atendimento ao Acórdão prolatado nos autos do processo n.º 0001664-13.2010.5.10.0002, pela Turma Recursal de Brasília-DF do E. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, a Representação da Categoria se adequa aos parâmetros do Decreto Lei Nº 1.166/71, com a redação dada pela Lei Nº 9.701/98, limitado a 2 (dois) módulos rurais.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

Secretário

Substituto

DESPACHO DE 24 DE MAIO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto, do Ministério do Trabalho-MTb, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que NOTIFICA o Representante legal do SISEMJUN-Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Juazeiro do Norte, Processo 24000.004161/90-15, CNPJ 12.485.140/0001-86, para que realize a atualização dos seus membros dirigentes (diretoria) junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais-CNES no prazo IMPRORROGÁVEL de 30 (trinta), sob pena de SUSPENSÃO do código sindical, nos termos da Portaria MTb 186 de 29 de janeiro de 2014.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 404, DE 24 DE MAIO DE 2018

Autoriza a realização de investimentos emergenciais no Contrato de Arrendamento PRES/ 03.98, firmado entre a empresa Adonai Química S/A e a Companhia das Docas do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 57 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, c/c com o art. 6°, inciso I, da Lei n° 13.341, de 29 de setembro de 2016, o disposto no art. 42 do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, e considerando o que consta dos autos do processo n° 50000.052628/2017-15 e do processo n° 00045.000536/2016-84, resolve:

Art. 1° Fica autorizada a realização de investimentos urgentes propostos por Adonai Química S/A (CNPJ 02.703.755/0001-88) nos autos do processo administrativo n° 50000.052628/2017-15, na condição de arrendatária de instalação portuária localizada no porto organizado de Santos com base no Contrato nº PRES/ 03.98, conforme o plano de investimentos apresentado, assumindo a arrendatária os riscos discriminados no Termo de Risco de Investimento - TRI por ela firmado em 20 de abril de 2018 e que consta do referido processo administrativo.

Art. 2º Os investimentos aprovados por esta Portaria terão por finalidade obras civis e equipamentos relacionados a implantação da bacia 07 e dois dutos portuários, conforme detalhado no âmbito do processo 50000.052628/2017-15.

Parágrafo único. Os investimentos de que trata o caput são estimados em R$ 53.781.350,00 (cinquenta e três milhões, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e cinquenta reais), com data base: janeiro/2016, e serão realizados por conta e risco da arrendatária nos termos do TRI por ela firmado.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 405, DE 24 DE MAIO DE 2018

Aprova, em caráter preliminar, o Plano de Investimentos apresentado pelo Terminal de Vila Velha - TVV, para fins de prorrogação antecipada do Contrato ASSJUR 016/1998, localizado no Porto de Vitória/ES.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, combinado com o inciso I do art. 6º da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, e considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 50000.022075/2017-76, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, em caráter preliminar, o Plano de Investimentos apresentado pelo Terminal Vila Velha S.A. - TVV, para fins de prorrogação antecipada do Contrato ASSJUR 016/1998.

Art. 2º O pedido de reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Arrendamento, decorrente fatos pretéritos, ainda será analisado de forma aprofundada conforme o Despacho do Ministro, de 23 de maio de 2018.

Art. 3º A ARRENDATÁRIA tem prazo de até 60 (sessenta) dias para apresentação de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, atualizado, junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ para a análise.

Parágrafo Único. Eventuais adequações ao Plano de Investimentos devem contemplar as diretrizes estabelecidas na Nota Técnica nº 45/2017/CGGC/DOUP/SNP-MTPA, de 16 de outubro de 2017, e em consonância com o Parecer nº. 00020/2018/CONJUR-MTPA/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO nº. 280/2018/CONJUR-MTPA/CGU/AGU.

Art. 4º Fica determinado o encaminhamento do Processo Administrativo n° 50000.022075/2017-76 à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ para:

I- análise e manifestação quanto ao Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, atualizado, conforme Art. 2º desta portaria;

II - verificação da adimplência perante a Agência Reguladora;

III - avaliação e providências para os encaminhamentos elencados na conclusão da Nota Técnica nº 45/2017/CGGC/DOUP/SNP-MTPA, e em consonância com o Parecer nº. 00020/2018/CONJUR-MTPA/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO nº. 280/2018/CONJUR-MTPA/CGU/AGU, bem como demais ações que julgar necessárias.

Art. 5º A eficácia da aprovação preliminar de que trata esta portaria fica condicionada à manifestação da ANTAQ quanto à adimplência contratual por parte da arrendatária.

Parágrafo Único. Em caso de constatação de inadimplemento contratual, fica determinado que a ANTAQ notifique imediatamente o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, sem prejuízo das correspondentes medidas fiscalizatórias e administrativas.

Art. 6º Após análise e deliberação acerca do EVTEA, os autos devem ser devolvidos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil para deliberação final e assinatura de termo aditivo ao Contrato de Arrendamento ASSJUR 016/1998, caso sejam cumpridos todos os requisitos legais.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 406, DE 24 DE MAIO DE 2018

Aprova, em caráter preliminar, o Plano de Investimentos apresentado pela Fertilizantes do Nordeste Ltda. - FERTINE, para fins de prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento nº 98/020/00, localizado no Porto de Recife/PE.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, combinado com o inciso I do art. 6º da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, e considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 50000.046574/2017-59, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, em caráter preliminar, o Plano de Investimentos apresentado pela Fertilizantes do Nordeste Ltda. - FERTINE, para fins de prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento nº 98/020/00.

Art. 2º A ARRENDATÁRIA tem prazo de até sessenta dias para apresentação de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, atualizado junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, para a análise.

Parágrafo Único. Eventuais adequações ao Plano de Investimentos devem contemplar as diretrizes estabelecidas na Nota Técnica nº 02/2018/CGGC/DOUP/SNP-MTPA, de 25 de janeiro de 2018.

Art. 3º Fica determinado o encaminhamento do Processo Administrativo nº 50000.046574/2017-59 à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ para:

I - análise e manifestação quanto ao Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA atualizado, conforme Art. 2º desta portaria;

II - verificação da adimplência perante a Agência Reguladora;

III - avaliação e providências para os encaminhamentos elencados na conclusão da Nota Técnica nº 02/2018/CGGC/DOUP/SNP-MTPA, bem como demais ações que julgar necessárias.

Art. 4º A eficácia da aprovação preliminar de que trata esta portaria fica condicionada à manifestação da ANTAQ quanto à adimplência contratual por parte da arrendatária.

Parágrafo Único. Em caso de constatação de inadimplemento contratual, fica determinado que a ANTAQ notifique imediatamente o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, sem prejuízo das correspondentes medidas fiscalizatórias e administrativas.

Art. 5º Após análise e deliberação acerca do EVTEA, os autos devem ser devolvidos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil para deliberação final e assinatura de termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 98/020/00, caso sejam cumpridos todos os requisitos legais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

DESPACHO DE 23 DE MAIO DE 2018

PROCESSO: nº 50000.022075/2017-76

INTERESSADO: TERMINAL DE VILA VELHA S.A.

ASSUNTO: Reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Arrendamento ASSJUR 016/1998, firmado entre a Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) e a empresa Terminal Vila Velha S/A (TVV).

Reporto-me ao pleito de reequilíbrio econômico e financeiro constante da Carta s/nº (SEI 0398282), de 12 de maio de 2017, apresentado juntamente com o Plano de Investimentos e o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para realização de novos investimentos e prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento ASSJUR 016/1998, firmado entre a Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) e a empresa Terminal Vila Velha S/A (TVV), tramitado sob o protocolo nº 50000.022075/2017-76.

Considerando que a Secretaria Nacional de Portos (SNP), através do Memorando nº 1517/2017/DOUP/SNP (SEI 0653129) e do Memorando nº 1145/2018/DOUP/SNP (SEI 0888292) entendeu pela rejeição ao pleito de reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Arrendamento ASSJUR 016/1998, em virtude dos fatos pretéritos relativos às alterações nas políticas de incentivo fiscal, à implantação de terminais de uso privado, não previstos na legislação à época da formalização do contrato de arrendamento em questão, e às restrições de acesso marítimo ao Porto Organizado de Vitória/ES.

Considerando que a Consultoria Jurídica deste Ministério (CONJUR/MTPA), em seu PARECER n° 00020/2018/CONJUR-MTPA/CGU/AGU (SEI 0832663), entendeu pela rejeição ao pleito de reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Arrendamento ASSJUR 016/1998, em virtude dos fatos pretéritos relativos às alterações nas políticas de incentivo fiscal e à implantação de terminais de uso privado, não previstos na legislação à época da formalização do contrato de arrendamento em questão, contudo solicitou informações e análises técnicas de forma a subsidiar decisão mais acertada sobre o referido pleito, relativo às supostas restrições de acesso marítimo ao Porto Organizado de Vitória/ES.

Considerando o prazo de 60 (sessenta) dias para que, após a aprovação preliminar do Plano de Investimentos pelo Poder Concedente, o arrendatário apresente a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), conforme estabelece o art. 16 da Portaria SEP nº 499/16.

INDEFIRO o pleito de reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Arrendamento ASSJUR 016/1998, em virtude dos fatos pretéritos relativos às alterações nas políticas de incentivo fiscal e à implantação de terminais de uso privado, não previstos na legislação à época da formalização do supramencionado contrato de arrendamento.

DETERMINO à SNP/MTPA atender, no prazo de 45 dias, à solicitação de informações e análises técnicas solicitadas pela CONJUR/MTPA, indicadas nos parágrafos 22 e 23 do Despacho n. 280/2018/CONJUR-MTPA/CGU/AGU (SEI 0832663), de forma a subsidiar a decisão acerca do pleito de reequilíbrio econômico e financeiro em virtude das supostas restrições de acesso marítimo ao Porto Organizado de Vitória/ES.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 469, DE 16 DE MAIO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, incisos X e XLVI, e 47, inciso I, da mencionada Lei e considerando o que consta do processo nº 60800.019753/2010-85, deliberado e aprovado na 10ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 15 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 65 (RBAC nº 65), intitulado "Licenças, habilitações e regras gerais para despachante operacional de voo e mecânico de manutenção aeronáutica", em substituição ao Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica 65 (RBHA 65).

Parágrafo único. O Regulamento de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Portaria DAC nº 802/DGAC, de 15 de maio de 2001, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 15 de junho de 2001, Seção 1, página 30;

II - a Portaria DAC nº 1.096/DGAC, de 26 de julho de 2001, publicada no DOU de 22 de agosto de 2001, Seção 1, página 6;

III - a Portaria DAC nº 212/DGAC, de 22 de março de 2002, publicada no DOU de 17 de abril de 2002, Seção 1, página 7;

IV - a Portaria DAC nº 297/DGAC, de 1º de abril de 2004, publicada no DOU de 28 de maio de 2004, Seção 1, página 40;

V - a Portaria DAC nº 1136/DGAC, de 10 de novembro de 2004, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2004, Seção 1, páginas 27 e 28;

VI - a Portaria DAC nº 304/DGAC, de 12 de abril de 2005, publicada no DOU de 5 de maio de 2005, Seção 1, página 8;

VII - a Resolução nº 205, de 8 de novembro de 2011, publicada no DOU de 9 de novembro de 2011, Seção 1, página 3;

VIII - a Resolução nº 230, de 15 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, Seção 1, página 3; e

IX - a Resolução nº 272, de 14 de maio de 2013, publicada no DOU de 16 de maio de 2013, Seção 1, página 29.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 470, DE 16 DE MAIO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, incisos X e XLVI, e 47, inciso I, da mencionada Lei e considerando o que consta do processo nº 60800.019753/2010-85, deliberado e aprovado na 10ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 15 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a Emenda nº 05 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 121 (RBAC nº 121), intitulado "Requisitos operacionais: operações domésticas, de bandeira e suplementares", consistente na alteração do parágrafo 121.463(a)(1), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"121.463.....
(a).....
(1) [Reservado]" (NR)

Parágrafo único. A Emenda de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 471, DE 16 DE MAIO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XXI, XXX e XLVI, da mencionada Lei e considerando o que consta do processo nº 00058.006550/2016-42, deliberado e aprovado na 10ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 15 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 155 (RBAC nº 155), intitulado "Helipontos".

Art. 2º Aprovar a Emenda nº 04 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 154 (RBAC nº 154), intitulado "Projeto de Aeródromos", consistente na inclusão dos parágrafos 154.1(e) e 154.1(e)(1), com a seguinte redação:

"154.1 .....
.....

(e) As regras referentes às características físicas e auxílios visuais estabelecidas em regulamentação específica para helipontos são de cumprimento obrigatório em componentes aeroportuários destinados exclusivamente à operação de aeronaves de asa rotativa em aeródromos públicos.

(1) Para instalações destinadas ao uso comum por aeronaves de asa fixa e aeronaves de asa rotativa, a exemplo de pistas de pouso e decolagem, pistas de taxi, pátios e posições de estacionamento, deverão ser observadas as regras do presente Regulamento, ressalvados os aspectos em que a regulamentação específica para helipontos for mais restritiva, para os quais deverão ser observadas as regras específicas de helipontos." (NR)

Art. 3º O Regulamento e a Emenda de que trata esta Resolução encontram-se disponíveis no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 4º A Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária - SIA deverá submeter à Diretoria, após 3 (três) anos de vigência do RBAC nº 155, relatório sobre sua aplicação, eficácia e resultados, com a indicação de possíveis pontos para revisão.

Parágrafo único. A Diretoria deliberará pela aprovação do relatório e revisão do Regulamento.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 52, DE 23 DE MAIO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.007720/2018-78, deliberado e aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 21 e 22 de maio de 2018, decide:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade empresária BRASAG - BRASIL SERVIÇO AEROAGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 73.372.252/0001-15, com sede social em Campo Mourão (PR).

Art. 2º A exploração do serviço autorizado somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Decisão nº 52, de 4 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2013, Seção 1, página 20.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente
Substituto

DECISÃO Nº 53, DE 23 DE MAIO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.010402/2018-94, deliberado e aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Eletrônica da Diretoria, realizada nos dias 21 e 22 de maio de 2018, decide:

Art. 1º Autorizar o funcionamento no Brasil da empresa estrangeira AIGLE AZUR, empresa da França, com capital destacado de RS 10.000,00 (dez mil reais), que pretende operar em território nacional como empresa de serviço de transporte aéreo internacional regular de passageiro, carga e mala postal.

Art. 2º A outorga da autorização para operar fica condicionada ao cumprimento, pela empresa, das exigências previstas no art. 212 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e demais requisitos dispostos na regulamentação aplicável.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.533, DE 15 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 18-A da Resolução nº 30, de 30 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00066.524959/2017-28, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar IS nº 28-001, Revisão A (IS nº 28-001A), intitulada "Aprovação de Aeronavegabilidade para Exportação".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 1.601, DE 22 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.500991/2016-36, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Governador José Richa;

II - código OACI: SBLO;

III - município (UF): Londrina (PR);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 19' 49"S / 051° 08' 12"W

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria DAC nº 104, de 13 de outubro de 1978, publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 1978.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 1.619, DE 23 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VII, alínea "c", do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.018169/2018-98, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 65-001, Revisão A (IS nº 65-001A), intitulada "Procedimentos para concessão de licença e de habilitação e para recadastramento de mecânicos de manutenção aeronáutica".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 69, DE 24 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo n° 50501.090015/2018-16, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à implantação de travessia aérea de energia, de responsabilidade da Lajari Energética S.A., no km 500+292 m, no município de Alto Araguaia/MT.

Parágrafo único Sobre a Receita Alternativa Líquida será realizado recolhimento em conformidade com o estabelecido na Resolução nº 5.746, de 21 de fevereiro de 2018, e com o previsto no Contrato de Concessão.

Art. 2º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A

ATA DA 30ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2018

Em 19 de abril de 2018, às 15h, realizou-se, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Bloco G, Lotes 3 e 5, Asa Sul, Brasília, DF, a Trigésima Assembleia Geral Ordinária da VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A., empresa pública federal prestadora de serviço público de construção e exploração de infraestrutura ferroviária, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE 53 3 0001030-7, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.664/0001-87, com sede no endereço acima mencionado. Convocação: A convocação foi feita por correspondência, conforme cópia arquivada na empresa, sendo dispensado, portanto, o edital de convocação previsto no art. 124 da Lei nº 6.404 de 1976. Presenças: Compareceram à assembleia a UNIÃO, sua única acionista, representada neste ato pelo Procurador da Fazenda Nacional, Milton Bandeira Neto, que assinou o Livro de Presença, conforme a Portaria PGFN nº 128, de 12 de março de 2018, publicada na página 35 da seção II do Diário Oficial da União, de 14 de março de 2018, o Diretor-Presidente Interino da Valec, Handerson Cabral Ribeiro, o Presidente do Conselho Fiscal Ana Patrizia Gonçalves Lira, e a Secretária da Mesa, Fernanda de Azevedo Oliveira. Leitura da Ordem do Dia: Foi dispensada a leitura por ser de conhecimento geral. O representante da UNIÃO apresentou o seu voto, com base nos Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, conforme autorização contida no Processo PGFN nº 10951.100376/2018-65, deliberando o seguinte: 1) pela aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da empresa, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, exceto pelos possíveis efeitos de eventuais ajustes que poderão advir dos assuntos descritos no item "Base para opinião com ressalva", conforme parágrafo 25 do Parecer nº 30/2018/GESET/COPAR/SUPEF/STN-MF (SEI 0539587), de 12 de abril de 2018; 2) pela eleição do Sr. RODRIGO OTAVIO MOREIRA CRUZ, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da identidade nº 28.432.655-0, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 718.497.421-20, residente e domiciliado na SQN 403 Bloco G, apartamento 207, Asa Norte, 70835-070, Brasília, DF, na qualidade de membro suplente do Conselho Fiscal da VALEC, indicado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, considerando a aprovação constante da Ata da Comissão de Elegibilidade da empresa, de 15 de fevereiro de 2018, assim como a aprovação pela Casa Civil da Presidência da República, na forma do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, em substituição e complementação do prazo de autuação de Laira Vanessa Lage Gonçalves; 3) conforme a orientação da SEST, constante do Ofício nº 23367/2018-MP, de 06 de abril de 2018, acompanhado da Nota Técnica nº 4766/2018-MP, de 06 de abril de 2018, e tendo em vista o art. 41, inciso VI, alínea "i", do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017: a) fixar em até R$ 3.363.059,21 (três milhões, trezentos e sessenta e três mil, cinquenta e nove reais e vinte e um centavos) a remuneração global a ser paga aos administradores da VALEC, no período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019; b) recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme tabela fornecida pela SEST, atendo-se ao limite global definido na alínea "a"; c) delegar ao Conselho de Administração a competência para autorizar o pagamento efetivo mensal da

remuneração, observado o limite global e individual previstos nas alíneas "a" e "b", respectivamente; d) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; e) vedar expressamente o repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do acordo coletivo de trabalho - ACT na sua respectiva data-base; f) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta assembleia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; g) caso haja algum diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), deverá ser observado o Decreto nº 9144, de 22 de agosto de 2017, e a remuneração máxima a ser reembolsada é o limite individual aprovado para cada diretor; h) caso algum Diretor seja empregado da empresa, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso, na forma da súmula nº 269 do TST; i) condicionar o pagamento da "quarentena" à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR, nos termos da legislação vigente; j) condicionar o aumento da remuneração dos diretores e conselheiros à disponibilidade orçamentária para os respectivos exercícios, conforme disposto nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal; k) fixar os honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; e l) fixar os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria em R$ 2.816,79 (dois mil oitocentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos). Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a assembleia, tendo sido a presente ata lavrada em livro próprio, seguindo assinada por mim, Secretária, pelo Diretor-Presidente Interino, pelo Procurador da Fazenda Nacional e pela Presidente do Conselho Fiscal. Brasília, 19 de abril de 2018

MILTON BANDEIRA NETO
Representante da União

HANDERSON CABRAL RIBEIRO
Diretor-Presidente
Interino

ANA PATRIZIA GONÇALVES LIRA
Presidente do Conselho Fiscal

FERNANDA DE AZEVEDO OLIVEIRA
Secretária

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 80, DE 24 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação da atuação da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Departamento de Polícia Federal no Estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007; no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004; no Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013; na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando a manifestação expressa do Departamento da Polícia Federal - DPF por meio do Ofício nº 102/2018-SEAPRO/GAB/PF, quanto à necessidade de permanência da Força Nacional de Segurança Pública na região de fronteira do Estado do Paraná, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação da atuação da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio ao DPF, em caráter episódico e planejado, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de vencimento da Portaria nº 1.070, de 23 de novembro de 2017, na região de fronteira do Estado do Paraná, sob a coordenação da Polícia Federal, em atividades de fiscalização, inibição, prevenção, coibição e repressão dos crimes de contrabando, de saída irregular de riquezas e de tráfico de drogas e de armas.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá manter a infraestrutura necessária à base administrativa da Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 3º O número de policiais e as ações a serem desenvolvidas obedecerão ao planejamento conjunto e definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela Força Nacional de Segurança Pública poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

PORTARIA Nº 81, DE 24 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP, em apoio ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

O MINISTRO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007; no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004; na Portaria MJSP nº 99, de 15 de fevereiro de 2018, na Portaria MJSP nº 1.118, de 30 de novembro de 2017; na Portaria MJSP nº 898, de 23 de outubro de 2017; na Portaria nº 426/MJ, de 19 de maio de 2017; na Portaria nº 342/MJ, de 20 de abril de 2017; na Portaria nº 262/MJ, de 22 de março de 2017; na Portaria nº 178/MJ, de 4 de fevereiro de 2010; na Portaria nº 93/MJ, de 23 de janeiro de 2017; na Portaria nº 47/MESP, de 18 de abril de 2018; e no Convênio de Cooperação Federativa da Força Nacional de Segurança Pública nº 21/2017, celebrado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Estado do Rio Grande do Norte, publicado no DOU de 1° de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP, em caráter episódico e planejado, em apoio ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a partir da data de vencimento da Portaria MESP nº 47, de 18 de abril de 2018, excepcionalmente e improrrogavelmente, por mais 30 (trinta) dias, para exercer atividades e serviços de guarda, vigilância e custódia de presos, nos termos do art. 3º, inciso IV, da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, especificamente, na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de administração penitenciária e segurança pública do ente federado solicitante, nos termos do Convênio de Cooperação firmado entre as partes, durante a vigência desta Portaria autorizativa.

Art. 3º O número de profissionais a ser disponibilizado pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

PORTARIA Nº 82, DE 24 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Departamento de Polícia Federal, nas atividades de prevenção e repressão aos delitos nas fronteiras nacionais.

O MINISTRO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Medida Provisória nº 821, de 26 de fevereiro de 2018; a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007; o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004; o Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013; a Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando a manifestação do Diretor-Geral da Polícia Federal, sobre a necessidade contínua de ações em conjunto da Polícia Federal com a Força Nacional de Segurança Pública - FNSP nas atividades de prevenção e repressão aos delitos nas fronteiras nacionais, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à Polícia Federal, nas atividades de prevenção e repressão aos delitos nas fronteiras nacionais, em caráter episódico e planejado, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à instalação de base administrativa da FNSP.

Art. 3º O número de policiais e as ações a serem desenvolvidas obedecerão ao planejamento conjunto e definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela FNSP poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.642, DE 11 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/29324 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPREMAX SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 16.505.678/0001-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 999/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.729, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16501 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA, CNPJ nº 64.545.866/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 694/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.734, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17717 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SURVEILLANCE VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI - EPP, CNPJ nº 29.255.741/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 890/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.735, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17866 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA DO GRANDE RIO EIRELI ME, CNPJ nº 10.497.411/0001-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 956/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 2.767, DE 18 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19188 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BLINGEL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ nº 22.901.747/0001-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 1001/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.771, DE 18 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19883 - DPF/AQA/SP, resolve:

AUTORIZAR a empresa ANDRIOLI SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ Nº 20.743.953/0001-57, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser EVOKE SEGURANÇA PRIVADA LTDA

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.788, DE 21 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17351 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MODENA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 14.849.820/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 929/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.796, DE 21 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19632 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VOPE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 21.519.618/0001-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1076/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.836, DE 23 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/28386 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0013-00, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9 (nove) Espingardas calibre 12

12 (doze) Revólveres calibre 38

216 (duzentas e dezesseis) Munições calibre 38

189 (cento e oitenta e nove) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 35, DE 22 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre delegação de competência a servidora da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso para os atos que especifica.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM MATO GROSSO, no uso das atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no artigo 115, incisos X e XI da Portaria nº 219, de 27 de fevereiro de 2018, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, publicado no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2018, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 115 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, que trata das competências atribuídas aos Superintendentes Regionais;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

CONSIDERANDO o Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, que regulamenta o instituto da Delegação de Competência no âmbito da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO o Capítulo VI da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO que a delegação de competência dos agentes públicos deve ocorrer sempre em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir celeridade ao trâmite de documentos e processos no âmbito do Gabinete do Superintendente, objetivando a eficiência na gestão, bem como a observância de prazos eventualmente estabelecidos;

CONSIDERANDO, ainda, o contido no Processo nº 08661.012588/2017-29, resolve:

Art. 1º Delegar competência à servidora PRF ADRIANE PAGANOTTO DA SILVA, matrícula SIAPE nº 1.069.310, policial rodoviário federal, para, observadas a legislação aplicável e as normas em vigor, praticar os seguintes atos:

I - coordenar as atividades administrativas do Gabinete do Superintendente, inclusive para:

a) coordenar, acompanhar e controlar documentos e processos enviados ao Gabinete, podendo recebê-los e despachá-los, para conhecimento e providências, exceto os de cunho disciplinar;

b) elaborar, expedir, receber, registrar, cadastrar e controlar a documentação oficial do Gabinete do Superintendente;

c) emitir solicitação de recursos para custeio de diárias e passagens;

d) receber ou transferir a carga dos materiais cujo patrimônio esteja sob a responsabilidade do Gabinete do Superintendente Regional.

II - determinar o desarquivamento de processos, exceto os administrativos disciplinares;

III - autorizar o fornecimento de fotocópias de processos, bem como a emissão da respectiva GRU;

IV - ordenar o empenho de despesas (inclusive no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens) e sua liquidação, bem como assinar ordens bancárias em conjunto com o corresponsável pela gestão dos recursos orçamentários e financeiros na ausência ou impedimento do Superintendente Regional e de seu substituto.

§ 1º A atribuição de acompanhamento de documentos e processos de que trata o presente artigo abrange, observadas as regras de salvaguarda de documentos sigilosos, os assim classificados e os enviados para os endereços de e-mail sup.mt@prf.gov.br e gab.mt@prf.gov.br.

§ 2º Os encaminhamentos "para providências", salvo quando decorrerem de procedimentos ou rotinas preestabelecidas, devem indicar expressamente as medidas a serem adotadas no caso concreto.

Art. 2° Os atos que envolvam a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos são exclusivos do Senhor Superintendente.

Art. 3º É vedado à servidora subdelegar as competências conferidas por meio desta Portaria.

Art. 4º Os atos praticados por delegação de competência deverão indicar esta qualidade nos seus fundamentos.

Art. 5º Revogam-se:

I - a Portaria nº 20/SRPRF-MT, de 16 de agosto de 2017.

II - a Portaria nº 56/SRPRF-MT, de 20 de outubro de 2017.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de dezembro de 2018.

ARISTÓTELES CADIDÉ

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PORTARIA Nº 32, DE 16 DE MAIO DE 2018

O Promotor de Justiça Adjunto da Primeira Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística - PROURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos III e IX, da Constituição Federal; artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e artigos 11 e 22 da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios,

Considerando o disposto na Resolução nº 66, de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do Inquérito Civil Público;

Considerando que o Inquérito Civil Público destina-se a colher elementos de convicção preparatórios para a propositura de ação civil pública;

Considerando que as atribuições específicas das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística estão definidas no artigo 22 da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, e que o Anexo I, Capítulo XIV, da citada resolução, inclui nas atribuições da 1ª PROURB os feitos relacionados à Região Administrativa de Brazlândia-DF;

Considerando que incumbe à Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística zelar pelo cumprimento das normas que disciplinam o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal, bem assim a aprovação de projetos e concessão de licenciamento, com a fiscalização das administrações das Regiões Administrativas do DF;

Considerando as informações colhidas no bojo do Procedimento Administrativo nº 08190.189767/17-58, instaurado para apurar possível parcelamento irregular do solo para fins urbanos da Chácara 107, do Núcleo Rural Alexandre Gusmão, Gleba 01, Rodeador, Região Administrativa de Brazlândia-DF, resolve:

instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando que sejam adotadas as seguintes providências:

1)a autuação a presente portaria, a partir da documentação constante do Procedimento Administrativo nº 08190.189767/17-58;

2)a promoção dos registros necessários, fazendo-se constar o assunto acima retratado na capa dos autos;

3)a comunicação da instauração do presente procedimento à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada;

4)a publicação da presente portaria, assim como os extratos referentes aos atos realizados, na forma do artigo 2º, inciso VII, da Resolução nº 66/2005; e

5)o controle do prazo previsto no artigo 13-A da referida resolução - 1 (um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação do referido prazo com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

6)a expedição de ofícios conforme o sugerido no Parecer Técnico 43/2018 - AMAUR / DAP-MAUR, nos itens 16, 17, 18 e 19, aos seguintes órgãos: Administração Regional de Brazlândia, ICMBIO, INCRA e AGEFIS.

FÁBIO MACEDO NASCIMENTO

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA 17, DE 16 DE MAIO DE 2018
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Daniela Duarte do Nascimento

Às 14 horas e 36 minutos, o Presidente Raimundo Carreiro declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Benjamin Zymler, em férias, e o Ministro Vital do Rêgo, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 16, referente à sessão ordinária realizada em 9 de maio de 2018 (Regimento Interno, artigo 101).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência 9/2011, entre os dias 10 e 16 de maio de 2018, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 010.213/2018-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 010.920/2018-8
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER

Processo: 019.694/2017-2
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Fiscalização de obras públicas - artigo 18-A da Resolução-TCU 175/2005 e dos artigos 8 e 9 da Resolução-TCU 280/2016
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO

Processo: 014.957/2018-3
Interessado: Seinfra- CE /Secretaria de Infraestrutura do Governo
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO

Processo: 015.078/2018-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 011.428/2018-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro-substituto ANDRÉ DE CARVALHO

Processo: 012.419/2018-4
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER

Processo: 012.738/2018-2
Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 66, § 4º, da Resolução nº 136/2000 - TCU).
Motivo do sorteio: Assunto fora de LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 014.933/2018-7
Interessado: LVA Serviços Limpeza e Conservação LTDA
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro-substituto ANDRÉ DE CARVALHO

Processo: 015.189/2018-0
Interessado: Congresso Nacional (Vinculador)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 027.157/2013-0
Interessado: Instituto Nacional de Seguridade Social
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Processo: 015.189/2018-0
Interessado: Congresso Nacional (Vinculador)
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 015.338/2018-5
Interessado: Congresso Nacional (Vinculador)
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 015.335/2018-6
Interessado: Congresso Nacional (Vinculador)
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 022.112/2007-0/R008
Recorrente: Jorge Luis Branco Aguiar
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 022.112/2007-0/R010
Recorrente: Darlan Cunha Lima
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 022.112/2007-0/R011
Recorrente: Francisco das Chagas Sousa Lopes
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 022.112/2007-0/R013
Recorrente: Edilson Silva Ferreira
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 022.112/2007-0/R014
Recorrente: Roberto Smith
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 022.112/2007-0/R015
Recorrente: Nicola Moreira Miccione
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 022.112/2007-0/R016
Recorrente: José Andrade Costa
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 015.429/2010-5/R001
Recorrente: Jose Barbosa
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 032.734/2011-5/R001
Recorrente: Luiz Cláudio Sabedotti Fornari
Claudio George Mendonça
Maristela de Oliveira França
Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 014.184/2012-5/R004
Recorrente: Walter da Silva Jorge João
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 014.184/2012-5/R005
Recorrente: Edson Chigueru Taki
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 014.184/2012-5/R006
Recorrente: Lerida Maria dos Santos Vieira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 016.747/2012-7/R001
Recorrente: Diretoria de Administração do Pessoal
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 043.927/2012-2/R001
Recorrente: Superior Tribunal Militar
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 043.927/2012-2/R003
Recorrente: Procuradoria Geral da República
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 043.927/2012-2/R004
Recorrente: Advocacia-Geral da União
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 043.927/2012-2/R005
Recorrente: Diretório Nacional do PSB - JE
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 043.927/2012-2/R006
Recorrente: Haendel Silva Fonseca
Marco Antonio de Souza Silva
Andrei Oliveira de Vargas
Ecival Jacinto da Silva
Orlando Gladstone Albuquerque Lustosa
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 043.927/2012-2/R007
Recorrente: Ministério do Esporte (Vinculador)
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 043.927/2012-2/R008
Recorrente: Procuradoria-Geral do Distrito Federal - Administrativa
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 043.927/2012-2/R009
Recorrente: Guilherme Augusto Bitencourt Maciel
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 005.374/2013-8/R002
Recorrente: Prefeitura Municipal de Bom Despacho - MG
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 005.374/2013-8/R003
Recorrente: Construtora Valadares Gontijo S/A
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 005.539/2013-7/R003
Recorrente: Uniao Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, Infância e Família e Entidades Sociais AFI
Deisi Noeli Weber Kusztra
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 027.157/2013-0/R004
Recorrente: Maristela Zurschmitten Vergara
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 019.262/2014-0/R001
Recorrente: Nazareno de Souza Santos
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 024.609/2014-5/R001
Recorrente: Adair Nunes
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 005.044/2015-4/R002
Recorrente: Marcone de Lima Borba
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 008.233/2015-2/R001
Recorrente: Diego Reis de Melo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 008.233/2015-2/R002
Recorrente: Alysson Rogers Soares Macedo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 008.233/2015-2/R003
Recorrente: Carlos Mario Guedes de Guedes
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 008.233/2015-2/R004
Recorrente: Sérgio Roberto Lopes
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 008.636/2015-0/R001
Recorrente: Ernane Soares Borba
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 016.921/2015-1/R001
Recorrente: Jesus Natalino Peres
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 018.014/2015-1/R002
Recorrente: Benedito de Pontes Santos
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 018.356/2015-0/R001
Recorrente: Dioclécio Rosendo de Lima
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 028.021/2015-0/R001
Recorrente: Antônio Carlos Ribeiro
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 028.021/2015-0/R002
Recorrente: Ivan Perpetuo da Silva - ME
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 030.650/2015-1/R001
Recorrente: Domingos Pereira Coêlho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 031.342/2015-9/R001
Recorrente: Humberto Solon Sarmento Franco
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recurso: 000.040/2016-9/R001
Recorrente: Francisca Isabel Cardoso Lima
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 005.892/2016-3/R001
Recorrente: Instituto Quero-Quero
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 009.056/2016-5/R001
Recorrente: Fundo Nacional de Saúde - MS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 009.788/2016-6/R001
Recorrente: Ivan Perpetuo da Silva - ME
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 018.197/2016-7/R001
Recorrente: Orlando Milan
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 020.561/2016-4/R001
Recorrente: Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 022.396/2016-0/R001
Recorrente: Marcos Trajano
Oswaldo Braga Junior
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 027.285/2016-2/R001
Recorrente: Paulo Luiz de Alencar
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 030.027/2016-0/R001
Recorrente: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Acre
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 034.335/2016-1/R001
Recorrente: Dagmauro Sousa Moreira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 034.335/2016-1/R002
Recorrente: João Ribeiro Barroso
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 010.659/2017-0/R001
Recorrente: Maurilio Campanholo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 018.250/2017-3/R001
Recorrente: Ernandes Raiol da Silva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 008.205/2018-3/R001
Recorrente: Tecnoset Informática Produtos e Serviços LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata):

Da Presidência:

Realizado, na manhã de hoje, 16 de maio, no Salão Nobre Ministro Alberto Hoffman, café da manhã "Nordeste 2030 - Desafios e Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável" para apresentação aos parlamentares dos Estados da Bahia, do Rio Grande do Norte, de Sergipe e demais presentes, dos resultados de fiscalização sistêmica do TCU na Região Nordeste - processo relatado pelo Ministro José Múcio Monteiro, a quem coube fazer a apresentação.

Ciência ao Plenário de que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, que pode receber propostas aditivas, modificativas ou supressivas, inclusive por sugestão dos órgãos de controle. A Secretaria-Geral de Controle Externo elaborou proposta de emenda, anexo a esta comunicação, e está à disposição dos Gabinetes de Ministros, Ministros-Substitutos e Procuradores para receber, até 22 de maio, sugestões de alteração dessa proposta ou de inclusão de novas emendas.

Distribuição de folder com *QR Code* para acesso ao Relatório de Gestão do TCU relativo a 2017, que foi inserido no Sistema e-Contas, dentro do prazo estipulado no Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 161, de 1/11/2017.

Realizada, no dia 15 de maio de 2018, no Instituto Serzedello Corrêa, a primeira reunião da Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente - Contema. Compuseram a mesa de abertura o Presidente Raimundo Carreiro, o Presidente da Câmara de Contas da República Dominicana, Hugo Francisco Álvarez Pérez, o Ministro Augusto Nardes e o Diretor Interino da GIZ Brasil, Anselm Duchrow.

Inauguração, no dia 14 de maio de 2018, da nova sede da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado de Mato Grosso, localizada no Edifício Xingu Business Center, na cidade de Cuiabá-MT.

Fiscalizações iniciadas na última semana, com destaque para o acompanhamento, sob a relatoria do Ministro Vital do Rego, no âmbito da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, com enfoque nas despesas e nos atos administrativos resultantes dessa mediação.

Do Ministro Walton Alencar Rodrigues:

Proposta para que seja determinada a formação de grupo de trabalho por integrantes da Segepres e da Segecex, sob coordenação da Secretaria das Sessões, com a finalidade de, no âmbito das reformulações dos sistemas de sorteios, no prazo de 60 dias, elaborar proposta de critérios e procedimentos para que os sorteios de relatoria sejam realizados assegurando a distribuição igualitária entre os relatores, de cada tipo de processo, e o equilíbrio no volume de trabalho dos gabinetes. Os Ministros Bruno Dantas, José Múcio Monteiro e Aroldo Cedraz usaram da palavra para discutir a matéria. Aprovada.

O Presidente Raimundo Carreiro se associou à manifestação ao se expressar, oralmente e por escrito (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata), informando que novo sistema de sorteio está em desenvolvimento e que, para atender a manifestação do Ministro Walton Alencar Rodrigues, assinou a Ordem de Serviço 3/2018, constante do anexo I desta ata, constituindo o referido grupo de trabalho, com prazo de 30 dias, que contará, além dos órgãos já citados, com representantes dos gabinetes dos Ministros Walton Alencar Rodrigues e Aroldo Cedraz.

Do Ministro Vital do Rêgo, lida pela Presidência:

Convite aos membros do Colegiado para o evento Diálogo Público, com o tema "Burocracia Estatal e seu Impacto no Ambiente de Negócios e na Competitividade das Organizações Produtivas", dia 22 de maio de 2018, na Sala de Conferências Ministro Bento Bugarin. O evento fornecerá subsídios para fiscalização em curso, conduzida pela SecexDesenvolvimento, sob a relatoria do Ministro Vital do Rêgo, com o objetivo identificar os principais entraves na produtividade e na competitividade das empresas brasileiras, causados pelo excesso de burocracia.

Do Ministro Bruno Dantas:

Proposta de que a Segecex autue processo de fiscalização para apurar indícios de irregularidades, noticiados pela imprensa, envolvendo a distribuição de recursos do Fundo Nacional de Saúde, especialmente quanto à discrepância entre os valores distribuídos para cada um dos estados da Federação. Os Ministros José Múcio Monteiro e Augusto Nardes usaram da palavra para discutir a matéria. Aprovada.

Do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa:

Convite para o evento de comemoração do Centenário de criação do cargo de Ministro Substituto do Tribunal de Contas da União, dias 24 e 25 de maio de 2018, no Instituto Serzedello Corrêa. O Presidente Raimundo Carreiro usou da palavra para discutir a matéria.

Do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti:

Proposta de que a Segecex autue processo de fiscalização para apurar a legalidade da licitação e da ata de registro de preços que resultaram na contratação realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - com a empresa RSX Informática para fornecimento de software. Aprovada.

Na oportunidade o Ministro Aroldo Cedraz usou da palavra para sugerir que a ação de controle proposta extrapole o caso do INSS, a fim de verificar o que está acontecendo nos processos de contratação por meio de adesão à ata de registro de preço na área do Governo Eletrônico em toda a Administração Pública Federal.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 1059 a 1083.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-018.163/2017-3 e TC-030.991/2013-7, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-016.727/2010-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-003.137/2014-7, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, a pedido do revisor (art.119), Ministro-Substituto Weder de Oliveira;

TC-015.601/2009-0, TC-024.631/2016-7 e TC-027.076/2016-4, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-023.480/2009-8 e TC-026.593/2009-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-011.245/2018-2, TC-016.617/2016-9, TC-026.095/2017-3 e TC-425.110/1995-8, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo; e

TC-012.700/2017-7, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-021.449/2009-9, que trata de recurso de revisão interposto contra deliberação que julgou as contas especiais de Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior irregulares e o condenou ao pagamento de débito e multa em razão de irregularidades na execução de convênio cujo objeto era a aquisição de Unidade Móvel de Saúde, do tipo ônibus, com consultório médico-odontológico, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Bruno Dantas, após a produção de sustentação oral do Dr. Jaques Fernando Reolon em nome do recorrente. Já votaram o relator, os Ministros Augusto Nardes e Ana Arraes e os Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa, que o acompanharam.

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo TC-023.999/2015-2, que trata de representação sobre a redução do capital social da Empresa Gestora de Ativos - Emgea, mediante absorção de prejuízos acumulados, na ausência expressa de decreto presidencial autorizando a operação, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz e primeiro revisor o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Já votou o relator.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-026.325/2016-0, que trata de auditoria realizada com o objetivo de verificar a legalidade dos procedimentos adotados em relação aos recursos aportados ao Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - Fioprev após o advento do Regime Jurídico Único, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, o Dr. Vinicius Saramago Gonçalves produziu sustentação oral em nome de Fioprev. Acórdão 1085.

Na apreciação do processo TC-019.570/2017-1, que trata de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no pregão presencial que tinha por objeto a contratação de empresa para fornecer vales-alimentação aos servidores do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, a Dra. Juliana Zafino Isidoro Ferreira Mendes, e os Senhores Fabiano Gonçalo Oliveira Campos e Verton Silva Marques não compareceram para produzir sustentação oral. Acórdão 1086.

Na apreciação do processo TC-021.449/2009-9, que trata de recurso de revisão interposto contra deliberação que julgou as contas especiais de Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior irregulares e o condenou ao pagamento de débito e multa em razão de irregularidades na execução de convênio cujo objeto era a aquisição de Unidade Móvel de Saúde, do tipo ônibus, com consultório médico-odontológico, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Jaques Fernando Reolon produziu sustentação oral em nome do recorrente. O processo foi objeto de pedido de vista formulado, com fundamento no art. 119 do RITCU, pelo Ministro Bruno Dantas.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do TC-007.001/2013-4 (Ata nº 8/2015), que trata de monitoramento de determinação para promoção imediata de licitação para exploração, mediante arrendamento, dos Armazéns XII e XVII e do T8 - Terminal de Sal, no âmbito da Companhia Docas do Estado de São Paulo, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, primeiro revisor, o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti e segundo revisor, o Ministro Vital do Rêgo. Tendo em vista a ausência do Ministro Vital do Rêgo na sessão, considerou-se que houve desistência do pedido de vista, nos termos do § 4º do art. 112 do Regimento Interno. Acórdão 1087.

ATO NORMATIVO APROVADO (v. inteiro teor no Anexo II desta Ata)

TC-008.199/2018-3 - Relator Ministro Bruno Dantas - Acórdão 1114.

DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 168, DE 16 DE MAIO DE 2018 - "Altera dispositivos das Decisões Normativas TCU 161/2017 e 163/2017, que dispõem, respectivamente, sobre a prestação e o julgamento das contas do exercício de 2017."

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário deliberou sobre os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-033.619/2016-6 - Acórdão 1084
O Ministro Augusto Nardes usou da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-026.325/2016-0 - Acórdão 1085
O Ministro Walton Alencar Rodrigues usou da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-019.570/2017-1 - Acórdão 1086

MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-007.001/2013-4 - Acórdão 1087
O Ministro Walton Alencar Rodrigues usou da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-013.668/2016-1 - Acórdão 1090
O Ministro Augusto Nardes usou da palavra para discutir a matéria.

TC-005.043/2011-5 - Acórdão 1088

TC-012.309/2012-5 - Acórdão 1089

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TC-017.489/2012-1 - Acórdão 1091

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

TC-017.982/2017-0 - Acórdão 1092

TC-018.102/2017-4 - Acórdão 1093

TC-020.980/2017-5 - Acórdão 1094

MINISTRO AUGUSTO NARDES

TC-000.056/2018-9 - Acórdão 1095

TC-002.093/2018-9 - Acórdão 1096

TC-003.372/2018-9 - Acórdão 1097 - REFERENDO DE CAUTELAR

TC-021.195/2017-0 - Acórdão 1098 - REFERENDO DE CAUTELAR

TC-028.050/2017-7 - Acórdão 1099

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-002.099/2014-4 - Acórdão 1100

TC-016.513/2008-2 - Acórdão 1101

MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-005.490/2018-9 - Acórdão 1102 - REFERENDO DE CAUTELAR

TC-008.660/2013-1 - Acórdão 1103

TC-011.497/2018-1 - Acórdão 1104

TC-012.307/2012-2 - Acórdão 1105

TC-027.687/2017-1 - Acórdão 1106

TC-028.469/2017-8 - Acórdão 1107

MINISTRA ANA ARRAES

TC-000.278/2018-1 - Acórdão 1108

TC-007.404/2015-8 - Acórdão 1109

TC-008.626/2016-2 - Acórdão 1110

TC-011.892/2017-0 - Acórdão 1111

TC-016.950/2017-8 - Acórdão 1112

O Ministro Walton Alencar Rodrigues usou da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-005.870/2015-1 - Acórdão 1113

TC-008.199/2018-3 - Acórdão 1114

Nos termos do art. 28, XI, do Regimento Interno, foi computado o voto do Presidente Raimundo Carreiro.

TC-013.167/2011-1 - Acórdão 1115

TC-036.407/2016-0 - Acórdão 1116

O Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti usou da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-004.139/2014-3 - Acórdão 1117

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

MINISTRO-SUBSTITUTO André luís de carvalho

TC-006.636/2018-7 - Acórdão 1118

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Estão transcritos a seguir os acórdãos de nºs 1059 a 1083, apreciados por relação, e de nºs 1084 a 1118, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 14/2018 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 1059/2018 - TCU - Plenário

Considerando o teor do item 9.2 do Acórdão 2826/2015-TCU-Plenário que, ao negar provimento ao pedido de reexame interposto contra o Acórdão 3.198/2014-TCU-Plenário, autorizou o parcelamento da dívida de Luiza Gomide de Faria Vianna em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas;

Considerando que a responsável foi alertada quanto ao vencimento antecipado do saldo devedor, caso ocorresse a falta de pagamento de qualquer parcela;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea 'b', em indeferir o pedido de novo parcelamento e adotar a seguintes medida, conforme parecer da SecexFazenda:

1. Processo TC-017.080/2012-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Cristina Maria Soja (516.248.186-68); Jorge Fontes Hereda (095.048.855-00); Luiza Gomide de Faria Vianna (147.827.308-96)

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando a Caixa Econômica Federal.

1.7. Informar a Luiza Gomide de Faria Vianna o saldo atualizado da sua dívida e fixar o prazo de 15 (quinze) dias para a comprovação do pagamento, alertando-a de que a não quitação da dívida no prazo mencionado implicará na autuação do processo de Cobrança Executiva.

RELAÇÃO Nº 16/2018 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 1060/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de pedido de reexame interposto por Denise Coelho Flausino contra o Acórdão 498/2012-TCU-Plenário, que revisou de ofício o Acórdão 4.632/2009-TCU-2ª Câmara para tornar insubsistentes os seus subitens 9.2 e 9.3 e considerar legal o ato referente à pensão instituída em favor da recorrente por Sebastião Flausino, ex-servidor da Câmara dos Deputados.

Considerando que a decisão ora recorrida teve o objetivo de revisar de ofício o Acórdão 4.623/2009-TCU-2ª Câmara para considerar legal o ato emitido em favor da recorrente, não havendo, portanto, motivos para que este Tribunal realize novo exame da matéria.

Considerando que na peça recursal a interessada intenta realizar a defesa de direito eminentemente subjetivo perante esta Casa, ao solicitar que este Tribunal determine à Câmara dos Deputados que restabeleça o seu benefício e que o Ministério de Minas e Energia reconheça o seu direito de opção, a qualquer tempo, pelo cargo público que ocupava.

Considerando que a jurisprudência dominante desta Corte é no sentido de que a competência constitucional de controle externo conferida ao TCU está direcionada à tutela do interesse público e não à proteção de interesses particulares ou privados dissociados do interesse público (Acórdãos 3.022/2009-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro, e 4.801/2013-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Aroldo Cedraz).

Considerado que a determinação pleiteada pela interessada extrapolaria as competências desta Corte de Contas nos presentes autos, que se limita a apreciar a legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil praticado pela Câmara dos Deputados, o que denota que o pleito da interessada perante os demais órgãos da administração pública deve ser intentado junto aos mesmos ou perante o Poder Judiciário.

Considerando a falta de interesse recursal da recorrente, nos termos dos artigos 48 da Lei 8.443/1992 e 282 do Regimento Interno/TCU, uma vez que não houve sucumbência, sanção ou prejuízo à mesma em decorrência da decisão impugnada.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer do presente pedido de reexame interposto por Denise Coelho Flausino contra o Acórdão 498/2012-TCU-Plenário, por falta de interesse de agir na via recursal, ante a ausência de sucumbência no acórdão recorrido, dando ciência à recorrente e ao órgão de origem do teor desta deliberação.

1. Processo TC-014.022/2008-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Recorrente: Denise Coelho Flausino (358.652.291-68).

1.2. Interessados: Alizete da Silva Oliveira (480.409.081-91); Braulina Candida dos Anjos (076.124.511-15); Carla Bernadette de Oliveira (471.348.441-53); Carlos Augusto Tavares Gama Oliveira (689.894.151-87); Carlos Eduardo da Silva Oliveira (658.155.641-68); Cloris Guimaraes Leitao (024.765.507-44); Conceicao dos Santos (160.236.687-04); Cynthia Guimaraes Leitao (178.468.707-34); Denise Coelho Flausino (358.652.291-68); Djanira Neto (765.593.601-30); Eline Alves Cunha (396.892.123-20); Elza Coelho Flausino (024.137.951-20); Elza Coelho Flausino (024.137.951-20); Elzy Layr Monteiro Pereira (000.222.251-53); Estella Rocha de Azeredo (112.754.301-63); Floripes Sieiro de Mattos (225.343.427-20); Gloria de Lourdes de Së Cordeiro (380.154.717-53); Hebe Ozeas Motta (258.665.407-20); Ieda Tavares Gama (376.054.611-00); Iris Ozeas Motta (221.161.417-53); Julia Andrade da Silva (183.851.331-00); Julieta Ferreira Cardoso (258.920.107-91); Laura Menezes Du Bocage (833.228.097-49); Liliane Coelho Flausino (296.030.051-34); Marcia Coelho Flausino (261.899.681-04); Marcia Coelho Flausino (261.899.681-04); Maria Lucia de Almeida Carvalho (631.701.327-68); Maria Nazare Cunha dos Santos (116.242.561-04); Maria da Consolacao Costa (238.480.901-63); Marilia Cardoso Fontes de Almeida Portugal (024.721.717-49); Marilu de Almeida Carvalho (013.359.407-66); Marina de Almeida Carvalho (839.275.497-20); Marli de Almeida Carvalho (013.381.727-00); Menilde de Almeida Carvalho (338.037.497-00); Nailde Gouveia da Cruz (552.112.087-49); Neusa Godinho (366.508.707-49); Osmilda Schmitt (009.969.121-34); Renata da Silva Oliveira (844.405.541-72); Rodrigo Tavares Gama Oliveira (689.894.071-68); Sonia Layr Monteiro Pereira (606.447.027-53); Vera Helena de Oliveira (351.844.341-00).

1.3. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1061/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 709/2018 - TCU - Plenário (peça 196), proferido na sessão ordinária de julgamento de 4/4/2018, relativamente ao subitem 9.4, de modo que onde se lê: "Comitê Interinstitucional de Governança", leia-se: "Comitê Interministerial de Governança", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-029.427/2017-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Casa Civil da Presidência da República; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador); Ministério da Fazenda (vinculador); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria de Governo da Presidência da República; Secretaria-geral da Presidência da República

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 16/2018 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 1062/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 616/2018 - TCU - Plenário, prolatado na sessão de 21/3/2018, Ata 9/2018, relativamente aos subitens "3.2" e "9.2", "9.4", de modo que onde se lê: "Gima Construções e Incorporações Ltda.- ME", leia-se: "Gima-Construcoes e Incorporacoes Ltda."; e onde se lê: "Luzikenyo Luiz Monteiro Veloso", leia-se: "Luzikenyo Louis Monteiro Veloso", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.644/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Diana Lima (623.895.804-91); Gima-Construcoes e Incorporacoes Ltda. (07.354.610/0001-32); José Alexandrino Primo (023.422.604-82); Luzikenyo Louis Monteiro Veloso (025.954.144-37); Newdson Ceres Costa Guedes (591.239.664-91); Regina Cláudia Orange dos Santos Silva (548.331.914-15)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araçagi - PB

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

1.6. Representação legal: Nelson Davi Xavier (10611/OAB-PB), representando Luzikenyo Louis Monteiro Veloso; Rodrigo Lima Maia (14.610/OAB-PB) e outros, representando Newdson Ceres Costa Guedes.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 13/2018 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1063/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material o Acórdão 439/2018 - Plenário, prolatado na Sessão de 7/3/2018, relativamente aos seguintes itens, mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

- item 8, para que onde se lê "João Paulo Chaves de Alckmin (13788-E OAB/DF) e outros, representando a Strata Engenharia Ltda.", leia-se "João Paulo Chaves de Alckmin (50504 OAB/DF) e outros, representando a Strata Engenharia Ltda.;

- item 8, para excluir o nome de Jader Augusto Ferreira Dias (OAB/MG 91172) como representante da Superintendência Regional do DNIT no Estado de Goiás e no Distrito Federal;

- item 9.2. para que onde se lê "autorizar, desde logo a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação", leia-se "autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação".

1. Processo TC-002.673/2012-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: CMC Brasil Engenharia e Construções S.A (CNPJ 86.584.323/0001-95); José Olímpio Maia Neto - servidor público do Dnit (CPF 012.885.551-72); João Lucas Evangelista de Oliveira - servidor público do Dnit (CPF 208.335.207-68)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) - Superintendência Regional no Estado de Goiás e no Distrito Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: João Paulo Chaves de Alckmin (50504 OAB/DF) e outros, representando a Strata Engenharia Ltda.; Roberto Henrique Corrieri (19.071 OAB/DF), André Jansen do Nascimento (51.119 OAB/DF) e outros, representando a CMC Brasil Engenharia e Construções S.A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1064/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso XVII, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 264 e 265 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da consulta, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando-se ciência à consulente, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.718/2018-8 (CONSULTA)

1.1. Consulente: Gerência Executiva e Negocial de Governo da Caixa Econômica Federal (Gigov/VC)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1065/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, incisos II e IV; 10, § 1º, e 12, inciso II, e 47 da Lei nº 8.443/1992c/c os arts. 143, inciso V, "g", 198, § único, 202, inciso II, e 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em converter o processo em tomada de contas especial, restituindo os autos à SeinfraPetróleo para a correspondente instrução preliminar:

1. Processo TC-022.712/2010-0 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).

1.6. Representação legal: Paola Allak da Silva (142.389/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Debora Signorelli Carvalho (315.247/OAB-SP) e outros, representando Abb Ltda.; Maria Elizabeth Martins da Costa (32434/OAB-MG), representando Mendes Júnior e Mendes Junior Trading e Engenharia S.A.; Henrique Paduan Alvares e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Techint Engenharia e Construção S.A.; Antônio Franco de Carvalho (1101-B/OAB-RJ), representando Consorcio Pcp - Engevix; José Oswaldo Guimarães de Abreu (120.086/OAB-SP) e outros, representando U T C Engenharia S.A.

1.7. Encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério de Minas e Energia e à Petrobras.

ACÓRDÃO Nº 1066/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, considerá-la no mérito parcialmente procedente, denegar a medida cautelar pleiteada, ante a ausência dos pressupostos para a sua adoção, e dar ciência da seguinte ocorrência ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) - Regional Rio de Janeiro, notificando-se a representante e o Serpro, com o envio da respectiva instrução, e arquivando-se o processo, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.784/2018-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: IMTEP GSI Clínica Médica Hospitalar Ltda. (CNPJ 00.196.526/0001-99)

1.2. Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Thais Mello Rodrigues Dedini (68.088/OAB-PR) e outros

1.7. Dar ciência ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) - Regional Rio de Janeiro, com fundamento no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes, de que, no Pregão Eletrônico 27/2018, a exigência de comprovação de inscrição dos licitantes no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ), para fins de habilitação no certame (item 11.3.2, alínea "c" do edital), afronta o disposto no art. 30, inciso I, da Lei nº 8.666/93, conforme Acórdão 979/2005 - TCU - Plenário.

ACÓRDÃO Nº 1067/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, mas considerá-la prejudicada, por perda de objeto, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar, arquivando-a e dando-se ciência à representante, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.891/2018-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli ME - EPP (CNPJ 25.165.749/0001-10)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 1068/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 146, § 2º, 169, 237, 250 e 276 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, indeferindo, o pedido de medida cautelar, e negar o pedido da representante de ingresso como parte interessada, arquivando-se os autos após as cientificações, com o envio de cópia da respectiva instrução, adotando-se a seguinte providência:

1. Processo TC-012.538/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Global Service Vigilância e Segurança Ltda. (CNPJ 84.526.045/0001-94)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, para que oriente seus pregoeiros e responsáveis pela elaboração de editais e termos de referência, no sentido de que:

1.7.1. o art. 30 da Lei 8.666/1993 apresenta os limites para a comprovação da qualificação técnica e veda expressamente, no seu § 5º, exigências não previstas na lei que possam inibir a participação na licitação. Tais exigências indevidas também afrontam a jurisprudência pacífica do TCU (Acórdãos 565/2010-TCU-1ª Câmara, Relator Ministro Augusto Nardes; 2.397/2010-TCU-Plenário, Relator Ministro Raimundo Carreiro; 5.026/2010-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro Augusto Sherman; 311/2009-TCU-Plenário, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues; 513/2009-Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz; 3.927/2009-TCU-1ª Câmara, Relator Ministro Marcos Bemquerer; e 1.417/2008-TCU-Plenário, Relator Ministro Augusto Sherman); e

1.7.2. os atos convocatórios devem ser redigidos com clareza e precisão, sem obscuridades, inconsistências ou contradições, sob pena de ferir o princípio da publicidade, insculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal, e a jurisprudência pacífica do TCU (Acórdãos 616/2010-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro Benjamin Zymler; 1.091/2010-TCU-1ª Câmara, Relator Ministro Marcos Bemquerer; 931/2009-TCU-Plenário, Relator Ministro Weder De Oliveira; 168/2009-TCU-Plenário, Relator Ministro José Jorge; 4.356/2009-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro José Jorge; 2.377/2008-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro Aroldo Cedraz e 1.458/2008-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro André Luís de Carvalho).

ACÓRDÃO Nº 1069/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 597/2018 - TCU - Plenário, prolatado na Sessão de 21/3/2018, Ata nº 9/2018, relativamente aos itens abaixo relacionados, mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) item 9, para que, onde se lê "VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação formulada pelo 1º Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência (CIPREV), por meio da qual informa ao Presidente do TCU a disponibilidade, na internet, do relatório final da comissão, ressaltando a existência de recomendações a este Tribunal", leia-se "VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação formulada pelo Primeiro-Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, por meio da qual informa ao Presidente do TCU a disponibilidade, na internet, do relatório final da comissão, ressaltando a existência de recomendações a este Tribunal";

b) subitem 9.5, para que, onde se lê "dar ciência deste acórdão ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência e ao 1º Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência", leia-se "dar ciência deste acórdão ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência e ao Primeiro-Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal".

1. Processo TC-035.433/2017-5 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)

1.1. Solicitante: Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência (CPIPREV)

1.2. Unidades: Ministério da Fazenda e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 14/2018 - Plenário

Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 1070/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno, acolher as justificativas apresentadas pelo reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, em resposta ao ofício de audiência 3.114/2017-TCU/SECEX-BA, de 1/11/2017; em considerar cumprida a determinação do subitem 1.10 do acórdão 977/2016 - Plenário; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 39, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-035.884/2016-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 15/2018 - Plenário

Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1071/2018 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento das determinações constantes do Acórdão 608/2015-TCU-Plenário (TC-001.073/2014-1), que apreciou fiscalização de orientação centralizada (FOC) realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para avaliar a qualidade das assistências técnica e financeira prestadas aos entes recebedores dos recursos, no que concerne à ampliação da rede de infraestrutura da educação, efetuada por meio da construção de creches (Programa Proinfância), escolas de ensino fundamental e médio (espaços educativos de 1, 2, 4, 6 e 8 salas), e quadras poliesportivas (com vestiário ou palco).

Considerando os pareceres emitidos nos autos;

Considerando que, conforme os pareceres, os subitens 9.2, 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.6 da aludida deliberação estão sendo monitorados no Relatório de Monitoramento TC 029.802/2016-4, a cargo da SeinfraUrbana;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, c/c o disposto na Portaria-Segecex 27/2009, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar, em relação ao Acórdão 608/2015-TCU-Plenário, cumpridas as determinações dos subitens 9.1, 9.3.3, 9.3.4, 9.3.5 e 9.4; implementada a recomendação do subitem 9.5.3; parcialmente implementada a recomendação do subitem 9.5.4; não implementadas as recomendações dos subitens 9.5.1, 9.5.2 e 9.5.5;

b) com fulcro no art. 5°, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009, encerrar os presentes autos por apensamento ao processo TC 001.073/2014-1.

1. Processo TC-005.710/2015-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, que:

1.6.1.1. em conformidade com as orientações emanadas nos Acórdãos TCU 641/2007 e 2.239/2013, ambos do Plenário, implemente mecanismos de controle social das obras, ampliando os meios de recebimento tempestivo de informações ou denúncias, em especial no que diz respeito aos casos de paralisação, de baixo ritmo

de execução e de deficiência na qualidade das construções, avaliando, dentre outras medidas, a possibilidade de inserção, nas placas das obras, (i) do telefone da central de atendimento do FNDE e (ii) do código ID Simec da obra;

1.6.1.2. com base no entendimento exarado no subitem 9.2.1 do referido Acórdão 641/2007-TCU-Plenário, estabeleça medidas concretas para, em sede de controle preventivo, aprimorar as análises acerca da capacidade técnico-gerencial da entidade recebedora previamente à celebração do instrumento de transferência de recursos, tais como análise do quadro técnico do ente recebedor a fim de verificar servidores credenciados para acompanhar a obra, bem como a realização de curso de capacitação previamente à celebração do contrato;

1.6.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana a autuação de processo apartado para monitorar a implementação do plano de ação de que trata o subitem 9.1 do Acórdão 608/2015-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 1072/2018 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento de determinações constantes do Acórdão 2.580/2014-TCU- Plenário (TC 007.116/2013-6), que apreciou auditoria conjunta realizada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para fiscalizar a implementação de creches e pré-escolas no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

Considerando os pareceres emitidos nos autos;

Considerando que, conforme os pareceres, os subitens 9.2.3. 9.2.4, 9.2.5, 9.2.6, 9.2.7.1, 9.2.7.2, 9.7.7.3 e 9.2.7.7 da aludida deliberação estão sendo monitorados no Relatório de Monitoramento TC 029.802/2016-4, a cargo da SeinfraUrbana;

Considerando que as informações do FNDE acerca do cumprimento do subitem 9.2.7.8 do mesmo acórdão constam do citado Relatório de Monitoramento TC 029.802/2016-4;

Considerando que, conforme os pareceres, os subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.2.7.6 da mencionada decisão estão sendo tratados no bojo do TC 025.153/2016-1, a cargo da SecexEducação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, c/c o disposto na Portaria-Segecex 27/2009, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar, em relação ao Acórdão 2.580/2014-TCU-Plenário, cumpridas as determinações dos subitens 9.2.2 e 9.2.7.4; parcialmente cumprida a determinação do subitem 9.2.7.5; implementada a recomendação do subitem 9.1.4; prejudicado o monitoramento da recomendação e da determinação objeto respectivamente dos subitens 9.1.3 e 9.2.1; e não implementada a recomendação do subitem 9.1.5;

b) com fulcro no art. 5°, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009, encerrar os presentes autos por apensamento ao processo TC 007.116/2013-6.

1. Processo TC-027.781/2014-3 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com fundamento no art. 7º da Resolução-TCU 265/2014, acerca da insuficiência das orientações/medidas relacionadas à manutenção nas edificações de metodologias não convencionais após expirado o prazo de garantia de cinco anos, identificada no programa Proinfância, o que afronta o disposto na Resolução CD/FNDE n. 24 e no art. 4°, inciso III, da Lei 12.462/2011.

ACÓRDÃO Nº 1073/2018 - TCU - Plenário

Considerando que o processo trata de representação formulada pela Controladoria-Geral da União acerca de irregularidades detectadas na execução do contrato 1/2010, celebrado entre o Núcleo Hospitalar Maria Aparecida Pedrossian (NHU/FUFMS) e a empresa Cardiocec Serviços, Comércio e Representações Ltda.

Considerando que o Acórdão 2059/2016-Plenário, de 10/8/2016, condenou José Carlos Dorsa Vieira Pontes ao pagamento de multa por irregularidades detectadas no Contrato 1/2010;

Considerando que José Carlos Dorsa Vieira Pontes faleceu em 11/3/2018, antes do trânsito em julgado do referido acórdão;

Considerando que, diante do caráter personalíssimo da pena e nos termos da jurisprudência do Tribunal (ex.: Acórdão 2.650/2017 - Plenário), em havendo o falecimento do responsável antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, extingue-se sua punibilidade, tornando-se insubsistentes as sanções eventualmente a ele aplicadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em consonância com o parecer da Secex/MS constante à peça 212, em declarar a extinção da punibilidade de José Carlos Dorsa Vieira Pontes a partir de 11/3/2018 e tornar insubsistentes as sanções a ele aplicadas por meio do Acórdão 2.059/2016-Plenário, com fulcro no art. 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005.

1. Processo TC-005.031/2014-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Amaury Edgardo Mont Serrat Avila Souza Dias (690.313.471-91); Artemisia Mesquita de Almeida (102.437.633-87); José Carlos Dorsa Vieira Pontes (368.454.421-34); Nilza dos Santos Miranda (108.067.921-91); Pedro Alcantara Soares Morel (173.820.251-87)

1.2. Interessado: Controladoria Regional da União No Estado do Mato Grosso do Sul (00.394.460/0313-73)

1.3. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

1.7. Representação legal: Ricardo Curvo de Araújo (6858/OAB-MS), representando Artemisia Mesquita de Almeida; Maria Henriqueta de Almeida (4364-B/OAB-MS), representando Pedro Alcantara Soares Morel e Nilza dos Santos Miranda; Joisi Teresinha Paulo dos Santos (12.093/OAB-MS), representando Amaury Edgardo Mont Serrat Avila Souza Dias; Paulo Henrique Menezes Medeiros (32.155/OAB-DF) e outros, representando Adilson Shigueyassu Aguni; Fabrizio Tadeu Severo dos Santos (7498/OAB-MS), representando José Carlos Dorsa Vieira Pontes.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 18/2018 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1074/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar o prazo estipulado pelo item 9.2 do Acórdão 130/2018-TCU-Plenário, por mais noventa dias, contados do término do prazo anteriormente estabelecido.

1. Processo TC-034.530/2016-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Elmer Coelho Vicenzi, Diretor-Geral do Denatran (CPF 293.301.138-77).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Trânsito, Conselho Nacional de Trânsito e Ministério das Cidades

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 1075/2018 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, apresentada, com fulcro no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/1993 e no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno desta Casa, pela empresa Icomunicação Integrada - Eireli, acerca de possíveis irregularidades na realização, pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, da Concorrência 2/2017, do tipo melhor técnica, no valor estimado aproximado de R$ 4,5 milhões, cujo objeto seria a contratação de empresa prestadora de serviços de estratégia, planejamento, concepção, criação, desenvolvimento e execução de soluções de comunicação digital,

Considerando o aspecto de a documentação em tela preencher os requisitos legais e regulamentares, em especial o disposto no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93, no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno desta Casa e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014, para ser conhecida como Representação, passando-se ao exame de seu mérito;

Considerando que, no caso, a representante insurgiu-se, em síntese, em relação às seguintes supostas irregularidades: (a) identificação antecipada das licitantes; (b) falta de isenção dos membros da subcomissão técnica, por suposta ligação com empresas do ramo; (c) desclassificação equivocada da representante (fls. 2, peça 4);

Considerando a ponderação da Selog de que, ainda que o procedimento da ABDI, de desclassificar licitantes logo após a abertura do envelope 1 em função de não haverem apresentado suas propostas técnicas em conformidade com o exigido no edital, haja desobedecido a disposição do instrumento convocatório, que condicionava a abertura do envelope 3, onde se encontrava a identificação dos participantes, ao julgamento de todos os quesitos contidos nos envelopes 1 e 2, não há indícios de desclassificação indevida de licitantes ou de devassa imprópria dos envelopes durante o certame (fls. 2/3, peça 4);

Considerando o registro daquela unidade técnica de não haver identificado indícios que confirmem os supostos vínculos empresariais que comprometeriam a isenção dos membros da subcomissão técnica (fls. 3, peça 4);

Considerando o entendimento daquela unidade instrutiva quanto a correção da forma de proceder da ABDI, de não aceitar o atendimento da exigência editalícia de apresentação de mídia digital mediante a indicação de um *link* com *login* e senha de acesso, tendo em vista as possibilidades de que a licitante monitorasse os eventuais acessos da Administração e pudesse promover alterações no conteúdo do material a qualquer momento (fls. 4, peça 4);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) com fundamento no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93, no inc. VII do art. 237 do Regimento Interno desta Casa e no § 1º do art. 103 da Resolução TCU 259/2014, conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela Icomunicação Integrada - Eireli, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para a sua adoção;

c) nos termos do art. 7º da Resolução TCU 265/2014, dar ciência à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI de que, no âmbito da Concorrência 2/2017, a abertura do envelope 3 sem a anterior avaliação dos quesitos 2 a 4, contidos no envelope 2, das empresas desclassificadas por descumprimento de requisitos exigidos para o quesito 1 (envelope 1), representou procedimento em desacordo com o item 11.8 do edital, constituindo afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (*caput* do art. 3º da Lei 8.666/1993);

d) determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão à Representante e à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI;

e) autorizar o arquivamento deste feito, com fulcro no inc. V do art. 169 do Regimento Interno.

1. Processo TC-003.958/2018-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Icomunicação Integrada - Eireli, CNPJ 05.033.844/0001-52.

1.2. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Selog.

1.6. Representação legal: Marta Aparecida de Carvalho Simões de Lara, OAB/DF 27.888; e outros.

ACÓRDÃO Nº 1076/2018 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, acerca de supostas irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico CEL 003/2018, realizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo - SEBRAE/ES, cujo objeto consistia na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de produção e instalação de sinalização modular interna e externa da nova sede da entidade, com valor referencial de R$ 653.340,44;

Considerando que a representante, segunda colocada no certame, insurge-se, em essência, contra a aprovação das amostras apresentadas pela empresa vencedora, as quais não atenderiam ao disposto no termo de referência, uma vez que parte das especificações do anexo I não seriam passíveis de verificação por meio de simples análise visual do produto, a exemplo de liga de alumínio EM-AW-6060 T6, nível de tolerância de acordo com a norma EN 12020-2, atendimento à norma ABNT NBR 9050, certificações ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001;

Considerando o posicionamento da unidade técnica de que o Sebrae/ES agiu corretamente, tendo em vista que uma análise utilizando os critérios reclamados pela representante deveria estar prevista no edital, bem como que a jurisprudência desta Corte entende que a exigência de amostra do vencedor do certame, na modalidade pregão, não deve comprometer a celeridade do processo;

Considerando os pareceres uniformes da Secex/ES no sentido de considerar a representação improcedente, indeferir o requerimento de medida cautelar e arquivar os autos;

Considerando que o termo de referência que acompanha o edital, quanto às amostras, dispôs que "A Unidade Técnica do SEBRAE-ES (UMC) fará análise dos materiais, de acordo com as especificações do ANEXO I", o qual se trata do Manual de Sinalização e Acessibilidade, que, por sua vez, definiu detalhadamente as especificações técnicas, conforme descrito pela representante;

Considerando que a Unidade de Marketing e Comunicação do Sebrae/ES afirmou que, em análise presencial e física, verificou todas as peças apresentadas, suas cores, materiais e dimensões, concluindo que a amostra cumpriu minimamente as especificações técnicas exigidas;

Considerando que o documento de conferência dos produtos contém apenas um sucinto *check list*, registrando o atendimento às exigências, sem, contudo, explicitar cada um dos requisitos, bem como que o edital, embora se refira às especificações do manual, não estabelece, de modo objetivo, quais os critérios que embasarão a solicitação das amostras e tampouco de que forma serão testadas e avaliadas, ou como será realizado o julgamento;

Considerando, por outro lado, que em 27/3/2018 o pregão, que teve a participação de sete licitantes, foi homologado e o objeto adjudicado à empresa que apresentou a melhor proposta (R$ 460.000,00), quase 30% menor que o valor referencial (peça 20);

Considerando que, diante do tempo transcorrido, é provável que o objeto esteja em execução, uma vez que, conforme termo de referência, a produção das peças de sinalização deveria ser realizada em trinta dias corridos e a instalação em quarenta e cinco dias corridos, após a emissão e assinatura da Ordem de Fornecimento (OFOR);

Considerando que o Sebrae/ES ressaltou sua prerrogativa de analisar todos os produtos no ato da entrega, para confirmar o atendimento às especificações do Manual de Sinalização e Acessibilidade;

Considerando a previsão no edital de cláusula que visa preservar o Sebrae/ES, segundo a qual "Todos os itens objetos deste pregão deverão ter garantia mínima de 05 (anos) anos, contra defeitos/vicio de fabricação e instalação dos produtos e componentes de instalação, bem como, contra corrosão do alumínio";

Considerando, com amparo nos princípios da eficiência e do interesse público, que no presente caso concreto é suficiente a expedição de ciência ao Sebrae/ES acerca da necessidade de estabelecer critérios objetivos, detalhadamente especificados no edital, de apresentação e avaliação, bem como de julgamento técnico e de motivação das decisões relativas às amostras apresentadas;

Considerando, portanto, ausentes os pressupostos para adoção da medida cautelar pleiteada;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, tendo em vista o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela representante, tendo em vista a ausência dos pressupostos;

c) dar ciência da presente decisão à representante e ao SEBRAE/ES; e

d) arquivar estes autos, nos termos do art. 169, inciso III, do RITCU.

1. Processo TC-012.020/2018-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: GPS Projetos e Sistemas LTDA - EPP

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo - SEBRAE/ES

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo (SECEX-ES).

1.6. Representação legal: Emmanuel Fonsêca de Souza (OAB/PI 4555)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo - SEBRAE/ES que, em atenção aos princípios do julgamento objetivo e da igualdade entre os licitantes, devem constar dos editais de licitação, critérios objetivos, detalhadamente especificados, de apresentação e avaliação de amostras, bem como de julgamento técnico e de motivação das decisões, consoante prescreve a jurisprudência do Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 2077/2011 e 529/2018, ambos do Plenário.

ACÓRDÃO Nº 1077/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar o prazo estipulado pelo item 9.3 do Acórdão783/2018-Plenário, por mais quinze dias, contados do término do prazo anteriormente estabelecido, conforme proposto pela Secex/BA (peça 159).

1. Processo TC-033.891/2016-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Requerente: Marcus Cavalcanti, Secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia (CPF 178.463.155-87).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra/BA); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.3.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA). 1.6. Representação legal: Cecilia Machado Cafezeiro (CPF 897.111.495-91), representando a Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra/BA); Paulo Aristóteles Amador de Sousa (CPF 854.786.794-53), representando o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); Gilberto Mendes Calasans Gomes (43391/OAB/DF) e outros, representando OAS Engenharia e Construções S.A.

RELAÇÃO Nº 7/2018 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 1078/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando o pedido de parcelamento formulado pelo Sr. Alírio Vieira Marques, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea b, e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da dívida a que se refere o subitem 9.1.2 do Acórdão 1.681/2014 - Plenário, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (multa: atualização monetária), fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU):

1. Processo TC-000.278/2010-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: TC-007.896/2017-4 (Solicitação); TC-026.172/2008-5 (Representação); TC-005.525/2011-0 (Solicitação); TC-030.447/2011-9 (Solicitação).

1.2. Responsáveis: Alírio Vieira Marques (043.012.932-72); Americo Gorayeb Junior (075.701.202-72); Evandro Narciso de Lima (321.404.282-34); Francisco Carlos Moss (031.073.962-49); Hamilton Cesar Pacheco Bandeira (240.663.382-91); Isaias Vieiralves Neto (009.416.382-00); Marcos Roberto Marinho Campos (436.978.792-00); Maria Izanete Liberato Guimarães (035.170.552-04); Mônica Nazaré Picanço Dias (436.606.142-20); Oswaldo Said Junior (140.405.492-87); Paulo Ricardo Rocha Farias (263.727.700-91).

1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - CAIXA; Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; Prefeitura Municipal de Manaus/AM.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

1.7. Representação legal: David Azulay Benayon (8688/OAB-AM), representando Maria Izanete Liberato Guimarães; Dinair Faria Albernaz (5.077/OAB-AM), representando Paulo Ricardo Rocha Farias; Fabrício Pereira de Oliveira (4123/OAB-AM), representando Oswaldo Said Junior; Guilherme Lopes Mair (241.701/OAB-SP) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1079/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 157 do Regimento Interno/TCU e 47 da Resolução/TCU 259/2014, em sobrestar o presente processo até o trânsito em julgado da sentença proferida no âmbito da Ação Ordinária 2006.35.00.007611-9 em trâmite na Justiça Federal, de acordo com o parecer da Secex/GO:

1. Processo TC-009.124/2002-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: TC-016.681/2010-0 (Cobrança Executiva); TC-016.680/2010-3 (Cobrança Executiva); TC-011.786/2010-8 (Monitoramento); TC-016.682/2010-6 (Cobrança Executiva); TC-016.923/2007-2 (Solicitação); TC-016.679/2010-5 (Cobrança Executiva)

1.2. Interessado: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Goiás - SR/DPF/GO.

1.3. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1080/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Arnaldo Alves Nunes, ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada, promovendo-se em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/TO:

1. Processo TC-028.900/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC-033.424/2011-0 (Solicitação).

1.2. Responsáveis: Arnaldo Alves Nunes (128.058.153-00); Edith Tedesco Reis (423.681.381-53); Lígia Monetta Barroso Menezes (000.956.311-35); Pro Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar (24.232.886/0001-67); Raimundo Nonato Pires dos Santos (056.668.802-68).

1.3. Órgão/Entidade: Secretaria de Saúde do Estado de Tocantins.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

1.7. Representação legal: Rosario Luiz da Silva, representando Arnaldo Alves Nunes; Josenir Teixeira (125253/OAB-SP) e outros, representando Pro Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Quitação relativa ao subitem 9.3 do Acórdão 313/2015, proferido pelo Plenário, em Sessão de 25/2/2015, Ata 6/2015.

Data de origem da multa: 25/2/2015 Valor original da multa: R$ 15.000,00

Datas dos recolhimentos: ..... Valores recolhidos:

05/05/2015 ..... R$ 427,33
09/06/2015 ..... R$ 430,33
22/07/2015 ..... R$ 437,05
22/07/2015 ..... R$ 437,05
12/08/2015 ..... R$ 439,80
14/09/2015 ..... R$ 440,81
06/10/2015 ..... R$ 440,72
10/11/2015 ..... R$ 443,18
14/12/2015 ..... R$ 451,46
15/01/2016 ..... R$ 455,89
23/02/2016 ..... R$ 461,58
17/03/2016 ..... R$ 465,74
19/04/2016 ..... R$ 467,74
18/05/2016 ..... R$ 470,69
17/06/2016 ..... R$ 474,26
19/07/2016 ..... R$ 475,92
18/08/2016 ..... R$ 478,40
21/09/2016 ..... R$ 480,50
27/10/2016 ..... R$ 480,88
23/11/2016 ..... R$ 482,13
09/12/2016 ..... R$ 1.446,39
20/01/2017 ..... R$ 420,45
15/02/2017 ..... R$ 486,50
13/03/2017 ..... R$ 423,05
10/04/2017 ..... R$ 489,58
15/05/2017 ..... R$ 424,68
23/06/2017 ..... R$ 516,00
07/08/2017 ..... R$ 516,00
24/08/2017 ..... R$ 516,07
21/09/2017 ..... R$ 517,05
24/10/2017 ..... R$ 517,88
28/11/2017 ..... R$ 520,04
27/12/2017 ..... R$ 521,50
30/01/2018 ..... R$ 523,80

ACÓRDÃO Nº 1081/2018 - TCU - Plenário

Trata-se de expediente apresentado pela Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde em face do Acórdão 1.447/2017 - Plenário, que determinou a instauração de tomada de contas especial.

Considerando que examinou-se nestes autos a Representação oriunda do Serviço de Auditoria no Amazonas do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Denasus com a finalidade de cientificar o TCU a respeito do descumprimento, pela Secretaria Municipal de Saúde de Barcelos/AM, do Termo de Ajuste Sanitário - TAS 284, nos termos do art. 27 da Lei Complementar 41/2012 e do art. 23 do Decreto 7.827/2012;

Considerando que, nos termos do art. 279 do Regimento Interno do TCU, "ressalvada a hipótese de embargos de declaração, não cabe recurso de decisão que rejeitar alegações de defesa, converter processo em tomada de contas especial ou determinar sua instauração, ou ainda que determinar a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização";

Considerando que não cabe recurso no caso em espécie, podendo a peça em exame ser recebida como elementos complementares de defesa no processo a ser instaurado, nos termos do parágrafo único do art. 279 do RI/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em tratar o expediente apresentado pela Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde como mera petição, recebendo a peça como elementos complementares de defesa no processo a ser instaurado, sem prejuízo das devidas citações e audiências, nos termos do parágrafo único do art. 279 do RI/TCU, sem prejuízo de encaminhar ao interessado e à Prefeitura Municipal de Barcelos/AM cópia desta deliberação, de acordo com o parecer da Serur:

1. Processo TC-031.871/2015-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde (00.530.493/0002-52).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barcelos/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 16/2018 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 1082/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 786/2018 prolatado pelo Plenário do TCU, na Sessão de 11/4/2018 (Ata nº 12/2018), no que concerne ao seu item 9.3, mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, além de restituir, em seguida, os autos à Secex/SP, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que:

onde se lê:

"9.3. ...para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;"

leia-se:

"9.3. ...para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

1. Processo TC-003.932/2017-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Vera Lúcia Ferreira Costa (CPF 144.635.358-32).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campinas - SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1083/2018 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial autuada, por apartado ao TC 021.480/2009-9 em atendimento ao item 9.1 do Acórdão 2.163/2015-TCU-Plenário, com o objetivo de avaliar especificamente as informações relativas ao Contrato 0800.0032558.07-2 (CT-107) celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. para a execução das obras do Centro Integrado de Controle do sistema de produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Paraná (Repar);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que, no intuito de obter os "reais" elementos dos custos dos materiais e dos bens "tagueados" adquiridos no âmbito do referido CT-107, aí incluídas as notas fiscais de aquisição colhidas pela Justiça Federal do Paraná no âmbito da Operação Lava Jato (cf. item 9.4 do Acórdão 2.163/2015-Plenário), a SeinfraOperações promoveu as diligências autorizadas pelos Acórdãos 1.217/2016 e 2.747/2016, do Plenário, e obteve junto à Receita Federal do Brasil (RFB) o necessário acesso às Dirf e às NF-e emitidas por fornecedores contra a Azevedo & Travassos, além daquelas emitidas pela própria empresa contra a Petrobras, para a execução das obras na Repar;

Considerando que a SeinfraOperações detectou incorreções em dois itens da planilha de cálculo do superfaturamento (elaborada pela SeinfraPetróleo, à Peça 173, a partir das premissas indicadas à Peça 155 do TC 010.546/2009-4) e, assim, recalculou, para a amostra de 55,99% em relação ao valor do contrato, o indício de superfaturamento sob o montante de R$ 1.551.584,16, equivalendo a 3,39% do valor final do contrato, aí incluídos os aditivos (Peças 174 e 177);

Considerando que, segundo a unidade técnica, os bens "tagueados" seriam compostos por painéis e quadros de distribuição de energias montados no local da obra e constituídos de dezenas ou centenas de componentes eletroeletrônicos, inviabilizando a comparação dos seus custos a partir, apenas, dos dados das NF-e, de modo que seria necessário levantar os custos de cada componente e da mão de obra utilizada na montagem desses equipamentos;

Considerando que, conforme apontado pela SeinfraOperações, os bens "tagueados" representariam apenas 10,22% do valor total do contrato e, diferentemente de outros contratos da Repar (e.g.: CT 101, 111 e 149), não teriam sido celebrados aditivos com vultosos valores, além de, até o presente momento, não terem sido detectados outros indícios de irregularidade na licitação, destacando que, para o CT-107, teriam sido convidadas 32 empresas e 8 teriam apresentado as suas propostas, com mais da metade delas abaixo do preço mínimo estimado pela Petrobras, o que teria levado à revisão da estimativa para baixo (de R$ 54.281.129,89 para R$ 48.375.613,84), tendo se sagrando vencedora a proposta apresentada pela Azevedo & Travassos sob o valor de R$ 42.615.539,37;

Considerando que, mesmo diante da possível regularidade do processo licitatório e da pouca materialidade do superfaturamento frente a outros contratos da Repar, a unidade técnica promoveu a análise das informações encaminhadas pela Petrobras em atendimento aos itens 9.3 e 9.5 do Acórdão 2.163/2015-Plenário, a fim de aprofundar a delimitação da conduta dos responsáveis e, em especial, dos então gestores da empresa estatal envolvidos com os graves ilícitos descortinados pela Operação Lava Jato (a exemplo de: Paulo Roberto Costa, Renato de Souza Duque e Pedro José Barusco Filho), concluindo que, no caso do CT-107 (até o presente momento), não subsistiriam os indícios da decisiva atuação desses gestores da Petrobras na contratação da Azevedo & Travassos para o possível superfaturamento;

Considerando que, até o presente momento, a SeinfraOperações também não teria encontrado os indícios da participação da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. no cartel de empresas destinado a fraudar as licitações da Petrobras, nem os indícios de que a ela tivesse destinado alguma vantagem indevida, sob a forma de propina, a agentes públicos;

Considerando que, por esse prisma, a unidade técnica anotou que o superfaturamento apurado nos autos poderia ser considerado como eventual variação de mercado, tendo em vista as características da contratação integrada, para além de todas as aludidas circunstâncias, e, assim, sugeriu o afastamento da responsabilidade dos agentes da Petrobras e dos demais entes arrolados nestes autos, propondo, assim, o arquivamento do presente processo;

Considerando, no entanto, que a planilha de cálculo à Peça 174 indica que o superfaturamento estaria circunscrito preponderantemente aos itens de serviço inerentes às obras civis e à montagem eletromecânica, devendo-se observar que os conservadores referenciais usados pela unidade técnica podem ter apresentado relevantes distorções em relação aos preços efetivamente praticados à época da contratação;

Considerando que, em sintonia com os princípios administrativos da economicidade, do não enriquecimento ilícito, da legalidade, da moralidade e da boa-fé contratual, cabe aos gestores da Petrobras e às empresas contratadas demonstrar, perante o TCU, a regularidade do correspondente dispêndio com os recursos públicos e a compatibilidade dos respectivos valores em relação aos preços de mercado e até mesmo em relação aos preços efetivamente incorridos no aludido contrato, não devendo o TCU promover o suscitado arquivamento do feito, diante de mera cogitação sobre a eventual variação de mercado;

Considerando, enfim, que, ao opor os seus embargos em face do referido Acórdão 2.747/2016-Plenário, a Azevedo & Travassos colocou-se expressamente à disposição do TCU para apresentar todas as notas fiscais e os demais documentos inerentes ao CT-107, devendo, por essa linha, a referida empresa promover, então, o necessário esclarecimento sobre a subsistência, ou não, do referido o indício de superfaturamento sob o montante de R$ 1.551.584,16, com a devida apresentação de todo o memorial de cálculo e de toda a subjacente documentação comprobatória, sob pena de ter de promover o ressarcimento desse valor ao erário em consonância com o art. 71, II, da CF88, o art. 8º da Lei n.º 8.443, de 1992, e a Súmula n.º 187 do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU nº 246, de 2011, em fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.183/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC-021.480/2009-9 (LEVANTAMENTO).

1.2. Responsáveis: Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (CNPJ 57.259.392/0001-25); Clarice Regina Czarnik Coelho Martins (CPF 916.571.999-91); César Arantes Sobral (CPF 941.593.008-04); Estefano Lapkousky Neto (CPF 402.175.409-10); Fernando Almeida Biato (CPF 329.803.107-00); José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04); José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72); Marco Tullio Jennings (CPF 069.177.677-60); Maria Emilia Guimarães Lovato (CPF 508.894.199-49); Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15); Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49); Sandoval Dias Aragão (CPF 229.203.586-34); Sérgio de Araújo Costa (CPF 174.345.217-91) e Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04).

1.3. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).

1.7. Representação legal:

1.7.1.Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015) e outros, representando César Arantes Sobral, Marco Tullio Jennings, Sérgio dos Santos Arantes, José Sérgio Gabrielli de Azevedo e Sérgio de Araújo Costa;

1.7.2. Benedicto Pereira Porto Neto (OAB/SP 88.465) e outros, representando a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.;

1.7.3. Rodrigo Alexander Calazans Macedo (OAB/RJ 123.041) e outros, representando César Arantes Sobral, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Sérgio de Araújo Costa, Sandoval Dias Aragão, José Paulo Assis, Fernando Almeida Biato, Clarice Regina Czarnik Coelho Martins e Maria Emilia Guimarães Lovato;

1.7.4. Maria Francisca Sofia Nedeff Santos (OAB/PR 77.507) e outros, representando Pedro José Barusco Filho; e

1.7.5. Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929) e outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A.

1.8. Determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

1.8.1. promova a oitiva da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. para que, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apresente o necessário esclarecimento sobre a subsistência, ou não, do superfaturamento sob o montante de R$ 1.551.584,16 no CT-107 da Repar, com a devida apresentação de todo o memorial de cálculo e de toda a subjacente documentação comprobatória, nos termos do art. 157 do RITCU, sob pena de ter de promover o ressarcimento desse valor ao erário em consonância com o art. 71, II, da CF88, o art. 8º da Lei n.º 8.443, de 1992, e a Súmula n.º 187 do TCU; e

1.8.2. envie a cópia da presente deliberação, acompanhada do parecer da unidade técnica, à Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., para ciência e atendimento à oitiva determinada pelo item 1.8.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 1084/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 033.619/2016-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (33.657.248/0001-89); Ministério da Fazenda (vinculador); Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (00.394.460/0216-53).

4. Órgãos/Entidades: Banco Central do Brasil; Secretaria do Tesouro Nacional.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Representação legal:

8.1. Bernardo Faustino Clarkson e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

8.2. Dilmar Ramos Pereira, representando Banco Central do Brasil.

8.3. Francisco Eduardo de Holanda Bessa, representando Ministério da Fazenda (vinculador).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional - SCN, por meio do qual o Sr. Senador Renan Calheiros, então presidente do Senado Federal, encaminhou o Requerimento 741/2016, aprovado pelo Plenário daquela Casa, com pedido de auditoria formulado pelo Senador Álvaro Dias, requerendo, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), que esta Corte de Contas realizasse auditoria da dívida pública interna federal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, nos arts. 43, inciso I, e 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 232, inciso III, e 250 do Regimento Interno-TCU e art. 4º, inciso I, alíneas "a" e "b", da Resolução-TCU 215/2008, em:

9.1. encaminhar cópia desta deliberação ao Exmo. Sr. Senador da República Álvaro Dias, autor do Requerimento 741/2016, aprovado pelo Plenário do Senado Federal, e à Presidência do Senado Federal;

9.2. informar ao Presidente do Senado Federal que a não edição da Lei prevista no art. 48, inciso XIV, e da Resolução de que trata o art. 52, inciso VI, ambos da Constituição da República, para o estabelecimento de limites para os montantes das dívidas mobiliária federal e consolidada da União, assim como da lei que prevê a instituição do conselho de gestão fiscal, constitui fator crítico para a limitação do endividamento público e para a harmonização e a coordenação entre os entes da Federação, comprometendo, notadamente, a efetividade do controle realizado pelo Tribunal de Contas da União com base no art. 59, § 1º, inciso IV, da Lei Complementar 101/2000, e o exercício do controle social sobre o endividamento público e demais limites fiscais;

9.3. dar ciência desta decisão à Presidência da Câmara dos Deputados; da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO); das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA); às Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC); ao ministro da Fazenda; ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República; à Secretaria do Tesouro Nacional; à Secretaria de Orçamento Federal; ao Banco Central do Brasil; ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e à Subprocuradora-Geral da República titular da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República;

9.4. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que avalie a possibilidade de desenvolver, por meio de projeto específico no âmbito da Secretaria de Macroavaliação Governamental - com apoio de outras unidades do Tribunal -, ferramenta tecnológica para o acompanhamento e controle sistematizado dos leilões de títulos públicos, com vistas a ampliar a capacidade de atuação desta Corte de Contas no controle da dívida mobiliária, que constitui o principal componente da dívida pública federal, medida em consonância com a diretriz constante do item 7 do Voto proferido para o Acórdão 571/2017-TCU-Plenário, e que também se insere no contexto da determinação do item 9.1 do Acórdão 1.798/2015-TCU-Plenário;

9.5. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que, à época do monitoramento da presente deliberação, desenvolva e aplique testes substantivos com objetivo de avaliar a validade e a fidedignidade das informações relativas a dívida pública;

9.6. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que realize auditoria específica com o intuito de avaliar a eficiência e a transparência do mecanismo de dealers dos títulos do tesouro brasileiro, com a realização de testes substantivos estatísticos ou, preferencialmente, utilizando ferramentas de análise de dados e inteligência artificial, que possam, efetivamente, identificar operações ou grupos de operações eventualmente fora do padrão;

9.7. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que apresente a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, um plano de trabalho e o correspondente cronograma com proposta de solução, visando disponibilizar o registro eletrônico centralizado, com informações dos entes das três esferas, conforme previsto no art. 32, § 4º, da Lei Complementar 101/2000 e no art. 27 da Resolução do Senado Federal 43/2001, cujo monitoramento ocorrerá no TC 021.946/2014-0;

9.8. determinar ao Banco Central do Brasil, à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, realizem estudo acerca do intervalo desejável para a manutenção do estoque de operações compromissadas e do nível de reservas internacionais em face das peculiaridades da economia nacional;

9.9. recomendar ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central do Brasil e à Secretaria do Tesouro Nacional, com fulcro no princípio da eficiência insculpido no artigo 37, caput, da Constituição Federal, bem como nas definições dos artigos 29 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 25, inciso I, do Decreto 9.292, de 23 de fevereiro de 2018, que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apresentem plano de trabalho e o correspondente cronograma com proposta de solução, visando disponibilizar plataforma digital para a negociação de títulos públicos e realização de operações compromissadas, contendo, ainda, o planejamento de módulos de controle e acompanhamento, utilizando-se de ferramentas tecnológicas, a exemplo de análise de dados e inteligência artificial, para predizer e evitar operações irregulares e antieconômicas com uso desses recursos;

9.10. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que promova a divulgação, inclusive por meio de eventos, de informativos e de sumários executivos, e da página do sítio do Tribunal na internet, dos resultados deste trabalho de fiscalização, em especial, da ferramenta tecnológica para o acompanhamento e controle sistematizado da dívida.

9.11. considerar a Solicitação do Congresso Nacional integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos dos incisos I e II, c/c § 1º, do art. 17 da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1084-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1085/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.325/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social (Fioprev) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

3.2. Responsáveis: Nísia Verônica Trindade Lima (CPF 425.005.407-15) e Paulo Ernani Gadelha Vieira (CPF 422.312.997-04).

4. Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).

8. Representação legal: Maria Inês Caldeira Pereira da Silva Murgel (114.798/OAB-RJ) e outros, representando Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com o objetivo de verificar a legalidade dos procedimentos adotados pela entidade e pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social (Fioprev) no que respeita aos recursos aportados a essa entidade fechada de previdência complementar após o advento da Lei 8.112/1990, em atenção à determinação e ao entendimento constantes dos subitens 9.2 e 9.5 do Acórdão 3.088/2012-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Fiocruz e ao Fioprev, com base nos princípios da indisponibilidade do interesse público, da legalidade e da segurança jurídica, nos arts. 183, 243 e 247 da Lei 8.112/90, nos arts. 1º, inciso II, e 5º, incisos I e VI, da Lei 8.443/1992, no teor dos Ofícios 509/SPC/DEFIS/PREVIC, de 7/3/2007, e 2.733/SPC/DEFIS/ PREVIC, de 8/8/2007, bem como no disposto no subitem 9.2 do Acórdão 3.088/2012-TCU-Plenário, que adotem, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, providências com vistas a ultimar a devolução das contribuições indevidamente efetuadas pela primeira em favor da segunda entidade, comprovando ao TCU a restituição até o final do referido prazo, devendo, para isso, que:

9.1.1. o Fioprev, no prazo de 90 (noventa) dias, proceda à apuração do valor atualizado das contribuições irregularmente vertidas pela Fiocruz entre janeiro de 1991 e fevereiro de 2007 em benefício de servidores alcançados pelo Regime Jurídico Único, considerando, para fins de atualização, o índice real de retorno dos investimentos, bem como apure o resultado atuarial, ambos tomando como referência 31/12/2012, data da avaliação atuarial mais próxima da data do Acórdão 3.088/2012-TCU-Plenário (14/11/2012), indicando, a partir da comparação dos resultados, eventual valor a ser devolvido à patrocinadora;

9.1.2. o Fioprev, esgotado o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, encaminhe à Previc, à Fiocruz e ao TCU os resultados da apuração, com memória de cálculo detalhada;

9.1.3. o Fioprev proceda a eventuais correções sugeridas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), nos termos do subitem 9.2 deste acórdão, e restitua o montante apurado aos cofres da Fiocruz, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento do parecer da Previc, devidamente corrigido até a data do efetivo recolhimento com base no índice real de retorno dos investimentos, comprovando de imediato as medidas adotadas ao TCU, à Fiocruz e à Previc;

9.2. determinar à Superintendência Nacional de Previdência Complementar que analise a pertinência das premissas utilizadas (inclusive no que tange à razoabilidade da mudança do método atuarial no exercício de 2012) e dos resultados obtidos nas apurações efetuadas pelo Fioprev, emitindo, no prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento das informações referidas no subitem 9.1.2, parecer circunstanciado a ser encaminhado ao Fioprev, à Fiocruz e a este TCU;

9.3. determinar à Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi) que monitore o cumprimento das determinações deste acórdão;

9.4. enviar cópia deste acórdão à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social (Fioprev).

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1085-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1086/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.570/2017-1.

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso (00.963.637/0001-83)

3.2. Responsáveis: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso (00.963.637/0001-83); Fabiano Goncalo Oliveira Campos (906.799.541-04); Verton Silva Marques (567.750.401-72).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Representação legal:

8.1. Juliana Zafino Isidoro Ferreira Mendes (12.794-B/OAB-MT), representando Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso.

8.2. Jessica Marques de Souza (41.936/OAB-DF) e outros, representando Trivale Administração Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso (CRMV-MT), relacionadas à fase externa do Pregão Presencial 003/2017, o qual tinha por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de administração de benefícios de vale-alimentação aos servidores do Conselho, ao valor anual estimado de R$ 98.104,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação formulada pela Trivale Administração Ltda., para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativas apresentadas pelo Sr. Fabiano Gonçalo Oliveira Campos, e, excepcionalmente, deixar de aplicar a multa cominada no art. 58 da Lei 8.443/1992;

9.3. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Verton Silva Marques, CPF 567.750.401-72, referentes à não realização do Pregão 3/2017/CRMV-MT no formato eletrônico;

9.4. dar ciência ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado de Mato Grosso de que, nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns, a realização de pregão presencial como regra viola as disposições legais vigentes e a jurisprudência consolidada desta Corte, de modo que o formato eletrônico somente poderá ser preterido quando comprovada e justificadamente se demonstrar inviável;

9.5. dar ciência à empresa representante Trivale Administração Ltda. e ao Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado de Mato Grosso deste Acórdão;

9.6. arquivar o presente processo, com fundamento nos arts. 169, inciso III, e 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal, após a quitação da dívida ou a conclusão das respectivas cobranças executivas.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1086-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1087/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.001/2013-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Pérola S.A. - Sociedade de Propósito Específico - SPE (07.702.571/0001-17).

3.2. Responsáveis: Luiz Fernando Garcia Silva (CPF 329.602.648-78); Luiz Otávio Oliveira Campos (042.575.532-00).

4. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo; Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq; Secretaria Nacional de Portos; extinta Secretaria de Políticas Portuárias.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação monitorada: Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

8. Representação legal:

8.1. Beatriz Giraldez Esquivel Gallotti Beserra (OAB/DF 35.253) e outros, representando Companhia Docas do Estado de São Paulo.

8.2. Ricardo Conrado Mesquita (CPF 032.776.958-08), representando Pérola S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de monitoramento do item 8.5.6 do Acórdão 392/2002-TCU-Plenário, alterado pelo Acórdão 156/2009-TCU-Plenário, ambos emanados no âmbito do TC 011.765/1999-2.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar não cumprida a determinação constante do item 8.5.6 do Acórdão 392/2002-TCU-Plenário, com a redação atualizada pelo Acórdão 156/2009-TCU-Plenário, ambos proferidos em sede do TC 011.765/1999-2;

9.2. determinar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhe, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, o cronograma com as datas de início, término e responsáveis pelas etapas restantes necessárias para a licitação da área STS20, com prazo improrrogável para a publicação do edital de licitação até a data prevista no Memorando 49/2017/CGNN/DOUP/SNP, de 19 de junho de 2017, ou seja, até 25/7/2018;

9.3. determinar à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, informe o tipo e as quantidades de carga movimentada no arrendamento associado ao Contrato de Transição DIPRE/DIREM/03.2018, celebrado entre a União e a Pérola S.A., e se existem alternativas no âmbito do porto para a movimentação dessas cargas, em caso de rescisão imediata do contrato de transição em vigor.

9.4. determinar, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso IV, do RI/TCU a audiência dos responsáveis, a ser realizada em processo apartado constituído para esse fim:

9.4.1. Luiz Fernando Garcia Silva (CPF 329.602.648-78), ex-Secretário de Políticas Portuárias, substituto, para que apresente razões de justificativa quanto à suspensão dos preparativos para a licitação da área STS20, por meio do Ofício 135/2016/SPP/SEP/PR, de 1º de abril de 2016, em que pese na ocasião, haver determinação expressa do subitem 8.5.6 do Acórdão 392/2002-TCU-Plenário, alterado pelo Acórdão 156/2009-TCU-Plenário, para imediata promoção da licitação e para que não se prorrogasse em nenhuma hipótese o Contrato Pres/03.99, firmado com a SPE Pérola S.A. sem licitação prévia, para arrendamento de área abrangendo os Armazéns XII, XVII, T8 - Terminal de Sal e a área da antiga localização da Balança Rodoviária 23 da Codesp, após expirado o prazo de vigência pactuado mediante o Primeiro Instrumento de Retificação, Ratificação e Aditamento (9/2/2014), tendo em conta ainda posicionamento da SEP/PR, da Antaq e da Advocacia Geral da União, por meio dos Ofícios 194/2013-DG, de 29/10/2013; 1.816/2013/SEP/PR, de 8/11/2013; e Informações 62/2015/ASJUR-SEP/CGU/AGU, de 19/8/2015, e 53/2016/ASJUR-SEP/CGU/AGU, de 29/4/2016, respectivamente, em prol da denegação do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro da SPE Pérola S.A., o que concorreu para o descumprimento de decisão expressa do TCU, em ofensa ao art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992;

9.4.2. Luiz Otávio Oliveira Campos (042.575.532-00), Secretário Nacional de Portos desde 11/4/2017, para que apresente razões de justificativa pela não realização da licitação da área STS20 do Porto de Santos, em afronta aos princípios da eficiência (CF art. 37, *caput*), da razoável duração do processo (CF art. 5º, LXXVIII), tendo em vista haver determinação expressa do subitem 8.5.6 do Acórdão 392/2002-TCU-Plenário, alterado pelo Acórdão 156/2009-TCU-Plenário, para promoção imediata da licitação e para a não prorrogação, em nenhuma hipótese, do Contrato Pres/03.99, firmado com a SPE Pérola S.A. sem licitação prévia, para arrendamento de área abrangendo os Armazéns XII, XVII, T8 - Terminal de Sal e a área da antiga localização da Balança Rodoviária 23 da Codesp, após expirado o prazo de vigência pactuado mediante o Primeiro Instrumento de Retificação, Ratificação e Aditamento (9/2/2014), possibilitando a perpetuação, de fato, da concessionária SPE Pérola S.A sob as mesmas condições contratuais do Contrato Pres/03.99, o que, no seu cerne, se tornou substancialmente o mesmo que a prorrogação não permitida pelo Acórdão supramencionado, configurando desídia administrativa;

9.5. indeferir, nos termos do art. 146 do RITCU, o pedido de ingresso nestes autos formulado pela empresa Localfrio S.A. - Armazéns Gerais Frigoríficos, dando-se ciência à requerente;

9.6. dar ciência desta deliberação à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Secretaria Nacional de Portos, à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), à SPE Pérola S.A e à Procuradoria-Geral da República.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1087-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministra que não participou da votação: Ana Arraes.

13.3. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.4. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (1º Revisor) e Marcos Bemquerer Costa.

13.5. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1088/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.043/2011-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame em Revisão de Ofício em Admissão.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: José Carlos Ciccarino (358.525.779-87) e Ricardo Herrera (003.018.348-06).

3.2. Recorrente: Ricardo Herrera (003.018.348-06).

4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: Hugo Zanellato (32.391/OAB-PR) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto por Ricardo Herrera contra o Acórdão 289/2016 - Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento no art. 48, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 285 e 286, parágrafo único, do RI/TCU:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento a fim de declarar nulo o Acórdão 355/2016-TCU-Plenário em relação ao recorrente e a José Carlos Ciccarino;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e aos interessados.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1088-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1089/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.309/2012-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em Representação

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Adilson Shigueyassu Aguni (298.148.711-68); Antonio Carlos Machado (294.854.011-91); José Carlos Dorsa Vieira Pontes (368.454.421-34); Marcelino Chehoud Ibrahim (447.664.751-00); Pedro Alcantara Soares Morel (173.820.251-87)

3.2. Recorrentes: Pedro Alcantara Soares Morel (173.820.251-87); Marcelino Chehoud Ibrahim (447.664.751-00).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal Ricardo Youssef Ibrahim (4.660/OAB-MS); Alexandre Janólio Isidoro Silva (15.656/OAB-MS); Marta Ariana Souza Dias Garcia (17.984/OAB-MS); Maria Henriqueta de Almeida (4364-B/OAB-MS); Fabrizio Tadeu Severo dos Santos (7498/OAB-MS).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame pedidos de reexame interpostos por José Carlos Dorsa Vieira Pontes, Marcelino Chehoud Ibrahim e Pedro Alcântara Soares Morel contra o Acórdão 434/2016 - TCU - Plenário, em que este Tribunal analisou representação formulada em razão de supostas irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 243/2011, cujo objeto era a contratação de empresa prestadora de serviços de manutenção de equipamentos médico-hospitalares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer do pedido de reexame de José Carlos Dorsa Vieira Pontes, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 285, *caput* e §2º, e 286, parágrafo único, do RI/TCU;

9.2. conhecer dos pedidos de reexame de Marcelino Chehoud Ibrahim e Pedro Alcântara Soares Morel, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.3. dar ciência da presente deliberação à Procuradoria da República em Campo Grande/MS, à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, ao Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), à Controladoria-Geral da União - Regional Mato Grosso do Sul, à Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, na pessoa do Delegado de Polícia Federal Marcos André Araújo Damato, responsável pela condução dos IPL 142/2012 e 235/2014, ao Juízo da 5ª Vara Federal de Campo Grande/MS (Autos 00029221720124036000) e aos recorrentes.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1089-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1090/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.668/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/GO

3.2. Responsáveis: Airton Nogueira Pereira Junior (614.247.147-53); Carla de Souza Marques (031.636.674-90); Carlos Paulo de Sousa (054.498.208-87); Mario Augusto Lopes Moyses (953.055.648-91); Marta Feitosa Lima Rodrigues (232.407.093-68).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Representação legal: Mariana Panciera (CPF 054.498.208-87); Pedro Estevam Alves Pinto Serrano (90.846/OAB-SP).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada em razão de determinação expedida no item 9.5 do Acórdão 586/2016 - Plenário, para exame global das práticas administrativas irregulares dos servidores do Ministério do Turismo (MTur), na formulação e condução de quarenta e três convênios firmados com a entidade Premium Avança Brasil;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos art. 237, inciso VI, do Regimento Interno deste Tribunal, e, diante das razões expostas pelo relator:

9.1. considerar revel Marta Feitosa Lima Rodrigues;

9.2. rejeitar integralmente as razões de justificativas apresentadas por Mário Augusto Lopes Moysés, Airton Nogueira Pereira Júnior, Carlos Paulo de Sousa e Carla de Souza Marques;

9.3. aplicar a Mário Augusto Lopes Moysés, Airton Nogueira Pereira Júnior, Carlos Paulo de Sousa, Marta Feitosa Lima Rodrigues e Carla de Souza Marques a multa individual, prevista no inciso II do art. 58 da Lei 8.443/1993, nos valores estabelecidos a seguir, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3.1. Mário Augusto Lopes Moysés - R$ 59.988,01;

9.3.2. Airton Nogueira Pereira Júnior - R$ 59.988,01;

9.3.3. Carlos Paulo de Sousa - R$ 10.000,00;

9.3.4. Marta Feitosa Lima Rodrigues - R$ 35.000,00;

9.3.5. Carla de Souza Marques - R$ 15.000,00.

9.4. autorizar, desde logo, com fundamento no art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, o desconto integral ou parcelado das dívidas na remuneração dos responsáveis, observado o percentual mínimo estabelecido regularmente, conforme prevê o art. 219, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

9.5. autorizar, desde logo, com fundamento nos art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não prospere a cobrança nos termos do item 9.4, conforme dispõe o 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar à Secex/GO que proceda a novas audiências de Mário Augusto Lopes Moysés, Airton Nogueira Pereira Júnior, Marta Feitosa Lima Rodrigues, Carlos Paulo de Sousa e Carla de Souza Marques, com vistas à aplicação da sanção adicional de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, tendo em vista as irregularidades graves por eles cometidas;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério do Turismo; ao Ministério Público Federal, para ajuizamento das ações cíveis e criminais que entender cabíveis; bem como, à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal e à Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1090-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1091/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.489/2012-1

1.1. Apenso: 032.121/2010-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Adriana Carvalho Lucena (050.934.014-80); América Construções e Serviços Ltda (05.492.161/0001-63); Elias da Mota Lopes (034.232.317-26); José Ivaldo de Morais (406.830.874-87); Marcos Tadeu Silva (113.826.864-04); Waldemar Marinho Filho (424.924.164-53).

4. Entidade: Município de Várzea - PB.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Representação legal: Danilo Sarmento Rocha Medeiros (17.586/OAB-PB), Filipe Araújo Reul (15393/OAB-PB) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo TCU (Acórdão 2.818/2012 - 1ª Câmara) a partir de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Waldemar Marinho Filho e por José Ivaldo de Morais;

9.2. excluir Adriana Carvalho de Lucena e Elias da Mota Lopes da presente relação processual;

9.3. considerar revéis Marcos Tadeu Silva e a empresa América Construções e Serviços Ltda., com fulcro no artigo 12, §3º, da Lei 8.443/1992;

9.4. julgar irregulares as contas de Waldemar Marinho Filho, José Ivaldo de Morais, Marcos Tadeu Silva e da empresa América Construções e Serviços Ltda., com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d" e §2º, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento das quantias abaixo descritas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Responsáveis:	Valor original (R$)	Data da ocorrência
Waldemar Marinho Filho, José Ivaldo de Morais, Marcos Tadeu Silva e a empresa América Construções e Serviços Ltda.	74.500,00	17/2/2006
Waldemar Marinho Filho, Marcos Tadeu Silva e a empresa América Construções e Serviços Ltda.	74.500,00	17/3/2006
	3.407,28	30/3/2006

9.5. aplicar aos responsáveis abaixo arrolados multas individuais, nos valores descritos, com base no artigo 57, da Lei 8.443/1992, com a fixação do prazo de quinze dias, a partir das notificações, para que comprovem, perante o TCU (artigo 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsáveis	Valor da multa (R$)
Marcos Tadeu Silva	250.000,00
Waldemar Marinho Filho	200.000,00
América Construções e Serviços Ltda.	200.000,00
José Ivaldo de Morais	100.000,00

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, com base no artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. considerar graves as infrações cometidas por Waldemar Marinho Filho, José Ivaldo de Morais e Marcos Tadeu Silva;

9.8. inabilitar Waldemar Marinho Filho, José Ivaldo de Morais e Marcos Tadeu Silva para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo período que fixo em cinco anos, com base no artigo 60, da Lei 8.443/1992;

9.9. declarar a empresa América Construções e Serviços Ltda. inidônea para participar de licitação na Administração Pública Federal por cinco anos, com fulcro no artigo 46, da Lei 8.443/1992;

9.10. dar ciência desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Paraíba, nos termos do artigo 16, §3º, da Lei 8.443/1992, ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), e ao Ministério da Integração Nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1091-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1092/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.982/2017-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: Relatório de Auditoria em Fiscalização de Orientação Centralizada

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Osvaldo Barreto Filho (099.276.031-34); Walter de Freitas Pinheiro (142.647.905-06).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam da auditoria realizada na Secretaria de Educação do Estado da Bahia, no âmbito da fiscalização de orientação centralizada-FOC, com o objetivo de verificar a gestão dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator:

9.1. determinar à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que, adote as medidas necessárias à coibir as seguintes ocorrências, identificadas na auditoria objeto deste autos:

9.1.1. ausência de divulgação dos cardápios escolares, com as devidas informações nutricionais, em locais visíveis nas escolas estaduais, de modo a permitir a fiscalização e o controle da merenda escolar pelos pais, professores, funcionários, e pela comunidade, bem como pelo próprio poder público;

9.1.2. falhas no controle de estoques e na rotina de armazenagem de gêneros alimentícios deficitários nos colégios estaduais visitados, impossibilitando o fornecimento regular de alimentação aos alunos, em desacordo com os arts. 8º, III, e 33, parágrafo 4º, da Resolução FNDE 26/2013 e com o art. 17, I, da Lei 11.947/2009;

9.1.3. não aplicação pelos colégios estaduais dos cardápios validados pela nutricionista responsável técnica (estão sendo indevidamente adaptados sem supervisão da responsável técnica), em detrimento de uma alimentação saudável e adequada aos alunos;

9.1.4. os dados apresentados pelo Setor de Credenciamento (informações APS emitidas) não guardam conformidade com aqueles apresentados pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia;

9.1.5. inexistência do controle de refeições/alunos servidas ao dia nas escolas estaduais;

9.1.6. não participação da nutricionista responsável técnica na licitação e na chamada pública, mais especificamente na definição dos gêneros que serão adquiridos, em descumprimento com art. 3°, IX, da Resolução CFN 465/2010;

9.1.7. falta de divulgação das atividades do Conselho de Alimentação Escolar por meio de comunicação oficial, em desacordo com o estabelecido no art. 36, inciso IV, da Resolução FNDE n.º 26/2013;

9.1.8. inexistência de coleta de amostras do cardápio servido (refrigeradas, por até 72 h), a ser realizada antes do início da distribuição dos alimentos, com vistas a identificar as causas de possíveis doenças de origem alimentar;

9.1.9. ineficácia do sistema de credenciamento, haja vista o alto custo nas aquisições dos gêneros alimentícios, reduzido número de fornecedores e desorganização nos controles internos;

9.1.10. inexistência de refeitório proporcional ao número de salas de aula existentes na escola, com mobiliário suficiente e adequado à realização das refeições;

9.1.11. cardápios em desacordo com o estipulado nos artigos art. 14, §§ 6º, 7º e 9º da Resolução FNDE 26/2013, art. 3º, V, da Resolução CFN e Nota Técnica n.º 01/2014-COSAN/CGPAE/DIRAE/FNDE;

9.1.12. número de nutricionista envolvidos na execução do PNAE incompatível com a quantidade de alunos do Estado, com prejuízo do desempenho satisfatório de suas atribuições;

9.2. dar ciência ao Conselho de Alimentação Escolar do Estado da Bahia das ocorrências identificadas nesta auditoria e das determinações expedidas à respectiva Secretaria de Educação, no subitem anterior, bem como das seguintes impropriedades, identificadas no próprio Conselho, para as providências cabíveis:

9.2.1. acompanhamento deficiente dos processos de licitação ou das chamadas públicas relativas aos recursos do PNAE;

9.2.2. inexistência de acompanhamento da entrega de alimentos adquiridos com recursos do PNAE, nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei 11.947/2009, c/c o artigo 35, inciso I, da Resolução FNDE n.º 26/2013;

9.2.3. desatualização do Regimento Interno do Conselho Estadual de Alimentação Escolar, em relação aos artigos 35 e 36 da Resolução FNDE n.º 26/2013;

9.2.4. encaminhamento tardio do Plano de Ação - 2017/2018 à SEC/BA, bem como sua elaboração em desacordo com o art. 35, VIII da Resolução FNDE 26/2013.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1092-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1093/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.102/2017-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (00.414.607/0027-57)

3.2. Responsável: Minoru Martins Kinpara (217.220.992-91).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (SECEX-AC).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam da auditoria realizada na Universidade Federal do Acre, no âmbito da fiscalização de orientação centralizada (FOC), com o objetivo de verificar se as universidades e os institutos federais possuem mecanismos de gestão de riscos que contribuam para a boa governança e gestão das aquisições, a fim de evitar desperdício de recursos públicos e mitigar as hipóteses de erro, fraude e corrupção.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar à Universidade Federal do Acre, com fundamento no inciso I do artigo 43 da Lei 8.443/1992, que, no prazo de 30 (trinta) dias:

9.1.1. conclua as providências administrativas necessárias para o ressarcimento à entidade dos valores pagos indevidamente a título de diárias, adicional noturno e horas extras, durante a vigência do Contrato 26/2015, firmado com a empresa D. S. Maia Lima;

9.1.2. demonstre a adoção de providências para capacitar seu corpo técnico e implementar procedimentos adequados e fundamentados para autorização das ordens de serviço, fiscalização e ateste dos serviços prestados no âmbito dos contratos resultantes dos pregões 2/2018 e 3/2018, referentes à manutenção predial, alertando-a de que deve restar devidamente demonstrado nos documentos da contratação, com base na legislação e normas técnicas atinentes à matéria, que os serviços e insumos autorizados são limitados a atividades de manutenção, tendo em vista que a execução de obras mediante contratos de manutenção predial carece de amparo legal;

9.2. determinar à Universidade Federal do Acre, com fundamento no inciso I do artigo 43 da Lei 8.443/1992, que adote providências no sentido de sanear os problemas a seguir identificados:

9.2.1. ausência de estrutura própria para o funcionamento da comissão de ética e de sua secretaria-executiva (sala, equipamentos, mobiliário e pessoal de apoio), em desacordo com o art. 6º, inciso I, 7º, § 1º, e art. 8º, inciso III, do Decreto 6.029/2007;

9.2.2. não inclusão das normas de ética e disciplina nos treinamentos e capacitações dos agentes públicos, em conformidade com o disposto no art. 2º, inc. II, alínea "c", da Resolução 10/2008, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República;

9.2.3. inexistência de plano de trabalho da comissão de ética vinculado ao planejamento estratégico, configurando inadequação ao art. 2º, caput, inciso XXIV, da Resolução 10/2008, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP)

9.2.4. ausência dos arranjos institucionais para a gestão de riscos da entidade, em desacordo com os arts. 17, caput, 23, § 2º, inc. VII, da Instrução Normativa Conjunta MP-CGU 1/2016;

9.3. recomendar à Universidade Federal do Acre a adoção das seguintes medidas:

9.3.1. envide esforços para nomear o Auditor-Geral integrante dos quadros de auditores internos e remunerar o referido cargo com função de direção compatível com o nível de responsabilidade do posto, conforme Regimento Interno da Auditoria Interna;

9.3.2. realize processo de planejamento das aquisições que contemple, pelo menos:

9.3.2.1. elaboração, com participação de representantes dos diversos setores da organização, de um documento que materialize o plano de aquisições, contemplando, para cada contratação pretendida, informações como: descrição do objeto, quantidade estimada para a contratação, valor estimado, identificação do requisitante, justificativa da necessidade, período estimado para aquisição (e.g., mês), programa/ação suportado(a) pela aquisição, e objetivos estratégico apoiado pela aquisição;

9.3.2.2. aprovação, pelas instâncias superiores da Instituição, do plano de aquisições;

9.3.2.3. divulgação do plano de aquisições na *internet*; e

9.3.2.4. acompanhamento periódico da execução do plano, para correção de desvios.

9.3.2.5. estabelecimento de mecanismos de monitoramento para acompanhar a execução do Plano Anual de Aquisições.

9.3.3. elabore programa de manutenção predial preventiva a fim de aperfeiçoar a gestão de seus bens imóveis e evitar que os contratos de manutenção se limitem à execução de serviços de natureza corretiva;

9.3.4. adote as seguintes medidas para se adequar à IN CGU 3/2017:

9.3.4.1 dotar a unidade de auditoria interna de pessoal de apoio administrativo;

9.3.4.2. incluir no plano da auditoria interna a avaliação da governança e dos controles internos das aquisições;

9.3.4.3. estabeleçer controles sistêmicos para monitorar o cumprimento das determinações provenientes do controle interno e externo;

9.4. determinar à Universidade Federal do Acre, que, no prazo de 60 (sessenta dias), encaminhe ao Tribunal plano de ação para cumprimento dos itens 9.2 e 9.3 deste acórdão, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, as unidades e os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para implementação, justificando, se for o caso, a não adoção das recomendações contidas no item 9.3;

9.5. dar ciência à Universidade Federal do Acre sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas com vistas à prevenção de ocorrências futuras:

9.5.1. nomeação de Auditor-Geral que tenha atribuições externas à atividade de auditoria interna, nos termos do item 49 da IN-CGU 3/2017, exige a adoção de salvaguardas para limitar o prejuízo à autonomia técnica e à objetividade, bem como que a avaliação dos trabalhos realizados pelo responsável pela UAIG, no exercício de atribuições externas, seja supervisionada por unidade externa à auditoria interna;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5.2. ausência de resposta aos questionários de avaliação periodicamente aplicados pela Comissão de Ética da Presidência da República (CEP), em afronta ao previsto no art. 6º, inciso II, e art. 8º, inciso IV, do Decreto 6.029/2007;

9.5.3. ausência de submissão imediata à CGU dos atos de exoneração e nomeação da função de chefe da unidade de auditoria interna, em afronta o disposto no §5º, do art. 15, do Decreto 3.591/2000 c/c os arts. 1º, 4º e 7º da Portaria CGU 915/2014;

9.5.4. ausência de estudos técnicos preliminares nos procedimentos licitatórios, em afronta ao princípio da eficiência previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, c/c o art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93, art. 2º, incisos I e II, do Decreto 2.271/97, e arts. 20 e 24, da IN MP 5/2017;

9.5.5. ausência de justificativa para o não parcelamento da contratação dos serviços, na etapa de elaboração dos estudos técnicos preliminares, em afronta ao disposto na IN MP 5/2017, art. 24, §1º, inciso VIII, c/c item 3.8 do Anexo III;

9.5.6. ausência de lista de verificação da assessoria jurídica, do pregoeiro e da comissão de licitação nos autos, contrariando o Manual de Licitações e Contratações Administrativas da AGU, a Orientação Normativa Seges 2/2016 e o artigo 36, § 1º, da IN MP 5/2017 ;

9.5.7. ausência de instrumentos para a medição da qualidade dos serviços prestados por parte de empresas contratadas, em afronta ao disposto nos arts. 30 e 50, inciso II, alínea c c/c o Anexo V, item 2.6, alínea d.4.4 e d.5, o Anexo VIII, item 1 e o Anexo VIII-A, da IN MP 5/2017;

9.5.8. cometimento das seguintes falhas que caracterizam ausência de mecanismos de fiscalização dos serviços prestados e dos materiais utilizados no contrato 5/2013, em afronta aos princípios da legalidade e eficiência previstos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, c/c o art. 63, § 1°, incisos I e II, da Lei 4.320/1964, art. 67, § 1º, da Lei 8.666/1993, art. 6º do Decreto 2.271/1997:

9.5.8.1 com relação aos processos de pagamento:

9.5.8.1.1. ausência de relatórios de inspeção das condições da edificação ou do sistema antes da execução dos serviços de manutenção;

9.5.8.1.2. ausência de relatório ou boletim de manutenção elaborado pela empresa contratada, no qual constem os quantitativos de serviços realizados, registros fotográficos e outras informações relevantes para mensuração dos serviços efetivamente prestados;

9.5.8.1.3. ausência de documentação relativa às requisições de serviços de manutenção corretiva efetuadas pela contratante;

9.5.9. não observância do princípio da segregação de funções entre atividades de requisição e ateste de realização dos serviços de manutenção;

9.6. recomendar à Secex-AC que avalie a conveniência e a oportunidade de representar ao Tribunal sobre indícios de irregularidades nos critérios de contratação e nos valores estimados dos pregões 2/2018 e 3/2018 da Ufac, referentes à manutenção predial;

9.7. autorizar o monitoramento desta deliberação pela Secex-AC; e

9.8. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal do Acre.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1093-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1094/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 020.980/2017-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de auditoria realizada na Universidade Federal de Santa Catarina, no âmbito da fiscalização de orientação centralizada (FOC), com o objetivo de verificar se as universidades e os institutos federais possuem mecanismos de gestão de riscos que contribuam para a boa governança e gestão das aquisições, a fim de evitar desperdício de recursos públicos e mitigar as hipóteses de erro, fraude e corrupção.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar, com fundamento no inciso I do artigo 43 da Lei 8.443/1992, à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.1.1. elabore política de gestão de riscos, conforme previsto nos arts. 13 e 17 da IN-MP/CGU 1/2016;

9.1.2. efetue mapeamento dos riscos inerentes às atividades da Universidade, em especial às relacionadas à área de aquisições, que identifique os responsáveis por atuar em cada risco mapeado, conforme disposto nos artigos 14, inciso IV, e 20 da IN MP/CGU 1/2016;

9.1.3. corrija as falhas na aferição dos indicadores de nível de serviço do Contrato 47/2016, com a consequente adequação de pagamentos futuros a estes indicadores, conforme disposto no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP 336/2015;

9.1.4. verifique se os pagamentos já realizados no âmbito do Contrato 47/2016 ocorreram de acordo com a correta aferição dos indicadores de nível de serviço estabelecidos no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP 336/2015;

9.2. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina a adoção das seguintes medidas:

9.2.1. dote a Comissão de Ética de estrutura física com ambiente seguro para o pleno desempenho de suas funções, conforme previsto no Decreto 6.029/2007, art. 6º, inciso I, e art. 8º, inciso III;

9.2.2. aprimore as ações de capacitação dos servidores da Universidade sobre normas de conduta, em especial aos que trabalham na área de aquisições, conforme previsto no Decreto 6.029/2007, art. 7º, inciso II, letra "d";

9.2.3. mantenha atualizadas as informações divulgadas em seu *website*, referentes aos procedimentos licitatórios e às contratações realizadas pela entidade, fazendo constar na página da *internet* todos os itens previstos no Guia da Transparência Ativa para Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal (5ª Versão);

9.2.4. reavalie a limitação referente ao acesso somente de pessoas jurídicas aos editais, atas, anexos e projetos básicos das licitações realizadas pela UFSC, a fim de permitir o acesso a tais documentos também por pessoas físicas;

9.2.5. realize processo de planejamento das aquisições que contemple, pelo menos:

9.2.5.1. elaboração, com participação de representantes dos diversos setores da organização, de um documento que materialize o plano de aquisições, contemplando, para cada contratação pretendida, informações como: descrição do objeto, quantidade estimada para a contratação, valor estimado, identificação do requisitante, justificativa da necessidade, período estimado para aquisição (e.g., mês), programa/ação suportado(a) pela aquisição, e objetivos estratégico apoiado pela aquisição;

9.2.5.2. aprovação, pelas instâncias superiores da Instituição, do plano de aquisições;

9.2.5.3. divulgação do plano de aquisições na internet; e

9.2.5.4. acompanhamento periódico da execução do plano, para correção de desvios.

9.2.6. adote medidas com vistas a distribuir adequadamente a carga de trabalho aos fiscais dos contratos, em especial do fiscal do Contrato 47/2016, a fim de que o serviço de fiscalização e acompanhamento do citado contrato possa ser executado de forma adequada e efetiva

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, que, no prazo de 60 (sessenta dias), encaminhe ao Tribunal plano de ação para cumprimento dos itens 9.1 e 9.2 deste acórdão, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, as unidades e os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para implementação, justificando, se for o caso, a não adoção das recomendações contidas no item 9.2;

9.4. dar ciência à Universidade Federal de Santa Catarina sobre as seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas com vistas à prevenção de ocorrências futuras:

9.4.1. intempestividade para a instituição de política de gestão de riscos, em afronta ao artigo 17 da IN MP/CGU 1/2016;

9.4.2. ausência e intempestividade na resposta dos questionários de avaliação periodicamente aplicados pela Comissão de Ética da Presidência da República (CEP), em afronta ao previsto no art. 6º, inciso II, e art. 8º, inciso IV, do Decreto 6.029/2007;

9.4.3. não designação formal dos gestores dos contratos, em afronta ao art. 44 da IN MP 5/2017;

9.4.4. adoção de indicadores inadequados para medição da qualidade dos serviços prestados, contrariando o princípio constitucional da eficiência constante do art. 37 da Constituição Federal; o art. 3º, § 1º, do Decreto 2271/1997; art. 3º, inc. II, da Lei 10520/2002; art.11, §§ 3º e 4º, da IN SLTI 2/2008; e arts. 2º, 28 e 29, da IN MP 5/2017;

9.4.5. insuficiente demonstração da estimativa de quantidades licitadas, contrariando o disposto nos arts. 6º, inc. IX, alínea "f", e 7º, § 4º A Lei 8666/1993, c/c o art. 2º, inc. II, do Decreto 2271/1997 e art. 24. § 1º, inc. IV, da IN MP 5/2017;

9.4.6. estimativa de preços dos serviços licitados incompleta ou insuficientemente justificada, contrariando disposto nos dos arts. 6º, inc. IX, alínea "f", 7º, § 2º, 14, 23 e 40, § 2º, inc. II, da Lei 8666/1993, c/c art. 3º, § 2º, do Decreto 2271/1997, e também da art. 24, § 1º, inc. VI, da IN MP 5/2017;

9.4.7. falhas na fiscalização do Contrato 47/2016, tais como o não acompanhamento dos motivos que levaram a não realização de rondas agendadas e a execução de relatórios de fiscalização sem detalhamento, em afronta ao disposto na Lei 8.666/1993, art. 67, e IN MP 2/2008, arts. 31 a 35 (vigente à época da assinatura do contrato), assim como o disposto na IN MP 5/2017, arts. 41 a 43.

9.5. determinar à Secex-SC que, no prazo de 30 dias, contados da ciência, responda à questão 4 de auditoria, relacionada ao atendimento da IN CGU 3/2017 pela Universidade Federal de Santa Catarina;

9.6. autorizar o monitoramento desta deliberação pela Secex-SC;

9.7. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal de Santa Catarina.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1094-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1095/2018 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 000.056/2018-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação (com pedido de medida cautelar).

3. Interessados/Representantes:

3.1. Interessado: DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná (04.892.707/0020-73).

3.2. Representantes: Construcap CCPS Engenharia e Comércio SA (61.584.223/0001-38); Sociedad Anonima de Obras y Servicios Copasa do Brasil (18.193.729/0001-97).

4. Unidade jurisdicionada: DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes/Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná (04.892.707/0020-73).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR).

8. Representação legal:

- Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros, representando o Consórcio Construcap-Copasa (peça 5), com substabelecimento para Igor Fellipe Araújo De Souza (OAB/DF 41.605), Jean Guilherme Arnaud Deon (OAB/DF 44.764) e outros, (peça 4) e Jefferson Lourenço dos Santos (CPF 053.739.181-99) e outros (peça 30);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Nahima Peron Coelho Razuk (OAB/PR 39.669), Thiago Priess Valiati (OAB/PR 69.974), Nathalia Lima Barreto (OAB/PR 56.631) e outros, representando o Consórcio Castilho-JMalucelli (peça 26), com substabelecimento para Edgard Hermelino Leite Júnior (OAB/SP 92.114, OAB/DF 49.331, etc) e outros (peça 44).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Consórcio Construcap-Copasa, a respeito de possíveis irregularidades no âmbito da Concorrência Pública 0051/2016-09, promovida pela Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná (DNIT/PR), cujo objeto é a contratação de empresa para a execução de serviços das obras de implantação e pavimentação na Rodovia BR-376/PR - Contorno Sul Metropolitano de Maringá/PR, com extensão de 32,3 km,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. revogar, com fulcro no art. 276, § 5º, do Regimento Interno do TCU, a medida cautelar que suspendeu os procedimentos da Concorrência Pública n. 0051/2016-09, conduzida pela Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná;

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste Acórdão, para que a Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da CF e 45 da Lei 8.443/1992, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei 8.666/1993, art. 3º e dos princípios do interesse público, da economicidade, da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa na licitação, no sentido de:

9.3.1. anular os atos apontados como irregulares na fase de habilitação da Concorrência Pública n. 0051/2016-09, além dos seus subsequentes, com a retomada do processo licitatório no momento imediatamente anterior aos referidos atos, em obediência ao art. 21, § 4º, Lei 8.666/1993, ou republique o edital do referido certame, considerando, em ambas as alternativas, a necessidade de correção das irregularidades apontadas nos presentes autos;

9.4. determinar ao DNTI no Estado do Paraná que informe a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste Acórdão as ações realizadas com vistas ao atendimento desta deliberação, encaminhando os respectivos documentos comprobatórios;

9.5. dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao DNIT/PR, ao consórcio representante (Consórcio Construcap-Copasa) e ao Consórcio Castilho-JMalucelli;

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1095-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1096/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.093/2018-9.

2. Grupo: I - Classe VII - Assunto: Representação (com pedido de medida cautelar).

3. Representante: Heringer Táxi Aéreo Ltda. (06.933.485/0001-52).

4. Órgão/Entidade. Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai-MS).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Aloísio Pedro Heringer (054.769.683-34).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Heringer Táxi Aéreo Ltda., com pedido de adoção de cautelar, relatando possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai-MS), relacionadas ao Pregão Eletrônico 48/2017, que objetiva o fretamento de aeronaves, em caráter continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, destinado ao transporte de equipe multidisciplinar, servidores, enfermos, cargas internas e externas e artigos perigosos, para atendimento às demandas do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro (Dsei-ARN),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c o art. 237, VII, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, e, no mérito, considera-la parcialmente procedente;

9.2. revogar a medida cautelar adotada por meio do despacho contido na peça 34 destes autos e referendada pelo Acórdão 606/2018-TCU-Plenário;

9.3. determinar à Sesai-MS, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que promova a anulação do Pregão Eletrônico 48/2017 e, caso ainda possua interesse na contratação, inicie novo processo de licitação, ou republique o edital do referido procedimento licitatório, considerando, em ambos os casos, a necessidade de adoção de providências quanto aos itens abaixo, informando ao TCU, no prazo de sessenta dias, as ações realizadas e encaminhando os documentos comprobatórios:

9.3.1. realizar pesquisas de mercado, a fim de verificar se exigências contidas nos itens 5.3.1.1 e 5.3.2.1 do termo de referência, relativas à experiência de cinco anos de operação na Região Amazônica, não se mostrariam excessivamente restritivas à competitividade do certame, identificando se há mercado concorrencial de empresas que estariam aptas a atendê-las, de maneira a embasar sua manutenção ou retirada do edital;

9.3.2. excluir as exigências de seguros de casco e de motor, constantes do item 5.2 do termo de referência, por não serem obrigatórias por lei, nem constarem como modalidade de garantia prevista no art. 56 da Lei 8.666/1993, além de estarem afetas à propriedade da contratada, e não à sua responsabilidade civil para com terceiros, com potencial de ampliar indevidamente os custos da contratação;

9.3.3. excluir a exigência de três anos ininterruptos de operação na Região Amazônica, constante dos itens 5.3.1.1 e 5.3.2.1 do termo de referência, considerando o seu potencial caráter restritivo e a incompatibilidade com o disposto no item 10.6.1, do Anexo VII, da IN 5/2017-Seges/MP e no art. 30, §5º, da Lei 8.666/1993;

9.3.4. incluir, no processo de contratação, os seguintes documentos/informações:

9.3.4.1. memória de cálculo dos quantitativos de horas/voo estimados no edital e todos os documentos técnicos que lhes deram suporte, a fim de atender ao disposto no item 3.4, do Anexo II, da IN 5/2017-Seges/MP;

9.3.4.2. definição do método para a estimativa de preços, bem como as memórias de cálculos e documentos que lhes deram suporte, em observância ao item 3.6, do Anexo II, da IN 5/2017-Seges/MP; e

9.3.4.3. realizar pesquisas no Painel de Preços e em contratações similares de outros entes públicos, em atendimento ao disposto no art. 2º, incisos I e II, c/c § 1º, da IN 5/2014-SLTI/MP;

9.4. recomendar à Sesai-MS, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU, que, caso ainda possua interesse na contratação, avalie a conveniência e oportunidade de realizar as ações descritas a seguir, informando ao TCU, no prazo de sessenta dias, as medidas adotadas, encaminhando os documentos comprobatórios:

9.4.1. incluir, no edital, exigências de qualificação técnico-profissional, ou de requisitos mínimos de experiência dos pilotos a serem comprovados no momento da contratação, de forma a garantir que tais profissionais disporão da expertise necessária para a atuação na Região Amazônica;

9.4.2. ampliar a pesquisa de mercado para os itens constantes do PE 48/2017, quando observada relação de parentesco direta entre os sócios das empresas consultadas, considerando o risco de compartilhamento de informações e, portanto, de os preços cotados não se mostrarem condizentes com a prática de mercado; e

9.4.3. incluir, dentre as obrigações da empresa a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria, a necessidade de aferição da documentação utilizada para comprovação da realização das horas de voos, por meio do cruzamento com os dados dos sistemas informatizados de controle, bem como, caso seja viável, com as informações prestadas por órgãos oficiais da aviação civil, como a Agência Nacional de Civil (Anac), e o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta); e

9.5. arquivar os presentes autos, nos termos do inciso III do art. 169, do Regimento Interno deste Tribunal, sem prejuízo de que a Selog monitore as determinações e recomendações supra.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1096-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1097/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.372/2018-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (com pedido de medida cautelar).

3. Representante: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI/TCU).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (MS) (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI/TCU).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com proposta de medida cautelar, formulada pela Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI/TCU), que aponta possíveis irregularidades ocorridas no credenciamento de empresas para a implantação de prontuário eletrônico no âmbito do Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde (PIUBS) em execução pelo Ministério da Saúde (Edital de Credenciamento 1/2017 CGMP/SAA/SE/MS),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. referendar, com fundamento no art. 276, *caput*, do Regimento Interno/TCU, a medida cautelar por mim adotada por meio do despacho contido na peça 33 destes autos, transcrito no relatório que precede este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes no mencionado despacho;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Saúde.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1097-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1098/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.195/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante/Interessada:

3.1. Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

3.2. Interessada: Concepa (01.654.604/0005-48).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

8. Representação legal:

8.1. Bernardo Macul Baggio Pereira (OAB/PR 84.133), Flávio Bettega (OAB/PR 20.657) e outros, representando Concepa.

8.2. Ana Beatriz Rodrigues Castro e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo de representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de indícios de irregularidades na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), relacionados à formalização do 14º termo aditivo do contrato de concessão da BR-290/RS, cujo objeto foi a extensão de prazo do contrato de concessão, pelo período de 12 meses, a contar de 4 de julho de 2017,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. referendar, com fundamento no art. 276 do Regimento Interno, a medida cautelar concedida por meio do despacho inserto à peça 74; e

9.2. retornar o feito à unidade técnica para as providências cabíveis.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1098-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1099/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.050/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Solicitação do Congresso Nacional (SCN), encaminhada a este Tribunal por meio do Ofício 296/2017, de 27/09/17, do Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, Deputado Sr. Rodrigo Martins, após aprovação da Proposta de Fiscalização e Controle 103/2017, de autoria do Deputado Sr. Eduardo da Fonte, que requer auditoria em atos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) envolvendo a usina nuclear Angra 3, a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e as indenizações às transmissoras,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal de 1988, e no art. 38, inciso II, da Lei 8.443, de 16/7/1992, combinados com o art. 232, inciso II, do Regimento Interno-TCU e com art. 4º, inciso I, alínea "a", da Resolução-TCU 215, de 20/8/2008;

9.2. autorizar a prorrogação do prazo em noventa dias, nos termos do art. 15 da Resolução TCU 215/2008, a fim de que sejam realizadas diligências e inspeções na unidade jurisdicionada para a coleta de informações complementares junto aos órgãos responsáveis com vistas a viabilizar o atendimento da presente solicitação formulada;

9.3. informar ao colegiado solicitante quanto à prorrogação deferida, nos termos do § 3º do art. 15 da Resolução TCU 215/2008; e

9.4. restituir estes autos à unidade técnica para que adote as medidas pertinentes ao atendimento do pleito no novo prazo definido.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1099-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1100/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.099/2014-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Antônio de Azevedo Martins Filho (807.327.983-53).

3.2. Responsáveis: Construtora Gaivota Ltda. - ME (03.111.860/0001-90); MA Engenharia Ltda. - ME (04.425.717/0001-36); Tânia Paiva Nibon Mourão (247.884.143-68).

3.3. Recorrente: Antônio de Azevedo Martins Filho (807.327.983-53).

4. Órgão/Entidade: Município de Ararendá - CE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal:

8.1. Vicente Martins Prata Braga (19309/OAB-CE) e outros, representando Construtora Gaivota Ltda. - ME.

8.2. Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (33249-A/OAB-CE), representando Construtora Gaivota Ltda. - ME e Antônio de Azevedo Martins Filho;

8.3. Eugênio Aguiar Camurça (8196/OAB-CE), representando Tânia Paiva Nibon Mourão.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto por Antônio de Azevedo Martins Filho, ex-sócio da Construtora Gaivota Ltda., contra o Acórdão 2.745/2016-TCU-Plenário, que, em sede de Tomada de Contas Especial, julgou irregulares as contas da Sra. Tânia Paiva Nibon Mourão, condenando-a, em solidariedade com a Construtora Gaivota Ltda., ao pagamento do débito apurado nos autos, aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), além de inabilitar a Sra. Tânia Paiva Nibon Mourão para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública e declarar a inidoneidade das empresas Construtora Gaivota Ltda. e MA Engenharia Ltda.;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Antônio de Azevedo Martins Filho para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1100-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1101/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 016.513/2008-2.

1.1. Apensos: 028.899/2017-2; 029.555/2009-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa No Tocantins (26.989.350/0614-17).

3.2. Responsáveis: Carlucio Goncalves Lara (291.620.336-20); Francisco de Assis Nascimento de Castro (108.379.494-91); Gilson Pereira da Costa (297.895.831-68); Ivaneizilia Ferreira Noleto (251.594.451-53); Jose Henrique Lima e Silva (264.838.821-49); João dos Reis Ribeiro Barros (315.353.051-34); L R C Silvestre - EPP (03.605.370/0001-40); Leonardo Ribeiro Nunes (206.620.683-00); Locadora de Veículos Araguaia Ltda. - ME (CNPJ 01.419.973/0001-22); Marcionita Dias Teixeira Azevedo (364.724.091-53); Maximo da Costa Soares (069.903.717-49); Selestina Delmundes Bezerra (251.432.711-34); Sidney Mariano de Brito (549.175.141-34); Terezinha Martins da Silva (147.647.921-68); Walter Botelho da Luz (761.935.601-06); World Service Serviços Limpeza e Conservação Eireli (04.386.852/0001-10).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).

8. Representação legal:

8.1. Thais Ayla Aparecida Pedro da Silva (6207/OAB-TO) e outros, representando LRC Silvestre - EPP.

8.2. Roger de Mello Ottaño (2583/OAB-TO) e outros, representando Locadora de Veículos Araguaia Ltda. - ME.

8.3. Pamella Cristina Barbosa Dutra Barros (6840/OAB-TO) e outros, representando World Service Serviços Limpeza e Conservação Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas ordinária da Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado de Tocantins (Core/Funasa/TO), relativas ao exercício de 2007, julgada originariamente pelo Acórdão 1.464/2010-2ª Câmara, e reabertas por meio do Recurso de Revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - TCU, culminando na prolação do Acórdão 2.971/2015 - Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo, em:

9.1. declarar de ofício a nulidade do Acórdão 2.971/2015-Plenário, tornando-se sem efeito os atos processuais dele decorrentes;

9.2. realizar nova citação solidária dos Srs. João dos Reis Ribeiro Barros e Sidney Mariano de Brito e da empresa LRC Silvestre - EPP, pelo débito a seguir indicado, decorrente da contratação antieconômica efetivada pelo Contrato 12/2007, cujo objeto consistia na prestação de serviços de locação de veículos utilitários, incluindo motorista e combustível, em que se verificou o estabelecimento de franquia de quilometragem em patamar inferior à estimativa apresentada pelo setor responsável e o posterior pagamento de quilômetros excedentes com preço unitário excessivo (superfaturamento), conforme dados constantes em planilhas de apuração de débito à peça 9, pp. 44, 48 e 49, do TC 029.555/2009-8 (Representação):

Data da Ocorrência	Valor do Débito (R$)
21/5/2007	19.077,42
14/6/2007	27.215,56
27/8/2007	18.836,30
5/12/2007	11.780,30
10/12/2007	5.051,90
11/12/2007	11.258,10
TOTAL	93.219,58

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1101-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1102/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-005.490/2018-9

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Representante: Cooperativa de Transporte Rodoviário - Coopertran Ltda. (CNPJ 00.691.905/0001-55)

4. Unidade: Banco do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/SP

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, encaminhada ao TCU pela Cooperativa de Transporte Rodoviário - Coopertran Ltda. em face do edital do Pregão Eletrônico 2017/03685 (7421), promovido pelo Banco do Brasil S.A. para a contratação de serviços de "*intermediação e agenciamento de transporte de passageiros (sistema corporativo) acionado via aplicativo para telefone celular e ambiente web*".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 referendar a medida cautelar adotada pelo Relator por meio do despacho de peça 21 destes autos, transcrito no relatório que precede este acórdão, bem como as demais providências complementares constantes do mesmo expediente;

9.2 encaminhar cópia desta deliberação ao Banco do Brasil S.A.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1102-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1103/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-008.660/2013-1

1.1. Apensos: TC 015.798/2014-3; TC 015.799/2014-0; TC015.797/2014-7

2. Grupo I, Classe I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Antônio Rodrigues Sobrinho (ex-Prefeito, CPF 029.848.223-15)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Matias Olímpio/PI

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secex/PI e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Raimundo de Araújo Silva Júnior (OAB/PI 5061) e Hillana Martina Lopes Mousinho Neiva (OAB/PI 6544)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recurso de revisão interposto por Antônio Rodrigues Sobrinho contra o Acórdão 1.735/2014-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/92, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, conferindo a seguinte redação ao itens 9.2 e 9.5 do Acórdão 1.735/2014-2ª Câmara, para que as contas do ora recorrente passem a ser julgadas regulares com ressalva, tornando insubsistente o item 9.3 do mesmo acórdão, para desconstituir a multa que lhe foi aplicada, e mantendo os termos dos demais itens do acórdão recorrido:

"*9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Antônio Rodrigues Sobrinho, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18; e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992;*

(...)

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se refere o item 9.4 deste Acórdão, na forma do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;"

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Piauí.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1103-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1104/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.497/2018-1

2. Grupo II - Classe VII - Representação

3. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (CNPJ 05.340.639/0001-30)

4. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE/BA)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/BA

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., noticiando irregularidades no Pregão Eletrônico 18/2018, realizado pelo do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE/BA), com vistas à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão informatizada da frota de veículos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 235, caput, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, incisos II e III, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

9.1 conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2 revogar a medida cautelar concedida por despacho e referendada pelo Acórdão 821/2018 - Plenário, a partir da presente deliberação;

9.3. conhecer do agravo interposto pelo TRE/BA, para, no mérito, considerá-lo prejudicado por perda de objeto;

9.4. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE/BA) que exclua a exigência prevista no subitem 11.8 do Anexo I do Termo de Referência do Pregão Eletrônico 18/2018, alertando que, caso decida por reeditar o certame, se abstenha de estabelecê-la novamente;

9.5. encerrar o processo.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1104-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1105/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.307/2012-2

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: Brick Engenharia e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 00.846.717/6000-16), Projecon Projetos e Construções Ltda. (CNPJ 05.461.819/0001-70), Bruno Cavaignac Araújo (membro de comissão de licitação, CPF 019.601.203-10) e Raimundo Nonato Xavier Pontes (ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura, CPF 073.005.903-06)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Pacatuba/CE

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/CE

8. Advogados constituídos nos autos:

8.1. Francisco Hermínio Neto (23066/OAB-CE), representando Projecon Projetos e Construções Ltda. e Brick Engenharia e Empreendimentos Ltda.;

8.2. Juvenal Lamartine Azevedo Lima (2587/OAB-CE), representando Andreza de Abreu Sampaio Coelho Mota.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que cuidam, nesta fase, de recursos de reconsideração interpostos pela Brick Engenharia e Empreendimentos Ltda., Projecon Projetos e Construções Ltda., Bruno Cavaignac Araújo e Raimundo Nonato Xavier Pontes contra o Acórdão 3.515/2014 - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, ambos da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 285 do RI/TCU, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta decisão aos recorrentes.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1105-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1106/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC-027.687/2017-1

2. Grupo I, Classe VII - Representação

3. Representante: AMJ - Auto Locadora Ltda. (CNPJ 08.865.102/0001-81)

3.1 Interessado: Denes Expedito Rebouças (CNPJ 10.600.287/0001-44)

4. Unidade: Gerência de Filial Logística em Salvador da Caixa Econômica Federal

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/BA

8. Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444), Fernanda Barbosa Antunes (OAB/DF 46.529) e Mariana de Carvalho Nery (OAB/DF 41.292)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação a respeito de supostas irregularidades ocorridas no curso do Pregão Eletrônico 053/7075 - 2017, conduzido pela Gerência de Filial Logística da Caixa Econômica Federal em Salvador (Gilog/SA), cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço e de pequenos volumes não postais, incluindo motorista, combustível e demais insumos, para atendimento às unidades da empresa pública no Estado de Alagoas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 46 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 235, caput, 237, inciso VII e parágrafo único, 271 e 276, § 6º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

9.1 conhecer da representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2 fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta decisão, para que a Gerência de Filial Logística da Caixa Econômica Federal em Salvador (Gilog/SA) adote as medidas necessárias com vistas a anular o ato que habilitou a sociedade empresária Denes Expedito Rebouças no âmbito do Pregão Eletrônico 053/7075 - 2017, confirmando ao TCU, ao final, a providência adotada;

9.3 declarar a sociedade empresária Denes Expedito Rebouças inidônea para participar, por 3 (três) anos, de licitação na Administração Pública Federal;

9.4 dar conhecimento desta deliberação:

9.4.1 ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal, à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro);

9.4.2 ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União para a adoção das medidas necessárias à efetivação da pena de inidoneidade prevista neste acórdão;

9.5 encerrar o processo.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1106-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1107/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.469/2017-8

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria

3. Responsáveis: Antoneto Nogueira Lira (CPF 075.447.312-00), coordenador substituto; Eduardo Lincoln Nobre Sena (CPF 076.927.302-53), coordenador; Ernani de Oliveira e Silva (CPF 035.187.442-91), coordenador; João Carlos Paiva da Silva (CPF 064.870.412-20), coordenador; José Adilson Vieira de Jesus (CPF 009.767.937-25), superintendente adjunto de Operações; Maria Luzia Novo Sampaio (CPF 030.864.612-68), servidora; Roberval de Souza Nascimento (CPF 043.527.182-20), coordenador.

4. Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/AM

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), integrante da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) sobre renúncia de receitas, com o objetivo de verificar a ocorrência de possíveis irregularidades, bem como avaliar a atuação da autarquia na detecção de fraudes fiscais na concessão de incentivos tributários da Zona Franca de Manaus (ZFM), áreas de livre comércio (ALC) e Amazônia Ocidental.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, incisos II e IV, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. determinar à Superintendência da Zona Franca de Manaus que adote, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, providências com vistas a:

9.1.1. processar o passivo de notas fiscais pendentes no Sistema Portal de Mercadoria Nacional;

9.1.2. criar mecanismos para coibir que notas fiscais com mais de 180 (cento e oitenta) dias de sua emissão permaneçam pendentes de análise nos sistemas de informação da autarquia;

9.1.3. implementar em seus sistemas de informações rotinas para verificar indícios de operações que superem a capacidade operacional das empresas;

9.1.4. apurar as responsabilidades funcionais pela inserção de script de banco de dados que inclui 67 empresas de forma permanente no canal de vistoria verde;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.1.5. elaborar e publicar normativo interno que regulamente a alteração manual de canal de vistoria, considerando que modificações indiscriminadas contribuem para a ocorrência de falhas de fiscalização;

9.1.6. implantar critérios que levem em consideração o risco e materialidade das operações na seleção do canal de vistoria, pois a parametrização atualmente utilizada constitui falha no processo de fiscalização do ingresso de mercadorias;

9.1.7. alterar o procedimento de fechamento de manifesto de transporte, de forma que as partes interessadas no internamento sejam informados do canal de vistoria apenas no momento em que ingressarem com as mercadorias na área incentivada;

9.1.8. efetuar o recadastramento de empresas que realizaram operações incompatíveis com sua capacidade operacional;

9.2. determinar à Superintendência da Zona Franca de Manaus que adote, imediatamente, providências com vistas a excluir o script de banco de dados que inclui 67 empresas de forma permanente no canal de vistoria verde;

9.3. recomendar à Superintendência da Zona Franca de Manaus que avalie a conveniência e a oportunidade de adotar os seguintes procedimentos:

9.3.1. aparelhar o setor de vistoria física de mercadorias com pessoal e equipamentos necessárias à realização dessa atividade;

9.3.2. implementar controles internos a fim de evitar a utilização indevida do procedimento de alteração manual de canal, com vistas a tornar o processo de alteração manual de canal mais confiável e aderente aos objetivos da fiscalização do ingresso de mercadorias;

9.3.3. elaborar e publicar manual de procedimentos para vistoria de mercadorias, com vistas a padronizar a fiscalização do ingresso de mercadorias e tornar o processo de vistoria física mais efetivo;

9.3.4. implementar mecanismos para notificação automática das partes interessadas (remetentes, destinatários, transportadores e fiscos) sobre pendências nos procedimentos relativos à regularização do ingresso de mercadorias antes do vencimento do prazo final de 180 (cento e oitenta) dias da emissão das notas fiscais, com vista a evitar a acumulação de PIN pendentes de análise e com prazo vencido;

9.4. determinar à Superintendência da Zona Franca de Manaus que apresente a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, plano de ação com vistas a implementar as determinações e recomendações do presente acórdão, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para a sua implementação;

9.5. determinar a audiência dos responsáveis a seguir relacionados, para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, razões de justificativa sobre os fatos indicados:

9.5.1. Antoneto Nogueira Lira - coordenador da Covis - substituto (de 01/01/2014 até 30/09/2015), coordenador da Codoc - substituto (de 01/11/2015 até 30/04/2016): validar procedimento excepcional de vistoria técnica em desconformidade com o disposto na Portaria-Suframa 529/2006, arts. 10 a 12, e Portaria-Suframa 374/2008, art. 5º, no que tange à extrapolação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias da emissão da nota fiscal e falta de apresentação de documentação que permita concluir pelo ingresso das mercadorias;

9.5.2. Eduardo Lincoln Nobre Sena - coordenador da Codoc (de 01/01/2014 até 31/12/2016), coordenador da CGMEC - substituto (de 01/01/2017 até 31/05/2017): validar procedimento excepcional de vistoria técnica em desconformidade com o disposto na Portaria-Suframa 529/2006, arts. 10 a 12, e Portaria-Suframa 374/2008, art. 5º, no que tange à extrapolação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias da emissão da nota fiscal e falta de apresentação de documentação que permita concluir pelo ingresso das mercadorias;

9.5.3. Ernani de Oliveira e Silva - coordenador da Codoc - substituto (de 01/01/2014 até 31/07/2015): validar procedimento excepcional de vistoria técnica em desconformidade com o disposto na Portaria-Suframa 529/2006, arts. 10 a 12, e Portaria-Suframa 374/2008, art. 5º, no que tange à extrapolação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias da emissão da nota fiscal e falta de apresentação de documentação que permita concluir pelo ingresso das mercadorias;

9.5.4. João Carlos Paiva da Silva - coordenador da CGMEC (de 01/01/2014 até 01/06/2017): v alidar procedimento excepcional de vistoria técnica em desconformidade com o disposto na Portaria-Suframa 529/2006, arts. 10 a 12, e Portaria-Suframa 374/2008, art. 5º, no que tange à extrapolação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias da emissão da nota fiscal e falta de apresentação de documentação que permita concluir pelo ingresso das mercadorias;

9.5.5. José Adilson Vieira de Jesus - superintendente Adjunto de Operações (de 01/01/2014 até 31/03/2016): validar procedimento excepcional de vistoria técnica em desconformidade com o disposto na Portaria-Suframa 529/2006, arts. 10 a 12, e Portaria-Suframa 374/2008, art. 5º, no que tange à extrapolação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias da emissão da nota fiscal e falta de apresentação de documentação que permita concluir pelo ingresso das mercadorias;

9.5.6. Maria Luzia Novo Sampaio - servidora Suframa (de 01/01/2014 até 31/12/2014): validar procedimento excepcional de vistoria técnica em desconformidade com o disposto na Portaria-Suframa 529/2006, arts. 10 a 12, e Portaria-Suframa 374/2008, art. 5º, no que tange à extrapolação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias da emissão da nota fiscal e falta de apresentação de documentação que permita concluir pelo ingresso das mercadorias;

9.5.7. Roberval de Souza Nascimento - coordenador da Covis (de 01/01/2014 até 30/06/2017): validar procedimento excepcional de vistoria técnica em desconformidade com o disposto na Portaria-Suframa 529/2006, arts. 10 a 12, e Portaria-Suframa 374/2008, art. 5º, no que tange à extrapolação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias da emissão da nota fiscal e falta de apresentação de documentação que permita concluir pelo ingresso das mercadorias.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1107-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1108/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.278/2018-1

2. Grupo II - Classe III - Consulta.

3. Consulente: Connectmix Company Ltda. (CNPJ 15.809.770/0001-57).

4. Unidade: Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República - Secom/PR.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os expedientes encaminhados pela Connectmix Company Ltda. a título de consulta e denúncia relacionadas à aplicação de dispositivos da Lei 12.232/2010 relativos à supervisão da execução de contratos de publicidade e à elaboração de relatórios de checagem de veiculação.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 234 a 237 e 264 a 265 do Regimento Interno, em:

9.1. não conhecer dos expedientes como consulta, denúncia ou representação;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Secretaria-Geral de Controle Externo para que, em conjunto com a Selog, avalie a melhor forma de contemplar fiscalização sobre a regularidade da execução de contratos firmados com agências de propaganda, especialmente no que concerne às exigências de comprovação de veiculações, nos termos do art. 15 da referida Lei 12.232/2010;

9.3. dar ciência desta deliberação à empresa Connectmix Company Ltda.;

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1108-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1109/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.404/2015-8

1.1. Apenso: TC 024.997/2013-7

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Delta Construções S.A. (CNPJ 10.788.628/0001-57), Deusimar Bezerra Lima (CPF 110.337.623-34), Joaquim Guedes Martins Neto (CPF 246.136.573-34) e José Wanks Meireles Sales (CPF 008.440.986-04).

4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Superintendência Regional no Estado do Ceará - DNIT/CE.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Representação legal:

8.1. Luciana Lauria Lopes (OAB/RJ 104.644) e outros representando a Delta Construções S.A.;

8.2. Eduardo Pragmacio de Lavor Telles (OAB/CE 2.331) e outros representando Joaquim Guedes Martins Neto;

8.3. Clauver Renne Luciano Barreto (OAB/CE 16.641) e outros representando Deusimar Bezerra Lima;

8.4. Silvianna Barroso Rodrigues de Moraes (OAB/CE 20.264) representando José Wanks Meireles Sales.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada por determinação do acórdão 28/2015 - Plenário em face de irregularidades em contratos de manutenção e restauração rodoviárias firmados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit no estado do Ceará.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Deusimar Bezerra Lima, José Wanks Meireles Sales, Joaquim Guedes Martins Neto e da empresa Delta Construções S.A.;

9.2. condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes de R$ 164.120,35 (cento e sessenta e quatro mil, cento e vinte reais e trinta e cinco centavos), atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora a partir de 30 de junho de 2008 até a data do pagamento;

9.3. aplicar-lhes multas individuais de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. enviar cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará, para as providências cabíveis.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1109-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1110/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.626/2016-2

1.1. Apensos: TC 006.064/2011-6 e TC 017.647/2017-7

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Representação).

3. Recorrente: Raimundo Nonato Santos Neto (CPF 099.350.373-04).

4. Unidades: município de Floriano/PI e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Vital do Rêgo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Representação legal: Vitor Tabatinga do Rêgo Lopes (OAB/PI 6.989).

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame, interposto por Raimundo Nonato Santos Neto contra o acórdão 2.080/2017 - Plenário, que lhe aplicou multa.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277 e 286 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais comunicados da deliberação recorrida.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1110-17/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1111/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.892/2017-0
2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Câmara dos Deputados.
4. Unidades: Comissão Nacional de Energia Nuclear e Indústrias Nucleares do Brasil S.A.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.
8. Representação legal: Carlos Fernando Correia da Costa (CPF 718.257.207-97) e outros representando Indústrias Nucleares do Brasil S.A.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta solicitação da Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados de realização de auditoria nas despesas da INB - Indústrias Nucleares do Brasil com depósitos de armazenamento do resíduo radioativo denominado "Torta II" nos municípios de Itu/SP, Poços de Caldas/MG e São Paulo/SP.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos incisos II e III do art. 250 do Regimento Interno do TCU, arts. 2º, 4º, 6º e 8º da Resolução TCU 265/2014 e inciso IV do art. 14 da Resolução TCU 215/2008, em:
9.1. determinar à INB - Indústrias Nucleares do Brasil que:
9.1.1. no prazo de 90 (noventa) dias, a respeito dos depósitos de "Torta II" na Unidade UTM-Caldas, em Poços de Caldas/MG, realize levantamento detalhado das desconformidades indicadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear pendentes de regularização e das desconformidades decorrentes de levantamento próprio e, a partir desse levantamento, elabore e remeta ao TCU plano de ação que priorize a correção de desconformidades com maior risco associado e detalhe as atividades a serem realizadas, a sequência de execução, os recursos requeridos e os prazos de execução;
9.1.2. no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, elabore e remeta ao TCU estudos de alternativas iniciais amplos e fundamentados a respeito dos depósitos de "Torta II", considerando os custos dos investimentos iniciais nas estruturas de armazenamento e na respectivas manutenção e segurança a longo prazo, bem como a alternativa de manter as estruturas atuais, com a execução de reformas ou ampliações.
9.2. recomendar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que:
9.2.1. promova a atuação do fórum de discussão da Política Nacional de Desenvolvimento da Energia Nuclear, com a participação da INB e da Cnen nas discussões das questões atuais e relevantes sobre o tema, entre as quais a armazenagem de materiais nucleares e de rejeitos radioativos;
9.2.2. promova alterações estatutárias na INB de forma a mitigar possíveis conflitos de interesse em sua gestão e na da Comissão Nacional de Energia Nuclear, assegurar plena autonomia fiscalizatória à autarquia e adequar aquelas entidades às boas práticas de governança.
9.3. recomendar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e à Comissão Nacional de Energia Nuclear que estudem e elaborem propostas legislativas ou de regulamentação da legislação no intuito de aumentar a efetividade da atuação daquela Comissão e dotá-la com poder de sanção inerente às agências reguladoras federais;
9.4. considerar a presente solicitação integralmente atendida;
9.5. determinar à Secex/SP que monitore as determinações e recomendações constantes dos subitens 9.1 a 9.3 deste acórdão;
9.6. encaminhar cópia do relatório de auditoria à SecexAmbiental, para ciência e avaliação da oportunidade e conveniência de realizar acompanhamentos do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - Prad, tendo em vista o prazo previsto, os recursos envolvidos e os graves riscos ambientais de contaminação por material radioativo de águas de diversas bacias hidrológicas, caso o plano não seja executado;
9.7. encaminhar cópia deste acórdão ao presidente da Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, à Cnen e à INB.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1111-17/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1112/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 016.950/2017-8
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Acompanhamento.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Unidades: órgãos diversos da Administração Pública Federal integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Representação legal: Ana Cristina Lopes Campelo de Miranda Bessa (CPF 018.588.031-28), Carlos Fernando Correia da Costa (CPF 718.257.207-97), Adovaldo Dias de Medeiros Filho (OAB/DF 26.889) e outros.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este acompanhamento, destinado a verificar a regularidade das folhas de pagamento e dos dados cadastrais de diversos órgãos da Administração Pública Federal referentes ao mês de março de 2017 (3º ciclo).
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 169, V, e 250, III, do Regimento Interno, em:
9.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:
9.1.1. verifique, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, quais unidades jurisdicionadas ainda não apuraram os indícios de irregularidade identificados pela equipe de fiscalização e requisite ao respectivo gestor o devido posicionamento, com indicação das medidas adotadas para regularização ou fundamentos legais e jurisprudenciais que justifiquem a não apuração;
9.1.2. adote ação de controle, a exemplo da autuação de representação específica - nos casos em que os esclarecimentos dos gestores não afastarem os indícios de irregularidade apontados -, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do término do prazo especificado no subitem anterior;
9.1.3. monitore os casos considerados irregulares pelos gestores e promova, na hipótese de se caracterizar sua negligência, a audiência dos responsáveis no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;
9.1.4. mantenha e aprimore o processo de fiscalização contínua das folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas a este Tribunal, com atualização das bases de folha de pagamento, incorporação de novas trilhas de fiscalização e atualização das já implementadas.
9.2. arquivar os autos.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1112-17/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Bruno Dantas.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1113/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.870/2015-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação
3. Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Adilson Shigueyassu Aguni (298.148.711-68); José Carlos Dorsa Vieira Pontes (368.454.421-34); Pedro Alcântara Soares Morel (173.820.251-87).
4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).
8. Representação legal:
8.1. Maria Henriqueta de Almeida (4364-B/OAB-MS), representando Pedro Alcântara Soares Morel.
8.2. Fabrizio Tadeu Severo dos Santos (7498/OAB-MS), representando José Carlos Dorsa Vieira Pontes.
8.3. Róbson Menezes Garcia (17.556/OAB-MS) e outros, representando Adilson Shigueyassu Aguni.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formada a partir de apartado do TC 013.483/2014-5, com a finalidade de avaliar supostas irregularidades referentes à contratação pelo Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da empresa Douraser Prestadora de Serviços de Limpeza e Conservação Ltda., vencedora do Pregão Eletrônico 198/2010, para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de ambientes administrativos e médico-hospitalares, internos e externos, com fornecimento de materiais de consumo e equipamentos;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com base nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas por José Carlos Dorsa Vieira Pontes, Pedro Alcântara Soares Morel e Adilson Shigueyassu Aguni;
9.3. declarar a extinção da punibilidade de José Carlos Dorsa Vieira Pontes, em razão do seu falecimento em 11/3/2018, ex vi do art. 5º, XLV, da Constituição Federal;
9.4. dar ciência ao Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, filiado à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HUMAP/EBSERH, de que:
9.4.1. constitui restrição à competitividade a inserção, nos editais de licitação para a contratação de empresas prestadoras de serviço de limpeza, conservação e higienização, de cláusula proibitiva de participação de empresas optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional;
9.4.2. consoante jurisprudência desta Corte (Acórdãos 2798/2010, 1627/2011, 2510/2012, 1914/2012 e 341/2012, todos do Plenário), à luz do disposto no art. 17, XI, da Lei Complementar 123/2006, é vedada à licitante, optante pelo Simples Nacional, a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos), estando ela sujeita, em caso de contratação, à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do art. 31, inciso II, da referida lei complementar;
9.5. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - Regional Mato Grosso do Sul, à Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos da Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul e à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.
11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1113-17/18-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1114/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.199/2018-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo administrativo relativo a proposta de alteração de dispositivos das Decisões Normativas 161 e 163/2017, as quais dispõem sobre a prestação de contas do exercício de 2017 dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso XIV, e 85, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c arts. 73 e 81 do Regimento Interno do TCU, aprovar o projeto de decisão normativa em anexo;
9.2. suspender a prestação de contas da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, prevista na DN-TCU 161/2017;
9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo deste TCU que:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3.1. promova a realização de estudo técnico, a ser concluído até 28/9/2018, o qual deverá encaminhar proposta complementar ao que foi tratado no Acórdão 3.133/2012-TCU-Plenário acerca dos procedimentos de fiscalização desta Corte sobre as entidades fechadas de previdência complementar, bem como proposta de deliberação sobre a inclusão ou não da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo como unidade prestadora de contas;

9.3.2. promova a realização de estudo técnico, a ser concluído em tempo hábil o suficiente para subsidiar a elaboração dos normativos referentes à prestação de contas do exercício de 2018, o qual deverá proceder a necessária instauração do contraditório e encaminhar proposta de deliberação sobre a inclusão ou não da Ordem dos Advogados do Brasil como unidade prestadora de contas;

9.4. com fulcro no art. 37 da Resolução-TCU 259/2017, apensar o presente processo ao TC 023.641/2017-7.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1114-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1115/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.167/2011-1.

1.1. Apensos: 005.952/2015-8; 005.953/2015-4; 005.954/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Pedro Rodrigues Barbosa (060.099.482-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Portel - PA.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal: João Luis Brasil Batista Rolim de Castro (OAB-PA 14045) e outros, representando Pedro Rodrigues Barbosa.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de revisão interposto por Pedro Rodrigues Barbosa contra o Acórdão 461/2014-TCU-1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas em razão da inexecução parcial do objeto do Convênio 299/PCN/2006 (Siafi 578940), firmado entre o Ministério da Defesa e a municipalidade no âmbito do Programa Calha Norte, imputando-lhe débito e multa,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento no artigo 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de revisão e negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o Acórdão 461/2014-TCU-1ª Câmara;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1115-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1116/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.407/2016-0.

1.1. Apenso: 000.432/2017-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação)

3. Representante/Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Representante: Ministério Público junto ao TCU (Procurador Rodrigo Medeiros de Lima)

3.2. Interessados: Ministério do Trabalho, Lanlink Soluções e Comercialização em Informática S/A (19.877.285/0002-52); Microsoft Informática Ltda. (60.316.817/0001-03)

3.3. Recorrente: Ministério Público junto ao TCU (Procurador Rodrigo Medeiros de Lima)

4. Órgão: Ministério do Trabalho.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

8. Representação legal:

8.1. André Luis Garoni de Oliveira (15.786/OAB-DF) e outros, representando Lanlink Soluções e Comercializacão em Informática S/A.

8.2. Gabriela Muniz Pinto (91030/OAB-RJ) e outros, representando Microsoft Informática Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, representado pelo Procurador Rodrigo Medeiros de Lima, contra o Acórdão 1.004/2017-TCU-Plenário, por meio do qual este Tribunal julgou improcedente representação protocolada pelo recorrente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento ao recurso;

9.2. determinar à Sefti a abertura de processo de representação com a finalidade de avaliar a compatibilidade com as regras que regem as contratações públicas e com as determinações constantes do Acórdão 1521/2003-TCU-Plenário, em especial os itens 9.2.2.1 e 9.2.2.5, do modelo de comercialização utilizado pela Microsoft, que restringe as contratações governamentais aos poucos detentores de licenças Government Partner (GP), bem como verificar as razões pelas quais há poucas empresas credenciadas com a licença apesar de a Microsoft disponibilizar processo público de credenciamento duas vezes por ano;

9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1116-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO N.1117/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.139/2014-3.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Joelina de Nazare Pereira (209.803.532-20); Risoneide de Lima Santana (264.323.072-87).

4. Unidade Jurisdicionada: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Amapá - Secex/AP.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, em desfavor das Sras. Joelina de Nazaré Pereira e Risoneide de Lima Santana, em face de fraudes nos lançamentos de ordens bancárias.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas c e d, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas das Sras. Joelina de Nazare Pereira e Risoneide de Lima Santana, condenando-as ao pagamento das quantias adiante especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas discriminadas até o dia do seu efetivo pagamento, na forma da legislação em vigor:

9.1.1. Sra. Joelina de Nazaré Pereira:

Valor Original (R$)	Data original do débito
4.000,00	15/03/2004
845,49	26/03/2004
1.860,00	19/05/2004
200,00	02/06/2004
3.820,00	22/07/2004
1.750,00	13/10/2004
8.000,00	21/09/2005
2.000,00	21/10/2005
8.000,00	27/10/2005
4.000,00	05/12/2005
2.850,00	05/12/2005
3.960,00	07/12/2005
2.792,87	16/12/2005
1.854,35	21/12/2005
884,23	26/12/2005
938,38	06/03/2006
3.600,00	16/03/2006
1.722,74	17/02/2012

9.1.2. Sra. Risoneide de Lima Santana:

Valor Original (R$)	Data original do débito
3.920,00	26/04/2004
300,00	14/07/2004
884,23	29/12/2004
6.000,00	11/08/2005
10.300,00	17/08/2005
3.950,00	23/08/2005
611,96	24/08/2005
4.785,57	1º/09/2005
6.840,00	02/09/2005
548,35	15/09/2005
8.000,00	24/10/2005
15.970,00	10/11/2005
11.950,00	17/11/2005
16.900,00	24/11/2005
443,42	02/12/2005
8.161,76	05/12/2005
6.320,00	09/12/2005
3.749,27	30/12/2005
1.722,74	17/02/2012

9.2. aplicar às responsáveis indicadas no subitem anterior, individualmente, a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, nos valores a seguir especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor da Multa (R$)
Sra. Joelina de Nazaré Pereira	9.000,00
Sra. Risoneide de Lima Santana	21.000,00

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo às responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. considerar graves as infrações cometidas pelas Sras. Joelina de Nazare Pereira e Risoneide de Lima Santana;

9.6. inabilitar para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, com fulcro no art. 60 da Lei 8.443/1992, as Sras. Joelina de Nazare Pereira e Risoneide de Lima Santana, pelo prazo de cinco anos;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Amapá, com base no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1117-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1118/2018 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.636/2018-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Agravo (em Representação).

3. Interessados e Recorrentes:

3.1. Interessada: Age Desenvolvimento de Sistemas Ltda. (CNPJ 04.577.350/0001-76).

3.2. Recorrente: Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional (Sesi-DN).

4. Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional (Sesi - DN).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).

8. Representação legal:

8.1. Alexandre Ferreira (110.168/OAB-SP), representando a Age Desenvolvimento de Sistemas Ltda.

8.2. Júlio César Moreira Barbosa (22138/OAB-DF) e outros, representando o Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional.

8.3. Ernani Teixeira Ribeiro Junior (218.426/OAB-SP), representando a Nexo CS Informática S/A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que, no presente momento, tratam de agravo, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo Departamento Nacional do Serviço Social - Sesi/DN em face da cautelar suspensiva deferida por meio do Acórdão 730/2018-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em

9.1. conhecer do agravo interposto pelo Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional (Sesi-DN), nos termos dos arts. 277, V, e 289 do RITCU, para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. revogar a cautelar suspensiva deferida pelo Acórdão 730/2018-TCU-Plenário, nos termos do art. 276, §§ 1º e 5º, do RITCU, diante do reverso perigo na demora anunciado pela unidade técnica;

9.3. deferir o pedido de cópia dos autos formulado pela Nexo CS Informática S.A., nos termos do art. 6º, I, da Lei nº 12.527, de 2011, e dos arts. 3º e 4º, § 2º, da Resolução TCU nº 249, de 2012, a despeito de manter o indeferimento do seu ingresso nos autos como parte interessada;

9.4. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:

9.4.1. dê ciência desta deliberação à ora agravante e à representante; e

9.4.2. prossiga com a prioritária análise do mérito da presente representação, diante da urgência que o caso requer.

10. Ata n° 17/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1118-17/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

A Presidência lembrou a realização de sessão extraordinária de caráter reservado às 18 horas e 29 minutos e, às 18 horas e 28 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 23 de maio de 2018.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

ATA Nº 10, DE 16 DE MAIO DE 2018
(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)

Presidência: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Daniela Duarte do Nascimento

Às 18 horas e 32 minutos, o Presidente Raimundo Carreiro declarou aberta a sessão extraordinária reservada do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler), Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Vital do Rêgo), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Benjamin Zymler, em férias, o Ministro Vital do Rêgo, em missão oficial e o Ministro Augusto Nardes, com causa justificada.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 9, referente à sessão extraordinária realizada em 2 de maio de 2018 (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-015.944/2011-5, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes; e

TC-011.144/2015-7 e TC-035.041/2017-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 1119 a 1130.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário deliberou sobre os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-012.493/2013-9 - Acórdão 1131

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 270 do Regimento Interno, o Tribunal deliberou primeiramente sobre a gravidade da infração, para, então, aplicar a sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública. A proposta do relator foi aprovada por unanimidade.

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-004.842/2018-9 - Acórdão 1132

MINISTRO-SUBSTITUTO WEDER DE OLIVEIRA

TC-024.117/2015-3 - Acórdão 1133

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos de nºs 1119 a 1127, 1130, 1132 e 1133.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Os acórdãos de nºs 1119 a 1127 e 1130 apreciados por relação, estão transcritos a seguir. Da mesma forma, seguem transcritos os acórdãos de nºs 1132 e 1133, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

RELAÇÃO Nº 15/2018 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 1119/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão extraordinária reservada de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 234 e 235, parágrafo único, e 236 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente denúncia, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no *caput* do art. 235; levantar o sigilo dos autos, exceto no que se refere à identidade do denunciante; dar ciência desta deliberação ao denunciante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer da Sefip:

1. Processo TC-003.248/2018-6 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1120/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão extraordinária reservada de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 234 e 235, parágrafo único, e 236 do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente denúncia, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no *caput* do art. 235; levantar o sigilo dos autos, exceto no que se refere à identidade do denunciante; dar ciência desta deliberação ao denunciante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer da Sefip:

1. Processo TC-011.997/2018-4 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

1.3. Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 17/2018 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 1121/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI; 43, inciso I; e 53 da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente denúncia, bem como determinar o seu arquivamento, após se efetivar as determinações propostas no subitem 1.8 adiante.

1. Processo TC-004.935/2018-7 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba - SP

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. encaminhar cópia integral dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 106, § 4º, da Resolução TCU 259/2014, visto que o contrato firmado pela Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba/SP com a empresa Locamais Serviços Eireli foi financiado, em quase toda sua totalidade, com recursos próprios do município.

ACÓRDÃO Nº 1122/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI; 43, inciso I; e 53 da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234, 235 e 250, inciso II, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la prejudicada por perda de objeto, tendo em vista a revogação do Edital de Chamada Pública 3/2017, promovida pela Prefeitura Municipal de Santana do Parnaíba/SP, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo-se dar ciência aos interessados.

1. Processo TC-030.224/2017-9 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba - SP.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1123/2018 - TCU - Plenário

Considerando que a denúncia a seguir indicada trata de diversas ações relacionadas à atual gestão do município de Santa Luzia do Norte/AL, envolvendo, em sua maioria, questões que não se inserem na competência fiscalizatória desta Corte de Contas, ou que não se fizeram acompanhar dos indícios concernentes às supostas irregularidades;

Considerando que entre os objetos de análise de que trata, somente em relação a construção de quadra poliesportiva coberta com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, pode ser considerada parcialmente procedente;

Considerando que o FNDE já tem conhecimento do atraso na conclusão da obra mencionada, bem como o fato de a Resolução CD/FNDE 3/2018 tratar justamente da regularização das obras educacionais inacabadas com termos de compromisso vencidos.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI; 43, inciso I; e 53 da Lei 8.443/92, c/c

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234, 235 e 250, inciso II, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar as determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo-se dar ciência aos interessados.

1. Processo TC-031.692/2017-6 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Norte - AL

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. encaminhar cópia das peças 3 e 12 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para ciência e providências que entender cabíveis.

RELAÇÃO Nº 15/2018 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 1124/2018 - TCU - Plenário

Vista esta proposta de fiscalização encaminhada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) com o objetivo de acompanhar a gestão fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2018, em unidades do Poder Legislativo, no Tribunal de Contas da União, no Supremo Tribunal Federal e em outras unidades.

Considerando que a fiscalização, na modalidade de acompanhamento, tem por ênfase o cumprimento de limites e condições relevantes para o equilíbrio intertemporal das contas públicas e visa a subsidiar tópicos do relatório das Contas de Governo de 2018;

considerando que a proposta está alinhada ao Plano de Controle Externo 2017/2018 e está vinculada ao objetivo estratégico "Estimular o monitoramento e a avaliação do desempenho pela Administração Pública" e à linha de ação 18 ("Auditar a atuação governamental no que tange à responsabilidade fiscal e à estabilidade macroeconômica e do sistema financeiro nacional");

considerando que a Secretaria-Geral Adjunta de Controle Externo manifestou-se favoravelmente à realização da fiscalização por considerar presentes os requisitos de risco, oportunidade, materialidade e relevância e por estar a proposta em conformidade com as normas pertinentes à matéria (Resolução 269/2015 e Portaria-Segecex 14/2014);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Extraordinária Reservada do Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 19, § 6º, da Resolução 269/2015 e no art. 15, inciso I, alínea "j", do Regimento Interno, em autorizar a realização da fiscalização proposta e restituir os autos à Secretaria-Geral Adjunta de Controle Externo para as providências cabíveis.

1. Processo TC-011.876/2018-2 (ADMINISTRATIVO)

1.1. Classe de Assunto: V (Proposta de fiscalização).

1.2. Interessada: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

1.3. Relatora: Ministra Ana Arraes

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1125/2018 - TCU - Plenário

Vista esta proposta de fiscalização encaminhada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) com o objetivo de acompanhar a gestão fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2018 em unidades do Poder Legislativo, no Tribunal de Contas da União, no Supremo Tribunal Federal e em outras unidades.

Considerando que a fiscalização, na modalidade de acompanhamento, tem por ênfase o cumprimento de limites e condições relevantes para equilíbrio intertemporal das contas públicas e visa a subsidiar tópicos do relatório das Contas de Governo de 2018;

considerando que a proposta está alinhada ao Plano de Controle Externo 2017/2018 e está vinculada ao objetivo estratégico "Estimular o monitoramento e a avaliação do desempenho pela Administração Pública" e à linha de ação 18 ("Auditar a atuação governamental no que tange à responsabilidade fiscal e à estabilidade macroeconômica e do sistema financeiro nacional");

considerando que a Secretaria-Geral Adjunta de Controle Externo manifestou-se favoravelmente à realização da fiscalização por considerar presentes os requisitos de risco, oportunidade, materialidade e relevância e por estar a proposta em conformidade com as normas pertinentes à matéria (Resolução 269/2015 e Portaria-Segecex 14/2014);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Extraordinária Reservada do Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 19, § 6º, da Resolução 269/2015 e no art. 15, inciso I, alínea "j", do Regimento Interno, em autorizar a realização da fiscalização proposta e restituir os autos à Secretaria-Geral Adjunta de Controle Externo para as providências cabíveis.

1. Processo TC-011.877/2018-9 (ADMINISTRATIVO)

1.1. Classe de Assunto: V (Proposta de fiscalização).

1.2. Interessada: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

1.3. Relatora: Ministra Ana Arraes

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1126/2018 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235, parágrafo único, e 236, § 1º, do Regimento Interno, em não conhecer da documentação apresentada como denúncia por não preencher os requisitos de admissibilidade, visto não conter dados suficientes para identificar o denunciante; em retirar a chancela de sigilo aposta; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-011.249/2018-8 (DENÚNCIA)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia.

1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 19/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1127/2018 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, considerando as informações constantes da instrução da Secex/RS (peça 13), em:

a) conhecer da presente denúncia, por satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal; e

c) dar publicidade ao presente acórdão.

1. Processo TC-010.778/2017-9 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1 determinar ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) que, no prazo de cento e oitenta dias, se pronuncie conclusivamente a respeito das supostas irregularidades ocorridas no contrato com a Newtech Consultores Ltda., que estão sendo analisadas no Processo de Sindicância nº 2593/2007, tendo em vista que a sentença relativa à Ação Penal nº 5007999-24.2011.404.7100/RS foi proferida em 7/10/2013, bem como comunique a este Tribunal o resultado dessa apuração;

1.8.2. dar ciência ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul acerca da impropriedade relativa à prorrogação contratual indevida em favor da Newtech Consultores Ltda. para a entrega dos serviços a serem prestados, havendo violação do princípio da probidade administrativa no que se refere à fiel execução dos contratos pactuados e ao princípio da competitividade do certame, uma vez que os interessados em participar da licitação formularam suas propostas tendo em vista os prazos de entrega referidos no edital da Tomada de Preços nº 09/2004, e outros poderiam ter surgido caso a possibilidade de dilação dos prazos tivesse, desde o princípio, sido prevista no edital, em afronta aos art. 3º, caput, e 57, §2º, da Lei n. 8.666/1993.

RELAÇÃO Nº 17/2018 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 1130/2018 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de auditoria realizada pela SecexDefesa, no período de 4 a 22/10/2010, sobre as obras de construção do estaleiro e da base naval da Marinha do Brasil (EBN) em Itaguaí - RJ;

Considerando que, por intermédio do item 9.3 do Acórdão 2.037/2017-Plenário, o TCU determinou, entre outras providências, que o Ministério da Defesa e o Centro de Controle Interno da Marinha do Brasil - CCIMAR apresentassem, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o devido plano de ação para assegurar a efetividade da seguinte medida (apontada no item 9.2 do aludido acórdão):

"(...) *9.2. recomendar, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 250, III, do RITCU, que, isolada e conjuntamente, a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Defesa e o Comando da Marinha do Brasil adotem as medidas cabíveis para reduzir ou eliminar os possíveis obstáculos gerados pela atual crise fiscal e pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, sobre a continuidade de todo o empreendimento e sobre os custos dos encargos financeiros correspondentes aos compromissos contratuais já assumidos e a serem assumidos, devendo atentar, ainda, para a necessidade de manutenção da salvaguarda do sigilo em relação ao presente Acórdão, diante da evidenciação dos cronogramas do empreendimento, entre outras informações estratégicas relevantes*;"

Considerando que, ao prolatar o Acórdão 256-Plenário, em 7/2/2018, o TCU deferiu a solicitação apresentada à Peça nº 258 pelo Sr. Capitão de Mar e Guerra Marcos Vinícius Magnelli Rangel, como Vice-Diretor do CCIMAR, e concedeu a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para o atendimento ao referido item 9.3 do Acórdão 2.037/2017-TCU-Plenário;

Considerando que, em 3/4/2018, o Sr. Capitão de Mar e Guerra Marcos Vinícius Magnelli Rangel, como Vice-Diretor do CCIMAR, acostou à Peça nº 265 o novo pedido de prorrogação de prazo para o atendimento ao aludido item 9.3 do Acórdão 2.037/2017-TCU-Plenário;

Considerando, todavia, que, até o presente momento, o Ministério da Defesa ainda não se manifestou sobre o cumprimento do referido item 9.3 do Acórdão 2.037/2017-TCU-Plenário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Capitão de Mar e Guerra Marcos Vinícius Magnelli Rangel, como Vice-Diretor do Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR), para, assim, conceder a prorrogação, por 120 (cento e vinte) dias, do prazo para o atendimento ao item 9.3 do Acórdão 2.037/2017-Plenário (Ata nº 20, na Sessão Extraordinária Reservada do Plenário de 13/9/2017), devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele originalmente concedido, conforme a proposta da unidade técnica, sem prejuízo de promover a determinação abaixo indicada:

1. Processo TC-027.943/2010-0 (AUDITORIA)

1.1. Apensos: TC-031.641/2015-6 (SOLICITAÇÃO) e TC-006.143/2016-4 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.3. Órgão: Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR).

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.7. Representação legal:

1.7.1. Marçal Justen Filho (OAB/PR 7468) e outros, representando a DCNS - Direction Dês Construtions Navales Et Services;

1.7.2. Henrique Ferreira Costa, representando o Centro de Controle Interno da Marinha do Brasil; e

1.7.3 Jean Guilherme Arnaud Deon (OAB/DF 44.764) e outros, representando a Construtora Norberto Odebrecht S.A.

1.8. determinar que:

1.8.1. o Ministério da Defesa promova o efetivo cumprimento do item 9.3 do Acórdão 2.037/2017-TCU-Plenário, sob pena de aplicação da multa fundada no art. 58 da Lei n.º 8.443, de 1992, fixando, para tanto, o novo e improrrogável prazo de 120 (cento e vinte) dias para o cumprimento da correspondente medida, em conjunto com o Centro de Controle Interno da Marinha do Brasil;

1.8.2. a SecexDefesa envie a cópia da presente deliberação ao Ministério da Defesa e ao Centro de Controle Interno da Marinha do Brasil, para ciência e atendimento ao item 1.8.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 1132/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.842/2018-9.
2. Grupo: I - Classe de Assunto: VII - Solicitação.
3. Interessado: Centro de Controle Interno do Exército.
4. Unidade: Centro de Controle Interno do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Solicitação feita pelo Centro de Controle Interno do Exército, por meio do Ofício n. 011-AR-SCCR/CCIEx, de 28/03/2018, visando a nova prorrogação de prazo, em mais trinta dias, para encaminhamento ao TCU de Tomada de Contas Especial instaurada no Hospital Militar de Área de Recife - HMAR.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa/TCU n. 71/2012, prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar do término do prazo anteriormente concedido mediante o Acórdão 687/2018 - Plenário, para que o Centro de Controle Interno do Exército/Comando do Exército encaminhe ao TCU processo de Tomada de Contas Especial instaurada no Hospital Militar de Área de Recife - HMAR;

9.2. dar ciência deste Acórdão ao requerente;

9.3. arquivar estes autos.

10. Ata n° 10/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1132-10/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ndré Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1133/2018 - TCU - Plenário

1. Processo TC 024.117/2015-3.

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992)

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, *caput*, da Lei 8.443/1992).

4. Entidade: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representação legal:

8.1. Erlandyson Aires Neves (OAB/MA 12.152) e outros, representando Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), relacionadas a viagens internacionais de membros da diretoria da entidade.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão extraordinária reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 234 e 235 do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. retirar a chancela de sigilo dos presentes autos, mantendo-se, contudo, o sigilo da peça referente à identidade do denunciante;

9.3. recomendar ao Confea que nos próximos processos relativos à autorização de viagens internacionais, passe a definir na justificativa para a participação o exato enquadramento do evento nas finalidades dispostas no art. 2º da Resolução Confea 1009/2015, requerendo dos participantes que faça constar, no relatório de viagem a ser apresentado, informações sobre como o benefício institucional será concretizado;

9.4. dar ciência ao Confea das seguintes impropriedades:

9.4.1. necessidade de observar o princípio da transparência e a correta organização de processos da administração pública, nos termos da Lei 9.784/1999, autuando processo administrativo desde o requerimento inicial do interessado, o que não ocorreu nos processos Confea 1.961/2014 e 2.631/2014, e fazendo constar do processo todos os demonstrativos dos valores efetivamente despendidos na consecução do objeto.

9.4.2. autorização pelo Plenário de solicitação para viagem ao exterior, para participação na Feira MECSPE, realizada em Parma, sem a identificação de todos os requerentes e verificação das informações exigidas, em inobservância ao art. 5º, I e § 1º, da Resolução Confea 1.009/2005

9.4.3. realização de viagem do presidente ao exterior para participar do encontro FMOI, em Paris, sem prévia autorização do Plenário ou do conselho diretor, em inobservância ao art. 3º da Resolução Confea 1.009/2005;

9.4.4. ausência de prévia autorização de Plenário para a realização de viagem de convidado para participar do encontro FMOI, em Paris, em inobservância ao art. 3º da Resolução Confea 1.009/2005, e não cumprimento dos pré-requisitos exigidos no art. 5º dessa Resolução e dos demais normativos internos para realizar missão ao exterior;

9.5. comunicar à Secex-RS a respeito dos fatos consignados nas informações adicionais da instrução de peça 30, quanto às regras e valores de indenizações de viagens pagos pelo Confea, para conhecimento e adoção das providências que julgar necessárias;

9.6. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, III, do RI/TCU.

10. Ata n° 10/2018 - Plenário.

11. Data da Sessão: 16/5/2018 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1133-10/18-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

SIGILO DE PROCESSOS

Foi mantido o sigilo dos acórdãos proferidos nos seguintes processos:

Acórdão nº 1128, adotado no processo TC-011.877/2012-0, constante da Relação nº 20 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 1129, adotado no processo TC-025.273/2017-5, constante da Relação nº 20 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti;

Acórdão nº 1131, adotado no processo TC-012.493/2013-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

Os acórdãos de nº 1128, 1129 e 1131 constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

A Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 30 de maio, a ser realizada após o encerramento da sessão ordinária, e, às 18 horas e 39 minutos, encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 23 de maio de 2018.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

DECISÃO NORMATIVA Nº 168, DE 16 DE MAIO DE 2018

Altera dispositivos das Decisões Normativas TCU 161/2017 e 163/2017, que dispõem, respectivamente, sobre a prestação e o julgamento das contas do exercício de 2017.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

Considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para expedir normativos sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento,

Considerando os estudos desenvolvidos no âmbito do TC 008.199/2018-3, resolve:

Art. 1º O artigo 21 da DN TCU 161/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21 A análise dos relatórios de gestão pelos órgãos de controle interno e, da sua forma e estrutura, pelas unidades técnicas do Tribunal para fins da publicação de que tratam os arts. 19 e 20 desta decisão normativa não exime os dirigentes das unidades relacionadas no Anexo I das responsabilidades pelos conteúdos e pela veracidade das informações prestadas. "

Art. 2º O anexo I da DN TCU 161/2017 fica alterado conforme a seguir:

a)Fica incluído o Fundo Soberano do Brasil e excluído o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas da parte relativa aos fundos vinculados ao Ministério da Fazenda do anexo I da Decisão Normativa TCU 161/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Fundo	
Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)	31/03/2018
Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA-FC)	31/03/2018
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	31/03/2018
Fundo de Garantia à Exportação (FGE)	31/03/2018
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	31/05/2018
Fundo de Garantia para a Construção Naval	31/05/2018
Fundo de Participação PIS/PASEP	30/09/2018
Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab)	31/03/2018
Fundo Soberano do Brasil	31/05/2018

b)Ficam incluídas as unidades de pesquisa Centro de Tecnologia Estratégica do Nordeste (Cetene), Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e Instituto Nacional da Mata Atlântida (INMA), na parte relativa aos órgãos públicos vinculados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que passa a vigorar com a seguinte redação:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF)	31/03/2018
Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)	31/03/2018
Centro de Tecnologia Estratégica do Nordeste (Cetene)	31/03/2018
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI)	31/03/2018
Centro de Tecnologia Mineral (Cetem)	31/03/2018
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	31/03/2018
Instituto Nacional da Mata Atlântida (INMA)	31/03/2018
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)	31/03/2018
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	31/03/2018
Instituto Nacional de Tecnologia (INT)	31/03/2018
Instituto Nacional do Semiárido (INSA)	31/03/2018
Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA)	31/03/2018
Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC)	31/03/2018
Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)	31/03/2018
Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)	31/03/2018
Observatório Nacional (ON)	31/03/2018
Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (SE/MCTIC)	31/03/2018

c)Fica alterada a data limite para a prestação de contas da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRIF), do Ministério da Integração Nacional, para 31/07/2018.

d)Fica incluída a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) na parte que trata dos órgãos públicos vinculados à Presidência da República, que passa a vigorar com a seguinte redação:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Agência Brasileira de Inteligência (Abin)	31/03/2018
Casa Civil da Presidência da República (CC/PR)	31/03/2018
Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	31/03/2018
Imprensa Nacional (IN)	31/03/2018
Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom)	31/03/2018
Secretaria de Governo da Presidência da República	31/03/2018
Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI)	31/03/2018
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	31/03/2018
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)	31/03/2018
Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)	31/03/2018

e)Ficam incluídos os conselhos regionais de educação física dos Estados de Alagoas e Sergipe na parte que trata dos conselhos do profissional de educação física, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Conselho Federal de Educação Física (Confef)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região (RJ, ES) (CREF 1/ RJ ES)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região (RS) (CREF 2/ RS)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região (SC) (CREF 3)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (SP) (CREF 4)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região (CE, MA, PI) (CREF 5)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região (MG) (CREF 6)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região (DF) (CREF7/DF)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região (AM, AC, AP, PA, RO, RR) (CREF 8)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região (PR) (CREF 9)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região (PB) (CREF10/PB)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região (MS) (CREF11/MS)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região (PE) (CREF12/PE)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região (BA) (CREF 13)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região (GO, TO) (CREF 14)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 15ª Região (PI, MA) (CREF 15)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região (RN) (CREF 16)	31/05/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conselho Regional de Educação Física da 17ª Região (MT) (CREF 17)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região (PA, AP) (CREF 18)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região (AL) (CREF 19)	31/05/2018
Conselho Regional de Educação Física da 20ª Região (SE) (CREF 20)	31/05/2018

Art. 3º O anexo I da DN TCU 163/2017 passa a vigorar com as seguintes alterações:

a)Ficam transferidos da parte que trata das autarquias do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e da parte que trata das empresas públicas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e a Empresa de Planejamento e Logística S.A., respectivamente, para a parte que trata das autarquias e das empresas públicas da Presidência da República.

I - A parte que trata das autarquias do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações passa a vigorar com a seguinte redação:

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	31/07/2018

II - A parte que trata das empresas públicas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil passa a vigorar com a seguinte redação:

Empresa Pública	
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)	30/09/2018

III - A parte que trata das autarquias e das empresas públicas da Presidência da República passa a vigorar com a seguinte redação:

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	31/07/2018
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal (SR-28/DF)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado da Paraíba (SR-18/PB)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado de Goiás (SR-04/GO)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso (SR-13/MT)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado de Pernambuco (SR-03/PE)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado de Rondônia (SR-17/RO)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado de São Paulo (SR-08/SP)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre (SR-14/AC)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas (SR-15/AM)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado do Maranhão (SR-12/MA)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado do Mato Grosso do Sul (SR-16/MS)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná (SR-09/PR)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado do Piauí (SR-24/PI)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado do Rio Grande do Norte (SR-19/RN)	31/07/2018
Superintendência Regional do Incra no Estado do Rio Grande do Sul (SR-11/RS)	31/07/2018
Empresa Pública	
Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL)	30/09/2018

b)Fica transferido da parte que trata das autarquias do Ministério do Trabalho o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a parte que trata das autarquias do Ministério do Desenvolvimento Social.

I - A parte que trata da administração indireta do Ministério do Trabalho passa a vigorar sem citar autarquias.

II - Fica incluída uma parte para tratar das autarquias do Ministério do Desenvolvimento Social, com a seguinte redação:

Autarquia	
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	31/07/2018

Art. 4º Esta Decisão Normativa entrará em vigor na data de sua publicação e se aplica à prestação de contas do exercício de 2017.

Em 16 de maio de 2018.
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA(ORDINÁRIA)

Sessão de 29/05/2018, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

002.721/2011-2
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Recorrentes: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.
Interessada: Maria Áuria Briseno
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

005.060/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Caixa Econômica Federal; Sindicato Rural de Santa Vitoria
Recorrente: Sindicato Rural de Santa Vitoria
Órgão/Entidade/Unidade: Sindicato Rural de Santa Vitoria
Representação legal: Murilo Muraro Fracari (OAB/DF 22.934) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Rogerio de Oliveira (OAB/MG 91.403), representando Sindicato Rural de Santa Vitoria

009.754/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cecília Fabris; Deodilla Schlogl; Emiliano Ferreira do Nascimento; Maristella Mattoso Jacob
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

009.800/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Gonçalves Filho; Antonio Izidro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

009.822/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Célia Maria Vianna Peixoto; Shirley Rose Pereira de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

010.541/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fábio Antonio Lacerda Pereira; Hilda de Oliveira Olímpio; José Viegas Muniz Neto; Marcos Célio Brocco
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

010.546/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ângelo Luiz Tesser; David Cezar Titton; Elio Luiz Mauer; Fernando Jorge de Souza; Fernando Piazza; Isac Bruck; Marcelino Serafim; Marcos Souza; Maria Helena Martins Tommasi; Marilu Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

012.897/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Márcia Adriana Dias Meirelles Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

012.931/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Correa de Oliveira; Betania Almeida Nadalin Leal; Bianca Lamas Gervini; Bianca Neves Marson; Bianca Rosa Rodrigues; Bruna Fernandes Martins Dias; Bruna Martins Esquenazi; Bruna Rietra Rio Apolinario; Bruna de Souza Gameiro Jorge da Silva; Bruno Manhone Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.936/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniela Espindola Antunes; Daniela Gros e Silva Spada; Daniela Santos Sodre; Daniela Siqueira Prado; Daniela de Souza Rodrigues; Daniele Ferreira Brião; Daniele Marinho de Oliveira; Danielle Portugal Lamberti Silva; Danillo Murta Lacerda Souza; Danilo da Silva Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.942/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Elen Kesley Souza Muniz; Elenaide Coutinho Nunes; Elenice Maia Pinheiro Araujo; Elenice de Faria Duenhas; Elenilde de Santana Moraes Aragao; Elenir Pereira de Assis; Eleoneth da Silva Sousa Lopes; Eleuzianilde de Paula Antonio de Brito; Eliana Aparecida Arcanjo; Eliana da Silva Pereira Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.948/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Elisa Sampaio Von Muhlen; Elisa Siqueira Novaes; Elisabete Cantidiana Pereira da Cruz; Elisabeth Arantes Braga; Elisama Cazuza de Lima dos Anjos; Elisandra Cezimbra Madruga; Elisandro Lima da Silva; Elisangela Albino Leite; Elisangela Aparecida Pires de Souza; Elisangela Cerencovich Monteiro Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.949/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisangela Costa Oliveira dos Santos; Elisangela Dalla Porta; Elisangela Gomes Monis; Elisangela Guimarães Soares; Elisangela Londero Rodrigues; Elisangela Maria Bento; Elisangela Mattos Machado; Elisangela Miranda Baltazar; Elisangela Paula Ferreira; Elisangela da Silva Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.951/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elitania Luz da Silva; Eliton Melo de Carvalho; Elivane Bernardes Gomes Barbosa; Elivanilda da Rocha da Silva; Elizabete Dantas de Souza; Elizabete Franzosi; Elizabete Quintão Ramalho Euzebio; Elizabeth Gomes de Sousa; Elizabeth Itabirano Brito; Elizabeth Paludzyszyn
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.954/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elusa Medianeira Silva Lopes; Elvia Pereira de Sousa; Elza Cristina Miranda da Cunha Bueno; Elza Santos de Souza; Elzi das Graças Moura Chambela; Emanoely do Carmo Barbosa; Emanuel Andrade de Souza; Emanuel Ferreira de Sousa; Emanuela de Almeida Oliveira; Emanuela dos Santos Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.956/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Emerson Bonifacio Custodio; Emilene Maria dos Reis; Emilene Vicente Lopes; Emilia Vieira de Holanda Lira; Emilio Candido da Silva; Emilio Carlos Alves dos Santos; Emilio Henrique Melo de Lima; Emilsivana Martins Lima; Emmanuella Araujo de Oliveira; Emmanuelle Macedo de Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.957/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Enaie Izabel Barboza de Lima; Eneas de Franca Sousa; Enelri Edithe Belga Colombo; Enide Christine de Carvalho Meireles; Enila Rosa dos Reis; Enilcia Zumak Messias dos Santos; Enilde Aparecida Pereira Gomes; Enir Pinheiro Ferreira; Enizar Chaves Gonçalves; Epitacio Rafael da Luz Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.960/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Fernanda Becker Lescano; Fernanda Bora Moleta; Fernanda Braga; Fernanda Brandão Berto Resende; Fernanda Carine Ribeiro; Fernanda Carla Cruz dos Santos; Fernanda Carneiro Melo; Fernanda Consentino Kronka de Siqueira; Fernanda Cristina Assis Silva; Fernanda Cristina de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.962/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Guimarães Felix Lima; Fernanda Kerles Rocha de Oliveira; Fernanda Laranjeira Mendonça Tarquinio; Fernanda Machado Plamer; Fernanda Machado da Silva; Fernanda Mara Santana Sales; Fernanda Maria Farage Osorio; Fernanda Maria Pereira e Nascimento Grawe; Fernanda Medeiros Motta de Freitas; Fernanda Michele Quirino
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.965/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Milton de Almeida Costa Junior; Fernando Pereira Coelho; Fernando Pinon Camina; Filipe Lisboa de Carli; Flavia Alves Barcelos Lobo; Flavia Alves Ribeiro; Flavia Amim Prata Carneiro; Flavia Aparecida Lopes Suim; Flavia Cristina Jose Drumond; Flavia Cristina de Carvalho Tortul
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.971/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Francisca Elena da Silva Viana; Francisca Erilene Rodrigues de Franca; Francisca Erinalda Oliveira de Sousa; Francisca Francineide Andrade da Silva; Francisca Gerina Gomes Braga; Francisca Helena Silveira Lima; Francisca Helena de Oliveira Lima; Francisca Helenisa Teixeira; Francisca das Chagas Rodrigues Santos; Francisca das Chagas de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.978/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Frederique Leite Penteado; Fredson Veloso Sousa; Fuad Fayez Mahmoud; Gabriel Angelo de Aquino; Gabriel Barbosa Sandim; Gabriel Doreto Rodrigues; Gabriel Pelegrineti Targueta; Gabriel de Souza Albuquerque; Gabriela Aires Ribas; Gabriela Bezerra Teixeira Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.982/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Geisa Maria Oliveira dos Santos; Geisa Silva Trancoso; Geisiane de Almedia Sardinha; Geiza Carla Rafaelli; Gelson Soeira; Gelusa Hustane Hipolito; Genaina da Conceição Rodrigues; Geniclea Martins de Almeida Santos; Genilda de Araujo Dantas; Genilza da Conceição Pinheiro Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.984/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gerluci Pinheiro Ulisses de Miranda Soares; Germana Brígida Queiroga Estrela; Germana Coimbra Macatrão Nogueira; Germison Silva Lopes; Gerônimo Pimentel Portugal; Gerson Borges Santiago; Geruza Alcântara Pinho; Gesiane da Silva Mota Teixeira; Géssica Luíza da Silva Oliveira; Gessyka Fernanda Rocha Belges
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.987/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gilmar Paulo da Silva; Gilmar Santos Rabat; Gilmara Moreira Dias; Gilsemar Vantier Vidal Tabosa; Gilson Coelho; Gilvan Pereira Pinto; Gilvaneide Linhares Duda; Gilvani da Silva Costa; Gilvania Claudio dos Santos Gomes; Gilvanice da Silva Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.990/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Giselia Cristina dos Santos Silva; Giselia Paula de Araujo Raimundo; Giselle Costa de Araujo Souza; Giselle Karine Muniz de Melo; Giselle Patricia Guerrero; Giselle Regina de Carvalho Viana; Gislaine Batista Gomes; Gislaine Chagas Matsdorf; Gislaine da Silva Piqui; Gislane Furtado Teles
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.991/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gisleanne Lima de Sousa; Gisleine Rocha de Almeida; Gislene Martins Fontes; Gismaire Aparecida da Costa Vacchiano; Gittanna Keila da Silva Ferreira; Giully Tavares Cardoso da Silva; Givanildo Ferreira Baloque; Glaci Thiel Cottica; Glademir José Librelotto Rubin; Gláucia Antônia Martins Vale
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.994/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Gleyciana Furtunato dos Santos Silva; Gleyciane Melo da Silva; Glória Edimaria Gadelha Almeida; Goya Pitágoras Freitas Santos; Grace Kelly Alves Lucena de Abreu; Gracia Maria Silva Santos; Graciane Setúbal da Cunha; Graciela Felipa Cano Aquino de Oliveira; Graciele Borges da Cruz; Graciele Érthal
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.997/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gretry Preacy Vieira de Andrade; Greycerner Silva Santos; Guedijany Henrique Pereira; Guilherme Bruno Pires Marques Locio; Guilherme Cidade Crippa; Guilherme Duarte Torre; Guilherme Ferraz Messina de Padua Andrade; Guilherme José Garcia Santos Pimenta; Guilherme Lucas de Oliveira Lima; Guilherme Moreira da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

012.998/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Moreira de Abreu e Silva; Guilherme Natanael de Souza Sobrinho; Guilherme Santos Crespo; Guilherme Simas do Amaral Catani; Gustavo Augusto Santos; Gustavo Brandão de Oliveira; Gustavo Cesar Augusto Moreira; Gustavo da Cas Biasi; Gustavo de Oliveira Coelho; Gustavo de Sousa Arantes Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.001/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hayssa Lemos Borges; Hebe Pereira Costa; Hebert Vitoria dos Anjos; Hebyle Carolina Silva Sandes; Heidy Piccolotto Carvalho; Heitor Vaz Ferreira; Helaine Christina Cavalcante de Souza; Helaine Cristine Argolo Santos; Helanno Gomes Alexandre; Helder de Souza Lima e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.003/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Hélia de Sousa Oliveira; Hélia dos Santos Silva; Hélida Luzia da Silva Milholli; Helidiana do Nascimento Silva Lopes; Helijane de Sousa Silva; Helisnilde de Fátima Araujo de Araujo Santos; Helita Farias Abreu Tanajura; Hellen Barlatti de Macedo; Heloísa Fujinaka; Heloísa da Silva Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.005/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Henrique Tadashi Katayama; Hercilla Nara Confessor Ferreira de Farias; Herika Danielle de Miranda Santos; Herinilsa Suerda da Silva; Hiago Vievio Simão Damacena; Hidenice Teixeira de Oliveira; Higino Felipe Figueiredo; Higor Roque de Souza Santos; Higor Zozimo Douxera Aquino; Hilda Maria Barbosa de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.010/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Igor Buracovas; Igor Chaves Gomes Luna; Igor Damiane da Silva Lourenço; Igor Emanuel Vasconcelos e Martins Gomes; Igor Lima Muniz de Albuquerque; Igor Linhares Furtado de Mendonça; Igor Tadeu de Siqueira Calmon; Ilai Moradillo Mello Alves; Ilana Maira Chagas Maciel; Ilda da Conceição Peixoto da Hora
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.011/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ilda da Silva Lopes; Illan Allisson Ferreira dos Santos; Ilma Monteiro de Andrade; Ilnar dos Santos Pereira; Ilson de Melo Vieira; Ilza de Fátima Ferreira Leite; Ilzamara do Vale Feitosa; Inaciomar Francisco da Silva; Indhira Rênia Tavares Guimarães; Indiara Souza Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.013/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Iracely Vasconcelos da Cruz Silva; Iracema Silva do Nascimento Barbosa; Irama Leite Castro Serra; Iramar Borba de Carvalho; Iramara Kelly Passos de Sousa; Irany Fernanda Lima Xavier; Irene da Costa Melo; Iria Cristiane Martins de Barros Freitas; Irineuda Barroso da Silva; Iris Daniele de Farias Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.014/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Iris Rayanne da Silva Lima; Irismar Ribeiro Andrade; Irlanda Santos Ferreira; Irlene Aparecida Nogueira; Isa Alves Rocha; Isaac Queiroz; Isabel Clasen Lorenzet; Isabel Correa Fernandes; Isabel Cristina Abreu dos Santos; Isabel Cristina Aguiar Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.018/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Isis Vieira Lobão; Isis de Melo Mendes; Isla de Melo Brandão; Islaine Meirielly Sousa Passos; Ismael Pinheiro de Matos Junior; Ismael Xavier Ribeiro; Isolene Alves; Israel Gomy; Israel Ramos Pereira; Italo de Jesus Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.019/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Itamara da Silva Bomfim; Itza Bione de Oliveira Carvalho; Ivam Pereira Mendes Neto; Ivan Marcelo de Oliveira Matos; Ivana Carvalho Toledo; Ivana Nascimento Garcia de Santana; Ivana Patrícia de Jesus Alves; Ivana Pereira da Silva; Ivana de Melo Almeida Ferro; Ivaneide Fagundes do Nascimento Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.025/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jacqueline Maciel da Silva; Jacques Kaufman; Jader Pinheiro de Carvalho; Jadson Clementino de Oliveira; Jafia Andreza Gonçalves de Oliveira; Jefferson Nunes Pinto; Jefferson Sales da Silva; Jefferson Teixeira de Jesus; Jefferson Yoshinari Ferreira da Cruz; Jefferson da Silva Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.026/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jeisiane Monteiro Leite; Jelsmo Tosta Nascimento; Jennifer do Carmo Souza Pinheiro; Jennyfer Martins de Aguiar Silva; Jerciluze Barros Asevedo Cardoso; Jerusa de Almeida Bryto; Jeson Elias Chaves Calero; Jesse Ferreira da Silva de Sousa; Jesse Galião Lustosa de Araujo; Jessica Alves Mendonça Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.031/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joanita Cechin Donaduzzi; João Azis Elias; João Batista Carlos de Sá Filho; João Batista da Silva Reis; João Beltrão Noleto e Silva Junior; João Bonfim Mendes; João Carlos Caziuk; João Carlos Lima Rodrigues Pita; João Carlos Pereira dos Santos Junior; João de Deus Ferreira de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.035/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jociani Gonçalves Paschoal; Jocielia de Souza Candido; Jocimar Almeida de Jesus; Jocineia Regina da Silva Santos; Joeder Pereira Estigarribia; Joeherbeth de Jesus Marques; Joelma Lopes da Rocha; Joemerson Osorio Rosado; John Robert Pires Davidson; Johnes Nascimento da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.036/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Johnny Freire da Costa; Joice Garcia Brito; Joice Simionato Vettorello; Joiceane Andrade de Carvalho; Joicymaira Borges Ferreira Correa; Joilso Fabiano de Oliveira; Joilson de Souza Rosa; Jonas Giuberti Junior; Jonas Gordilho Souza; Jonas Oliveira Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.039/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Zoghaib; Jorgenarla Raimunda Coelho; Jorgeth de Oliveira Carneiro da Motta; Jorio Barros do Carmo; Joscelina Cristina Costa Dantas dos Anjos; José Adeilson de Souza; José Ailton Sá Sereno; José Airton de Souza; José Alberto Bordonal; José Alberto da Motta Correia
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.040/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Alex Galvão Alexandre; José Alexandre Borges de Figueiredo Junior; José Aloisio Dias Massote Mourão Oliveira; José Anderson Souza Goldiano; José Aparecido Rezende; José Augusto Malheiros dos Santos Filho; José Carlos Konzgen Junior; José Carlos Xavier; José Carvalho Branco Neto; José Cesar Batista Oliveira Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

013.045/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joseni Lima e Silva Pinho; Josenilda Carlos de Macena; Josevânia Gonçalves dos Santos; Josi Barreto Nunes; Josiana Martins Batista; Josiana Rodrigues da Silva; Josiane Correa de Azevedo; Josiane Costa Cardoso; Josiane Costa Sales Celin; Josiane da Silva Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.046/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josiane da Silva Santos Freitas; Josiele Costa Frank; Josikeily Lindozo Cutrim Santos; Josilaine Maria da Cruz Xavier; Josilane Pereira; Josileila Santos Ribeiro; Josilene Matos Bento; Josilene de Jesus Martins; Josileni Resende de Oliveira Domingues; Josineide de Oliveira Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.051/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Juliana Cristina Castanheira Guarato; Juliana Cristina Martins Costa; Juliana Dantas Ramos Brito; Juliana da Costa Campos; Juliana da Rosa Chaves; Juliana da Silva Mata; Juliana das Chagas Meroni; Juliana de Lima Comaru; Juliana de Lima Reis; Juliana de Oliveira Pucini
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.052/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Juliana Divina Peixoto Balbino; Juliana Elias Duarte; Juliana Ferreira Carvalho Silva; Juliana Ferreira de Santana; Juliana Florinda de Mendonça Rego; Juliana Gomes Ferreira; Juliana José Fernandes de Assis; Juliana de Souza Rosa Leal; Juliana dos Reis Neponuceno de Oliveira; Juliana dos Santos Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.054/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Juliana Outemuro Maciel Pinheiro Luiz; Juliana Pinheiro Gois; Juliana Prates Porto; Juliana Rodrigues de Souza; Juliana Ruela de Souza; Juliana Santos Neves; Juliana Schade; Juliana Souza Gomes da Silva; Juliana Souza Gonçalves Ogawa; Juliana Souza Rodrigues de Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.055/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Juliana Steckel Bortoluzzi; Juliana Valeria Assunção Pinheiro; Juliana Vieira Etz Faria; Juliana Virgilio de Oliveira; Juliane Angelina Favero; Juliane Barleta Javorsky; Juliane Guerra Golfetto; Juliane Magalhães Silva; Juliane Oliveira Santos; Juliani Magalhães Cordeiro Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.059/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juscelia dos Santos; Juscimar Pinheiro dos Santos; Juscimaria Campos da Cruz; Juslaid Sousa Cardoso; Jussara Conceição do Nascimento; Jussara Raquel Caseca; Jussara de Almeida dos Santos; Jussara de Lucena Alves; Jussei Idelfonso Gomes Pereira; Jussilene Maia Romani
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.063/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Kariciele Cristina Correa; Karida Franciely Alves Barbosa; Kariete Almeida Ferreira do Espírito Santo; Karina Beatriz da Silva; Karina Dias Simões; Karina Martins da Silva Mascarenhas; Karina Nunes Santos Amorim; Karina de Sousa Miranda; Karine Alkmim Durães; Karine Andrade Ariano
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.067/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Karla Leite Valério da Silva; Karla Morganna da Costa Félix Assis; Karla Nascimento Soares; Karla Rodrigues Ferreira; Karla Sarmento de Oliveira; Karla Silvana Teixeira Bastos; Karla Spelta; Karla Tenório de Magalhães Câncio; Karol Regina Mundt; Karoline Bento Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.068/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Karoline Carvalho Leal Pereira; Karoline Matias Morais de Medeiros; Karyne Suenya Gonçalves Serra; Kassia Juvencio; Kassia de Souza Ferreira; Kassya Fernanda Freire; Katarine Florencio de Medeiros; Katherine Xavier Bastos; Katia Cirilo; Katia Cristina Kampa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.071/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Kelene Ribeiro da Silva; Keli Cristina Mann; Kellen Cervo Zamberlan; Kellen Gonçalves dos Santos Silva; Kellen Rose da Silva Azevedo; Kelly Christiani Cielo; Kelly Cristina Almeida Borgonove; Kelly Cristina Moraes Silva; Kelly Cristina Moreira Raimundo; Kelly Crystina Lourenço
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.074/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kenia Barreto Casagrande; Kenia Braga de Lima; Kenia do Couto Gonçalves Silva; Kenny Marcio de Oliveira; Kenya Candida Vieira Medeiros; Keren Nubia Leite Pereira; Kersia Gomes Ribeiro; Kessiane Barros Almeida; Ketruilyn do Carmo Borges; Keules Diene Rocha da Silva
Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há.

013.077/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Laís Caetano Silva; Laís Catarina Rocha; Laís Danielle Ribeiro de Melo; Laís Flavia de Castro Pinheiro Campos; Laís Marques Gontijo; Laís Monique Correia Tenorio; Laís Rubert Machado; Laís Tavares Miranda; Laisa Barbara Leal Fonseca; Laisa Calliny do Nascimento Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.079/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Larissa Del Bianco Alves; Larissa Fernandes de Menezes; Larissa Galindo Mariano; Larissa Gurgel Arruda; Larissa Habib Mendonça Gois; Larissa Laís Maria da Silva; Larissa Lima dos Santos; Larissa de Carvalho Silveira; Larissa de Moura Santos; Larissa dos Santos Cançado
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.081/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Laryssa Fernanda Saraiva de Souza; Laryssa Portela Ramos Magalhães Rego; Laryssa Torres Barros de Oliveira; Laudiceia Pereira da Silva; Laura Cotta Ornellas Halfeld; Laura Graças Padilha de Carvalho Albuquerque; Laura Havilland de Sousa Ruas; Laura Helena Velasco Moreira; Laura Jun Sato; Laura de Sousa Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.082/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Laura Maia Arruda; Laura Pinto Torres de Melo; Laura Thais de Oliveira Mena; Lauren Logsdon; Laurenlígia Franco Garcia Sigari; Laurenne Milhomem Sousa Moraes; Laysa Fernanda Nunes Ramos; Lázaro Santana Souza; Lea Menezes Couceiro Burle; Leandra Chaves Silva Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.085/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Leidiane Lima Barbosa; Leidiane Santos Nogueira; Leidimar Dores dos Santos; Leidjane de Melo Lima; Leidy Andreia da Costa Sousa; Leila Barbosa da Silva; Leila Cristina de Souza Alves; Leila Daniela Iop; Leila Gonçalves Araujo de Castro; Leila Goreti Beltrame
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.086/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leila Maria de Sousa Rodrigues; Leila Nazarete Vasconcelos da Luz; Leila Raquel Pires Ferreira Marinho; Leiliane Maciel Santos Gonçalves; Leiliane Pacheco Soares; Leiliane Perlin de Souza; Lelia Maria de Almeida Carvalho; Leni Aparecida Dias Amaral; Lenilda Alves de Figueiredo; Lenilson Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.090/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Lia Cavalcante Cezar; Lia Cerqueira de Lemos; Lia de Queiroz Valle dos Santos; Liamara Saikoski Noal; Liana Claudia Gama Vaz Carvalho; Liane Carvalho de Brito de Souza; Liane Medeiros Kanashiro; Lianna Gabriella Gonçalves Dantas; Licia Carvalho Ribeiro; Licia Helena Farias Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.091/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Licia Moreira Medeiros; Lidia Balarini da Silva Sudre; Lidia Lima Aragão Sampaio; Lidiana Aparecida da Silva Freire; Lidiane Bonsucesso Teixeira Ferreira; Lidiane Gomes Marinho da Costa; Lidiane da Costa Ferreira do Nascimento; Lidiane da Silva Soares; Lidiane de Azevedo Barbalho Lima; Lidiane dos Santos Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.092/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Lidiane Marha de Souza Oliveira; Lidiane Menezes de Britto; Lidiane Souza Lima; Lidianne Alves de Sousa e Silva; Liege Ferreira de Souza; Liege Gonçalves Cassenote; Liege Kapteinat Ramos; Ligia Helena Ferreira Melo e Silva; Ligia Karla de Morais Lima; Ligia Maria Terra Fontella
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.093/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Ligia Simões Ferreira; Ligia Valeria Bonfim Pimentel Rafael; Ligiane Fava Estevam; Lilia Assis Sampaio; Lilia Freitas Leite; Lilian Almeida Carvalho; Lilian Alves de Lima Rodrigues; Lilian Aparecida Alves da Silva; Lilian Costa Teixeira; Lilian Cristiane da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.099/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Livia Fonseca Calepso Gama; Livia Mari Martins Reis; Livia Maria Cardoso de Lima Campos; Livia Maria Casachi Bernardes de Melo; Livia Maria Lima de Souza Oliveira; Livia Maria Nold Disconzi; Livia Maria Pereira; Livia Maria de Oliveira; Livia Marques da Silva Gama; Livia Melo Carone Linhares
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.104/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Luana Nara da Silva Paulino; Luana Novais Bomfim; Luciano Teixeira de Faria; Lucidalva Braga da Silva; Lucieli Cauduro Ropke; Luciene Carnevale de Souza; Luciene Dias Oliveira; Luciene da Silva Machado de Jesus; Luciene da Silva Oliveira; Luciene de Jesus Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.109/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ludiane Rodrigues da Silva; Ludimila Santos Pereira; Ludmilla Alexandra Araujo Lewinsohn; Ludmilla Lopes de Figueiredo Longo; Ludmilla Oliveira Souza; Ludnardo Alves Furtado Pinto; Luis Alexssandro Pereira Martins Costa; Luis Augusto Avansini Carnelos; Luis Fernando Moura da Silva Junior; Luis Gonçalves de Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

013.113/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Forte Bezerra; Marcelo Henrique Bezerra de Sousa; Marcelo José de Assis Nascimento; Marcelo Keiton Costa do Nascimento; Marcelo Luiz Nuss; Marcelo Luiz Quarteiro; Marcelo Mantiolhe Martins; Marcelo Meirelles; Marcelo Moreira Rafael; Marcelo Moreira de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.120/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marciana Fernandes Felipe; Marciana de Oliveira Gois; Marciele Pinheiro; Marcielle Vilaverde Moutinho Cerolini; Marcielli Regiane de Andrade; Marcilane Friaca Felisbino; Marcio Antonio de Almeida Alves; Marcio Azevedo de Andrade; Marcio Carlos da Rocha; Marcio Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.124/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Ramon Ribeiro dos Santos Mendes; Marcos Rogerio de Oliveira Martins; Marcos Teixeira de Oliveira; Marcus Vinicius Vieira Pinheiro; Marcus Vinicius de Oliveira Ferreira; Marcus de Carvalho Vaz Porto; Marden Daniel Muniz; Marden Rodrigues Spindola; Maressa Claudia de Marchi; Margarete Campos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.127/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Maria Alexsandra da Silva Menezes; Maria Alves Rodrigues; Maria Ana Bitencourt Boente Calabrich; Maria Anarilda Nogueira Lima; Maria Andrea Leoncio Vieira; Maria Andrea do Amaral; Maria Angelica Silva de Almeida; Maria Angelica dos Santos; Maria Antonia Santos Silva; Maria Antonia Trajano
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.134/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Maria Luíza Dutra Teixeira; Maria Luíza Pessoa Tavares; Maria Luíza de Oliveira Silveira; Maria Lunara da Silva Cardoso; Maria Luzia Andrade Lima; Maria Luzinei Bernardo da Silva; Maria Madalena Macedo do Nascimento; Maria Madalena Pires; Maria Madalena Vieira Martins; Maria Magalhães Vasconcelos Guedes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.139/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Maria Zali Borges Sousa San Lucas; Maria Zenice Vieira de Brito; Maria Zilma Calista Pereira; Mariana Almeida Quixabeira; Mariana Alves de Melo Tenório Morais; Mariana Antunes Jank; Mariana Areias da Silva de Freitas Carvalho; Mariana Carolina Gaia Sabino; Mariana Cavalcante Ferraz; Mariana Coelho Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.148/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Marina Pamponet Motta; Marina Pires Nishi; Marina Rita de Oliveira; Marinalda Santos de Souza; Marinalva Barreto Silva; Marinalva Santos Dias; Marinalva Soares dos Santos; Marinalva de Oliveira; Marineuza Michelon Portela; Marinez Katiuscia Gonçalves da Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.152/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marly Antônia Costa da Silva; Marta Aquino Dias; Marta Beatriz Papadopulos; Marta Cristina de Carvalho Guerrart; Marta Helena da Silveira Teixeira; Marta Lisie Klein Uhlendorf; Marta Pfeifer Malafaia; Marta Pinheiro Lima; Marta Rocha Cavalcante; Maryanni Magalhães Camargo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.154/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maura Suely Rodrigues Chaves Nogueira; Maura Tarciany Coutinho Cajazeiras de Oliveira; Maurício Fernando Lima Santos; Mauro Gonzales da Silva; Mávila Madureira Silva; Max Dembo Martins Esteves; Maxmillan Alkimim Dutra; Mayane de Oliveira Santos; Mayara Bontempo Ferraz; Mayara Correia dos Anjos Pretti
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.160/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Michelle Masuyo Minami Sato; Michelle Milagres dos Santos Pontiari; Michelle Milena da Silva Santos; Michelle Sena dos Prazeres; Michelle Silva Gurgel; Michelle Sousa dos Santos Almeida; Michelle Tatiane da Silva Gusmão; Michelle Vanessa Pedroso de Figueiredo da Silva; Michelli Favaro Holanda Lima; Michelli Slowik
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.166/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Mônica Renata Azevedo Ribeiro; Mônica Rosas Rocha; Mônica Suely Santos; Mônica Tábata Heringer Streck; Mônica Vasques Pereira; Mônica Vieira Pacheco; Monik Kelly Santos Lima; Monique Lima Oliveira; Monique Silva Dias; Monique de Alencar Lucena
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.174/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Nathalia Bueno Alvarenga; Nathalia Faria de Freitas; Nathalia Gama Puppim; Nathalia Geórgia Lima de Souza Martins; Nathalia Guimarães Fernandes; Nathalia Luísa Mendes Volpi; Nathalia Schneider; Nathalia de Alencar Cunha Tavares; Nathalia de Paiva Maciel; Nathallia Diniz Brusque Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.178/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Nemora Lígia de Sousa Santana; Nerilda Ribeira Veiga; Neuma Maria Martins; Neuma Marília Martins da Silva Kormann; Neusa Maria Alvarenga; Neusa Nunes dos Santos; Neuza Maria Nunes Coelho; Newton de Barros Melo Neto; Niara Cristina Clave Pimentel; Nicácia Souza Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.183/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Odelle Mourão Alves; Odesmar Pereira da Silva; Odete Nazaré Vilhena de Macedo; Odete de Carvalho; Olga Ferreira do Nascimento Santos de Assis; Olga Havana Silva Mesquita; Olga do Nascimento Santana; Olívia Araujo Coutinho Zen; Olívia Borgo de Matos; Olívia Luciana dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.187/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Paola Isabel Silva Barros; Paola Marques da Costa Santos; Paola Oliveira Cavalcante de Brito; Paola Piovenzano de Soliz da Silva; Paola Souza Castro Weis; Paola de Morais Peraca; Parcia Marques da Silva Oliveira; Patricia Alves Parizi; Patricia Amanda Vieira; Patricia Amaro da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.194/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Paula Carneiro Correia; Paula Cristina Cavalcante Gonçalves; Paula Cristina Silva Ferreira Modesto; Paula Daiane Silva de Souza; Paula Fernanda Soares de Lima; Paula Georgia Gonçalves Rodrigues; Paula Gonçalves Lopes; Paula de Lima Coradini; Paula de Oliveira Serafin; Paula dos Santos Grazziotin
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.198/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Ribeiro Nobrega; Paulo Roberto Fontinelli; Paulo Roberto Moreira dos Santos; Paulo Sergio de Carvalho; Paulo Soares Gonzaga; Paulo Tobias de Souza; Paulo Torres Rodrigues; Paulo Victor Cesar de Albuquerque; Paulo Wuesley Barbosa Bomtempo; Pedro Adri Oliveira Agostini
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.204/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Priscila Rios Stacciarini Soares; Priscila Rodrigues Rezende; Priscila Santos da Rosa; Priscila Santos de Matos; Priscila Silva Souza; Priscila Tafuri de Paiva; Priscilla Caixeta de Oliveira; Priscilla Gabriel de Souza; Priscilla Nogueira Gomes Hissa; Priscyla Tainan Camargo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.208/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Santana Fontoura; Rafael Sarmento do Amaral; Rafael Scandiuzzi; Rafael Siqueira Athayde Lima; Rafael Sodre de Aragão Vasconcellos Pereira; Rafael Teixeira da Cunha; Rafael Werli da Cruz; Rafael Zanella de Oliveira; Rafaela Cristiny Remigio Pitombeira; Rafaela Marques Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.216/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Regia Carla Vasconcelos Elias; Regiane Barbosa; Regiane Lopes Soares; Regiane Rodrigues de Araujo; Regiane de Cassia Kossoski; Regiane de Souza; Regilane Araujo da Silveira; Regina Celeste Santiago de Oliveira; Regina Celia Carvalho da Silva; Regina de Oliveira Benedito
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.217/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Regina Eliza Albano Vanzo; Regina Ferreira Cardoso; Regina Lucia Embercics Bomfim; Regina Lucia Gois Smith; Regina Marcia Ferreira de Sousa Nobrega; Regina Maria Schneider; Regina do Rosario Valerio Casaes; Reginaldo Coelho Machado Junior; Reginaldo de Sousa Lima; Reiby Caetano Mustafa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.224/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renato Cruz de Sousa; Renato Ezon Alves Pinto Ferraz; Renato Felix de Souza; Renato Fernando da Cruz; Renato Mazon Lima Verde Leal; Renato Souza de Abreu; Rene Rummenygg Guimarães Andrade; Renildo Machado de Azevedo; Reny Layane de Oliveira Sousa Alves; Reverson Rosa Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.230/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberta Santana Macedo; Roberta Stephanie Souza Bandeira; Roberta Zaffalon Ferreira; Roberto Alessandro Giummarresi Torres; Roberto Araujo de Almeida; Roberto Bianchi Neto; Rosana Furtunato do Nascimento; Rosana Gonçalves Barbosa; Rosana Matos Queiroz; Rosana Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.234/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Rosângela Mota de Jesus Lima; Rosângela Pereira Bahia; Rosângela Pereira Rodrigues; Rosângela Pereira dos Santos; Rosângela Simão de Matos; Rosângela Vasconcelos Almondes; Rosani Hatsumi Morikawa; Rose Dranka; Rose Mary Amorim dos Santos Medeiros; Rose Mary da Cruz Vasconcelos Rodrigues de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.241/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Rosimeire Silva Dantas; Rosimeri Vieira Souto; Rosimeyre Alves de Almeida; Rosinaldo Silva Ferreira; Rosineide Camelo Pereira; Rosineide Ruella Gomes Lima; Rosinete Costa Garcia; Rosinete Fernanda Pereira Veiga; Rosineth Ribeiro Costa; Rosivânia Costa Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

013.245/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Sabrina Fernanda da Silva; Sabrina Ferreira Furtado Magrin; Sabrina Gisele Cavalcanti Herculano; Sabrina Grazzioli Pompeu Antunes; Sabrina Oliveira de Carvalho; Sabrina Veloso Avi Cohen; Sabrina da Silva Pereira Damianse; Sabrina da Silva Preto de Oliveira; Sabrina de Jesus Cardoso; Sabrina dos Santos Godoi
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.250/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Sandra Maria Bandeira de Arruda Romao Tome; Sandra Maria Domingos Fiorito; Sandra Maria Mourao de Sousa; Sandra Maria Vinhal; Sandra Maria da Silva Goncalves; Sandra Nair da Rosa dos Santos; Sandra Nubia Queiroz Santos; Sandra Pedreira Santos; Sandra Pereira da Silva; Sandra Regina Alves Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.252/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Sara Araujo dos Santos; Sara Arcanjo Lino Karbage; Sara Batista Silva; Sara Roberta Rodrigues Coutinho Braga de Oliveira; Silene Batista de Freitas Saager; Silma Helena da Silva; Silmara Brandão dos Santos; Silmara Oliveira Silva; Silmara Teixeira dos Santos Silva; Silvana Abadia da Silva de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.257/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Susana Lamara Pedras Almeida; Susi Meri Langendorf dos Santos; Suyanne Ferreira Lebeis Pires; Suzana Bastos Castillo Gonçalves; Suzana Beatriz Borsato Crissi; Suzana Carla Pereira de Souza; Suzana Elaine Carvalho Rocha; Suzana Portilho Amaral; Suzana Raquel Ribeiro de Jesus Bezerra; Suzana Souza de Jesus Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.265/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Tatiana França Anfrizio; Tatiana Gomes Ribeiro; Tatiana Gomes de Amorim Menezes; Tatiana Leão Kiefer de Albuquerque Mello; Tatiana Lescano; Tatiana Pereira Amorim; Tatiana Pinho Carvalho Fama; Tatiana Rossine Lorensi; Tatiana Silva Tavares; Tatiana de Sousa Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.268/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Tatiane Silva Nascimento; Tatianne Brandão da Silva; Tatieli Dallaporta; Tatisa Alves Pereira de Almeida; Tatyane Gonçalves Recalde Ribeiro; Tatyanne Carvalho Souto; Tawani Alves Cardoso dos Santos; Tayana Fátima Ferreira Santos; Tayane Farias Andrade; Taysa Silva Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.273/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thamara Ribeiro e Silva; Thamires Araujo dos Santos; Thamiris Pereira Santos; Thamy Carvalho Lacerda; Thaslla da Silva Meneses; Thatiana Lúcia Cintra de Alcântara Vieira; Thayna Souto Silva de Santana; Thayssa Dalla Costa Escobar; Theomario Frota de Melo; Thereza Anna Pereira Pacheco dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.278/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tonyara Patrícia Nogueira; Tuane Bonfim Duarte; Tuane Damacena Couto; Uiara Maria Rego e Silva; Uilia Terezinha Alves; Uilma Bastos Moreira; Ulisses dos Santos; Uziel José dos Santos; Vagner Firmino da Cruz; Vagner da Silva Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.283/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Vanessa Caron Novaes; Vanessa Conceição de Lima Blanco; Vanessa Cristina Brandão Domingos; Vanessa Fausto Guimarães; Vanessa Fernandes Cavalcante; Vanessa Fernandes Freitas de Mesquita; Vanessa da Conceição Santos; Vanessa da Silva Rigo; Vanessa da Silva Vilas Boas Mota; Vanessa de Jesus Ledo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.287/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada s: Vania Lucia Ferreira de Lima; Vania Maria Dias; Vania Maria de Almeida; Vania Santana da Silva; Vania Silva dos Reis Ferreira; Vania Soares Bock; Vania Teresa Souza Lucas; Vanilce Silva Jorge; Vanilda Pinheiro Almeida; Vanilda de Souza Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.293/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Virginia Maria Peixoto Fortini; Virlenia Paula Barros Oliveira; Vitor Baptista dos Santos; Vitor da Silva Nicolau; Viviane Guimaro Mendes Barreto Resende; Weber Lopes Pereira; Wedna Silva de Brito; Wiviane Leiva Vasconcelos de Melo; Yago Vinicius Dantas Magalhães; Yasmin Cavalcanti Duarte de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

013.298/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clebson de Souza Brandão; Cleyton Martins Sena; Climerio Paulo da Silva Neto; Daiene Rosa Gomes; Daniel Toffoli Ribeiro; Danielle Cristina Guimarães da Silva; Danilo Souza Santos; Danilo da Silva Santos; Deusdete Conceição Gomes Junior; Edvaldo Antonio Paes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
Representação legal: não há

013.305/2018-2
Natureza: ATOS DE ADMISSÃO
Interessados: Adriano Rodrigues Soares; Alvaro Bispo Santos; Ana Cristina Santos Peixoto; Andrei Silva Santos; Arlete Camargo Alves; Bruna Gabriela Nico Pereira Herculano; Camila Duarte Ferreira; Carlos Cesar Oliveira Almeida; Cláudia Gonçalves dos Anjos; Cláudio Souza da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul da Bahia
Representação legal: não há.

013.310/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariana Carlos de Andrade Lyra; Marilia Bispo de Santana; Marina Rodrigues Miranda; Maristela Aragão de Matos; Maristela Midlej Silva de Araújo Veloso; Mateus Passos Soares Cardoso; Milaine Santos Farias; Nadson Cerqueira e Silva; Nailton José da Silva; Neymar Ricardo Santos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul da Bahia
Representação legal: não há

013.312/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Regivaldo Santos Oliveira; Rodrigo Pereira Mesquita; Samuel Siquara Giacomin; Thaina de Mattos Freire; Thamiles Santos Nunes; Uarison Rodrigues Barreto; Victor Gondim Britto; Victor Porto Lopes; Vinicio Rogerio Nascimento Pereira; Vinicius Simas Moreira Neri
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul da Bahia
Representação legal: não há

013.317/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adam Dreyton Ferreira dos Santos; Adriane Damasceno Vieira de Souza; Alan Monteiro Borges; Alexsander de Oliveira Zen; Alice Cunha da Silva; Aline Aparecida de Oliveira Campos; Aline Correa de Carvalho; Aline Coutinho Cavalcanti; Aline Tarcila de Oliveira Lima; Andrea de Lima Ferreira Novais
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Representação legal: não há

013.322/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Monique Rocha Rodrigues; Nadia Shigaeff; Nayara da Silva Camargo; Pollianni Leão da Silva; Rafael Gonçalves Gumiero; Rafael Ramon Fonseca Rodrigues; Rafaela Nazareth Pinheiro de Oliveira Silveira; Raissa Rodrigues Barreira; Rodrigo Rangel Ribeiro Bezerra; Ruthineia Jessica Alves do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Representação legal: não há

013.335/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliene Maria Sales Santos; Evelyn Seilhe Guerreiro; Fabiano Cunha dos Santos; Felipe Oliveira dos Santos; Fernanda Patricio Mariano; Francisco José de Almeida; Frank Hebert Pires França; Glauber Gonçalves do Nascimento; Gledna Pereira de Oliveira; Heron Henrique Azevedo Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Representação legal: não há

013.341/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arlene Andrade Malta; Artus Bolzanni; Bárbara Katharinne Alves Borges Lessa; Beatriz Nunes dos Santos; Blenda Cordeiro Mota Ribeiro; Bruna Lago Dourado; Calixto Junior de Souza; Camila Sequetto Pereira; Carla Sousa Ferreira; Catarina Prado Sakai
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

013.348/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Eduardo Ferreira dos Santos; Pedro Bernardo de Mello Oliveira; Poliana Cordeiro de Farias; Priscila Coutinho Miranda; Rafael dos Santos Silva Oliveira; Renato Batista dos Santos; Ricardo de Oliveira Melo; Roberta Mércia Rodrigues de Oliveira; Robson Gomes Kisaki; Robson Oliveira Lins
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

013.352/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Catarina da Silva Ferreira; André Michels Chibiaqui; Caio Cesar Veloso Acosta; Cícero Santiago de Oliveira; Clélio Marcos Ferreira; Cristina Folster Pereira; Eliane Cavalheiro; Felipe José Schmidt; Fernando Augusto Groh de Castro Moura; Gabriele Vieira Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

013.358/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luziano Lopes da Silva; Vinícius Braga Rodrigues Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há.

013.366/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana do Socorro Serra Paiva de Moura; Adriano Robson Nogueira de Lucena; Agamenon Azevedo dos Reis; Alberani Pinheiro Maciel; Alcicleia dos Santos Pinto; Aldilene Lima Coelho; Alexandre Miguel da Cruz Valente; Alexandre de Sousa Melo; Aline Klayse dos Santos Fonseca; Alzeir Machado Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

013.369/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleyton Abreu Martins; Clovis Maxwell Andrade Martins; Cristiano Comin; Deisy do Socorro Peres Lobato; Diana Dias da Luz; Dioney Lima Santos; Eduardo Abraçado Martins Lopes; Eguinaldo dos Santos Guimarães; Elinelson Pinheiro de Souza; Elizabeth Cangussu Reis Pontes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

013.372/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marconiel Neto da Silva; Maria Cristina Macedo Alencar; Maria José Ribeiro de Sá; Marzane Pinto de Souza; Maurizete da Cruz Silva; Natanael Vicente Pires; Orlando Simões Junior; Priscila Giselli Silva Magalhães; Raquel Serrão Rodrigues; Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

013.377/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kenia de Souza Oliveira; Marta Luzzi; Nélio Augusto Pereira de Souza; Renan Gustavo Araujo de Lima; Rogers Espinosa de Oliveira; Willian Penante da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

013.383/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Selma Lúcia de Assis Pereira; Tatiana Aparecida Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

013.390/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marina Freire Crisóstomo de Morais; Messias Rodrigues Arruda; Mikaelle Barboza Cardoso; Mirelle Araujo da Silva; Natália Ayres da Silva; Paulo Batista de Lima; Poliana Emanuela da Costa; Rafael Pereira Eufrazio; Raphaell Moreira Martins; Renata Kelly de Souza Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

013.393/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adam Benedito do Carmo de Sousa; Adriana Quaresma de Carvalho; Agostinho Alves de Oliveira Junior; Ana Patrícia Penha Amoras; Andrea Barboza Proto; Caio Teixeira Brandão; Camilla Karen Menezes e Silva; Casper Augusto Mira Rocha; Diego Bruno Castro de Jesus; Ediberto Joseman Verçosa de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Representação legal: não há

013.399/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Armando Cezar da Silva Pompermaier
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Representação legal: não há

013.402/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gessica Silva Lima; Glayderson Jonathan Nunes; Graziela Lins Santos; Hannah Uruga Oliveira; Helio Wilson Santos Leandro; Horacio Cesar Leite Santos; Hugo Carvalho Silva; Joaldo Didier Souza Junior; João Luiz Santana Brazil; Jéssika Lima Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Representação legal: não há

013.408/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniella Ferreira de Oliveira Fonseca; Denis de Oliveira Guimarães; Eduardo Ferreira da Silva Caetano; Eduilson Pereira dos Santos; Elisa do Nascimento Oliveira; Eric Jefferson Matias Luz; Erison Andrade Pires; Fabiana Teles Conceição; Fabiane Silva de Almeida Coutinho; Fabio Lemos Mota
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

013.412/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nadjar Aretuza Magalhãaes; Nailson Costa de Queiroz; Nayara Lemos Villar; Nestor Luciano dos Santos; Paulo Henrique Borges Silva; Paulo Victor Almeida Mota; Pedro Felipe Cortes Rocha Mundim; Priscila Antunes Camargo; Priscila Cristina Alves Vaz; Quezia de Oliveira Sousa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Representação legal: não há

013.519/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Alan da Silva; Wilker de Carvalho Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí
Representação legal: não há

013.524/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elizabeth da Silva Macena; Emanoel Fabiano Menezes Pereira; Evandro Marques das Neves; Fábio Rizzo de Aguiar; Fernanda Franzoni Pescumo; Fernando de Oliveira Souza; Francine Maria Ribeiro; Francisco Raphael Cabral Furtado; Heloísa Horta de Lima Aiello Macfadem; Henrique de Camargo Kottke
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

013.527/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Antonio Chioda; Rodrigo Umbelino da Silva; Rogério Haruo Watanabe; Sílvia Maria Kuva; Sílvio Aparecido Verderio Junior; Sthefanie Kalil Kairalla; Tarcísio Célio da Costa; Tatiana Berchieri Miranda Palazzo; Thiago Salhab Alves; Ticiana Couto Roquejani
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

013.530/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edimilson Eduardo da Silva; Leonardo Antônio Soares; Lizania Vieira de Paiva; Márcio Schmiele; Ricardo Salviano dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Representação legal: não há

013.573/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcimar Patriarca Goveia Junior; Alessandra Vieira Meneses Alves; Alessandro Lima da Silva; Alessandro Victor Dias; Alex Fábio Gonçalves da Silva; Alex Silveira da Silva; Alexandre Cunha de Souza; Alexandre Magno Rodrigues; Alexandre Melo Diniz; Alexandre Peixoto Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.579/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Rodrigues de Aguiar; Andrea Saba Ferreira; Andrea Xavier da Silva; Andreia Costa Lima; Andressa Novais Rodrigues; Andréa Henrique Campos; Angélica Peixoto de Paiva Freitas; Anis Esper; Antonio Ribeiro dos Santos; Antônio Ederson do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.584/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos José Domingos da Cruz; Carolina Alves Caixeta Bueno; Carolina Alves Okimoto; Carolina Mickaella Ribeiro Bardella; Carolina Ozorio Melo; Carolina Tavares da Silva; Caroline Figueiredo Belo; Caroline Greve; Caroline Souto de Morais; Cássio Adriano Lobo Leão
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há.

013.588/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane Olívia do Nascimento; Cristiano André Hoppe Navarro; Cristiano Araujo de Figueiredo; Cristina Alves dos Santos; Daniel Ataydes de Oliveira Sousa; Daniel Barbosa Nunes; Daniel Bernardo Barbosa; Daniel Ferraz Tavares da Cruz; Daniel Gomide da Silva; Daniel da Silva Schriter
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.592/2018-1
Interessados: Dellano Dias de Paula; Denise Pimenta de Oliveira; Denisléia Ferreira de Sousa; Deusdete do Carmo Soares; Diego Guedes Barreto; Diego Igor Cotrim Borges; Diego Nascimento de Souza; Diego Silva de Sousa; Diogo Magnabosco de Almeida Gomes; Dirceu Coutinho Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.598/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiano Seeberger Vicentini; Fabrício Carlos Araujo da Silva; Felipe Borges Albuquerque; Felipe Cláudio Ribeiro da Silva; Felipe Edson Pereira Tamanqueira; Felipe Evangelista dos Santos; Felipe Henrique Ferreira; Felipe Lachlan Saraiva Silverwood Cope; Fernanda de Angeli Castanheiro Lopes; Fernando Alecsandro dos Santos Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.608/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joalysson Campos Costa; Joana D'arc da Silva Farias; Joana Tassiana de Carvalho Santos; João Carlos Wohlgemuth; João Guilherme Leal Mendonça; João Lucas de Moraes Arcanjo; João Paulo Araujo dos Santos; João Paulo Biage Teixeira; João Paulo Carvalho da Silva; João Marcos Alves Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.611/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Mendes de Melo Junior; José Pereira Aguiar Neto; José Reis dos Santos Ferreira; José Renato da Silva Barros; José Ricardo Monteiro de Figueiredo; José Rodolfo Pessoa Neto; José Sergio Trindade Silva; Joseilma Luciana Neves Siqueira; José Rogério Teles de Brito; José Valdy Campelo Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.613/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jusmar Pires Cavalcante Júnior; Júnio José Souza de Oliveira; Kamila Sardenberg; Kamylla Alves de Souza; Karen Luiza Silva de Sousa; Karina Karolina Alves dos Reis; Karine Grazielle de Sousa Costa; Karla Isabelle de Holanda de Bastos Fernandes de Lima; Karla Marisa Fernandes Barbosa; Karoline Marques Pires
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.618/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Liziane Feckner Buldain Obes; Lizie Camara Moita de Andrade; Lorena Freitas Dias de Oliveira; Lorena Silva Bicalho Rodrigues; Lorena Vilani Ferreira; Lourencia José de Alvarenga; Luan Philipe Moreira Nunes; Luan Ribeiro Costa; Luana Fernandes Monteiro; Luana Lopes Bandeira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.625/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Maria Mirtes Gomes Costa; Mariana Campelo Bernardo; Mariana Gomes Carvalho; Mariana Kern da Rosa; Mariana Nascimento de Medeiros; Mariana Rodarte do Amaral; Mariana Velozo Macêdo Santiago; Marianna de Souza Soares; Marina Dourado Lustosa Cunha; Marina Jurado Vicente
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.629/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natalia Fernandes de Lima; Natalia Martins de Toledo; Nathalia Guedes da Silva; Nayra Costa Martins; Newton da Silva Miranda Junior; Nhaiara de Jesus Araujo Nascimento; Nicollas Stefan Soares da Costa; Olavo da Silva Oliveira; Orlânia Dometília Melo da Cunha; Otaviano Dourado Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

013.655/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Ferrufino Guzman; Erasmo Peixoto de Lacerda; Fabiano Quadros Ruckert; Manoel Câmara Rasslan; Marina Trevizan Guerra; Nádia Stella Viegas dos Reis; Renato Rodrigues Pereira; Shirley Vilhalva; Silvelena Cosmo Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

013.661/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafaella Santiago Sousa; Renato Mendes dos Santos; Richarlândia Ribeiro de Sousa Lima; Roberto Alves de Sousa Luz; Stella Noronha Campos Mendes; Vera Lúcia dos Santos Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

013.664/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Tatiana Silva de Alencar
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Representação legal: não há

013.668/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adymila Salim Moreira de Rezende; Fábio da Costa Carbogim; Leonardo Vinícius Macedo Pereira; Lidiane Maria Ferraz Rosa; Tatiana Medeiros de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

013.671/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Oliveira dos Santos Schwartzhaupt Gomes; Adriana Rodrigues Tonato; Adriana Souza Ribeiro; Adriane Valéria Simonetti; Alana Verza Signorini; Alexandra Machado Schander; Alexandre Rodrigues da Silva; Alexandre da Silva Capaverde; Alexsandro Ferraz Escoletti; Alice Kindler Hofstteter
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

013.675/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cely Rocha Gonçalves dos Santos; Cesar Augusto Alves de Medeiros; Charlise Pinz Savino; Cláudia Letícia Bertoletti; Cláudia Rosane Ferreira Martins; Cristiano de Souza Padilha; Daiana da Silva Lúcio; Daiane Alexsandra Smaniotto Rodrigues; Daiane Barbosa Gonçalves Piazera; Dair Regina Veiga de Fraga Vargas
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

013.681/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: George Cristian Marques Fernandes; Gisele Battistelli; Gisele Gomes Peres; Gislaine Cordeiro Ferreira Alves; Gissele Cleia Lezan; Grace Rosa Silveira da Silva; Graciane Jacinta Schmitt; Graciela Feier Froes; Graziela Knebel; Graziela Vieira Scartazzini
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

013.685/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kelly Dayane Stochero Velozo; Leo Francisco Siqueira de Moraes; Leoni Isolete Fernandes; Lia Elisângela Machado da Costa; Liana Nunes de Wallau; Liana de Menezes Bolzan; Lídia Einsfeld; Liege Lessa Godoy; Lisane Madalena Kobs; Liziane Oliveira Ludwig
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

013.691/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Milene Dal Pass Medeiros; Milton Humberto Schanes dos Santos; Mirella Coelho Gonçalves Meirelles; Mirena Boklis; Miriane Melo Silveira Moretti; Natália Freitas Sieben; Nathalia Susin; Nilton Francisco Natel Leite; Núbia Teresinha Ruduit; Pablo Ferreira Carpes
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

013.804/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Martins Constantino Cypriano; Ana Paula Oliveira Costa Flores; Gustavo Henrique Araujo Forde; Júlia Rocha Pinto; Juliana Sabino Simonato; Ludmila de Matos Lacerda; Monique Simões Cordeiro; Paula Adriana de Lima Parteli Neves; Raissa Emanoelle Beje Feliciano
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

013.883/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberval Silva Bett; Rodrigo Trentini Preuss; Saimon Miranda Fagundes; Saimon Vendrame; Wallace Cavalcante Ferrão
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

013.939/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marina Meira de Oliveira; Mário Alexandre Dantas Barbosa; Marta Patricia Peixoto Duarte de Deco; Melanie Pereira Macedo; Michel Rosadas dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

013.941/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Natalia Sobral Capasso Silveira; Nathalia Carina dos Santos Silva; Nathalia Lopez Trocado; Neide Sampaio Siqueira; Patricia Cristina Cardoso Generoso
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

013.948/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rogerio Barroso Lopes; Ronaldo Fernandes Ayres Junior; Sheyla Maria de Pinho Godoy; Silvia Barros da Silva Freire; Simone da Silva Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

014.002/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Carmem Jena Machado Caetano; Carolina Becker Bueno de Abreu; Carolina Pereira Barcellos; Carolina de Resende Damas Cardoso; Caroline de Oliveira Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.008/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane Faiad de Moura; Cristiane Gomes Barreto; Cristina Acciarri; Cristina Antonioevna Dunaeva; Cristina Helena Almeida de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.009/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristina Maria Zackseski; Cristine Miron Stefani; Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira; Cynthia Nojimoto; Danglei de Castro Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.015/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deborah Oliveira Martins dos Reis; Denise Barros de Azevedo; Denise Conceição Ferraz de Camargo; Denise Osório Severo; Denise de Lima Costa Furlanetto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.019/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Felipe Felten; Eduardo Lemgruber do Valle; Eduardo Luiz Dias Cavalcanti; Eduardo Lustosa Belga; Eduardo Magalhães da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.027/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiana Serra de Arruda; Fabiane Elias Pagy; Fabiano Hartmann Peixoto; Fabiano José Ferreira de Sant Ana; Fábio Cordeiro de Lisboa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.032/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Jaqueline Lopes; Fernanda Leticia Frates Cauduro; Fernanda Natasha Bravo Cruz; Fernanda Paulini; Fidel Armando Canas Chavez
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.036/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriela Garcia Batista Lima Moraes; Gabriela Santos Fabrício; George Luiz Medeiros Teodoro; Geraldo Eustaquio Moreira; Gervasio Fernando Alves Rios
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.038/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Giovana Paula Rezende Simino; Girlene Ribeiro de Jesus; Gisele Alves Medeiros; Gisele Pires de Oliveira; Giselle Chalub Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.044/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hugo Costa Paes; Igor Guevara Loyola de Souza; Inez Lopes Matos Carneiro de Farias; Iracema de Almeida Lecourt; Ireuda da Costa Mourão
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.050/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João José da Silva Junior; João Marcos Bezerra do O; João Luiz Quaglioti Durigan; João Nunes de Matos Neto; João Paulo Cunha de Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.054/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Joaquin Linares Leon; José Luis Teruel Carretero; Josely Bogo Machado Soncella; Josenaide Engracia dos Santos; José Feliciano Brango Vanegas
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.058/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jungpyo Lee; Juscelino Eudamidas Bezerra; Jusélio Mattos do Amaral; Katia Crestine Pocas; Keila Cristianne Trindade da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.064/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ligia Pavan Baptista; Liliana Vicente Melo de Lucas Rezende; Liliane Alves Fernandes; Liliane Campos Machado; Liliane Maria Macedo Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.069/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luis Alejandro Perez Pena; Luis Alexandre Muehlmann; Luis Carlos Ribeiro dos Santos; Luis Gustavo Ferreira Viegas; Luis Henrique de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.072/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiza Yoko Taneguti; Luma de Lira Nogueira; Lurdineide de Araujo Barbosa Borges; Magali Costa Guimarães; Maico Viegas Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: não há

014.141/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vinicio Oliveira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

014.993/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Alforge Segurança Patrimonial Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambuco
Representação legal: Nathalia Pissurno de Souza (OAB/PE 35.845) e outros, representando Alforge Segurança Patrimonial Ltda

015.029/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Agaserv Comércio e Assistência Técnica Ltda. ME
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: Tiago Sandi (OAB/SC 35917) e outros, representando Agaserv Comercio e Assistência Técnica Ltda.-ME

Ministro BENJAMIN ZYMLER

009.851/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT
Responsável: José Carlos Junqueira de Araújo
Representação legal: não há

013.497/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jair Galvao Freire Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Turismo
Representação legal: não há

014.257/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria do Rosario Cavalcanti Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

014.290/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Márcio de Almeida Lana
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

005.607/2013-2
Natureza: Monitoramento (em Pensão Civil)
Interessada: Elma de Deus Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

009.680/2001-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)
Recorrente: Luciana Valéria Pinheiro Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Cultural Palmares
Representação legal: não há

011.585/2003-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2002
Responsável: Paulo Edson Pereira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo de Investimento da Amazônia
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

001.263/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Agostinho de Almeida Lima; Anna Maria Machado Barata; Antonio Sabino Correia; Arnaldo Cavalcante Cerqueira; Conceicao de Maria Baldez Gomes; Domingos Mendes Almeida; Eduardo Galdino; Eliete Monteiro Lima; Fernando Edinaldo Santana; Francisco Castro de Salles
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

001.392/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Arminda Calheiros Silva; Lindalva de Castro Gusmão; Maria Auxiliadora Ferreira Marinho; Maria das Graças da Silva; Pabllo Augusto Castro Costa; Regina Almeida Martins Guimarães; Rosangela Mendonça Castro; Sthephany Larissa Castro Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

001.986/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Edson Guimarães Farias e Maria Elizabeth Paulo da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

002.043/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ana Maria da Silva Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

004.143/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luis Carlos Blau; Paulo Ricardo Menegassi Goncalves; Peter Thomas Medeiros Luz; Rodrigo Feijo Floor; Roger Leffa dos Santos; Roni Anderson da Silva; Thomas Gunther Luckemeyer; Tiago Henrique Ernzen; Tiaraju Alves Nahra; Vanessa do Nascimento Rossetto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A
Representação legal: não há

008.475/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Josué Pereira Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A
Representação legal: não há

010.524/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Getúlio Homobono Paes de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

012.117/2018-8
Natureza: Representação
Representante : Prefeitura Municipal de Tiradentes/MG
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

013.537/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luiz Ramos Gurgel; Andre Roberto Tivon Mak; Andrei Vinnicius Macedo da Silva; Andressa Tereza Evelim Borges; Antonia Odete Vieira Viana; Antonio Carlos Araujo; Antonio Solano de Almeida Junior; Artur Lima da Silva Filho; Augusto Feriani de Santana; Bianca Costa Vieira Rego
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

013.548/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Filipe Lima de Oliveira; Fillipe Souza de Jesus; Gabriel Henrique Silva Pereira; Gabriel Hiago Lins das Neves; Gabriela Tadeu de Oliveira Pereira; Graciele Duarte Salazart; Guilherme Cardoso Borges; Heitor Carvalho Sergio; Henry Kissinger Santana Martins; Herbert da Silva Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

013.738/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alini Bunn; Beethoven Bertoldo Andrade; Lana Elisa Matos Gomes Barbosa; Sheila Magalhaes da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

014.285/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Isabel de Avila
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Representação legal: não há

014.297/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dulcimar Queiroz dos Santos; Margarida Maria Cruz Fernandes; Maria Regina Smith Neves; Marinice Parente da Costa Sousa; Orlando da Silva Souto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

014.518/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edir Marques Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

014.579/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Marilda Braga de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

014.672/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Angélica Benedita Wenceslau
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

018.568/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: André Vieira Neves da Silva; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda - ME; Eurides Farias Matos; Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo; IEC Instituto Educar e Crescer; Luiz Henrique Peixoto de Almeida
Representação legal: não há

019.421/2013-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Athayde de Souza Filho; Gilio Lorencini Netto
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: Kayo Alves Ribeiro (OAB/ES 11.026) e outros

019.538/2014-6
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública
Responsáveis: Clovis Felix Curado Junior; Lara Menezes Bezerra Sampaio; Mychelle Celeste Rabelo de Sa; Márcia Pelegrini; Orlando Magalhaes da Cunha; Paulo Machado; Rodrigo Oliveira de Faria; Toscanini Batista; Valeria Grilanda Rodrigues Paiva
Representação legal: não há

019.542/2014-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Pesca
Responsáveis: Flávio Bezerra da Silva; Henrique Gonçalves de Almeida; Mutsuo Asano Filho
Representação legal: não há

020.718/2015-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: José Lourenço Bomfim Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Miranda do Norte/MA
Representação legal: Fernando Antônio da Silva Ferreira (OAB/MA 5.148)

025.879/2017-0
Natureza: Representação
Representantes: Hugo Lopes Pereira, João Alberto Alves da Costa Filho e Paulo Nunes Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Tocantins
Representação legal: não há

029.026/2007-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Cristina Maria de Lima Goes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

003.191/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro/SE; Coordenação Regional da Funasa em Sergipe
Responsáveis: José do Prado Franco Sobrinho, ex-Prefeito; Adelson Antônio Costa Rios, engenheiro contratado pela Prefeitura Municipal; José Luciano Barbosa Júnior, ex-Secretário Municipal Adjunto de Obras; Julio Cezar Silveira Prado, consultor do Unicef a serviço da Funasa
Representação legal: não há

010.523/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Augusto de Castro Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

013.850/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Igor Vieira Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Representação legal: não há

014.678/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Teodora Barbosa Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

002.688/2012-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Roraima
Responsável: Francisco Flamarion Portela
Representação legal: Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB/RR 208-A), representando Francisco Flamarion Portela

004.249/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Rondônia
Representação legal: não há

009.833/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Luzia Gila de Oliveira; Therezinha de Jesus Kropf de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

010.532/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Osnir Marquete
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

012.133/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Município de Monte Santo/BA
Interessado: Município de Monte Santo/BA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Monte Santo/BA
Representação legal: não há

013.326/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Jose Gonçalves Bento; Phelippe Alves Cizilio; Rafael Barbosa Chagas; Sergio de Souza Leite Filho; Ulisses Teles Terzis
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há

013.438/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adail Santiago Bandeira; Adauto Moises Cardoso Carneiro; Adriana Maria Burgo de Mendonça; Alessandro Rossa; Alexandre Borges Blois; Alexsandro Fausto de Araujo; Amanda de Araujo Lopes; Ana Luisa Rodrigues Loyo Borba; Ana Paula Mangieri Gomes de Almeida; Anna Cecilia da Silva Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

013.439/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Felipe de Oliveira Macêdo; Bruna Lins Bezerra; Bruno Ramos Alves da Silva; Caio Cesar Silva Lopes; Carlaine Batista de Carvalho; Cassia Regina Albuquerque da Cunha; Cintia Matoso de Oliveira; Claudia Vitoria Custodio Dantas; Claudio Everaldo Ferreira de Lima; Clebson Batista da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

013.446/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tulio Valério Agustinho da Silva; Valmir Furlanetto Ferreira; Vicente de Paula Feitosa Gomes; Vitor Ferreira Ribeiro; Yasmine de França Costa; Yuri Ida Benevides
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

013.760/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Basto Aquim; Ana Luiza Arraes de Alencar Assis; Daniele Cardoso; Isadora Carvalho de Oliveira; Katia Cristina de Medeiros Pereira; Paulo Roberto Raiz; Thamyres Guimarães Souza; Tito Nunes de Castro; Érica Fernanda de Souza Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

013.862/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daianny Monique de Souza Rocha; Dandera Priscila Freitas Farias; Daniel Pereira Alves; Defherson Santos Dias; Edieny Sibelle da Costa Ribeiro; Edilene Kessy de Jesus Silva; Edson Medardo de Souza; Elton de Araujo Carneiro; Emanuel de Almeida Faria Filho; Fernanda de Sousa Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto)
Representação legal: não há

013.863/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Almeida Costa; Gisele Batista da Silva; Gleice Gomes Costa; Gleyce Amarante Araújo; Hermilene Santos Silva; Hilaires Lima Maciel; Iverton Pimentel Bernardes; José Ancelmo de Gois; José Roberto Ribeiro; Laucieny Santana de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto)
Representação legal: não há

013.866/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Villi Fritz Seilert; Wladia Raquel de Lima e Souza; Yldenara Silva Bonfim; Yuri Wanick Loureiro de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto)
Representação legal: não há

014.187/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Roberto de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há

014.302/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Denise Carvalho Viviani
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

014.391/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldo Aviani Neto; Daniela Barboza Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há

014.508/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Sandro da Paixão; Andrielli Coutinho de Morais; Barbara Patricia Maia Barbosa; Carolina Cerqueira Barbosa; Flavia Mattos Drummond Aliveira; Franciane Rocha Gemaque; Guilherme Brisot; Gustavo Ganzaroli Mahe; Heloise Vieira Rego; Igor Oliveira Ribeiro; Jhone Gringo Oliveira; Joaquim da Anunciação Pinto de Cerqueira; José Ribamar Ferreira Parente; Lilian Santos Barreto; Marcia Soares Brandão; Marcos Mendes de Arruda; Marcos Vinicius dos Santos Lira; Murilo Sérgio Gomes da Silva; Márcio Soares Santana; Édio Antônio Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto)
Representação legal: não há

014.536/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Demostenes Dantas Passos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Representação legal: não há

014.570/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Demetrio Moraes Brazao
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
Representação legal: não há

014.574/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sydnei Antonio de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

014.712/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: João Arnaud Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

014.912/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Município de Monte Santo/BA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Monte Santo/BA
Representação legal: não há

014.924/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Município de Muritiba/BA
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Muritiba/BA
Representação legal: não há

017.801/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Rondônia (Sesau/RO)
Representação legal: não há

027.191/2017-6
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Responsáveis: Antonio Carlos Buzatto; Helton Yomura; Robson Campos Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

027.619/2014-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada : Maria Diralva da Silva Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre
Representação legal: não há

046.574/2012-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2011
Responsáveis: Aridney Loyelo Barcellos; Edson Gaspar; Fernando Ferrazza Nardes; Júlio Ferraz Arcoverde; Maria Cristina Alcantara Andrade; Maria Emília da Cruz Dias Ribeiro; Milton Walter Frantz; Orlando Moreira da Silva; Roberto Craveiro Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Trânsito
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro BENJAMIN ZYMLER

031.839/2016-9
Tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidades na execução de convênio cujo objeto foi a aquisição de medicamentos de uso ambulatorial e hospitalar para unidades de saúde municipais.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/PR
Responsáveis: Paulo Jobel Bezerra de Araújo; Medix Brasil Produtos Hospitalares e Odontológicos Ltda. - ME
Interessado: Ministério da Saúde
Representação legal: Ronald Rogério Lopes Smarzaro (OAB/SP 29.463) representando Paulo Jobel Bezerra de Araújo

Interessado em sustentação oral:
- Ronald Rogério Lopes Smarzaro (OAB/SP 29.463) representando PAULO JOBEL BEZERRA DE ARAÚJO

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

025.088/2016-5
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidade na execução financeira do Convênio 1333/2009.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Barra da Estiva - BA
Responsável: Ana Lucia Aguiar Viana
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Romeu Ramos Júnior (OAB/BA 48.522)
Revisor: Ministro Walton Alencar Rodrigues (16/2018)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

004.648/2015-3
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à conta do Programa Dinheiro Direto Na Escola/PDDE.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lagoa Grande do Maranhão - MA
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsável: Osman Fonseca dos Santos
Representação legal: não há

007.392/2014-1
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total de despesas quanto aos recursos repassados por convenio para a realização do Projeto Festival de Musical Popular Brasileira de Santa Maria/DF
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: Carla de Sousa Carvalho; Instituto Cultura em Movimento do Brasil- ICMB
Representação legal: não há

009.055/2012-6
Embargos de declaração em Tomada de contas especial.
Embargan te: Victor Grabois
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: André Andrade Viz (OAB/RJ 57.863), representando Victor Grabois, Jocélio Correa Pereira (OAB/RJ 13.744)

009.539/2016-6
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por convênio cujo objeto era a realização do evento XXVII Exposição e VII Feira Agropecuária de Santa Maria do Suaçuí.
Órgão/Entidade/Unidade: Associação dos Criadores do Vale do Suaçuí/MG
Interessado: Ministério do Turismo
Responsáveis: Associação dos Criadores do Vale do Suaçuí; Mafran Temponi Lima; Prime Produções Culturais Ltda. - ME
Representação legal: Marcus Vinícius de Paula Oliveira (OAB/MG 79.805)

010.673/2016-4
Tomada de contas especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas de termo de compromisso tendo por objeto a "Execução da ação de Sistema de Esgotamento Sanitário - MSD".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Altamira do Maranhão/MA
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsável: Arnaldo Gomes de Sousa
Representação legal: não há

013.046/2016-0
Tomada de contas especial instaurada em razão da execução parcial do termo de compromisso cujo objeto era a execução de melhorias sanitárias domiciliares.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ervália/MG
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Edson Said Rezende; Município de Ervália/MG
Representação legal: não há

013.652/2016-8
Tomada de contas especial instaurada em razão da inexecução parcial de convênio cujo objeto era a construção de melhorias sanitárias domiciliares.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Olinda do Maranhão/MA
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Delmar Barros da Silveira Sobrinho; Serv Obras - Serviços de Obras e Construções Civil Ltda.-ME
Representação legal: não há

022.361/2010-3
Pedido de reexame interposto contra decisão que julgou aposentadoria ilegal.
Recorrente: Maria de Fátima Gatto Tosin
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Inss - CAXIAS do SUL/RS - INSS/MPS
Representação legal: Silvio Eduardo Fontana Boff (49.807/OAB-RS)

023.639/2009-2
Embargos de Declaração em Pedido de Reexame em Aposentadoria.
Embarga nte: Márcio Bastos Gomide
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.354/2015-9
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou as contas do recorrente irregulares e condenou-lhe ao pagamento do débito e de multa, em razão da não conclusão do objeto de contrato de repasse, consistente na construção de Centro de Eventos Agropecuários, Agroindústrias, Cultura e Lazer no Município de Inhambupe/BA.
Recorrente: Euberto Luiz de Almeida Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Inhambupe/BA
Representação legal: Vagner Bispo da Cunha (OAB/BA 16.378)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

003.171/2015-9
Recurso de reconsideração interposto pela Associação Sergipana de Blocos de Trio e pelo sr. Lourival Mendes de Oliveira Neto contra decisão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os solidariamente em débito e aplicou-lhes multa.
Recorrentes: Associação Sergipana de Blocos de Trio; Lourival Mendes de Oliveira Neto
Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio; Daniel Mendes Guedes; Lourival Mendes de Oliveira Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio
Representação legal: não há

006.863/2013-2
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em razão de irregularidades na aquisição de mobiliário para as coordenações regionais da Fundação Nacional de Saúde.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho; Marelli Móveis para Escritório S.A.; Eurides Pereira Tavares; Odilon José de Almeida; Complemento Planejamento e Decorações Ltda.
Representação legal: Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114) e Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Francisco de Assis Campos Neto (OAB/DF 6.657), Gustavo Henrique Caputo Bastos (OAB/DF 7.383), Francisco Queiroz Caputo Neto (OAB/DF 11.707), Fernanda Peres Toscano Dantas (OAB/DF 12.527) e outros

019.376/2015-4
Recurso de reconsideração. Tomada de Contas Especial.
Convênio. Ministério do Turismo. Prefeitura Municipal de Umbaúba (SE). Apoio a eventos musicais.
Recorrente: Jose Silveira Guimaraes
Responsável: Jose Silveira Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Umbaúba/SE
Representação legal: Fabiano Freire Feitosa (OAB/SE nº 3.173), representando o Sr. Jose Silveira Guimaraes

021.369/2016-0
Tomada de contas especial instaurada em vista da omissão no dever de prestar contas de recursos captados por força da Lei 8685/1993 para a produção de obra cinematográfica brasileira longa metragem.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Cinema
Responsáveis: Diler & Associados Ltda; Dilermando Torres Homem Trindade; Geraldo Silva; Lilia Alli Freitas
Representação legal: Luiz Gomes Gouveia, representando Diler & Associados Ltda
Dilermando Torres Homem Trindade, representando Lilia Alli Freitas

Ministro VITAL DO RÊGO

005.970/2011-3
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas do recorrente em razão de irregularidades em convênio firmado para ampliação de barragem em sítio localizado no município de Areia de Baraúnas/PB.
Recorrente: Saulo José de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Areia de Baraúnas/PB
Representação legal: Rodrigo Oliveira dos Santos Lima (OAB/PB 10.478)

010.886/2015-0
Recurso de reconsideração interposto por ex-secretária de saúde de Magé/RJ contra deliberação que julgou irregulares suas contas especiais, condenou-a em débito e aplicou-lhe multa, em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos do SUS.
Recorrente: Stela Mary da Silva Vidal
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Magé/RJ
Representação legal: Marcelo Fernandes Bispo (OAB/RJ 119.042) e José Fernando Tavares da Cunha (OAB/RJ 185.714)

014.616/2016-5
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho, em desfavor de ex-prefeito municipal de Lages/SC, em razão da impugnação total de despesas realizadas com recursos federais repassados por meio de adesão do município ao Projovem Trabalhador.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lages - SC
Responsáveis: Agência de Desenvolvimento Regional - ADRVale e Renato Nunes de Oliveira
Representação legal: não há

022.066/2013-6
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas da recorrente e condenou-a em débito, em virtude de irregularidades na execução de despesas com recursos do SUS.
Recorrente: Patrícia de Farias Ferreira Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pitimbu - PB
Representação legal: José Augusto Meirelles Neto (OAB/PB 9.427)

025.102/2014-1
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o ao pagamento de débito e multa, em razão de irregularidades na prestação de contas de convênio que tinha por objeto prestar apoio financeiro na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos - Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF).
Recorrente: Gilson Guimarães Barrozo
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santana de São Francisco/SE
Representação legal: não há

025.144/2015-4
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução financeira de convênio para a realização do Projeto intitulado Segundo Festival Cultural de Serrinha dos Pintos - RN.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Serrinha dos Pintos - RN
Responsável: Francisco das Chagas de Freitas
Representação legal: não há

033.695/2015-6
Recurso de reconsideração interposto por entidade e seu presidente contra decisão que julgou irregulares as contas especiais e condenou-os em débito, em virtude de irregularidades na aplicação de recursos transferidos pelo Ministério do Turismo.
Recorrentes: Associação Sergipana de Blocos de Trio e Lourival Mendes de Oliveira Neto
Representação Legal: não há

034.672/2014-1
Pedidos de reexame interpostos contra decisão que julgou procedente representação acerca de irregularidades ocorridas no Conselho Federal de Medicina Veterinária e aplicou multa aos responsáveis.
Recorrentes: Benedito Fortes de Arruda; Hellen Falcão de Carvalho; Márcia Cristina Leite Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV
Representação legal: Luciano Borges dos Santos (OAB/PR 62.905); Roberto Liporace Nunes da Silva (OAB/DF 43.665) e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

016.866/2015-0
Tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em razão da impugnação total das despesas realizadas com recursos transferidos diretamente à Prefeitura Municipal de Planaltino/BA à Conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Pnate, no exercício de 2008, objetivando custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, para garantir o acesso à educação.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Planaltino/BA
Responsável: Maria Cleuza Santos de Assis
Representação legal: não há

019.157/2016-9
Tomada de contas especial instaurada em razão da execução parcial do objeto por meio de Convênio, cujo objeto previa a construção de 120 melhorias sanitárias domiciliares naquela municipalidade.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itamaraju/BA
Responsáveis: Aluyr Tassizo Carletto; Luzagua Projetos e Construções Ltda.
Interessado: Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: Andrea Cristina Ribeiro Carvalho Rodrigues (OAB/BA 14616) e outros, representando Luzagua Projetos e Construções Ltda. e Aluyr Tassizo Carletto

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

022.489/2017-7
Registro de ato de concessão de pensão civil.
Interessado: Rozaura Dias Palma
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul (SFA/RS)
Representação legal: não há

024.641/2016-2
Tomada de Contas Especial instaurada em face da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos públicos transferidos fundo a fundo, à conta de Programas de Proteção Social Básica e Especial.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Japaratuba/SE
Responsável: Lara Adriana Veiga Barreto Ferreira
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Representação legal: Rafael Resende de Andrade (OAB/SE 5.201), representando Lara Adriana Veiga Barreto Ferreira

034.796/2017-7
Registro de ato de admissão.
Interessada: Mariana Fidelis Guardiola
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
Representação legal: não há

Em 24 de maio de 2018
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 1ª Câmara

EXTRATO DE PAUTA(ORDINÁRIA)
Sessão de 29/05/2018, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro AUGUSTO NARDES

001.374/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Dilermando Valdez Santos; Filomena Maria Janico da Silva; Ivan Alves de Abreu; Joao David de Souza Neto; Joao Goncalves de Menezes; Lizete Maria Fernandes da Rocha Pitta; Odete Chayb
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

001.980/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Antonio Ferreira de Meireles; Maria Angelita de Almeida Motta
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

002.072/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Batista dos Anjos; Valdevy Martins Bento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: não há

002.099/2015-2
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Recorrentes: João Luiz dos Santos Moreira; Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux
Responsáveis: Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; João Luiz dos Santos Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Turismo
Representação legal: Maria do Perpetuo Socorro Lobato de Farias e outros, representando Instituto Brasileiro de Turismo; Francisca Regina Magalhaes Cavalcante, representando Flavio Schegerin Ribeiro; Flavio Schegerin Ribeiro (OAB/DF 21451) e outros, representando João Luiz dos Santos Moreira

002.423/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Responsáveis: Jose Divino Dias Correia; Ludimila Nunes Moreira Barbosa; Marcos Esner Musafir; Samuel Braga Bonilha
Interessado: Secretaria Estadual de Saúde - TO
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Tocantins
Representação legal: não há

002.463/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Responsável: Samuel Braga Bonilha
Interessado: Secretaria Estadual de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Tocantins
Representação legal: não há

003.084/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angela Adriana da Rocha Dias; Carlos Alexandre Padilha Ribeiro; Catia Souza; Emerson Hartmann Muller; Jaires Alves Maciel; Jessica Deise de Barros Ramos Lopes; Juliana Angelina Batista Pulga; Lucimar Machado Netto; Paulete Santos da Silva; Pedro Moacir Romeiro Ehlers
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

003.090/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kenia Elizabeth da Luz Oliveira; Luana Correa Goncalves; Luciana da Conceicao Gomes; Luciane Rosa Vieira Prusch; Marcelo de Jesus Lazzarin; Marisete da Silva Prestes; Miriam Trarbach Capella; Paloma Pereira Morais; Rayssa Vieira Goncalves; Ronaldo Simon Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

003.261/2015-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Claudia Gomes de Melo; Instituto Caminho das Artes; Isaias Alves Alexandre; Premium Avança Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de Goiás
Representação legal: Huilder Magno de Souza (18444/OAB-DF) e outros, representando Claudia Gomes de Melo e Premium Avança Brasil; Emilia Nunes de Lima, representando Isaias Alves Alexandre

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

003.475/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Isabel Goncalves Neri; Maria Jesus de Oliveira Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

008.745/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marco Aurelio Dutra da Silva; Marco Aurelio Fernandes; Marco Aurelio Ferreira Alves; Marco Aurelio Samaruga de Sa Freire; Marco Aurelio Silverio de Almeida; Marco Aurelio Vasconcelos Pereira; Marco Aurelio de Oliveira Simoes; Marco Henrique Gomes de Araujo; Marco Jose Rodrigues Pereira; Marcos Alberto dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

009.808/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nils Gunnar Skare; Sergio Luiz Athayde; Teresinha Beatriz Gomes de Azeredo; Zaqueu Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Representação legal: não há

009.811/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Antonio de Andrade; Yacy Pessoa Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

010.557/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Vitoriano Antunes Barbosa; Zelia de Oliveira Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

012.914/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aristoteles Moura Tavares Junior; Bruno Emanuel Figueiredo Barbosa; Bruno Jose Sena Souza; Caio Silva Duarte; Camila Braga Oliveira; Camila Santana Pereira; Carlos Vinicius Viana de Souza; Cinthia Silveira Queiroga; Claudia Viviane Lins Ribeiro; Daniel Lins de Albuquerque e Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Representação legal: não há

012.917/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriela Locatelli; Galba Lopes de Oliveira; Gean Ewerton Soares da Silva; Geizy Alves dos Santos Cruz; Getulio Lira de Farias; Gilsinele Silva Sousa; Glemison Honorato da Silva; Graciella Alves dos Santos; Guilherme Maia Gadelha; Hector Galdino Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Representação legal: não há

012.918/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Heloina de Sousa Falcao; Hilton Pessoa de Freitas Neto; Inaldo Brito Nunes; Isabella Santos; Ivison Renato Vasconcelos Silva; Izabella Lira de Carvalho; Jamile de Morais Nascimento; Janaina Castro Pereira; Joao Maria Alves da Cruz Junior; Jorge Antonio Araujo Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Representação legal: não há

012.920/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Tranquilino de Melo; Luiz Carlos do Nascimento; Luiz Felipe Lins Dantas; Marcela Amaral de Melo; Marcelo Goes Liberal Filho; Marcia Rodrigues Viana Schippers; Marcileide de Holanda Santos; Marcio Vaz de Oliveira; Marcos Leonardo da Silva Pinto Moreira; Marcos Luiz de Oliveira Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Representação legal: não há

012.924/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Elias Salomao Jaegger; Raphael Vale Mendes; Renata Mendonca de Menezes Lyra; Renato Cesar Vieira de Sousa; Ricardo Galindo Paes de Lira; Ricardo Nunes Ribeiro; Rodrigo Nunes de Melo; Rodrigo de Lima Ferreira; Rossana Maria Carvalho Braga; Sabrina Andrade de Alcantara
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Representação legal: não há

012.928/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessad a s: Flavia Maria Almeida; Livia Passos Xavier
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
Representação legal: não há

013.844/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Victor Pentiado Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

014.230/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Bernardo dos Santos Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

014.544/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Elita Ribeiro Coelho de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Representação legal: não há

014.547/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sebastião Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

014.576/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Antonieta Alves de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

014.603/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Francisca Gualberto da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

014.604/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Eliete Paz Rebouças
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

014.609/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gilberto Carlos Hofling; Gilberto Elias Wady
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

014.631/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria das Dores da Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenadoria Estadual do Dnocs em Pernambuco
Representação legal: não há

014.636/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Raymunda Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

014.650/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Iraci Madalena de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Dnocs - João Pessoa/PB - MI
Representação legal: não há

014.701/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Catrina Joana de Oliviera
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

014.706/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Fernando Luiz Meira Calado
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

024.364/2013-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Max Gomes de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Representação legal: não há

025.315/2010-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Delminda Alves Gesta; Francisca das Chagas de Souza; Luiza Francisca Helany Ferreira Souza; Margarida Souza de Castro; Regina Maria Alves Gesta
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

025.322/2010-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria de Lourdes Costa Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

035.286/2017-2
Natureza: Representação
Representante: 4ª Vara do Trabalho - Justiça do Trabalho - 4ª Região
Interessados: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS; Valdete Souto Severo
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

010.535/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cid Queiroz Fontes
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

012.767/2018-2
Natureza: Representação
Representante: CTA Engenharia Ambiental Ltda. - EPP.
Órgão/Entidade/Unidade: Refinaria Duque de Caxias - Petrobras
Representação legal: Rafael Zimmermann Santana (OAB/RJ 154.238) e outros, representando Refinaria Duque de Caxias - Petrobras - MME; Fábio Nogueira Fernandes (OAB/RJ 109.339) e outros, representando Cta - Engenharia Ambiental Ltda - EPP

013.462/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriela Martins Moreira; Gerson Ferreira da Silva; Leandro da Silva Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME
Representação legal: não há

013.642/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bayeux/PB
Responsáveis: Sara Maria Francisca Medeiros Cabral; Severino Ramos Guedes
Representação legal: Frederico Rodrigues Viana de Lima e outros, representando Severino Ramos Guedes; Rodrigo de Sá Queiroga (OAB/DF 16.625) e outros, representando Prefeitura Municipal de Bayeux/PB

013.742/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Marques da Vinha; Victor Grilo Silva de Oliveira; Vitor Hartmann Viegas; Ygor Fernandes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: não há

013.748/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Antonio Fernandes; Adriano Carneiro Guimaraes; Ana Paula Chaves Azevedo de Aquino; Anderson Moreira Marinho; Andre Lucio Neves; Andre Luiz Borges de Rezende; Antonio de Almeida Castro; Atila de Medeiros Palmeira; Augusto Cesar Coelho Felix; Bruno Alberto Amorim Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica
Representação legal: não há

013.753/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Humberto Borges da Silva; Jose Antonio Fabbrini Marsiglio; Laura Andrade Silva Soares; Leandro Pinto Bispo; Leonardo de Paiva Rodrigues; Marcos Venicius Leite Vasconcelos; Marcus Vinicius de Leles Frazao; Marina Rocha Parente Marques; Maximo Luiz Pompermayer; Pedro Henrique Davi Pires Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Energia Elétrica
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

013.756/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ananias Gomes Rodrigues; Andrea Cristina dos S Silva; Francisco Maciel Soares; Marcio Rangel Costa Sousa; Pedro de Sousa Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Energética do Piauí
Representação legal: não há

015.078/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Aguiar/PB
Representação legal: não há

034.434/2016-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsável: José Alves da Silva
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.706/2014-0
Natureza: Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)
Embargante: Luís Alfredo Amin Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Viseu/PA
Representação legal: Leandro Athayde Fernandes (20.855/OAB-PA) e outros, representando Luís Alfredo Amin Fernandes

001.951/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Pedro Pessoa da Silva; Yara Melo Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

007.906/2016-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Olho D'água Grande/AL
Responsável: Antônio Lima de Araujo
Representação legal: não há

010.699/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antônio Pereira de Brito; Ednand Lima Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há

011.368/2012-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antônio Antão Negreiros; Antônio Antão Negreiros; Bruna Aurélio Gomes; Bruno de Abreu Maciel; Bruno de Abreu Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

013.424/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Iuri Sousa da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

013.465/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Greison Ferreira de Sousa; Luis Rafael do Nascimento Martins Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Representação legal: não há

013.762/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Auciomar Carlos Teixeira de Cerqueira; Cecilia de Souza Costa; Celso Marcelo Vasconcelos dos Santos; Claudinei Nogueira; Edenilson Tondo da Silva; Edgard Fernandes Santos Junior; Halley Alves Paiva; Jonatas Luiz da Costa; Julio Cezar Costa dos Santos; Luciano Junior das Mercês Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: não há

013.772/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cassio Scates Dias; Haryson Alexandre de Souza Rocha; Marcelo de Sousa Elói
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Representação legal: não há

013.776/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo de Oliveira Rodrigues; Mario Rosa de Oliveira Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há

013.781/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andreia Leal Rodrigues; Fernando Lopes Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

013.785/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carla Fernanda Rocha de Araujo; Carla Félix Lino Figueredo; Ellen Cardoso Teixeira Pinto; Julia Castiglioni da Costa; Julyana Lantyer Esquivel Lavigne; Leandro do Prado Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

013.791/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alean Pereira Silva; Amanda Ribeiro de Mendonça; Arthur Williams Falcão Trento; Claudio Ferreira da Silva; Eduardo Henrique de Lima Braga Junior; Eduardo dos Santos Matoso; Evangelista Brito da Silva Junior; Fábio Cardoso Magalhães; George Souza Farias; Gustavo Lima Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há

013.796/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Murielle Morais Rodrigues; Neuseli Rodrigues de Oliveira; William Lima Glins
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

013.853/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Sandro Pontes da Silva; Alexandre Victor Bento; Luceimar Souza Schroder Rosa; Maria José Matos de Souza; Sebastião Marcelo Almeida da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Representação legal: não há

014.235/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Rita Magalhães de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia
Representação legal: não há

014.241/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Alberto Arantes Scheidt
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

014.581/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Roberto Iannini D'arêde
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Representação legal: não há

014.584/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geracina Pires; Jorge Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Representação legal: não há

014.588/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wanderley de Oliveira Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

014.590/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Carlos Lopes Ponte
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
Representação legal: não há

014.645/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Raimunda Furtado de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Piauí
Representação legal: não há

014.679/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Carneiro Palhano
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Representação legal: não há

014.685/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada : Vilma Vera Figueiredo de Camargo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

030.475/2010-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Chil Korper Zunsztern
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Curitiba/PR - INSS/MPS
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

000.569/2014-3
Natureza: Embargos de Declaração (Representação)
Embargantes : Analeda Neves Sampaio; Ana Hérica Oliveira Rangel da Luz; Francisco das Chagas dos Santos e Josam Freire da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jardim/CE
Representação legal: Marcos Antonio Sampaio de Sousa (OAB/CE 16017) e outros, representando Analeda Neves Sampaio, Josam Freire da Rocha, Francisco das Chagas dos Santos e Ana Hérica Oliveira Rangel da Luz

001.387/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Raimundo Nonato Magalhaes de Assunção; Raul Cleber da Silva Choeri; Roberto Cebrian Toscano; Silvana Crispim Loureiro; Telma Maria Marques Malheiros; Tereza Beatriz da Rosa Miguel; Vera Lucia Silva Alves e Walmir Guedes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

002.797/2018-6
Natureza: Representação
Representante: JMK Serviços
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

008.500/2008-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Barbara Rayssa Penha; Bruna Lizziê Vale Penha; Bruna Lizziê Vale Penha; Greyce Yolanda Penha; Jackeline Barbosa Silva; Marcela Maria Arruda Santos; Marta Zilá Barbosa Silva e Sarah Zilá Barbosa Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: Daisson Silva Portanova (OAB/MA 9.057A) e outros, representando Bruna Lizziê Vale Penha

010.895/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio/Coordenadoria Regional do Sul da Bahia
Representação legal: não há

013.328/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra da Silveira Paines Varerea; Artur Vicente Pfeifer Coelho; Christian Hubert; Daniel Barcelos; Eduardo Augusto Zenzen; Fabricio Mattos; Fernando da Rocha Paixão Cortes; Filipe Costa Beber Vieira e Guilherme Mauch de Freitas; Ismael Trindade Fraga
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
Representação legal: não há

013.554/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Henrique da Silva; Carlos Hiroshi Horoiwa; Carolina Delgado de Carvalho; Carolina Ribeiro Santana; Caroline Willrich; Carolyne Martins Perez; Cassio Vinicius de Sousa Pimentel; Celso Adriano Veras Rodrigues; Clarissa Noronha Melo Tavares e Clarisse do Carmo Jabur
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

013.556/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas Vieira Ferreira; Edelson Nunes de Menezes; Edinaldimar Barbosa da Silva; Elayne Rodrigues Maciel; Elena Guimaraes; Eliezo Pinheiro Silva; Elton Fernandes Alzao; Eumar Vasques da Silva; Fabio Isaque Siena e Fabio da Silva Tomaz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

013.558/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Geraldo de Almeida Dias; Gilberto Bueno; Guilherme Gnipper Trevisan; Gustavo Gomes Sanches Nunes dos Santos; Gustavo Vieira Peixoto Cruz; Haroldo Niemeyer Resende; Helivando Bessa de Sousa; Hemanuella Cristina Coxinski; Hugo Rafael de Souza Manso Simoes e Inaye Uliana Perez
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

013.562/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciano Marcio Gazzani; Luciene Montessi Marcio; Luis Filipe Trois Bueno e Silva; Luiz Carlos dos Santos; Luiz Flavio Nunes Couto; Luiz Rayone Costa de Almeida; Maira Cristina Noronha Prazeres; Manoel Batista do Prado Junior; Marcos Henrique Moura dos Santos e Maria Eloisa Batista Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

013.567/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vanessa Gedro da Silva; Vinicius Barcellos de Medeiros; Vitor Roger Nogueira David; Viviane Matias de Andrade da Silva; Wanessa de Meneses Sousa; Wdson Fernandes Gomes; William Alexandre Iafuri Costa; Wilton Reis Silva Fahning e Wwyncla Paz de Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Representação legal: não há

013.768/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Rosa Lopes Cavalcante; Daniel Luis Angelo Perezino; Guilherme Rocha da Silva e Ivan Botovchenco Sobestiansky
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

013.860/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Frederico Jorge Magalhaes Pereira de Lira; Gabriel de Souza Carvalho; Helder da Luz Brasil; Henrique Beux Nassif Azem; Luanda Alves de Souza; Natalia Aguiar Parente e Patricia Correa Garcia Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

013.951/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Araujo Sousa e Wenia de Oliveira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

014.179/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Célia Regina Maciel de Souza Sena
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Roraima
Representação legal: não há

014.429/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Jean da Silva Klauck e Eduardo Abreu Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

014.506/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Ivan de Sousa e Heraclito Frederico Crisnamurth de Jesus Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

014.573/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Mauricio Martins Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Tecnologia
Representação legal: não há

014.628/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Roque Gonzalez
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

014.742/2018-7
Natureza: Representação
Representante: Alzenir de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

019.093/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tanguá/RJ
Responsáveis: Município de Tanguá/RJ e Carlos Roberto Pereira
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

019.549/2014-8
Natureza: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial)
Embarga nte: Márcia Helena Kenner
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Representação legal: Jose Mauricio de Lima (OAB/DF 26.613) e outros

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.903/2017-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Maria da Boa Vista/PE
Responsável: Rogério Júnior Mendonça Gomes
Representação legal: não há

001.438/1993-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da 12ª Região Militar - MD/CE
Responsáveis: Alfredo Jorge Bonessi; Alfredo Trezza; Antônio Carlos Gomes; Antônio José da Silva Souza; Antônio José de Rezende Montenegro; Carlos Alberto da Cruz Azambuja; Cherson Galvao; Confiança Mudanças e Transportes Ltda.; Framtur - França Amazonas Turismo Ltda.; Francisco Carlos Arretche; Giusepe Lopes dos Santos; Izidoro Ferreira do Carmo; Jose Carlos Cunha; José Dirceu Lacerda; João Batista Costa; Lator Carvalho Sales; Luiz Alves da Silva; Manoel Carmelino de Lima Spátola; Moisés Freitas Onetti; Neuro Luiz Odorizzi; Ramiro Alves Marques; Ruy Pereira da Costa; Transnorte Turismo Ltda.; Transportadora F. Souto Ltda.; Tufic Salim Aboaxe Neto; Viana Turismo Ltda.; Walter Duarte Silverio; Zigomar do Carmo Malheiros
Representação legal: Carlos Alberto Torrens (OAB/CE 6.214) e Joyce Leite Torrens (OAB/CE 9839) (peça 46, p. 29); Francisco de Souza Lopes (OAB/DF 19.304) e Miyeko Chayamite (OAB/DF 24.326) (peça 116, p. 7); Alfredo Antonio Goulart Sade (OAB/AM 1.405 e OAB/DF 1.483- A) e Oldeney Bagnero Farias de Carvalho (OAB/DF 260) (peça 45, p. 6); e Airton Brasil Fagundes (OAB/SC 10.483); Paula Maluf Teixeira (OAB/SC 13.175); Catiúscia Hoesker (OAB/SC 6.326) e outros

001.480/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Aaron de Lima Albrecht; Filipe de Lima Albrecht; Irma da Costa Ricciardi; Jandyra Cordeiro Spadoni; Joao de Lima Labrecht; Jussara Maria Fernandes Marchant; Lena Maris Noronha Fernandez; Maira Carpes Perdomo; Maria Bourscheid Vargas; Maria de Fatima Gonzales Schenini; Maria de Lourdes Ribas Yatimo; Raimunda Costa Marchant; Zelia Nunes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

007.214/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Silva Domingues; Alan das Gracas Barros; Alexander Freitas Santos; Amanda Barbosa Torres; Felipe Almeida da Silva; Jailton Melo Costa; Jorlina da Rocha Silva; Priscilla Giro Barreto; Roberta de Araujo Lima; Vera Lucia Pinho Pimentel
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.218/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Gustavo Caridade Floriano da Silva; Davi Paula Torres de Souza; Fillipi dos Santos Antunes; Patrick Goncalves da Costa; Rodrigo Garrot Pacheco
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.219/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Silva Santos; Carlos Santos Moreira Junior; Gabriel Barbieri Martimiano; Giovanni Roppa Arantes; Henrique Mendes Paiva Soares; Leandro Roberto Gasparetto; Leandro de Souza Miranda; Luiz Tarick da Silva Jacob; Mayk Nascimento de Almeida; Reinaldo Rocha Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.223/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Ferreira dos Reis Freire; Erick Luis Chagas dos Santos; Filipe Tadeu Fonseca; Henrique Araujo; Hugo Gomes; Iago Augusto Muffato Souza; Jackson Pires de Sousa; Rayan Dias da Silva; Renan Donato Barboza; Robson de Souza Rezende Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.225/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Salomão Arantes Barcelos; Sergio Caique Netto Colamarco; Silas de Souza Dutra; Vinicius Ferreira Campos; Vinicius Navas de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.229/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Victor Ferreira Lima; Danillo Luiz Alves da Silva; Danilo Santos Policarpo Silva; Diogo Alexandre Soares Fabricio; Douglas Freire Sena; Edgar Filipe Fernandes de Maria; Elielton Rodrigo Galvao da Costa; Estevao Silva Bezerra; Eugenio Felipe da Silva; Felipe Silva Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.231/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Icaro Santos Miguez; Igor Rocha Magalhaes; Jadson de Assis Pereira; Jhonathas Jhony de Albuquerque Silva; Jhorda Rodrigues da Silva; Joao Marcos da Silva Duarte; Joao Victor de Abreu Queiroz; Joao Victor de Souza Fagundes; Joao Vitor Fonseca Dantas; Jonas Freire de Alcântara Marques de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.232/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Armando de Arruda Pereira; Jose Gomes da Silva Filho; Jose Renato Alexandre Jesus de Sant Anna; Jose Willyan de Sousa Morais; Kayo Augusto Mendes de Souza Mariano; Kleyson de Souza Silva; Lucas Bezerra de Melo; Lucas Duarte da Cunha Barbosa; Luis Alberto Souza de Jesus Junior; Luis Felipe Braga da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.239/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Wisniewski Czekalski; Alvaro Gonze; Ana Caroline Almeida das Chagas; Ana Gabriela Faria Silva; Andre Cavalcante Vaz; Andressa Almeida Leandro; Andressa Juliane da Silva Rosa; Beatriz Scassa dos Santos; Bianca Cristiane Flores; Bianca da Silva Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.242/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daiane Oliveira Batista; Daniel Jorge Tavares de Sa; Davi Pereira da Rosa; Dayane do Amaral Mota; Dayvid Veronildo Santana Nascimento; Deivy Lucas Silva Arnaud Andrade; Diego Fagundes de Lima; Diego da Conceição Vieira; Diogo Emannuel da Silva Ribeiro; Eliabe Eumenes da Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.246/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joyce da Silva Gomes; Juan Victor dos Santos Lira Alves; Julia Barros de Oliveira; Julia de Castro Mattos; Juliana Cristina Araujo de Macedo; Kalleber Fernando da Silva; Kelvin Cardoso Santiago dos Santos; Lais Assis da Conceição Damasio; Larissa da Silva Pires Licassali; Leticia Florindo Baptista de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.247/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lilian Ferreira Leal; Lorena Pereira da Silva; Lucas Avila Lopes; Lucas Campos Amaral; Lucas Pablo de Lima Nogueira; Lucas da Costa Goncalves; Luciana dos Santos Alves; Luis Henrique Silva da Costa; Luiz Airton Lima Moraes; Maiara Raider Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.251/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Pedro; Hugo Ricardo Soares Rosa; Larissa Rodrigues Riani; Licia Oliveira Resende; Liliane Belchior de Melo; Livia Lima de Moraes; Luana Lorena Moreira; Luciana Mendes Ferreira da Silva; Luis Felipe Gorgulho Borges; Marcela Inoue Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.258/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Lazzari Royes; Arthur Rafael Feliciano Mendes; Esdras Vilhagra Faria; Gabriel Mendes Coelho; Henrique Augusto Durão da Silveira; Mateus Freitas Cardeal de Araujo; Pedro Felipe Ricardo de Moura; Perceu Flores da Rosa; Robert Douglas Nunes Fernandes da Silva; Vitor Espinola Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.259/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Bordin; Henrique Lira Sotolani; Joao Felipe Hermantino Rodrigues Silva; Joao Guilherme Kurt Nass; Joao Marcos Mendes da Silva; Leonardo Nunes Bremm; Leonardo Silva de Araujo; Matheus Moco da Silva Maia; Misael Lopes da Silva de Souza; Vinicius Ferreira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.261/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Baiao Castilho; Iran Pinheiro Louzano; Joao Victor Maciel Severo; Lucas Erico Rosa Sudario Silva; Lucas Melantonio; Lucas Neves Fortes de Oliveira; Marcos Felipe da Silva Maia; Patrick David Florencio de Faria; Rafael Rinaldi Ramos; Vitor Domingos Sousa Barbalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.263/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio do Nascimento Macedo; Daniel Soares Barboza; Danilo Braga de Barros; Estevao Merlin Pinheiro; Jayme Rocha; Joao Francisco de Oliveira Nunes; Kaio Mamprim Borges; Rafael de Souza Pascoal da Silva; Vinicius Araujo dos Santos; Yuji Fujita Hiramatsu
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.267/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Reis da Silva; Christen Alexander Nascimento; Daniel Henrique de Jesus Placido; Gabriel Monteiro Sepulvida Orrico; Gabriel Pedro Brandao; Joao Vitor Daenecke Schaffer; Luiz Eduardo Martins Spotti; Marcio Aurelio Nascimento da Silva; Matheus Fallcon Schiaffino da Trindade; Matheus Henrique Plutarco Rodrigues Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.269/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abner Ricardo Guedes Polonia; Alvaro Luiz Zampronio Candido; Daniel de Assis dos Santos Silva; Davi Esteves da Silva Wingler; Gabriel Luiz Gaieski Borella; Gustavo Dias Kristoschek; Lucas Belchior de Queiroz; Lucas Carvalho de Oliveira Garcia; Lucas Gil Martinez; Wagner Scarpini Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.271/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Augusto Marques Azevedo; Guilherme Santos Matias; Lucas Francelino de Oliveira Tavares; Matheus de Lima Penteado; Renan Moreira Bellomo; Rogerio Andrade Meireles; Thiago Costa Brustolin; Valdemiro Oliveira de Lima Junior; Vitor Chemim Viezzer; Yuri Henrique Chaves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.272/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Vinicius da Silva; Daniel Antunes da Silva Valentim; Guilherme Henrique Gonzato Weidlich; Guilherme Policarpo Milani; Joao Victor Machado Soares de Souza; Joel Jose da Silva Junior; Patric Belinaso Millani; Paulo Henrique Bonvicine Filho; Victor Kenji Tomaz Yamane; William Zalamena Schmitt
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.279/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcus Renan Moraes Dias e Silva; Marley Carvalho Bittencourt; Marllon Brendo do Carmo Moreira; Marllon Vargas da Silva; Marlon Sands da Costa; Martin Pessanha Pereira; Mateus Cordeiro Pinho de Oliveira; Mateus Nepomuceno Antoniol da Silva; Matheus Felipe de Matos Gamonal; Mayki Willian de Lima Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.281/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ramon Neves de Farias Pequeno; Robson de Aquino Carvalho da Silva; Tayro Luan da Rocha Celestino; Thiago Daniel Saes da Silva Ferreira Amaral; Tiago Henrique de Paiva; Victor Chaves de Oliveira Caixeta; Victor Hugo Marques Pinto Ferreira; Vinicius Diniz Serra Ferreira; Vinicius Pires Giarola; Vinicius do Amazonas Vasconcelos Reynoso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.287/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juan Ricardo de Souza Serrano; Leonardo Cabeda dos Santos; Leonardo de Carvalho Couto Jorge; Lucas Gomes Rodrigues; Oscar Jose Anastacio Sant Anna; Rafael Felipe Rosa; Renan de Azevedo Ferreira; Tales Moura de Luna; Wallace Jorge Delgado Innocencio; Welerson de Jesus Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.288/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Asafe Hamilton de Oliveira; Felippe Rosa Ferreira Marques; Guilherme Aparecido Santos da Silva; Guilherme Barbosa de Matos Silva; Victor Marcello da Costa Silva; Victor de Souza Pereira Mesquita; Vinicius Caio Marques Sanchez; Williams Nascimento Dowsley Junior; Willian Jonatha Henrique de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.294/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre de Oliveira Britos; Felipe Souza de Brito; Lucas de Souza Leal; Luis Henrique Pereira Henriques; Murillo Aquino Pedroso; Rafael Cavallin da Rocha; Renato Silva da Costa; Renglawe Aloy Pires; Thales Fritz Severo; Vitor Matheus Sangic Souto Belletti
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.304/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson de Alcantara Correia; Aristobulo Gouveia de Amorim Junior; Bruno Banar Alves; Caique Portugal Ramos da Conceição; Clairton Farago Neto; Felipe Barbosa Cardoso; Lucas Felipe Figueiredo Barcellos; Patrik Bastos Novaes; Ruan da Silva Oliveira; Weverton Bianchini Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.314/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luis Fernandes Silva Junior; Cleinan Alves Silva; Danilo Arcoverde Pithon Lacerda; Felipe Jesus Romão Barreto; Gabriel Quirino Ramos Baena Nascimento; Guilherme Augusto Alves de Aguiar; Leonan Vinicius de Oliveira Souza Carvalho; Lucas da Silva Sebastiao; Maycon Douglas da Assunção; Rafael Brito Ferreira Matos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.318/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexy dos Santos Silva; Estevan Lucas de Oliveira Reis; Everton Balbinot Lamberti; Felipe de Freitas Miranda; Filipe da Silva Fernandez; Lucca Torres Rodrigues de Sousa; Marcos Jean Carvalho de Oliveira; Pedro Henrique Della Garza Oiticica Moreira; Petreson Henry Atella Plombon; Rafael Aragao Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.326/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno da Silva Rodrigues; Caio Fernando de Almeida; Diogo Villela da Silva Pinto; Douglas da Silva Mendes; Emanuel Junior Ferreira Pereira; Henrique Cavalcante de Lima; Leonardo Rosa de Souza; Luan Souza do Carmo; Michael Borges Bezerra; Wellington Coutinho Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.330/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Robert de Araujo dos Santos; Guilherme Santos Luiz; Jaber Abdallah de Sant Anna Jaber; Jorge Lucas Praxedes Leal; Jorge Rocha Junior; Lucas Ribeiro de Souza Bezerra; Matheus de Almeida Santos; Ricardo Luiz Souza Conceição Filho; Sandro Silva de Lima; Sidney de Araujo David
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.334/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Souza Viana; Denilson Gomes Miranda Junior; Jose Claube Pereira Menezes; Julio Jaco Sirotheau de Melo; Kelven Whendrey Carvalho da Cruz; Matheus Felipe Dias da Cruz; Maycon Mateus Costa Teixeira; Pedro Henrique Lopes Damasceno; Ruan Claudio Moura Cardoso; Washington Monteiro Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.339/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Chaves de Souza Neto; Almilenes Sabino da Silva; Danilo Guimaraes Sanches; Ercilio Neto Mendes Martins; Gilvan Nascimento Pereira; Hian da Silva Gomes; Jonathan Sousa Silva Junior; Kayo Roberto Xavier de Lima; Marcelo Rodrigues Campos Filho; Rafael de Souza Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.415/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Ricarte Fernandes; Tiago Ferreira Caetano; Veronilton dos Anjos da Silva; Victor Germano Teixeira; Vinicius Soares de Lima; Vitor Yuri da Silva Garcia; Wallace de Moraes Campos; Wladimir Lorran Leal Martins; Ygor Viana Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.454/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Castro Silva; Bruno Henrique dos Santos Lanza; Diego Carneiro Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.471/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Antonio Afonso Ribeiro Almeida; Carlos Antonio da Silva Junior; Carlos Eduardo Oliveira da Silva; Iuriann Nunes Lisboa; Jefferson Costa Caterino; Lohan Matheus Nunes de Souza; Lucas Lucius Miranda Nascimento da Silva; Lucas Sant Anna Oliveira; Marcelo Henrique Lima da Silva; Thiago Sabino Serrano
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.476/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Couto Matos; Caio Cesar Ribeiro Gabry; Evandro Pereira da Silva Junior; Joao Gabriel Silva Euriques; Lucas Ramos Amorim; Marco Antonio Santiago Maroja Jales; Marcos Paulo Gomes de Carvalho; Matheus Araujo da Silva; Ricardo Coutinho de Moura Filho; Vinicius Barbosa Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.482/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessander Neves Barros de Souza; Everton Batista do Nascimento; Heglyson Caetano de Oliveira; Joao Lucas Varela Camara; Lucas Cataldi; Marllon Araujo da Rocha; Osmar Xavier Rodrigues da Silva; Pablo Gadelha dos Santos; Vinicius de Lima; Washington Purcino Domingos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

007.489/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dallison Martins de Souza Santos; Edgar Marinho Marvila; Iury dos Santos Silva; Leonardo Feital Vellasco; Leonardo Fontes da Silva Santana; Lucas da Silva Rocha; Mario Luiz Silva do Nascimento; Thiago da Silva Silverio; Yuri Manfredo Almeida da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.490/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Admilson da Silva de Sousa; Andre Rego da Silva Nascimento; Breno da Silva Fouraux; Davi Victor Marques Peixoto; Gabriel Silva de Morais; Miguel Angelo de Santana Portella; Misael da Paixão Mendes; Paulo Henrique Silva Ferreira; Pedro Henrique Barbosa Cabral; Wallace Mendel da Silva Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.496/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abner Rangel Cruz; Alan Samico do Nascimento; Daniel Bezerra Nunes; Eduardo Conte Gaspar de Carvalho; Eric de Lucas Baptista Nogueira; Gabriel Teixeira de Andrade e Silva; Nicholas Vieira Rodrigues; Paulo Roberto de Macedo Junior; Pedro Gomes Matos; Reidner da Silva Rivelo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.502/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brendon Barcelos Paulino de Macedo; Claudio Reis de Almeida; Gabriel Figueiredo de Lemos; Gabriel de Souza Barcellos; Joao Victor Lotti Lima; Leonardo Queiroz da Silva dos Santos; Lorran Lucas Pereira da Silva Butta; Lucas Campos da Silva; Pedro Lucas da Silva Pina; Ronaldo Martiniano da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.509/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriel Moreira da Costa; Agata Rebeca Alves Cordeiro; Joao Lucas Gomes Paoli; Joao Pedro de Souza Fernandes; Joao Pedro de Souza Vieira; Joao Victor Gomes da Silva; Joao Victor Moreira Burity; Joice Barbosa de Sousa Cordeiro; Jonatan Leonardo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.516/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Coutinho Domingos; Daniel Pompeu Martins; Daniele dos Santos Frazao; Danielle Pimenta da Silva; Deborah Simone Alvim; Filipe Castelo Marcal; Gabriel Avelino Anselme; Gabriel Candido dos Santos Lima; Gabriel Cerqueira de Oliveira; Gabriel de Carvalho Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.520/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erick Soares de Avellar; Ester Camilo da Fonseca; Lucas Lima Costa; Lucas Machado de Sales; Lucas Moreira de Souza Garcia; Nayara Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.523/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Felipe Santos de Lima; Diego Almeida Macedo; Duanne Moraes de Souza; Felipe Lopes Alves; Lucas Jordao Teixeira; Natan Almeida Correa; Valdir Ribeiro Gomes Neto; Valtecio de Sousa Pereira; Warley Soares do Nascimento; Wellington Felix dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.528/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Moreira da Silva; Hassan Ribeiro da Silva; Kaio Cesar Braga Capelari; Kleiton Vera da Silva; Marlon Sobral dos Santos; Matheus Hilario dos Santos Pereira; Paulo Cesar dos Reis Magalhaes; Roberto Santana Junior; Rony Chaves Costa; Victor Hugo Nascimento Forca
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.534/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Rogerio Bastos; Gabriel Pereira Moacyr; Jhonata Reis Branco de Oliveira; Junior Roque Cabral; Matheus Luiz Goncalves Marques; Mozzer Livio Freitas Ferreira; Rodrigo Gabriel de Araujo; Ruan Cardoso da Costa; Samuel Felipe Bessa; Victor Matheus da Silva Grijo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.542/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Santos Krieger; Joao Antonio Passos da Silva; Joao Vitor Ramalho Heringer; Lucas Ribeiro Almeida Santos; Lucas Silva de Sousa; Lucas de Souza Silva Seabra; Thiago Rodrigues de Aguiar; Vinicius Marcelino Bessa Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.551/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Andrei Veloso Lima; Cassio Farias dos Santos Filho; Enderson de Jesus Quadros; Gabriel de Oliveira Meireles; Gustavo Lima Borges; Igor Bezerra Campos; Jonatas Santos do Nascimento; Jucimar Freitas Lima; Lucas Borges da Silva; Vagner Sabino Meira da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.556/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arivaldo Rodrigues da Silva Junior; Bruno Ranieri Ferreira da Silva; Edanderson Alyson Barbosa Machado; Edson Goncalves da Silva Neto; Marcus Vinicius Santos da Silva; Obede Lima Ferreira; Ronivaldo Igor Sampaio Araujo; Ruan Ritielle Luz Medeiros; Uendel Quenede Ferreira França; Vitor Mateus Santos Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.561/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Henrique de Almeida Aca; Arthur Luis da Silva; Brendon de Lira Oliveira; Bruno Francisco de Sousa Melo; Bruno Luiz da Cruz Neto; Bruno Pereira Marques de Freitas; Bruno Silva dos Santos; Caio Goncalves Gomes; Caio Henrique Souza dos Santos; Caio Henrique da Silva Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.570/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariana Nunes de Assis; Mariane Castro Silva; Mateus Guedes de Oliveira; Mateus Tonisso; Matheus Abreu Dias; Matheus Augusto da Silva; Matheus Cavalcanti Farias; Matheus Crispim Santos; Matheus Henrique Moreira de Souza; Matheus Lira Oliveira Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.624/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eliezer Nunes da Costa Lira; Felipe Clayton Ferreira dos Santos; Felipe Couto Bahia; Flavio Jeferson Martins Ladeira; Gabriel Richard Rodrigues Farias; Guilherme da Silva Costa; Leonardo Teixeira Silveira; Lucas Ferreira Clarindo Vaz; Murilo Oliveira de Souza; Wellington Diniz de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.631/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Karine Dutra; Karoline da Silva Andrade; Keila Daiane da Silva; Kevin Lobo Negreiros dos Santos; Laryssa Alves Torraca; Laura da Cruz Vieira; Lethicia Lopes de Lima; Marcelly de Almeida da Silva; Marcelo Marques Amorim Junior; Maria Claudia da Conceição da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.635/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raquel Antunes Mello da Silva; Raquel Pereira Liger Agenor; Sarah Tavares Costa; Sergio Augusto de Castro Neto; Tainara da Silva Domingues Feijo; Thaiane Araujo Gomes; Victor Leles da Silva; Victor Moises Pacheco Duarte Carneiro; Vinicius Costa de Andrade; Vinicius Duarte Gomes de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.636/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Talita Ribeiro Teixeira; Tamires Machado da Silva; Tassia Alessandra Santos de Lima; Thais de Camargo Duarte; Thamiris Moreira Santos da Silva; Thatianne Melynne Marins Cabral; Vinicius Freire de Melo; Vitor de Moura Lavina; Viviane Bezerra de Sousa; Yasmin Soares Tinoco
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.641/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Alves de Oliveira; Amynadabe Leite da Rocha; David Iarlly Dutra de Sousa; Dieykon Marcos Cunha de Almeida; Kaio Wanderson dos Santos Barros; Kleilialersson dos Santos Bezerra; Lucas Jonatan de Almeida Silva; Paulo Ricardo de Araujo Gomes; Raphael Sousa Carvalho; Victor Lucas Honorio Godeque da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.643/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amauri Rodrigues de Souza; Eduardo Leandro Pinheiro; Eduardo Victor da Silva; Evai Correia Gama; Fernando Silva Sagica; Jhonas Yuri Valencio de Alencar; Marcos Aurelio Alves Portão; Pierre Alexandre de Oliveira; Vinicios Silva dos Santos; Yan Fumio de Lima Horita
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.644/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amerildo Vieira da Silva; Carlos Henrique Sousa Santana; Ethevaldo de Melo Barbosa Neto; Jose Castilho Junior; Leonidas Pinto da Cruz; Liverton Correa Rego; Lucas Diego da Silva Pinheiro; Paulo Vinicius Lopes Sousa Silva; Ronnan Osvaldo Helms Demuner; Vitor Araujo Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.647/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Nunes Peixoto Freire; Joao Luis Ferreira Ribeiro; Marcus Victor Morais Pereira; Micael de Sa Gonçalves da Silva; Miqueias Gabriel Ferreira Belem; Pedro Henrique Marinho de Sousa; Ricardo Erick Lustosa Fidelis; Ricardo Matheus Moreno; Ueslei Jesus Silva; Wender Rodrigues da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.649/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abraão Felix de Souza; Joao Pedro Peres Caixeta; Luis Maia Nogueira Neto; Udson da Costa Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.653/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Justino Santiago; Isaias Calebe Santos Goncalves; Jefferson Alonso de Almeida; Jose Carlos Pereira Gregorio; Lhuan Ghabriell Silva Ribeiro; Marcio Andre Souza Grillo; Rafael Henrique Baena da Silva; Wellington Luiz Ramos de Castro; Yan Lopes Moreno Ribeiro; Yuri dos Santos Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.660/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Julia de Moura Silva; Camile da Costa Ramos; Caroline Barbosa da Silva do Vale; Dayanna Jullia Santos de Farias; Emanuelle Cavalcante da Silva Rodrigues; Jessica Rodrigues da Silva; Murilo Hiroyuki Matsura; Raiany Rodrigues Siqueira; Rebecca Victoria de Freitas Batista Fraga da Silva; Roberta Barboza de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.661/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alefe dos Santos Moraes; Alexandre Pereira da Conceição; Alexandre Silveira de Azevedo; Bruno Dias da Silva; Diego Silva Leite; Jonathan Henrique Santos de Oliveira; Lucas Souza Alves; Matheus da Luz Araujo; Renan Aurelio Domingos Miguel; Wallace Nascimento Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

007.664/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Prado da Graça Silva; Danillo Richard Souza Silva; Jonatas Jose Bueno da Silva; Leandro Pinto Marinho; Lucas Cavalcante Lannes; Lucas Vieira Maria Braga; Marcelo Vitor Silva Prado; Matheus Araujo Alvares; Matheus Joao Mota Amaral; Nathalia Ramiro de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.666/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Henrique Sanches Santos; Samuel Carpenter de Sa; Vitor Esposito Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.669/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Renan Araujo dos Santos Fernandes; Ewerton Campos da Silveira; Felipe da Silva Ramos; Gustavo de Jesus Gama Bastos; Lucas Martins dos Santos; Marcos Danilo de Assis Rodrigues; Matheus Brum dos Santos; Patrick de Matos Gomes; Sergio Vinicius Oliveira da Silva; Vinicius Belmiro de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.670/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Gecy Pereira Loschi; Beatriz Borges Bergamo Esteves Rodrigues; Beatriz Ferreira de Souza; Bianca Brandao da Cunha Martins; Bianca Cristina Marques Gindre Laubert; Bianca Silva Laborne e Valle; Bruna Rocha da Silva; Bruno Leal Barbosa; Camila Braga Soares Pinto; Camila Nascimento Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.672/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Charles dos Santos Cardoso Neves; Denison Santana de Oliveira; Frederico Yuji Oliveira Kimura; Hudson Damiao da Silva Rangel; Joao Vitor Cardoso de Melo; Luiz Felipe Seixas da Silva Cunha; Matheus Antunes da Silva; Matheus Costa Ferreira; Matheus de Souza Faria; Wallace Teixeira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.675/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danielli Lucia Augusto; Denise Marini Pereira; Eduardo Amorim Costa; Eduardo Henrique Dutra; Elaine Cristina Nunes Dias; Elaine Piovesan de Almeida Bezerra; Eliane de Souza Luciano Borges; Elvia Matos Camarinha de Almeida; Erica Rocha Braga da Silva; Erika da Silva Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.678/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Rodrigues da Silva; Carlos Alberto de Souza Junior; Douglas Melo da Silva; Felippe Moreira de Souza; Hiago da Silva Reis; Lucas de Andrade Pereira; Luiz Carlos Pereira de Souza; Regens Welton Carvalho dos Santos; Thiago Oliveira de Castro; Wellerson Luiz Teixeira Palhas de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.679/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Heide Roviene Santana dos Santos; Helenice Maria de Seixas Araujo; Janaina Patury de Almeida Oliveira Pereira; Jose Miranda Ribeiro Junior; Jose Tarcizio Camara Junior; Juliana Gois Bueno; Juliana Oliveira da Silva; Juliana Sereno Paz Moreira Fontes; Karen Antunes de Araujo Petrucci; Katia Fernandes Assis Sigiliao
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.684/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariana Ferreira Peixoto dos Santos; Mariana Goncalves Pereira de Almeida; Marilia Guterres Ferreira; Michele Farias Machado; Michelle Sanches Haydt; Miriam Brinati Peixoto Baumotte; Monike Gomes de Castro; Monique Cristina Carvalho Matos; Monique Fernandes de Oliveira; Monique Votto Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.685/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Vitor Marins Leite; Edson Silva Filho; Francisco Antonio da Silva Filho; Gabriel Freitas de Oliveira; Lucas do Carmo Fernandes; Rian Mauricio Tavares Mota; Ronivaldo Melo dos Santos; Wesley Rodrigues Cardoso; Weslley Henrique Veloso das Chagas; Weverton Caetano de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.688/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raquel Daud do Nascimento; Raquel Guimaraes Muniz; Raquel Serejo Posada; Renata Bricio Vianna; Renata Linhares Ferreira; Renato Sartorio Ramos; Renato de Oliveira Massaferri; Ricardo Vela de Britto Pereira; Rita de Cassia Moreira do Nascimento; Rogerio Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.689/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Barroso Antunes; Carlos Henrique dos Santos Silva Junior; Edgar Augusto Moreira Martins; Marco Antonio Ignacio da Silva; Neemias Charles Franco; Rafael Nunes Broad; Thayrone Menezes da Costa Matos; Thiago Santiago da Fonseca; Victor Silva de Moraes; Ygor dos Santos Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.693/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alecsander dos Santos Seixas; Henrique Keano Ferreira Silva; Joao Pedro Alves Ferreira de Souza; Julio Cesar Silva da Luz; Matheus da Silva de Queiroz Rios; Sebastiao Luiz Pereira Correa Junior; Thalmus Batista Ramos; Victor Hugo Costa de Oliveira; Wellington Souza dos Santos; Wilker Guido Pontes Rocha Lobo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.694/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Carlos Silveira Pinto; Anderson Pereira Santos; Antonio Carlos Proence Pereira Lopes; Bianca Rafaela Correia; Felipe Bueno de Andrade; Leandro Luiz Mikaloski Penedo; Livia Pinto Camara de Andrade; Rogerio Eduardo Werneck Junior; Tatiana Paula Cruz de Siqueira; Tiago Xavier da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.698/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Hermano Lucas Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.699/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Sergio Favacho Filho; Caio Fabio de Oliveira Silva; Deymison Moreira Barbosa; Jean Lucas Machado Correa; Jhonatan Vieira de Souza; Lucas Ramos de Oliveira; Paulo Victor da Silva Borges; Plinio Henrique de Abreu Coutinho; Robert de Oliveira Victorino; Wesley Cleiton Pereira de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.704/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Augusto Lima Bitencourt; Claudio Victor de Santana Moreira; Denilson de Freitas Manhaes; Denis de Souza Manjana; Douglas Silva de Oliveira; Lucas Lisboa Silva de Franca; Marcello Henrique Pereira Veiga Filho; Matheus de Sousa Martins; Mattheus de Melo Souza; Nelson Pereira Monteiro de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.709/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nilton Pedro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.759/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Augusto Costa dos Santos; Dyllon Alves Barbosa; Eduardo Gabriel Cerqueira Mota; Gabriel Espinoso Baltar; Jardel Justo Ferreira Junior; Lincoln Abrahao Faccinetto de Avila; Luan Carvalho da Silva; Luis Felippe Barbosa de Moura; Nicolas Cunha Vicente; Yuri Martins dos Santos e Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.760/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Jose de Sousa Bezerra; Deric Costa de Oliveira; Henrique Fontes Gomes; Isaac Fernandes Sales; Leandro Leonel dos Santos de Sousa; Livio de Sousa Alves; Lucas Alves de Azevedo; Marcos Vinicius Monteiro Ferreira; Mateus Loureiro Lira Bruno; Victor Marques Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.762/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diovanni Galli Santos; Gabriel Cristiano Viana; Igor Berto da Silva; Iury de Souza Pandino; Kelyson Oliveira da Silva; Lucas Gomes de Araujo; Lucas da Conceição Moreira; Pedro Henrique dos Santos de Almeida; Vytor Alves Barros; Wagner Gottgtroy Magalhaes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.763/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: David Michael Pimentel de Jesus; Gabriel Pereira Cavalcante; Julio Cesar Ravani Junior; Luiz Claudio Motta Ferreira Junior; Luiz Eduardo Tobias da Silva Junior; Pedro Henrique Peixoto Goncalves; Renan de Oliveira Almeida; Rick Paixão Dias Martins; Roan Braga Prisidio Nepomuceno da Silva; Romulo Martins de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.768/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Carlos Nunes da Silva; Diego Adrian Gaete Cabral; Felipe dos Santos Oliveira; Gabriel de Freitas Taveira; Israel Barros da Silva; Jean Carlos de Brito Lopes Silveira; Mateus do Rosário Jacuru; Matheus dos Santos Silva Amaro; Romulo Duarte da Silva Lopes; Victor Antunes Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.770/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alisson Gonçalves Correa da Conceição; Carlos Emanuel Morais da Cunha Junior; Felipe Moreira da Silva Tenorio; Filipe Lima; Gabriel da Silva Pontes de Paula; Igor Amazonas; Juan Garay Andrade; Leonardo Rodrigues de Freitas; Mateus Jose Barbosa Franca; Mauricio Marcelo Ribeiro Olea
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.773/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Christian de Sa Nascimento; Fernando Ely; Fhilippe Cesar Goncalves Gomes; Guilherme Eduardo Medina Franca; Igor Jose Vernochi Juliao; Matheus Fernandes da Silva; Nata Merlim dos Santos Franca; Patrick Gusmão da Silva; Ramon Mesquita Alves Valim; Raphael Tito Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.775/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abrahão Davi Cardoso Meneses Lima; Alvimar Xavier Coutinho Sobrinho; Douglas Genteluci Marques Dias; Gustavo de Oliveira Penna; Johann Moura Ribeiro; Leonardo Lins Moreira; Leonardo de Souza Motta; Patrick Marinho Frauches Santiago; William Brum Vieira Junior; Yuri dos Santos Soares Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.780/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Luis Medeiros de Mello; Gabriel Castro Pereira; Gabriel Marques Chagas; Leonardo Fabio Bezerra Gomes; Leonardo Freire Gandra dos Santos; Luig Mateus Goncalves Louback; Matheus Leite Soares; Pedro Gabriel Passos Silva de Deus; Rafael Supriano de Santana; Ronaldo Bastos Ferraz Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

007.784/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Meireles Lemos; Bruno de Andrade Viana Duarte; Denilson Amaral do Amaral; Igor Carvalho Drapal; Kevin Garcia dos Santos; Lucas da Silva Tomaz; Matheus Filipe da Silva Ribeiro; Ramon do Amaral Cesario; Rhuan Pereira Teixeira; Stive Bonfim de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.787/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Araujo de Faria; Daniel dos Santos Barreto; Danylo Lemos Pacheco; Joao Vitor Fernandes Sousa; Leoni Azevedo Gomes; Paulo Roberto Parmanhani Perez; Rodrigo Nogueira da Costa; Talys Cardoso Brasil; Thierre da Silva Marcos; Wander Thailon Pinto Vitorino de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.789/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Sampaio Brinati; Daniel da Silva Souza; Eri Johnny Sarmento; Felipe Batista Zerbinato; Leonardo de Souza Santos; Luan Thadeu Ambrozini Santos; Mateus Borges Silva; Ramon Nascimento Vanderlei; Rodrigo Carvalho Dias da Silva; Willkem Barbosa Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.790/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Queiroz Xavier; Erik Siqueira Ribeiro; Francisco Matheus Nazario dos Anjos Pereira; Gabriel Felipe Henriques de Melo; Gabriel Lopes dos Santos Vieira Domingues; Israel Santana da Silva dos Prazeres; Joao Pedro Lisboa Galvão; Pedro Jose Rosa Silva Junior; Renan Alberto Ferreira da Silva Rodrigues; Vinicius Maia Kelly
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.793/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Francisco Santos; Fabio da Cunha Pereira Junior; Gabriel Sant Anna da Silva; Igor Silva de Oliveira; Jose Hamilton Braulio de Souza Junior; Luiz Ricardo Marchiori Custodio; Luiz Silva Cunha; Marcio Nogueira de Souza; Matheus do Nascimento Ferreira; Tarcisio Vargas de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.801/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Olivio Lucas; Joao Batista Monteiro Vaz; Jose Victor dos Santos Mesquita; Leonardo Oliveira da Silva; Lucas da Rocha Freire; Matheus Soares Amorim; Patrick da Silva Coviello Gomes; Rubens Moreira; Thiago Monteiro Guarany de Carvalho; Victor Alves Santos do Carmo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.804/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Leticia Leite Silva; Carolina Leal Correia Lima; Clarissa Almeida Abuassi; Guilherme Bortoluzzi Emmerich; Jairo Pombo do Amaral Neto; Juliana Barbosa Julião; Jurraine Herculano Pereira; Leonardo Augusto da Conceição; Luisa de Campos Guimaraes e Figueiredo; Natalia Terra Martins Di Iulio Rizkalla
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.805/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Santos Moreira; Diogo Cardoso de Amorim; Emerson Mendes de Oliveira; Felipe Lemos Belizario; Gabriel Peterle; Giulliano Salgarello; Guilherme do Amaral Ibrahim; Jose Maximo Vieira Junior; Rafael de Souza Ferreira; Ramon Rodrigues Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.807/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adrian Roberto Martins da Silva; Andre da Silva Veneno; Gabriel Alves Bispo dos Santos; Gabriel Lazaro de Souza; Glauber Ribeiro Junior; Joao Victor dos Santos; Luis Eduardo de Oliveira do Espirito Santo; Rafael Moura Cruz; Rodrigo Mattos Sampaio de Oliveira; Victhor Vieira de Castro Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.810/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Berwanger; Bernard Dantas Guimaraes; Daniel de Mattos Pellin; Gabriel Agrizzi Sartori; Ianto Caceres Leite Rocha; Juliana Geremia Dagostini; Kevim Iochims; Leonardo Finotti Brazao; Mauricio Dutra Maffi; Thaiane Sales de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.812/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Cordeiro; Alessandro Augusto Dantas Cosme; Emanuel Anderson da Silva Ribeiro; Felipe Matheus Gomes de Almeida; Gabriel Ferreira Sobrinho; Lucas dos Santos Tavares da Silva; Marcelo de Freitas Caruso Junior; Marlon Torres Mello; Saulo Vinicius de Sousa Almeida; Vinicius Martins Resende
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.847/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Marins Bezerra; Jonatas de Oliveira Rodrigues; Kalebe Miranda Freitas; Lucas Garcia Franco; Marcos Henrique Gomes Menezes Oliveira; Pedro Magno de Almeida Lordelo; Ramys Dias Pedroso; Ricardo Santos de Souza Filho; Stteven de Lima Leite; Vinicius Wilson Pacheco da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.871/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Castro de Araujo; Arqueleu Pereira Cunha Filho; Glauber Medina Lee Faria; Leandro Avelar Matos; Luiz Antonio Viana Carapeto; Matheus Lemos Bahia; Ohana Goncalves dos Reis Martinho; Paula Lucia Gomes da Silva; Rafael Toscani Gomes da Silveira; Sara Carolina da Mota Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.915/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Michelly Florintino; Samuel Alves de Oliveira; Samuel Duarte Bernardo; Stanley Mairon Medeiros Lucas; Tayna Aparecida dos Santos Monteiro; Teodoro Jose Pereira da Silva; Thaiane Bazilio Salles; Thais Silva dos Santos Fonseca; Thereza Vitoria Amaral Barbosa; Thiago Sousa da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

010.434/2018-6
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte - TCE/RN
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de João Câmara/RN
Representação legal: não há

010.840/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sigefredo Pacheco/PI
Responsável: João Gomes Pereira Neto
Representação legal: não há

010.910/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Itaíba/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaíba/PE
Representação legal: Pedro Melchior de Mélo Barros (OAB/PE 21.802) e Edimir de Barros Filho (OAB/PE 22.498)

011.748/2016-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM
Responsáveis: Francisco das Chagas Dissica Valério Tomaz; Joaquim Neto Cavalcante Monteiro
Representação legal: Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB/AM 4331) e outros, representando Francisco das Chagas Dissica Valério Tomaz

017.544/2017-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Edilson Ribeiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Controle Interno da Marinha - MD/CM
Representação legal: José Weston de Meireles (OAB/RJ 138.955), Monica Cristina Ferreira dos Santos (OAB/RJ 139.210)

026.751/2016-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: José Thomé Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Autazes/AM
Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177) e outros, representando José Thomé Filho

028.709/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba - TCE/PB
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Aguiar/PB
Representação legal: não há

033.298/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã/AM
Responsáveis: Adalberto Silveira Leite; Carlos da Silva Amora
Representação legal:

034.598/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Isaias de Medeiros Cabral, Prefeito
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Acari/RN
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

003.314/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Camutanga/PE
Responsáveis: Armando Pimentel da Rocha e José Trigueiro da Silva
Representação legal: Izaura Pimentel da Rocha Monteiro em nome do Município de Camutanga/PE

003.902/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Marcia Regina Paulini Pupo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Jundiaí - SP
Representação legal: não há

008.943/2016-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Responsáveis: Instituto de Estudos Sócio Ambientais; Marcello Fernando Garcia de Garcia; Oberdan Mascarenhas de Andrade e Rogério Lopes Meireles
Representação legal: não há

010.469/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Mendes de Abreu e Maria da Gloria Chaves Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belém/PA
Representação legal: não há

012.311/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania em Santa Catarina
Representação legal: não há

012.547/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Geprix Service - Gestão e Facilities Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Estado de São Paulo
Representação legal: Priscilla de Held Mena Barreto Silveira (OAB/SP 154.087) e outros, representando o Serviço Social da Indústria - Departamento Regional no Estado de São Paulo

014.216/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Marta Cecilia Corrêa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Canoas/RS
Representação legal: não há

014.240/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Geprix Service - Gestão e Facilities Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional de São Paulo
Representação legal: não há

014.246/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Tarcísio Clóvis Dias da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Contagem/MG
Representação legal: não há

014.385/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Freitas de Andrade Saboia; Daniella Mariano de Souza Rocha; Fabrício Brugali Dreger; Ganesh Inocalla e Iury Carvalho Ferreira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social/MDS
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

014.483/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Ribeiro Telles de Menezes; Aparecida Karina Silva dos Santos; Denise Camêlo César; Ligia Andrade de Oliveira; Mariana Natividade Ortiz e Rafael Pereira Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Representação legal: não há

014.545/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Santino Antônio Queiroz Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santos/SP
Representação legal: não há

014.914/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Clima Teck Climatização Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: Jose Eduardo Meira Lima (OAB/MS 17.216-B) e outros, representando Clima Teck Climatização Ltda.

027.265/2017-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Gararu/SE
Responsável: José Cardoso Matos
Representação legal: não há

028.403/2016-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Camocim /CE
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

029.399/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Horismar Carvalho Dias, Juiz da 16ª Vara do Trabalho da 4ª Região
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

029.785/2014-6
Natureza: Representação
Representante: Exmo. Sr. Bibiano Simões Garcia Filho, vereador do município de Manaus
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Manaus/AM
Representação legal: não há

029.830/2016-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Roraima
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Iracema/RR
Representação legal: não há

030.761/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Loraine Maria de Medeiros Schuch
Representação legal: não há

034.206/2016-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Iracema/RR
Responsáveis: Raryson Pedrosa Nakayama e Cirqueira e Alves Comercial Ltda. - ME
Representação legal: Bruno Ayres de A. Rocha (OAB/RR 621), representando a Cirqueira e Alves Comercial Ltda. - ME

036.761/2016-8
Natureza: Representação
Representante: Defensoria Pública do Estado do Tocantins
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Arraias/TO
Responsáveis: Antônio Wagner Barbosa Gentil e Cacildo Vasconcelos
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro AUGUSTO NARDES

014.118/2015-7
Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento ao recurso de reconsideração, o qual, por sua vez, julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa em razão de irregularidades na gestão dos recursos de convênio para construção de dois barracões industriais.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cumaru/PE
Recorrente: Eduardo Goncalves Tabosa Junior
Interessado: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Representação legal: Liana Claudia Hentges Cajal (OAB/DF 50.920) e Luis Fernando Belém Peres (OAB/DF 22.162)

020.675/2014-3

Recurso de reconsideração contra deliberação que julgou irregulares as contas da recorrente, condenou-a ao pagamento do débito e de multa em razão de execução parcial do objeto e ausência de serventia dos serviços executados, no âmbito do convênio que tinha por objeto a construção de sistema de abastecimento de água na comunidade de Camburão, para o abastecimento de 205 unidades domiciliares.
Recorrente: Resecom Construtora Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Alenquer/PA
Interessado: Departamento do Programa Calha Norte
Representação legal: Caio Cesar Dias Santos (OAB/PA 20.131) e outros, representando Resecom Construtora Ltda.; Aline Neves Hoyos (OAB/PA 15.172) e outros, representando João Damaceno Filgueiras

021.475/2013-0
Atos de aposentadoria de ex-servidores vinculados à Gerência Executiva do INSS no Distrito Federal.
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS - Distrito Federal
Interessados: Dario Lopes da Costa e Eneas Fernandes Rodrigues
Representação legal: não há

031.831/2012-5
Pedidos de reexame interpostos contra acórdão que considerou ilegais atos de aposentadoria em razão do cômputo de tempo de advocacia e como solicitadoras acadêmicas sem recolhimento das contribuições previdenciárias.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Interessadas: Elisabeth Corrêa e Maria Stella Malagodi
Representação legal: não há

031.950/2016-7
Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos com o objetivo de realização do Projeto "Pé na Estrada".
Interessado: Ministério da Cultura
Responsável: Eurípedes Oliveira dos Santos
Representação legal: não há

033.535/2015-9
Recurso de reconsideração contra deliberação que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o ao pagamento do débito e de multa em razão da omissão no dever de prestar contas de convênio que tinha por objeto a aquisição de veículo e equipamentos para melhoria dos sistemas de coleta de resíduos sólidos domiciliares e transporte dos resíduos das vias públicas.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
Recorrente: Nei Moacir Rossatto de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Alexandria/RN
Representação Legal: Aline Gabriele Gurgel Dutra de Almeida (OAB/RN nº 11.786) e Georgia Valdes Martins Nogueira de Oliveira (OAB/RN nº 6.404), representando Nei Moacir Rosatto de Medeiros.

Ministro AROLDO CEDRAZ

003.198/2013-8
Embargos de declaração interposto por Associação Fomento Social e Planejamento e Gestão de Projetos,Liliana Patricia Lemus Sepulveda Pereira contra o Acórdão 2.508/2018 - TCU - 2ª Câmara.
Órgão/Entidade: Secretaria de Direitos Humanos.
Responsáveis: Associação Fomento Social e Planejamento e Gestão de Projetos; Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira
Representação legal: Joaquim Lemus Pereira (19.947/OAB-DF)

003.243/2015-0
Tomada de Contas Especial. Município de Cacimba de Areia/PB. Aplicação irregular de recursos do Convênio 1436/2005 (SIAFI 556638), tendo como objeto a execução de melhorias sanitárias domiciliares.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde.
Órgão/Entidade: Município de Cacimba de Areia/PB.
Responsáveis: Inácio Roberto de Lira Campos, ex-prefeito, e J I Construções Civis Ltda..
Representação legal: Newton Nobel Sobreira Vita (OAB/PB 10.204).

007.531/2015-0
Recurso de reconsideração foi interposto por Marcos Paulo do Nascimento, ex-prefeito do município de Matriz de Camaragibe/AL, contra o Acórdão 2.003/2017-TCU-2ª Câmara que julgou irregulares suas contas, condenando-o ao pagamento do débito apurado nos autos, além da aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), em razão da impugnação total das despesas realizadas com recursos do Convênio 523/2005, cujo objetivo era a construção de módulos sanitários domiciliares, no valor total de R$ 211.800,21, sendo R$ 200.000,00 a cargo do concedente.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde.
Órgão/Entidade: Município de Matriz de Camaragibe-AL.
Responsáveis: Apoio Construções Ltda.; Marcos Paulo do Nascimento.
Representação legal: Bruno Mendes (44.498/OAB-DF)

007.746/2007-7
Embargos de Declaração interposto pela Senhora EDWIGES CONCEIÇÃO CARACIOLO ROCHA WANDERLEY (CPF: 029.690.412-00) (peça 22), Juíza aposentada da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE, contra o Acórdão 2.893/2017 - TCU - 2ª Câmara (peças 13 a 15), que teve como relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aroldo Cedraz.
Interessados: Edwiges Conceição Caraciolo Rocha Wanderley.
Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.
Representação legal: Anna Beatriz Orsano Aguiar (16.726-E/OAB-DF)

010.484/2014-0
Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Guerino Luiz Zanon, ex-prefeito do Município de Linhares-ES, contra o Acórdão 7.603/2017 - TCU - 2ª Câmara, por meio do qual foi conhecido e não provido Recurso de Reconsideração interposto pelo responsável, contra o Acórdão 4.185/2016 - TCU - 2ª Câmara, prolatado nestes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada em razão da conversão determinada pelo Acórdão 1.472/2014-TCU-2ª Câmara, de Representação formulada pela Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo (PR-ES), a partir de abaixo-assinado de moradores da localidade de Pontal de Ipiranga, dando conta de irregularidades relacionadas com a execução do Convênio 619/1999/FNS, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Prefeitura Municipal de Linhares-ES.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Linhares-ES e Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
Recorrente: Guerino Luiz Zanon
Representantes constituídos nos autos: Regis Antônio Caetano (OAB/TO 1863), José Gabriel de Castro, José Roberto Figueiredo Santoro (OAB/DF 5.008) e Raquel Botelho Santoro (OAB/DF 28.868), Marcelo Viana Barreto (OAB/DF 41.957) e Giuliana Wiechers Aieta Santoro (OAB/DF 13.517)

012.261/2016-5
Atos de concessão de pensão do montepio civil facultativo a beneficiárias habilitadas como viúva (Helena Maria Abu-Merhy Barroso, CPF: 257.183.477-00) e filha maior solteira (Nícia Maria Marcílio Barroso, CPF: 973.451.307-97) do ex-Juiz do Tribunal Regional do Trabalho, Sr. Afonso André de Carvalho Barroso
Interessados: Helena Maria Abu Merhy Barroso; Nicia Maria Marcilio Barroso.
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: Luiz Eduardo D'Ávila Duarte Júnior, OAB/RJ 113.964; Marcelo Queiroz, OAB/RJ 128.559.

013.794/2008-8
Pedidos de reexame interpostos por Dermio Antônio Filippi e Valciomar Xavier contra o Acórdão 3.462/2017 - TCU - 2ª Câmara, que considerou seus atos de aposentadoria ilegais.
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Santa Catarina
Recorrente: Dermio Antonio Filippi; Valciomar Xavier
Representação legal: Paula Ávila Poli (25685/OAB-SC)

017.128/2016-1
Aposentadoria. Embargos de declaração interpostos por Irineu Cheohen Guedes contra decisão que negou provimento a pedido de reexame.
Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
Embargante: Irineu Cheohen Guedes.
Advogados constituídos nos autos: Marilda de Aguiar (OAB/RJ 61.997) e Natália Lopes Rodrigues (OAB/RJ 183.830).

018.201/2014-8
Embargos de declaração (peça 53) opostos por Liliane Régis Ribeiro Coutinho Barbalho Silva, ex-prefeita do município de Santo Antônio/RN, contra o Acórdão 7.276/2016-TCU- 2ª Câmara (peça 47), de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro,
Interessado: Ministério do Turismo.
Entidade: Prefeitura de Santo Antônio - RN.
Recorrente: Liliane Régis Ribeiro Coutinho Barbalho Silva.
Representação legal: José Moraes Neto (98-A/OAB-RN)

021.808/2014-7
Recurso de reconsideração interposto por Floriano Pastore Júnior, ex-Presidente da Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração (Fepad) contra o Acórdão 3230/2017 - 2ª Câmara que, em sede de Tomada de Contas Especial, julgou irregulares suas contas e o condenou ao pagamento do débito apurado nos autos e ao pagamento da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), diante da omissão no dever de prestar contas do termo de concessão e aceitação de apoio a projeto de pesquisa científico-tecnológica assinado em 2/12/2004 para a implantação de sistema inovador de transporte de cana-de-açúcar via teleférico removível.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsáveis: Cristiano Rene Smidt; Floriano Pastore Júnior; Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

028.100/2015-8
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor do Sr. José Edivan Félix, ex-prefeito do Município de Catingueira/PB (gestão de 1º/1/2005 a 31/12/2012), em razão do não encaminhamento da prestação de contas final do Convênio 2.900/2005 cujo objeto era a realização de melhorias sanitárias domiciliares.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde.
Órgão/Entidade: Município de Catingueira - PB.
Responsável: José Edivan Félix.
Representação legal: Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233/PB).

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

006.333/2018-4
Aposentadoria concedida a servidor do Ministério da Fazenda.
Interessado: Esequiel Lopes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

008.975/2014-0
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão prolatado em tomada de contas especial instaurada em decorrência de irregularidades relacionadas à execução do Convênio 226/2006, celebrado para a implementação do "Projeto Construção de Biblioteca Pública".
Recorrente: Francisco Costa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Carauari/AM
Representação legal: Aniello Miranda Aufiero (OAB/AM 1.579) e outros

015.237/2016-8
Tomada de contas especial referente à omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados em 2008 para atendimento dos Programas de Proteção Social Básica e Especial.
Responsável: Wilde Leite Colares
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Mocajuba/PA
Representação legal: não há

020.099/2016-9
Tomada de contas especial referente à omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados em 2008 para atendimento dos Programas de Proteção Social Básica e Especial.
Responsável: Manoel Aladir Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Capitão Poço/PA
Representação legal: não há

022.464/2017-4
Pensões civis instituídas por ex-servidores do Ministério da Fazenda.
Interessadas: Dulcinea Fernandes Barros, Maria Eunice dos Santos Silva e Raimunda Alves Cordeiro Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

024.871/2016-8
Tomada de contas especial de responsabilidade de Rita Coimbra Cerqueira Tenório, ex-Prefeita de Chã Preta/AL, relativa ao Convênio 498/2009, cujos recursos visavam o apoio à realização do evento intitulado "I Festival Junino", no referido município.
Responsável: Rita Coimbra Cerqueira Tenório
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Chã Preta/AL
Representação legal: Fábio Henrique Cavalcante Gomes (OAB/AL 4.801) e Rubens Marcelo Pereira da Silva (OAB/AL 6.638)

028.222/2016-4
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em desfavor de ex-prefeito de Brejo Grande do Araguaia/PA, em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos de termo de compromisso que tinha por objeto a execução de melhorias sanitárias.
Responsável: Geraldo Francisco de Morais
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Brejo Grande do Araguaia/PA
Representação legal: não há

032.398/2014-0
Embargos de declaração opostos por ex-prefeito de Picuí/PB, em face do Acórdão 9.718/2017 - 2ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, condenando-o em débito e aplicando-lhe multa.
Embargante: Rubens Germano Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Picuí/PB
Representação legal: José Alberto Rodrigues Teixeira (OAB/DF 16163) e outros

Ministra ANA ARRAES

005.644/2013-5
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou tomada de contas especial pela irregularidade, com imputação de débito e aplicação de multa, em decorrência de irregularidades na prestação de contas de convênio celebrado para apoiar projeto.
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Centro de Atividades Sociais, Produtivas e Comerciais dos Produtores Autônomos de Camaçari/BA
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Centro de Atividades Sociais, Produtivas e Comerciais dos Produtores Autônomos de Camaçari/BA e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/PR
Responsáveis: Anelisa Batista Conceição e Centro de Atividades Sociais, Produtivas e Comercias dos Produtores Autônomos de Camaçari/BA
Representação legal: Jorge José Lima Corbacho (OAB/PA 51.038), representando Centro de Atividades Sociais Produtivas e Comerciais dos Produtores Autônomos de Camaçari/BA

008.871/2013-2
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura em razão de irregularidades em convênio firmado com a Associação Comunitária de Moradores do Povoado Praia do Tatu (MA).
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Pesca e Aquicultura (atual Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços)
Responsáveis: Gláucia de Oliveira Lima, Manoel Marcineiro Vilar e Raimunda Pires Lamounier
Representação legal: não há

015.714/2012-8
Recursos de Reconsideração contra acórdão que julgou as contas irregulares, com débito e multa, ante a impugnação parcial das despesas com recursos captados por entidade privada para execução de projeto cultural.
Recorrentes: Victor Alberto Cohen Aronis, Christiane Castro Malta e Guilherme Castro Malta
Órgão s /Entidade s /Unidade s : entidades e órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: Sandra Bárbara Camilo Landi (OAB/SP 92.654) representando Guilherme Castro Malta e Christiane Castro Malta; Osnildo de Souza (OAB/SC 21.241) representando Victor Alberto Cohen Aronis

025.751/2014-0
Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em razão da impugnação parcial de despesas do projeto "Resgatando a tradição e a cultura afro-brasileira".
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Responsáveis: Associação Religiosa e Cultural de Culto Afro-brasileiro Ilê de Keto Axé Alafim Odé e Wander Augusto Morais
Representação legal: Célia Gonçalves Souza

030.079/2010-1
Ato de alteração de pensão civil instituída em favor de três beneficiários, em análise de oitiva.

Interessados: Francisca Pinheiro das Neves, Maria Raimunda Alves Lima e Maikon Bruno Neves de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
Representação legal: não há

032.349/2014-9
Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência do não encaminhamento de documentação exigida para a prestação de contas de convênio celebrado para implementação da "Etapa Masculina de Surf na Pororoca/Arari/MA - Festival da Pororoca", com análise da resposta às citações.
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Associação Brasileira de Surf na Pororoca e Ministério do Turismo
Responsáveis: Associação Brasileira de Surf na Pororoca e Noélio Corte de Oliveira Sobrinho
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

016.645/2015-4
Pedido de reexame interposto contra decisão que determinou o cancelamento de contrato de seguro de acidente a estudantes.
Recorrente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Representação legal: não há

032.564/2011-2
Recursos de reconsideração interpostos contra decisão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, aplicando-lhes multa, em razão de irregularidades no pagamento de horas extras.
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
Recorrentes: Ailton Fernando Dias e Jorge Luiz de Mello
Representação legal: Alexandre Novais Vilar (OAB/RJ 143.233); Manuella Elisa Fortunato Lima (OAB/RJ 208.812-E) e outros

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

027.983/2015-3
Representação noticiando possíveis irregularidades na Concorrência 1/2014, levada a efeito pelo Município de Luzilândia/PI e que objetivava a contratação de empresa para a construção de escola com 12 salas de aula, com verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Luzilândia/PI
Representação Legal: Alex Luciano Valadares de Almeida, OAB/MG 99.065 e OAB/DF 40.996; Alexandre Amaral de Lima Leal, OAB/DF 21.362; Anatas da Costa Coelho, OAB/DF 21.503; Lívia Mariana Gomes da Silva Teixeira Santana, OAB/DF 29.871; Luís Gustavo Bezerra de Assis Republicano, OAB/DF 42.134; e Rafael Dario de Azevedo Nogueira, OAB/DF 29.621

028.451/2014-7
Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão 8.734/2016 - 2ª Câmara.
Natureza: Embargos de Declaração
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinta)
Responsáveis: Nilo Roberto Vieira; Pedro Paulo Silva Cavalcante
Embargante: Nilo Roberto Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Peixe - TO
Representação legal: Thiego Brandão Guidolini, OAB/MG 164.000

029.090/2016-4
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da omissão da prestação de contas da terceira parcela dos recursos repassados para a execução do sistema de abastecimento de água em Manoel Emídio/PI e da impugnação total das despesas realizadas para a execução do sistema de resíduos sólidos naquela municipalidade.
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: América Empreendimentos Instalação e Manutenções Ltda.; José Medeiros da Silva; Município de Manoel Emídio - PI
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Manoel Emídio - PI
Representação legal : não há

029.397/2016-2
Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em razão da impugnação parcial de despesas referentes a recursos repassados ao Município de Cascavel/CE no exercício de 2010, por força dos Programas Proteção Social Básica e Especial - PSB e PSE.
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Décio Paulo Bonilha Munhoz
Entidade: Município de Cascavel/CE
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE
Representação legal: Alanna Castelo Branco Alencar, OAB/CE 6.854; Lyanna Magalhães Castelo Branco, OAB/CE 17.841; Tiago Ribeiro Rebouças, OAB/CE 22.745; e Alyssa Castelo Branco Alencar Andrade, OAB/CE 33.849

033.851/2015-8

Pauta Explicativa: Representação noticiando supostas irregularidades nas contratações dos serviços de transporte escolar, no período de 2013 a 2015, ocorridas com recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
Natureza: Representação
Interessado: Henrique Alves de Oliveira, Vereador
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Catunda/CE
Representação Legal: José Bonfim de Almeida Júnior, OAB/CE 15.545; Juliana Costa Soares, OAB/CE 23.136; Leonardo Wandemberg Lima Batista, OAB/CE 20.623; Murilo Gadelha Vieira Braga, OAB/CE 14.744 e Silvia Régia Lopes Melo, OAB/CE 16.615

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

000.058/2016-5
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) diante da não consecução do Contrato de Repasse nº 212.110-03/2006 celebrado entre a Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério do Esporte, e o município de Tabira - PE, sob o valor total de R$ 114.138,20, para a "Construção de duas quadras poliesportivas nos distritos de Brejinho e Borborema no município de Tabira-PE".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tabira/PE
Responsáveis: José Edson Cristóvão de Carvalho e Sebastião Dias Filho
Representação legal: não há

002.048/2015-9
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor da Organização Trajetória Mundial (OTM) e de seu presidente, Sr. Ademir de Brito Oliveira, em face da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 1109/2009.
Órgão/Entidade/Unidade: Organização Trajetória Mundial
Responsáveis: Ademir de Brito Oliveira e Organização Trajetória Mundial
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

003.433/2018-8
Representação formulada pela Exma. Sra. Bianca Britto de Araújo, como Procuradora da República no Município de Volta Redonda - RJ, noticiando a instauração do Inquérito Civil Público 1.30.010.000012/2016-04 com o objetivo de apurar denúncia acerca de possíveis compras fraudulentas de medicamentos pelo Município de Rio das Flores - RJ, com recursos do SUS, no intuito de arrecadar valores destinados à então prefeita Soraia Furtado da Graça, salientando que os aludidos medicamentos seriam unicamente fornecidos pela empresa M. R. Drogaria Ltda. - EPP, cujo proprietário seria um dos doadores da campanha da referida prefeita.
Representante: Procuradoria da República no Município de Volta Redonda/RJ
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rio das Flores/RJ
Representação legal: não há

003.938/2013-1
Tomada de Contas Especial instaurada, por força do Acórdão 3.238/2009-TCU-2ª Câmara, pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) diante da impugnação total das despesas do Convênio nº 67/2000 destinado à construção do conjunto penal de Valença - BA, sob o valor total de R$ 2.062.319,83, com vigência de 28/8/2000 a 28/7/2002.
Interessado: Ministério da Justiça e Segurança Pública
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia
Responsáveis: Governo do Estado da Bahia; Heraldo Eduardo Rocha; Sérgio Sanches Ferreira
Representação legal : Lizea Magnavita Maia (OAB/BA 13.337) e outros, representando o Estado da Bahia e
João Estênio Campelo Bezerra (OAB/DF 2.218) e outros, representando Sérgio Sanches Ferreira .

005.051/2018-5
Representação, com pedido de cautelar suspensiva, sobre possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 14/2017 conduzido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço telefônico fixo comutado destinado a coletar e a distribuir as chamadas telefônicas originadas em todo o território nacional para as centrais de atendimento telefônico 135 do INSS e as ligações originadas nas centrais 135 com o destino a todo o território nacional.
Representante: Telemar Norte Leste S/A
Interessados: Claro S.A.; Telemar Norte Leste S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal : Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (OAB/SP 118.685) e outros, representando Claro S/A e Francisco Queiroz Caputo Neto (OAB/DF 11.707) e outros, representando Telemar Norte Leste S/A

010.330/2016-0
Representação formulada pelo Serviço de Auditoria em Pernambuco do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Seaud-PE/Denasus), acerca do não cumprimento de Termo de Ajuste Sanitário (TAS), firmado com o município de Petrolina-PE, em 1º/7/2011, diante de irregularidades apuradas pelo Denasus, conforme registrado no Relatório de Auditoria 9244.
Representante: Serviço de Auditoria em Pernambuco do Departamento Nacional de Auditoria do SUS/Ministério da Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Petrolina/PE
Representação legal: não há

010.660/2017-8
Aposentadorias deferidas em favor de Pedro Canisio Ludwig, Renilde Baratto Casagranda e Rosa Capitanio pela Gerência Executiva do INSS em Chapecó/SC.
Interessados: Pedro Canisio Ludwig; Renilde Baratto Casagranda e Rosa Capitanio
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Chapecó/SC
Representação legal: Luís Fernando Silva (OAB/SC 9.582); José Augusto Pedroso Alvarenga (OAB/SC 17.577B), representando Pedro Canisio Ludwig e Rosa Capitanio

011.736/2017-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor da entidade Associação de Caridade do Jenipapo, no município de Lagarto - SE, e de sua dirigente Vera Fraga de Almeida Santos (gestão: 19/8/2011 a 29/2/2012), diante de irregularidades na aplicação dos recursos oriundos dos Convênios 773/2009 e 255/2010.
Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Caridade do Jenipapo
Responsáveis: Associação de Caridade do Jenipapo e Vera Fraga de Almeida Santos
Representação legal: não há

012.134/2018-0
Representação formulada pela empresa Metromed Comércio de Material Médico-Hospitalar Ltda., com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, sobre possíveis irregularidades ocorridas na condução do Pregão Presencial 18/FMS/2017, promovido pelo Município de Cocal do Sul/SC, e que teve como objeto o registro de preços de materiais e equipamentos de enfermagem a serem adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Saúde.
Representante: Metromed Comércio de Material Médico-Hospitalar Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cocal do Sul/SC
Representação legal : não há

018.003/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor dos Srs. Anderson Guedes Pessoa, ex-secretário municipal de Saúde de Ipojuca - PE, e Pedro Serafim de Souza Filho, ex-prefeito de Ipojuca - PE (gestões: 1º/1/2005 a 1º/1/2009 e 2005-2008), respectivamente, bem como em face do município de Ipojuca - PE, diante da transferência de recursos da conta específica do Fundo Municipal de Saúde (FMS) para contas da prefeitura denominadas de ICMS, SAE-FNDE e Folha de Pagamento, no exercício de 2005, sob o montante de R$ 1.612.418,52, sem a comprovação da aplicação em ações de atenção básica à saúde.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ipojuca/PE
Responsáveis: Anderson Guedes Pessoa, Pedro Serafim de Souza Filho e Município de Ipojuca/PE
Representação legal: Márcio José Alves de Souza (OAB/PE 5786), representando Pedro Serafim de Souza Filho; Thiago José Milet Cavalcanti Ferreira (OAB/PE 28007), representando o Município de Ipojuca/PE
Marco Antonio Frazao Negromonte (OAB/PE 33196), representando Anderson Guedes Pessoa

018.598/2016-1
Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor da Associação do Comércio da Indústria e Agroindustrial de Garanhuns e Agreste Meridional e do Sr. Roberto Marques Ivo, presidente da aludida entidade, em razão da impugnação total das despesas do Convênio 698/2008 (Siafi 629083/2008), firmado entre a entidade e o Ministério do Turismo, com o objetivo de apoiar a realização de festejos juninos no Município de Garanhuns/PE, nos dias 23 a 27/6/2008, no valor total de R$ 330.000,00, com vigência estipulada para o período de 20/6 a 5/10/2008.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Associação do Comércio da Indústria e Agroindustrial de Garanhuns e Agreste Meridional e Roberto Marques Ivo
Representação legal: não há

020.586/2015-9
Tomadas de Contas Especiais instauradas pela Caixa Econômica Federal em desfavor de Cleide Maria de Souza Oliveira (gestão: 2009-2012) e Evandro Mauro Maciel Chacon (gestão: 2013-2016), como então prefeitos de Pesqueira-PE, diante do não cumprimento dos objetos pactuados pelos Contratos de Repasse 274.679-79/2008 e 278.389-53/2008 (Siafi 641351 e 641455), celebrados por intermédio do Ministério das Cidades, que tinham como objeto comum a pavimentação em paralelepípedo granítico em diversos logradouros no referido município, respectivamente com valores totais previstos de R$ 443.650,00 e R$ 245.850,00 e com prazos de vigência estipulados para os períodos de 26/12/2008 a 14/1/2010 e 29/12/2008 a 14/2/2010, posteriormente prorrogados para 19/11/2014.
Responsáveis: Cleide Maria de Souza Oliveira; Evandro Mauro Maciel Chacon
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pesqueira/PE
Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (/OAB/PE 20189), e outros representando Cleide Maria de Souza Oliveira

026.549/2016-6
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Jorlênio Menezes Santos, como então prefeito de Campos Lindos - TO (gestão: 2009-2012), diante da não consecução dos objetivos pactuados nos Termos de Compromisso TC/PAC 919/2007, 920/2007, 921/2007, 922/2007 e 923/2007, destinados à execução da ação "Água na Escola", no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Campos Lindos/TO
Responsáveis: Construtora Norte Bico Ltda. - ME; Jorlênio Menezes Santos
Representação legal: Sara Rodrigues Gouvêa Barros Pignaton (OAB/TO 6158), representando Jorlênio Menezes Santos

027.566/2015-3
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania e dos Srs. Anacleto Julião de Paula Crespo e Pedro Ricardo da Silva, respectivamente presidente e tesoureiro da entidade, em razão de irregularidade na execução física e financeira do Convênio 200/2008 (Siafi 629173), que teve por objeto "incentivar o turismo mediante o apoio à implementação da Festa do Pré-São João de Capoeiras 2008", no dia 25/5/2008, com valor total de R$ 200.000,00 e prazo de vigência estipulado para o período de 23/5 a 7/10/2008.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Anacleto Julião de Paula Crespo; Instituto de Apoio Técnico Especializado A Cidadania; Pedro Ricardo da Silva
Representação legal: Adalberto Antônio de Melo Neto (OAB/PE 24.803) e outro, representando Pedro Ricardo da Silva; Ellen Christina Lima Soares Leão (OAB/PE 21.054) e outro, representando Anacleto Julião de Paula Crespo e Instituto de Apoio Técnico Especializado A Cidadania - Iatec

029.198/2015-1
Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor do Sr. Francisco Ricardo Soares Ramos, ex-prefeito do município de Ouricuri/PE (gestão: 2009-2012), em razão da impugnação parcial das despesas do Convênio 192/2009 (Siconv 707601), que tinha como objeto a construção de cisternas de placas para armazenamento de água de chuva para consumo humano e valor total previsto de R$ 789.211,49, com vigência prevista para o período de 16/12/2009 a 31/3/2011.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ouricuri/PE
Responsável: Francisco Ricardo Soares Ramos
Representação legal: Bruna Wills (OAB/DF 46.082) e outros, representando Francisco Ricardo Soares Ramos

029.784/2014-0
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) diante da não aprovação parcial das prestações de contas da 1ª e 2ª parcelas e da omissão na prestação de contas da última parcela do Convênio nº 689/2004 destinado à execução de sistema de abastecimento de água, sob o valor de R$ 287.770,47.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Luiz Correia/PI
Responsáveis: Antônio José dos Santos Lima; Francisco Araújo Galeno
Representação legal: Willian Guimarães Santos de Carvalho (OAB-PI 2.644), representando Antônio José dos Santos Lima; Gustavo Gonçalves Leitão (OAB-PI 12.591), representando Francisco Araújo Galeno

030.208/2017-3
Representação sobre possíveis irregularidades na celebração de ajustes entre a Caixa Econômica Federal (Caixa) e o Município de São João de Meriti/RJ, que poderiam caracterizar a violação do disposto no art. 33, caput, da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Representante: Banco Central do Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros, representando a Caixa Econômica Federal

Em 25 de maio de 2018
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da 2ª Câmara

Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 393, DE 24 DE MAIO DE 2018

O Defensor Público Geral-Federal usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e XIII da Lei Complementar nº 80, e tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o demonstrativo da Despesa com Pessoal que compõe o Relatório de Gestão Fiscal da Defensoria Pública da União referente ao primeiro quadrimestre de 2018, conforme Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ
Defensor Público Geral-Federal

LIANA LIDIANE PACHECO DANI
Secretária-Geral Executiva

ELZANO ANTONIO BRAUN
Secretário-Geral de Controle Interno e Auditoria

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

RGF -Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alinea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.079.125,68	23.329.830,52	23.462.229,58	22.513.141,15	22.658.931,88	22.549.658,87	34.931.739,22	24.318.853,82	31.504.417,52	22.792.779,76	23.469.743,66	23.743.343,29	298.353.794,95	18.563.228,10	316.917.023,05
Pessoal Ativo	21.827.953,32	22.016.219,32	22.176.030,93	21.194.710,08	21.369.789,22	21.264.265,95	32.988.340,91	23.031.779,82	29.612.169,78	21.442.195,39	22.115.129,45	22.388.729,08	281.427.313,25	17.978.434,78	299.405.748,03
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.350.392,63	18.536.846,68	18.721.150,32	17.755.371,03	17.929.510,48	17.825.526,82	26.168.190,31	19.631.029,36	26.094.776,59	17.952.824,60	18.604.934,91	18.865.339,87	236.435.893,60	15.285.013,67	251.720.907,27
Obrigações Patronais	3.477.560,69	3.479.372,64	3.454.880,61	3.439.339,05	3.440.278,74	3.438.739,13	6.820.150,60	3.400.750,46	3.517.393,19	3.489.370,79	3.510.194,54	3.523.389,21	44.991.419,65	2.693.421,11	47.684.840,76
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.251.172,36	1.313.611,20	1.286.198,65	1.318.431,07	1.289.142,66	1.285.392,92	1.943.398,31	1.287.074,00	1.892.247,74	1.350.584,37	1.354.614,21	1.354.614,21	16.926.481,70	584.793,32	17.511.275,02
Aposentadorias, Reserva e Reformas	736.750,18	736.750,18	764.668,03	755.053,22	762.496,52	758.746,78	1.139.962,83	760.622,13	1.075.351,94	804.615,19	808.750,92	808.750,92	9.912.518,84	157.587,10	10.070.105,94
Pensões	514.422,18	576.861,02	521.530,62	563.377,85	526.646,14	526.646,14	803.435,48	526.451,87	816.895,80	545.969,18	545.863,29	545.863,29	7.013.962,86	427.206,22	7.441.169,08
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.259.031,92	1.333.286,23	1.304.212,20	1.318.431,07	797.284,55	776.947,18	745.339,55	847.143,13	1.902.542,72	1.351.496,15	1.356.775,64	1.477.814,55	14.470.304,89	334.923,75	14.805.228,64
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	7.859,56	19.675,03	49.149,97	0,00	22.485,97	5.898,34	12.574,89	70.877,75	10.294,98	911,78	2.161,43	123.200,34	325.090,04	0,00	325.090,04
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.251.172,36	1.313.611,20	1.255.062,23	1.318.431,07	774.798,58	771.048,84	732.764,66	776.265,38	1.892.247,74	1.350.584,37	1.354.614,21	1.354.614,21	14.145.214,85	334.923,75	14.480.138,60
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	21.820.093,76	21.996.544,29	22.158.017,38	21.194.710,08	21.861.647,33	21.772.711,69	34.186.399,67	23.471.710,69	29.601.874,80	21.441.283,61	22.112.968,02	22.265.528,74	283.883.490,06	18.228.304,35	302.111.794,41

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidades Responsáveis: SGE, SGCIA e GABDPGF.

Data e hora da emissão <23/05/2018 às 18:04>

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.

Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PORTARIA N º12, DE 10 DE MAIO DE 2018

Altera o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Câmara dos Deputados.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 825, de 27 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Considerando o cancelamento orçamentário promovido pela Medida Provisória n. 825, de 27 de março de 2018, nos grupos de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, R$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), Outras Despesas Correntes, R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) e Investimentos, R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), o cronograma anual de desembolso mensal da Câmara dos Deputados, passa a ser o constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MAIA

ANEXO

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2018

R$1,00

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E INVESTIMENTOS
Janeiro	468.438.000	100.381.000
Até fevereiro	863.720.000	200.762.000
Até março	1.241.002.000	299.143.000
Até abril	1.618.284.000	397.524.000
Até maio	1.995.566.000	495.905.000
Até junho	2.372.848.000	594.286.000
Até julho	2.750.130.000	692.667.000
Até agosto	3.127.412.000	791.048.000
Até setembro	3.604.694.000	889.429.000
Até outubro	3.881.976.000	987.810.000
Até novembro	4.259.258.000	1.086.191.000
Até dezembro	4.739.698.622	1.184.577.792

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA Nº 102, DE 24 DE MAIO DE 2018

A DESEMBARGADORA REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos do artigo 19, incisos LV e LVII do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo 18, § 2º; artigo 54, caput e inciso III; artigo 55, inciso I, alínea "a" e § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao primeiro quadrimestre de 2018 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

Desª REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				37.805.638,91	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				4.437.990,34	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				33.367.648,57	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,004487%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,008462%	62.926.145,93
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,008454%	62.866.655,36
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,008438%	62.747.674,23
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos a Pagar não Processados[1] (b)
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.695.112,44	2.929.960,96	2.786.457,85	2.764.069,53	2.727.245,90	2.832.186,74	4.447.547,05	4.090.892,88	3.801.078,35	2.825.159,51	2.910.275,02	2.995.652,68	37.805.638,91	-
Pessoal Ativo	2.416.356,87	2.644.071,58	2.489.624,82	2.467.355,47	2.442.265,83	2.547.206,67	3.989.738,35	3.771.841,74	3.317.233,35	2.500.417,08	2.585.305,75	2.614.668,90	33.786.086,41	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.084.497,83	2.300.008,18	2.150.303,29	2.130.078,11	2.103.656,01	2.203.417,57	3.287.477,66	3.418.313,71	2.988.963,65	2.155.032,24	2.238.056,12	2.274.742,48	29.334.546,85	-
Obrigações Patronais	331.859,04	344.063,40	339.321,53	337.277,36	338.609,82	343.789,10	702.260,69	353.528,03	328.269,70	345.384,84	347.249,63	339.926,42	4.451.539,56	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	278.755,57	285.889,38	296.833,03	296.714,06	284.980,07	284.980,07	457.808,70	319.051,14	483.845,00	324.742,43	324.969,27	380.983,78	4.019.552,50	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	187.063,06	192.739,89	203.683,54	203.564,57	204.965,82	204.965,82	331.114,50	212.323,03	337.389,47	227.105,42	227.332,26	283.346,77	2.815.594,15	-
Pensões	91.692,51	93.149,49	93.149,49	93.149,49	80.014,25	80.014,25	126.694,20	106.728,11	146.455,53	97.637,01	97.637,01	97.637,01	1.203.958,35	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	282.105,33	306.020,71	296.833,03	298.058,37	290.687,83	284.980,07	303.810,61	845.312,56	483.845,00	324.742,43	324.969,27	396.625,13	4.437.990,34	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.349,76	21.475,64	-	-	5.707,76	-	14.966,13	671.929,20	-	-	-	15.641,35	733.069,84	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	278.755,57	284.545,07	296.833,03	298.058,37	284.980,07	284.980,07	288.844,48	173.383,36	483.845,00	324.742,43	324.969,27	380.983,78	3.704.920,50	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.413.007,11	2.623.940,25	2.489.624,82	2.466.011,16	2.436.558,07	2.547.206,67	4.143.736,44	3.245.580,32	3.317.233,35	2.500.417,08	2.585.305,75	2.599.027,55	33.367.648,57	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	33.367.648,57	0,004487
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	62.747.674,23	0,008438
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	59.610.290,52	0,008016
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	56.472.906,81	0,007594

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE E SECON/COFIN/SAO/TRE/AC. Data da emissão 18/05/2018 e hora de emissão 15:08.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17 de maio de 2018.

Desª REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI
Presidente do Tribunal

CARLOS VENÍCIUS FERREIRA RIBEIRO
Diretor-Geral

SANDRO ROBERTO DE OLIVEIRA BEZERRA
Coordenador de Controle Interno

JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS BERNARDINO
Coordenador de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 110, DE 24 DE MAIO DE 2018

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais relativo ao primeiro quadrimestre de 2018.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 2017.00.000003825-1, RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais relativo ao primeiro quadrimestre de 2018 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. EDGARD PENNA AMORIM

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	36.954.379,27	38.894.086,33	37.645.671,03	38.041.433,81	37.851.972,64	38.313.507,67	61.328.486,52	48.441.739,47	52.670.697,31	38.993.687,42	39.630.274,22	39.553.651,93	508.319.587,62	782.750,37
Pessoal Ativo	29.830.439,05	31.600.065,47	30.550.259,98	30.925.712,02	30.635.368,17	31.079.897,14	49.624.420,48	40.754.015,07	41.240.029,15	31.373.062,13	31.966.387,52	31.886.238,62	411.465.894,80	716.642,05
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	25.597.888,25	27.237.086,16	26.171.720,60	26.517.748,28	26.252.246,42	26.605.165,59	40.409.065,26	36.029.218,55	36.604.587,09	26.734.006,73	27.333.384,76	27.225.582,05	352.717.699,74	701.312,05
Obrigações Patronais	4.232.550,80	4.362.979,31	4.378.539,38	4.407.963,74	4.383.121,75	4.474.731,55	9.215.355,22	4.724.796,52	4.635.442,06	4.639.055,40	4.633.002,76	4.660.656,57	58.748.195,06	15.330,00
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.123.940,22	7.294.020,86	7.095.411,05	7.115.721,79	7.216.604,47	7.233.610,53	11.704.066,04	7.687.724,40	11.430.668,16	7.620.625,29	7.663.886,70	7.667.413,31	96.853.692,82	66.108,32
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.624.797,41	5.777.062,10	5.596.861,58	5.642.037,77	5.711.858,67	5.723.647,92	9.353.888,82	6.156.648,81	9.107.914,89	6.069.703,35	6.062.398,71	6.093.610,34	76.920.430,37	36.325,47
Pensões	1.499.142,81	1.516.958,76	1.498.549,47	1.473.684,02	1.504.745,80	1.509.962,61	2.350.177,22	1.531.075,59	2.322.753,27	1.550.921,94	1.601.487,99	1.573.802,97	19.933.262,45	29.782,85
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	7.196.274,44	7.621.010,57	7.095.411,05	7.115.721,79	7.216.604,47	7.233.610,53	2.906.542,13	2.624.489,90	11.430.668,16	7.620.625,29	7.663.886,70	7.667.413,31	83.392.258,34	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	72.334,22	326.989,71	-	-	-	-	1.289,93	2.585.902,54	-	-	-	-	2.986.516,40	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.123.940,22	7.294.020,86	7.095.411,05	7.115.721,79	7.216.604,47	7.233.610,53	2.905.252,20	38.587,36	11.430.668,16	7.620.625,29	7.663.886,70	7.667.413,31	80.405.741,94	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	29.758.104,83	31.273.075,76	30.550.259,98	30.925.712,02	30.635.368,17	31.079.897,14	58.421.944,39	45.817.249,57	41.240.029,15	31.373.062,13	31.966.387,52	31.886.238,62	424.927.329,28	782.750,37

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	425.710.079,65	0,057247
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	564.974.466,64	0,075975
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	536.725.743,31	0,072176
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	508.477.019,98	0,068378

FONTE: Sistema SIAFI - Mês de abril/2018 (fechado). COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TRE-MG. Emitido em 15/05/2018 às 16 h e 59 min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 322, de 17/05/2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2017 A ABRIL 2018

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				509.102.337,99	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				83.392.258,34	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				425.710.079,65	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,057247%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,076192%	566.588.148,24
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,076116%	566.022.987,86
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,075975%	564.974.466,64

Fonte: Sistema SIAFI - Mês de abril/2018 (fechado). COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TRE-MG. Emitido em 15/05/2018 às 16 h e 59 min.

RENATA COUTO LESSA LIMA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

ANA CAROLINA SILVA COSTA
Secretária de Orçamento e Finanças

ADRIANO DENARDI JÚNIOR
Diretor-Geral

Des. EDGARD PENNA AMORIM
Presidente do Tribunal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 17.850, DE 23 DE MAIO DE 2018

A Desembargadora Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54, e §2 do art.55 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, resolve:

Art.1 Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 1º Quadrimestre de 2018 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário Item 9.4, na forma de seus anexos.

Art.2 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Desª CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018
RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea a)
R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	149.646.610,41	19.381,68
Pessoal Ativo	125.822.641,30	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	23.823.969,11	19.381,68
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1o do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1o do art.19 da LRF) (II)	20.764.443,69	19.381,68
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	323.338,90	19.381,68
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	20.441.104,79	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	128.882.166,72	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (III a + III b)	128.882.166,72	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [2]	743.632.071.921
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (V/IV)* 100	0,017331
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - <%> 0,026791	199.226.468,39
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (parágrafo único do art.22 da LRF) - <%> 0,025451	189.265.144,97
LIMITE DE ALERTA (VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,024112	179.303.821,55

Fonte: SIAFI e CCF/SOFC/TRE-PA. Emitido em 23/maio/2018 às 11:00h.

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

[2] Valores referentes à Portaria STN nº. 322 de 17/05/2018.

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE n° 385/2013.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018
R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	149.665.992,09				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° do art. 19 da LRF) (II)	20.783.825,37				
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	128.882.166,72				
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18				
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100	0,017331				
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO\1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,026868	199.799.065,08
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2	Portaria TSE n° 478, de 26/09/2005	0,026841	199.598.284,42
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2	Portaria TSE n° 385, de 22/08/2013	0,026791	199.226.468,39
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				

Notas:

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

JOÃO MARCELO DOS SANTOS BARBOSA
Secretário de Orçamento, finanças e Contabilidade
Substituto

SAMUEL CARVALHO MARINHO
Secretário de Controle Interno e Auditoria

EDSON DA CRUZ COSTA
Diretor Geral

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Presidente do Tribunal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO Nº 226, DE 25 DE MAIO DE 2018

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, inciso I, "a" e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, e na Portaria STN n° 495/2017; considerando o que estabelece o item 9.4 do Acordão nº 553/2017-Plenário, do Tribunal de Contas da União, resolve:

Tornar Público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 1º quadrimestre de 2018, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos limites de Despesa com em cumprimento ao Acordão 553/2017-TCU/Plenária. Item 9.4, conforme Anexos deste Ato..

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2017	JUN/2017	JUL/2017	AGO/2017	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	37.125.539,42	38.088.262,14	37.707.493,20	37.672.018,47	37.656.384,67	37.536.013,42	60.404.719,83	48.721.732,27	61.553.526,18	38.385.847,35	39.420.458,04	38.763.851,91	513.035.846,90	1.607.861,29	514.643.708,19
Pessoal Ativo	26.303.888,85	26.923.534,88	26.109.529,68	26.345.590,65	26.339.036,00	26.240.712,64	42.747.018,20	30.036.574,03	44.092.107,93	26.459.314,12	27.648.256,36	26.997.955,76	356.243.519,10	420.288,66	356.663.807,76
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	22.405.193,42	22.989.541,26	22.193.910,82	22.427.605,44	22.441.141,48	22.392.915,36	34.731.576,54	25.769.963,80	40.099.418,07	22.471.510,61	23.688.164,04	23.022.211,64	304.633.152,48	340.288,66	304.973.441,14
Obrigações Patronais	3.898.695,43	3.933.993,62	3.915.618,86	3.917.985,21	3.897.894,52	3.847.797,28	8.015.441,66	4.266.610,23	3.992.689,86	3.987.803,51	3.960.092,32	3.975.744,12	51.610.366,62	80.000,00	51.690.366,62
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.821.650,57	11.164.727,26	11.597.963,52	11.326.427,82	11.317.348,67	11.295.300,78	17.657.701,63	18.685.158,24	17.461.418,25	11.926.533,23	11.772.201,68	11.765.896,15	156.792.327,80	1.187.572,63	157.979.900,43
Aposentadorias, Reserva e Reformas	8.592.861,80	8.916.695,01	9.352.211,89	9.069.470,50	9.060.391,35	9.038.343,46	14.192.169,73	15.107.908,52	13.975.606,15	9.606.187,70	9.432.975,91	9.362.879,28	125.707.701,30	673.721,45	126.381.422,75
Pensões	2.228.788,77	2.248.032,25	2.245.751,63	2.256.957,32	2.256.957,32	2.256.957,32	3.465.531,90	3.577.249,72	3.485.812,10	2.320.345,53	2.339.225,77	2.403.016,87	31.084.626,50	513.851,18	31.598.477,68
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10.969.176,85	11.313.031,67	11.611.882,29	11.326.427,82	11.317.348,67	11.360.352,19	6.489.389,52	13.003.580,38	19.154.312,80	12.047.030,73	11.755.675,05	11.799.749,12	142.147.957,09	1.135.177,06	143.283.134,15
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apura	14.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217,73	3.649,54	0,00	0,00	0,00	14.794,29	32.830,06	0,00	32.830,06
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apu	133.357,78	148.304,41	13.918,77	0,00	0,00	65.051,41	56.828,14	9.567.727,41	1.692.894,55	211.401,22	0,00	19.058,68	11.908.542,37	1.123.548,64	13.032.091,01
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.821.650,57	11.164.727,26	11.597.963,52	11.326.427,82	11.317.348,67	11.295.300,78	6.432.343,65	3.432.203,43	17.461.418,25	11.835.629,51	11.755.675,05	11.765.896,15	130.206.584,66	11.628,42	130.218.213,08
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.156.362,57	26.775.230,47	26.095.610,91	26.345.590,65	26.339.036,00	26.175.661,23	53.915.330,31	35.718.151,89	42.399.213,38	26.338.816,62	27.664.782,99	26.964.102,79	370.887.889,81	472.684,23	371.360.574,04

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	743.632.072.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	371.360.574,04	0,049939%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	677.991.669,00	0,091173%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	644.092.085,55	0,086614%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59	610.192.502,10	0,082056%

FONTE: Tesouro Gerencial/COAUD/TRT8 - 23/05/2018 - 11h e 30n

NOTA(S) : Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.

NOTA(S) :Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Desembargadora Presidente

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES
Coordenador de Orçamento e Finanças

REGINA UCHÔA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora de Despesa

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2017 A ABRIL/2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				514.643.708,19	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				143.283.134,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				**371.360.574,04**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				**743.632.072.000,00**	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				**0,049939%**	
				% DA RCL	**VALOR**
LIMITE MÁXIMO \1	**LRF, art. 20, incisos I, II e III**			**0,115213%**	**856.760.819,11**
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	**0,115180%**	**856.515.420,53**
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	**0,101388%**	**753.953.685,16**
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	**0,101200%**	**752.555.656,86**
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			**0,091173%**	**677.991.669,00**

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Desembargadora Presidente

REGINA UCHÔA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora de Despesa

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES
Coordenador de Orçamento e Finanças

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, CTR Nº 3, DE 18 DE MAIO DE 2018

Aprova CTR 03 - Relatório de Revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR) Elaboradas por Entidade de Incorporação Imobiliária.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea "f" do Art. 6º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, faz saber que foi aprovada em seu Plenário a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), que tem por base o Comunicado 02/2018 do Ibracon:

CTR 03 - RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) ELABORADAS POR ENTIDADE DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA

Objetivo

1.Este comunicado técnico tem por objetivo orientar os auditores independentes na emissão de relatórios de revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR) elaboradas por entidades de incorporação imobiliária registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para os trimestres do exercício de 2018. A orientação é necessária, dado ao andamento das discussões sobre o impacto da NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente nas demonstrações contábeis das entidades de incorporação imobiliária.

Introdução

2.A NBC TG 47 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em dezembro de 2016, tem por base o CPC 47, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em dezembro de 2016, por meio da Deliberação CVM 672, com sua vigência iniciada a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018. A NBC TG 47 se correlaciona à IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers, emitida pelo International Accounting Standards Board (Iasb). A NBC TG 47 substitui as normas, interpretações e comunicados existentes sobre receita, incluindo, entre outros, a NBC TG 30 - Receitas, a NBC TG 17 - Contratos de Construção e a ITG 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário, e estabelece princípios e critérios a serem adotados para apresentação, mensuração e reconhecimento de receita.

3.De acordo com a NBC TG 47, a entidade deve identificar quais são as promessas para transferir ao cliente o bem ou o serviço e avaliar quais dessas promessas são distintas para as quais a entidade avalia o reconhecimento de receita de forma individual. Esta norma atribui o termo "obrigação de desempenho" a essas promessas de bem ou serviço que sejam distintas. Quanto ao momento de reconhecimento da receita de obrigação de desempenho, a entidade deve avaliar se os critérios para reconhecimento ao longo do tempo são atendidos e, caso não sejam, a entidade deve reconhecer a receita em momento específico, quando ocorrer a transferência de controle do bem ou serviço ao cliente.

4.A avaliação quanto ao critério a ser adotado para o reconhecimento de receita de contratos de incorporação imobiliária residencial no Brasil tem sido objeto de relevante debate ao longo dos últimos anos. Em 2010, o CFC emitiu o Comunicado CTG 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ITG 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário, que tem sido utilizado na base de elaboração das demonstrações contábeis de entidades de incorporação imobiliária no Brasil. Nos exercícios anteriores a 2018, ao avaliar o critério de reconhecimento de receita à luz do CTG 04, as entidades de incorporação imobiliária concluíram que existia a transferência de riscos e benefícios de forma contínua, e, consequentemente, que o critério de reconhecimento de receita ao longo do tempo, também conhecido como POC (Percentage of Completion method), seria o mais adequado.

5.Considerando o cenário à época e a edição do CTA 09, de 2011, as entidades de incorporação imobiliária no Brasil têm elaborado demonstrações contábeis, tendo como base as "Práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis a entidades brasileiras de incorporação imobiliária, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)". Tal base de elaboração considera o CTG 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ITG 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil.

6.Após a emissão da IFRS 15 pelo Iasb, o CPC constituiu grupo de trabalho em 2016 para analisar os impactos da adoção da IFRS 15 (e, consequentemente, da NBC TG 47) para entidades de incorporação imobiliária. Como resultado das discussões desse grupo, a revisão da OCPC 04 (versão R1) foi colocada em audiência pública no ano de 2017. Durante as discussões do grupo de trabalho, e como parte do processo de audiência pública, foi concluído que ainda existiam dúvidas razoáveis quanto a se os critérios de reconhecimento de receita ao longo do tempo da NBC TG 47 e IFRS 15 são efetivamente atendidos para diversos contratos de venda de unidades imobiliárias residenciais. Por essa razão, foi feita consulta sobre o tema ao IFRS Interpretations Committee (IFRS IC), a qual foi submetida ao IFRS IC, contendo considerações sobre as características comuns de contratos de incorporação imobiliária no Brasil. Cabe lembrar que essa consulta englobou os contratos de venda de unidades imobiliárias financiadas pelo próprio incorporador ou por instituições financeiras, não se aplicando aos contratos de venda na modalidade de crédito associativo e outros tipos de contratos que possuam características diferentes das descritas na consulta.

7.O IFRS IC analisou os fatos descritos na consulta enviada e nos comentários recebidos e concluiu que, no cenário descrito na consulta, nenhum dos critérios para reconhecimento de receita ao longo do tempo previstos no item 35 da IFRS 15 foram atendidos e, dessa forma, a entidade deveria reconhecer a receita em momento específico no tempo, aplicando o item 38 da IFRS 15.

8.O CPC deliberou, em sua reunião de abril de 2018, a formação de novo grupo de trabalho para avaliar qual o tipo de manifestação que deverá ser feita pelo CPC, considerando as conclusões manifestadas pelo IFRS IC quanto a esse tema, que, até o presente momento, não apresentou nenhuma orientação ou norma que pudesse substituir a versão do CTG 04.

9.A partir da vigência do CPC 47, a avaliação sobre o reconhecimento de receita ao longo do tempo para entidades de incorporação imobiliária foi objeto de manifestação da CVM, por meio do item 6 (Reconhecimento de Receita - POC: IFRS n. 15 x IFRIC n.15) do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n.º 01/2018.

Entendimento e orientação aos auditores

10.Conforme descrito no item 9, o processo de revisão da OCPC 04 não foi finalizado, nem a sua versão atual foi formalmente revogada pelos órgãos reguladores. Adicionalmente, o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n.º 01/2018 contém orientação explícita para que as entidades reguladas pela CVM, na elaboração de suas demonstrações contábeis, observem a OCPC 04 (CTG 04), ora vigente, enquanto o processo de discussão não seja concluído.

11.Entendemos que a orientação disposta pela CVM refere-se, exclusivamente, à manutenção dos critérios sobre o reconhecimento de receita ao longo do tempo (POC) - ou seja, se as entidades de incorporação imobiliária têm reconhecido receita ao longo do tempo para determinados contratos de incorporação imobiliária residencial no Brasil, seguindo o CTG 04, essas entidades devem manter sua prática contábil de reconhecimento de receita ao longo do tempo, por orientação da CVM e do CFC, enquanto as discussões não forem concluídas. Porém, conforme destacado no parágrafo transcrito no item 9, essas entidades deverão observar se outros ajustes no reconhecimento, na mensuração e na apresentação da receita são necessários devido à aplicação da NBC TG 47, em decorrência de outros requisitos dessa norma que não os que tratam especificamente do momento de reconhecimento de receita.

Elaboração das informações trimestrais (ITR)

12.Dada a particularidade do cenário ora disposto, espera-se que as entidades de incorporação imobiliária aqui referidas incluam em sua base de elaboração uma afirmação de que as Informações Trimestrais (ITR) foram elaboradas de acordo com a "NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, contemplando a orientação contida no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n.º 01/2018, relacionada à aplicação da Orientação OCPC 04, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), sobre o reconhecimento de receitas ao longo do tempo, assim como apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR". A base de elaboração também deve conter esclarecimentos de que tal base está sendo utilizada "enquanto o processo de discussão da OCPC 04 não for concluído".

13.Consequentemente, a manutenção da prática contábil de reconhecimento de receita ao longo do tempo (POC) por entidades de incorporação imobiliárias no Brasil que elaborarem suas Informações Trimestrais (ITR) de acordo com a base de elaboração citada acima, adequadamente divulgada, não resulta na necessidade de modificação da conclusão do auditor no relatório de revisão trimestral dessas entidades. Dada a natureza do assunto, o auditor deve incluir um parágrafo de ênfase chamando a atenção sobre a base de elaboração utilizada pela entidade na elaboração de suas Informações Trimestrais (ITR), conforme modelos apresentados nos anexos deste comunicado.

14.Os auditores devem assegurar que o relatório de revisão esteja consistente com as representações da administração, incluindo a declaração sobre a base de elaboração em notas explicativas, conforme disposto no item 13.

Alcance

15.Este comunicado é aplicável, para os trimestres findos em 2018, pois está condicionada à conclusão das discussões no CPC e pelos órgãos reguladores relevantes, incluindo CVM e CFC, sobre a manutenção, ou não, do reconhecimento de receita ao longo do tempo para determinados contratos de incorporação imobiliária no Brasil e eventual revisão, manutenção, ou não, do CTG 04. Dessa forma, espera-se que este comunicado seja revisado ou revogado em consequência dessas conclusões esperadas ao longo deste exercício.

16.Este comunicado aplica-se somente para as entidades que elaborem suas Informações Trimestrais (ITR) de acordo com a base de elaboração descrita no item 13, e não deve ser utilizado em outros cenários.

Modelos

17.Para possibilitar uma desejável consistência na emissão dos relatórios de revisão trimestral sobre as Informações Trimestrais (ITR) elaboradas por entidades de incorporação imobiliária para trimestres findos em 2018, em atendimento às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), este comunicado inclui os Anexos I e II com modelos de relatórios a serem utilizados pelos auditores nessas circunstâncias.

Vigência

Este comunicado entra em vigor na data de sua publicação.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

PORTARIA Nº 218, DE 11 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o Crédito Adicional Suplementar de dotações orçamentárias ao orçamento analítico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para o exercício de 2018.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a competência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em aprovar o seu Plano de Trabalho, Orçamento e Respectivas Modificações e as operações de crédito e baixa de bens móveis previstas no inciso XX do Art.17 da Resolução CFC n.º 1.370/2011 e no inciso VI do Art. 12 da Resolução CFC n.º 1.458/2013;

Considerando o que preceitua a Resolução CFC n.º 1.161/2009, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, de 13 de fevereiro de 2009, e a Lei n.º 4.320/1964;

Considerando a Resolução CFC n.º 1.535/2017, que aprovou o orçamento do CFC para o exercício de 2018;

Considerando a necessidade de suplementar a despesa estimada anteriormente, para corrigir a falta de previsão no planejamento para o exercício de 2018, resolve:

Art. 1º Aprova o Crédito Adicional Suplementar no orçamento do CFC para o exercício financeiro de 2018, no valor de R$ 556.914,00 (quinhentos e cinquenta e seis mil novecentos e quatorze reais): para as seguintes rubricas:

SUPLEMENTAÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
6.3	EXECUÇÃO DA DESPESA	556.914,00
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	106.914,00
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	106.914,00
6.3.1.3.01	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
6.3.1.3.01.02	DESPESA COM VEÍCULOS	3.000,00
6.3.1.3.02	SERVIÇOS	103.914,00
6.3.1.3.02.01	SERVIÇOS	500,00
6.3.1.3.02.03	DIÁRIAS	45.414,00
6.3.1.3.02.04	PASSAGENS	58.000,00
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL	450.000,00
6.3.2.2	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	135.000,00
6.3.2.2.01	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	135.000,00
6.3.2.2.01.01	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	135.000,00
6.3.2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	315.000,00
6.3.2.4.01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	315.000,00
6.3.2.4.01.01	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	315.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES		556.914,00

Art. 2º O valor a ser utilizado será coberto com recursos provenientes da anulação da seguinte dotação:

ANULAÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
6.3	EXECUÇÃO DA DESPESA	556.914,00
6.3.3	RESERVA DE CONTINGÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	556.914,00
6.3.3.1	RESERVA DE CONTINGÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	556.914,00
6.3.3.1.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	556.914,00
6.3.3.1.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA ORÇAMENTÁRIA	556.914,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES		556.914,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ZULMIR IVÂNIO BREDA

CONSELHO FEDERAL DE PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 93, DE 23 DE MAIO DE 2018

Institui o Programa de Incentivo à Recuperação de Créditos junto ao Sistema Conferp e dá outras providências.

O Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas - Conferp, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, do Decreto-Lei n° 860, de 11 de setembro de 1969, cumulado com o disposto no § 2º, art. 6º da Lei n° 12.514, de 28 de outubro de 2011, e no art. 75, § 3º, de seu Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - É instituído o Programa de Recuperação de Créditos devidos ao Sistema Conferp destinado a promover a regularização dos créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, devidos pelos profissionais de Relações Públicas e pessoas jurídicas registradas que se dediquem profissionalmente à atividade de Relações Públicas, consistentes em:I - anuidades vencidas até o exercício de 2018; II - débitos residuais de acordos anteriores rescindidos, segundo valores apurados, conforme o caso, de acordo com os encargos moratórios incidentes. Parágrafo único. Fica vedada a inclusão no Programa de créditos constantes de acordos judiciais de parcelamento firmados entre o devedor e o Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas respectivo.

Art. 2º - A adesão ao Programa deverá ser formalizada mediante assinatura do Termo de Adesão (Anexo I) perante o Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas respectivo pelos profissionais de Relações Públicas e pelas pessoas jurídicas registradas que se dediquem profissionalmente à atividade de Relações Públicas, que farão jus a regime especial de consolidação e parcelamento decréditosde que trata esta Resolução Normativa. § 1º A adesão ao Programa poderá ser formalizada até o dia 31 de outubro de 2018, segundo as opções de que trata o § 3º deste artigo.§ 2º A adesão ao Programa implicará reconhecimento e confissão de dívida quantos à integralidade dos créditos constituídos contra o devedor aderente, exceto quanto àqueles referidos no parágrafo único do art. 1º, constituindo-se como título executivo extrajudicial e podendo instruir ação de execução na hipótese de inadimplemento e de exclusão do Programa.§ 3º O Programa de que trata esta Resolução Normativa consiste em redução progressiva apenas dos valores referentes à atualização monetária,aos juros de mora e às multas incidentes sobre o valor total do crédito, apurado no ato de adesão ao Programa, nas seguintes proporções:I - 80% do seu valor, para pagamento à vista;II - 50% do seu valor, para pagamento em até 6 parcelas;III - 40% do seu valor, para pagamento em 7 ou 8 parcelas;IV - 30% do seu valor, para pagamento em 9 ou 10 parcelas;V - 10% do seu valor, para pagamento em 11 ou 12 parcelas.§ 4º Os créditos incluídos no Programa por ocasião da adesão, segundo valor apurado conforme a hipótese escolhida pelo devedor, deverão ser pagos em parcelas mensais e sucessivas mediante boletos bancários a serem expedidos pelo Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas respectivo, vencendo a primeira parcela em até 30 (trinta) dias de assinatura do Termo de Adesão (Anexo I).§ 5º O inadimplemento da parcela implicará a incidência de multa de 2% sobre a parcela devida, além de juros de mora de 0,03% ao dia.§ 6º O valor da parcela mensal não poderá ser inferior a R$ 100,00 (cem reais).§ 7º O devedor em dia com o parcelamento poderá, a qualquer tempo, amortizar o seu saldo devedor por meio de pagamento antecipado de parcelas vincendas, segundo faculdade a ser requerida perante o Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas respectivo, mediante a emissão de boleto substitutivo.§ 8º Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força de decisão judicial, o devedor deverá formalizar renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação judicial que deu causa à suspensão de exigibilidade.§ 9º Os créditos em fase de execução poderão integrar o Programa previsto nesta Resolução, durante o prazo de que trata o art. 2º, § 1º, caso em que o devedor deverá comunicar e requerer ao Juízo a suspensão do processo até o cumprimento do acordo. Havendo bloqueio judicial, caberá ao Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas a avaliação quanto à possibilidade de requerer o desbloqueio, bem como a instituição de condições e garantias para a efetivação da medida.

Art. 3º A adesão ao Programa implicará:I - a desistência e a renúncia expressa pelo devedor, nas esferas administrativa e judicial, a qualquer direito de ação, impugnação ou recurso relativo ao crédito incluído no Programa;II -a aceitação plena e irrestrita de todas as condições estabelecidas nesta Resolução Normativa;III - cancelamento dos protestos e dos registros em cadastros de inadimplentes relativamente aos créditos incluídos no Programa.

Art. 4º - Fica autorizado, em relação aos créditos em fase de execução fiscal, a realização de transação quando da realização de audiência de conciliação, limitada às hipóteses de que trata o art. 2º, § 3º, durante o prazo de que trata o art. 2º, § 1º.

Art. 5º - O devedor aderente ao Programa será dele excluído, mediante sua rescisão, nas seguintes hipóteses, por ato do Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas respectivo:I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Resolução Normativa; II - inadimplência, o que ocorrer primeiro, de3 (três)parcelas consecutivas ou 6 (seis)parcelas alternadas; III - atraso, o que ocorrer primeiro, de 3 (três)parcelas consecutivas ou 6 (seis) parcelas alternadas, no pagamento de qualquer outra anuidade ou multa, aplicada a partir de 31 de outubro de 2018, não incluídas no Programa.

Art. 6º - Na hipótese de rescisão do Programa, serão os créditos reconhecidos e confessados incluídos no Programa restabelecidos em seu valor integral, com incidência de atualização monetária, juros de mora e multas antes reduzidos, deduzidos os valores pagos até o momento da rescisão, acrescido de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido.

Art. 7º - A certidão positiva com efeito de negativa emitida durante a vigência do parcelamento, deverá conter prazo de validade até o vencimento da próxima parcela, podendo o Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas respectivo revalidá-la, sucessivamente, até a quitação do crédito incluído no Programa.

Art. 8º - Os Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas deverão envidar todos os esforços necessários para promover ampla divulgação deste Programa no âmbito de suas jurisdições.

Art. 9º - Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JÚLIA GADELHA TORRES FURTADO
Presidente do Conselho

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 24 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a intervenção e a nomeação de Diretoria Provisória para o CRTR 16ª Região, visando a continuidade dos serviços públicos até a posse do novo corpo de conselheiros.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas por meio da Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985, pelo Decreto n.º 92.790, de 17 de junho de 1986 e pelo Regimento Interno do CONTER; CONSIDERANDO as disposições estabelecidas na Constituição Federal, em especial o caput do art. 37, que retrata os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, como norteadores dos atos da administração pública, dentre outros; CONSIDERANDO o disposto no inciso V do artigo 16 do Decreto nº 92.790 de 17 de junho de 1986, que estabelece como uma das atribuições do CONTER, a de "promover quaisquer diligências ou verificações, relativas ao funcionamento dos Conselhos Regionais, nos Estados ou Territórios e Distrito Federal, e adotar, quando necessárias, providências convenientes à bem da sua eficiência e regularidade, inclusive a designação de Diretoria Provisória". CONSIDERANDO que o Processo Eleitoral para eleger o novo Corpo de Conselheiros do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 16ª Região está em andamento, com eleição prevista para o dia 25.05.2018 e que o termino do mandato da atual gestão foi no dia 22.05.2018; CONSIDERANDO a necessidade de manter a regularidade administrativa no naquele Regional, visando evitar a descontinuidade dos serviços públicos até a posse do novo Corpo de Conselheiros; CONSIDERANDO a decisão de sua Diretoria Executiva, ad-referendum da Plenária, em reunião realizada no dia 24 de maio de 2018. resolve:

Art. 1º - INTERVIR, provisoriamente, no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 16ª Região.

Art. 2º - Nomear a Diretoria Executiva Provisória, que administrará o CRTR 16ª Região, sendo composta pelos seguintes membros: TR. FONTAINE DE ARAUJO SILVA - Diretor Presidente; TR. EDUARDO BARACHO DE SOUZA - Diretor Secretário; TR. EDÉSIO DIÓGENES PINTO - Diretora Tesoureira.

Art. 3º - A Diretoria Executiva Provisória nomeada no artigo anterior será empossada na data da publicação da presente Resolução no DOU, com início da gestão provisória retroagindo seus efeitos ao dia 22.05.2018.

Art. 4º - Enquanto perdurar a provisoriedade, a Diretoria Executiva ora nomeada deterá todos os poderes de gestão estabelecidos no art. 23 do Decreto nº 92.790/1986, observando a subordinação ao Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia como estabelece o art.14 do mesmo Decreto, até a posse do novo Corpo de Conselheiros a ser eleito, devendo pautar sua atuação nos preceitos legais aplicáveis à administração pública, em consonância as determinações emanadas do CONTER, bem como devendo encaminhar relatórios mensais dos seus atos administrativos ao CONTER, sob pena de imediata destituição. Art. 5º - O processo eleitoral já deflagrado terá continuidade, observando as normas do Regimento Eleitoral, visando garantir a economicidade, isonomia e legalidade dos atos já praticados. Art. 6º - Essa Resolução entra em vigor na da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADRIANO CÉLIO DIAS
Diretor-Secretário

ABEL DOS SANTOS
Diretor-Tesoureiro

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 57, DE 22 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a revogação da Resolução CREFITO-3 nº 28, de 29 de maio de 2009.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO, usando da atribuição que lhe confere o inciso VIII do artigo 7º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, resolve:

Artigo 1º - Revogar a resolução número 28, de 29 de janeiro de 2009, em decorrência de expressa determinação do COFFITO através do Ofício GAPRE nº 181/2018.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA LEITE
Presidente do Conselho

EDUARDO FILONI
Diretor-Secretário

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 306/2018

PED 22/2017; Relatora Dra. Isabela Álvares dos Santos; Data de julgamento 26 de março de 2018; denúncia ex offício; Representado: C.T.P.L. Resultado: procedente; Ementa: Profissional fisioterapeuta, denuncia ex offício, por fisioterapeuta atribuindo ou delegando funções de sua exclusividade e competência para pessoa não habilitada e excesso no quantitativo de pacientes- Parâmetros Assistenciais. . Infrigência à Lei Federal 6316/75 em seu artigo 16, incisos I, II e VIII, e à Resolução Coffito 424/13, em seu artigo 25, inciso V, artigo 6, artigo 9, inciso VI, artigo 11 e artigo 14, inciso VI. Profissional permitiu que leigas atendessem seus pacientes, alegando atendimento à fiscalização, o que não se justifica, bem como, atendimento de um número excessivo de pacientes/hora, em função de audência de sócio. Procedência total. Pena: Multa de 3 (três) anuidades, conforme inciso III do artigo 17 da Lei Federal 6316/75..

ACÓRDÃO Nº 305/2018

PED 27/2017; Relator Dr. Milton Carlos Mariotti; Data de julgamento 23 de abril de 2018; denúncia; Representado:J.A.R. Representante: S.Z.; Resultado: improcedência; Ementa: Profissional fisioterapeuta denunciado ao Crefito-8 por suposta negligência em atendimento realizado por acadêmica/estagiária. Artigos em tese infringidos: Lei Federal 6316/75, artigo 16, inciso I; Resolução Coffito 424/13, artigo 6 e 18. Profissional que exercia a função de supervisor de estágio, teve de se ausentar, fazendo a comunicação prévia. Improcedência.

ACÓRDÃO Nº 298/2017

PED 32/2015; Relator Dr. Cleveraosn Fragoso; Data de julgamento 02 de outubro de 2017; denúncia ex offício; Representado: S.J.M. Resultado: procedente; Ementa: Profissional fisioterapeuta denunciado pelo departamento de fiscalização do Crefito-8 por inadimplência de pessoa física. Procedência total. Infrigência à Lei Federal 6316/75, cap. III, artigo 15 e cap. IV, artigo 16, incisos V, VI, VII e VIII; Código de Ética de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Resolução Coffito 424/13. Pena: Suspensão até a quitação total dos débitos.

ACÓRDÃO Nº 299/2017

PED 169/2016; Relator Dr. Cleverson Fragoso; Data de julgamento 02 de outubro de 2017; denúncia ex offício; Representado: B.A.T. Resultado: procedente; Ementa: Profissional fisioterapeuta denunciado pelo departamento de fiscalização do Crefito-8 por inadimplência de pessoa física. Procedência total. Infrigência à Lei Federal 6316/75, cap. III, artigo 15 e cap. IV, artigo 16, incisos V, VI, VII e VIII; Código de Ética de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Resolução Coffito 424/13. Pena: Suspensão até a quitação total dos débitos.

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MINAS GERAIS

ACÓRDÃOS

PROCESSO ÉTICO Nº 16/2017 - Indiciada: Alda Ivana Zimmerer Nunes - MG-CD-18.420. Assunto: Acobertamento de Exercício Ilegal da Profissão. Acórdão nº 05/2018. Decisão: CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, cumulado com PENA PECUNIÁRIA de 08 (OITO) ANUIDADES, conforme julgamento realizado em 16/03/2018.

PROCESSO ÉTICO Nº 20/2017 - Denunciado: Gustavo Milton Mourão - MG-CD-25.925 - Denunciante: Wanderley Onício de Rezende. Assunto: Abandono de Tratamento Odontológico.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052500135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Acórdão nº 07/2018. Decisão: SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS cumulado com PENA PECUNIÁRIA de 15 (QUINZE) ANUIDADES, conforme julgamento realizado em 16/03/2018.

PROCESSO ÉTICO Nº 27/2017 - Denunciado: João Bosco Viana Lage - MG-CD-13.585 - Denunciante: Sandra de Almeida Pena. Assunto: Má Condução e Abandono de Tratamento Odontológico. Acórdão nº 10/2018. Decisão: SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS cumulado com PENA PECUNIÁRIA de 25 (VINTE E CINCO) ANUIDADES, conforme julgamento realizado em 16/03/2018.

ALBERTO MAGNO DA ROCHA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 2ª REGIÃO

DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2017, do Conselho Regional de Química - 2ª Região

O Conselho Regional de Química da 2ª Região - Estado de Minas Gerais - CRQ-2, Autarquia Pública Federal criada pela Lei nº 2800 de 18 de junho de 1956, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o Parecer da Comissão de Tomada de Contas do Controle Interno deste Conselho Regional e a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros presentes na 755ª Sessão Plenária realizada dia 16 maio de 2018, resolve:

Art. 1º - Aprovar pela sua regularidade absoluta sem ressalva, a prestação de contas do Conselho Regional de Química - 2ª Região/CRQ-MG, referente ao exercício de 2017, conforme demonstrativo abaixo. Art. 2º - Esta deliberação entra em vigor, nesta data, revogadas as disposições em contrário. Belo Horizonte, 16 de maio de 2018. Wagner José Pederzoli - Presidente do CRQ-2ª Região/MG.

Balanço Financeiro - Período: Janeiro/2017 a Dezembro/2017

Ingressos	R$
Receita Orçamentária	10.252.930,18
Receita Realizada	10.252.930,18
Receita Corrente	10.218.510,18
Receitas de Contribuições	8.073.724,40
Contribuições das Categorias	8.073.724,40
Profissionais E Econômicas	
Anuidades de Pessoas Físicas	3.027.821,16
Anuidades de Pessoas Jurídicas	5.045.903,24
Receitas Patrimoniais	487.291,83
Receitas Imobiliárias	39.914,09
Aplicação Financeira de Liquidação Imediata	447.315,06
Aplicação Financeira Poupança e Renda Fixa	62,68
Receitas de Serviços	1.214.117,04
Serviços Administrativos	1.214.117,04
Outras Receitas Correntes	443.376,91
Multas e Juros de Mora	443.376,91
Multas e Juros de Mora das Contribuições	401.489,00
Multas de Outras Origens	41.887,91
Multas pelo Exercício Ilegal da Profissão	41.887,91
Receitas de Capital	34.420,00
Alienação de Bens	34.420,00
Recebimentos Extra Orçamentários	4.686.265,71
Inscrição de Restos a Pagar Processados	16.280,17
Outros Recebimentos Extra Orçamentários	4.669.985,54
Saldo em espécie do Exercício Anterior	2.366.135,59
Total	17.305.331,48

Dispendios	R$
Despesa Orçamentária	9.542.406,73
Crédito Empenhado Liquidado	16.280,17
Crédito Empenhado Liquidado Pago	9.526.126,56
Credito Emp.liquidado Pago - Desp. Correntes	9.264.924,75
Pessoal e Encargos Sociais	3.046.861,21
Pessoal e Encargos Sociais Aplicações Diretas	3.046.861,21
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.120.033,50
Obrigações Patronais	720.336,96
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	206.490,75
Outras Despesas Correntas	6.218.063,54
Transferências Intragovernamentais	2.432.804,60
Outras Despesas Correntes	3.785.258,94
Credito Emp. Liquidado Pago - Despesas de Capital	261.201,81
Investimentos	261.201,81
Investimentos Aplicações Diretas	261.201,81
Obras e Instalações	21.112,88
Equipamento e Material Permanente	240.088,93
Pagamento Extra Orçamentários	4.680.332,61
Pagamento de Restos a Pagar Processados	10.422,26
Outros Pagamentos Extra Orçamentários	4.669.910,35
Saldo para o Exercício Seguinte	3.082.592,14
Total	17.305.331,48

WAGNER JOSÉ PEDERZOLI
Presidente do Conselho

